



SENADO FEDERAL

Autos Processuais Digitais

Volume II - Atas das Reuniões - Tomo 1

Da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelos Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para "investigar, no prazo de 130 (cento e trinta) dias, com limite de despesas de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023, a concentração desses recursos em atividades-meio, de forma a descumprir os objetivos para os quais esses recursos foram destinados originalmente, o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, casos de abuso de poder, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público e a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades."

PRESIDENTE: Senador Plínio Valério

VICE-PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli

RELATOR: Senador Marcio Bittar

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria das Comissões

Coordenação de Comissões Especiais, Temporárias e Parlamentares de Inquérito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE JUNHO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e trinta e oito minutos do dia quatorze de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição.** **Finalidade:** Instalação e eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente. **Resultado:** Foi instalada a Comissão e foram eleitos, por aclamação, o Senador Plínio Valério, Presidente, e o Senador Jaime Bagattoli, Vice-Presidente. O Senador Marcio Bittar foi designado Relator da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente Eventual da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/14>

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e todas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Senado Federal 292, de 2023, para, abro aspas, "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs, e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023".

Esta reunião destina-se à instalação e à eleição da Mesa desta Comissão.

Instalada a Comissão, eu consulto as Lideranças – ou seja, os Parlamentares presentes – sobre indicações para o preenchimento dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

A palavra está liberada aos presentes.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Presidente Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Ao longo dessa história da questão da CPI e depois da autorização, eu manifestei aos membros que aqui estão, como o Lucas, o Zequinha, o Marcio e o Hiran, o meu desejo de ser Presidente. Tive deles todos o apoio. Portanto, eu me candidato a ser Presidente da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra está franqueada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Eu quero concordar com a lembrança do nome do Senador Plínio Valério, pois, além de ser um amazônida, como V. Exa., que é de Rondônia e que conhece a Amazônia, ninguém mais, de todos nós que queremos estudar sempre um pouco mais a Amazônia brasileira, do que o Senador Plínio Valério trabalhou ao longo de anos para haver esta Comissão, que vai investigar, que vai tentar separar um pouco o que são algumas ONGs bem-intencionadas, que prestam relevantes serviços na nossa região, de algumas que talvez não estejam bem-intencionadas. Então, eu entendo que ninguém mais está legitimado que o Senador Plínio Valério para ser o Presidente desta Comissão. Então, ele tem o meu total apoio. Independentemente do lugar que eu venha a ocupar na Comissão, ele tem o meu total apoio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra está franqueada.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Confúcio...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Só tem aqui o Senador Beto Faro, e, logo depois, eu passo a palavra para V. Exa., Senador Dr. Hiran.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu, inclusive, me reportei hoje ao Senador Plínio Valério... Já há toda uma articulação em torno do nome dele para presidir a nossa Comissão. Externei, inclusive, o nosso apoio a isso, mas não é nem em relação à Presidência e à Vice-Presidência. A relatoria é por indicação do Presidente, depois de eleito, mas quero colocar aqui o meu nome à disposição para a questão da relatoria. Acho importante que a Presidência e a relatoria, pelo que está sendo dialogado, aqui sem esconder, não serem do mesmo bloco, da mesma visão, da mesma matriz política... Sou amazônida também, sou do Estado do Pará, conheço profundamente essa temática. Já participei, inclusive, na Câmara dos Deputados, de CPI que tratava de assuntos bem parecidos, idênticos ao que nós vamos debater aqui, no Senado. Portanto, venho colocar aqui à disposição de todos o nome para a questão da relatoria. Concordando com o nome do Senador Plínio, eu queria que esta Comissão pudesse fazer a avaliação junto com o Plínio da questão da relatoria.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Presidente Confúcio Moura, Sras. e Srs. Senadores, eu quero também manifestar aqui o meu apoio incontestado à eleição da Presidência desta Comissão tão importante para nós que vivemos na Amazônia. Nós vamos aqui fazer um trabalho muito importante para o Brasil, porque vamos, como disse o Senador Marcio Bittar, identificar aquelas organizações não governamentais que são importantes para a nossa região e aquelas que precisam ser extirpadas – utilizo um termo médico para se entender melhor.

E quero dizer, meu querido eminente Presidente Plínio, que é meu quase conterrâneo – ele nasceu um pouco mais acima do que eu, eu nasci em Tefé e ele nasceu lá em Eirunepé; sua irmã era grande amiga da minha finada mãe –, que é uma honra para nós ter você presidindo esta Comissão que vai ser tão importante para o Brasil e para que o povo brasileiro conheça a realidade da vida daquelas pessoas que vivem naquela imensidão verde que é um patrimônio do nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns desde já pelo trabalho que você vai desenvolver nesta Comissão, Plínio! *(Falha no áudio.)*

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – É bem rápido, é só para eu entender a dinâmica. Eu já anuncio meu voto aqui no Senador Plínio como Presidente. Para a relatoria, se não me falha a memória, o senhor se ofereceu aqui, e o Marcio Bittar...

Se pudesse nos adiantar, Senador, como vai ser essa votação, essa escolha por parte da gente...

Então escolho Marcio Bittar como Relator, e o Plínio, como Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu quero neste momento também aqui dizer do meu desejo de apoiar o Senador Plínio Valério para a Presidência desta CPI. Eu entendo que esta CPI vai nos ajudar muito.

Na Amazônia, como V. Exa. sabe, temos alguns poderes; não é só um, são pelo menos dois que, do meu ponto de vista, que são paralelos ali. Além do poder do Estado, o poder oficial, tem o poder das ONGs que militam e que direcionam... Elas entram, talvez, no vazio de uma política governamental. E nem todas são ONGs sérias, que querem trabalhar, que querem ajudar, muitas delas para lá vão para ganhar dinheiro lá fora e atrapalhar aqui. Isso é um desserviço ao Brasil, e eu tenho certeza de que a gente vai identificar e poder dar um encaminhamento jurídico normal a esse tipo de procedimento.

O Senador Plínio, pela sua história e pela sua dedicação a esse tema, merece, com certeza, o apoio de todos nós para presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – A palavra continua franqueada.

Senador Mourão, por favor, com a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Confúcio, Srs. Senadores, eu tenho a máxima satisfação e orgulho de estar fazendo parte desta Comissão e quero destacar o trabalho do Senador Plínio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sou um amazônida, eu sou um filho de amazônida e eu olho aqui para os pares que estão presentes, praticamente todos oriundos da Amazônia. Ao longo da minha vida eu tive oportunidade de viver nos mais diversos rincões da nossa Amazônia e, principalmente, observar o desserviço que é prestado por determinadas organizações não governamentais, que utilizam recursos públicos muito mais para se servir do que para servir à população da nossa Amazônia.

Então eu apoio aqui o nome do Senador Plínio para Presidente e considero que o nosso trabalho a ser desenvolvido é fundamental para que a gente desnude um aspecto de que todo mundo fala, mas que, no final das contas, nada é revelado. É nossa responsabilidade como Senadores!

E eu, apesar de representar o Estado do Rio Grande do Sul, repito, como filho de amazonense, vou trabalhar muito nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Mourão. A palavra está ainda franqueada a qualquer dos Senadores presentes que queiram usá-la. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira se pronunciar...

Com a concordância de todos, pelas manifestações proferidas pela maioria dos Parlamentares presentes, está sugerido o nome do Senador Plínio Valério.

Os Srs. Senadores e Senadoras presentes que concordam com o nome do Senador Plínio Valério para a Presidência desta CPI, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está eleito e aprovado. *(Palmas.)*

Eu passo, neste momento, a Presidência dos trabalhos ao Senador Plínio Valério para dar andamento aos procedimentos de submeter, se for o caso e desejar, os nomes para Vice-Presidência e a sua relatoria respectiva.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a todos, a todas, ao Confúcio, porque eu sei o esforço que ele fez para convocar esta reunião. Ele não quis me dizer, mas eu sei que ele teve que se esforçar e se impor para convocar esta reunião.

Eu sei da missão que nós agora vamos cumprir e do fardo que escolhemos carregar. Costumo dizer que na vida a gente tem muitos fardos para escolher qual carregar, e quando a gente escolhe, esse fardo não pode ser pesado, porque a gente o escolheu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que fique claro para os que estão aqui e ouvindo: esta CPI não é contra o Governo. Esta CPI não é para demonizar ONGs. Esta CPI é para satisfazer o sentimento dos amazônidas que já não suportam mais serem usados, utilizados por algumas ONGs que prestam desserviço ao país, ameaçando mesmo – e não é chavão – a nossa soberania.

Nós vamos atrás dessas ONGs que pegam dinheiro em nome da Amazônia e nada fazem pela Amazônia, porque a Amazônia não é floresta só. A Amazônia é o ser humano, é o homem que habita nela!

E a gente pega todos os financiamentos das ONGs para a floresta, para demarcar, para otimizar, ensinar o caboclo a plantar... na realidade, a gente está cansado disso. Aqui só tem amazônidas. Os que não são, como o Mourão – é de pai, mas o Mourão é mais amazônida que muitos de nós –; o Jayme, que também nasceu em outro estado, é mais amazônida do que nós; o Styvenson é acriano de nascimento. E todos nós, Hiran, Zequinha, eu, o Beto, o Marcio, todos nós somos amazônidas.

Portanto, a gente vai dar voz aos invisíveis. O que nós chamamos de invisíveis? Aqueles índios que não fazem parte da narrativa, porque a narrativa é dada de fora para dentro e ela repercutindo aqui... Porque já estão capturados aqueles que vão dar veracidade a esse boato, a essa coisa que existe.

Então, ao longo dos anos, Senador Jaques Wagner, nós, que somos da Amazônia... Eu nasci me vendo sendo espoliado pelas missões religiosas. Menino, no Juruá, já via isso. Todos nós aqui vimos e temos a oportunidade de separar o joio do trigo. A CPI... A ONG que tem seu trabalho reconhecido será atestado por nós todos. E aquelas que nos roubam, Zequinha, que nos usam, que usurpam a prerrogativa do Governo... O Governo – não estou falando do Governo atual, estou falando de todos – passa para algumas ONGs a prerrogativa de Estado.

Então, o momento é de agradecimento. Quero dizer que nada vai nos desviar desse rumo. Só têm amazônidas aqui. A missão é árdua, a tarefa é difícil. Do que eu pude ver, ler, ouvir, conversar, o buraco não é mais embaixo, a coisa é muito mais em cima. E nós vamos desvendar, tentar desvendar isso. Na pior das hipóteses, duas coisas vão acontecer: uma, o Brasil vai tomar conhecimento de que as ONGs não satisfazem a todos, que na Amazônia não tem manipulação com algumas pessoas, que nós, representantes da Amazônia, não somos colonizados, vamos acabar com essa história de eles botarem cavalo de troia na floresta e pensarem que somos colonizados.

Os novos colonizadores são essas ONGs, que são o último elo da corrente. Começam nos grandes fundos internacionais, transnacionais, que financiam grandes ONGs, e por aí vai. E quem financia os grandes fundos, são quem? Indústria do gás, do petróleo, da energia, e por aí afora. Eu só estou dizendo isso, o que não é discurso, para firmar compromisso aqui em nome da Amazônia e do povo brasileiro. Vamos tentar abrir essa caixa de Pandora, tentar abrir essa caixa-preta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dito isso, eu falei hoje com o Beto, Jaques, que quando foi autorizada a indicação dos membros, o Governo, os blocos que apoiam o Governo não se interessaram. E nós conseguimos seis indicações. Com a maioria, pudemos instalar. A partir daí, a gente foi se escalando: eu pretendo ser Presidente; o Marcio Bittar mostrou sua vontade de ser Relator. Juntos, viajamos para São Paulo, fomos à *Folha de S.Paulo*, à Band, à Jovem Pan, à *Revista Oeste*, para falar e tranquilizar a todos de que isso aqui não é para demonizar ONG, nem é contra o Governo. É importante, Jaques, dizer isso diante do Líder do Governo. CPI não é contra o Governo, não tem nada a ver com o Governo. Nós vamos atrás das demais ONGs.

Portanto, pelo esforço que demonstrou, por tudo que já fez, eu escolho o Marcio Bittar como Relator. Eu até já externei essa opinião, Marcio. Nada contra o Beto. O Beto é tão amazônica quando nós. Aí é uma questão de *timing*, é uma questão... A gente não pode já estar há duas, três semanas trabalhando e agora o Beto chega e diz – ele tem todo o direito de dizer –: "Eu quero ser o Relator". Só que a gente acabou se adiantando, pensando que o Governo não mais indicaria os seus membros. Nós estávamos preparados para trabalhar com seis. Então, em nome de todos, pedindo ajuda a Deus, a gente vai fazer o trabalho.

Agora...

Marcio, por favor, componha a mesa aqui conosco. (*Palmas.*)

Já dou a palavra ao Jaques Wagner.

Eu tenho em mente um plano de a gente começar, mas eu não vou ousar colocar isso em prática sem ouvir cada um dos seus membros. Não tem mais eu, não tem o Hiran, não tem a gente: agora nós somos todos só um.

Muita gente diz assim: "Senador, não vai acabar em nada. Já teve a ONG da Funai... Aliás, já teve a CPI da Funai, já teve...". Não é que não vai acabar em nada: é porque há pessoas na vida que pensam que a glória está na vitória, e a glória não está só na vitória; a glória está na luta, que é o que nós vamos encarar daqui para a frente.

Jaques, deixe só o Marcio falar, e eu te concedo a palavra – tá, irmão?

Com a palavra, o Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, boa tarde a todos!

Quero começar agradecendo a confiança do Senador Plínio Valério e dos colegas com os quais eu conversei, fiz uma consulta prévia a respeito de um convite que eu havia recebido do Senador Plínio Valério. Quero aqui repetir as palavras do Senador Plínio para o Líder do Governo, Jaques Wagner, que está aqui na minha frente. Eu já lhe disse pessoalmente, quero repetir na presença de vários colegas de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a Região Amazônica que a CPI não é contra o Governo nem contra as ONGs. O que existe são fatos, documentos, livros, textos de vários escritores que falam de duas vertentes, e acho que nós precisamos investigar aquilo – falo em nome da Amazônia –, passando ao largo de governos. Eu acho que o Governo atual, os governos que passaram e os governos que virão precisam estar muito atentos a toda a movimentação que se faz em nome da Amazônia.

Nós estamos falando de um território que é mais da metade do Brasil. Segundo o ex-Ministro Aldo Rebelo, da tabela periódica a Amazônia tem todos os elementos, tem muita riqueza naquela região, e sobre isto não pode pairar dúvida – como as que eu tenho –: de que parte da nossa soberania sobre a Amazônia já não nos pertence. Entendo que o Governo Federal, seja qual for, ele não pode assistir calado a movimentos que falam em nome da Amazônia, que habitam a imprensa, as universidades, que cooptam jornalistas, sem que o Governo tenha o mínimo controle sobre isso. É uma questão de Estado e não de governo.

Quero aqui cumprimentar o Dr. Hiran, agradecer; o Zequinha também, quero lhe agradecer. Quero cumprimentar de novo o Líder do Governo, Jaques Wagner. Beto, também quero lhe dizer que nós vamos trabalhar aqui com a maior responsabilidade, juntos. Quero agradecer meu colega de Câmara Federal, hoje Senador da República, passando pelo Governo do Estado de Rondônia: muito obrigado pela sua presença nesta Comissão, Confúcio Moura. Hamilton Mourão, quem serviu o Exército Brasileiro conhece a Amazônia mais do que a gente; a gente conhece mais o estado da gente, mas quem serviu o Exército Brasileiro anda, frequenta, morou, esteve trabalhando praticamente em toda a Amazônia; então vai contribuir muito. Jaime, muito obrigado pela sua presença, pelo seu apoio.

E quero aqui fazer uma homenagem à bancada de Parlamentares do meu estado, que me honra muito com a sua presença: Deputado Federal Gerlen Diniz, Deputado Federal Roberto Duarte, Deputado Federal Eduardo Velloso, Deputado Federal Coronel Ulysses, e o meu colega no Senado, Senador Alan Rick. Muito obrigado pela presença de vocês. Muito me honra.

E, por final, Presidente Plínio, conte com a minha dedicação, com o meu foco. Eu e a equipe minha do gabinete estaremos, de hoje para frente, focados, dando prioridade absoluta a esse tema. Muito obrigado pela confiança.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Uma palavra, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Jaime, eu vou falar daquele assunto e já, já... Deixe-me conceder a palavra aqui, porque nós vamos continuar naquele assunto, tá, irmão?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, eu queria cumprimentar e parabenizar tanto V. Exa., como Presidente eleito, como o Marcio, como Relator indicado.

Quero dizer que eu tenho absoluta consciência de que esta não é uma CPI contra o Governo. Acredito na palavra dos dois de que não será uma CPI contra as ONGs. E, no meu estilo de ser, eu acho que na democracia a gente tem que conviver com pensamentos diferentes. E eu digo sempre que a inteligência de habitar na democracia é buscar um caminho onde ninguém sai com 100%, sai com 50%, sai com 60%, sai com 70%, porque a democracia é isto: não quer dizer que o outro esteja errado; o outro pensa diferente da gente.

Eu só me preocupo porque uma das formas de detonar a democracia é exatamente se criar um dogma, uma mistificação, e a partir dali não se conversa nada. Isso vale para todo mundo, tá? Não estou falando nem de V. Exa. nem da CPI das ONGs. Eu lembro só... Por isso falei com o Marcio ontem, falei com o Plínio Valério, com o Beto, que também é da região, é do Pará. Colocou-se, e eu disse só que poderia mesclar porque poderia combinar pensamentos eventualmente diferentes.

De qualquer forma, Presidente Plínio Valério, houve já uma CPI – isso eu quero sempre trazer à baila; conversei com o Marcio também –, que, se não me engano, foi de 2009 a 2011, que resultou, inclusive, num projeto de lei do ex-Senador Tasso Jereissati, que, aproveitando o debate da Comissão, da CPI na época, fez um projeto de lei sobre relacionamento do Estado brasileiro com as ONGs.

E, agora, recentemente, saiu aquilo que eu lhe falei ontem lá – eu até trouxe aqui impresso –: o último relatório do TCU, que sucede aquele relatório feito pelo Ministro do TCU Vital do Rêgo. Esse foi feito... Eu não sei por que houve essa transferência, mas esse seria o relatório final, que não faz nenhuma anotação em relação, pelo menos, às ONGs cujas contas o TCU olhou. Eu não sei exatamente tudo, porque eu recebi agora recentemente.

Então, o que eu espero é que a gente não hostilize nem acoberte nada. Na minha opinião, eu acho que a gente tem que ter transparência até para que, à luz do dia, como se diz, a gente possa tirar dúvidas. Eu, seguramente, não sou um ingênuo, senão não estaria aqui e não teria sido Governador. Alguns falam que acham que é ingenuidade imaginar... Porque, infelizmente, se criou este debate: desenvolvimento *versus* preservação, o que eu acho que é uma coisa totalmente equivocada. Eu acho que preservação e desenvolvimento são demandas atuais. Todo mundo precisa gerar emprego e precisa gerar renda e todo mundo sabe que precisa preservar o planeta, sob pena de muitas coisas.

Então, eu só queria – a minha presença aqui, até porque eu não estou como membro da CPI –, como Líder do Governo, dizer o seguinte: eu não tenho nenhuma desconfiança de que essa CPI seja CPI contra o Governo, espero que ela não seja CPI contra ninguém especificamente, que ela seja uma CPI que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esclareça, até porque nós temos relações internacionais. Eu também não acho que nós temos que ser colonizados. Por outro lado, a convivência com o mundo todo é algo que é necessário. Então, eu vou desejar só a clarividência ao Presidente, ao Relator e aos membros desta Comissão para que a gente consiga tocar o trabalho e não vire um mero – me perdoem o termo – pugilato. Eu acho que a gente tem que tentar fazer as coisas com tranquilidade, com serenidade para ter o objetivo de esclarecer o que se pretende esclarecer.

Então eu estou me colocando à disposição. Não há nenhum antagonismo, e, repito, eu prefiro ficar com a palavra dos dois, do Relator e do Presidente – ou do Presidente e do Relator –, de que não vamos transformar aqui numa estigmatização das ONGs, que eu acho que elas cumprem o seu papel na sociedade moderna.

Era só isso que eu queria falar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaques. E pode ter certeza disto, de que a CPI não é contra, ela é a favor do Brasil, e que não é caça às bruxas, de forma alguma. Quando o senhor fala em hostilizar e acobertar, nós não vamos hostilizar ninguém e acobertar.

Há quem diga – e na prática acaba sendo – que a maior importância numa CPI é da relatoria. Há quem diga e até é. Mas, como autor do pedido, Senador Jaques, eu quero estar na Presidência exatamente para evitar aquilo que houve em CPIs passadas. Aqui não é Big Brother, o Brasil não merece passar por outra vergonha alheia. Aqui ninguém vai prender, arrebentar ninguém. Eu tenho dito – e os membros depois, na prática, vão fazer – que se depender de mim, o depoente vai mentir como quiser. Eu vou estar com o que penso ser verdade, vamos confrontar. Tenha absoluta convicção disso – tenha! Daí a gente estar aqui garantindo.

O Senador Jaime se inscreveu primeiro. Eu o ouço, o Beto depois e o Senador Hiran.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Boa tarde a todos.

Quero dizer ao Senador Plínio Valério, assumindo a Presidência aqui desta Comissão das ONGs, e ao Senador Marcio Bittar, como Relator... E quero dizer para vocês a importância, Senador Jaques, de termos essa CPI das ONGs, até porque eu conheço aquela situação da Amazônia lá há quase 50 anos, que eu estou lá. Então, eu nasci... O que nós precisamos é ter um esclarecimento, a sociedade merece um esclarecimento e principalmente o povo da Amazônia Legal. A Amazônia Legal representa em torno de 53%, 54% do território nacional. Então, não só as pessoas que moram lá, mas o Brasil todo, merecem um esclarecimento para onde que está indo esse dinheiro que as ONGs estão... no que eles estão aplicando e de que forma estão utilizando esse dinheiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui não é contra nada do Governo atual, as ONGs, nós sabemos que começaram lá no ano 2000. Então, nós só queremos, nós precisamos de um esclarecimento para a sociedade. Por quê? Porque o que nós não podemos hoje é interromper qualquer coisa que aconteça na Amazônia; hoje, interrompe-se ferrovia, rodovia, qualquer obra que é feita na Amazônia. Eu me lembro que, quando a Cargill foi se instalar em Santarém, foi o maior caos quando a Cargill foi instalar um porto. Senador Plínio, quando a Cargill foi instalar aquele porto em Santarém, demorou mais de dois anos, houve influência das ONGs, houve influência da questão ambiental.

Gente, como é que nós podemos fazer enquanto... Hoje eu vi uma matéria, Senador Jaques. Enquanto nós não conseguimos fazer mais nenhum metro praticamente de ferrovia, a China está andando, está avançando. Nós não somos contra a preservação; queremos a preservação, queremos que o Brasil progrida, queremos estar conscientes de que temos que andar junto com a produção e com a questão ambiental, mas o que nós mais queremos é que o nosso produtor rural seja remunerado por aquilo que ele preserva lá na Amazônia, porque, Senador Jaques, não é fácil produzir na Amazônia e você hoje ter que preservar 80% da Amazônia. Então, eu queria deixar... Se ninguém for contrário, eu pretenderia ser o Vice-Presidente desta Comissão das ONGs.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Anotado, Senador Jaime.

Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro quero parabenizar aqui a eleição do Senador Plínio, do Senador Marcio Bittar. E, naturalmente, por ser Senador e estar compondo, teria o direito de me apresentar e me apresentei aqui.

Nasci naquela região, tenho 53 anos de idade, nascido na beira de um rio chamado Rio Guamá, que passa ali na frente de Belém. Tenho um trabalho, uma experiência. Nós estamos tratando de uma CPI que está trata das ONGs não só da Amazônia. Embora eu entenda que o foco hoje está estabelecido na Amazônia, mas não é só Amazônia.

Nossa preocupação – e eu vou estar aqui atuando nesse sentido – é garantir efetivamente que a gente faça os esclarecimentos necessários, que a gente ouça, mas que a gente já não parta da ideia de que tem alguns já criminalizados e outros de bem e saia daqui procurando os argumentos para poder fortalecer isso. Acho que nós temos que ouvir todos, e nós temos um tempo razoável de trabalho.

Tenho experiências de ONGs muito positivas que eu pretendo inclusive trazer para esta Comissão, porque tem muita coisa, muito trabalho positivo sendo feito, assim como tem problemas. Em todos os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

segmentos da nossa sociedade, infelizmente você vai encontrar muita gente boa, mas vai também encontrar gente ruim, gente que desvia o caminho. E aí não é só nas ONGs. Então, em todos os segmentos nós temos isso.

E há algumas preocupações minhas. Nós estamos reatando agora, por exemplo, o Fundo Amazônia, reatando, buscando os recursos. Você sabe que ficou interrompido aí por um período, por uma decisão inclusive de governo. Nós tínhamos aqui, inclusive, feito, em 2020, por solicitação da CTFC, uma das Comissões nossa aqui do Senado, uma auditoria no Fundo Amazônia e a relação com que ela trabalhava com as ONGs, financiamento com as ONGs. Na semana passada, saiu um relatório do TCU, saiu um relatório dessa auditoria que diz que tem alguns procedimentos que precisam ser corrigidos, mas não há desvio, não há uma ação deliberada de desviar recursos ou de desviar o sentido do trabalho que teria que ser feito. E nós agora, reatando o Fundo Amazônia, qual é a relação que a gente constrói para que a gente não destrua um projeto que é fundamental para as boas práticas que pretendemos fazer naquela região? Então são ações em que eu acho que vamos ter que trabalhar.

O Senador Jaques Wagner aqui já relatou, já tivemos outras experiências de CPIs, inclusive projetos de leis após os relatórios das CPIs já colocando em projetos aquilo que a gente avaliava naquela CPI que era fundamental. O que não se pode é utilizar... Eu confio e estou confiando na relação que vocês estão estabelecendo nas suas falas que a gente vai aqui, de fato, buscar os esclarecimentos, aperfeiçoar, sair com proposições, inclusive, de aperfeiçoamento de como se investe nesses segmentos, mas nunca sair com a ação já de que tem os errados. Tem que investigar. O papel da CPI é investigar. Não tem relatório anterior ao término do trabalho. Está certo? Não pode ter relatório agora e serem construídos os argumentos depois. Nós já vivemos momentos disso na sociedade brasileira em que primeiro se achava o criminoso e depois ia buscar os crimes. E não foi boa a experiência para o Brasil. Está certo? Não foi boa e nós tivemos que reverter esse impasse.

Então eu estou aqui à disposição para colaborar com o trabalho da mesa e com o trabalho da CPI e espero que a gente faça, de fato, um espaço... Eu tenho visto, por exemplo, outras CPI no Parlamento brasileiro, agora inclusive nós temos CPI atuando, acho muito ruim a metodologia que está sendo utilizada, a forma de convocação; quem é convocado vem, fala e, daqui a pouco, sai e não ouve as perguntas, não ouve as respostas. Eu acho que nesse método nós vamos ter que trabalhar corretamente aqui para que a gente possa chegar ao final dos 130 dias ou mais por acaso, se tiver alguma prorrogação, com o resultado que, de fato, esta CPI contribua para o desenvolvimento, para a nossa região, para a política hoje de diminuição do desmatamento na nossa região amazônica, porque não há outro caminho. Nós temos que garantir isso, sob pena, inclusive, de que aqueles que produzem corretamente – e tem muita gente que produz corretamente – não terem sequer como colocar seus produtos no mercado internacional, pelas queixas que tem, pelas denúncias que tem e pela relação que estão sendo construídas naquela região.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu me coloco à disposição e parabenizo pelo trabalho. Espero que a gente possa fazer um trabalho efetivo que contribua com o país.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto, pode ter certeza absoluta disso. O senhor vai estar presente, é membro, e vai me chamar atenção sempre que eu exceder ou alguém exceder. Quando a gente estiver certo, tenho plena convicção de que o senhor estará conosco; e, quando estiver errado, vai chamar a nossa atenção.

Eu disse aqui, Senadora Eliziane, no começo que – vale repetir para a senhora – que esta CPI nunca foi e não será contra o Governo. Esta CPI não é para demonizar ONGs. Nós temos algumas ONGs, principalmente na Amazônia, que precisam ser investigadas e nos dar resposta.

Jaques, olha só – passo-lhe a palavra já, Hiran –, a Fundação Amazônia Sustentável recebeu 54 milhões do Fundo Amazônia. É lá no meu estado. Ela é responsável pelo Bolsa Floresta, que é de R\$50. Tem algumas coisas que devem ter feito, e nós vamos investigar, mas uma coisa me chama a atenção aqui. Quando a pessoa mandou para mim, dizendo que eu estava errado no que declarei, ela disse o seguinte – olha só –: que houve um aporte de R\$20 milhões do Governo da Amazônia em 2008. Esse aporte terminou em abril de 2015. Depois disso, a FAS seguiu pagando com recursos próprios até março de 2022. Por recursos próprios, entenda-se recursos do FAS aplicado em rendimentos. Então, são coisas para as quais a gente precisa de respostas.

Aí dizem: "Não, o dinheiro é nosso, é da fundação". Beleza! A fundação está correta. Nós não vamos escrever o atestado, mas vai ficar no relatório. Então, são perguntas que a gente precisa... Por que tanto dinheiro para uns e para outros não? Por que o Fundo Amazônia só olha em cima da floresta e não para o que está embaixo?

O senhor mesmo falou: a gente vai colaborar para tornar mais transparente o Fundo da Amazônia. Só maluco recusaria dinheiro internacional, e ninguém é maluco. A gente só quer transparência nele e que atinja também o ser humano, que atinja também aqueles invisíveis.

Com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senador Plínio Valério, nosso Presidente, Senador Marcio Bittar, a quem não tinha tido a oportunidade de parabenizar, mas já havia o compromisso, e, quando o senhor me solicitou apoio, acatei de pronto a proposição de ser o seu Relator.

Aliás, quero dizer aqui que nada contra o nosso querido Senador Beto Faro, mas apenas, pelo princípio da precedência, o senhor me falou já com muita antecedência sobre essa sua proposta de ser o nosso Relator, aliás, muito qualificado por ser um amazônida e conhecer muito a nossa região.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer aqui para o nosso Presidente, para as Sras. e para os Srs. Senadores que nós acabamos de encerrar uma Comissão Externa sobre a crise yanomami.

Em relação a essa polarização, querido Senador, Líder do Governo, Jaques Wagner, a nossa Comissão tinha uma preocupação de que ali se pudesse polarizar entre A, B, ideologias de esquerda, de direita, aliás, um negócio que já está ficando meio enfadonho no nosso país. Eu acho que o país precisa de trabalho, precisa de proposições efetivas que gerem o bem-estar do povo brasileiro.

Então, a nossa Comissão... A Eliziane está aqui, foi Vice-Presidente, e acabamos, inclusive, de fazer uma discussão final sobre o relatório que eu, como Relator, apresentei, e acho, Eliziane, que fizemos um serviço ao nosso país.

Então, eu espero que, assim como aconteceu na Comissão Externa Yanomami, aqui, nesta CPI, nós possamos fazer um bom debate, mas um debate galgado no respeito às divergências, mas sempre, sempre com o objetivo de apurarmos a verdade, porque nós temos uma responsabilidade muito grande com aquela imensa área do nosso país.

Para vocês terem uma ideia aqui, no nosso Estado de Roraima, nós já temos disponíveis para a nossa agricultura familiar e para o agronegócio cerca de 8%, 9%, se considerarmos áreas indígenas, áreas de preservação, enfim, as áreas dos municípios, áreas do Exército.

Então, precisamos discutir muito essa questão para que aquela ajuda que vem dos fundos internacionais não seja, como é o meu pensamento, uma migalha em relação à magnitude do que nós preservamos. Então, que a gente possa, durante esses trabalhos também, valorar aquilo que nós estamos preservando para a humanidade, mas sempre deixando aqui consignado que a Amazônia é e sempre será nossa e tem que ser cuidada por nós. Nós é que precisamos direcionar as políticas que sejam públicas ou em parcerias públicas com essas ONGs, mas que elas sejam sempre, sempre feitas sob a nossa orientação e o nosso controle. É o que nós vamos fazer aqui.

Eu queria, antes de terminar esta minha fala, Presidente, dizer que nós estamos aqui na Casa hoje abrindo o VII Fórum de Saúde Ocular, que acontece todos os anos aqui, no Congresso Nacional. E eu, como Presidente da Frente Parlamentar da Medicina e oftalmologista, assim como o Eduardo Velloso, que acabou de sair daqui, que foi seu suplente e agora é Deputado Federal, aliás, muito envolvido com as causas da saúde, da oftalmologia, enfim... E nós estamos aqui na Casa com três oftalmologistas – um deles é o Israel Rozenberg, que está ali atrás, sentado, que foi meu professor, está aqui presente e vai participar do fórum; e mais Evandro Lucena e Diogo Lucena, que não são parentes, mas que estão aqui presentes também, ali atrás – que vieram aqui fazer o convite para que os Senadores e Senadoras participem da abertura do fórum, que vai ser lá na Câmara dos Deputados, às 17h30.

E, a partir de amanhã, o fórum acontecerá na sala, no anexo... no Plenário 7 da Câmara dos Deputados, onde haverá debate sobre a saúde ocular do povo brasileiro, sobre acesso, aperfeiçoamento e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

participação da oftalmologia nos núcleos de atenção básica do SUS, enfim, assuntos importantes que versam sobre o nosso trabalho no dia a dia do cuidar do povo brasileiro.

Então, está feito aqui o convite, em nome dos meus colegas que estão ali atrás, para que todos participem da abertura e também possam dar uma passadinha lá no decorrer de amanhã, no Plenário 7 da Câmara dos Deputados.

Muito obrigado, meu Presidente, e parabéns pela escolha do Relator, que nos orgulha muito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Hiran, a sua participação só vai engrandecer a CPI. Com os dados que o senhor me disse agora sobre os oftalmologistas, só me resta dizer uma afirmativa: aqui no Senado só não enxerga quem não quer, não é?

Com a palavra, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Senador Plínio, Senador Marcio Bittar, queria cumprimentar V. Exas., desejar sucesso nos trabalhos desta Comissão.

V. Exa. sabe e é clara e notória para todos a minha colocação em relação à instalação desta Comissão, a minha resistência, exatamente pelo volume de organizações sociais que nós temos hoje no Brasil. São milhares de entidades no Brasil.

Então, eu acho que, até pelo tempo que se estabelece no requerimento e pela quantidade de organizações sociais que nós temos hoje no Brasil, se requer desta Comissão muita tranquilidade, muita serenidade, muita sabedoria, para não cometer injustiça, porque eu acho que esse é um dos maiores erros que um ser humano pode trazer, não é?

A gente sabe que hoje a política ambiental brasileira está se reposicionando, sendo recolocada. Nós tivemos aí por anos a fio a negação, eu diria até a exclusão de recursos internacionais que vieram para o país, como os do Fundo Amazônia, que passam a ser retomados.

É bom lembrar também, Presidente, que nós temos bons e maus em todos os lugares, inclusive aqui dentro do Congresso Nacional, nas nossas famílias, nas profissões. Então, isto faz parte da composição humana: ter bons e maus em todos os ambientes. Da mesma forma é também nas organizações sociais: nós temos entidades sérias e entidades não sérias. Então, eu vejo que aquelas na verdade que têm algum desvio de finalidade, que recebem recurso público e não conseguem na verdade fazer a apresentação da prestação de contas não apenas para os órgãos de fiscalização e controle, mas para a sociedade brasileira precisam – não há dúvida nenhuma – responder sobre esses recursos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem entidades... Agora mesmo, na Comissão dos Yanomami, nós recebemos uma entidade que recebeu, nos últimos quatro anos, R\$2 bilhões do Governo Federal, ou seja, R\$500 milhões por ano, ou seja, uma média de R\$50 milhões por mês. É um volume acima de todo o recurso das emendas parlamentares individuais de um Senador. Então, veja que é um volume vultoso para atuar na área da Amazônia. Então, você precisa entender para onde foi esse recurso. E, no meio de tudo isso, você tem uma crise humanitária nos povos ianomâmis sem precedentes na história do Brasil. Então, é preciso entender o que aconteceu.

Então, eu acho que é a esses casos que a gente precisa estar muito atento, e olhar, e verificar, e fazer de fato esse levantamento e esse acompanhamento.

Eu quero dizer ao senhor: não sou membro desta Comissão – até queria ser, mas eu realmente não estou como membro desta Comissão –, estou com uma outra missão numa outra Comissão, que é a CPMI, mas eu quero desejar realmente muito sucesso. E, mesmo estando numa outra Comissão, vou participar, quando for necessário, aqui desta Comissão. Hoje nós estamos na Coordenação da Frente Ambientalista do Senado Federal – ao lado, ali na Câmara dos Deputados, do Nilto Tatto, que coordena pela Câmara dos Deputados –, e quero me colocar à disposição naquilo que de fato estiver diante de nós.

E quero finalizar, Presidente, dizendo que o Senador Dr. Hiran acabou de trazer uma colocação aqui muito pertinente: na vida você faz o embate, mas você também faz o acordo e faz o entendimento. E eu sou uma pessoa que comunga dessa ideia. Na Comissão dos Yanomami, nós tivemos vários embates ao longo da sua formatação, desde a instalação, durante o transcurso das atividades, e hoje nós tivemos um relatório apresentado por unanimidade, porque eu apresentei, Senador Jaques, um relatório em separado, totalmente, aliás, com vários pontos totalmente divergentes do relatório principal do Dr. Hiran. E nós apresentamos 11 propostas, se não me foge a memória, e dois projetos de lei, e apresentei para ele, e falei: "Dr. Hiran, meu objetivo aqui não é derrubar o seu relatório, não é apresentar um outro relatório, para ser aprovado o meu relatório, em detrimento do senhor, que foi eleito para ser Relator desta Comissão". E fiz a ele um apelo para que ele admitisse as nossas alterações, sobretudo aquelas de que a gente não abria a mão. Então, o relatório dele, ao final das contas, não era o relatório ideal que a gente desejava ter, mas foi o que foi possível, porque ele admitiu as nossas orientações, as nossas contribuições – a Senadora Teresa, que acaba de chegar, participou intensamente hoje dessa negociação. Ele admitiu as alterações e todos nós votamos a favor do relatório dele. Isso é democracia, isso é gestão do diálogo, isso é conversação, que faz parte do processo democrático de direito.

Então, é o que eu espero que realmente esta Comissão, ao final, tenha. Eu acho que, quanto mais unidade, mais construção tiver, melhor para o resultado dos trabalhos e, sobretudo, para evitar que qualquer injustiça ocorra com entidades que fazem um trabalho hercúleo não apenas na região da Amazônia, mas em todos os biomas do Brasil. No combate ao desmatamento, no combate, por exemplo,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às queimadas e em todas as outras ações que degradam o meio ambiente, as entidades da sociedade civil, como os povos indígenas, têm um papel, de fato, preponderante.

Então, o meu desejo e a minha torcida é que os seus trabalhos, Senador Plínio, como o do Senador Marcio Bittar, sejam exitosos para o bem Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senadora Eliziane, pode ter certeza de que a sua presença vai ser bem recebida aqui, e a sua participação, melhor ainda. A senhora não é membro, mas terá voz na hora em que vier aqui, porque é isso que a gente quer.

Quando a gente fala, e a senhora cita o período e que são muitas ONGs, claro, nem um terço delas serão investigadas, nem um terço. Aquelas sobre as quais pairam denúncias e dúvidas trazidas pela comunidade, pelos povos da floresta, principalmente pelos indígenas, essas serão confrontadas, nada mais do que isso, e na certeza de que, ao final, nós vamos, sim, com o esforço de cada um de nós, melhorar a distribuição do Fundo Amazônia. E é o que nós precisamos: só melhorar, porque, enquanto o Fundo Amazônia só financiar ONGs que cuidam apenas da floresta, não irá adiante; tem que cuidar também do homem. E a gente vai colaborar, tenha plena convicção.

Aqui não vai ser Big Brother. O Brasil não merece passar vergonha alheia. A gente não pode causar vergonha a este país – a gente não pode, de forma alguma. E eu tenho que aproveitar a bênção e a graça que Deus me concedeu de ser Senador e poder estar aqui na CPI, porque, como menino de barranco que nasceu espoliado, usado pelas missões, naquela época, evangélicas e católicas também, que depois conheceu as ONGs, é hora de a gente desvendar isso, nada mais do que desvendar isso.

Eu quero saudar a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi, que está conosco; a Luciene Kayabi, que esteve comigo; e a outra que a acompanha ali, que eu não... Quero saudá-las e ter a participação de vocês, porque vocês, mais do que ninguém, podem falar. E parabéns por não aceitarem mais tutela. Eu acho que vocês não precisam de tutela, vocês precisam de atenção e dignidade.

Então, deixem-me externar aqui a indicação única do Senador Jaime para o cargo de Vice-Presidente da Comissão.

Consulto os Senadores membros sobre a possibilidade de a escolha do Vice-Presidente dar-se por aclamação. *(Pausa.)*

Com a concordância do Plenário, declaro eleito para o cargo de Vice-Presidente o nosso Senador de Rondônia, Jaime, que vai ocupar aqui – embora venhamos encerrar agora, Jaime, por favor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Teresa, que chegou agora, se quiser falar, depois eu lhe digo, faço um resumo do que nós fizemos aqui. Em síntese, Senadora...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Podia só falar como pretende concluir hoje? Teremos plano de trabalho, obviamente, na próxima reunião?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, para a gente, então...

A gente já pode apresentar requerimentos na Comissão? (*Pausa.*)

Os requerimentos só podem ser apresentados por membros.

A gente tem alguns requerimentos aqui, feitos pelo Relator Marcio, que serão apresentados.

Então, Beto, você não só pode como deve apresentar relatórios, ou melhor, requerimentos. Acho que dificilmente teremos aqui problemas quanto à aprovação de requerimentos.

Senadora Teresa, o que eu disse lá no princípio e que eu acho que interessa muito à senhora, é que esta CPI não é para demonizar ONGs nem é contra o Governo. Ponto. Ela só vai investigar aquelas ONGs sobre as quais pairam denúncias, notadamente aquelas que receberam muito dinheiro e pouco fizeram.

Tanto é que o Fundo Amazônia declara já ter arrecadado cinco milhões e pouco, mas, até onde eu investiguei, foram três milhões e alguma coisa. E o universo que o Fundo Amazônia atingiu, pasmem, 266 mil pessoas num universo, se considerarmos só a Amazônia, de 25 milhões de pessoas. É muito pouco para muito dinheiro, e a gente só quer saber por que tanto dinheiro e pouco trabalho. Nada contra ninguém, tudo a favor do Brasil.

Com a palavra a Senadora Teresa.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa Diretora dos trabalhos e desta Comissão, desta CPI: Senador Plínio Valério, Senador Marcio Bittar, Senador Jaime Bagattoli. Cumprimento os demais membros desta Comissão. Cheguei atrasada porque estava presidindo uma Comissão aqui juntinho, a Subcomissão do Ensino Médio, no âmbito da Comissão de Educação. E fico feliz em ouvir do pronunciamento do Presidente que esta CPI não é contra ninguém, nem pode ser. Espero que ela seja a favor da transparência, a favor da democracia e que possa apresentar resultados auspiciosos. Porque se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cria em determinados momentos conjunturais, sobretudo hoje – não é? –, com o advento da internet, onde uma posição política às vezes ganha dimensão e *status* de um fato consumado... E, nesse aspecto, eu acho que as ONGs muitas vezes são penalizadas, concordando que existem algumas que nem esse nome mereciam ter: o nome, a personalidade jurídica, as finalidades de uma ONG, tudo é consignado em lei, mas existe quem distorça. Distorcem a lei para se constituir como um aparato, para se constituir como um espaço que de fato não representa a sociedade civil, não é? Na hora em que você é uma organização não governamental, essa personalidade lhe diz muito respeito.

Espero também que na próxima reunião a gente tenha um plano de trabalho, eu concordo com o Senador Beto Faro, a gente precisa... E já tem muito material colhido sobre o que a gente vai debater aqui – não é? –, inclusive tramitando no Tribunal de Contas da União, os senhores sabem disso. E eu espero que esse conteúdo possa ser também, institucionalmente, e pelo que nos compete, como Senado da República, apreciado e que possamos apresentar à sociedade um relatório, a exemplo do que fizemos hoje. Quando eu entrei na sala, eu estava ouvindo a Senadora Eliziane falar de uma Comissão técnica que, a princípio, poderia ter sido até traumática, não é? Mas não foi. Eu fui, somente de ontem para hoje, porque fui substituir o Senador Humberto Costa, mas eu sei o quanto de tensão tem naquele tema. E nós conseguimos não esconder a tensão, mas mediar. Mediar a tensão e aprovar um relatório de consenso. Pensávamos até que íamos dar o voto em separado, Senador Marcio, mas não foi preciso, porque houve o momento do diálogo e se construiu um relatório de consenso.

Eu espero que nessa CPI, em que temos, inclusive, uma dimensão maior – não é? –, com mais poderes do que uma Comissão técnica, a gente possa também chegar a esse resultado final de oferecer à sociedade uma leitura do Senado que seja uma leitura proativa, positiva e que possa contribuir com a afirmação da cidadania, com a defesa da democracia e com patamares de civilização e humanização ideais de que o nosso Brasil está precisando muito.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora. E, para que tudo isso aconteça, precisamos e contamos com a sua participação.

Vocês ouviram e quem está ao vivo aqui – o Senador Jaques citou, depois a Senadora Eliziane também tratou e a Senadora Teresa falou – TCU. É um problema, vamos tratar lá na frente. Nós temos um acórdão, publicado, do TCU, onde afirma que colheu de 20, 18 ONGs que cometeram erros. Dois principais: não prestaram conta com o BNDES e gastaram entre si até 85% do que arrecadam. Agora me parece, pelo que o Senador Jaques falou, que existe um outro relatório sobre essas mesmas ONGs dizendo que não tem nada. Então, nós vamos apresentar e começar... Como os senhores veem, como quem nos ouve agora, nós começamos agora, Senador Mourão, a trilhar um caminho extenso, árduo, sujeito a chuvas, tempestades e temporais, mas com a garantia de que não haverá injustiça.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse também, Senadora Teresa, aqui que isso aqui não vai ser Big Brother, isso aqui não vai ser palco para ninguém causar vergonha alheia. O Senado não é palco, o Senado não é circo. E a gente vai fazer isso, sim, a não ser que me tirem da Presidência, porque aqui ninguém vai botar dedo na cara de ninguém: "Você está mentindo, você é bandido, você é corrupto, você roubou". Não, a pessoa vai vir, vai mentir à vontade, e a gente vai pegar o que a gente tem de verdade e confrontar. Só isso. E, no final, a relatoria, com a participação dos membros, vai fazer o seu relatório.

Mas uma coisa é certa lá no relatório: vários projetos de lei para tornar o Fundo Amazônia transparente e necessário para a comunidade indígena. Porque, se eu perguntar para qualquer indígena, aquele que a gente chama de vezeiro, lá dentro, ele vai dizer que o Fundo da Amazônia não serve. E poderá ser muito bom, desde que a gente, com a sua colaboração, possa apresentar projetos.

Eu pergunto ao Senador Marcio Bittar se tem alguns requerimentos para apresentar já hoje.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Tem vários. Eu não sabia que era possível. A informação é que só poderia ser na próxima reunião. Não é isso?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Senador Plínio, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu tinha pedido a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Poxa, vida! É o primeiro erro imperdoável. O Presidente já cometeu esse erro, mas não cheguei a ser injusto. É só um erro. Portanto, fale o dobro agora, Senador.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Plínio, quero cumprimentá-lo por assumir a Presidência e ao Senador Marcio Bittar pela relatoria.

Eu ouvi aqui as manifestações. Lamentavelmente, o nosso Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, já saiu, e eu queria expressar que esta CPI não é uma CPI contra Governo; ela é uma CPI em favor do Estado brasileiro.

Atrás de V. Exa. está um planisfério. É importante que nós, Senadoras e Senadores, entendamos a disputa que existe no mundo de hoje. Os espaços vagos no mundo, onde as grandes potências buscam ter a supremacia são a Ásia Central, a África e a Amazônia. E como se busca ter a supremacia na Amazônia?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por uma estratégia indireta. E a estratégia indireta tem, como um dos seus braços, o uso supostamente benéfico de organizações não governamentais.

Esta é a nossa grande tarefa nesta Comissão: defender o Estado brasileiro, defender o território, o patrimônio que nós recebemos dos nossos antepassados. Nós não estamos aqui para fazer caça às bruxas nem para perseguir ninguém.

Eu vi algumas referências aqui ao Fundo Amazônia. Lamento que o Beto tenha saído. O Fundo Amazônia, por uma decisão errada no primeiro ano do Governo ao qual eu servi, teve a sua comissão de fiscalização mudada. A partir do segundo ano, eu assumi a Presidência do Conselho Nacional da Amazônia Legal, retornei ao que era a comissão anterior, mas aí a disputa política impediu que os países doadores voltassem a abrir os recursos que já estavam represados no BNDES. Essa é a realidade. E, desde os anos 60, com base no pensamento do marxista Michel Foucault, se criou essa teoria da narrativa, e hoje nós vivemos imersos nessa teoria da narrativa.

Então, eu considero, Senador Plínio, que a nossa grande responsabilidade aqui é derrubar narrativas, é sermos os mais corretos, irmos em cima daquilo que realmente ocorre. Qual é o papel dessas organizações não governamentais? Por que elas trabalham em grande quantidade na Amazônia, na África, na Ásia Central e não trabalham em outros lugares? Sob a capa de que estão lá para proteger os indígenas, proteger o meio ambiente, mas qual é o fundo que existe nisso aí? Essa é a grande verdade que nós temos que descobrir nesta Comissão.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Mourão, eu podia até, quando sair, lhe dizer o que eu vou dizer, mas eu prefiro falar de público. Eu ficava olhando para o senhor e me questionando se já tinha lhe dado a palavra. Na realidade, o senhor falou antes e foi tão marcante que eu pensei que o senhor já tinha falado agora.

Estou desculpado?

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – O senhor não precisa pedir desculpa, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, porque aqui a voz é para todos e todas.

Só fazendo aqui... O Senador Marcio vai já comentar. A gente costuma pensar – isso aqui não é lição para ninguém, gente; é conclusão minha – que as guerras são ideológicas. Se você for aos primórdios, guerras foram sempre por espaço territorial, comida e água. Quando eu falo espaço territorial, comida e água, é igual na Amazônia – igual na Amazônia. Na Amazônia não pode nada para nós amazônidas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas ONGs falam: "Precisamos preservar para as futuras gerações". Futuras gerações de quem, cara-pálida? A nossa, que está desnutrida? Os índios, que estão morrendo desnutridos? Quer dizer, futuras gerações deles – deles.

Então, o nosso entendimento, eu vou tentar convencer os membros, é de que há um movimento realmente transnacional para que torne a Amazônia intacta com vários... Antigamente roubavam o minério, diamante, ouro, era isso. Depois roubavam a biodiversidade, era isso. Mas agora não, o objetivo da agenda verde é isolar a Amazônia como um todo. Essa história de dar sempre terra para indígena, terra para indígena... Por que Manaus tem 40 mil indígenas vivendo em condições sub-humanas e vieram dessas áreas, dessas reservas? Se dar terra para o índio resolvesse, Manaus não teria 40 mil índios vivendo em condições sub-humanas, que a gente tem que, vez por outra, socorrer. Então tem algo errado – tem algo errado. O Amazonas preserva 97% de sua floresta e tem 56% da população vivendo abaixo da linha de pobreza. Vale a pena preservar sem olhar para o homem?

Então, são essas indagações que eu trarei pra cá, com participação de todos os membros. A gente acha que, sim, existe um movimento – e se, no final, eu estiver convencido, direi, Senador, o contrário – para tornar a Amazônia no que eu chamo de jardim botânico, uma reserva, uma dispensa dos recursos naturais, mas alguns índios, amigos meus, falam que querem tornar a Amazônia um zoológico. E é em nome desses índios... A esses índios invisíveis – nós vamos começar por eles, viu? – nós vamos dar voz, para que eles venham aqui e digam o que pensam, o que querem e o que não querem, mas principalmente o que não querem.

E me permitam... Mais uma vez, vou aproveitar a condição de ser Presidente.

Algumas emendas parlamentares minhas vão para etnias indígenas. Em uma delas, na etnia tenharim – eu fui lá, fizeram um ritual, e foi legal entregar uma emenda parlamentar –, tinha uma carta em quatro cartolinas. Quem é novo não sabe o que é cartolina, mas a gente que estudou lá atrás... Eram quatro cartolinas grandonas, escritas à mão. E dizia lá, quase que no começo: "Obrigado, Senador de palavra, por nos ajudar a realizar o nosso sonho". Eu estava realizando o sonho deles. Sabem qual era o sonho? Dezenove canoas de alumínio com motor rabeta e duas picapes. O motor rabeta eles vão levar um dia para o castanhal, para colher castanha, melancia e jerimum. Levavam quatro dias, Senador, para chegar e colher castanha lá. Olha o sonho! Olha o sonho do índio tenharim! É o mesmo sonho dos índios dos astros de televisão? Claro que não!

Essa imagem romântica das índias com os seios pontudos, com os índios todos – como é que chama? – divididos não é verdade. A gente depara com índios com os seios no umbigo, sem um pingote de leite para amamentar o filho. A gente depara com índios com frieira, com feridas no dedão do pé, porque foram mordidos por morcego. A gente depara com índios que não têm condição de comer, porque dizem que eles têm que viver isolados. Então, é em nome deles que a gente vai fazer isso. É em nome de vocês que a gente vai fazer isso ir adiante.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcio faz o comentário, e a gente encerra a sessão.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É um breve comentário.

Eu acho que nós, através do esforço, do foco, da resiliência do Senador Plínio, acabamos tendo uma oportunidade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Pode participar...

Então, eu quero, aqui, ao término, Senador Mourão, dizer que eu quero louvar publicamente a resiliência, a persistência, o foco do Senador Plínio, porque esse trabalho persistente dele nos permite tratar dessa questão da forma como V. Exa. abordou.

Eu entendo que esta é a questão central: será que o interesse do Brasil, do Estado brasileiro e não de um governo, não está sendo aviltado? Qualquer recurso externo é bem-vindo ao país? Vírgula! Ele é bem-vindo ao país desde que o país exerça sobre ele, com muita clareza, uma transparência; caso ele esteja em sentido oposto ao interesse nacional, ele não é bem-vindo.

Um país como a Noruega, que é basicamente a grande financiadora do Fundo Amazônico... Nós temos interesse que ela aporte aqui um bilhão, dois bilhões? Temos. Mas, quando ela recebe uma isenção de uma multinacional dela, de capital misto, público e privado, de 7,5 bilhões, tendo aportado apenas 1 bilhão, já na contabilidade ela está no lucro, então, ela já não nos deu nada: ela deu um pedaço e tirou seis pedaços.

Bom, mas esse recurso, se ele vier em sintonia com o interesse nacional, é muito bem-vindo. Mas, se por acaso ele vier corrompendo secretarias estaduais de meio ambiente, se por acaso ele vier corrompendo através de algumas ONGs que acabam fazendo uma campanha no Brasil contra recursos naturais dos quais a Noruega vive, então aí ele passa a ser um recurso perigoso para o Brasil.

Portanto, a última fala minha é para dizer que, Senador Plínio, e eu estou falando isso do meu coração, não há tema que me comova mais do que o tema da Amazônia brasileira. E ele nos dá, com o nosso apoio, a oportunidade de esclarecer coisas, como ele diz... Eu sou acriano, embora nascido no Estado de São Paulo, mas eu não posso me conformar que, depois de 40 anos... A ECO 92 completou 40 anos no ano passado. Eu não posso me conformar com que o meu estado, por enquanto, tenha recebido de todo esse debate internacional e nacional mais pobreza e mais violência.

O retrato do Estado do Amazonas, que disse aqui o Senador Plínio, é o mesmo do Acre. Depois de tudo o que aconteceu, depois de nós termos ministros de Estado uma vez, duas vezes, de termos governos em sintonia com essa visão, nós temos hoje a metade do estado pobre. E não é a metade pobre só de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

branco, não. É a metade pobre de todos, de índios, de seringueiros, de colonos, pobres. Mais da metade da população acriana, se não tiver uma bolsa, qualquer que seja o nome, não come ao longo do mês. Então, a equação precisa ter nela o elemento humano.

Eu pedi a palavra para dizer essas duas coisas: parabenizar o Senador Plínio e louvar a sua fala como alguém que serviu o Brasil e agora serve de outra forma, conhece a Amazônia, e eu sei que o Exército Brasileiro tem essa visão de Estado brasileiro. E na Amazônia, nós temos essa tarefa, esse desafio.

Eu quero aqui assumir o compromisso com o Presidente Plínio, com todos os membros: tudo o que eu puder fazer nesses meses para que a gente contribua para que o país olhe e possa separar um pouco o joio do trigo e apresentar soluções, apresentar propostas legislativas para que a gente aprimore e exclua o interesse externo contrário ao interesse nacional – que a gente possa apresentar isso ao país.

Parabéns pela sua fala, é o centro também da minha preocupação.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Senador Jayme, nosso conselheiro... Não, o senhor vai falar agora, o senhor disse que ia falar.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Obrigado.

Sr. Presidente, prezado e estimado amigo, Senador Plínio Valério, nosso querido Relator Marcio, nosso querido Vice-Presidente, meu xará Jaime, demais Senadores e Senadoras, serei rápido.

Eu me senti até na obrigação de fazer uma pequena fala aqui, na medida em que também fui dos signatários desta CPI, quando V. Exa. me solicitou o debate, de pronto eu assinei, até porque nós temos que passar a limpo, de fato, o que está acontecendo no Brasil em relação a essas ONGs.

Eu, desde o meu primeiro mandato, tinha aqui um colega Senador chamado Mozarildo Cavalcanti, lá do Estado de Roraima, um estudioso da matéria, conhecedor profundo, sobretudo, em relação às ONGs. Ele já tinha, assim, desde aquela época, a sensação de que nós tínhamos que fazer alguma coisa para interromper esse cenário que lamentavelmente nós estamos vivendo até o dia de hoje.

E quem me fez falar aqui foi o Veneziano, nosso Senador aqui, ao dizer que uma ONG recebeu R\$2 bilhões – R\$2 bilhões. É muito dinheiro, não é? Comentava com meu querido Senador Jaime aqui: "Meu Deus, aonde foi esse dinheiro?". É quase algo parecido com R\$50 milhões por mês que receberam e ninguém sabe. E está lá o índio ianomâmi morrendo, desnutrido, sem nenhuma condição de saúde, de transporte, de educação etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, quando o Marcio pontua aqui dizendo da... E o General Mourão, nosso lorde Senador, fala da relação dos interesses internacionais. Nós não podemos abrir mão da nossa soberania nacional. Se ele quiser doar, investir aqui, até porque, a cada dez que ele recebe, ele manda um para cá e fica com nove na tesouraria deles lá... São os grandes defensores do planeta, dos povos indígenas etc.

Portanto, nós, povo brasileiro, temos a obrigação, sobretudo, aqui, se esse trabalho for independente, como eu trabalho... Lamentavelmente tem envolvimento também até de políticos com essas ONGs, que estão ganhando algum. Como lá em Mato Grosso diz, um quequezinho aí. E chegou a hora de nós acabarmos com essa patifaria. Isso é uma verdadeira patifaria. Quando você fala em ONG, virou verdadeira indústria aqui no Brasil. O Senador Mozarildo Cavalcanti tem uma tese de que tem alguns milhares de ONGs nessa vasta região do Brasil, que é a Região Amazônica. Somos mais de 20 milhões de brasileiros que habitamos essa área vasta do Brasil, e lamentavelmente nós talvez não sejamos tratados como devidamente teríamos que ser tratados. Somos lá lamentavelmente vistos como só desmatadores, devastadores da Amazônia brasileira, das nossas florestas, dos nossos ecossistemas, e não é verdade. Nós estamos ali segurando a nossa soberania nacional. Caso contrário, os interesses são muito maiores do que nós pensamos aqui. Todos os dias, eles colocam algo para, se possível, tomarem de nós, tornar ali talvez um outro país independente. Sei lá.

Nós precisamos do quê? Esta CPI, Senador Plínio Valério, eu assinei porque eu confio em V. Exa. V. Exa. é um homem sério, honrado e vai fazer com que possamos de fato e de direito, na conclusão dos trabalhos realizados por membros capitaneados por V. Exa. e pelo Marcio aqui, levar algo de concreto, para que seja realmente uma Comissão pró-ativa, de resultado em favor daquilo que se propõe esta CPI aqui, que é das ONGs.

Por isso, aqui eu quero participar. Mesmo não sendo membro titular, de vez em quando, venho dar uma peruada aqui. Eu venho de um estado também de dimensão continental, que é o Mato Grosso, com 900 mil quilômetros quadrados. Temos 63% da nossa área toda preservada, somos hoje campeões da produção nacional e lá eu vejo: temos muitas etnias do nosso estado que não têm o devido tratamento. Particularmente eu tenho investido muito. Só este ano já mandei três, quatro, cinco tratores de pneu, com grade, com arado, para dar para os índios trabalharem. Sou muitos os meus amigos que me procuram. Agora mesmo, estou comprando – não eu comprando, mas com emendas nossas – cinco caminhonetes para atender, para transportar: até um dia desses, adoecer e não tem um automóvel para levar lá de sua etnia, muitas vezes a 300km, 400km – não tem um carro para transportar o seu filho que está doente lá. Então, estamos destinando recursos nossos da emenda, como o senhor destinou, para comprar os barcos etc. do Amazonas. Só este ano, aqui, nós estamos destinando R\$4 milhões a R\$5 milhões só para os povos indígenas do Mato Grosso, porque eu sei que eles querem produzir, eles querem ser tratados como tal, querem ser gente. Eles não querem ficar no anonimato, eles não querem ser subservientes a qualquer um que seja; eles querem ter o direito, como todos nós brasileiros temos, de ter seu celular, de ter sua caminhonete, enfim, de ter mais saúde, de ter educação etc.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, cumprimento V. Exa., torço por esta CPI e aposto que vai dar certo, até porque V. Exa. é conhecedor do assunto e o Marcio, meu xará, conhecedor também do seu Estado, Rondônia. E quero dar minha contribuição também, como ex-Governador do Mato Grosso, duas vezes Senador da República, três vezes Prefeito, enfim, de um homem de 72 anos que conhece perfeitamente a realidade do nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Jayme, agradeço muito. O senhor foi um dos primeiros a assinar o pedido de CPI e resistiu heroicamente. Quando o senhor... O senhor me disse uma coisa – essa frase vocês não vão entender, mas eu gostei da frase. Falei: e aí, alguma pressão? Ele disse: "O que este braço aqui assina nada mais vai apagar". E a gente conseguiu as assinaturas necessárias para isso.

Então, eu queria encerrar, mas nós vamos... Terça-feira eu acho que a gente pode ver o horário, porque depende muito do Plenário. A gente pode... A gente comunica depois cada um dos membros, mas terça-feira pela manhã... Terça-feira pela manhã...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso. E amanhã protocola os requerimentos.

Eu queria então encerrar e deixar aqui, me permitam...

Pergunto ao Senador Mourão se quer falar novamente. *(Pausa.)*

Tranquilo. Pode sim. Aqui pode sim.

Se o Senador Jaime quiser falar e também o Senador Izalci, que acabou de chegar, eu não poderia não dar a palavra.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Senador Plínio, eu só deixo a seguinte mensagem: a selva nos une. E tudo pela Amazônia!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E o sentimento de quem é espoliado, de quem é sacaneado a vida inteira também nos une.

Senador Izalci ou Teresa, se quiserem falar de novo, sem problema.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo pela iniciativa. Eu aprendi aqui no Congresso: "nada sobre nós, sem nós". Então, para discutir a Amazônia, discutir toda essa região, têm que ser vocês que estão lá no mundo real. Muita gente dá muito palpite, decide muitas coisas sem sequer saber do que está falando ou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem conhecer o mundo real. Eu sei das dificuldades. Estive recentemente na floresta e vejo o pessoal com muita dificuldade, mas o potencial que a Amazônia tem, a biodiversidade é muito grande.

Então, aqui a gente precisa, inclusive... CPMI é para mostrar a verdade dos fatos. Não podemos ser, como já aconteceu ontem – nem sei se foi ontem ou se foi hoje –, um lugar onde você tem uma CPMI direcionada, em que a Mesa já tem definido onde quer chegar. E a gente sofreu muito isso.

Espero que aqui não aconteça isso, porque a questão da Amazônia é a questão do Brasil; não é só de vocês, mas vocês são fundamentais, vocês que estão lá no dia a dia.

Então, desejo muito sucesso. Independentemente de participar aqui ou não, porque V. Exa. é o nosso Líder aqui, estarei aqui acompanhando. Contem comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Izalci Lucas.

Senadora Teresa, a senhora gostaria... (*Pausa.*)

Obrigado pela sua presença.

Dou aqui dois exemplos: dos marubos e dos banfuas. Por aquele crime do jornalista, do sertanista, do ambientalista, de que todo mundo falou, Atalaia do Norte virou capital mundial. Deram repercussão – e têm que dar –, porque crime é crime, tem que ter punição, o assassino tem que ser punido. Passou tudo, e eles voltaram a ter o IDH pior – é o segundo pior do Amazonas. E a gente também conseguiu ajudar, olhem só, a população brasileira com uma emenda parlamentar para uma UBS flutuante que vai exatamente atender os marubos e os ribeirinhos que criaram esse conflito lá na área. É essa hipocrisia, essa cretinice que a gente não aceita mais.

Quem quiser que aceite. Quem for do Sul, do Sudeste, quem quiser que aceite, mas nós, amazônidas, não podemos aceitar isso. É muita cretinice, é muita hipocrisia, uma UBS de uma emenda parlamentar de R\$2 milhões... O BNDES passa diante do Fundo Amazônia, 30, 17, 34, 54 milhões... O Fundo Amazônia gastou três bilhões e pouco para atender a 266 mil pessoas na Amazônia. Só se ele construiu... Sei lá! Então, a gente vai em busca disso.

E, se terra resolvesse problema de índio, não tinha 40 mil índios em Manaus atrás de terra, brigando por terra, invadindo área, sendo expulsos... Vez ou outra ligam para mim, aí vai um advogado amigo meu para não deixar expulsar.

É essa a realidade que a gente vai mostrar para vocês, Brasil. É essa a realidade que nós vamos trazer, escancarar isso, para que o brasileiro, a brasileira, depois não digam que não foram avisados porque conhecem a Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conhecemos a Amazônia! Esse pessoal fala de carinho, fala de amor, e não pode falar de amor quem nunca soube amar! Esse pessoal não ama a Amazônia! Nós amamos a Amazônia. Por isso que a gente defende a Amazônia.

Agradecendo a Deus pela graça de ser Senador e a presença de vocês, reiteramos aqui o compromisso de não fazer vergonha a ninguém neste país. Esta CPI é para clarear, é para ajudar que os recursos internacionais e públicos sejam canalizados para quem precisa, e não para ajudar essa vida nababesca dessa gente.

A FAS (Fundação Amazônia Sustentável) está aqui, uma atriz dizendo que está indo à Ilha da Madeira, em Portugal, participar de uma reunião promovida por essa fundação, que diz que tem recurso próprio e que vive de rendimento de recurso próprio. Recurso próprio... Desculpem se a gente ri, mas é que a coisa é tão ridícula...

Então, a gente vai em busca destas indagações: quem são vocês, de quem receberam o dinheiro, por que receberam o dinheiro, o que fizeram com esse dinheiro. Aí nós vamos atrás, para ver se realmente eles fizeram com esse dinheiro.

Agradecendo a Deus por essa graça alcançada, a paz de Cristo a todos, e sigamos em paz.

Declaro encerrada esta nossa sessão.

(Iniciada às 14 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 01 minuto.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e nove minutos do dia vinte de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Veneziano Vital do Rêgo, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Augusta Brito, Weverton e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa - Requerimentos..**

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 1 de 2023 que : "Convida Luciene Kujãesage Kayabi, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 2 de 2023** que : "Convida Adriel Kokama, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 3 de 2023** que : "Convida Alberto Brazão Goes, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 4 de 2023** que : "Convida Valdeci Baniwa, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 5 de 2023** que : "Convida Marcelo Xavier, ex-presidente Funai." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 6 de 2023** que : "Convida Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 8 de 2023** que : "Convida Eduardo Fortunato Bim, Procurador Federal e ex-Presidente do Ibama." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 9 de 2023** que : "Convida Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Abin." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 10 de 2023** que : "Convida Lorenzo Carrasco, jornalista." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 11 de 2023** que : "Convida Evaristo de Miranda, pesquisador aposentado da Embrapa." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 12 de 2023** que : "Convida Ricardo Sales, Deputado Federal e ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 13 de 2023** que : "Convida o Senhor General Augusto Heleno, Ex-ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 14 de 2023** que : "Convida o Senhor Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 15 de 2023** que : "Convida o senhor Aldo Rebelo, ex-deputado federal e ex-Ministro de Estado." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 16 de 2023** que : "Convida Marco Túlio Scarpelli Cabral, conselheiro da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 17 de 2023** que : "Convida a Senhora Joenia Batista de Carvalho, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 28 de 2023** que : "Convida o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pesquisador Luís Ercílio Faria Junior, pesquisador e doutor em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 29 de 2023** que : "Convida o Senhor Raimundo Ferreira de Sousa, morador da Comunidade Capixauã." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 30 de 2023** que : "Convida o Senhor Luiz Carlos Molion, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 31 de 2023** que : "Convida o senhor Benjamin Benzaquen Sicsú, presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - REQUERIMENTO Nº 32 de 2023** que : "Convida Ysani Kalapalo, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - REQUERIMENTO Nº 33 de 2023** que : "Convida a Deputada Federal Sílvia Waiapi, deputada federal." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 23 - REQUERIMENTO Nº 34 de 2023** que : "Convida Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 24 - REQUERIMENTO Nº 37 de 2023** que : "Convida Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no estado do Pará." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 25 - REQUERIMENTO Nº 38 de 2023** que : "Convida Aldo Rebelo" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 26 - REQUERIMENTO Nº 7 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Receita Federal." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 27 - REQUERIMENTO Nº 18 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MRE (Ministério das Relações Exteriores)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 28 - REQUERIMENTO Nº 19 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 29 - REQUERIMENTO Nº 20 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 30 - REQUERIMENTO Nº 21 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 31 - REQUERIMENTO Nº 22 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 32 - REQUERIMENTO Nº 23 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo TCU (Tribunal de Contas da União)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 33 - REQUERIMENTO Nº 24 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pela CGU (Controladoria- Geral da União)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 34 - REQUERIMENTO Nº 25 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 35 - REQUERIMENTO Nº 26 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 36 - REQUERIMENTO Nº 27 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 37 - REQUERIMENTO Nº 35 de 2023** que : "Requisita Perito da PF." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 38 - REQUERIMENTO Nº 36 de 2023** que : "Requisita servidor do TCU." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 39 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 39, de 2023**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Missão Evangélica Caiuá, Rev. Geraldo Silveira Filho, informações sobre a atuação da organização que dirige no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 40 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 40, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Kathyana Buonafina, informações sobre o Transferegov.br (antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv)." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 41 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 41, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim de expor sobre o estudo FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 42 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 42, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, Laís de Figueiredo Lopes, informações sobre a suficiência ou não da legislação que rege as atividades das ONGs no Brasil, sua presença pode esclarecer sobre a eventual necessidade de aprimoramentos legislativos sobre o tema." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 43 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 43, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro relator do processo 042.666/2021-0 do Tribunal de Contas da União (TCU), Antônio Anastasia, informações sobre os problemas identificados no programa Pátria Voluntária." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 44 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 44, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da Sitawi Finanças do Bem, Leonardo Letelier, importantes informações a respeito da atuação de ONGs no Brasil e o seu impacto econômico." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 45 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 45, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Missão Novas Tribos do Brasil, informações sobre o recebimento de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, para sua atuação na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 46 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 46, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Coordenadora da pesquisa "TIC Organizações Sem Fins Lucrativos" do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Catarina Ianni Segatto, verificar informações a respeito das ONGs no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 47 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 47, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o programa "Abrace o Marajó", relativas ao período de março de 2020 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 48 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 48, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, informações sobre autos de infração, embargos e outras sanções administrativas aplicadas contra organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 49 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 49, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria Geral da União (CGU), informações sobre o extinto programa Pátria Voluntária, relativas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao período de julho de 2019 a dezembro de 2022." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 50 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 50, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Polícia Federal, informações sobre inquéritos e investigações relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes de natureza socioambiental (Lei nº 9.605/1998 e outras aplicáveis) por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 51 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 51, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Banco Central, como funciona o ingresso de recursos internacionais para associações civis sem fins lucrativos no Brasil." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 52 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 52, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informações sobre a existência de inquéritos civis públicos, ações civis e penais relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes ambientais por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 53 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 53, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Controladoria-Geral da União, informações sobre Organizações da Sociedade Civil, notadamente os bancos de dados inseridos no "Conecte-se". **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 54 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 54, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Carla Bezerra, informações sobre o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC)." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 55 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 55, de 2023** que: "Requer convite para CPI" **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 56 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 56, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre a relação do órgão com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 57 - Requerimento da CPI DAS ONGS nº 57, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Izabel do Rio Negro, Barcelos de Novo Airão, informações sobre compras de terras por organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Deliberativa - Apresentação e apreciação do Plano de Trabalho. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Plano de Trabalho. Autoria:** Sen. Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/20>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião destina-se à apresentação e à apreciação do plano de trabalho e à deliberação de requerimentos.

Antes de conceder a palavra ao Relator, o Senador Beto está apresentando extra...

Com a palavra, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, acho que a gente podia... Nós estamos apresentando aí cerca de 15 requerimentos, requerimentos de informações trazidas de pessoas à Comissão para esclarecer...

Eu queria, inclusive, sugerir, mesmo antes da leitura do plano de trabalho, ao nosso Relator Marcio que a gente, na ordem aqui dos nossos requerimentos, num primeiro momento da CPI, pudesse ter aqui as instituições públicas, que repassam recursos para essas entidades, para essas ONGs, mostrando para a gente como é que feito, para a gente dar uma nivelada nesse passo, quais são os procedimentos, quais são os parâmetros, o que é que tem sido feito, para, numa ordem seguinte, a gente chamar aquelas entidades que a gente avalia serem necessárias para prestarem os esclarecimentos e fazerem as investigações a que a CPI está se propondo. Então, sugeri isso.

Peço que a gente inclua – não sou só eu – como extrapauta... Eu devo ser o Senador que tem mais requerimentos extrapauta, mas tem outros Senadores. Trabalho aqui para que a gente faça, inclusive, o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento para que a gente aprove todos os requerimentos e aprove o plano de trabalho. E, a partir daí, então, a gente organizaria com a Mesa esse plano de trabalho.

Acho que, assim, a gente começa bem, começa trabalhando no sentido de que a gente não achou o culpado antes do tempo. Vamos, no debate da CPI, buscar aqueles que têm responsabilidade com as questões que estão sendo levantadas.

Por isso, eu peço que a gente – não sei se o correto é extrapauta – possa incluir e aprovar todos os requerimentos. Chegou o Senador Zequinha Marinho, que, inclusive, é um dos que têm extrapauta também. Que gente possa aprovar todos.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto. É importante a sua participação para que fique claro que esta CPI não é contra o Governo. Então, é importante a participação do PT. É importante a gente acatar seus requerimentos. Depois, a gente faz a pauta. Serão acatados, vão se votar em bloco, colocando aqui para o Plenário.

O Senador Zequinha também tem requerimento extrapauta.

Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – ... Presidente, em função da correria nas outras Comissões, Senadores Beto e Marcio.

Nós queremos apresentar um requerimento que se fundamenta em algumas ações que acontecem hoje na Região Amazônica lideradas pelo Instituto Socioambiental, que é uma das ONGs mais atuantes naquele pedaço de país, que influencia na criação de reservas indígenas, de reservas ambientais, em decisões judiciais, em defesas do Ministério Público Federal, enfim, em uma série de coisas. Eu acho que é uma das ONGs mais atuantes e mais poderosas em termos de condições financeiras para atuar, para trabalhar. É muito importante que a gente converse de perto, porque, lamentavelmente, essa atuação não é do interesse público. O interesse público está sendo jogado de banda. A população está sofrendo. A região está sendo prejudicada. E a gente precisa passar isso a limpo. E, aqui, eu acho que este espaço é fundamental.

Nosso requerimento. Nos termos do art. 58, §2º, inciso V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de prestarem informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na Região Amazônica, as pessoas abaixo:

- a Exma. Sra. Thais Santini, Procuradora da República em Altamira;
- e o representante oficial, o titular do Instituto Socioambiental.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso requerimento.

Nós pedimos esse extrapauta, contando com a aquiescência dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

A exemplo do que vai ser feito com os do Senador Beto, nós vamos colocar em votação em bloco.

Eu pergunto, Beto, se você quer destacar para que quem esteja aqui tome conhecimento? É destacar não na votação, mas para que quem esteja aqui tome conhecimento de alguma prioridade sua.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não? Tranquilo.

Relator, alguma observação?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só uma observação pertinente à fala do Senador Beto. A gente concorda com esse encaminhamento. O Presidente vai ter a prerrogativa de ordenar a lista dos convidados, mas, em linhas gerais, Senador Zequinha, a ideia exposta pelo Senador Beto coincide com a do Relator. Para chamar ONGs, nós precisamos, primeiro, pedir as informações para, em tendo as informações em mãos, aí, sim, poder chamar com conteúdo, com base. Enquanto isso... Isso não impede que a gente... Então, a gente... No roteiro aqui das proposições, estão convites a pessoas, que são combinadas com o Presidente, que falam do tema, que conhecem o tema, que ocuparam ou que ocupam posições importantes com relação à Amazônia brasileira, e pedidos de informações. E, aí, dessa maneira, nós vamos ter base para, numa segunda etapa, saber em que momento a gente chama os representantes de algumas ONGs que a gente entender que sejam fundamentais para o esclarecimento.

Eu queria apenas cumprimentar o Presidente Plínio, parabenizar pela *performance* ontem nos veículos de comunicação nacional e dizer que eu fico impressionado, Senador Zequinha, quanto mais eu leio, Beto, sobre essa questão, Senador Confúcio. É impressionante. Já está chegando em minha mão muito material, e o que me impressiona é como tem gente falando da Amazônia há 40 anos, recebendo dinheiro e a Amazônia está cada dia mais pobre. É impressionante isso.

E, sim, são coisas absolutamente subjetivas. A nosso ver, agora, por exemplo, no Acre, a pedido de algumas ONGs, o Ministério Público Federal mandou suspender o projeto de licitação do projeto executivo de uma obra que liga uma região do Acre a Cruzeiro do Sul, Pucallpa, no Peru, condenando, simplesmente assim, condenando à eterna pobreza aquela região, porque é humanamente impossível que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela produza o que seja para tirar lá de Cruzeiro do Sul, a 670km de Rio Branco, para vender em Rio Branco ou Porto Velho ou Sul do país.

Quer dizer, então, a impressão que fica – e é isso que a CPI, me parece, precisa tentar elucidar para o Brasil – é que, ao cabo de tudo isso, você tem uma militância na Amazônia brasileira, financiada por capital nacional e externo, cujo objetivo, no final das contas, é trabalhar contra hidrelétricas, contra estradas, contra pontes, contra estação mineral, contra inclusive a possibilidade de que os próprios índios possam de fato ser donos da sua terra. E é isso que a CPI vai tentar elucidar.

Sr. Presidente, estamos prontos para ler o relatório interno.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Marcio, a gente vai submeter os requerimentos, mas o meu mestre, Senador Confúcio, chegou há pouco, e nós estamos a caminho de decidir e votar em conjunto os pedidos extrapauta do Senador Beto, Senador Zequinha, meu, se o senhor tiver algum também... Mas eu gostaria de ouvi-lo aqui, nem que seja para dizer que está tudo bem. Está tudo bem? (*Risos.*)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Pode continuar, está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Se o senhor ordena, então eu continuo.

Passamos à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e, com a anuência do Plenário, também dos seguintes requerimentos extrapauta: Requerimentos 39 a 54, do Senador Beto Faro; 55/2023, do Senador Zequinha Marinho; 56 e 57 do Senador Plínio Valério.

Nos termos do art. 235, III, "d", item V, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco dos requerimentos constantes da pauta.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos: Zequinha, Beto, Confúcio.

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 1/2023

Convida Luciene Kujãesage Kayabi, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 2/2023

Convida Adriel Kokama, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 3/2023

Convida Alberto Brazão Goes, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 4/2023

Convida Valdeci Baniwa, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 5/2023

Convida Marcelo Xavier, ex-presidente Funai.

Autoria: Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 6/2023

Convida Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 8/2023

Convida Eduardo Fortunato Bim, Procurador Federal e ex-Presidente do Ibama.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 9/2023

Convida Luiz Fernando Corrêa, Diretor-geral da Abin.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 10/2023

Convida Lorenzo Carrasco, jornalista.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

Requerimento Nº 11/2023

Convida Evaristo de Miranda, pesquisador aposentado da Embrapa.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 12/2023

Convida Ricardo Sales, Deputado Federal e ex-Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 13/2023

Convida o Senhor General Augusto Heleno, Ex-ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 13

Requerimento Nº 14/2023

Convida o Senhor Rodrigo Agostinho, Presidente do Ibama.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 14

Requerimento Nº 15/2023

Convida o senhor Aldo Rebelo, ex-deputado federal e ex-Ministro de Estado.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 16/2023

Convida Marco Túlio Scarpelli Cabral, conselheiro da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 17/2023

Convida a Senhora Joenia Batista de Carvalho, Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 17

Requerimento Nº 28/2023

Convida o Pesquisador Luís Ercílio Faria Junior, pesquisador e doutor em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará.

Autoria: Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 29/2023

Convida o Senhor Raimundo Ferreira de Sousa, morador da Comunidade Capixauã.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 19

Requerimento Nº 30/2023

Convida o Senhor Luiz Carlos Molion, professor e pesquisador da Universidade Federal de Alagoas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 20

Requerimento Nº 31/2023

Convida o senhor Benjamin Benzaquen Sicsú, presidente do Conselho de Administração da Fundação Amazônia Sustentável.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 21

Requerimento Nº 32/2023

Convida Ysani Kalapalo, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 22

Requerimento Nº 33/2023

Convida a Deputada Federal Sílvia Waiapi, deputada federal.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 23

Requerimento Nº 34/2023

Convida Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 24

Requerimento Nº 37/2023

Convida Marcelo Norkey Duarte Pereira, conselheiro da área de prestação ambiental triunfo do Xingu, no estado do Pará.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 25

Requerimento Nº 38/2023

Convida Aldo Rebelo

Autoria: Senador Nelsinho Trad



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 26

Requerimento Nº 7/2023

Requer que sejam prestadas informações pela Receita Federal.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 27

Requerimento Nº 18/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MRE (Ministério das Relações Exteriores)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 28

Requerimento Nº 19/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MMA (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 29

Requerimento Nº 20/2023

Requer que sejam prestadas informações pela FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas).



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 30

Requerimento Nº 21/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 31

Requerimento Nº 22/2023

Requer que sejam prestadas informações pela Abin (Agência Brasileira de Inteligência)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 32

Requerimento Nº 23/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo TCU (Tribunal de Contas da União)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 33

Requerimento Nº 24/2023

Requer que sejam prestadas informações pela CGU (Controladoria- Geral da União)



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 34

Requerimento Nº 25/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 35

Requerimento Nº 26/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 36

Requerimento Nº 27/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 37

Requerimento Nº 35/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requisita Perito da PF.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 38

Requerimento Nº 36/2023

Requisita servidor do TCU.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 39

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 39, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente da Missão Evangélica Caiuá, Rev. Geraldo Silveira Filho, informações sobre a atuação da organização que dirige no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 40

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 40, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Secretária Adjunta de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Kathyana Buonafina, informações sobre o Transferegov.br (antigo Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Siconv).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 41

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 41, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para o fim de expor sobre o estudo FASFIL – As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 42

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 42, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Comissão de Direito do Terceiro Setor da OAB/SP, Laís de Figueiredo Lopes, informações sobre a suficiência ou não da legislação que rege as atividades das ONGs no Brasil, sua presença pode esclarecer sobre a eventual necessidade de aprimoramentos legislativos sobre o tema.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 43

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 43, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro relator do processo 042.666/2021-0 do Tribunal de Contas da União (TCU), Antônio Anastasia, informações sobre os problemas identificados no programa Pátria Voluntária.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 44

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 44, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor CEO da Sitawi Finanças do Bem, Leonardo Letelier, importantes informações a respeito da atuação de ONGs no Brasil e o seu impacto econômico.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 45

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 45, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Missão Novas Tribos do Brasil, informações sobre o recebimento de recursos nacionais e internacionais, públicos e privados, para sua atuação na Amazônia Legal.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 46

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 46, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Coordenadora da pesquisa "TIC Organizações Sem Fins Lucrativos" do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação, Catarina Ianni Segatto, verificar informações a respeito das ONGs no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 47

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 47, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre o programa “Abrace o Marajó”, relativas ao período de março de 2020 a dezembro de 2022.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 48

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 48, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, informações sobre autos de infração, embargos e outras sanções administrativas aplicadas contra organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 49

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 49, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Casa Civil da Presidência da República e da Controladoria Geral da União (CGU), informações sobre o extinto programa Pátria Voluntária, relativas ao período de julho de 2019 a dezembro de 2022.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 50

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 50, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Polícia Federal, informações sobre inquéritos e investigações relacionados aos cometimentos de danos e/ou crimes de natureza socioambiental (Lei nº 9.605/1998 e outras aplicáveis) por parte de organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 51

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 51, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante do Banco Central, como funciona o ingresso de recursos internacionais para associações civis sem fins lucrativos no Brasil.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 52

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 52, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, informações sobre a existência de inquéritos civis públicos, ações civis e penais relacionados ao cometimentos de danos e/ou crimes ambientais por parte de organizações não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público e associações de classe no território nacional.

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 53

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 53, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Representante da Controladoria-Geral da União, informações sobre Organizações da Sociedade Civil, notadamente os bancos de dados inseridos no "Conecte-se".

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 54

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 54, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Representante do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, Carla Bezerra, informações sobre o Mapa das Organizações da Sociedade Civil (MOSC).

Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 55

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 55, DE 2023

Requer convite para CPI



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 56

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 56, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pela Senhora Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, Joenia Batista de Carvalho, informações sobre a relação do órgão com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 57

REQUERIMENTO DA CPI DAS ONGS Nº 57, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos de Novo Airão, informações sobre compras de terras por organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.)
– Apenas para dizer da concordância com o que foi colocado pelo Relator, Senador Marcio.

É muito importante que, quando a gente receba aqui, já se tenham levantado todas as informações que tenham sido possíveis, porque nem tudo é possível. Eu também vou receber hoje da Senadora Tereza Cristina um bom pacote de informações, a gente tem outras fontes que pode buscar e é possível enriquecer aqui um bom debate no dia dessa oitiva.

Uma das coisas também que me chama muito a atenção e me incomoda é o comportamento do Ministério Público Federal com as ONGs. As ONGs têm uma articulação muito grande com a Justiça, Ministério Público e imprensa, capazes de fazer qualquer tempestade em copo d'água. E isso a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisa ver com muito carinho, com muita calma, porque são aliados importantes, são servidores públicos importantes, que, de repente, ao invés de trabalharem pra defender o interesse da sociedade, se colocam e trabalham, investem muito, a sociedade pagando os seus salários, que não são ruins – não é, Senador? –, são bons salários, mas essas pessoas, lamentavelmente, na grande maioria dos encaminhamentos que fazem, não o fazem em defesa da sociedade, mas de interesses políticos, ideológicos, bandeiras que são financiadas pelo capital externo pra segurar a produção e uma série de coisas.

Não é saudável, não é saudável essa relação que hoje as ONGs mantêm com o Ministério Público Federal. É horrível isso! O Ministério Público Federal tem que ser uma instituição isenta; como fiscais da lei, têm que estar ali prontos pra tomar conhecimento não só do texto, mas do contexto, de tudo, e se posicionar pra que a Justiça possa funcionar.

Por outro lado, há uma tendência de o juiz sempre estar atendendo ao Ministério Público, ao promotor, nos seus encaminhamentos. A gente está vendo...

Aqui, por exemplo, nós estamos enfrentando um problema lá no Pará e Mato Grosso. Ferrogrão: não foi uma ONG que entrou contra a Ferrogrão, foi um partido político, foi o PSOL que entrou, e o ministro acatou, não é? Mas parece que acata sem prestar atenção no que está fazendo. Naquela rodovia lá, a BR-163, onde a Ferrogrão vai acontecer, na sua margem, o tempo todo, é caminhão rodando dia e noite, queimando óleo diesel, combustível fóssil, emitindo toneladas de gases de efeito estufa, poluindo. Aí eu impeço o avanço de um projeto de transporte sustentável como uma ferrovia, ainda mais utilizando a mesma faixa da rodovia.

Eu fico, assim, preocupado! "Ah, mas passa num parque e o projeto pegou, pediu 800ha". Sim, pediu porque, de repente, tem que abrir um pouco mais, mas é uma bitola aqui do lado. Só que está tirando 800ha, mas está agregando, numa outra reserva, cinquenta e um mil e uns quebrados de hectares, quer dizer, a reposição por uma possível agressão, à margem da estrada, é 51 mil vezes maior do que o que está... Então, não há de se reclamar da questão ambiental. E eu fico, assim, preocupado. E o juiz que não leu, não viu, manda suspender uma obra, dá prejuízo pro país, dá prejuízo pros municípios, dá prejuízo pro estado.

Um prejuízo, vou citar um aqui, só unzinho, como se diz lá em Belém. Barcarena é uma cidade portuária nossa lá. Uma das empresas, que tem porto grande e traz grãos, soja, milho, tal, não sei o que, lá no Porto de Miritituba, que embarca no navio aqui em Barcarena, sai da barcaça e passa pro navio, ela ia fazer, há dois anos atrás, investimentos de R\$1,5 bi. Aí suspendeu o investimento, em função dessa ação aqui. Quer dizer, poxa, num dos nossos municípios, que precisa tanto, o estado precisa tanto, o município precisa: um investimento de 1,5 bilhão suspenso até agora porque o Judiciário acata uma ação que não tem fundamento. Não há fundamento, nem na parte jurídica nem na parte ambiental. Mas acata. Isso é muito difícil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos trabalhar aqui pra ver se a gente faz um bom debate e escuta esse povo, porque não é possível que atrapalhem a vida de tanta gente, de um país que precisa tanto crescer, por causa desse tipo de procedimento.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senador Zequinha.

Nosso Senador Mecias, de Roraima – aqui os suplentes terão também voz o tempo inteiro –, deseja fazer uso da palavra, Senador Mecias? Senador, deseja fazer uso da palavra depois? Então, eu também, depois...

Oi, Beto, desculpa.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente, por conceder a palavra.

A linha de raciocínio é aquela que eu externei no início, de que a gente pudesse, num primeiro momento, fazer requerimentos de pedido de informações, todos, inclusive de como são os procedimentos.

O Senador Zequinha traz aqui uma questão do Ministério Público. Um dos meus requerimentos é exatamente de pedido de informações ao Ministério Público. Se na frente, a gente avaliar que tem que os trazer aqui, que tragamos, que se possa... Se as informações que forem prestadas não derem conta de responder às questões, então temos que trazê-lo. Não tem nenhum requerimento, de nenhum Senador hoje, de convocação ou de convite a eles, porque eu acho que é o que nós temos, compreendendo este momento inicial da CPI, de fazer.

O debate político das questões ambientais, e a CPI não é só para questão ambiental, é bom que se diga isso, mas o debate político da questão ambiental, nós vamos fazer aqui, Senador, durante todo o debate. Eu compreendo que tem exageros e já marquei posições com relação a isso, mas não podemos esconder que há um problema também, um problema ambiental na região, sob pena inclusive de setores do agronegócio – eu produzo também, sou produtor –, sob pena de, daqui a pouco, não conseguirmos sequer vender os produtos da nossa região.

Então é necessário que a gente encare esses problemas de frente. Tem exageros, tem ONGs... Como eu falei no início da primeira reunião, em todos os segmentos tem os bons, tem os maus, tem aqueles que usam os recursos de forma correta, tem uns que não usam o recurso de forma correta. Em todos os setores, nós temos isso. Então, aqui não vai ser diferente. Que a gente tenha abertura para poder dialogar com todos, conversar com todos, chamar aqui todos aqueles que os Senadores estão indicando. Todos os Senadores vão receber informação de várias fontes, para que a gente possa ter êxito, de fato, no trabalho da Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é só para reafirmar essa questão de que a gente aprove todos os requerimentos aqui. Acho que contribui para o início do trabalho da Comissão. É prerrogativa do Presidente organizar esse procedimento, só sugiro que a gente – e já havia a concordância do Senador Marcio – possa, neste primeiro momento, buscar todas as informações que vão nos auxiliar e vão ajudar muito na continuidade do trabalho.

Então é só isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É isso que a gente tem dito, que a primeira reunião seria aprovar os requerimentos. Nós queremos informações. Naquelas dúvidas que nós temos, denúncias que recebemos, precisamos de informação pra confrontar.

E aqui eu não vejo mais o Beto, do PT, eu não vejo mais o Zequinha, do Podemos. Eu olho aqui amazônidas: o Senador Confúcio, de Rondônia, o Senador Beto, do Pará, o Zequinha, do Pará, o Mecias, de Roraima, o Marcio, do Acre, eu, do Amazonas. Notadamente, o viés será ambiental, não será só ambiental, mas nós temos aqui, como amazônidas que somos, espoliados que fomos a vida inteira, usados como continuamos sendo, a obrigação de apurar, sem radicalismos.

Eu quero reafirmar aqui, como Presidente da CPI, o que tenho um dito por onde falo: esta CPI não visa demonizar ONGs, esta CPI não é contra o Governo. Esta CPI é a favor de um povo que já não aguenta mais ser espoliado, enganado e usado, que é o povo da Amazônia.

A gente também vai abordar os assuntos indígenas. Essa questão do Ministério Público – agora estou dizendo como Presidente, mas vou repetir o que dizia só como Senador: está tudo aparelhado, o Ministério Público Federal, o Ibama. O Governo brasileiro não manda em Ibama, não manda em Funai. Quem faz o estudo que impede a estrada de vocês são ONGs, muitas vezes é o ISA. Preparam, estão mancomunados com a Funai e com Ibama, eles encomendam o estudo à raposa tomando conta do galinheiro – eu até comparo. É bem pejorativo mesmo e não me importo, eu sou assim simples. É como se você mandasse macaco tomar conta de bananal e dissesse: macaco, não coma nenhuma banana, eu vou ali e volto.

Pedir estudo ao ISA, a essas ONGs, para dizer se aquela área deve ser demarcada ou não... Eles fizeram isso há décadas, há 30, 40 anos, há décadas. É tarde, agora. A gente está tentando estancar essa sangria. São 40 anos, até mais, disso. Eles aparelharam, espalharam os índios por onde queriam, para requerer área, terra indígena depois. O primeiro passo – opinião do Presidente da Comissão – era roubar, era ouro, era diamante, lá atrás, lá atrás. Depois, passaram para a biodiversidade e evoluiu para o que realmente eles querem, que é isolar a Amazônia e tornar a Amazônia uma despensa de bens naturais para o futuro, para as novas gerações, para as futuras gerações deles – deles, não é a nossa futura geração.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se eles tivessem cuidado com a Amazônia, a Amazônia, hoje, não tinha 54% abaixo da linha de pobreza, a Amazônia não seria o pior lugar do mundo para uma criança sobreviver, como atesta o Unicef. Então, isso é balela, isso é hipocrisia.

E nós vamos em busca disso, sem radicalismos, sem brigas. Aqui nós somos todos civilizados. O brasileiro não vai passar vergonha alheia por nossa causa. Nós não vamos causar vergonha alheia ao povo brasileiro botando o dedo na cara, chamando de mentiroso, ameaçando prender. Nada. Eu tenho dito que aqueles que serão chamados aqui poderão, inclusive, mentir, se assim o quiserem, e nós vamos comprovar com o que temos e confrontar. Confrontando, a verdade aparece.

Duas missões serão cumpridas aqui. A principal é muito difícil, que é realmente estancar, impedir que essas ONGs façam isso e aquilo. Mas a primeira é chamar a atenção do brasileiro para que o brasileiro entenda, compreenda, o que é a Amazônia, o que esse pessoal faz de mal para a Amazônia e para o nosso povo. E vamos mostrar o que é a Amazônia, na esperança de que o brasileiro passe a conhecer a Amazônia, passe a amar a Amazônia e, conseqüentemente, também a defendê-la, sem entrar nesse modismo dos colonizados.

Quando alguém vai ser recebido pelo Leonardo DiCaprio e ele fala aquelas bobagens sobre a Amazônia, repercute. Lá fora tudo bem, mas repercute no Brasil como se fosse verdade, e aqui só há Senadores do Amazonas que conhecem a realidade. Temos muito trabalho, temos que gritar bem alto para sermos ouvidos.

E o segundo é no final: vamos apresentar soluções, vários projetos de lei para que se torne transparente essa coisa do dinheiro que vem, do dinheiro que é usado, do dinheiro que sai.

Dito isso, nós vamos, então, passar à deliberação dos requerimentos constantes da pauta e, com a anuência do Plenário – eu já falei isso aqui também, mas vou repetir –, dos requerimentos extrapauta dos Senadores Beto, Zequinha e Plínio Valério.

Já lidos os termos, os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, todos os requerimentos, todos.

Aqui, nós não vamos discriminar nenhum requerimento. Isso aqui não é a CPMI. Isso aqui é a CPI das ONGs.

Agora, eu passo...

Deixa-me ver aqui.

Concedo a palavra ao Relator Marcio Bittar para apresentação do Plano de Trabalho, para a leitura do Plano de Trabalho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação. (*Pausa.*)

Não.

Depois eu vejo isso.

Plano de Trabalho, apresentado pelo nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Sr. Presidente, caros colegas, membros, vou passar a ler aqui o Plano de Trabalho, que já, de certa forma, foi elucidado aqui na abertura.

1. Introdução.

Há algumas décadas, o Brasil convive com a presença das "organizações não governamentais", entre aspas – entre aspas, porque são organizações não governamentais, mas que recebem muito dinheiro e têm convênios com o Estado brasileiro –, expressão que, apesar de seu uso frequente, é desconhecida pela lei brasileira, desempenhando funções nas áreas de saúde, educação, meio ambiente, cultura, assistência social e outras.

Também há algumas décadas, convivemos com as críticas à eficácia do Estado e ao seu caráter "burocrático" e "ineficiente", bem como com a ideia dos méritos das organizações privadas para a persecução de uma finalidade – elas seriam mais "eficazes".

A convivência de tais ideias terminou por gerar sua associação, e surgiram, então, desde 1998, cinco leis que regulam essa parceria entre o Estado e organizações da sociedade civil: Lei nº 9.637, de 1998; Lei nº 9.790, de 1999; Lei nº 13.019, de 2014; Lei nº 13.204, de 2015; e Lei nº 13.800, de 2019.

As alterações que se podem observar nessa intensa atividade legislativa são ambivalentes: tanto aumentam as exigências para qualificar uma entidade de direito privado a receber verbas públicas quanto, em si, consolidam em instituições a realidade das parcerias, ou seja, quanto mais fiscalizada e restrita, tanto mais institucionalizada e, com o tempo, imprescindível.

O período investigado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito quase equivale ao da instituição, pela lei, da possibilidade das parcerias. Acreditamos que essa extensão é necessária para que se propicie à sociedade brasileira uma visão panorâmica das condições, dos defeitos, dos acertos e das possibilidades das parcerias com a sociedade civil.

Na instalação desta Comissão, houve um ponto em comum entre todos os Senadores e Senadoras: o de que não se trata de CPI para fustigar o Governo e nem mesmo fustigar a ideia de parceria entre o Estado e entidades de direito privado. Trata-se de uma CPI a favor da transparência e a favor da sociedade brasileira e de seu Estado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Finalidades

- a. Tornar transparentes a relação entre o Estado, de um lado, e, de outro, as entidades de direito privado, que, na Amazônia, recebem verbas do Estado para o desempenho de funções públicas;
- b. Tornar transparentes os critérios utilizados por tais instituições para hierarquizar a distribuição de recursos públicos entre os cuidados com as pessoas e os cuidados com a natureza;
- c. Eventualmente, enviar à autoridade judiciária indício ou prova de irregularidade no trato dos recursos públicos;
- d. De um modo geral, qualificar o debate sobre as relações entre o Estado e a sociedade brasileira, fornecendo subsídios para a sociedade e para a atividade legislativa deste Congresso Nacional.

3. Meios

- a. Análise de documentos solicitados ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, à Polícia Federal, à Agência Brasileira de Inteligência, à Secretaria da Receita Federal do Brasil e a outras instituições que, com o decorrer dos trabalhos, revelem-se detentoras de informações que possam ser úteis à consecução dos fins da atividade da Comissão:
 - i. solicitar auditoria do TCU nos contratos;
 - ii. solicitar à CGU lista de contratos com indícios de irregularidade;
 - iii. solicitar ao TSE lista de ONGs que tenham efetuado doações a partidos políticos;
 - iv. solicitar ao Itamaraty dados acerca da atuação de entidades internacionais no contexto das ONGs no Brasil;
 - v. solicitar ao BNDES dados acerca dos repasses do Fundo Amazônia;
 - vi. solicitar à Polícia Federal investigações que estejam em curso sobre a atuação das ONGs;
 - vii. solicitar à Abin relatórios de inteligência sobre a atuação de ONGs na Amazônia.
- b. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de entidades em cujas contas, apontadas pela Controladoria-Geral da União e pelo Tribunal de Contas da União, haja indícios de irregularidades;
- c. Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telemático de entidades que, conforme a Controladoria-Geral da União e conforme a Secretaria da Receita Federal do Brasil, tenham recebido valores significativos e haja indícios de irregularidades;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

d. Realizar audiências públicas com os convidados relacionados nos requerimentos protocolados, sem prejuízo de outras pessoas que, no decorrer das atividades, revelem-se merecedoras de atenção;

e. Realizar visitas aos locais em que as ONGs analisadas realizam suas atividades.

4. Conclusão.

a. A Comissão dará a público relatório contendo os dados a que teve acesso e as conclusões a que chegou;

b. A Comissão enviará às autoridades competentes informações de que disponha e que contenham indícios de irregularidade; e, por último,

c. A Comissão indicará, também, as ONGs cuja atuação vier a considerar exemplar.

Esse é o objetivo central, Sr. Presidente, que já, de certa forma, está expresso aqui na fala dos colegas e, principalmente, do Presidente da Comissão.

Passo a ler os requerimentos? (*Pausa.*) Ah, foram todos aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Foi tudo junto. Todos os requerimentos extrapauta foram todos juntos para a gente...

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do plano de trabalho apresentado.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discutir.) – É só para a gente... É claro que o foco – inclusive a gente percebe pela composição da nossa Comissão, com Senadores amazônidas – é a Amazônia, mas, por aquilo que se fez, ela é mais ampla do que isso. Então, nas finalidades, o item "a", eu acho que, onde se lê "privado que, na Amazônia, recebem verbas do Estado", a gente restringe a essa questão, se fosse coisa do Brasil, não sei. Então, é só uma questão de como a gente vai tratar disso.

Uma outra é que entra naquela questão dos meios que levantam aqui Receita Federal, Agência Brasileira de Inteligência, e acho que o Zequinha levantou uma das instituições que entram aqui nesses critérios, que é o próprio Ministério Público. Então, acho que caberia trazer o Ministério Público para essa redação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, não cobrando hoje, pois acho que nós estamos iniciando o trabalho, mas num determinado momento a gente ter, se não nos detalhes, uma proposição de calendário de atividades e das ações que a gente pudesse depois até, quem sabe com os requerimentos, já estabelecer isso, até para a gente saber como é que vai ser o nosso período de trabalho efetivo na Comissão, se é uma vez na semana ou duas. E como é que a gente vai mais ou menos atuar aqui. O Relator – pode não ser hoje, mas em uma nova oportunidade – apresentar minimamente esse cronograma de trabalho efetivo, para a gente poder atuar aqui na Comissão e se preparar, até porque nós temos... Eu, por exemplo, participo de quatro Comissões permanentes como titular, mais quatro como suplente, tem a Comissão de Orçamento... Então, você tem uma série de atividades aqui no Senado e você tem que organizar para atuar aqui dentro da Comissão.

A gente precisa desse cronograma acho que mais detalhado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu acho que as sugestões, Senador Beto, podem muito bem configurar outros requerimentos para a próxima reunião da nossa Comissão. E o espírito, muito claramente dito pelo nosso Presidente, é de total abertura.

De fato eu foco, num primeiro momento, em informações da Amazônia brasileira, e é interessante que, quando a gente fala em amazônidas – e o Senador Beto menciona que aqui fundamentalmente estão Senadores da Amazônia –, o Brasil inteiro fala de Amazônia. Aliás, hoje eu não escuto mais um ditado de antigamente, que dizia que em época de Copa do Mundo todo brasileiro virava técnico, era profissional. Com a Amazônia é a mesma coisa: quase todo mundo do Brasil e de fora do país fala de Amazônia como se entendesse tudo de Amazônia, quando na verdade não entende quase nada. Quanto mais a gente estuda, quanto mais a gente lê relatórios, quanto mais a gente lê informações, mais a gente vê o nível de manipulação.

Então, concentrar – não exclusivamente – sobre um território que é mais da metade do território nacional já é uma tarefa árdua, mas não há nenhum empecilho em que a gente amplie, em outros requerimentos, outras áreas do país. E entendo que, ao final, se nós conseguirmos deixar claro, transparente o que está acontecendo, principalmente na Amazônia brasileira, a Comissão deverá, sim, propor medidas e projetos de lei. Eu, por exemplo acho... E os primeiros documentos que chegaram em minhas mãos são de 2016, 2012 e de outros governos. Eu, particularmente, acho que governo nenhum – hoje é o Presidente Lula, ontem foi o Presidente Bolsonaro, amanhã vai ser outro – pode deixar entrar dinheiro no Brasil, seja de onde vier, sem que haja controle e fiscalização, porque o Governo brasileiro é que determina o que é prioridade nacional ou não, e o que é que pode ser a ingerência externa sobre o Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo – e nós vamos ter muito tempo para esse debate: eu vejo no agronegócio, eu respeito muito... A Ministra Tereza é uma querida amiga de um estado com que eu tenho ligações pessoais, familiares, a vida inteira. Depois do meu Estado do meu Estado do Acre, é o estado que eu mais frequento, que eu mais conheço, Mato Grosso do Sul. Mas claramente nós temos, inclusive de um pedaço do *business* brasileiro, do agronegócio, que também ajuda a financiar ONGs da Amazônia, que são aquelas que têm relações com a Europa, com o mercado europeu...

É, Senador Zequinha, existe um pedaço, uma parte do *business* brasileiro, do agronegócio, do Sul e do Sudeste, que comercializa com a Europa Ocidental e que entra nessa onda de negociar com a Amazônia para que os negócios com a Europa continuem funcionando. E a prova disso é essa frase, Senador Jaime, que diz que: "Olha, se nós não tivermos cuidado com a Amazônia, nós teremos prejuízos econômicos".

Com qual mundo nós estamos falando? Com a Europa Ocidental? Com a América do Norte, que é concorrente nossa? Do ponto de vista comercial, a Europa Ocidental é um parceiro relevante do Brasil ou está se transformando num parceiro irrelevante? Como é que um continente que não produz a comida que consome, que não produz a energia que consome pode ditar regra pra um território do tamanho da Amazônia brasileira?

Então, isso nós vamos tentar elucidar no processo, mas eu acho que nenhum governo pode deixar dinheiro estrangeiro entrar no Brasil, falar de um território tão imenso como a Amazônia brasileira, sem que haja uma fiscalização e um controle nacional.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Registro a presença do nosso Senador que hoje está aniversariando, Dr. Hiran.

Parabéns, Hiran!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Parabéns! Saúde, felicidade!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que bom ter sua companhia aqui no Senado, irmão.

Ele já acertou. Infelizmente não dá.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Quarenta anos?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Parabéns, Hiran!

Só quero resumir para o aniversariante: no começo, a gente entrou em entendimento aqui de votar os requerimentos extrapauta de todos – de todos. Aqui acabou essa história de partido. Aqui todos nós temos um partido, que é a CPI. Votamos os que estão na pauta e, quanto aos extrapauta, aprovamos todos. E, agora, o Marcio acaba de apresentar seu plano de relatoria, que nós vamos aprovar ou não.

Com a palavra, Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente Plínio, nosso Relator Marcio, e nosso Vice-Presidente Bagattoli.

Eu quero fazer uma pequena retificação: o meu aniversário, graças a Deus, foi ontem. Eu me salvei de pagar o almoço. Quem vai pagar hoje é o querido Beto Faro, que é o aniversariante do time. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Era para, quando você negasse, eu cobrar do Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Proponho uma divisão.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Divido!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beto, a gente armou isso aqui e não combinou nada com ele, Beto. Parabéns!

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu fico muito feliz... Eu estava acompanhando, porque eu estava atendendo ao Comandante da Marinha Brasileira, falando exatamente sobre a Amazônia, lá no meu gabinete, por isso que cheguei um pouco atrasado, mas eu fico muito feliz de ver as colocações do nosso Relator.

Nós estamos aqui, praticamente todos amazônidas, compondo esta Comissão, e eu acho que esta Comissão vai fazer um grande serviço ao nosso país, porque, mais do que o que você falou, quem cria essas narrativas são muitas ONGs estrangeiras que estão na Amazônia, que alimentam essas narrativas. E, quando eu vejo...

Outro dia eu vi aquele ator Leonardo DiCaprio falando contra o marco temporal. Eu acho que ele não sabe nem onde é a Amazônia. Quer dizer, eu vejo o Rei da Inglaterra, que ficou embaixo das saias da mãe até os setenta e poucos anos, falar de Amazônia, recomendar ao nosso Presidente que cuide da Amazônia. Quem cuida da Amazônia somos nós. O Presidente e nós, brasileiros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que esta Comissão vai dar um belíssimo serviço ao nosso país e uma demonstração de transparência e cuidado, porque nós vamos conhecer, através do trabalho nosso, de todos, presidido por V. Exa. e com a relatoria do nosso querido senador Márcio, os reais interesses de algumas ONGs. E volto a dizer: algumas são muito bem-intencionadas, mas tem muitas ONGs que fazem um desserviço ao Brasil.

E, quanto àquilo que você falou, sobre mensurar as nossas riquezas, às vezes eu vejo assim: "Ah, vamos mandar 50 milhões, 1 bilhão para a Amazônia". As pessoas não têm noção do valor da Amazônia. Eu acho que a gente vai precisar aqui mensurar muito bem o impacto dessas pequenas ajudas, que são migalhas, que servem como pano de fundo para influenciar e influir no nosso protagonismo na Amazônia. Nós precisamos dar o exato valor do que significam essas ajudas para nós.

Então, parabéns pela condução dos trabalhos a todos nós. E nós estamos aqui realmente muito motivados a prestar esse serviço ao nosso país.

Presidente, parabéns pela condução, e nosso Vice-Presidente e nosso Relator também.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Mais uma vez, parabéns pelo aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu estava em São Paulo ontem e não podia comemorar o aniversário, por isso que ele deixou para hoje.

Com a palavra...

Eu registro a presença do nosso Vice-Presidente, Jaime Bagattoli. A gente fala Bagattoli, mas o "L" e o "I"... Eu aprendi aqui agora para não errar nunca: é "Bagato". Daqui a pouco ele fala.

Meu amigo de Roraima, Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente Plínio, cumprimento V. Exa., cumprimento o Relator, senador Marcio Bittar, Vice-Presidente da Comissão, Jaime Bagattoli. "Bagato" ou "Bagattoli", ele é um competente Senador de Rondônia.

Parabenizo os aniversariantes de ontem, Senador Hiran e também nosso querido Davi Alcolumbre.

Hoje o Hiran passou em branco, nós passamos batido no almoço do Hiran, que ele iria pagar, e do Davi, mas, em tempo, o nosso amigo Beto Faro pode pagar hoje, é aniversário dele hoje – dele e do nosso também amigo Fabiano Contarato.

Então, parabéns Beto, desejo saúde e vida longa a todos.

Agora, pode juntar os quatro e fazer um belíssimo jantar aí na quarta-feira, quinta-feira e convidar os 81. Fica vinte por um, tranquilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente Plínio, primeiro quero cumprimentá-lo pela resiliência, paciência, a força, a fé, a coragem de insistir, a sua persistência para a criação desta Comissão Parlamentar de Inquérito tão importante para a elucidação de fatos que acontecem em todo o país, mas especificamente na Amazônia, com relação às ONGs.

É certo que nós devemos verificar ONGs que estejam instaladas em todo este país, sobretudo aquelas que estão, no nosso entendimento e no entendimento de uns, falseando verdades sobre o Brasil e sobre a Amazônia. E é importante a oitiva de muitas pessoas.

Na próxima reunião, eu estarei, já mandei protocolar o pedido para ouvirmos algumas pessoas que vivem literalmente, literalmente, sob as custas de ONGs brasileiras, que viajam o mundo inteiro às custas de ONGs, ficam em hotéis cinco estrelas, que moram em mansões aqui no Brasil. Elas têm que explicar qual o serviço que prestam para essas ONGs e qual o serviço que essas ONGs fazem para o nosso país, porque não vejo outro senão pretexto de preservar a Amazônia, e, na realidade, estão ganhando aí milhões de dólares – milhões de dólares – sob esse pretexto de preservar a Amazônia.

Quem preserva a Amazônia somos nós, caboclos da Amazônia. Ninguém mais do que nós queremos a preservação da Amazônia. E o que nós queremos, sobretudo, além de preservar a Amazônia, é poder ter uma vida digna. É poder ter uma vida digna, de podermos produzir, como todo o país, todos os estados brasileiros, e como muitos lá fora, porque essas ONGs são mantidas por eles, por esses países aí fora, mas lá nesses países eles não preservam, eles não cuidam da cultura, eles não cuidam dos costumes... Pelo contrário: eles enriquecem lá e tentam enriquecer às custas da flora, da fauna do nosso país e, claro, também sobre as riquezas minerais do nosso país. Não é de graça que eles estão aqui. E nós não podemos permitir que falsos brasileiros estejam concordando com o sentimento de vender a Amazônia, a soberania da Amazônia.

Alguns eu até perdoo, Presidente, e aqueles que eu perdoo é porque eles não conhecem a realidade da Amazônia. Eles apenas ouvem, de emissoras de TV, emissoras de rádio, que, claro, só procuram ouvir esses que estão a serviço dessas ONGs mal-intencionadas com o Brasil e com a Amazônia. Esses, que não têm conhecimento, cabe a nós perdoá-los e orientá-los da melhor forma possível, e essa é uma missão de todos os brasileiros: levar conhecimento, transmitir conhecimento, falar sobre a verdade amazônica para aqueles que não conhecem, porque muita gente, de fato, não conhece a Amazônia, não conhece a nossa flora e não sabe o que é uma cobra pico-de-jaca, não sabe o que é uma caninana, não sabe o que é uma surucucu, uma cobra-pintada, uma cascavel, não sabe o que significa uma cascavel de nove rugas, de doze rugas. Ele não sabe o que significa isso.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – O que é uma juquirá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não sabe o que é uma juquira.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não conhece o mosquito da malária...

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não conhece o mosquito da malária, não conhece a famosa formiga tocandira, que dá febre. Não conhece a Amazônia, não conhece as nossas peculiaridades. Só nós que vivemos lá e vivemos dela sabemos como preservá-la e sabemos defendê-la. Então, é preciso que todos possam conhecer de fato, mas esses que são pagos... Aliás, Presidente, tem muita gente que tem que explicar como vive, e vive bem, sem salários. Nós temos que saber quem paga o salário dessas pessoas para que eles difamem tanto a Amazônia brasileira e o nosso país.

Parabéns a V. Exa. pela persistência.

Estarei aqui firme para defender os justos e acusar, logicamente, aqueles que têm culpa e que pretendem vender a Amazônia. Nós não vamos permitir isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Já, já, Beto.

Quando o Sr. fala em persistência, eu fui dotado de muita esperança. Já gastei muita, mas tenho muita esperança para gastar ainda. A gente vai gastar um pouco aqui agora.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só por uma questão de entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Nós aprovamos os requerimentos. Não sei se você já considera o plano aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente vai colocar em votação agora.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A gente põe o plano para depois abrir as falas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu quero colocar agora em votação o plano, mas tenho que saudar primeiro o Nelsinho Trad. Não sabe o prazer, Nelsinho, que é tê-lo aqui em nossa Comissão, você que já foi presidente da Comissão de Relações Exteriores, do Parlamento Pan-Americano. Então, a sua contribuição aqui é primordial para nós. Nos orgulha tê-lo aqui. E franqueio a palavra, se o senhor quiser falar.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Já foi falado pelos colegas. Há que se ressaltar a persistência de V. Exa. Eu penso que uma das primeiras iniciativas de V. Exa. em 2019 foi desenhar essa CPI. Parabens-o por não ter desistido, por ser esse Senador vigilante. E eu tenho a certeza de que o resultado, com a relatoria do Senador Marcio Bittar, vai ser o melhor possível, não só para a Amazônia, como para o nosso país. Contem conosco e estamos aqui para poder ajudar nos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra ao nosso Vice-Presidente, vamos então colocar em votação o plano de trabalho desta CPI.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O plano de trabalho está aprovado.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Bom dia a todos! Quero cumprimentar aqui o Presidente desta CPI, Plínio Valério, o nosso Relator Marcio Bittar, cumprimentar aqui o nosso aniversariante, o Beto. Já saiu?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, estou aqui. Não vou fugir, não.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, está aí. Só marca aí onde é que vai ser o jantar, que nós já estamos correndo para depois ir lá.

Cumprimento aqui o Senador Hiran, o Senador Zequinha.

Quero dizer para vocês o seguinte: nesta manhã de hoje, eu preciso dar um esclarecimento, porque, Senador Plínio, a partir do momento em que as ONGs souberam que eu ia ser o Vice-Presidente, vocês olhem o que aconteceu lá na Rondônia, no estado lá. Todas as terras de Rondônia foram licitadas pelo Incra. Lá não existiu nenhuma companhia vendendo terra. E o que aconteceu em um dos lotes, na Gleba Corumbiara?

Olha a matéria maldosa que o UOL soltou para cima da minha pessoa, do Grupo Bagattoli, do qual eu fui presidente, só não sou presidente hoje. Soltou a matéria dizendo que eu havia invadido áreas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígenas. E digo mais para vocês, em 1999... Através das ONGs... A licitação das terras em Rondônia foi entre 1975 e 1985, ainda então dentro do regime militar. E o que aconteceu? Pegaram e, na Gleba Corumbiara, disseram que acharam sete índios e removeram esses índios. As ONGs fizeram isso. E aí o que aconteceu? Fizeram um interdito, Senador Hiran, de vinte e dois mil e poucos hectares. E os vinte e dois mil e poucos hectares foram homologados para a Funai no ano de 2020. Foram homologados para a Funai. Tem todos os marcos. Inclusive na propriedade, são dois lotes, que dão 3.716 hectares, e eu tive que desmembrar 1.118 hectares, só a parte aberta, e a parte toda da reserva foi homologada junto, mais 2 mil e poucos hectares, toda a mata foi homologada como reserva indígena. Se o marco regulatório, o marco temporal cair, voltaria essa mata para todos os antigos proprietários.

O que aconteceu? O UOL, com maldade... Não sei qual foi a intenção dele. Não tenho nada aqui contra as ONGs, mas diz que foi uma ONG que colocou isso. Fizeram uma suposição em cima da área, de que em 1.118 hectares eu havia invadido meio hectare, meio hectare dentro da suposta reserva indígena. Ora, qual produtor rural que vai querer invadir meio hectare? Eu não quero invadir nada.

A única coisa que eu queria, a hora que esta Comissão... Eu não quero discutir isso aqui, isso aqui é um assunto pessoal, mas eu quero deixar claro para as ONGs que eu estou disposto a responder para eles a qualquer coisa. Que se eu tivesse qualquer problema na Rondônia, qualquer problema neste país, por questão de irregularidade de terra, ou que fosse em terra da União, ou em área indígena, ou em qualquer outra situação, vocês podem ter certeza, eu não estaria presente aqui. Porque, igual o Senador Zequinha, igual você conhece o Pará, eu conheço a Rondônia, conheço boa parte do Pará também, conheço bastante regiões da Amazônia, mas principalmente o meu estado de Rondônia, eu conheço 52 municípios. Sei as dificuldades, vou fazer 50 anos lá naquele estado ano que vem.

Então, eu só quero dar um esclarecimento para quem quiser, da imprensa, se a imprensa quiser um esclarecimento sobre isso. Eu não tenho nenhuma dúvida e não tenho nenhum receio de dar resposta. E digo mais assim, quero falar inclusive para as ONGs, que peçam um perito, pode ser até um perito judicial, para que seja feito através da Funai e através do Incra. Por quê? Porque isso pega mal. Então, quer dizer, eles colocaram isso para dizer: "O Bagattoli hoje é Senador da República, é Vice-Presidente da Comissão das ONGs, e ele tem problema, está dentro da reserva indígena". Quero dizer para vocês, quem por acaso já leu essa matéria, que foi um negócio que o UOL publicou, o UOL foi quem publicou, e muitos sites pelo Brasil afora andaram republicando isso e colocando essa matéria aí. Mas quero deixar com muita tranquilidade para todos vocês. E nós temos que voltar ao que o nosso Presidente Plínio falou, ao que o Marcio Bittar falou aqui: nós não temos nada nem contra ONG nem contra Governo; nós só queremos um esclarecimento de tudo o que aconteceu nesse período todo e verificar para onde estão indo esses valores, para onde e de que forma está sendo gasto isso e quem é que está sendo beneficiado com essa atuação das ONGs no país. É por isso que a gente precisa urgentemente ter um esclarecimento disso aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Duas coisas a dizer sobre isso, Senador Jaime. Uma, é que o senhor merece toda a total confiança e apoio desta Comissão. E dois, é que ninguém vai desviar o foco desta CPI, ninguém. Pode plantar notícia que for para desqualificar, para ignorar, para subestimar. Nós não vamos desviar o foco. Se algum de nós tem alguma coisa a responder extra CPI, vamos responder depois. Estamos aqui há quatro anos e meio. Já chegou agora o Hiran. Então, nada a dizer sobre o comportamento dos membros desta CPI. Então, é um aviso a quem interessar possa: o foco não será desviado. Podem dizer o que disserem dos membros. Nós não vamos desviar o foco jamais, que é tudo o que eles querem.

E tem um dado legal, porque o Jaime está falando de espaço. Tem um dado aqui, que eu acho que o Marcio já tem. É o comparativo internacional da área média das terras indígenas, em hectares por índio. Sem o marco temporal, nós temos 213 hectares por índio no Brasil. Cada índio corresponde a 213 hectares. Sem o marco temporal, vai para 505. O segundo país que mais tem hectares por índio é a Austrália, com 164. O Canadá, que quer nos dar lições, 38 hectares por índio. E o nosso vizinho aqui, Bolívia, 4. Estados Unidos, 9 só. Estados Unidos tem 3,5 milhões de indígenas, que ocupam 3% do território nacional. No Brasil, nós temos quase 1 milhão, arredondando para 1 milhão, que ocupam 13% do território nacional...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pronto, 14% do território. Vejam só a cretinice, a hipocrisia daqueles que nos querem dar lições.

Quando a gente fala do marco temporal – e eu digo em nome dos índios que me procuram –, o problema do índio no Brasil não é terra. Não é pela terra que eles lutam, eles lutam pela dignidade. O maior exemplo que eu dou é que em Manaus tem mais de 40 mil indígenas vivendo na periferia, em condições subumanas. Peguei de um cacique aqui, há três dias, o vídeo de um tiroteio. Eles estão invadindo terra, a polícia chegou, é bala de borracha. Então, é contra isso que a gente se opõe. E o que o Jaime iniciou a passar, nós talvez passemos por isso. Daí eu insistir no foco. E ninguém vai nos desviar desse foco.

Tem uma frase aqui. Enquanto o Marcio fala, deixa eu localizar uma frase aqui do nosso... Do nosso, não, do americano, ex-Vice-Presidente dos Estados Unidos, o Al Gore. O Al Gore tem uma mansão, é uma mansão de 40 quartos. Ele mora numa mansão de 40 quartos. E olha só o que ele diz aqui. Al Gore é terrível. "Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós". Al Gore era Senador e Vice-Presidente. Isso em 1989. "O Brasil precisa aceitar a soberania relativa sobre a Amazônia", François Mitterrand também, ex-Presidente da França. "O Brasil deve delegar parte dos seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais (...)", Mikhail Gorbatchov.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando a gente fala, quando a gente dá depoimento de Amazônia, tem sempre alguém: "Ah, isso é a teoria da conspiração, isso não existe". Existe sim, existe sim e existe há décadas. Pega a COP 30, vai ser lá no Pará. Mas pega até a 26ª, o que ficou de bom para o país? Só obrigação. Eles vêm aqui de jatos, poluindo o ar, hotel cinco estrelas, com tudo de luxo: laptop, iPhone, tudo que eles tiverem. Vêm nos dar lições. Quando eles vão, só fica para nós a tarefa de cuidar disso e daquilo. Então, nós da Amazônia sempre somos encarregados, não somos pobres coitados, porque quem detém essa riqueza natural não pode se autointitular de coitado, mas nós temos o direito. O que os índios querem é dignidade, não é tutela, e a nossa luta vai ser escancarar isso. Por isso que eu vou ser repetitivo, sempre, para o brasileiro e para a brasileira tomarem conhecimento do que se passa lá no meio do mato. Nós sabemos o que se passa, mas o Brasil precisa tomar esse conhecimento.

Eu ouço, antes de encerrar, o Relator Marcio Bittar, e franqueio a palavra a quem quiser, para que a gente possa encerrar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Uma breve fala. Primeiro, quero me solidarizar com o Senador Jaime. Nenhum de nós é perfeito. Então, se forem pesquisar a vida de qualquer pessoa que compõe esta CPI, vai achar falha, mas isso, Senador Jaime, não será – e as palavras do Presidente já foram muito firmes nisso – nenhum tipo de ameaça, de perseguição, de retaliação que vai tirar o foco desta CPI. É muito comum que aqueles que têm prestações de contas a dar ao país inverterem a lógica e comecem a apontar e acusar, jogando ilações. Aquilo sai na imprensa, ninguém comprova, mas fica já a pessoa, vamos dizer assim, é uma tentativa de intimidação. Isso não vai o intimidar, e muito menos a Comissão.

Só quero colocar luz, Sr. Presidente, porque acho que o Senador Hiran chegou um pouco após. Só para dar uma ideia, Senador Hiran, nós aprovamos então aqui um pacote de requerimentos, e tem o pedido de informação. Então, com certeza, esta Comissão vai receber um volume muito grande de contratos, eu já peguei alguns que já foram chegando até a minha mão, passei para o Presidente, e aí nós temos a necessidade de, além dos três técnicos muito preparados do Senado da República, nessa aprovação dos requerimentos, está aprovado o pedido de um... A Comissão está requisitando um perito da Polícia Federal, perito contábil da Polícia Federal, e também um servidor do TCU, porque o Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Já foi designado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Já foi designado?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Designado um técnico, é que eu já fui informado pela assessoria.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, já foi designado, porque vai ser um trabalho contábil muito grande para que a gente possa, de fato, apresentar com dados, com informações, ao Brasil, a todos os brasileiros, o que de fato está acontecendo na Amazônia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alguém quer falar? Hiran?

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu vou só, antes de terminar... Estava se falando em narrativas, o Bagattoli. Em 1993, nós tivemos aquilo que hoje, no mundo todo, se conhece que foi um propalado massacre de Haximu, que teria acontecido na Terra Yanomami, numa maloca que ficava no limite da fronteira com a Venezuela.

Naquela época – as pessoas, a Márcia me conhece muito como oftalmologista, mas eu sou médico legista –, o delegado da Polícia Federal, Superintendente lá no nosso Estado, me convocou para fazer a averiguação dos fatos que haveriam acontecido nessa maloca. E fomos lá: eu; o ex-Ministro Maurício Corrêa, saudoso Ministro Corrêa, Ministro da Justiça; Aristides Junqueira, que era Procurador da República; Presidente da Funai; e várias autoridades. Nós chegamos a Surucucu e, pasmem, já estavam lá as grandes CNN, RAI, todas as grandes cadeias de rádio e televisão com suas pequenas parabólicas. Naquela época, eles já tinham parabólicas lá, eu nem conhecia aquilo, era uma novidade.

E ali se disse que morreram 18 índios. Eu caminhei muito nas redondezas de Haximu. Desci em Haximu. Haximu era uma maloca que estava desocupada há muito tempo, porque, nas malocas que estão ocupadas há algum tempo, a gente tem uma área de circulação de pessoas ao redor que a gente chama de terreiro. Não tinha terreiro, ela tinha sido incendiada e tinha mata alta ao redor. Ela estava desocupada há muito tempo. Nessas caminhadas ao redor, procurando os corpos, tinham ONGs lá que deram até o nome dos mortos, e nós fomos procurar, uns diziam que os índios assassinados tinham sido queimados em folha de bananeira e jogados nos rios, deixados na floresta, várias versões. E a gente foi andar, andei muito, floresta densa, e ali a gente encontrou um cadáver, um cadáver esqueletizado. O que é isso? É um cadáver que só tinha os ossos, não tinha relação cronológica com duas semanas do ocorrido. Isso foi colocado. Inclusive, era bom a gente chamar esse antropólogo, porque ele anda por lá ainda, chama-se Bruce Albert e é um antropólogo europeu, que criou essa versão. E lá, naquela época, eu peguei esses ossos e levei para um lugar que a gente chamava de hospital de Surucucu, que, na realidade, era uma estrutura muito precária, mas eu montei esse esqueleto no chão. Isso tem matérias nos jornais, na época, internacionais. E ali eu coloquei que se tratava de um cadáver feminino pela bacia ginecoide, uma bacia típica das mulheres. Pela estatura, se tratava de uma indígena, uma estatura baixa, porque os índios ianomâmis têm uma estatura baixa, e, pela rarefação de alguns ossos longos, essa mulher já devia ter algum grau de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

osteoporose. Então, a gente deduz que ela teria cerca de sessenta, sessenta e poucos anos, pela minha avaliação técnica como legista.

Teve uma Comissão aqui da Câmara que foi a Roraima e me ouviu. Nós nunca encontramos esses cadáveres, ninguém nunca mostrou para o mundo esses cadáveres, e esse evento está consignado, inclusive, no Supremo Tribunal Federal, como o único caso de genocídio no país. Inclusive, na Comissão Yanomami, quando o Presidente do Cimi, D. Roque Paloschi, que foi um bispo lá de Roraima e que me conhece bem, sabe do meu trabalho, falou desse massacre, eu até fiz um desafio a ele que me mostrasse cadáveres desse genocídio.

E, outra coisa, nós descobrimos depois que, pasmem, senhoras e senhores, Haximu não estava no Brasil, Haximu estava na Venezuela. E nós entramos na Venezuela, ficamos andando lá por dentro, mas é porque as pessoas que falam de Amazônia não sabem como é difícil até a gente estabelecer as fronteiras, se a gente não tem marco de GPS no local, é difícil. A gente terminou adentrando a Venezuela, indo lá a Haximu, e depois nós descobrimos que Haximu não estava no país, não estava no Brasil.

Se vocês entrarem no Google – eu entrei aqui –, aqueles que nos assistem, senhoras e senhores que estão aqui presentes, vocês vão ver que foi o primeiro e único crime no Brasil a ser julgado como genocídio, resultado de morte de 16 índios. Eu desafio alguém a me mostrar uma foto desses cadáveres ou alguma coisa que seja relacionada com esse evento. Eu estava lá. Eu não sei se Sidney Lemos está vivo, eu nunca mais conversei com ele, mas era o Superintendente da Polícia Federal, ele estava comigo, ele que me chamou, porque eu estava no IML na época e fui para lá. Realmente andei muito naquela mata atrás de cadáveres, e lá nunca se apresentou nenhum cadáver. Aonde você vai na Europa, nos Estados Unidos, se você falar de Roraima, dizem "Ah, foi lá que aconteceu o massacre de Haximu?", todo mundo sabe desse massacre. E eu desafio alguém a me provar que isso existiu, porque eu estava lá. Eu estou dando aqui um exemplo de narrativa que foi muito nociva para o nosso país.

Esse massacre aqui também teve uma interferência muito grande na sensibilização das pessoas que demarcaram a Raposa Serra do Sol, que foi também uma coisa que nós contestamos muito, porque Raposa é uma coisa, são índios do Lavrado; Serra do Sol é outra coisa, são índios completamente diferentes, etnias diferentes. Os ingaricós, que estão na Serra do Sol, têm uma origem genética absolutamente diferente dos macuxis, dos uapixanas, que estão no Lavrado. Ali nós demarcamos tudo numa reserva só e inviabilizamos, inclusive, a nossa maior vocação, que era a produção de arroz na várzea da Raposa Serra do Sol. E ninguém aproveitou mais aquilo. As fazendas que eram fazendas mecanizadas, muito modernas, hoje são ruínas. Quer dizer, a gente não conseguiu aproveitar nada daquilo que brasileiros que foram para lá construíram com muito suor, com muito trabalho.

Então, é por isso que eu estou com muita esperança de que nós possamos realmente fazer um grande serviço ao nosso país. Nós vamos sofrer muitos ataques, mas não tem problema. Com 66 anos, também, eu já estou de meio-dia para tarde, eu aguento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

Obrigado, Marcio.

Obrigado, Bagattoli.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Dr. Hiran, quando eu soube da indicação do seu bloco, eu fiquei muito feliz, porque eu sou um profundo conhecedor, e o que o senhor está relatando é um episódio que aparentemente é isolado, mas faz parte de um todo.

A pirotecnia de incendiar balsas atualmente, os helicópteros do Ibama descendo com metralhadora para intimidar, essa pirotecnia é necessária e faz parte de todo um plano para isso, para desgastar.

Olhe só, deixe-me falar uma frase para mostrar como é uma coisa combinada que está em execução há décadas. Essa declaração é de 1998, de Patrick Hughes, que era chefe do órgão central de informação das Forças Armadas norte-americanas. Então, em 1998, ele disse o seguinte: "Caso o Brasil resolva fazer um uso da Amazônia de forma que ponha em risco o meio ambiente nos Estados Unidos, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente", ou seja, eles plantam, eles fazem, eles criam e nós perdemos a narrativa, Dr. Hiran. Nós já fomos derrotados pela narrativa, mas por causa de maus brasileiros, não é por causa do pessoal lá de fora. Eles propagam a narrativa que quiserem, mas aqui dentro eles encontram nas relações, revistas, televisões, jornais, Ministério Público, Judiciário, faculdades... Eles cooptaram estudantes de comunicação, de direito, de geologia para levar para catequizar. E há também uma elite, no Brasil, que dá para comparar com a elite do tempo da colônia, que, num esforço danado para ser convidada para a festa do imperador, finge ter o mesmo pensamento do colonizador. São esses que propagam essa narrativa, são eles que fazem valer essa narrativa.

Então, esse episódio de quem viveu – Dr. Hiran esteve lá – e a gente conta outras... Eu conto outra, no sentido de quando eu falo – e já falei isso na instalação da CPI –, Jaime, da carta que eu tenho dos índios tenharins. Eu dou o maior exemplo, um exemplo dos banúas, eu faço questão de dar dois exemplos. A carta dos tenharins foi captada até numa foto, tiraram a minha, e a carta está atrás: "Obrigado, Senador de palavra, por nos ajudar a realizar o nosso sonho". O sonho que eu estava realizando era a entrega de canoas de alumínio com motor rabeta, para que eles pudessem colher castanha, porque, na canoa a remo, eles levam quatro dias. Nesse motorzinho, eles vão levar um dia. E olha qual era o sonho! Esse é o sonho de dignidade de ter direito a políticas públicas. E os banúas, numa carta, falam: "Essas ONGs querem que a gente viva dos frutos que caem da árvore, só nos dão direito de nascer e morrer". Então, são coisas cruéis que precisam ser levadas ao brasileiro, Marcio, Hiran, Jaime, para que nós possamos combater essa narrativa um tanto quanto tarde, mas eu nunca vi isso de dizer que lutar é tarde e desistir no meio do caminho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero encerrar, então, esta sessão. A gente vai se reunir depois para decidir a próxima reunião, Marcio. A intenção era que, quando estivesse no auge do quórum... Nós não vamos marcar, então, a sessão, mas, com certeza, vamos ter logo uma em seguida, e aí, sim, já começamos os trabalhos de perguntas, de confrontações.

Vocês que estiveram aqui, os assessores, todos os outros interessados, é muito importante a participação de vocês. Vão continuar fingindo que esta CPI não existe. Os grandes órgãos vão fingir que ela não existe. Dois canais de televisão até hoje nem sequer registraram que aqui existe uma CPI que vai investigar as ONGs. Faz parte. O que o Jaime começou a sofrer faz parte disso aqui.

Aqui só tem homem público consciente do que é ser homem público. O homem público que se preza não pode ter medo de injúria, calúnia e difamação, senão ele vai ter outra atividade, vai exercer outra profissão, não vem nunca ser Senador da República do Brasil, e, ao mesmo tempo, precisa ter a consciência de que nós somos Senadores da República do Brasil e que a gente tem algo a fazer, uma missão a executar. E uma missão, quando é executada, como a gente vai fazer aqui, nunca é glória. Eu costumo dizer que a glória não está na vitória, a glória está na luta. E é o que nós vamos fazer: levar ao Brasil o conhecimento de quem conhece a Amazônia.

E tentar, pelo menos, no Brasil, que essa hipocrisia não tenha, assim, um campo tão fértil, que essa narrativa não espalhe as suas pétalas de tanta mentira no país inteiro. Se depender desses amazônidas que aqui estão, e eu falo em nome de todos, nós vamos não estancar, não impedir que esse organismo continue vivo, mas, quem sabe, cortar um dedo, cortar uma mão desse monstro.

Coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo nada mais tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a Deus por esta oportunidade e esta missão.

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 25 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e treze minutos do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Mara Gabrilli, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Chico Rodrigues e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 58 de 2023** que : "Requer a realização de audiência pública com a presença de Davi Kopenawa, líder indígena de Roraima, com o objetivo de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 59 de 2023** que : "Requer a realização de audiências públicas em Altamira e Santarém no estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando inclusive contra interesses nacionais, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 60 de 2023** que : "Convidada Aurélio Tenharim, liderança indígena." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 61 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Belém." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 62 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Manaus." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 63 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Palmas" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 64 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Macapá" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 65 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Boa Vista" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 66 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Porto Velho" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 67 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo município de Rio Branco" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 68 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Acre" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 69 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Tocantins" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 70 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amazonas" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 71 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Rondônia" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 72 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Pará" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 73 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Roraima" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 74 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amapá" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 75 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, informações sobre as instituições responsáveis pelos estudos técnico-científicos que definiram a criação de unidades de conservação citadas, bem como cópia das audiências públicas que antecederam a criação das UCs ou das regiões para discutir essas políticas e, enfim, informações precisas sobre a taxa de desmatamento das áreas das referidas UCs antes de sua criação e igualmente no ano de 2023." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - REQUERIMENTO Nº 76 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Mato Grosso" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - REQUERIMENTO Nº 77 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Maranhão" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 78 de 2023** que : "Convida José Altino Machado, diretor da Associação dos Moradores do Alto Tapajós (Amot)" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 79 de 2023** que : "Convida o ex-Ministro Joaquim Leite" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 80 de 2023** que : "Reque Informações do Ministério do Meio Ambiente" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 81 de 2023** que : "Convida representante do Tribunal de Contas da União para prestar informações sobre a fiscalização dos recursos do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 25 - REQUERIMENTO Nº 82 de 2023** que : "Convida representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar informações sobre as conclusões da auditoria do Ministério do Meio Ambiente que deu origem à auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como sobre o resultado das análises e providências adotadas pelo BNDES na gestão do Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Depoimento de Alberto Brazão Góes, Adriel Kokama e Valdeci Baniwa. Oitiva do Alberto Brazão Góes, em atendimento ao requerimento 3/2023; do Valdeci Baniwa, em atendimento ao requerimento 4/2023; do Adriel Kokama, em atendimento ao requerimento 2/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/06/27>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e às oitivas do Sr. Alberto Brazão Goes, do Sr. Adriel Kokama e do Sr. Valdeci Baniwa.

Passamos agora à deliberação dos requerimentos constantes da pauta, mas abrindo pra quem quiser falar, pra a gente submeter os requerimentos, Beto, todos em bloco.

A palavra está franqueada ao Beto e ao Zequinha, que estão aqui presentes...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E ao meu amigo Styvenson, que é muito pequeno e não deu para enxergar. Styvenson, desculpa!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais Senadores, Senadoras, três questões eu trago neste primeiro momento aqui. A primeira... Eu insisto nisso e falei, inclusive no dia do seu pronunciamento no Plenário do Senado, onde também expressei que o entendimento com que eu saí da primeira reunião deliberativa era de que nós passaríamos até por um procedimento, por uma metodologia de quem quer investigar efetivamente aqueles problemas que existem.

Um primeiro seria a questão das informações, a gente obter o máximo de informações possíveis. O segundo, trazer a esta Comissão quem poderia dar explicações mais gerais, inclusive, pra gente sobre repasses de recursos, como é que é a metodologia do governo, como é que é a metodologia da entrada de recursos. Nós temos organismos, nós temos o Tribunal de Contas, nós temos o Ministério Público, nós temos a Abin, nós temos, enfim... A Abin, inclusive, está aqui. Tem vários organismos que poderiam trazer a esta Comissão uma série de esclarecimentos sobre a forma, o método, pra, a partir daí, então, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente fazer esse procedimento de oitiva de pessoas, de ida da Comissão a regiões, como já está sendo proposto e tal.

Eu estava entendendo que a gente tivesse acordado isso na primeira votação. Mas o procedimento hoje está sendo inverso. Nós já estamos começando pelas oitivas sem ter esses esclarecimentos iniciais.

Então, é a questão que eu coloco aqui.

Uma outra: já é bom que a gente estabeleça, Senador Marcio, um certo calendário das nossas ações, das nossas reuniões.

Tem aquilo que é o extra, tem aquilo que vai ser o extraordinário. Pode ter dia que tenha duas sessões numa semana, mas que a gente pudesse já estabelecer esse negócio aqui – a Comissão vai funcionar que dia, as reuniões aqui? – e estabelecer um calendário de atividades nossas, pra que a gente possa se programar.

Embora a CPI seja muito importante e a gente possa ter que dedicar grande parte do nosso tempo para trabalhar aqui, as atividades do Congresso são tantas, e a gente participa de tantas outras Comissões e ações que é necessário a gente fazer um pouco de programação. Senão, a gente se complica.

Por exemplo, nos requerimentos de hoje, já tem Comissão Externa, a gente sair pra ir a municípios, como Santarém e Altamira, como está sendo proposto pelo Senador Zequinha. Como vai se dar isso? Com quantos dias, a gente vai estar sabendo? Qual é a logística disso? Como é que... Nós temos que ter um preparo, porque, senão, daqui a pouco, não tem nem como a gente se deslocar, fazer isso, ir pra uma região como o Pará, por exemplo. E não estou questionando aqui sobre fazer. Aqui, é uma questão para o entendimento de como vamos fazer. Nós vamos fazer Santarém e Altamira. Nós vamos fazer no mesmo dia? Na mesma rota? Vamos lá, voltamos? No outro tempo, vai em outro município? E esse roteiro como faz? Cada um se vira pra poder chegar lá na Comissão, lá nessa audiência pública?

Eu me preocupo com os requerimentos. Por exemplo, fazer Santarém e Altamira. Topo, estou topando aqui. Agora, eu não vi, Senador Zequinha, no convite, quem vai ser convidado, quem estará sendo convidado pra estar na sessão. Será aberta? Quem quiser vem? Como é essa metodologia? Se for para Santarém e Altamira, aberto, quem quiser vem, aí tem que ter outro mecanismo, inclusive, de segurança, por se tratar de uma CPI que vai tratar desse tema naqueles dois municípios.

Então, são questões que eu levanto aqui.

Não tem problema de a gente aprovar. Nós já fizemos isso na primeira reunião. Aprovamos isso de forma global, todos os requerimentos, em bloco. Pode ser feito. Mas eu queria, com muita responsabilidade, que a gente possa fazer isso, pra ter muita clareza do que nós vamos fazer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De resto, posterior aos depoentes, nós vamos entrar no debate com as pessoas que vão fazer a oitiva.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra, Zequinha, deixa eu fazer uma observação sobre as observações do Senador Beto.

As informações do requerimento ainda estão chegando, Senador Beto. A gente não pode, na segunda sessão, trabalhar nas informações sem as informações.

Não sei se o senhor notou, mas estão fazendo de tudo pra fingir que a CPI não existe. Então, se a gente não trouxe nada do conteúdo, dos invisíveis – que é ao que a gente quer dar voz –, claro, aquele que quiser vir aqui e dizer que está às mil maravilhas, que o mundo dele está às mil maravilhas, a gente vai até pedir conselho pra ver como chega lá. Mas a situação agora é dar voz aos invisíveis.

Esse calendário vai ter, com certeza. Jamais um membro daqui vai ficar sabendo: "Oh, a viagem é hoje, a viagem é amanhã". De forma alguma, até porque a população brasileira merece conhecer os dois lados. É isso que a gente está querendo aqui, porque a população conhece um lado só. Fique tranquilo, Senador Beto, quanto a isso, quanto à condução e à nossa responsabilidade.

Com a palavra, o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

No nosso item 2, nós estamos submetendo o requerimento, solicitando que se vá até as cidades de Santarém e Altamira. Essas duas cidades são emblemáticas lá no Pará, pela força e pelo movimento das organizações não governamentais do nosso estado. Essas duas são aquelas que mais esse setor movimenta ali.

A CPI, em busca da verdade, do esclarecimento, havendo condições pra se locomover pra estar lá, porque os Senadores certamente têm sua estrutura, mas os servidores, de repente, dependem da estrutura da própria CPI pra estar lá, pra passagem de avião, pra hotel, enfim, essa coisa toda...

Do meu ponto de vista, seria extremamente necessário e importante, aprovando o requerimento aqui, a gente, então, poder fazer a segunda parte do trabalho que é poder ouvir as pessoas, as outras organizações, enfim, todo mundo dessas duas cidades, desses dois municípios e região que tem sido prejudicado frontalmente pelas ações das ONGs.

Então, submeto a V. Exas. nosso requerimento, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, com os arts. 93, inciso II; e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"realização de audiências públicas em Altamira e Santarém, no Estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando, inclusive, contra interesses nacionais, como intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público".

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só por uma questão, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois não, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Senador Zequinha tem já as pessoas convidadas? Tem uma relação?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, pois é, nós vamos saber disso... A ideia é até a gente fazer uma reunião extra, só a gente, pra que cada um dê sua sugestão e coloque o que pensa. Para essa logística, a gente tem que recorrer à Aeronáutica, ao Exército. Não tem como, com 150 mil, fazer tudo isso. Se não puder ir todos, o Regimento permite que, com a presença de dois, se faça a sessão e a reunião. O senhor vai ser comunicado com antecedência, com certeza. Inclusive, vai dar opinião, vai dar sugestão, porque esse é o objetivo. Se a gente estivesse só com um lado aqui, não teria porque a gente ter se empenhado tanto nisso.

Pode ficar tranquilo, Senador Beto.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só para dar uma noção ao Senador Beto, nós temos a questão do Projeto Belo Monte, Beto, lá em Altamira. O Instituto Socioambiental (ISA) pressiona o Ministério Público e o Ministério Público... Neste momento, está em tramitação aqui na Aneel uma área de quase 9 mil hectares de aumento, depois de tudo, certo? Depois do projeto implantado, entregue, organizado, etc., etc. Mas a ONG é tão forte que ela se junta ao Ministério Público, pressiona o Ministério Público; o Ministério Público vai para cima e solicita mais terra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas terras são de pessoas que estão lá há décadas, correto? E a terra, em vez de o cara comprar a terra pelo preço de mercado, de a empresa comprar pelo preço de mercado... Por exemplo, hoje, um alqueire – como a gente chama –, são 4.84 hectares naquela região, é o alqueirão, vale R\$120 mil. É o preço normal daquela região. A empresa indo comprar pela DUP (Declaração de Utilidade Pública), fornecida aqui pela Aneel, esse preço cai para R\$14 mil, não é? São quase 10%, 12% do valor comercial.

É claro que, se fosse para comprar a terra em que dá para criar lá um território ribeirinho, aquele negócio meio confuso, porque é uma figura jurídica de que a gente não tem muito conhecimento, porque se tem conhecimento de, por exemplo, quilombola: ali é um território reconhecido; terra indígena, também; mas o território ribeirinho é uma figura que está começando a ser discutida agora. E a minha preocupação é que, se isso pega, pois o que nós temos na Amazônia são ribeirinhos, daqui um dia, não temos mais nada, em termos de espaço para produção, porque tudo vai virar território ribeirinho.

Então, esses produtores com essas terras vão ficar sem terra e sem dinheiro para se realocarem em qualquer outro lugar. Se, pelo menos, a empresa fosse lá e comprasse no preço comercial para a construção desse território, tudo bem. É ruim, porque desloca uma pessoa que tem décadas ali; que, às vezes, nasceu ali, herdou do pai, da família; e, de repente, se vê na obrigação de ceder aquele território. E é uma coisa que a gente vê que há uma indústria em cima daquilo. Onde tem um grande projeto, você tem a indústria da compensação; aonde for, pode ir que lá está ou usando os indígenas ou usando populações tradicionais, mas tem! E tem sempre uma ou duas ONGs trabalhando e construindo isso.

V. Exa. conhece a história do linhão que vai de Manaus a Boa Vista e passa dentro de uma terra indígena. Veja lá a orientação que é dada, inclusive da ONG que está lá tem alguém aqui, dentro da Funai, que é parente próximo – bem próximo – e que articula tudo e, até hoje, o Governo não consegue avançar em função daquilo que é pedido para poder passar o linhão.

Eu conheço um grupo de advogados que trabalham 24h por dia em cima disso, para atrapalhar crescimento, desenvolvimento, produção, enfim, é um inferno isso. Então, Altamira tem isso. Santarém tem mais outras questões que a gente pode, em aprovando o requerimento, levantar e trazer para que prestem depoimentos pessoas que têm, como disse, sido atingidas diretamente por isso, com prejuízos, usando da questão legal para poder, então, se beneficiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Nós vamos em busca disso.

Senador Beto, vamos começar o requerimento.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, tudo bem.

Eu estou concordando que a gente aprove, inclusive, em bloco.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beleza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Fique tranquilo com relação a isso, até facilita o nosso tempo aqui para o trabalho na Comissão.

Eu queria, Senador Zequinha... entrei só nessa questão dos convites, porque eu acho que, inclusive, a gente pode fazer as conversas e têm que ser aprovados depois, posteriormente, os convidados para que a gente efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A ideia é aprovar o requerimento e ficar com...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... não se crie nenhuma expectativa lá na região de que... Eu conheço também a região, eu sou da região, conheço os dois municípios, são do meu estado e sei disso.

Não acho... Esse processo que o Senador Zequinha levanta, com razões em alguns aspectos e outros, na minha avaliação, não, até porque essas compensações, quando se estabelece um grande projeto, são feitas a partir de audiências públicas com todo mundo participando e tudo.

Senador Zequinha, você sabe o tanto que, por exemplo, a Prefeitura de Altamira festejou com as compensações que tinha quando foi construída Belo Monte. Não era uma reivindicação de uma ONG ou de uma entidade, era uma reivindicação ali das compensações da sociedade e das instituições. O Governo do estado, a Prefeitura, todos eles fizeram as reivindicações, e as compensações foram estabelecidas não por uma ONG ou por uma outra questão.

Dizer aqui que a gente – e esse vai ser o debate –, dizer aqui que o Ministério Público é influenciado por uma ONG e que a partir daí todo mundo foi influenciado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, nós vamos ter a oportunidade ver se isso é verdade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque o Ministério Público fez, mas o debate trouxe...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, hoje...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Só quero que o senhor não me interrompa, porque ele falou aqui o tempo inteiro sobre esse ponto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não vou interromper. O senhor já falou três e agora vai falar dez também. Agora, eu também vou falar de vez em quando.

Pode?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode, mas eu posso concluir?

Então, não acredito que uma ONG vá influenciar o Ministério Público. Nós sabemos a posição do Ministério Público Federal e, a partir daí, influencia o Governo, porque a última decisão é do Governo para poder fazer. Tem segmentos que fazem as reivindicações, é natural. Agora, não pode isso ser implicado, e a responsabilidade ser imputada a uma ONG, porque aí as ONGs não podem ter posição sobre um determinado território, sobre uma área?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Claro, claro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Faz...

Fazem. As instâncias de Governo e de Ministério Público...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Conceda-me um parêntesis?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que depois podem estabelecer "sim" ou "não". Não dá para a gente ficar aqui...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só um parêntesis.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... já criminalizar uma entidade, porque lá, numa determinada área, ela estabeleceu uma posição em que achava justo fazer aquilo.

Aí não dá para a gente fazer isso, porque senão...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Sr. Presidente.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se vocês me permitirem, a questão do encaminhamento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O Relator...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Só esclarecer.

Esclarecer ao Senador Beto, eu sei que ele conhece, eu também conheço, mas é público e notório, lá em Altamira, que um dos assessores da Procuradora da República é servidor do Instituto Socioambiental, ele trabalha lá dentro com ela.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso. Nós vamos investigar isso, Senador. Está bom?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só isso.

Então, esse negócio não é de hoje e não é novo para ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É muito maior do que o Brasil pensa.

O Relator é o Senador Marcio, mas antes, Marcio, do encaminhamento, eu tinha franquiado a palavra ao Senador Styvenson, depois você faz o encaminhamento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, boa tarde... bom dia aos Senadores presentes, estou vendo que a discussão já iniciou aqui, de uma audiência antecipada que se realizará na região do Pará.

Eu queria só fazer um questionamento. A gente tem hoje oitivas, não é? Tem pessoas para ouvirmos aqui. Acho que daria para discutir o teor dessa reunião futura no local, no dia, na ocasião, e aqui a gente se concentrar, só porque eu vim para ouvir na sessão hoje quem vai ser ouvido de fato. Então a minha pergunta era só esta: vai ter oitiva ainda?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vai ser isso. Vai, sim. E a gente está tentando esse encaminhamento.

Com a palavra, o Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Uma questão, talvez, de encaminhamento.

Eu escutei atentamente as ponderações do Senador Beto, do Senador Zequinha. Eu acho que, de fato, na primeira reunião em que a gente aprovou vários requerimentos, eu também entendi que ficou claro, mas a gente sempre pode aperfeiçoar aquilo que a gente já decidiu. Mas pra mim também ficou claro que o momento de chamar ONGs seria um momento posterior ao recebimento das informações que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovamos na primeira reunião da CPI, a primeira reunião após a instalação. E isso, como disse o nosso Presidente, não chegou ainda. E hoje nós estamos aprovando, se assim entender o Plenário, outros requerimentos. Eu confesso que foi uma falha minha. Poderia ter colocado esses pedidos de informações já naquele documento anterior. E hoje eu estou corrigindo essa falha, pedindo aos estados, aos nove estados da Região Amazônica, às nove capitais, as informações mesmas que a gente pediu aos outros órgãos federais. E aí, com isso, vem, sim, a agenda do convite às ONGs.

Mas também entendia, Beto, que naquele momento também teria ficado claro que essa parte não seria uma obstrução a que outras pessoas fossem sendo convidadas – como o Presidente solicitou várias audiências, eu também, cada um de vocês tem essa prerrogativa –, pessoas, autoridades. Então, nós aprovamos requerimento aqui convidando ex-Ministros do Meio Ambiente, a atual Ministra do Meio Ambiente, pessoas que, enfim, dialogam, escrevem sobre a Amazônia, que vão enriquecer o debate. Então, eu entendi que uma agenda não prejudicaria a outra.

E com relação a aprovar já audiências públicas, deslocamentos da Comissão à Amazônia, eu entendo que a gente pode fazer. E claro que o Presidente, a quem cabe essa prerrogativa, ao ser aprovado, vai, logo na sequência, ver a conveniência do momento. Eu também acho que, pra gente se deslocar daqui pra Amazônia, nós precisamos ter informações primeiro, pra podermos ir à audiência pública consubstanciados em dados e informações que receberemos, bem como, vamos dizer assim, a dinâmica da reunião.

Eu concordo com o Senador Beto, claro. O Presidente, no seu tempo correto, vai estabelecer com a própria Comissão quem são os convidados, enfim, o ritual da reunião. Nós não podemos levar a Comissão com assessores e tudo mais à Amazônia brasileira, sem que antes ela tenha estabelecido quem são as pessoas a serem convidadas pra reunião e a dinâmica, a abertura e o fechamento dessas audiências lá dentro. Mas entendo que é uma prerrogativa do nosso Presidente, que, depois de ser aprovado, vai, com o tempo certo e com as informações que chegarão à Comissão, combinar com todos nós em que data, em que momento e a dinâmica da própria reunião.

Então, eu acho que esse é o encaminhamento. E aqui ninguém vai – e o Presidente tem esse espírito – controlar nenhum Parlamentar. Eu, particularmente, entendo que o debate a respeito de responsabilização ou não, de denúncia ou não, de entendimento, pra construir o relatório, é um momento posterior. Na medida do possível, se a gente puder guardar as nossas ferramentas, quem sabe com as informações que receberemos, podemos afiá-las mais ou menos, até consertar algum entendimento que a gente tenha. Vai ter o momento mais adequado, mas, de qualquer modo, não tem como impedir que, às vezes, a opinião do Parlamentar sobre algum tema já apareça nesse momento.

Mas eu acho que o encaminhamento, Presidente, está dado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao serem aprovados os requerimentos, o Presidente vai vendo a conveniência e o momento de serem chamadas as pessoas e das audiências que serão feitas lá fora.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É isso aí

Eu vejo a mãozinha da Senadora Mara levantada.

Alô, Mara. Que prazer você conosco aqui.

Vai dar para colocar a Mara?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Oi, Plínio. Oi, Marcio. Prazer em vê-los, Senadores. Bom dia a todos.

Bom, eu queria cumprimentar o nosso Presidente Plínio Valério e o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e desejar sucesso nos trabalhos desta Comissão tão importante. Que os senhores e todos os membros desta Comissão tenham sabedoria, todos nós, para defender, de fato, o nosso bem mais precioso, as pessoas, principalmente as pessoas mais vulneráveis, os povos indígenas, ribeirinhos e, sobretudo, um bioma sem igual no mundo, que é a nossa floresta, e os nossos rios da Amazônia.

Eu vim aqui hoje, Presidente, me manifestar do mesmo modo que o Presidente Plínio já disse, para que possamos dar transparência, aqui na CPI, ao maravilhoso trabalho humano que as organizações da sociedade civil realizam.

Pode estar certo – viu, Plínio? –, são essas organizações que atingem e trabalham muito duro para melhorar a vida das pessoas que ainda são invisíveis pro Governo e pra maior parte da sociedade.

Hoje, eu quero defender o trabalho das associações, das fundações, das entidades do terceiro setor que, historicamente, começaram a trabalhar em defesa dos seres humanos mais vulneráveis.

Lá atrás, ainda no Brasil Colônia, foi em 1543 que chegou aqui a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, instalando-se em Santos, no meu estado, aqui em São Paulo. Depois, foram abertas unidades na Bahia, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Pernambuco. E não havia nenhuma instituição hospitalar no país. E foi uma ONG que começou. E, hoje, as santas casas estão em todo o Brasil.

No Congresso, diversos Parlamentares se mobilizam todos os anos pra fortalecer as parcerias às santas casas no SUS. Nas muitas delas, já tiveram problemas de gestão, de irregularidades apontadas por tribunais de contas, dívidas trabalhistas.

E eu gostaria de saber quem no Brasil não consideraria uma enorme injustiça, por exemplo, atacar o trabalho das santas casas, mesmo com os erros, às vezes, graves que já ocorreram.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, é claro que a gente tem que responsabilizar e fiscalizar o uso dos recursos públicos, das parcerias, dos convênios, verificar se não houve desvio de finalidade. E temos que trabalhar com muita sabedoria e ter muito cuidado.

Ano passado, eu perdi um amigo muito querido, que foi o jornalista Dom Phillips, que foi assassinado na Amazônia, junto com o indigenista Bruno Pereira. Na ocasião, viralizaram nas redes boatos e *fake news* afirmando que os dois realizavam atividades extremistas e ilegais na Amazônia, o que depois foi desmentido pela Polícia Federal, mas, até isso ocorrer, se causou muita dor e muita confusão, coisas que talvez nunca mais a gente consiga tirar a mácula.

Por isso, eu peço que a gente tenha tranquilidade na condução desses trabalhos e muita responsabilidade nesta Comissão. Eu falo para as senhoras e senhores como uma pessoa que começou a sua trajetória política fundando uma organização que existe até hoje, que é o Instituto Mara Gabrilli. Inclusive, uma mulher tetraplégica como eu não seria eleita Vereadora, Deputada, Senadora se não fosse o brilhante trabalho de muitas organizações do terceiro setor por décadas, quando não se falava do direito, por exemplo, da pessoa com deficiência. Foram as ONGs que lutaram por isso, pra tirar as pessoas com deficiência da invisibilidade. E, se não fossem associações como as APAEs, a AACD, as fundações como a Dorina Nowill para cegos e tantas outras, a Derdic para surdos, a gente não teria avançado tanto em garantia de direitos. E olha que, ainda assim, a gente sabe que tem muitos desafios na garantia das políticas públicas pra inclusão social, não só das pessoas com deficiência em nosso país, mas daqueles que são mais vulneráveis.

Eu fui Presidente de ONG e conheço profundamente o quanto é necessário ter profissionalismo pra cumprir tudo o que a legislação exige e também o quanto é árduo captar recurso e obter doação da iniciativa privada.

Eu tenho muita preocupação que essas doações, que ainda são poucas em nosso país, diminuam ainda mais, inviabilizando trabalhos muito importantes e necessários.

Se existem ONGs que trabalham de modo irregular ou fazem uso ilegal de recursos, que sejam responsabilizadas e punidas, mas esta CPI deve a cautela de não deixar inserir no imaginário popular que o trabalho das ONGs é criminoso. Ninguém melhor que nós pra sabermos que existem bons políticos e políticos ruins, como em toda profissão e toda área, e não seria diferente com as ONGs, e cabe a nós valorizarmos os bons trabalhos.

E, por isso, apoio a questão de ordem levantada pelo Senador Beto Faro, pra que a gente possa ouvir o Tribunal de Contas, a Defensoria Pública, a Abin e outras instituições fundamentais pra esse tema, porque vale lembrar que, segundo o estudo da Fonif, que é o Fórum Nacional de Entidades Filantrópicas, a cada R\$1 de imunidade tributária que o Governo investe nas ONGs, as ONGs devolvem R\$9,79 pra sociedade – esse é um dado importantíssimo, eu vou repetir: a cada R\$1 de imunidade tributária, a ONG devolve R\$9,79 pra sociedade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Até novembro de 2020, o Ipea, que sei que apresentará dados a convite da CPI mais à frente, mensurou que havia mais de 815 mil organizações da sociedade civil em atividade no Brasil. Desse montante, 30% são entidades religiosas, são igrejas e templos e, geograficamente, mais de 40% dessas organizações se encontram na Região Sudeste. Como o foco dessa CPI é investigar as entidades na Amazônia, segundo o Ipea, 7,2% das ONGs estão no Norte e 8,2% no Centro-Oeste, regiões onde predomina a Amazônia Legal.

Eu trago esses dados, Presidente Plínio, porque temos uma grande responsabilidade aqui. O trabalho da CPI, que é sério, não pode prejudicar o trabalho também sério de centenas de milhares de ONGs.

E eu deixo aqui, Senador Marcio Bittar, meu depoimento valorizando os relevantes serviços públicos prestados pelas entidades sem fins lucrativos na defesa de direitos, no combate ao racismo, no atendimento de pessoas com deficiências, com doenças raras, na assistência social, na educação, no esporte, no meio ambiente, na cultura, entre tantos outros. E as ONGs também são a voz da sociedade civil, daquela parcela da população que atendem, defendem, representam. E foi o engajamento e o trabalho delas que, ao longo do tempo, ajudaram a acelerar as políticas públicas, a inclusão social e os direitos humanos. Isso só fortalece a nossa democracia e torna o nosso país mais justo e igualitário.

Estou terminando e dizendo que a gente precisa fazer dos trabalhos dessa CPI um meio de mostrar que o nosso objetivo maior, ao final, é o fortalecimento da boa governança, da transparência, das atividades das ONGs, e, assim, poder aumentar a confiança da população nos trabalhos realizados por elas.

Desculpa eu ter me estendido, Presidente, mas muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Mara. É sempre um prazer ouvi-la.

E quero lhe garantir, como já foi garantido, que a CPI não tem objetivo de demonizar ONGs, de forma alguma, e muito menos é contra o Governo.

Essas ONGs maravilhosas que a senhora nos cita, com certeza, vamos agradecer no final, porque a intenção é extirpar, é separar o joio do trigo. São essas poucas más ONGs que comprometem o trabalho de todas. E jamais essa CPI iria investigar ONG que trata do câncer, de velhinhos, de idosos. A nossa preocupação, Senadora Mara, é exatamente a sua: o homem. A gente vai procurar saber por que o Fundo Amazônia já está, mais ou menos, com dinheiro de rendimento de 5,5 bilhões e até agora só atingiu – o homem – 266 mil pessoas na Amazônia, onde vivem 25 milhões. É isto que a gente quer saber: será que 5 bilhões é pouco pra atender 300 mil? Será que é preciso mais? E é em nome dessas boas ONGs que a gente vai continuar trabalhando, viu, Senadora Mara? Fique tranquila! O nosso compromisso de lealdade e de buscar a verdade e a transparência sempre será cumprido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vejo que levanta a mão o Senador Mecias.

Senador Mecias, por favor.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Presidente Plínio, cumprimento V. Exa. e os demais colegas Senadores e Senadoras.

Acabo de ouvir também as palavras da nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

Eu creio que é exatamente, Presidente Plínio, o que V. Exa. acaba de dizer: o nosso propósito é separar aqui o joio do trigo. As ONGs que são boas, que têm respeito pela sociedade brasileira e que têm compromisso com as causas sociais, essas que nós queremos separar, porque é sabido que existem ONGs – e nós estamos tratando especificamente dessas ONGs – que trabalham sob o falso pretexto de estarem preservando a Amazônia, e aí não se inclui uma série de ONGs que trabalham no nosso país, como é o caso das santas casas. Mas nós queremos, claro, de forma clara, cristalina, objetiva, saber das ONGs que trabalham na Amazônia o que elas recebem e de que forma elas distribuem, de que forma elas fazem a preservação da Amazônia.

Aqui, em Roraima, por exemplo, existem várias ONGs que recebem recursos internacionais sob o falso pretexto de estarem preservando a nossa flora, a nossa fauna, de serem os cuidadores, aqueles que são os mantenedores da Amazônia, o que não é real, o que não é realidade.

Portanto, a nossa missão, nesta CPI, é saber o que é feito com o dinheiro que vem do Fundo Amazônia, como está sendo aplicado; os recursos que vêm de outros países, que estão encaminhando aqui pras ONGs, pro Governo Federal, que estão sendo mantidos aqui por esses países, o que é feito com esse dinheiro, quem são essas pessoas, saber quem são essas pessoas. Tem pessoas, Presidente Plínio, que têm uma vida maravilhosa, vivem (*Falha no áudio.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos esperar, travou.

Assim que voltar, Mecias, a palavra está franqueada.

Marcio, o nosso Relator, e vamos para o encaminhamento dos requerimentos.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – É só uma observação. Eu tenho o maior carinho pela ex-Deputada – fui Deputado junto com ela, a Deputada Mara Gabrilli – e agora Senadora da República, uma trajetória de vida espetacular. Eu li o livro que ela publicou na época em que foi Deputada Federal, me comoveu muitas vezes. É um grande exemplo de superação que nós temos aqui hoje, no Senado da República. Mas dizer à Senadora Mara e a todos que estão nos assistindo que este Relator, a partir da confiança que recebi do Presidente Plínio, que foi quem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhou durante mais de quatro anos pra que esta CPI fosse instalada, que nós vamos agir da maneira como ele disse na instalação.

Agora, nós não podemos, ao reconhecer ONGs que atuam no Brasil inteiro e que prestam relevantes serviços, mas isso não pode servir para colocar um pano naquelas que atuam, de forma clara, deliberada, pra conter a melhora da qualidade de vida das pessoas na Amazônia.

É inegável, Mara, que, ao mesmo tempo que você tem ONGs, como você citou – e eu poderia citar outras tantas; a Apae é uma delas –, que devem ser reverenciadas e têm por nós, no Congresso Nacional, o reconhecimento através de emendas de Relator, emendas individuais, emendas de bancada, pra muitas dessas entidades, como é o caso das santas casas, que prestam um serviço absolutamente relevante; ao passo que, se essa CPI, de forma clara... E eu peço àqueles que, de fato, não estão, vamos dizer, comprometidos ideologicamente com o raciocínio de que esta CPI vai trazer pessoas aqui, dados e elementos... E, se esses dados e esses elementos comprovarem a percepção de que, no meio de tudo isso, existem organismos internacionais, países estrangeiros que estão comandando destino na Amazônia contra o interesse de quase 30 milhões de pessoas, isso vai estar também no nosso relatório. Então, uma coisa não pode obscurecer a outra. Mas aqueles que querem de fato... Inclusive tem cientistas aprovados no requerimento inicial, que para quem não está com essa visão, que se tornou um pouco religião, vai ter oportunidade de rever alguns conceitos. Até que ponto, por exemplo, somos nós na Amazônia a maior preocupação ambiental do país? Será que não é a área urbana ou as áreas urbanas? Se nós constatarmos que o que fazem em nome de várias lideranças indígenas ou de comunidades indígenas não está, depois de 40 anos, melhorando a vida das pessoas que moram, que vivem nas aldeias, nós também temos que colocar esse dedo na ferida.

Será que é natural um país do tamanho do Brasil, com os recursos naturais que nós temos, continuar assistindo a embaixadas como a do Canadá fazerem reuniões com várias embaixadas dos Estados Unidos, do Canadá, da França, entregarem dinheiro, dirigirem dinheiro, discutindo um território imenso como o Brasil, influenciando na obtenção ou não de recursos naturais da Amazônia? Será que isso não afeta o interesse nacional?

Eu quero terminar essa observação dizendo aquilo que eu falei para o Líder do Governo, aqui no Senado da República. Eu disse: "Olha, governo nenhum – hoje é um governo, ontem foi outro, amanhã será outro – não pode permitir a entrada de recursos e não dá para nos sentirmos ameaçados". A Europa Ocidental, por exemplo, que não produz a comida que come, não produz a energia que consome, ela nos ameaçar, dizendo que se não for como ela quer, ela vai parar de comprar produtos do Brasil? Às vezes eu sonhando, fico pensando, Beto, ou Plínio, que se eu fosse Presidente do Brasil, eu chamaria uma aliança com a China, com a Rússia, com a Índia, e eu queria ver o que a Europa Ocidental ia fazer. Ela faz essa ameaça, e o Brasil aceita uma ameaça dessas? E em nome de uma possibilidade do rompimento de alguns acordos comerciais que a Europa Ocidental tem com parte do agronegócio brasileiro, nós vamos entregar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Amazônia para eles? Eles vão dirigir a Amazônia? E aí vamos lembrar aquilo que eu já citei: o comércio brasileiro com a Europa Ocidental era de R\$2 bilhões no começo do século, hoje está em R\$7 bilhões. O comércio brasileiro com a China era de R\$2 bilhões, hoje está em R\$120 bilhões. Eu vou lembrar a palavra do ex-Ministro, se referindo à Europa Ocidental. A verdade é que, comercialmente, para o país, a relação comercial com a Europa Ocidental está se transformando em irrelevante.

Então, tudo aquilo que nós vamos levantar, as ONGs que continuam prestando, sempre prestaram serviço da maior importância para o país, para os desvalidos, mas aquelas também que podem estar na Amazônia contrariando o interesse nacional, elas estarão no relatório. Mas, com a calma e com a paciência, Mara, você vai ter a tranquilidade de saber que tanto o Presidente quanto o Relator e os membros da Comissão querem trazer à luz do dia as dúvidas que pairam sobre muitas das ONGs que atuam na Amazônia com o prisma da questão ambiental.

Era só isso, Presidente.

E aí, solicitando ao Presidente e feitos os esclarecimentos, a gente passe à oitiva para escutar as pessoas que foram convidadas e que já estão aqui presentes.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Presidente, me permita a palavra muito rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Desde que não fale de carajás, para a gente não ter o Beto também, que a gente vai para o requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Com certeza, esta Comissão vai convidar o ex-Deputado e ex-Ministro Aldo Rebelo, que é a maior sumidade desse assunto, correto?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Já está convidado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Um cara que se dedicou, que estuda, que viaja, que está escrevendo um livro, que está fazendo todo um belo trabalho.

No dia em que ele vier aqui, uma pessoa, completamente, digamos, independente, para prestar as suas informações e trazer a sua colaboração, os senhores vão ver exatamente o que ele vai dizer diante desse quadro em que se transforma a Amazônia num verdadeiro e forte poder paralelo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ele é um dos nossos convidados aqui.

Mecias, você está ouvindo agora? Para concluir, irmão? Sei que você está aí pelo interior.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está me ouvindo, Mecias?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Plínio, Presidente, nossa internet está oscilando bastante, mas eu vou resumir e tentar ouvir os convidados.

Quero só dizer que lamento profundamente a última declaração do Presidente Lula, na França, quando ele disse que a Amazônia era propriedade do mundo. Na realidade, a Amazônia serve ao mundo, mas ela é propriedade nossa, é patrimônio dos brasileiros. Nós lutamos por isso e não podemos abrir mão disso e nem tolerar algumas narrativas, para alguém se vangloriar do nosso país às custas da Amazônia.

Então, a todos os amazônidas, àqueles que a defendem, de fato, independentemente de situação, raça, cor ou religião, eu quero transmitir o meu abraço e o meu respeito – àqueles que defendem a Amazônia de fato.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias.

Saúdo a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi – de vez em quando os senhores esquecem! Eu acho que você é uma das convidadas nossas para vir aqui. A gente vai fazer esse calendário.

Vamos, antes, submeter ao Plenário a votação dos requerimentos.

Submeto a inclusão dos Requerimentos nºs 76, 77, 78, 79 e 80, de 2023, itens 19 a 23, como itens extrapauta.

Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Votação de requerimentos em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 58/2023

Requer a realização de audiência pública com a presença de Davi Kopenawa, líder indígena de Roraima, com o objetivo de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica.

Autoria: Senador Mecias de Jesus

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 59/2023

Requer a realização de audiências públicas em Altamira e Santarém no estado do Pará, com o objetivo de debater a atuação das ONGs na região em questão, bem como o desvirtuamento dos objetivos da ação de tais grupos, atuando inclusive contra interesses nacionais, com intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 60/2023

Convidada Aurélio Tenharim, liderança indígena.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 61/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Belém.

Autoria: Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 5

Requerimento Nº 62/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Manaus.

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 6

Requerimento Nº 63/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Palmas

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 7

Requerimento Nº 64/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Macapá

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 8

Requerimento Nº 65/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Boa Vista

Autoria: Senador Marcio Bittar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 9

Requerimento Nº 66/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Porto Velho

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 10

Requerimento Nº 67/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo município de Rio Branco

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 11

Requerimento Nº 68/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Acre

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 12

Requerimento Nº 69/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Tocantins

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 13

Requerimento Nº 70/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amazonas

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 14

Requerimento Nº 71/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Rondônia

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 15

Requerimento Nº 72/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Pará

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 16

Requerimento Nº 73/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Roraima

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 17



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 74/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Amapá

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 18

Requerimento Nº 75/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade, informações sobre as instituições responsáveis pelos estudos técnico-científicos que definiram a criação de unidades de conservação citadas, bem como cópia das audiências públicas que antecederam a criação das UCs ou das regiões para discutir essas políticas e, enfim, informações precisas sobre a taxa de desmatamento das áreas das referidas UCs antes de sua criação e igualmente no ano de 2023.

Autoria: Senador Plínio Valério

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Só uma dúvida, Presidente.

Tomei conhecimento de todos os requerimentos que estavam. Esses extrapauta não tem como a gente aprovar sem ter nem conhecimento.

Era bom, então, relatar a questão dos extras, para a gente, pelo menos, saber o que está aprovando.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A reclamação procede, Senador.

Vamos ler, então.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 19

Requerimento Nº 76/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas informações pelo estado de Mato Grosso

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 20

Requerimento Nº 77/2023

Requer que sejam prestadas informações pelo estado do Maranhão

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 21

Requerimento Nº 78/2023

Convida José Altino Machado, diretor da Associação dos Moradores do Alto Tapajós (Amot)

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 22

Requerimento Nº 79/2023

Convida o ex-Ministro Joaquim Leite

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 23

Requerimento Nº 80/2023

Reque Informações do Ministério do Meio Ambiente

Autoria: Senador Plínio Valério

Pronto. São esses aí. São os extras.

Concorda?

Então, aqueles que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Antes da primeira oitiva, eu queria mostrar para vocês um vídeo, que não é encomenda nossa. A gente olhou na internet e tem a permissão. Eu não conheço o cacique que está dando esse depoimento.

Chamou-me a atenção porque eu tenho falado muito em colonizado e colonizadores, eu tenho falado muito nisso e a maior prova é que o dinheiro que nos dão, a gente, na condição de pedinte, não diz para que quer o dinheiro. Eles dão o dinheiro, quando a gente bota pires na mão, e eles dizem: " Vamos colocar...".

É rapidinho, é 1min56.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu só queria ver uma situação para a oitiva já, é um esclarecimento só para a oitiva. Posso fazê-lo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode sim. Claro, Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como é que vai se dar, porque nós somos três, três pessoas? É um a um ou os três juntos? E o tempo aqui que cada um terá para poder fazer? É fazer esclarecimento de como é que nós vamos proceder aqui mesmo, de fato, na oitiva.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A ideia era um por um. O senhor tem a sugestão, um por um, a gente limitando o tempo, um por um, porque se os três começarem aí um vai responder para o outro, para o outro, e a gente acaba... A sugestão da Presidência é um por um. São três lideranças indígenas. Isso aí é só porque me chamou a atenção o que ele está dizendo.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, não, não. Isso é um vídeo que a gente olhou na internet e pediu a permissão dele para publicar.

Vejam só esse vídeo, é dito por um indígena, não é pelo Senador Plínio Valério. Eu falo muito de colonização, falo e vou continuar falando.

Você pode soltar o vídeo. Ele é pequeno.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A imagem não pôde... Ela estava travando. É só o depoimento de quem eu chamo, Beto, de invisível. Eu chamo de invisível. Esses índios não são vistos, e a gente quer aquele depoimento, não quer dizer que é uma sentença de morte, que é uma sentença de que é verdade.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive... Inclusive, eu acho importante isso. Inclusive recebi também vários vídeos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Uhum.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que vou repassar ao Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Tranquilo, por favor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está certo? Pra poder fazer...

E queria, antes de a gente começar, o senhor falou, ver...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu só queria...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a questão dos nossos tempos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Beto, deixe-me só vir, aqui, para concluir a aprovação do requerimento, senão eu me perco...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... está bom?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de submeter ao Plenário a votação dos requerimentos, submeto a inclusão dos Requerimento 76, 77, 78, 79 e 80, de 2023, itens 19 a 23, como itens extrapauta.

Já foi colocado aqui, o Beto tirou suas dúvidas.

Coloco em votação a inclusão dos requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Nos termos do art. 235, III, "d", 5, combinado com o art. 89, I, do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Coloco em votação...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Opa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Saudando aqui o nosso mestre Confúcio, que acaba de chegar e é um dos membros desta CPI.

Com a palavra. Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Pela ordem.) – Eu peço desculpas pelo atraso, pois estava presidindo a Comissão de Infraestrutura.

Eu tenho um requerimento extrapauta – não sei se cabe ainda, mas se couber – solicitando a participação do Tribunal de Contas em audiência pública, para explicar, justamente, as contas das Organizações Não Governamentais, especialmente da Amazônia.

Então, eu submeto a V. Exa.

Já está colocado aí e assinado. Se puder e couber, eu agradeço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Peço que a Secretaria veja se está incluso, senão nós vamos incluir, com certeza.

Não sei se já está numerado, se já está numerado, e a gente...

Vamos já conferir. Tá, Senador? A gente vai conferir e aprovar.

Vamos começar as oitivas, então.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Alberto Brazão Goes à mesa.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente, nesse aspecto, antes de começar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ah, vamos discutir então.

Aqui estão propostos, Beto, 20 minutos.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pra ele?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pra ele.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente tem falado à vontade, Beto. Eu só peço que, cada vez que for, resumir pra voltar de novo, pra voltar de novo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E como é que é esse depoimento? Ele depõe na condição de testemunha? Como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É, ele... Não, ele é depoente.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Falar a verdade ou não, como é que é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ele publicou um vídeo interessante. Ele publicou um vídeo interessante, a gente entrou em contato com ele e perguntou se ele repetiria o vídeo que ele publicou. Portanto, é público, não é?

Como eu não vi ninguém acusá-lo de nada nem querer prendê-lo ou algo parecido, nós o convidamos aqui como depoente. E, como depoente, ele não é acusado de nada. Se alguém tiver alguma



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coisa contra o depoente, por favor, fique para si, porque aqui não vai ter esse negócio de botar dedo na cara ninguém.

Conduza, portanto... A Secretaria conduza o Sr. Alberto Brazão Goes.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, ele está sendo convidado na condição de testemunha.

É porque ou você é investigado...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... ou é testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A lógica da Comissão é: pegar depoimentos dos invisíveis, porque dos visíveis eu tenho, está tudo a mil maravilhas. Eles estão, agora, na Ilha da Madeira, a Fundação Amazônia Sustentável com as atrizes que são embaixadoras da Amazônia, estão nababescamente vivendo.

Esses eu já conheço. Eu quero conhecer aqueles que estão aqui no Brasil, que são ignorados. Por isso é que veio o depoimento, Beto. Ele não é... Vai trazer o depoimento como foi aquele lá, porque, Beto, hoje não tinha como a gente trabalhar com informações que não vieram.

Com a palavra, então, o Sr. Alberto Brazão Goes, à Mesa.

Identifique-se, diga por que está aqui, fale o que quiser.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – Bom dia!

Senhores, sou Beto Goes. Sou ianomâmi. Eu vim do Amazonas. O nome da minha comunidade é Maturacá, no Município de São Gabriel da Cachoeira.

O meu pai é Júlio Goes, tuxaua ianomâmi, e o nosso cacique, Miguel Figueiredo, ianomâmi, o nosso herdeiro da nossa linhagem tradicional tribal, filho do nosso finado cacique Joaquim, grande pajé. Que nosso grande espírito o tenha hoje!

Portanto, hoje, obrigado, Senador Presidente da Comissão Plínio, o Relator, *awei*.

Eu quero compartilhar com vocês aqui que, para mim e para o meu povo ianomâmi, no Norte do nosso país, é indigno ao que hoje nós somos submetidos, principalmente pelas ONGs, principalmente pelo ISA. Nós, ianomâmis, não somos serviçais de outro ser humano. Nós não somos um mero ajudante de um outro ser humano, porque nós somos os verdadeiros seres humanos da floresta. Nós já sabemos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como lidar com a nossa floresta. Nós não precisamos que ONGs de lá do estrangeiro digam como é que ianomâmi vai cuidar da nossa terra, da nossa floresta, porque nós somos os verdadeiros antropólogos do nosso povo. Nós somos os ambientalistas do nosso povo. Por que é que ONGs, principalmente americanas, dizem como ianomâmi deve viver na grande floresta? Aqui no Brasil, principalmente. É indigno um povo, uma nação, uma civilização que já exterminou os nossos parentes sioux, os apaches, os outros parentes lá da América do Norte quererem ensinar ao Brasil e dizer como deve cuidar dos povos originários. Aqui, vocês, senhores, são os verdadeiros tuxauas do nosso país. Tuxaua, na minha língua ianomâmi, é chefe. Vocês são os chefes indicados, eleitos pelo povo.

E, por isso, digo mais: pra mim, hoje, é uma honra estar sendo convidado aqui nesta Comissão, para realmente colocar na mesa, pra vocês, aqui, autoridades, e colocar na transparência como nós povos indígenas queremos que os órgãos públicos atuem na nossa terra ianomâmi, assim como nas outras grandes reservas dos outros parentes, os parentes caiapós, os parentes caingangues, os parentes pataxós, os parentes xavantes, waiãpis – satisfação, nossa querida Deputada kayabi, nossa parente também ali. Somos vários parentes aqui que vieram lá de São Gabriel da Cachoeira, somos um povo, povo brasileiro. Aqui não existe distinção. Pra que apontar dedo, pra que ser inconveniente para com outro parente, irmão?

Então, estou aqui para dizer que povo ianomâmi e demais nações indígenas querem autonomia; queremos, sim, autonomia e protagonismo para nós sabermos gerir. Por que dizer que o indígena é incapaz? Por quê? Temos parentes aí formados, hoje temos parentes ianomâmis enfermeiras, temos parentes licenciados para dar aula em escolas. Por que não?

Então, hoje eu digo aqui: nós povos indígenas queremos protagonismo. Somos protagonistas da nossa própria história. E digo mais: queremos dignidade humana, dignidade, respeito, queremos paz. Chega de querer colocar parentes uns contra os outros. Apenas façam com que as políticas públicas cheguem até nós, principalmente educação escolar indígena diferenciada para nós. Temos esse direito. Uma saúde de qualidade: temos esse direito. Temos a Pnaspi, que está aqui, aprovada por vocês, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Por que ainda existem parentes morrendo?

Então, hoje, eu digo a vocês, parentes, que nós somos um povo livre. Ianomâmi é um povo livre; waiãpi é um povo livre; kayabi é um povo livre; parentes do Alto Rio Negro são um povo livre.

Diante disso, eu vos digo: o instituto que eu acabei de mencionar aqui, no passado próximo, ali no Alto Rio Negro, executou um projeto: criação de peixe, piscicultura. O que aconteceu? Apenas acessaram a verba federal, não houve prestação de contas e aquele projeto não avançou, abandonaram. E o que aconteceu? Criadouro de mosquito da malária. Está lá! É isso que a gente deve herdar? Isso pra mim é inadmissível, é um crime, é uma ofensa para nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a mesma ONG que eu já mencionei tem um projeto gigante, Cogumelo Yanomami. Vendido no exterior o grama do cogumelo a 7 euros. Por que a mídia está dizendo que parente ianomâmi está morrendo por inanição? Por que se existe um projeto que arrecada milhões? É contraditório, não é?

Então, eu quero dizer aqui a todos que nós queremos transparência. Nós queremos transparência! Acessou verba federal, acessou verba exterior, estrangeira, então mostra para nós quanto é e quanto que nós vamos usufruir daquilo, quanto que vai nos beneficiar. É isso que nós queremos.

Chega, chega de ianomâmi ser considerado ajudante apenas, principalmente para essa ONG ISA. Chega, queremos autonomia, queremos protagonismo, é isso que nós queremos. Os projetos que ela executa, eu vejo que não têm resolutividade. Por que só com ela, só com ela? Temos associações. O Governo aqui, a Casa Legislativa, o Senado, o Congresso podem nos dar apoio e fazer com que o ianomâmi possa acessar linhas de crédito. Por que não? O AgroIndígena está aí com força total. Ianomâmi quer, ianomâmi quer contribuir com o PIB do nosso país, claro que quer, ecoturismo, por que não? Projetos de alta sustentabilidade, sem derrubar a floresta, temos aí etnoturismo, é isso que nós queremos, eu quero, Senador, Presidente, quero muito. É o que o meu povo almeja, autonomia para a gente poder realmente avançar também. Queremos, sim, evoluir.

Ianomâmi é inteligente, ianomâmi tem sabedoria! Ah, se ianomâmi estudar ele vai deixar de ser ianomâmi, ele vai derrubar a floresta dele, ele vai poluir o rio dele! Não, ianomâmi estudado, ianomâmi formado vai contribuir com esta nação, que é nosso país.

Ianomâmi quer plantar. Temos agrofloresta, temos agroecologia. Por que não? O meu povo era 14, 16 mil, em anos passados, décadas passadas; hoje somos 30 mil ianomâmis, essa população cresceu. Por que não o ianomâmi mesmo não ter a sua criação de peixe ali, avicultura, por que não o ianomâmi produzir o seu próprio arroz? Por que não? Aí vem governo, entra governo, sai governo, só demarca terra e ianomâmi não pode cultivar? Pra mim isso é indigno.

Awei, meus parentes, Presidente, é isso que eu queria colocar a vocês.

Awei këy, haux, haux, haux, yanomami!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Beto. Você ficou ainda com dez minutos, se quiser falar depois.

Senador Confúcio, nós vamos já colocar em votação os requerimentos, são dois na verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É esse tipo de depoimento que a gente quer. Nada impede, Senador Beto, que venha aqui outro dizer o contrário. Eu não tenho nada a ver com o que ele diz, como Parlamentar, e aqui não falo como Presidente. Ele fala dos ianomâmis lá de Santa Isabel do Rio Negro. A gente tem uma emenda Parlamentar lá, e eu digo isso com vergonha, eu não digo isso com prazer, eu digo com vergonha, que fez uma casa de acolhimento dos ianomâmis em Santa Isabel, R\$350, porque eles vêm para pegar Bolsa Família, essas coisas, e não têm nem onde ficar.

Lá em São Gabriel, eles dormem nas pedras, porque os jovens danam-se a beber, e por aí tem consequências. Então, todas as vezes em que eu digo que a gente chegou lá com uma emenda parlamentar, eu falo de forma envergonhada, porque não seria necessário que a gente fizesse isso.

Eu te pergunto, Beto, alguma... Quer falar, Sr. Senador?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A gente pode, sim, pode abrir, sim. Você pode, se quiser falar, não tem problema. A gente só pede aquela rapidez, Beto? Para a gente dar dinamismo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – É que eu achei que pudesse, que as pessoas fossem, os Senadores pudessem falar, que eu fosse falar agora, porque é um pouco do método que tem sido utilizado.

Primeiro, eu entendo que, na democracia, inclusive, tem opiniões diferentes, visões diferentes. Entendo isso, é um ato extremamente democrático aqui a gente ouvir uma pessoa indígena trazendo a sua avaliação de um processo.

O que me chegou, que chegou por carta pra mim, nesses dias, inclusive da associação dos ianomâmis, das organizações ianomâmis, questionando que a posição da associação e da organização não é essa colocada aqui. Inclusive, eu vou lhe entregar aqui as cartas que vieram das organizações ianomâmis. Está certo? Vou lhe entregar todas as cartas aqui que as pessoas colocam.

E eu queria ver, nesse procedimento, se a nossa pessoa que está fazendo depoimento participa de alguma organização dos ianomâmis, se ele participa de alguma. Para ser uma liderança, o que é que ele faz? Porque, às vezes, tem um dissidente ou não, de uma posição política da organização dos ianomâmis, o que eu não acho que seja o caso, até porque as informações que eu tenho – pode ter outras informações – são de que ele não participou e não participa de nenhuma dessas associações e dessas organizações ianomâmis.

Foi, inclusive, assessor para a questão indígena, durante muito tempo, do Governo Federal. Nos últimos anos, coordenou a questão indígena. Queria, inclusive, entender um pouco como é que alguém



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que coordenou essa questão da saúde indígena nas áreas dos ianomâmis viu essa crise toda por que nós passamos, uma crise humanitária, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Beto, me permita. Me permita. O depoente não é vítima aqui; o depoente não é malandro aqui. Essas associações a que o senhor se refere são as patrocinadas pelo ISA. Eu já conheço e recebo. Recebo. Recebo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu não posso fazer esse questionamento? Não posso fazer a fala?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode fazer. Eu só não quero que aperte muito, porque ele está aqui como colaborador. Senão, ele vai passar de depoente cristalino, falando das mazelas, para aquele índio que está revoltado, que só está falando porque está revoltado. Eu sei que não é sua intenção. Por isso é que eu faço essa observação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive, ressaltei, Presidente, que esperava que eu pudesse terminar aqui a fala.

Mas eu acho que é importante ouvir a opinião disso, porque alguém que coordenou essa questão da saúde indígena, como é que viu toda essa crise humanitária lá na região por que nós passamos? E aí não é uma invenção, não é um discurso. Tem todo um relato, tem foto, tem toda essa situação colocada. Porque, senão, a gente já sai, neste início da CPI, como se "Ah, tem os bons, mocinhos, os maus e tal".

Trazer aqui essas pessoas eu acho que seria bom, inclusive, ouvir relatos. As cartas são muito explicativas. Vou trazer, inclusive, os vídeos também da posição das organizações dos ianomâmis na região.

E aqui eu não estou para defender. Nem sei direito qual é a atuação. Na minha região, o ISA não atua. Portanto, não tenho como avaliar, efetivamente, o trabalho do ISA ou de qualquer outra entidade. Na minha região, não tem... Tem ONGs menores, inclusive, mas não conheço a atuação específica do ISA.

Mas não quero que a gente saia aqui, Presidente, já estabelecendo ou não, porque veio uma liderança que eu respeito, tanto respeito que aprovei o requerimento para que ele viesse aqui. Se fosse contrário, não faria isso. Mas não é alguém que não tenha visibilidade, que não tenha... Nós estamos trazendo alguém aqui que foi, durante esses últimos anos, desde 2014 para cá, dirigente de órgão do Governo Federal. Não é um invisível, não é uma pessoa qualquer e que tem, ao longo da sua vida, já demarcada uma posição contra essa questão... A favor da questão...

Como é a posição com relação aos garimpos em terras indígenas? Essa questão da saúde? É bom a gente saber, porque, senão, não fica elucidado. A própria pessoa vem aqui, faz uma fala, faz um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depoimento que você vai ver aqui, pelos documentos que eu estou recebendo e vou lhe entregar agora, que não é uma pessoa... Nós estamos trazendo aqui alguém que é invisível, ou que não se conhece. É um simples morador de uma região. Eu não acho que isso é salutar para o desenvolvimento...

E quero que, assim como o depoimento dele, com certeza, irá ao relatório do Senador Marcio, eu quero que as cartas também que recebi e entrego sejam validadas para irem ao relatório do Senador Marcio.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza, tanto é que o senhor pôde falar e vai poder continuar falando.

Beto, você quer responder?

Então, por favor.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awey!*

Satisfação, Senador. Respondo à sua fala, à sua pergunta, ao seu questionamento.

Os parentes se equivocam, ficam equivocados, uma vez que o estatuto, o regimento, o documento que rege a nossa associação, a Ayrca, está aqui, porque eu li e reli, ajudei o meu pai a redigir e, o povo todo, a aprovar aquele documento. E ali diz que eu sendo ianomâmi, filho nato de meu pai, sangue ianomâmi, isso não me exclui de representar o meu povo, não.

Eu sou membro da associação, porque eu sou um associado. Então, o que os parentes fizeram lá... Tenho conhecimento. Isso é pura manobra – está bom, Presidente? –, é pura manobra dos *napëpë*, a gente fala. Eu chamo... Aos parentes ianomâmis chamam *napëpë* vocês, não indígenas, os brancos, no modo comum.

Pura manobra, principalmente dessa ONG que eu mencionei anteriormente, querendo se resguardar, querendo se blindar de que "eu não faço parte...". É claro que eu faço se eu sou associado. Eu sou filho da comunidade. Eu sou filho do povo. A identidade está no meu dialeto, na minha língua. Como é que eu não sou parte dessa associação? Eu não faço parte da diretoria, mas o estatuto, um documento igual a esse aqui, que está no papel, diz que eu sou membro da associação. Associado. Então, *awei!*

A carta veio, eu respeito. Eu respeito. Agora, com relação a ser membro do Governo, eu fui conselheiro de saúde indígena no nosso DSEI, cinco anos como conselheiro distrital de saúde indígena.

Toda essa mídia em cima dos meus parentes por conta de desnutrição, óbitos, saúde não efetiva no território, em um determinado local, em uma determinada região, não condiz com o resto da comunidade, com o resto das outras comunidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somos 385 aldeias. Somos 37 polos base no nosso território – Amazonas-Roraima. Infelizmente, Senador, aquela região que está na mídia hoje, que é Surucucu, onde os invasores estão lá, realmente tem essa negatividade com relação à assistência da saúde. Por quê? O próprio parente ali impede a equipe de saúde de permanecer pelo seu tempo determinado, que é de 30 dias em área, porque aquele povo ali, meus parentes daquela região, vivem em guerra intertribal, interclã. E o invasor, pra poder estar lá trabalhando com eles, com o apoio de algumas lideranças ianomâmis, ele dá. "Parente, ianomâmi, o que você quer pra eu permanecer aqui?" "Eu quero arma de fogo, pra eu caçar." Mentira, não é pra caçar não, é pra guerrear com a tribo vizinha. É isso que aqui tem que ser também. Da vez passada eu falei. Eu falei que a Casa aqui tem que ver com carinho. Cadê os antropólogos? Por que os ambientalistas não veem esse lado? "Ah, é cultura, não pode se intrometer. Deixem eles se matarem." Que isso?

Eu sou o único Presidente de Condisi que... No meu mandato, eu reuni todas as aldeias inimigas, Surucucu principalmente, onde está lá e falei: vamos conversar, vamos dialogar. Pra não ter guerra entre tribos, eu os retirei. Pedi pro coordenador distrital: coordenador, os retire daqui, vamos reunir aqui na casa de saúde. Aqui eles vão... Eu vou dizer: se brigar aqui, tem polícia. Federal leva pra cadeia e vocês vão presos. Tive que dialogar com eles e falei: somos ianomâmis, somos parentes. Por que guerrear? Amenizou? Amenizou. Depois agravou de novo. Por quê? O invasor os armou. Os parentes ianomâmis estão armados até os dentes naquela região lá. Na minha região, o Amazonas, não existe mais guerra. Não existe guerra interclã. Não existe o chefe de um clã disputando um com o outro. Essa é a verdade.

Senhores, precisamos que parentes ianomâmis sejam ouvidos. Sabe como vamos melhorar esta situação, este clima entre líderes lá na região, Roraima?

Através de escolas o meu povo se sensibilizou, se conscientizou que guerras trazem a desunião, o povo, as crianças principalmente, fica com medo, tem medo.

Então, eu acredito que as políticas públicas de educação escolar indígena chegando, de fato, lá na aldeia, aí sim... E hoje, graças ao nosso Governo do Estado de Roraima, o Governador Denarium, hoje está olhando as escolas, está efetivando as escolas indígenas nas aldeias de ianomâmi. Só que hoje aquela região ainda vive em conflito. *Awey këy!*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero, em primeiro lugar, agradecer e cumprimentar o Alberto. Posso te chamar de Beto?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Quero cumprimentá-lo e quero dizer que, como brasileiro, me comove a sua declaração de que a sua comunidade é Brasil, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que somos o mesmo país. Isso me comove, porque eu também penso dessa mesma maneira. Acho que somos todos brasileiros.

E o papel, a meu juízo, desta Comissão, fundamentalmente, é esclarecer fatos, dar transparência, poder separar o joio do trigo. Temos tempo para isso e, ao final, podemos apresentar propostas legislativas para que a relação se aperfeiçoe.

Bem, a Reserva Yanomami vai completar mais de duas décadas que foi criada.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Trinta anos já.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Foi criada em ...

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – 1992.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – 1992. Isso. Então, é. Na verdade, está completando 30 anos, 31 anos, não é isso?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Sim, senhor.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Nós estamos falando de uma área que alguns pesquisadores dão conta de que existe uma incontável e incalculável reserva, um patrimônio incalculável no subsolo de minérios. Segundo o que alguns dizem, da tabela periódica nós teríamos, na Amazônia como um todo, todos os elementos, mas é sabido que na Reserva Yanomami existem riquezas que, eu repito, hoje são incalculáveis, em potencial.

Estamos falando de uma área que é maior do que Portugal, é um país. E, ao longo dessas décadas, muito se diz, muito se fala de movimentos, de encontros nacionais e internacionais, falando e dando como um avanço muito grande a criação dessa reserva.

O que causa curiosidade ou, mais do que isso, o que causa espanto – e é isso que eu quero lhe perguntar – é como é uma área tão grande, com tantos recursos naturais, como a gente continua assistindo – e não é de agora, não é este ano –, como a gente continua assistindo a exemplos de ianomâmis, irmãos, brasileiros, seres humanos, passando pelas dificuldades a que a gente assiste periodicamente? O que é está faltando?

Será que o exemplo... O mundo tem vários exemplos que podem nos inspirar. Será que o exemplo norte-americano, onde as comunidades indígenas, de fato, governam o seu território, têm autonomia sobre o seu território, decidem o que fazer e aí vivem em uma condição humana, num patamar bem acima do que vivem hoje as comunidades indígenas brasileiras, será que o exemplo de lá não seria uma inspiração pra que a gente também dê, aquilo que você falou muitas vezes aqui, a autonomia? Então, esse é um primeiro questionamento. Algumas outras coisas que a gente precisa perguntar é sobre a circulação de estrangeiros nas terras ianomâmis. Nós, com certeza, faremos uma visita lá, mas o que a gente ouve é que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer pessoa teria uma dificuldade grande de circular nas terras indígenas, menos essas ONGs estrangeiras. Me diga se eu estou falando a verdade ou não, e, se sim, quais são as ONGs que V. Sa. tem visto por lá? E como é a relação desses estrangeiros com os indígenas? E o que realmente levam pra lá e o que buscam das terras?

Uma outra indagação é se, a partir da sua experiência pessoal e da sua comunidade, não lhe parece que a assim chamada questão indígena, na verdade, tem dado oportunidade a que algumas ONGs representem interesses estrangeiros no Brasil? Ou seja, se, camuflado de interesse indígena, nós não teríamos algumas ONGs, na verdade, levando interesses alheios ao interesse nacional e inclusive ao interesse indígena? Também a partir de sua experiência, se as ONGs que atuam na região realmente respeitam a liberdade dos povos indígenas? Se elas não estão interferindo na sua auto-organização?

E, por último... Por penúltimo, pra dar oportunidade aos outros colegas, na condição de liderança, se o senhor já viu situação de ter que disputar com uma ONG o direito de representar e de falar pelo seu povo? Ou seja, será que tem representantes de ONGs que se acham mais legítimos pra falar em nome da comunidade indígena do que mesmo lideranças como o senhor?

E, por último, o senhor já mencionou aqui na sua fala sobre os tais cogumelos sanõma – se é essa a pronúncia correta, não é? Nós fomos informados por algumas lideranças da região, em Roraima, que esses cogumelos são uma rica fonte de proteína usada pelos ianomâmis para impedir a desnutrição. Também foi informado que esses cogumelos estão sendo comercializados pela internet, com a participação de algumas organizações, e vendidos pra todo o Brasil e pro exterior. Enquanto essa rica fonte de proteína está sendo comercializada, segundo informação, à revelia e contra a vontade das famílias e lideranças indígenas da região, as crianças indígenas, muitas delas, estão morrendo de fome dentro das comunidades. Gostaria de saber um pouco mais, se o senhor possui conhecimento sobre esse comércio ilegal, segundo a informação que chegou, de cogumelos realizado por essas organizações citadas e se tem outras organizações envolvidas nesse comércio?

E, por fim mesmo, pergunto se, Beto, não acha uma contradição, por exemplo, numa propriedade rural na Amazônia o dono tem direito a substituir a mata nativa por plantação de cogumelo, por plantação de eucalipto, enfim, por aquilo que ele entender que é adequado pra sua região, que possa trazer prosperidade, que possa ser economicamente viável e tal. Você não acha que a área indígena também deveria gozar desse direito?

Então, eram essas observações.

Mas quero terminar mais uma vez o cumprimentando e parabenizando pela coragem, pela presença aqui nesta Comissão. Quero dizer que o nosso interesse é elucidar dúvidas e mostrar ao Brasil o que de fato está acontecendo na Amazônia. E aí eu termino mesmo, Presidente, essa parte, dizendo que o que me chama, como brasileiro – acriano por opção –, a atenção é que, depois de tantas décadas, parece que nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos tornamos a região mais pobre do país, ou seja, o mundo inteiro fala da riqueza em potencial da Amazônia, mas a realidade é que os ribeirinhos, os indígenas, os colonos e a população de forma geral, do norte do Brasil, hoje é a população mais pobre do país.

Então me parece que alguma coisa não está dando certo. E esta Comissão tem a tarefa de tentar contribuir para elucidar quais as razões de morarmos numa região tão rica e tão pobre ao mesmo tempo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Sr. Alberto Goes.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awei*, Senador!

Com relação às ONGs, é difícil eu realmente acompanhá-los ali no território, porque muitas vezes eu estou fora, estou viajando, estou trabalhando. Porém, a que mais atua é o ISA; a que mais tem contato, a que mais visita as aldeias.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sabe quantos funcionários eles têm, o ISA?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Desconheço. São vários, muitos.

O Instituto Socioambiental, anteriormente, pelo meu pai e pelas outras lideranças, já era visto com receio. Já o olhávamos com receio; "com um pé atrás" vocês dizem. Eu querendo implementar uma ideia de ecoturismo no nosso Parque Nacional do Pico da Neblina, a montanha mais alta do nosso Brasil, comecei a buscar apoio da Funai, do ICMBio, do próprio Exército, e nada de resultado! Somente falavam: "Estamos sem recurso. Nós não podemos ajudar". Aí eu falei: então, vou trabalhar assim mesmo com meus parentes e executar o ecoturismo no parque. Comecei a vender pacote. Ianomâmi querendo empreender. Aí a Federal falou: "Não, não pode". A Federal falou: "Não, não pode. Ianomâmi não é capaz, não está capacitado". Então, eu comecei a buscar parceiros. Conversei com o meu pai – eu sabendo que ele não queria, que os outros líderes não queriam o instituto. Aí eu falei: "Pai, eu vejo que o instituto trabalha em parceria com os outros aí, fazendo assessoria, fazendo consultoria". Eu falei: "Eles podem nos assessorar nesse trabalho de capacitação. A Funai não quer, o ICMBio não quer nos capacitar. Então, vamos pedir apoio dele". Eu convidei – eu e meu primo Armindo Góes, que, na época, trabalhava em Roraima com o tio Davi Kopenawa, na associação dele. Eu falei: "Mano, me ajuda aí! 'Bora' implementar a capacitação dos ianomâmis na nossa aldeia?". "Como assim?" "Vamos convidar o ISA. 'Bora' convencer os nossos Tuxawa pra que eles aceitem o ISA a nos assessorar, nos ajudar na capacitação." "Está bom, 'bora'." Convencemos o chefe da nossa tribo. Ele falou: "Está bom, vamos fazer ele ser o nosso assessor, cuidar dessa parte aí, até vocês ficarem prontos pro trabalho". E depois, aconteceu o contrário. Os parentes começaram a ser capacitados, depois me demonizaram, dizendo que eu era ruim para o projeto, afastaram o Beto Goes de ianomâmis. E hoje está lá, eles tomam conta do nosso projeto de ecoturismo ianomâmi. Eles vendem pacote no exterior, via internet. Por que o ianomâmi não



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode assumir o que já foi capacitado? Então, é o que eu sempre vejo na minha comunidade e em outras aldeias.

Awei, Senador.

Os interesses estrangeiros, eu acredito que, para mim, fica muito nebuloso eu enxergar, Senador. Mas sabemos. Eu escuto boatos de que o Governo da Noruega tem contato com outros parentes. Diretamente, no papel, nunca vi, porém, ouço muito. Americanos, ali no território ianomâmi, em Roraima, que têm missões dentro das aldeias. No Palimiú, no Budu, é onde eu já vi. Quando eu era conselheiro, eu visitei essas aldeias. Os missionários americanos estão lá. Eu não sei como é a sigla da associação deles, ou a organização deles, mas existe. No Marari, há décadas, os americanos estão lá. No centro do nosso território ianomâmi, está lá.

Outro... O Senador falou se a gente – ianomâmis – se sente usado? Sim. Eu, Beto Goes, hoje, eu não me sinto, eu sou a exceção, porque eu li, eu sentei numa escola, tive uma formação. Ainda luto para ter mais formação. Porém, os meus parentes estão lá. Por eles eu estou aqui. Eles são usados, como o senhor questionou. Eu chamo de manobrados, eu chamo de teleguiados. Está aí. Cartas que vieram são exemplo claro disso.

O cogumelo é uma realidade. Está existindo, sim, a comercialização. Tenho conhecimento de que a grama do cogumelo, uma grama do cogumelo na Europa é sete euros. Eu questionei: por que é que parentes de ianomâmi daquela região lá estão morrendo de fome, se o alimento deles, natural, está saindo da floresta deles? Por quê? Quem está errado? O parentezinho lá que vive o dia todo andando na floresta toda, catando cogumelo, juntando sacos e sacos, e entregando para essa ONG? É culpa do Governo? É culpa do Governo anterior? É genocida mesmo ou não? Sai governo, entra governo, sai governo, ianomâmi está lá na mesma situação. Nunca mudou. Sempre foi assim.

Por que é que, quando eu estava como conselheiro, não teve essa mídia toda? Porque tem parente que está hoje à frente lá e quer visibilidade, autobenefício. Isso que é. Por que ele vive bem, e o povo dele, lá na aldeia, está morrendo de fome?

Por que Beto Goes articulou com os amigos, conhecidos em São Paulo, no Rio Janeiro, conseguimos sete toneladas agora para os parentes? Por que só Surucucu recebeu, através das aeronaves, as cestas básicas? Ainda estão lá guardadas no quartel, no 4º Pelotão Especial de Fronteira. Por que as outras aldeias não estão comendo junto? Isso tem que ser visto. Cadê a Funai?

Se eu ajudei meus parentes a ganhar essa alimentação, por que eles não estão comendo? Por que tem parente mandando mensagem pra mim, mandando via rádio, querendo falar comigo, porque não recebeu até hoje a cesta básica? Isso dói em mim. Dói, porque eu como todos os dias. Meus filhos comem todos os dias, meu pai, meu povo come todos os dias, porque nós trabalhamos na roça. E esse povo lá de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Surucucu? Por que não está comendo? Porque os próprios líderes deles causam o mal para eles. Por que esse outro líder deles, que está na visibilidade, não pega e dá de comer aos parentes? E ele vive bem.

Então, Senador, cogumelo está lá, saindo da floresta, ianomâmis, sanõmas cheios de bicho-de-pé no pé, pulgas e fome.

E por que é que parente está morrendo lá de fome? Por quê?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Só mais uma pergunta, Beto: você tem algum nome das pessoas que, em nome do ISA, se dirigem aos indígenas, para a gente, quem sabe, chamá-los depois aqui?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GÓES – Senador, um dos que faz isso é o atual Presidente do Condisi, Júnior Hekurari. Está na mídia aí, todo o tempo. Fez vaquinha virtual, quase R\$500 mil, R\$485 mil apurados nessa vaquinha virtual, em nome das crianças ianomâmis, que estão morrendo de fome. E cadê esse dinheiro? Chegou para parente ianomâmi? Não chegou. Não chegou.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deputada Silvia, a senhora, como nossa convidada, quer uma fala?

Por favor.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Sr. Presidente, eu fiz questão de vir aqui até para poder colaborar com vocês. Eu tenho... Apenas para colaborar com o relato do meu parente Goes, nós tentamos intervir, tentamos salvar pessoas.

Eu direi que desde 1500, quando os desbravadores aqui chegaram, eles trouxeram consigo algo que nós não tínhamos: ciência e tecnologia. O que trouxe os desbravadores aqui, em 1500, foi a ciência, foi a navegação, foi uma bússola. E eles traziam consigo uma tecnologia chamada pólvora, arma de fogo. Quinhentos anos se passaram, nós estamos sem barco e não podemos sequer ter uma arma para nos defender, e nada mudou.

Mas por que essa política de segregação? Um povo que dominava a ciência e a tecnologia nos subjugou, nos tornou escravos, tantos foram aniquilados, tantos morreram, outros se tornaram escravos, se suicidaram, e outros foram isolados.

Quem lucra com a segregação? Quem lucra com o isolamento? Não somos nós. Vejam todos vocês aqui tomam banho de água quente, bebem água gelada, têm a oportunidade de pedir comida por iFood. Nós, não. Ah, sim, porque somos indígenas, então, nós fomos condenados a viver em 1500, como pessoas que não dominam a ciência e a tecnologia para que, hoje, com essa sociedade aqui vivente, que domina toda a ciência, inclusive, a nuclear, possa continuar nos dominando.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho, no meu coração, nenhuma raiva de ninguém, porque vocês não têm culpa. Vocês não têm culpa. Você, por acaso, pode ser descendente de espanhol ou descendente de português, inclusive, de indígenas, mas você não tem culpa pelo que fizeram conosco em 1500, em 1900, em 1948. Não foi você quem mandou, você não estava lá. Mas nós precisamos reparar todo um processo de subjugo, de escravidão e isolamento, porque eu sou indígena, eu não posso ser tão boa quanto vocês? Por que o Beto Goes é indígena, por acaso ele vai ter que ser reduzido a uma pessoa que não pode abrir a boca por ele mesmo a não ser que ele seja ordenado por alguém para que ele fale? Ou será que eu tenho o direito de tirar dele a liberdade de não gostar de mim? Será que eu tenho que tirar dele o direito de olhar pra mim e não me reconhecer? O mais importante é que eu me reconheça.

Todos nós aqui temos sangue de índio, muitos aqui têm sangue dos colonizadores, dos desbravadores. Mas a culpa não é sua. Isso não te fez um bandido. O karai, como o homem branco, não é um bandido. Nós também não somos. Agora, sempre ficará a pergunta: quem lucra com isso? Quanto mais miseráveis e isolados, subjugados estiverem os povos indígenas brasileiros, mais investimento, organizações não governamentais continuarão ganhando. Para quê? Para que digam que defendem esses povos.

Mas nada mudou, porque desde 1500 continuamos sem barco e sem pólvora. Continuamos lutando por saúde, continuamos lutando por educação, assim como a sua sociedade. Mas vocês vivem num século temporal, num período temporal tecnológico diferente. Vocês têm internet, vocês têm acesso ao Samu, vocês têm acesso à medicina nuclear, vocês têm acesso à cintilografia. Não existe isso dentro da floresta.

Se, porventura, um filho seu, Senadores, viesse a se perder no mato, o que vocês fariam? Chamariam o Corpo de Bombeiros? Chamariam a sociedade, a Defesa Civil? Colocariam helicópteros? Chamariam as Forças Armadas? Porque você vai defender quem você ama.

E se, porventura, você encontrasse esse filho seu ferido, machucado, com fome, emagrecido, o que você faria? Você o levaria para os melhores hospitais, e, mesmo se você não tivesse dinheiro, você faria vaquinha. Você daria a ele o melhor. Você daria a ele a melhor escola.

Então, por que vocês nos esqueceram lá, no passado, no meio da floresta? Até quando essa política de segregação? E até quando vão continuar ganhando dinheiro à custa da pobreza, da segregação?

Só quem já viveu no mato, empurrou uma canoa, passou fome pode falar sobre isso. Vocês não estão acostumados a ter que matar carapanã no corpo todos os dias. Vocês vivem entre quatro paredes e protegidos, inclusive de bandidos e assaltantes, mas acreditam que apenas nós é que temos que enfrentar a onça, coisas que vocês não enfrentariam sozinhos. Com certeza, vocês estariam com uma arma de fogo para se proteger.

Mas por que apenas nós é que temos que ficar à própria pele e à própria sorte para enfrentar as intempéries de uma floresta? Por que apenas nós é que teremos um representante para falar por nós?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só podemos ter aquele que concorda com o sistema. E sabe por que é tão necessário? Por exemplo, eu acabei de fazer um teste. Eu comprei um cogumelo e estou com a nota fiscal. Enquanto nós falávamos, eu comprei um cogumelo para ter como prova de que, sim, estão vendendo cogumelo para um povo que já foi subjugado e mantido refém de uma história que nos condena a viver em 1500.

Não nos condenem mais a viver em 1500. Nós estamos preservando tudo para que alguém tenha a possibilidade de viver muito bem lá na Europa, para que alguém tenha condição de viver de uma forma regalada enquanto nós matamos carapanã no corpo.

E ainda dizem para nós que apenas esse modo de vida é o único modo de vida, é o único meio, que nós temos que preservar a nossa cultura, que nós temos que continuar isolados para fazer a cultura viva, mas quem fala isso não volta para as cavernas, porque é um descendente dos homens das cavernas, ou, se não for descendente dos homens das cavernas, pode ser descendente dos macacos.

Esses mesmos homens que dizem que nós devemos viver isolados no meio do mato, sem acesso a nada, a preservar uma cultura apenas para eles acharem bonito e ganharem dinheiro às nossas custas, não sobem para viver em cima das árvores, tampouco voltam para as cavernas, mas ganham dinheiro para nos subjugar e nos deixar esquecidos em 1500.

Domina quem domina. Um povo que não domina a ciência e que não domina a tecnologia continuará sendo subjugado.

Essa é a minha palavra.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Quando a gente a convidou e fez questão da sua participação, sabia que era exatamente essa, muito contributiva...

Se a gente... Eu não posso analisar, mas, se pegar as duas palavras do Beto e da Deputada, é a mesma coisa dita de outra forma. É isso que a gente quer expor pra que você brasileiro e pra que você brasileira tome conhecimento disso. Eu não me coloco nessa condição do branco que a Deputada falou, mas eu também mereço... É aquela música que diz "eu não sou culpado, mas eu sou filho do dono". Então, a gente é filho do dono e acaba...

Zequinha, a gente tem o Senador Mecias, que levantou a mão.

Senador Mecias, você está por aí, irmão? (*Pausa.*)

Estamos falando dos ianomâmis também de Roraima.

Mecias. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente vai ao Senador Zequinha.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Opa, o Mecias apareceu.

Com a palavra, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Para interpelar. Por videoconferência.*) – Presidente, a nossa internet aqui está oscilando bastante, mas eu ouvi atentamente as palavras do Beto Goes. Ele é profundo conhecedor desse tema, ele esteve à frente, e ele afirma que sempre foi assim. Portanto, algumas pessoas que falam em calamidade, em um período crítico agora, inclusive que falavam de 400, 500 mortes durante o Governo do Presidente Bolsonaro... E a minha tese aqui não é defender o Governo do Presidente Bolsonaro, mas dizer que agora, nos cinco primeiros meses, mesmo com toda a ação que fizeram com essa crise humanitária que eles assim determinaram, já morreram mais de 130 ianomâmis, mais de 130 nos primeiros cinco meses do Governo do Presidente Lula.

Portanto, o fato é que o Beto Goes tem razão: que fazem uma grande mídia e atendem uma, duas comunidades, mas não atendem de fato as demais comunidades ianomâmis.

Pergunto ao Beto Goes quantas comunidades, quantas etnias, quantos povos existem dentro da região ianomâmi e se falam línguas diferentes. É uma pergunta que eu tenho para o Beto Goes.

A outra pergunta que eu tenho para o Beto, Presidente, é se ele tem os nomes de algumas ONGs de que ele tem conhecimento ou que ouviu falar que recebem recursos internacionais ou nacionais para ajudar os povos ianomâmis e a nossa floresta, se ele tem conhecimento disso.

Ele fez uma afirmação que só nós que vivemos aqui na Amazônia, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, mas especificamente aqui nessa região ianomâmi, só quem vive aqui entende isso. Olha o que ele disse: as pessoas que são ianomâmis e que estão dizendo que estão defendendo os ianomâmis estão bonitinhos, gordinhos, arrumadinhos, andando de helicóptero, mas o povo dele está vivendo de forma miserável lá.

E o fato é que me parece que algumas dessas pessoas não têm interesse, de fato, de melhorar a vida do povo dele lá, porque na hora em que a vida do povo ianomâmi estiver, de fato, boa, eles estiverem produzindo, estiverem com saúde, estiverem com medicamentos, equipamentos lá, parece-me que eles perdem a boquinha que eles tanto defendem e defendem às custas da miséria do povo deles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está de parabéns o Alberto Goes, profundo conhecedor, não só por ser um ianomâmi, por ser um indígena, mas porque, de fato, ele estuda essa situação e deixa isso muito claro aqui pra todos nós.

São minhas palavras, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mecias, sempre com boa participação.

Senador Zequinha, eu o ouço; e, depois, Beto, você faz as suas considerações finais, pra gente passar pra outra oitiva.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Quero cumprimentar a nossa Deputada Silvia e o Beto.

Só para fazer uma lembrança que não é objeto da CPI, mas uma coisa que eu sempre achei que é revoltante é que o indígena não pode trabalhar, não pode usar a tecnologia, não pode ter qualidade de vida, não pode, não pode, não pode. Essa é uma ideia defendida inclusive por boa parte dos promotores, dos procuradores da República.

Aqui no Mato Grosso, nós temos um povo que começou a produzir e que teve muitas dificuldades, porque não podia até vender o produto, a sua soja, o seu milho. Em Santa Catarina, eu tive notícia de que o Ministério Público embargou uma grande colheita – não sei se você sabe, Beto, disso.

Então a gente precisa, fora do debate aqui da CPI, começar a discutir a questão da lei e, se for preciso, alterar, porque, poxa... Ah, a terra é da União. Sim, é da União; mas o usufruto é do indígena que mora, que é o responsável por aquilo tudo. Por que é que ele não pode produzir?

O recurso da Funai não dá pra suprir a necessidade, não é? O nosso indígena de hoje não tem nada a ver com o indígena de mil anos atrás, de sei lá. Não, é um pessoal inteligente, um pessoal capaz, um pessoal que está estudando, fazendo curso superior, enfim, aqueles que, às vezes, não têm a oportunidade da faculdade, mas cresceram. Ah, mas tem a cultura, a cultura... Passar fome não é cultura, gente. Passar fome é luta, é dificuldade.

Então, Senador, é importante que, depois desses casos aqui, a gente faça um debate, e com a presença deles mesmos – hoje nós temos aqui a nossa Deputada, que é uma pessoa de cabeça extremamente aberta, e lideranças como o Beto e tantos outros –, pra que possam dizer do sentimento que têm. Por que é que um procurador entra na Justiça e embarga a produção de um povo indígena? Poxa! Que que é isso? Que país é este? Que cabeça é essa? E que juiz é esse que atende? Mas há um preceito legal. E essa lei não se aplica à realidade que temos, não é?

Em 2003, quando cheguei aqui para Deputado Federal, fui ao Presidente da Funai na época pra colocar umas duas patrulhas agrícolas na região aqui do Município de Cumaru do Norte, perto de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Redenção. Temos ali uma grande tribo do povo caiapó. Ele não quis o recurso, porque não era pra mexer... E o cacique queria, o Cacique Joel – coitado! –,precisando alimentar o seu povo.

O que eu percebi depois? Os meninos e alguns mais idosos morrendo de tuberculose. Por que se pega tuberculose? O organismo fraco passa necessidade de alimentos, não tem a nutrição adequada, uma gripe qualquer pega nessa pessoa e essa pessoa começa a adoecer. E aí não tem jeito. Quando vem pra cidade, já passou do tempo, termina morrendo, perecendo. Que cabeça é essa? A gente precisa ter, pelo menos, condição, usar o trator, produzir, beneficiar a produção, vender o excedente, enfim, gente!

Eu até defendo, meu Senador Marcio Bittar... Por exemplo, um gaúcho não deixa de ser gaúcho por mais que ele mude lá pro Acre, vai continuar comendo o churrasco dele, tomando chimarrão, tocando, dançando, forma lá um... Como é que é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – CTG.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – CTG.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Centro de Tradições Gaúchas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Sim.

E qual é o problema?

Aí você pega o nordestino aqui, que come também do mesmo jeito, tem as suas preferências, a sua música, a sua dança, não é? Ele vai e leva. Por que que também o indígena não tem direito de ter qualidade de vida, trabalhar, comercializar, vender e manter sua cultura, sua dança, sua crença, suas coisas?

Eu não vejo dificuldade nisso. Sinceramente, eu não sei a serviço de quem essas mentalidades estão para manter a dificuldade, a pobreza, a fome, a falta de qualidade de vida, porque é uma coisa impressionante esse negócio.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Antes de o senhor, Sr. Beto, se despedir, eu queria, por curiosidade minha e de quem está nos vendo, Deputada Silvia... Como foi essa transação do cogumelo? Quanto custou? Quanto demorou? Está todo mundo curioso, porque pode ser também que já seja um subproduto, *made in*, importação, exportação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Bom, esse, eu entrei no *site* do próprio ISA, da loja, fiz o pedido e encontrei um... Tem vários produtos daqueles que são extraídos da Reserva Yanomami. Tinha um lá de cogumelo, no caso, o Ana Amopö, o cogumelo yanomami, e eu comprei um por R\$65 – um apenas, por R\$65. E, com certeza, eles não vão ver esse dinheiro e, mesmo se... O tipo de comercialização, no caso, pra cá, pro Brasil é um. Nós não sabemos para quem eles comercializam, além daquilo que é colocado nas lojas virtuais.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eles dizem pra que serve? Na propaganda, fala alguma coisa? É afrodisíaco...

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Sim, está tudo no *site*. Diz que é um potente cogumelo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alucinógeno ou alguma coisa?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas aí não é tão importante. Importante foi a transação que a senhora fez e mostrou, traduziu, mostrou a realidade.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Isso. Escrito...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – É, Beto, isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente sabe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por isso que os índios estão passando fome.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não? Por quê?

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES – Eu posso falar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu acho o seguinte: se eles vivem do cogumelo, de comer cogumelo e já não tem mais...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixa o Beto se despedir pra gente continuar a nossa discussão, tá, Beto?

E é o outro Beto, são xarás.

Com a palavra, o nosso convidado, depoente, para as suas considerações finais mesmo.

O SR. ALBERTO BRAZÃO GOES (Para expor.) – *Awey!*

Respondendo a pergunta do Senador Mecias – satisfação, Senador! – sobre quantas línguas no nosso território, temos o ianomâmi; temos o parente ninam, que fala o seu dialeto xirixana, xiriana; temos o sanõma, que o parente sanõma fala o sanõma, o ianomâmi sanõma; e temos o parente ye'kwana. Então, temos cinco línguas faladas dentro do nosso território. Somos todos ianomâmis; porém, cada clã, cada região se denomina daquela forma: sanõma, ye'kwana, ninam, xirixana, xiriana. Eu, no caso, os antropólogos nos classificaram, nós ianomâmis, xamataris, os que vivem na Venezuela e, ao mesmo tempo, no Brasil.

E o Senador perguntou quais ONGs. Somente o ISA, eu conheço somente o ISA, *away?*

E quero finalizar aqui a minha participação com gratidão, em nome do meu pai, em nome do meu povo, Senador Marcio Bittar – *away!* –, todos aqui, a nossa Deputada. Eu me sinto honrado... Minha parente que está ali, kayabi, *away!* Agradeço a todos e quero finalizar dizendo que nós, ianomâmis, quanto mais miseráveis, somos matéria-prima pra essas ONGs. É com isso que eu quero acabar; se não acabar, minimizar. Tenham respeito para com o meu povo! Somos paz, amor, respeito!

(Expressão em língua indígena.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Beto. Muito obrigado mesmo!

São 13h15 e a gente tem duas oitivas.

Alguma observação, Senador Beto, antes de chamar o próximo?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Eu quero fazer o debate. Se foi aberto aqui...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, a gente... É aberto, mas a gente tem que liberar, porque, senão, a gente está maltratando os dois outros que vão depor.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Por isso que, às vezes, não é bom... É por isso que eu disse do calendário, porque, às vezes, é bom trazer só um, porque, aí, dá tempo de você fazer o debate, para a gente não impedir o debate.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso! Mas também vamos admitir a nossa culpa. A gente levou meia hora discutindo a agenda. Nós mesmos, antes... Não estava programado, porque isso aqui é democrático. Então, a gente tem que se ajustar, não é? Vamos ajustar.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos nos ajustar.

Alguma observação, meu amigo Styvenson, para que possamos ir adiante?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Pela ordem.) – Não, não; é porque, no início da reunião...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Você falou.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ... eu lembrei: "Vamos pra oitiva e deixa o debate pra um outro momento lá da Comissão".

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É isso! É isso que nós temos que acertar.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Vamos...

Peço à Secretaria que conduza o Sr Valdeci Baniwa à mesa.

O Valdeci é um índio baniwa, do Rio Içana.

Pode vir, Valdeci.

Alguém pode trazer o Valdeci aqui conosco? *(Pausa.)*

Está estudando Geologia em São Paulo, ele e a esposa dele, e permanece firme na luta lá pelos baniwas da comunidade Castelo Branco, no médio Rio Içana, que fica no Alto Rio Negro, já naquela região ali perto, já na Cabeça do Cachorro, onde tem a maior reserva de nióbio do planeta – 93, 95 de reserva de nióbio estão por ali –, sem contar diamante, tudo que você possa imaginar.

E o que me chamou a atenção no depoente é que ele, mesmo estudando Geologia, em Campinas, continua com o pensamento dos parentes lá da comunidade.

Com a palavra, portanto, Valdeci.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – *(Expressão em língua indígena.)*

Obrigado, Presidente, Senador Plínio Valério. Marcio, Senador, meus parentes depoentes que estão por aqui, eu agradeço muito.

Eu me chamo Valdeci Fontes da Silva, sou etnia baniwa. Então, eu sou um jovem. Eu não vim aqui representar o povo baniwa. Eu vim aqui como baniwa, morador da comunidade Castelo Branco, terra indígena do Alto Rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira.

O meu objetivo aqui no Plenário é falar em nome dos povos indígenas que não fazem parte das ONGs, que não trabalham com as ONGs; dizer que os povos indígenas, o que eles estão observando pela atuação das ONGs é que já faz quatro décadas que as ONGs estão usando a ponta do dedo dos povos indígenas como a régua pra dizer o que pode ser feito, o que não deve ser feito, que aquilo não pode fazer, que pode prejudicar o meio ambiente, sendo que... porque aquilo não faz parte da cultura. É isso que eles fazem pro nosso povo, é dando medo pros povos indígenas, porque, se os povos indígenas começarem a fazer alguma atividade, vão fazer mudança climática, sendo que a transformação climática sempre aconteceu há milhões de anos, está acontecendo e vai continuar acontecendo.

Hoje, principalmente na nossa região, na Cabeça do Cachorro, pelo conhecimento, pelo levantamento que a gente faz, 90% dos povos indígenas têm uma visão diferente, que já têm pensamento diferente, projetos diferentes para seu desenvolvimento dentro da sua comunidade.

Por que eles têm ideias diferentes, pensamentos diferentes? Porque dentro da terra indígena – acho que a minoria sabe disso – a desigualdade econômica e social está aumentando, cada ano está aumentando. E os povos indígenas, deixando sua comunidade, migrando para a cidade, em busca da qualidade de vida para a sua família, em busca de educação de qualidade para os seus filhos. E, por falta da alternativa, está acontecendo êxodo na nossa região. E, por falta da alternativa, algumas das comunidades estão constituindo as cooperativas, as associações, sem participação das ONGs. Uma delas é a minha comunidade, Castelo Branco. O objetivo de constituir uma cooperativa é para trazer uma alternativa que traz renda dentro da comunidade pra poder permanecer lá, porque, se não tomarmos iniciativa, daqui a dez anos não vai ter ninguém dentro da comunidade, dentro das terras indígenas.

Então... *(Pausa.)*

Por isso, nós povos baníuas do Médio Içana tomamos iniciativa de constituir essa cooperativa pra tentar trazer renda pra dentro da comunidade.

O que nós vínhamos observando também há quatro décadas, já ouvimos falar do Fundo da Amazônia, muito falado, só que em nenhum momento chegou na ponta lá, em nenhum momento chegou nas comunidades. Eu sei disso, eu sou morador da comunidade. Eu não sou indígena que se criou na cidade, eu sou indígena que se criou pescando em cima da água do Rio Içana.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E cadê aquele dinheiro doado pelos estrangeiros para as ONG daqui, principalmente para a Região da Amazônia? Cadê? O que nós, povo baníua – alguns, não vou citar todos –, alguns povos baníuas que não fazem parte das ONGs, estamos observando é onde está sendo aplicado o recurso do Fundo Amazônia, quem está sendo beneficiado, porque nas comunidades não existe, não tem benefício. Nas condições que nós temos lá, eu não vou nem falar muito aqui, porque é muita desigualdade lá, tanto na infraestrutura, na educação, na geração de renda, no meio de transporte. Nós, povos indígenas, lá, vivemos de suor, porque a gente trabalha, entendeu? A gente trabalha, a gente tira sustento da roça, sendo que as ONGs usam muito nomes de 23 povos indígenas que atuam na Cabeça do Cachorro, mas em nenhum momento a gente vê a melhoria de qualidade de vida dos povos dessa região.

Até agora, 2023, pelo levantamento que nós fizemos entre o povo baníua, tucano, nheengatu, a condição financeira está baixíssima. A única renda que traz benefícios para os povos indígenas do Alto Rio Negro é o Bolsa Família, e se não tivesse Bolsa Família?

Só quem mora nessa região, só quem mora isolado, sem emprego, sem condições, sem contato... O carapanã durante a pesca, a caça, sabe qual é a realidade, sabe qual é a dificuldade para sustentar a sua família. Mas para quem cresceu na cidade, viveu na cidade, tendo café, café da manhã, almoço e janta, está tranquilo, perfeito, está de boa. É ruim para quem mora isolado como nós. A gente vai pra roça com fome ou a gente vai procurar pescar com fome pra matar a fome, sai com fome pra pescar e pra matar a fome. Isso é justo pra vocês? Os brancos?

Nós somos a prova viva disso. Se alguém está duvidando por aqui, que está sentado aqui me olhando, se eu estou falando besteira, então pode me questionar que eu vou falar mais. Nós somos a prova viva disso, não tenha dúvida.

Deve existir quem está me questionando, o pessoal que está me assistindo e tem os meus parentes me questionando. Tem meus parentes que estão me apoiando, que estão me apoiando, porque eu estou falando a verdade, a realidade nossa. Eu não estou inventando, eu não estou inventando aquilo que eu estou lendo do artigo, eu estou relatando o que nós vimos vivenciando há décadas, até o presente momento.

E é isso que eu queria repassar pra todos. Se tiver mais, vamos conversando aí, está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Alguém quer fazer um questionamento ao Valdeci?

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Primeiro, nós estamos vivendo uma realidade – e aqui concordo com a sua fala, conheço muitas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades indígenas... Não sou dado como indígena, mas eu sou de uma área ribeirinha, em que as condições de vida não eram diferentes: eu fui ver televisão com 16 anos de idade. Então, todas as práticas, inclusive o trabalho, o solo, a região, eram muito parecidas com o que são as comunidades indígenas. Os problemas enfrentados são...

Nós temos muito problema ainda no Brasil com as comunidades indígenas e com as brancas, não é só... O Bolsa Família é um dos programas que o Presidente Lula está garantindo junto com o Congresso até a hora em que aprovou, mas não é que a gente queira que o cara fique recebendo o Bolsa Família a vida inteira; muito pelo contrário, o Ministério do Desenvolvimento Social está trabalhando, e outros ministérios, na política de geração de empregos. Felicidade é quando a gente consegue dar carteira assinada pro cidadão e ele sai do Bolsa Família. Portanto, aqui não há questionamento com relação às políticas que nós temos que desenvolver dentro da reserva, dentro das áreas.

O que não quer dizer também que eu possa concordar, por exemplo, com o garimpo em terra indígena. Aí tem uma diferença, é posição política.

Qual é o mecanismo que você vai adotar e o que a Comissão aqui, a CPI aqui, vai indicar pro país – porque pode ter projeto de lei, pode ter uma série... – como saída pra essa situação que nós estamos vivendo?

Não pode ser aqui, agora. Eu estou falando isso porque já vi posições defendidas pelo palestrante, porque eu acho que está nessa condição aqui, de defesa do garimpo em terra indígena. Ter uma organização, ter uma cooperativa, ter uma associação eu acho extremamente justo, dentro da reserva indígena, ter mecanismos que a sociedade construa de organização dentro da... Acho extremamente justo. Daí a defender essa questão é diferente.

Eu vi em falas aqui e eu quero fazer isso, Sr. Presidente, às vezes, para a gente não distorcer. Eu não estou falando isso, mas eu acho que o discurso, por exemplo, do Presidente Lula, agora, na ida à França, não é de que aqui está entregue a Amazônia pra fora; muito pelo contrário, o discurso do Presidente Lula foi o de que não fomos nós os responsáveis pelo desmatamento – fez uma defesa clara disso – e quem fez foram os países que fizeram a revolução industrial; que os países que fizeram isso têm que ajudar a gente a preservar, inclusive, trazendo recursos pra cá. Foi muito contrário do que foi já dito aqui. O Presidente Lula, na manutenção da soberania internacional, está trazendo, inclusive, a COP 30 pra cá, prum estado amazônico, pra que a gente possa discutir.

Agora, não há como esconder que nós temos um problema de desmatamento ainda; de garimpagem ilegal dentro das reservas indígenas e de outras áreas, não é só dentro das reservas indígenas; de estruturação. Não há como dizer aqui que a gente teve um problema de saúde indígena só dentro de uma comunidade dos ianomâmis, pessoal. Não há como negar que a gente não teve um processo de desestruturação, inclusive, dos órgãos do Governo Federal para atuarem junto às comunidades indígenas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ribeirinhas, nesse último período, e que nós estamos nos reestruturando. "Nós" eu estou dizendo o Governo e o Congresso, porque o Congresso tem aprovado medidas e projetos que possam ajudar o Governo a ter recursos, a ter estruturação, a fazer concurso público. Órgãos como Funai, Incra... Eu vivi essa coisa. O Incra tinha, numa superintendência em Belém, 450 servidores; recebemos agora com cento e poucos servidores. Tem 90 funcionários que dão conta efetivamente de trabalhar lá e atuar para atender todas as áreas.

Então, há uma situação que nós precisamos fazer agora. Daí a ter uma entidade, uma ONG que é responsável por tudo isso? As mazelas e os problemas, criados desde 1500, como a Deputada levantou aqui, e eu concordo com ela. Agora, uma ONG – e eu quero depois até saber quantos anos ela tem de existência pra poder... Qualquer uma. Eu não conheço. Eu acho que o ISA tem que vir aqui pra poder explicar, inclusive, o procedimento, se é correto isso. O mecanismo de venda que foi estabelecido, como é que é o projeto? Porque, no *site*, eu li, é um programa que auxilia a venda de cogumelo, a venda de castanha, a venda de outros produtos das comunidades indígenas e que a renda seria para as comunidades indígenas. Então, é bom vir aqui, inclusive, pra esclarecer isso aqui. O que está estabelecido ali, no *site*, não é isso que criaria um problema e que levou as comunidades indígenas a esse período todo. É bom, inclusive, saber o tanto, as ações desses projetos. Pra que órgão? O ministério... Nós aprovamos aqui o requerimento do Senador Confúcio, inclusive, pra trazer o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas passou esse tempo inteiro fiscalizando a aplicação dos recursos do ISA e de tantas outras. E disse: "Olha, não há um problema de desvio, está certo? Não há problema de desvio". E olha que é o Tribunal de Contas da União.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Como diria um conterrâneo meu lá de Eirunepé: "É 'menas' verdade". A gente tem um acórdão no outro sentido.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, eu não sei. Eu preciso ver.

Agora, se eu estou dizendo que o Tribunal de Contas da União não é capaz de fazer essa fiscalização, não pode fazer essa fiscalização e não fez, eu aqui sei mais do que eles? Tecnicamente, inclusive, têm uma equipe toda pra poder fazer a avaliação. Vamos verificar, nós não podemos sair.

A minha única questão, Presidente Plínio, eu vim falar aqui, Presidente, a única questão aqui é a gente já não sair com a coisa acertada. Isso que é a coisa. Já sai com quem é o criminoso, e agora eu vou tentar buscar o crime pra ele. Aí não dá pra poder fazer.

Inclusive nessas falas e na forma do depoimento aqui, Presidente Plínio, é importante porque as cartas que eu lhe entreguei, inclusive, as duas cartas que eu lhe entreguei...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Estão recebidas como documento.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois é, as duas cartas que eu lhe entreguei, e ele foi muito... Quero te parabenizar, inclusive, porque o senhor foi muito justo no início. Não estou aqui falando em nome dos ianomâmis. Você não está falando em nome do povo, até porque, na organização, você não está na direção, você está falando como uma pessoa. Aí é diferenciado, diferente, inclusive, de quem falou anteriormente como se estivesse falando o nome e não participa da organização, não participa da associação, da organização que os indígenas lá nessa comunidade estabeleceram. E eu acho que a gente tem em ir botando isso tudo como um fato pra que depois a gente produza um relatório que seja verdadeiro e auxilie, inclusive, o Senador Marcio a ter isso como uma questão verdadeira.

Portanto, acho que... E não tem nenhum problema. Vou ficar aqui ouvindo e – está certo? –, participando o tempo inteiro, não tenho pressa, para que a gente possa sair disso com um resultado que ajude, auxilie, inclusive, o nosso Governo brasileiro a ter política mais clara e que ajude as comunidades indígenas e outras comunidades, porque não são só as indígenas. Nós ainda temos muita gente sem energia, sem uma série de questões que precisam ter e que têm muitas dificuldades. E nós estamos a cada passo fazendo essas medidas aqui no Brasil, embora demore demais para que a gente chegar a todas as comunidades.

Agora, como o objetivo aqui é ver quais são as ONGs que, com a sua atuação, estão desviando recursos ou coisa parecida e que deixam fazer com que essas comunidades... Eu acho que a gente tem que focar nessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto.

E sabendo da sua isenção e boa intenção, eu só tenho duas observações.

Em relação ao TCU, nós temos um acordão publicado no *Diário Oficial da União*. Portanto, é um documento oficial, em que o Ministro atesta, atesta – é o ministro que diz lá –, que fala dos problemas encontrados. Um deles é que a direção dessas ONGs, ONGs todas, gastam até 85% entre si. Esse é um. Agora, tem outro acordão dizendo que não é. Então, a gente vai comparar, vai trazer para que possa ter os dois lados.

Outra observação também, a gente aqui não vai demonizar ONGs, que elas são culpadas das nossas mazelas, que vêm de 1500, não é, Deputada? A gente só vai combater aquelas que se aproveitam da miséria, da pobreza, da distância e ganham dinheiro com isso, estão fazendo seus encontros na Ilha da Madeira, em Nova York, Paris, em nome dos baníuas.

Só para reforçar, desculpa, mas como Presidente eu tenho essa prerrogativa, já se fala, olha só... Pode soltar um vídeo, e mais uma vez eu digo, pode olhar pra mim, eu digo isso envergonhado, olha só



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como a comunidade baníua recebeu esse gerador de energia lá, os índios. Vou estar travado. E aí é toda a comunidade recebendo o gerador de energia.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – São esses índios que eles querem isolados, como se eles não precisassem de um gerador de energia. A comunidade em peso para receber o gerador de energia. Isso aqui não é para culpar Governo.

Obrigado, porque essa cena realmente, essa cena não me agrada, não me agrada. Isso aí é emenda parlamentar, dinheiro do povo brasileiro chegando para eles. Isso é só para confirmar que o índio quer tudo que nós temos. Tudo a que nós temos direito ele quer também.

Isso aí me foi enviado por um... eu acho que foi um indígena, Valdeci, eu não sei quem me enviou, porque o Prefeito não cuidou disso.

Tá aí, olha a vergonha que é, gente! Um gerador de energia, que custa R\$300 mil – sei lá, R\$100 mil – e, depois, a gente conseguiu internet para eles e, hoje, a gente faz *live* com eles, e eles fazem com as suas famílias.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É, com a comunidade, olha aí.

Ninguém tem culpa disso. Ninguém está culpando ninguém, Beto, ninguém está apontando dedo para ninguém, só está dizendo: o índio diz para nós: "não queremos tutela, a gente quer viver a nossa vida".

Desculpa, mas eu aproveitei a minha prerrogativa de Presidente.

Eu ouço o Senador Styvenson.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Relator.

Eu queria ser bem específico dentro da função desta CPIONGs, povos indígenas. O senhor falou de 23 etnias, 23 aldeias, e que não dá assistência...

O SR. VALDECI BANIWA – Somos 23 povos indígenas e mais de *(Fora do microfone.)* 750 comunidades.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Perfeito.

Eu acabei de ver o vídeo, agora, do Senador Plínio, mostrando os utensílios, os bens, as coisas que o homem branco tem e que vocês querem ter também. É uma dúvida minha se vocês querem ter isso também – querem ter a tecnologia, querem ter o desenvolvimento, querem ter o veículo, querem ter o celular?

Aí, qual é o papel das ONGs nisso aí? Elas servem como tutores de vocês? Elas proíbem vocês de terem acesso a isso? Porque, o que eu vi até agora... o que eu vi ali, no vídeo, foi... no filme, tinha algum branco? Alguém da ONG? Alguém da ONG... Você sabe dizer qual é a ONG que utiliza do seu povo ou desses 23 para angariar recursos que talvez o senhor não veja? Porque o que eu vi no discurso anterior foi que nada chega, por mais que tenha a argumentação de que o Tribunal de Contas dá o.k. para a transparência nas contas.

Mas a minha pergunta é: chega alguma coisa pra vocês? Qual é a atuação das ONGs? Elas permitem que vocês tenham essas possibilidades de tecnologia – chega remédio, chega roupa, chega o que vocês querem, o que vocês precisam? Ou eles são os tutores de vocês e dizem: "não, índio tem que viver como os primatas, índio tem que viver como antigamente, caçando, comendo a própria caça"? Diga-me só essa relação, pra eu entender, porque é importante, porque eu não tenho essa convivência que os outros Senadores têm e nem tenho essa experiência que vocês, indígenas, têm, e nem tenho ONG. Entendeu?

Então, eu queria saber qual é a verdadeira função da ONG? E o que vocês realmente pensam dela, se elas limitam ou não, possibilitam ou não a vocês o acesso a esse tipo de produto como eu vi aí no vídeo?

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Sim... É, assim, como eu citei anteriormente, não é?

Como estamos observando a atuação das ONGs? A atuação das ONGs... Eu vou falar da nossa experiência, na nossa comunidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Valdeci, qual é a que gerencia vocês lá? Qual é a que comanda? Qual é a que utiliza de vocês para poder ter recursos? O que você esperaria da ONG? A verdade é essa.

O SR. VALDECI BANIWA – Não, na verdade, quando teve aquele movimento indígena, em 1988, os nossos antepassados lutaram e conseguiram a implantação do DSEI, por exemplo. Esse aí é o único que conseguiram nos ajudar, mas, de 2000 pra cá, começamos... as ONGs começaram a se envolver na política. A partir do momento em que se inicia a envolver na política, o movimento indígena perdeu totalmente a credibilidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As ONGs continuam existindo, continuam existindo fazendo o papel deles,

As ONGs continuam existindo, continuam existindo fazendo o papel delas. Realizam bastantes reuniões, reunião em cima de reunião, proposta, proposta, proposta, mas nunca concretizam a ação, entendeu? Como falei agora, a gente vive lá, porque a gente trabalha, só que o papel das ONGs... Não sei como é que está aparecendo pela mídia, que está ajudando os povos indígenas, mas, na realidade, não. Das ONGs os povos indígenas não estão recebendo nada, entendeu? Os povos indígenas vivem lá, porque eles trabalham na roça, eles produzem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Só para ficar claro: isso que chegou é um gerador de energia, que foi uma emenda parlamentar.

O SR. VALDECI BANIWA – Emenda parlamentar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – As ONGs, o senhor acredita que deveriam ajudar vocês nesse aspecto? Essa ajuda de que o senhor fala, seria o que especificamente?

O SR. VALDECI BANIWA – Durante a década a gente vem fazendo reunião, assembleia, as comunidades se juntam, fazem grupo de trabalho, colocam as propostas, o que querem para bem viver dentro da comunidade, só que as ONGs pegam as propostas, depois que termina a assembleia, engavetam e não levam ao conhecimento do Governo. O que nós vamos esperar das ONGs? Nós vamos esperar até a morte, entendeu? Por falta disso, por falta da ajuda das ONGs que as comunidades estão tomando outro caminho para bem viver, entendeu?

Se as ONGs estivessem ajudando, com certeza a gente não ia ficar criticando. Como não temos ajuda, os povos indígenas têm que buscar outra solução, entendeu? Década a década nós viemos fazendo assembleia, colocando as propostas. Os povos querem trabalhar, querem trabalhar, produzir para ajudar o crescimento do nosso país, só que as ONGs... Ela não proíbe, mas ela trava, entendeu? Ela não proíbe, ela trava o nosso desenvolvimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Ela não permite...

O SR. VALDECI BANIWA – Ela trava o que os povos decidem dentro das terras indígenas. Por isso que nós, povos indígenas, hoje, estamos dizendo: "Não, quem tem que decidir somos nós, moradores da comunidade, não as ONGs".

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Eu fiz uma pergunta aqui – esqueci o nome – para o Beto. Perguntei se existia algum indígena no comando ou, se não, pertencente a essas ONGs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA – Olha, tem setor de ISA em São Gabriel da Cachoeira. Acredito que nem todos esses 23 povos indígenas conhecem quem é chefe do ISA. Ninguém sabe, nem eu sei. Fica difícil.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Então, deixa eu entender: eles atuam na Amazônia, eles falam por vocês...

O SR. VALDECI BANIWA – Entre aspas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – ...eles dizem o que vocês... Entre aspas; não, tudo entre aspas. Eles dizem o que vocês precisam, o que vocês querem, mas vocês não sabem nem quem são eles, quem gerencia.

O SR. VALDECI BANIWA – Essa é a realidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu acho que vale a pena... Eu ia pedir para a Deputada Silvia falar e o nosso Relator, mas tem uma matéria antiga de um canal de televisão local que fala da região dele, do Alto Rio Negro, quando mostrando... Houve uma época em que houve uma invasão de canadenses lá no Alto Rio Negro. Você viajava para lá e mais da metade, 80%, do avião era ocupado por canadenses. E tem uma matéria muito boa: todos eles se dirigindo exatamente para lá, para o Alto Rio Negro. Quer ver? Repare nessa matéria, e ela não é nova não.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deve ter, é coisa antiga, tem quatro décadas, mas eu acho que é uma década só.

O SR. VALDECI BANIWA – Menos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, eu digo esse movimento de ONGs, os cavalos de troia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, não, porque o objetivo era ter os cavalos de troia, as ONGs já foram introduzidas há quatro décadas. Deve ter o quê?

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para interpelar.) – 2006, pois é, e continua, porque... Valdeci, fica a pergunta: você conhece algum canadense? Já chegou alguém desse pessoal lá na Comunidade Castelo Branco?

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Não, não conheço não. Na outra comunidade sim, chega até americano lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas os canadenses nunca chegaram lá na sua comunidade?

O SR. VALDECI BANIWA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por quê? É longe?

O SR. VALDECI BANIWA – É, acho que sim, chegam mais para cá, para o lado de São Gabriel, mais próximo das cidades.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, nós não vamos falar apenas de uma, mas de várias organizações não governamentais que recebem dinheiro, inclusive do exterior, para atuar dentro da Amazônia brasileira especificamente e continuar mantendo um povo sob cárcere inclusive intelectual.

Eu trouxe aqui uma relação de 22 organizações, institutos, não é: Embaixada da Noruega, a Moore Betty, Nia Tero, a Nature Conservancy, Poemas da Alemanha, a Ford Foundation, a Comissão Europeia, a Embaixada da França, a Agência Francesa de Desenvolvimento, o Fundo Francês para o Ambiente Mundial, Tamalpais Trust, Internews, Unesco, Instituto Clima e Sociedade.

Todas essas, são 22 relações, 22 organizações, muitas delas não brasileiras, são internacionais, que financiam apenas uma única organização não governamental e que têm atuação dentro da Amazônia brasileira, no Estado do Amapá e no Pará, há mais de 40 anos, e nada mudou. Eu entrego para os senhores essa relação, que eu fiz questão de pegar para dar para vocês.

E o principal é que nenhuma, nenhuma cultura deve ser mais importante que o direito à vida. Proporcionar a povos indígenas a capacidade de se desenvolver intelectualmente e economicamente significa que essas organizações não mais poderão explorar indígenas, porque eles serão autores do seu destino, detentores e organizadores da sua própria história.

Vou dar um exemplo, e isso aconteceu comigo. Eu fui Secretária Nacional de Saúde e, por acreditar que nenhuma cultura deve ser superior ao direito à vida, eu procurei salvar povos, eu aprendi a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua ciência. Eu sou uma fisioterapeuta especialista em terapia intensiva, em anatomia, biomecânica. Eu sou formada em defesa química, biológica, radiológica e nuclear. Trabalhei com pesquisas em tecnécio-99m, na área de cintilografia. E por acreditar nisso, eu procurei salvar vidas.

E uma vez, no ano de 2019, um grupo de zuruahãs, cinco se suicidaram. E segundo aquela cultura, quando um se mata, todos os outros devem se matar. Mas por que eles se mataram? Qual foi o evento que desencadeou aquilo?

Senhores, uma jovem indígena, um dia, foi levada à cidade. E ela chegou lá nua. Sabe por quê? Porque nós não dominamos a tecnologia da tecelagem. E ela chegou nua e ganhou uma roupa, a única roupa que ela viu na vida. Anos se passaram, e ela continuava com aquela roupa. Era tudo que ela tinha. Era a mais alta tecnologia que ela podia ter. Mas existiam pessoas ali, que ganhavam altos salários e que trabalhavam ali dentro, protegidas por organizações não governamentais que ali trabalhavam. E uma criança curiosa, um outro indígena curioso viu aquilo que ele nunca havia visto antes, uma tecnologia, um avanço, e tocou naquele tecido, e aquele tecido rasgou. Já estava tão velho. Mas eu entendo que já estava velho, mas ela não entendia. E ela sofreu como se tivesse perdido tudo na vida, tudo. Tudo que ela tinha era uma roupa velha. E aquilo se rasgou, e ela não poderia ter outra. Então, ela se matou! E todos os outros passaram a se matar, porque não deram a eles a possibilidade de ter esperança de conhecer que no mundo, lá fora, existia uma possibilidade se eles assim o quisessem!

Então, nós organizamos uma grande entrada. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos me cobrou uma ação. Então, eu levantei psicólogos e chamei duas indígenas suruwahas que haviam saído de lá, para que elas pudessem ser tradutoras, pudessem levar esperança para o seu povo e dizer para eles: "Nós não precisamos nos matar por uma roupa velha. Nós podemos ter muito mais do que isso. Existe um mundo lá fora cheio de possibilidades para vocês".

E, para nosso espanto, no outro dia, saíram matérias nos jornais, manifestos, nos proibindo de levar duas indígenas suruwahas para falarem com o seu próprio povo e dizer para eles: "Existe uma esperança". Sabem por que elas foram proibidas? Porque elas são evangélicas. Porque elas podiam dar uma palavra de esperança. "Ah, é porque elas acreditavam numa outra cultura que não era de 1500!" Então, por conta disso, elas foram proibidas de entrar na própria aldeia para salvar o seu próprio povo e contar para eles que existe um mundo lá fora cheio de possibilidades, que eles não precisavam se matar. Nós não controlamos mais isso, porque essas duas jovens indígenas suruwahas foram proibidas por ações de antropólogos e organizações não governamentais, que proibiram de salvarmos outros indígenas.

Nenhuma cultura deve ser superior ao direito à vida, a você ter esperança! E eu trago essas matérias para que vocês vejam a forma como elas foram tratadas, como criminosas, porque elas tinham esperança, porque elas aprenderam algo diferente, que não era viver esquecidas e isoladas no meio do mato.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhores, assim como existem organizações que lucram com a miséria dos povos indígenas, elas faziam parte de uma organização também não governamental que as salvou, que deu a elas esperança, estudo, e que elas poderiam salvar outras pessoas. E essa organização foi a Jocum. E eu trago aqui as matérias para que vocês possam anexar às investigações e às averiguações da... Uma para o Relator e uma para o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigada, Deputada Silvia.

Uma das missões, um dos objetivos aqui é mostrar ao Brasil que a grande maioria, a grande parte dos indígenas luta para não ser mais tutelado. Esse é um dos objetivos aqui. E vocês vão notar que, por nenhum momento, a gente quer influenciar, seja nos costumes, na cultura, no que eles pedem. Os índios que nos procuram é que dizem o que querem.

Eu, jamais, vou ousar dizer para um índio que ele precisa disso e daquilo. Quando eles pedem essas coisas materiais e a gente pode, porque tem o dinheiro do brasileiro, o dinheiro da brasileira, que é através das emendas parlamentares, a gente faz o que eles pedem.

É muito delicada essa questão da cooperativa, Senador Beto. A própria Constituição dá a eles esse direito de tentarem a cooperativa. Então, a gente só garante o direito deles e luta pelo direito deles, sem entrar no mérito, se deve ou não.

Eu ouço o Senador Beto, depois do Senador Marcio.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – É só uma questão rapidamente.

Até vi o vídeo, esse último vídeo, que são das ONGs canadenses – a relação dos canadenses.

Depois, eu queria, inclusive, se a Mesa tiver como ter acesso ao vídeo... Quais são as entidades? Porque eu acho que são ONGs que a gente tem que chamar aqui para poder conversar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto.

O nosso Relator, Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, primeiro eu queria dizer que me impressionei muito com a sua fala, Silvia – as duas, mas principalmente a primeira. Você usou palavras que, a meu ver, demonstram com muita firmeza, com muita convicção, e com as quais eu concordo, a questão indígena. Você usou a palavra "segregação", que é muito forte, mas verdadeira, "isolamento", "subjugados". Isso me parece que é de quem não só conhece, mas como viveu ou vive essa realidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra coisa que me deixou impressionado também é a forma de você se referir que "alguém quer que nós, indígenas, continuemos como estávamos em 1500." Quer dizer... E o Beto usou uma outra palavra, uma outra frase, disse assim: "Somos matéria-prima." E, de fato, essa é a impressão que eu também tenho. Como eu tenho a impressão de que algumas ONGs, e ainda notadamente nessa questão do clima, do meio ambiente da Amazônia, nada a ver com aquelas ONGs que a Senadora Mara Gabrilli mencionou... Me parece que algumas que falam sobre o clima – e aí vamos fazer uma indagação ao Valdeci – são as primeiras que, na verdade, não querem que acabem nem as derrubadas nem o fogo. Porque, se acabar o fogo e a derrubada, elas deixam de ter razão de existir.

Eu penso que alguma coisa deve nos unir a todos, que é a soberania sobre o território brasileiro integral e a melhora da qualidade de vida de todos os brasileiros. Isso é obrigação até na Constituição.

Mas eu quero lhe fazer duas indagações, Valdeci, se você se sentir à vontade de falar sobre isso. Quando a gente fala, Styvenson, que o foco principal é a questão das ONGs que atuam nessa discussão ambiental na Amazônia, não excludente, mas fundamentalmente, tem algumas coisas que se unem a isso. E por isso vai essa pergunta. Muitas das ações das ONGs, de países estrangeiros, embaixadas, na Amazônia, ocorrem com o pretexto ou com o argumento das mudanças climáticas. Como você mesmo disse, mudança climática existe desde que o mundo é mundo. Aparentemente, dominou os meios de comunicação, as universidades, que as mudanças climáticas que sempre existiram são responsabilidade do homem. Eu quero dizer que isso não é unanimidade. E esta CPI vai ter a oportunidade de escutar cientistas, inclusive brasileiros, que vão dizer que o homem não tem o poder de fazer as mudanças do planeta. Ele faz a mudança no microclima e, fundamentalmente, nas áreas urbanas. Fundamentalmente, o problema maior ambiental que o norte do país tem é a falta de saneamento básico.

E me causa uma profunda indignação, e eu queria dizer, Sílvia, que uma parte do que você mencionou eu conheço, uma parte pequena. Eu sei o que é carapanã, eu sei o que é você estar numa região e passar dias sem ouvir o barulho de nada, sem ter luz elétrica.

Ouvi que o Beto falou uma coisa que aconteceu comigo: a área que era do meu pai e depois foi minha e eu acabei vendendo porque eu tive uma opção, eu queria um pouco de sossego, eu não aguentava mais a interferência de fora para dentro daquilo que, em tese, era meu ou era do meu pai, mas que, na verdade, nós não somos donos, não é?

Mas eu me lembro de que, já aos vinte e tantos anos de idade, eu chegava nessa mesma área que um dia foi do meu pai e depois foi minha e, quando o trabalhador ligava a televisão e eu escutava o barulho de um jornal ou da televisão, eu ainda me assustava, porque eu lembro, na adolescência, que eu morei nessa área e não existia nada, não tinha luz elétrica, não tinha. A gente levava pilha. O único contato com o mundo era um rádio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E havia uma lenda de que, quando a pilha estragava, porque todo peso, andando muito, 24km na lama, pesa pra caramba. Então, um carreiro de pilha para você ir daqui até ali não pesava nada, mas, em 24 quilômetros, pesava bastante. E, quando ela terminava, a gente colocava no sol, porque dizia a lenda de que, se você a colocasse no sol, ela dava uma recarga.

Então, eu conheço um pouco essa realidade e sei que ser humano nenhum quer isso para si e para os seus filhos, para sua prole, para os seus. E o que me causa uma profunda indignação é como o Brasil se sujeita... E aqui tem uma frase da atual Ministra, que, aliás, é acriana, mas que foi embora, hoje é Deputada por São Paulo. Vou pegar a frase dela de hoje, abro aspas: "É isso que estamos fazendo aqui hoje [aqui no Brasil, há pouco tempo, há poucas horas lá no Palácio da Alvorada]: estabelecendo etapas para que o produtor brasileiro voluntariamente possa decidir-se por um modelo de produção que, sem deixar ser economicamente atrativo, esteja também em sintonia com as necessidades e as demandas globais" – fecho aspas. A qual demanda global a Ministra se refere? Primeiro, assim, que mundo é esse a que o Brasil tem que se adaptar para não sofrer sanção?

Primeiro, o agronegócio brasileiro é o mais autossustentável do planeta. Nós consumimos menos inseticida por hectare do que qualquer lugar da Europa e dos Estados Unidos, que são nossos concorrentes. Nós sabemos o que é APP em lei – em lei! A Europa sabe o que é APP, mas não tem lei. Nós temos a reserva legal, só tem essa lei no Brasil, não tem em lugar nenhum do planeta. De toda a área brasileira, nós ocupamos, no agronegócio, menos de 8% com agricultura.

Então, quando se diz aqui da França, eu confesso que tenho – confesso – uma profunda antipatia pelo Presidente francês, tenho uma profunda antipatia por ele. Eu acho que ele mete o nariz onde não foi chamado, e o país aceita. Você veja agora, por exemplo, lá na... Ele já deu opinião sobre o Brasil várias vezes. E, a título de exemplo, ele não conseguiu conter o fogo na Notre-Dame, que está no centro de Paris. Ele acha que nós brasileiros, por conta própria, somos culpados e responsáveis por conter o fogo numa região que é muito maior do que a Europa inteira? É um problema, não estou negando, mas é um problema para o qual eles não querem solução, porque isso retroalimenta esse comportamento.

Agora há pouco, o Canadá, que também financia uma série de atividades no Brasil, na Amazônia brasileira particularmente, está pegando fogo, e a fumaça de lá, inclusive, tampou, prejudicou cidades importantíssimas dos Estados Unidos, como Nova York e Washington, entre outras. E, mesmo assim, você não vê o Macron e nenhuma autoridade mundial levantar uma hipótese de se relativizar a soberania canadense em função dos fogos cíclicos que acontecem naquele país. Mas, com o Brasil, isso, a qualquer ano, vira uma tentativa de desqualificação.

E, quando se fala que nós temos que nos adaptar ao globo, qual globo, cara pálida? Eles estão se referindo à Europa Ocidental? Porque a América do Norte é a nossa concorrente no agronegócio, não serve de base. Que mundo é esse? Porque a China e a Índia sozinhas têm 3 bilhões de pessoas. Então, a pressão é de uma parte muito pequena do globo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, como se utiliza, Valdeci, da argumentação de que "não se pode mexer na Amazônia, porque isso faz mudar o clima do planeta", eu queria ouvi-lo sobre isso, se o senhor tem uma opinião a esse respeito e o que acha.

E a última, e segunda pergunta, é que me parece que uma das razões – disso aqui ninguém discorda – da pobreza na Região Amazônica, da pobreza nas aldeias indígenas, me parece que uma das responsáveis é que o índio de fato não manda no seu subsolo. Você tem uma Constituição que diz que, com a aprovação do Congresso Nacional, você poderia fazer a estação, mas que, na prática, isso não acontece, e muitas vezes se utilizam ONGs, sim, do Ministério do Público Federal. No caso do Acre, especificamente, tem lugar que tem petróleo e nós não podemos mexer, porque uma ONG entrou no Ministério Público Federal, e o Ministério do Público Federal não proíbe, mas ele exige uma pancada de coisas que na prática se torna proibitivo. Então, a segunda pergunta é: se o Brasil melhorar a sua legislação, deixando, de forma mais clara, cristalina, límpida, que os indígenas, em querendo, poderão fazer pesquisa e se utilizar dos recursos do subsolo, seja do que for que tenha lá dentro, isso seria uma resposta à altura pra combater a pobreza nas aldeias?

São essas duas observações e essas duas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, o Sr. Valdeci.

O SR. VALDECI BANIWA (Para expor.) – Então, continuando, sobre as mudanças climáticas de que muitas ONGs falam. Então, como nós viemos discutindo bastante lá na região, fizemos o levantamento, porque as ONGs não estão preocupadas com os indígenas, eles estão preocupados mais com a floresta, não com a situação por que os povos indígenas estão passando.

Aí, o que nós viemos discutindo – eu sempre vou falar da base, porque não posso falar daquilo que eu penso. Eu estou falando o que eles falam lá, do pessoal de base, entendeu? Aí, somos os povos indígenas baníuas e não queremos ser dominados "por um grupo", entre aspas. Nós queremos ser um povo livre, que decide o que pode ser feito dentro da sua comunidade, porque, muita das vezes, a gente tenta fazer algo lá na nossa região, um projeto, seja manejo florestal, seja o cultivo de algumas culturas, aí já vêm os ambientalistas dizendo que isso não faz parte da cultura dos povos indígenas. Aí o cara... Como assim? Entendeu?

Então, por isso que nós estamos aqui pra defender na CPI das ONGs, porque é nosso direito. É nosso direito decidir o que deve ser feito pra melhorar a qualidade de vida dentro da nossa terra. É isso.

E vamos continuar lutando pra que nós tenhamos direito e liberdade de fazer algo dentro da nossa terra; e saber preservar, trabalhar e produzir dentro da nossa terra, entendeu?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Valedeci, que veio de tão longe...

O SR. VALDECI BANIWA – Aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Ah, tá. Pensei que já tivesse...

Continue.

O SR. VALDECI BANIWA – Segunda pergunta, respondendo: eu acho que, melhorando as leis da Constituição Federal, os povos indígenas terão mais liberdade de fazer algo dentro da sua terra, porque, no presente momento, os povos indígenas não têm direito de usufruir nada. Quando a gente pensa em fazer algo, as ONGs já começam a dizer aos povos indígenas que é da União, que não pode, porque é aquilo, é isso. Entendeu? Aí trava muito a demanda dos povos indígenas. E, por causa disso, os povos indígenas vão acabar indo pra cidade, porque não têm outra alternativa. Entendeu?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RN) – Plínio, eu pedi e acho que ele viu que eu levantei o dedo.

Estou com uma curiosidade, que eu poderia perguntar ao senhor: se você se sente seguro em falar abertamente tudo sobre as ONGs. Se você não teme ou se os índios se sentem seguros também em falar o que acontece nos bastidores, de forma clara e real, se tem ou não um risco velado aí pra silenciar os senhores.

O SR. VALDECI BANIWA – Não entendi a pergunta.

Repete...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Se o senhor tem medo de retaliação, de alguma retaliação.

O SR. VALDECI BANIWA – Não. Na verdade, eu não tenho, não.

Mas eu estou falando a verdade de tudo o que nós viemos passando, entendeu?

Não tenho medo de falar nada. Estou falando o que é real, o que está acontecendo com a gente lá. Tudo o que está acontecendo é o que eu estou relatando aqui. Se tiver mais algo pra falar, eu vou continuar falando. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Continue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VALDECI BANIWA – Nós não utilizamos 1% da nossa terra lá. E aí, quando a gente pensa de fazer algo, já vem ONG para nos impedir de fazer algo. Tem aquela política doida lá da nossa região que não avança, entendeu? É uma briga entre os povos indígenas: têm os povos que são a favor, que não fazem parte das ONGs, e têm indígenas que fazem o grupinho das ONGs e que vão batalhando, discutindo, colocando umas travas lá pra não conseguir avançar a nossa atividade.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Só para ilustrar, o Valdeci está falando, quando ele diz "nós, lá na comunidade", da região da Cabeça do Cachorro, que é a região mais rica do planeta, não é do Brasil, é do planeta. Por isso é que têm tantas ONGs lá.

Valdeci, considerações finais.

Está satisfeito?

Pode encerrar, irmão.

O SR. VALDECI BANIWA – Então, em nome do Presidente, Senador Plínio Valério, das minhas colegas depoentes que estão aqui, do Relator, em nome da minha comunidade Castelo Branco, quero agradecer. Sinto-me muito honrado de estar aqui e pela primeira vez chegar aqui e falar a verdade do que está acontecendo na nossa região. Então, estou muito feliz. Se tiver mais algo, estou à disposição pra...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Valdeci...

O SR. VALDECI BANIWA – ... falar toda a nossa realidade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... pela sua disposição, disponibilidade em vir aqui.

Enquanto eu peço que tragam aqui...

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Adriel Kokama à mesa.

Enquanto isso, tem mais um vídeo.

Olhem só esse vídeo de um outro cacique, que é o nº 4.

Por favor, o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por isso é que a gente fala tanto em colônia e colonizadores. Eles acham que com manteiga e com querosene ainda podem ficar na mata e roubando.

O nosso Vice-Presidente, Senador Jaime Bagattoli, honra-nos com sua presença.

No momento em que quiser falar algo, por favor, aqui é livre.

Alguma observação antes que a gente chame o terceiro depoente? (*Pausa.*)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Boa tarde! Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente, Senador Plínio, o Relator, Senador Marcio Bittar.

Ouvindo aqui as palavras do Valdeci, eu queria dizer à nossa Deputada Silvia, que eu sou uma pessoa que conheço muito a Amazônia. O meu Município de Vilhena, Rondônia, é um município de aproximadamente 1,150 milhão de hectares, e pouco mais de 50% do município é uma reserva indígena, em torno de seiscentos e poucos mil hectares, encosta no Espigão, no Município de Espigão d' Oeste. Aquela reserva vai até o encontro, chegando lá no Mato Grosso.

Eu quero dizer para vocês que os indígenas têm todo o direito, eles não estão mais vivendo... Será que só nós que não somos indígenas é que temos o direito de progredir? Os indígenas não têm o direito de progredir? Os indígenas não têm o direito da sua própria... Se eles têm 14,5%, 15% quase, do território nacional, eles só são donos das suas terras só para dizer que são? Quem são as ONGs pra vir, pra dizer o que os povos indígenas querem fazer com suas terras aqui no nosso país, no Brasil?

Então, o que os indígenas precisam é que eles se relacionem com o nosso povo, com o povo brasileiro. Eles têm que ter o direito, sim, de explorar as suas terras, dentro da mesma lei em que nós podemos explorar, os produtores rurais podem explorar, em que quem é da iniciativa privada pode explorar minério, e isso é no que nós concordamos com os povos indígenas.

Nós não podemos ser... Eles não podem ficar lá, como eu vi aqui, na lamparina, a vida inteira. Os indígenas sabem que eles têm... E não é só a minoria que pode ter acesso à internet. Não é só meia dúzia de caciques que pode ter acesso à internet. O povo indígena tem que ter o seu direito, igual ao povo brasileiro. Todas as pessoas têm que ter o direito de ter saúde, educação, ter um trabalho digno e poder ter acesso à informática.

Porque o mundo evoluiu, e os europeus têm que entender isto, que a soberania da Amazônia é do Brasil. A soberania da Amazônia é do Brasil, e as terras indígenas que o Brasil têm são do povo indígena nosso. Não é do americano, não é do europeu. E não podemos deixar que as ONGs continuem vindo com sua opressão e dominando o nosso povo, porque eles não estão dominando só o povo indígena, eles estão dominando as propriedades rurais, eles estão tomando, estão entrando e dando interferência em tudo aquilo que é de direito do nosso povo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós sabemos, tanto nós produtores rurais quanto os indígenas, da nossa responsabilidade de preservação neste país. Nós somos o único país do planeta que tem 65% da sua vegetação preservada, e o povo indígena é o maior contribuinte por essa preservação – é um dos grandes contribuintes por essa preservação.

Por isso, eles também têm que ter o direito da sua terra e da sua propriedade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime, Vice-Presidente.

Vamos ouvir, então, o Cacique Adriel Kokama.

O Adriel é sociólogo, não é? Formado em alguma coisa, não sei. É outro que saiu da aldeia, mas a aldeia não saiu dele, por isso ele tem essa luta aí, bem histórica.

À vontade.

O SR. ADRIEL KOKAMA (Para expor.) – (*Expressão em língua indígena.*) a todos.

Boa tarde, Senador Beto, satisfação te conhecer aí, estou sabendo, estou vendo que você é um cara, um Senador dinâmico, não é?

Senador Plínio, quero, primeiramente, agradecer a Deus, o nosso Tupã, e dizer que é um privilégio grande um filho do Norte, um amazônida, chegar aqui no Senado Federal. Para nós é uma honra, Plínio.

Quando andamos lá no Amazonas, há quatro anos, dentro de canoa – você sabe disso –, pedindo voto para este filho da terra, que era Vereador na cidade de Manaus e hoje é Senador da República... Isso significa, para nós, Senador Beto, que o homem tem que continuar sonhando e que o amazônida e o índio têm que continuar acreditando, assim como Ajuricaba acreditou e, quando foi acorrentado, preferiu se jogar às margens do Rio Negro com o Rio Madeira para dizer para o sistema que ele preferia a morte a servir ao sistema.

Nós hoje não estamos aqui, Senador Marcio Bittar, para julgar ou condenar. Nós estamos aqui para ser ouvidos graças ao nosso Tupã. E nós amazônidas e filhos da terra do Amazonas nos unimos e colocamos um homem, filho de Eirunepé, que nos orgulha muito, como Senador da República hoje para abrir a CPI das ONGs, essa caixa-preta, para que nós possamos saber quem são esses senhores e senhoras que estão lutando... Porque eles dizem que lutam por nós, pela Amazônia, pela floresta, pela fauna.

Assim como eu mando um abraço para os Estados Unidos, meus parentes, que estão lá no Canadá. Precisamos de vocês aqui no Brasil, para nos ajudar, porque os índios, nós somos nômades, nós andamos pelo planeta. E eu convido hoje, que nós estamos aqui, ao vivo, para os Estados Unidos e para o Canadá



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

neste exato momento, através das minhas redes sociais, adrielkokamaoficial, a todos os parentes que estão lá, em uma emissora ao vivo, nos Estados Unidos, eu convido vocês... Estamos abrindo a caixa-preta das ONGs, e eu quero pedir a vocês, parentes, que nos mandem todas as informações para mim, para nós. Como lideranças indígenas, nós queremos saber quem são essas pessoas e essas instituições que nos representam mundo afora buscando recursos da Europa, euros, dólares, dizendo que estão conservando a Amazônia.

Eu acho engraçado, Senador Beto, que as áreas demarcadas dentro das áreas indígenas, em que eu nasci... Eu sou cacique. Eu sou cacique, sou líder indígena. A minha aldeia é Iwirati Yawara, eu sou do Médio Solimões, sou um líder indígena que, quando eu bebi água gelada pela primeira vez, eu achei gostoso; quando eu comprei um relógio, vendendo peixe, que eu olhava só pelo sol e a lua, eu também me admirei. E segui o conselho de meus pais, líderes indígenas, que disseram: "Estuda! Estuda para que possamos desbravar o nosso futuro de amanhã!". O poder do lápis e da caneta.

Srs. Senadores, senhores ouvintes, Brasil, que estão me ouvindo neste exato momento, eu quero saber onde estão os pais dos índios, dos povos originários, porque cada década muda o nome, não é? É pai disso, é isso, é aquilo, etc...

Engraçado que nós indígenas, Senador Plínio e Senador Beto, não temos direito, nós só temos deveres. Qual é o nosso dever? Eu ouvi o Senador Beto falar ainda agora que é filho da terra, é um caboclo lutador, mas chegou a Senador. É um homem estudado, um homem que hoje está vestindo um paletó. Será que eu também não posso usar um paletó? Ou eu tenho que andar originário?

Eu pergunto, Senador Beto, Senador Plínio: se as nossas terras estão demarcadas, homologadas, a gente não pode utilizar? Por que a gente não pode utilizar se essas terras são nossas? Eu pergunto aos senhores das ONGs, ao Senador Beto... Me responda, Senador Beto, daqui a pouco, ou vá com o Presidente da República e peça para ele mandar por escrito por que eu não posso mexer numa terra homologada. Por que, se a terra é minha, eu não posso trabalhar, eu não posso criar gado, eu não posso plantar banana, eu não posso plantar abacate, eu não posso plantar cacau? Se a terra é minha, por que eu não posso tirar o minério? Por que o Canadá pode e os Estados Unidos podem? Por que outros países podem e eu não posso tirar? Eu pergunto a vocês: será que eu não posso trabalhar o peixe, Senador Beto, nos meus lagos, para trabalhar o manejo e exportar para os Estados Unidos, para a Europa, para todos os lugares? Por que é que eu não posso? Será que é porque eu sou índio? Senador Beto, eu quero saber por que eu não posso. A minha palavra é: por que eu não posso, como liderança indígena, fazer nada no Amazonas? Essa é minha pergunta, Senador, para a sua assessoria estudar mais rápido e me responder. Eu quero saber por que é que eu não posso plantar.

Agora deixe-me dizer uma coisa. Houve um período... Senadores que foram lá no Amazonas, eleitos, que foram Governadores: por que a nossa 319 nunca saiu? Por que é que construíram aquela BR, Senador? Ela foi construída, a 319; ela foi asfaltada, a 319. A 319 não nasceu ontem. O sapo que lá está



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estava há mais de 500 anos lá. Por que é que lá nos Estados Unidos e no Canadá existe rua fluvial, estradas por todo canto, e aqui no Brasil não tem? Eu não sou contra o mercado marítimo, porque o Amazonas é cheio de lagos, mas, se nós tivermos a 319 ou outro projeto com uma ponte de safena que venha pelo Pará, nós vamos encurtar isso.

Eu não quero falar mal dos nossos estados, mas o Amazonas foi produtor de banana, produtor de melancia, e hoje... Sabem de onde vêm as bananas? Do nosso Estado de Roraima. A melancia vem de Roraima. Mudou tudo! Antigamente vinha dos municípios para a capital, Senador Plínio, e hoje eu vejo, dentro das embarcações, subindo para dentro dos municípios, ou seja, a inversão de valores.

Eu aprendi, eu fui, esses dias, com uma liderança indígena, na Raposa Serra do Sol, e, tomando café, porque eu faço parte, eu sou Presidente do Instituto de Caciques de Base do Brasil, é base, cacique, nós nos unimos para unir e ouvir cada base, cada base. E ele disse assim: "Parente, está tudo ao contrário". O poste está mijando no cachorro hoje, é isso que a gente está vendo, essa inversão de valores. Quer dizer, nós originários, que estávamos há 500 anos aqui, fomos sucumbindo, sucumbindo, oprimidos como até hoje estamos, até hoje somos.

Sabe o que nós temos que fazer, parente, Beto Yanomami, nosso parente, de São Gabriel da Cachoeira, Baniwa? Eu falei que em certo lugar, eu fui lá no Rio Içá, cheguei a determinados lugares que os caciques me chamaram, em 30cm tem nióbio, Senador Plínio, para baixo. Senadores, nióbio, e eles plantam abacaxi. E de manhã, parente Silvia Waiãpi, eles tomar o mingau de abacaxi. Eles caçam, chega alimentação, mas é precária. Eles gostariam de trabalhar o seu minério a título de alimento, pode ser.

Porque eu fiz uma pergunta, eu lhe faço uma pergunta, Senador Beto: a Constituição diz que o usufruto da terra um parente pode usar, não é, parente Silvia. Então, quer dizer que ele pode tirar um pedaço de ouro, um diamante, um quilo de tantalita ou uma tonelada de tantalita ou nióbio, para comer. Porque ele pode comer uma caça, ele pode comer uma paca, ele pode matar um tatu para se alimentar, para sua subsistência. Por que ele não pode tirar um quilo de ouro para vender? Se a terra é da União, então que a União dê o título para o índio, porque nós precisamos é do título. Nós não precisamos de terra demarcada; nós precisamos de papel, do título da terra que é nossa. Nós não precisamos guardar para ninguém, nós somos donos da terra.

Nós precisamos é criar vergonha e trabalhar, porque nós somos trabalhadores. Nós precisamos criar vergonha e lutar, nós povos originários, e colocar índios aqui no Senado Federal, índios no Congresso, índio na Presidência da República, porque nunca vi um índio. Eu ainda vou me candidatar, vou colocar meu nome à Presidência da República. Daqui a quatro anos, vão ouvir falar de Cacique Adriel Kokama. Chega desse negócio. É capaz, nós somos capazes. Quando o Amazonas se uniu e colocou um Vereador, de Vereador a Senador da República, ele quebrou paradigmas. E hoje é um orgulho.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E essa caixa-preta vai se abrir hoje porque nós queremos saber o que são essas instituições que recebem milhões para fazer social dentro da sociedade indígena, dentro das comunidades indígenas. Onde elas estão? É isso que nós queremos saber. Nós não chegamos aqui pra bater papo com um, com outro. Como é que está isso, como é que está aquilo?

Não, o foco da CPI das ONGs é querer saber quem são essas ONGs que nos representam, que estão lá fora, buscando recurso em prol da Amazônia e que não contribuem nada pela Amazônia. E que falam no nome do índio. Quem são elas, é isso que nós queremos saber. Porque tem instituições não governamentais que trabalham. Eu vou dar o nome de uma no Amazonas, a instituição Ingrid Guilherme, que nunca recebeu uma emenda parlamentar de ninguém, mas está nos municípios, sabe fazendo o que, Senador Beto? Dando cursos profissionalizantes – cursos profissionalizantes.

O índio... Eu costumo dizer no meu discurso, hoje é o índio e a tecnologia, Senador Beto – o índio e a tecnologia. Sabe por que a tecnologia? Porque antigamente nós remávamos com o casco e o remo. Hoje nós usamos um motor, uma rabeta, um 3,5, um 5. Isso é feito por quem? Isso é tecnologia. Andou mais rápido. Nós temos um 40, temos um 90, trocamos o casco pela canoa de alumínio. Isso é tecnologia. Nós queremos isso. Isso é bom.

Como a Deputada Silvia Waiãpi falou, todos aqui estão na cidade, morando nos seus apartamentos, nas suas casas. Nós não queremos sair dos nossos lugares. Eu sou cacique, eu sou índio, mas eu não deixei de ser índio porque eu estou aqui, não, em Brasília. Eu coloco o meu cocar, eu coloco o meu adereço, eu tenho orgulho de ser originário, orgulho de levantar essa bandeira.

Eu estudei pra defender a qualidade de vida do meu povo. Eu estudei pra ter um progresso dentro das minhas áreas indígenas, porque eu não quero viver pedindo esmola, bolsa, bolsa aquilo, bolsa aquilo. Não, eu quero ter dignidade como todos vocês, Senador Beto, têm, de chegar no final do mês, passar o cartão no banco e receber o seu dinheiro por salário. Nós queremos ser empreendedores, empresários, capitalistas. Nós não somos, nós não queremos bolsa, nós queremos é saber dizer que nós chegamos, pelo nosso peito, pela nossa raça, pela nossa dignidade, trabalhando.

É através do progresso que nós queremos, Senador Plínio. Senador Marcio, nós queremos é o progresso, o progresso do Brasil. Nós somos o progresso do Brasil.

Já que os povos originários não podem ficar, não podem trabalhar suas terras, que são da União, então, eu convoco a todos os parentes do mundo, do planeta para nos unirmos aqui no Brasil, e nós criarmos um estado dentro do Estado, Silvia Waiãpi, porque nós podemos. Se a Constituição nos dá esse parâmetro, nós podemos criar um país dentro de outro país, porque nós somos... Dentro da Carta Magna, ela nos dá essa prerrogativa. E acabar com essa história de disse me disse.

Itália e Roma estão aí. Quando eles chegaram aqui, Senador Plínio, para nos dar espelho... Eles estão até hoje dentro de todas as áreas indígenas, com nomes diferenciados. Todos, desde quando



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegaram há 500 anos. Eles estão, até hoje, dentro das nossas áreas indígenas. Tirando o quê? Minério. Tirando a nossa riqueza, a nossa fauna, a nossa flora. Somos explorados. Chegando aqui: o que é que essa planta faz? O que é que cura? Aí nós vamos, falamos. Eles vão lá, patenteiam e colocam o remédio. E nós, aqui, nem bebendo água!

Aos parentes indígenas, eu falo para vocês agora, que estão me ouvindo no Brasil: tomem muito cuidado com carta de repúdio que vocês podem colocar aí! Tomem muito cuidado! Quem está falando é Cacique Adriel Kokama. Tomem muito cuidado com as cartas de repúdio que vocês estão colocando ou vão colocar, porque a mesma faca que vai, a espada, ela vai e volta. Quem tem telhado de vidro não joga pedra na casa do outro.

Senadores, Beto, eu viajei para chegar aqui para participar destes momentos únicos. Eu espero poder contribuir. Eu espero poder estar aqui novamente, porque o que eu quero é contribuir com um Brasil digno, de amanhã, de se viver. É isso que nós queremos, um Brasil digno de se viver. E nós não somos coitadinhos. Nós somos trabalhadores.

Eu costumo dizer o seguinte: o índio é diferente, Senador, de vocês que estão na cidade, que têm que acordar às 4h da manhã para chegarem ao local, dependendo das suas áreas, para às 8h estarem no local de trabalho. O índio trabalha acorda às 11h da noite ou à 1h da manhã e vai caçar, vai pescar. Quando chega, às 4h da manhã, ele já está trazendo a caça ou o peixe. Aí ele vai deitar e vai descansar e a esposa vai preparar aquilo. Depois, ele acorda, o almoço está pronto. Ele come e vai para a roça. Ele vai plantar. O supermercado dele ele planta, Senador Plínio, de janeiro a janeiro. Quando ele vira janeiro, já tem toda a planta. Então, ele não tem um cartão de crédito para pagar.

(Soa a campainha.)

O SR. ADRIEL KOKAMA – Ele não tem uma conta para pagar. Essa que é a questão.

Então, aí o que ele vai fazer? Vai fazer menino, porque de dia na agricultura, de noite em cima da criatura. Não tem coisa melhor – não tem coisa melhor! *(Risos.)*

Senhores, eu encerro a minha fala aqui.

Eu aguardo as perguntas e espero que ainda tenha alguns minutos para poder respondê-las.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu vou usar, de novo, a prerrogativa de Presidente, porque o Adriel falou de motor rabeta, de canoa de alumínio.

Olha essa foto aqui, que não foi tirada pelo meu pessoal, não. Foi um tenharim que me mandou. Olha essa foto lá, nos tenharins. Não sei se dá pra ler, lá atrás, eles me agradecendo por tê-los ajudado a realizar o sonho deles.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Silvia, sabe qual é esse sonho? Dezenove canoas de alumínio, com 19 motores rabeta e uma picape, porque, simplesmente, a gente estava reduzindo o tempo deles de colheita da castanha de quatro dias no remo para um dia no motor. E eu não faço isso com prazer, não. Eu faço isso com tristeza, porque olha lá a palavra que eles usam: nosso sonho! Nosso sonho, Adriel! Está lá. E era canoa de alumínio com motor rabeta. E eu faço isso com tristeza.

Por isso que a gente está aqui. A gente quer pegar não as ONGs boas, não acabar com ONGs. A gente quer pegar aquelas que se aproveitam disso, porque eles pegam o dinheiro e não fazem o que dizem fazer.

Então, o intuito da gente vai ser nesse... Me desculpe, a gente está sempre mostrando alguma emenda parlamentar, porque é para mostrar o que a gente faz com o dinheiro do povo brasileiro e a vergonha que é realizar um sonho, quando é material, o sonho de poder ser igual a nós – está aí! É isso aí e por isso que eu mostro: são os tenharins lá da Transamazônica, lá em Humaitá.

Palavra franqueada.

Silvia, Beto, Styvenson, Jaime... *(Pausa.)*

Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Primeiro, essa realidade aqui não é estranha, já falei aqui. Tenho emendas também, Senador Plínio, para as comunidades indígenas.

Há 15 dias, eu estava lá na reserva indígena WaiWái, no Município de Oriximiná. Cheguei em Porto Trombetas e fui, por cinco horas e meia de lancha, subindo o rio para poder chegar lá na aldeia. Tenho relação com os índios, conversa com os índios e acho importante ter posições, que a gente tenha posições. É democrático disputar, inclusive, eleição. Torço! Sou de um partido que tem, inclusive, secretaria para cuidar disso, para tratar disso, com indígena participando, coordenando. Nem sempre dá certo. Pra mim, também foi difícil chegar a Senador. Não é fácil um trabalhador rural pequeno, ribeirinho virar Senador da República; não é coisa simples. Mas... Eu sei que você já tentou, por exemplo, ser candidato... Já tentou ser eleito várias vezes vereador, foi candidato, na última eleição, a Deputado pelo PL, lá no estado. Então, é normal que a gente faça esse bom debate. A disputa é da democracia.

Agora, tem posições diferentes, está certo? Tem posições diferentes sobre como tratar isso, sobre como ver o mundo. Eu não acho, hoje, por exemplo, que nós estamos... Eu não quero me rebaixar ou nivelar pelo pior que tem no mundo. "Ah, porque ali eu não controlei um fogo dentro de um país..." "Senador Marcio, eu tive um problema climático num país e, agora, eu me rebaixo." Não! "Aqui é permitido fazer porque, em outro país, se faz isso." Não! Acho que nós temos que sempre trabalhar pelo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor para poder estar garantindo. E não podemos esconder que tem problemas de mudanças climáticas, que nós temos problemas hoje no mundo.

Tem questões, e aí esse foco, e aqui, sem tirar nem pôr... Já disse, inclusive aqui, que tem que trazer as ONGs todas para poder fazer a avaliação. Agora, a legislação que estabelece o que o índio pode fazer dentro da reserva indígena e o que um agricultor pode fazer foi aprovada aqui, foi aprovada pelo Congresso Nacional. É a aprovação da Câmara, do Senado. E é aqui que se muda pela regra brasileira. É aqui que se pode fazer a alteração. Fomos nós que estabelecemos. Lá, na minha região, tem áreas dos não índios, dos brancos, como é dito, que têm 80% de preservação, como se encontram áreas em que é 50%. E quais são as atividades? Fomos nós que fizemos isso aqui.

A Funai trabalha a partir da legislação brasileira. Então, se tiver que ter mudança, tem que fazer aqui, está certo? A ONG não está fazendo... Eu conheço e tenho experiência de ONGs boas, inclusive disse isso para o Senador, que trabalham essa questão e não estão lá proibindo ninguém de fazer. Agora, tem uma regra, que não é a ONG, não é a Funai... A Funai, inclusive, deve ser convidada para vir aqui e para poder explicitar isso, para que a gente não fique: "Ah, tem aqui alguém que veio me tutelar e que me proibiu de fazer isso".

Tem uma legislação, e que, se você quer, tem que vir e disputar a mudança da legislação aqui.

Eu nem em tudo no Código Florestal era a favor de tudo, mas tem coisas que eu ganhei no debate, tem coisas que eu perdi no debate, e tenho que obedecer essa regra que foi estabelecida no Código. Então, acho que essa é uma questão.

Não vamos sair imputando aqui: "Ah, a ONG tal é responsável por todos os males".

Quando nós temos uma legislação que, inclusive, precisa avançar, em muitos aspectos da legislação. Essa questão da regularização não é uma questão, como nós não estamos tratando aqui só da questão indígena na CPI, a questão da regularização fundiária, nós temos que trabalhar isso com muita força. Lá no estado eu tenho defendido isto: que a gente trabalhe com muita força. Títulos... Tem organizações que não são indígenas e querem trabalhar a regularização coletiva e outras, a individual. Que nós façamos isso. Não pode deixar órgãos, como o Incra e como a Funai, desestruturados e que não dão conta depois de fazer.

Acho que nós temos um problema hoje no mundo. Daqui a pouco, pessoal: "Ah, eu vou agora porque eu discordo de uma posição de um país tal". Tem relações comerciais, as pessoas comprem. Assim como no comércio, as pessoas comprem se quiserem comprar; se não quiserem, não comprem.

Nós temos um problema, na minha avaliação, na Amazônia de ter produtos que tenham que ter relação com aquilo que nós estabelecemos de regra do meio ambiente, de preservação e tudo. Porque senão daqui a pouco não vende. Daqui a pouco não vende.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você acha? Eu sou de uma região que produz muito dendê. A região maior produtora de dendê do país, e açaí, essa coisa toda lá da nossa região. Eu tenho dialogado, e fui um dos que ajudou, inclusive as empresas a irem para lá para poder dialogar. Mas tenho dialogado com as empresas. Comete crime ambiental: tem denúncia internacional e daqui a pouco o dendê de lá quem vai querer comprar? Como o dendê hoje é um produto para exportação, basicamente é pouca coisa que se consome aqui. É mais para exportação. Não é uma questão de mercado, é uma questão do bolso, mexe no bolso das pessoas. Então, nós temos que ter esse cuidado todo com a fala.

Eu acho que nós vamos ter que dialogar. Inclusive, eu estou conversando com o BNDES, por exemplo. Nós temos que conversar muito sobre como se aplica o recurso do Fundo Amazônia. Agora, achar que não tem que ter Fundo Amazônia? Nós estamos em um momento de reestruturação. Nós passamos quatro anos no governo brasileiro dizendo que não queria, que não tinha que ficar fazendo. Eu sou defensor de que tem que ter e nós temos que buscar recursos.

Como nós vamos aplicar e como nós vamos montar o formato para poder fazer isso, cabe, inclusive, a nós discutir. Está certo? Cabe, inclusive, a nós discutir.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com certeza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas eu não sou contrário a ter o Fundo Amazônia. Se tem alguém desviando, puna quem está desviando. Está certo? Puna quem está desviando. Mas tem que construir o Fundo Amazônia até para ajudar as populações, porque eu sei que tem projetos bons que ajudam as populações. Portanto, acho que tem essas posições. Nós temos posições diferenciadas.

Eu não vejo que é proibido você plantar e trabalhar nas reservas indígenas. Não tem essa legislação. É proibido fazer garimpagem ilegal como é feita hoje, que não deixa nadinha para o índio – está certo? –, que não deixa nadinha para o índio, não deixa nada para ninguém, porque, quando faz garimpagem ilegal, não tem carteira assinada, não tem relação nenhuma, não tem nada, não se paga imposto, não se faz nada. É ilegal, como é que tu vai fazer o procedimento?

Então, essas coisas todas nós temos que dialogar. E tem áreas fora das reservas que estão no mesmo procedimento.

Então, não avalio que... Tem atividades que são proibitivas, que a legislação proibiu, assim como não é só nas áreas indígenas, em outras áreas tem atividades que são proibitivas e que nós temos que fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O.k.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – E temos que cumprir a legislação e, se tiver alguém que queira, tem que mudar aqui, aqui é o fórum de debate, a maioria da Câmara, construir a maioria na Câmara, construir maioria no Senado para poder fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Certo.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é responsabilizando: "A ONG tal agora é o Satanás, é a que fez tudo ao contrário" – não tem isso.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Correto. Obrigado, Senador Beto.

Aqui nós temos muita disposição, muita esperança para gastar, determinação e uma única certeza: que nós vamos no final apresentar vários projetos que vão visar a dar transparência a isso.

Agora, eu posso isentar uma ONG que recebe 54 milhões e tudo que faz é ajudar o ribeirão a melhorar a qualidade da farinha do Uarini. Eu não posso isentar uma ONG que recebe 13 milhões, 14 milhões, 17 milhões e não presta conta e, quando presta, é com autodeclaração. Tudo isso com a melhor das intenções, exatamente para dar transparência. Agora, o problema, Beto, do Fundo Amazônia é que nós somos pedintes do Fundo Amazônia, e o pedinte não tem direito de escolher. E o que eles querem aqui é que a gente diga onde vai colocar esse dinheiro. Eles são bons? Querem dar o dinheiro? Que nós deem, mas deixem as comunidades decidir como esse dinheiro vai ser usado.

É isso aí. Nós estamos juntos, Senador Beto. É transparência, é melhora nisso tudo.

André, eu vou ouvir a Deputada Silvia e depois você responde.

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP. Para expor.) – Domina quem domina. Nós continuamos sendo subjugados.

Vou falar a única coisa que não é proibida recentemente, apenas fazer um contraponto, meu Exmo. Senador: a Funai revogou este ano, em meados de abril, uma normativa que facilitava ao indígena obter licenciamento do Ibama para poder produzir em suas próprias terras.

Nós temos uma experiência de sucesso que são os povos parecis, no Mato Grosso, que produzem em suas terras, que hoje podem pagar a universidade dos seus filhos sem precisar concorrer a uma cota, eles pagam as universidades, pagam os seus funcionários. No ano passado, em 2022, eles pagaram um percentual para aqueles 6 mil indígenas participantes desse projeto de agricultura, além do salário um bônus de R\$6 mil e ainda mantiveram – isso para cada um dos 6 mil indígenas. Cada um recebeu R\$6 mil de bônus e ainda guardaram R\$5 milhões para investir em pesquisa na soja negra, para que eles pudessem atuar, fazer barras de cereais, para que eles conseguissem, inclusive, combater a desnutrição em povos ianomâmis. Então, é interessante ouvi-los.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que essa licença que dá a eles essa autonomia foi revogada. Então, quer dizer que eles não mais poderão produzir em suas próprias terras? Não poderão mais ser independentes economicamente? Quer dizer, então, que agora eles terão que viver da cesta básica? Então, a quem nós estamos ajudando?

Quando nós temos tantos e tantos Senadores, Deputados Federais, representantes no Governo, no Executivo, que vieram de povos ribeirinhos, eu venho de um estado onde mais se mata crianças estupradas e jogadas num matagal, porque alguém explora a pobreza da região.

Nós temos tantos e tantos Senadores, Deputados Federais, representantes no Governo, no Executivo, que são... vieram de povos ribeirinhos, mas eu venho de um estado onde mais se mata crianças estupradas e jogadas num matagal, porque alguém explora a pobreza da região.

Nós não podemos derrubar uma árvore porque você vai ser multado. Multado por uma multa que vale dez vezes mais o valor da sua propriedade, então, aquele ribeirinho, aquele homem da floresta, ele não pode se desenvolver economicamente, aí ele vai ter que depender da cesta básica. Enquanto isso, a sua esposa vai para a estrada se prostituir por um punhado de arroz, porque alguém lá na Europa decidiu que lá no Amapá nós não podemos plantar arroz, crianças que são violadas, meninos que são violados, estuprados e jogados mortos no matagal porque o crime organizado se instalou porque alguém diz que nós não podemos produzir em nossas terras.

Criam um quesito de uma proteção ambiental para impedir que um povo alcance a sua autonomia, a sua independência, e isso tem reverberado inclusive em todos os povos da Amazônia: quilombolas, indígenas, ribeirinhos, homens e mulheres da floresta.

Organizações não-governamentais pleiteiam o tempo inteiro o controle dessa região e o único intuito é impedir que o Brasil seja uma potência e se desenvolva economicamente e explore a sua própria região e se desenvolva.

Domina quem domina! As narrativas virão sob pressão sobre este país, mas nós devemos, então, reagir como um povo que também domina a ciência, tecnologia e também o seu território.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Silvia.

Agradeço a sua participação e nós vamos programar o seu depoimento aqui. Já foi aprovado o requerimento pra que a senhora venha aqui também conosco colaborar com a gente.

Obrigado pela sua participação.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Inclusive eu levantei pro Senador Plínio pra poder falar...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Em função disso é que eu...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque tem outros Deputados que podem vir, daqui a pouco todo mundo vem aqui.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É claro, não é CPMI.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não é uma CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, exato.

Não, é uma cortesia a um representante, a uma mulher, a uma Deputada. A gente fez essa cortesia nesta sessão, mas ela vai voltar aqui como... com o seu forte depoimento.

Obrigado, viu?

Colaborou muito e vai colaborar sempre.

Tem duas falas ainda, o Senador Jaime e o Senador Marcio Bittar, que encerra.

Então, Adriel, você, nos "finalmentes", diz o que quer, está bom? E por quanto tempo quiser.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Senador Beto, quero dizer pro senhor o seguinte, realmente, igual você falou, as dificuldades que você teve pra chegar aqui...

E dizer ao líder indígena, o Adriel, que ele está hipercerto, tem que se candidatar mesmo, tem que... os indígenas têm que ter mais lideranças aqui pra eles opinarem também sobre o que eles podem fazer em suas propriedades, em suas terras, que são legítimas deles, não são do povo brasileiro, são dos primitivos, são realmente dos indígenas.

E dizer pra você, Senador Beto, que, igual a você que teve dificuldade pra ser Senador da República, eu, na condição de empresário, produtor rural, também nunca fui político e cheguei à Senador da República eleito pelo setor produtivo do Estado de Rondônia, pelas pessoas de bem, pelo povo trabalhador e pelo povo que queria, que espera e que almeja alguma mudança neste país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E você sabe que aqui muitos políticos ainda estão na lei da vantagem, na Lei de Gerson, querem só ter a vantagem pra si mesmos, e nós temos que acabar com isso neste país, porque vocês viram que nós tivemos o maior sistema de corrupção do país, da história deste país, e tudo foi por água abaixo. Tudo foi por água abaixo, nós não vemos... tudo o que foi feito nos últimos quatro, cinco anos sobre a corrupção, de seis anos pra cá, tudo foi por água abaixo, por isso essa investigação das ONGs.

E, digo mais, Senador Beto, realmente é o Congresso, é o Senado que tem condição de fazer essas mudanças e nós precisamos nos debruçar, sim, pra dar direito aos indígenas sobre as propriedade deles, porque nós não podemos... eles... ninguém, nem as próprias áreas de preservação e muito menos os indígenas podem ficar recebendo essas migalhas que esses países lá de fora querem trazer pra nós aqui e ser totalmente organizados e administrados por essas ONGs, que nós não sabemos e precisamos saber realmente, sim, pra onde está indo esse dinheiro, de que forma estão sendo gastos esses valores, e quem realmente está sendo beneficiado com esses valores, porque é muito triste você chegar e ver o seu povo e o nosso povo indígena sem direito a nada, e ele não tem direito realmente a nada.

E eu vou entrar, sim, com um projeto. Eu vou entrar com um projeto no Senado para que os indígenas possam ter direito, sim, de fazer a exploração de minério, de fazer plano de manejo florestal pelo menos em 25% das propriedades. Ninguém quer que eles façam de imediato em 50%, 60% das terras indígenas, mas pelo menos em 25%, por quê? Automaticamente, fazendo o projeto de manejo, as terras já vão ficar protegidas, e eles vão ter o direito de desfrutar de um ganho daquilo que está lá, que a natureza está lá, e sem, digo mais, destruir a natureza, e as matas vão ficar de pé.

Nós precisamos trabalhar, Senador Beto, Deputada Silvia, para que os indígenas sejam os legítimos proprietários de suas terras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e, em seguida, o nosso convidado Adriel faz as suas considerações finais.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom, eu quero cumprimentar os convidados, dizer aqui do orgulho que tenho e que sinto de ouvi-los e, também, da felicidade de ver a convergência de ideais.

Eu também sou um brasileiro que me incomoda profundamente, e é por isso que esta CPI tem uma tarefa importantíssima, não só para a Amazônia, mas para o Brasil inteiro, então, eu me incomodo muito com a suspeita de que se montou um circo em torno da questão da Amazônia, e os atores que estão decidindo por ela falam na preservação das comunidades indígenas, falam da preservação dos ribeirinhos, falam da preservação dos extrativistas, dos colonos, mas isso parece que é apenas um discurso, porque a prática é outra.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se tem uma coisa que é irrefutável é que, há mais de 40 anos, se gasta dinheiro em seminários, em encontros nacionais, internacionais, e aí tem ONGs envolvidas, e a pobreza na Amazônia só aumentou.

Eu sou um paulista de nascimento, mas represento, com muito orgulho, o Acre. E, se tem um estado – não o único – que teve a possibilidade de experimentar uma tese, essa tese de que a floresta em pé dá mais lucro do que o pasto, do que a lavoura, do que a agricultura, do que a estação de minério; se tem um estado que teve essa oportunidade de provar isso, é o Acre, terra nativa da ex-Senadora, hoje Deputada Federal, Marina Silva, terra natal do Styvenson, que nós emprestamos pra ser Senador do Rio Grande do Norte.

O Acre é tão enjoado que mandou um acriano lá pro Rio Grande do Norte: "Vá ser Senador lá e se some a nós", aí nós temos quatro Senadores da República.

E essas teses não foram comprovadas; ao contrário, todas as manchetes do Acre dão conta que o estado empobreceu mais ainda, se tornou mais violento ainda.

Então, eu quero cumprimentar vocês, que tiveram a coragem de estar aqui na CPI, enfrentando alguns preconceitos e quero dizer o seguinte: de fato, há uma legislação com a qual eu não concordei, essa legislação do Código Florestal eu não concordei nunca com ela, desde que ela foi feita. Chegaram a números chutados. Por exemplo, eu sempre disse isto: que estudo, que base, quais foram os estudos que embasaram você determinar que, na área rural da Amazônia, 80% não se pode trabalhar. Que dados são esses? Não tem. Podia ser 80, 70, 30, 40, é um chute.

Como agora a Ministra Marina chegou a dizer um dia desse que, quando nós chegarmos a 20% de desflorestamento da Amazônia, estará ultrapassado o sinal e que não há mais retrocesso, não há mais volta; se chegarmos a 20%, a Amazônia vai se desertificar. Baseada em que dado, em que informação? De onde se tirou isso? Será que é da mesma cabeça que disse lá fora que nós temos mais de 120 milhões de pessoas passando fome no Brasil?

Mas eu concordo que há uma legislação que precisa ser alterada, que precisa ser flexibilizada. Agora, além disso há o que nós podemos chamar de uma manipulação da própria lei. Por exemplo, mesmo dos 20% que sobraram para a propriedade particular da Amazônia, você não consegue licença. Na questão dos índios, se você pegar a Constituição – eu fiz questão de solicitar –, já está dito aqui:

§1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios [isso é a Constituição brasileira] as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

E aqui no §3º, já está dito na Constituição:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Ou seja, a lei brasileira já permite, se eu for pegar a letra fria da lei, ela permite. O problema é, que assim como eu citei o caso do Acre, agora há pouco aconteceu no Amapá.

A verdade é que, via de regra, alguma ONG, geralmente financiada por recursos externos, pressão externa, entra na justiça e o Ministério Público não tem o poder de proibir, mas tem o poder de criar uma série de obrigações que, na prática, torna impossível que ele use aquilo que a lei está dando.

Então, você tem uma legislação criada, da qual eu discordei, eu estava aqui na época, eu votei contra, mas é a lei que existe e, de fato, a Polícia Federal, o Ibama, vai lá multar e, muitas vezes, eles estão com a lei, é a regra que foi aprovada pelo Congresso Nacional, e aí, nesse caso, a luta de fato é aqui para alterar, para flexibilizar, mas também há a não possibilidade de cumprir parte do que a lei já diz. E a lei já diz, a Constituição já diz, que os índios teriam o direito, sim, de explorar as riquezas minerais que tem na sua terra. Mas a Funai não se posiciona, o processo não chega a Brasília, não chega ao Congresso Nacional para que a gente possa votar.

Então, provavelmente, nós teremos que aperfeiçoar, para que isso que está na lei, para que isso que o Constituinte brasileiro disse de forma clara – mas que parece que não ficou tão claro assim para algumas autoridades –, possa ficar.

Quero terminar agradecendo ao Beto, desculpa, agradecendo ao Plínio o privilégio de me convidar para poder participar, como Relator, desta CPI; quero agradecer aos colegas Senadores, todos eles, os que estão presentes, os que estão participando virtualmente; e a todos vocês.

E tornar a dizer, Plínio, a confiança que você depositou em mim, conte comigo daqui até o final, para que a gente elucide as dúvidas que pairam sobre a Amazônia. Para mim, eu tenho uma convicção. A convicção é de que não é possível... não é possível nós continuarmos sendo palco de tanta discussão, de guardiões de um tesouro universal vivendo miseravelmente, como hoje nós vivemos na Amazônia. Essa, para mim, é a constatação.

Parabéns, Adriel, muito obrigado pela sua presença, na sua pessoa, eu agradeço e digo que me sinto muito honrado com a presença de todos vocês que estão aqui hoje, e com coragem.

O Styvenson fez uma pergunta, eu não sei se foi bem entendida. Eu acho que estar aqui demonstra coragem, porque as forças que movem dezenas e milhares de pessoas, financiadas por capital externo, com pressão externa, são muito grandes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos nos estados, por exemplo, muitas ONGs fazendo convênios com as secretarias estaduais de meio ambiente, e sempre, quando você vai ler o convênio, elas estão lá exigindo um pedaço a mais da soberania nacional brasileira sobre a Amazônia nacional. Então, por isso, tem que ter muita coragem para vir aqui. Porque eu acho, viu, Styvenson, que retaliação tem sim. Para começar, essas pessoas que aqui estão têm pouquíssimos lugares no Brasil em que elas são convidadas para dar o lado da versão delas.

Muito obrigado a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Cacique Adriel, as considerações finais, fique à vontade, já lhe agradecendo.

O SR. ADRIEL KOKAMA (Para expor.) – Obrigado, Senador Plínio.

Senador Marcio Bittar, eu estou honrado a nosso deus Tupã por nos trazer até aqui. A todos que estão presentes à mesa, a todos que estão aqui – Senador Beto, é satisfação te conhecer –, a todos vocês, levem um abraço aos seus parentes, aos nossos parentes daquela região e, especialmente, ao seu partido, ao seu grupo partidário-político, como você colocou aí.

A respeito de eu ter me candidatado, eu já me candidatei e vou continuar me candidatando, porque o homem nunca para de sonhar, não é? Um dia a gente chega lá, isso é fato. Então, independente de qualquer partido, nós temos que nos candidatar e estar dentro do páreo, isso é importante.

Quem vai julgar é as urnas, é o povo brasileiro, é a nação brasileira, é o nosso estado, é o nosso município, onde tem outro relato: que um líder comunitário do Morro da Liberdade se tornou Prefeito da cidade de Manaus, da capital, onde é o Amazonas. Por isso, a gente tem que sonhar e ousar sonhar e lutar.

Senador Beto, o senhor falou a respeito da mineração. Todos estão falando, criticam, falam, etc. Eu quero trazer um ponto a respeito da mineração: de que Roraima e Amazonas, Senador Plínio, têm os waimiri atroaris. A reserva ali corta... A 174 corta. E lá dentro, próximo da reserva, chama-se Mineração Taboca. Eu tenho 44 anos de idade. Eu creio que ela já estava lá, porque eu ouço essa Mineração Taboca desde quando era pequeno. E é bom chamar eles também aqui, porque eles estão dentro de uma área indígena e eles estão tirando minério legalizado, Senador Bittar. Como é que eles estão legalizados e a gente não consegue ser legalizado, nós originários, que estamos em cima da terra?

Você fala do ouro, todo mundo critica o ouro, porque o nióbio vai contaminar o solo, etc. O mercúrio vem da Terra, ele não vem de Marte. Como uma certa pessoa, uma pessoa disse que ia catar o vento para vender o vento. Eu acho que é daí que estão gerando essas situações, não é? Um certo político comentou que ia estocar o vento, que é para ver, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ou seja, são coisas mirabolantes que fazem e todo mundo aplaude, ninguém crítica, e nós originários precisamos estar sofrendo até o dia de hoje, numa coisa que é nossa.

E aí o senhor fala também, Senador Beto, Excelência, que tudo é tratado dentro do Parlamento. Se é tratado no Parlamento – está aí, Amazonas; está aí, Manaus; está aí, Brasil –, vamos eleger índios agora, porque aí a gente vai mudar esse contexto e vamos ter um dia de amanhã melhor.

Então, vamos para o fundo amazônico. Já teve o fundo amazônico um tempo atrás, Senador Plínio. Eu não sei se o senhor está lembrado que teve que... Eu gostaria que estivessem esses dois Senadores do meu estado aqui, porque eu tinha umas perguntas a fazer a eles. Porque, quando eles foram Governadores, um deles foi aos Estados Unidos, fez o maior *lobby*, maior controvérsia dentro das mídias, nas redes das emissoras, etc., de que vinham recursos milionários pra Amazônia, em especial pro Amazonas – ele era Governador do estado –, e que todo mundo que preservasse a floresta ia ganhar o Bolsa Floresta. O senhor está lembrado, Senador Plínio?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ADRIEL KOKAMA – Aí sabe quanto foi que chegou – aí todo mundo se animou, igual, como agora – ao Fundo Amazônia? Trilhões, bilhões de dólares estão chegando! Aí todo mundo lá na ponta animado. Cuidado, parente, pra não comerem a mente de vocês, ribeirinhos, amazônidas, porque essa conversa, essa novela já passou; ela está só se repetindo. Aí, quando chegou na hora, Senador Beto, o *lobby* se tornou R\$50 pra cuidar da Amazônia.

Eu concordo com cuidar da Amazônia. Mas, se me derem um salário, pra cada pai de família, ribeirinhos e amazônidas e amazônias, os amazônidas, R\$20 mil. Está aqui a proposta que eu coloco pra vocês. Cataloguem cada um deles, os amazônidas, ribeirinhos, índios, negros, pardos, quilombolas, e coloquem, pra cada um deles que estão lá, R\$20 mil na sua conta pra eles preservarem a natureza. Porque, com certeza, eles vão comprar um barco; eles vão melhorar suas casas lá; eles vão cuidar da floresta; eles vão cuidar da onça pra vocês; eles vão cuidar das cobras, das antas, dos macacos, para os europeus, ou quem quiser ir lá, passarem 24 horas ou uma semana tirando foto, sorrindo... Lindo, maravilhoso isso! Cadê que ele fica lá?

Eu estive em Brasília uma época, aqui, alguém falou para mim: "Você tem que, cacique, preservar a natureza! Você tem que lutar pelos seus direitos, pela Amazônia! Tem que preservar a Amazônia!". Eu falei: "Legal. Onde a senhora mora?". Aí ela disse: "Na Asa Sul", Senador Plínio, na Asa Sul, aposentada. Eu falei: "Eu vou fazer o seguinte com a senhora: a senhora vai passar um mês lá na minha aldeia, e eu vou passar um mês aqui na sua casa na Asa Sul. Me dê a chave do seu carro – que era um carro muito bem luxuoso –, e eu vou cuidar da sua casa, e a senhora cuida da minha por 30 dias. Vamos fazer esse socialismo?". Aí ela falou: "Não, cacique. O senhor é antidemocrático!". Olha a palavra que ela usou! *(Risos.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, só porque eu comentei isso. Quer dizer, que a minha mente está aberta, e eu consigo ver, eu consigo enxergar que um relógio pra eu ver as horas é melhor do que eu ficar me baseando pelo sol. Eu sou uma pessoa diferente, eu tenho que ficar isolado.

Então, senhores, eu fico muito feliz por estar aqui na CPI das ONGs. Agradeço ao Senador Plínio Valério por abrir e puxar isso. É uma honra! E ele hoje está cumprindo com o dever no Amazonas, quando ele colocou a proposta de campanha, quando ele colocou pro Brasil que iria colocar, abrir a caixa-preta. E, hoje, a todos os Senadores que estão acompanhando: Senadores, muito obrigado por ter ouvido de vocês que vão intensificar o que está na Carta Magna, porque está aí, pra que nós possamos ter voz e vez, pra que nós possamos ter dignidade. O que nós queremos é dignidade – dignidade. É isto: nós queremos ter dignidade de viver, de criar nossos filhos, de dar uma educação pros nossos filhos, de cuidar dos nossos filhos.

Senhores, eu estou aqui; daqui a pouco, eu vou estar na minha aldeia. Eu posso ir pra um *shopping*, eu posso entrar num carro, eu posso dirigir um carro, eu posso andar vestido, eu posso usar um perfume, da mesma forma que eu posso ir lá pro meu Amazonas, lá pra minha aldeia, ficar de calção. Isso não me faz menos índio, mais índio. Isso só me faz um homem feliz e ter dignidade de poder trabalhar e dizer: eu comprei esse arroz e essa farinha com dignidade, eu estou plantando e vendendo com dignidade. É isso que nós queremos.

Se as instituições estão aí pra fazer o social, que elas façam o relatório de quais são as aldeias em que elas estão, porque, lá no Amazonas, são mais de 300 mil índios. Em São Gabriel da Cachoeira, a população é de mais de 41 mil pessoas, e lá tem mais de 500 ONGs registradas, Senador Beto. Num município pequeno, onde vão estar toda essas ONGs? Imagine se ali está... E o Amazonas é grande demais.

Então, senhores, que a CPI das ONGs possa apurar, possa trazer soluções pra nós amazônidas, que estamos lá atrás, lá em cima no norte, como vocês chamam. Nós queremos é ter uma dignidade e privilégio como vocês. Nós não queremos... Nós não vamos deixar de ser índios, nós não vamos deixar de ser povos originários, nós não vamos deixar de cultuar nosso deus Tupã, nós não vamos deixar de tomar o nosso caxiri, nós não vamos deixar de fazer nenhum ritual. Vamos continuar fazendo nossos rituais, mas com dinheiro no bolso, com a dignidade que todo pai de família quer, que todo trabalhador quer, que todo homem quer, toda mulher quer – dignidade.

Vocês hoje estão aqui porque estudaram, lutaram, seus pais batalharam pra que vocês tivessem estudos. E hoje vocês estão aqui, estão Senadores da República, assessores. Esta Casa está aqui, porque alguém lá atrás trabalhou por vocês. E hoje vocês estão aqui.

Nós, Cacique Adriel Kokama, os outros líderes que estão e outros que virão pra serem ouvidos estamos lutando pela nossa dignidade para que os nossos filhos amanhã tenham voz e vez e que amanhã eles possam ter uma educação diferenciada ou uma educação complementar, mas que não perca a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essência, porque nós indígenas, povos originários, trabalhamos a nossa passagem de pai pra filho: foi assim, foi assim, foi assim.

Hoje eu continuo fazendo a caminhada de Ajuricaba, que preferiu se jogar às margens do Rio Negro pra que ele pudesse levantar esta bandeira. E nós povos originários de movimento queremos uma qualidade de vida melhor, porque o nosso parente nos trouxe dignidade e nós queremos dignidade pros nossos filhos. Nós não queremos guardar riqueza pros nossos filhos, não. Nós queremos comer essa riqueza hoje e dar uma qualidade de vida pros nossos filhos amanhã.

Muito obrigado. (*Expressão em língua indígena.*) a todos. Senador Plínio, que Tupã, Deus, te abençoe, a toda a sua Comissão que aí se entrega, que trabalha, à Casa. Eu quero agradecer a todos os funcionários, ao faxineiro, ao pessoal que fez o café e serviu a água! Muito obrigado. (*Expressão em língua indígena.*) a todos! Que Deus abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Cacique Adriel.

Agradeço ao Beto, ianomâmi, ao Valdeci Baniwa, ao Adriel Kokama.

Eu quero, antes de encerrar, atendendo a um pedido do Senador Confúcio, submeter ao Plenário – ele esteve aqui daquela vez e pediu – a inclusão dos Requerimentos nºs 81 e 82, de 2023, do Senador Confúcio Moura, como itens extrapauta.

O primeiro, que recebe o nº 81:

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 24

Requerimento Nº 81/2023

Convida representante do Tribunal de Contas da União para prestar informações sobre a fiscalização dos recursos do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

O segundo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 25

Requerimento Nº 82/2023

Convida representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para prestar informações sobre as conclusões da auditoria do Ministério do Meio Ambiente que deu origem à auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), bem como sobre o resultado das análises e providências adotadas pelo BNDES na gestão do Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Confúcio Moura

Coloco em votação os requerimentos.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de finalizar, eu quero passar um recado, e a gente – eu acho que da metade pro fim – começou a passar direto. Teve depoimentos sempre nesse sentido aqui: a pessoa vem e fala; ela fala por si, por sua etnia, fala pra quem quiser. A gente só quer dar voz aos invisíveis.

Quero dizer ao povo brasileiro, a você brasileiro, a você brasileira, mais uma vez: esta CPI não é pra demonizar ONGs; esta CPI não é contra o Governo Federal; ela é contra aqueles que de forma hipócrita se aproveitam do abandono – eu prefiro chamar "do abandono" – dos indígenas, dos ribeirinhos, para com isso angariar dinheiro em nome da Amazônia e viver de forma nababesca.

Um sistema desses é muito grande, Jaime. A coisa é muito pesada. As grandes empresas transnacionais de carvão, de energia, de gás, de petróleo financiam alguns fundos, jogam bilhões de dólares nesses fundos. Esses fundos traçaram uma agenda global – essa agenda global de que o Marcio falou que não sabe de onde vem – e passam pras ONGs grandes, que passam pras médias, que vão pras pequenas. As ONGs que aparecem são simplesmente tentáculos desse projeto grande. Não é devaneio, não é viajar em maionese, não é teoria da conspiração. Essa gente já emparelhou, já aparelhou toda a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Está aparelhada: eles têm militantes, Ministério Público Federal, estadual, Supremo, Superior, televisões, jornais; eles capturaram estudantes de Geologia, de Direito, de Comunicação, levavam pra fora; eles criaram heróis condecorados em nome da Amazônia; eles fizeram de tudo, e nós estamos realmente aparelhados.

Presidente do país que pensa que manda na Funai e no Ibama – não só o que aí está, não só o que saiu, mas os outros –, há um movimento tão grande que eles controlam há muito tempo a Funai e o Ibama. Por isso, essas dificuldades todas que a gente tem.

Eu aproveito, Marcio, a benção de ser Senador da República, de poder estar Senador da República e fazer esse desabafo e abrir essa caixa-preta. Vamos conseguir? Imagina só o Senado da República brasileiro acabar com essas coisas das ONGs, que são muito... Não! Não! Eles são muito poderosos, mas não são tão poderosos ao ponto de nos amedrontar. Nós não temos medo de colocar a caixa-preta aberta. E é isso que a gente vai fazer e, no final, apresentar leis que possam aperfeiçoar e dar transparência aos recursos que eles, de forma bondosa, nos colocam, mas dizendo, nos impondo o que fazer.

Nós amazônidas precisamos de ajuda, companheirismo, parceria; só não precisamos que nos digam o que fazer, porque nós sabemos o que fazer. A Amazônia está preservada. O meu estado, o Amazonas, Senador Styvenson, está preservado em 97%. Nós sabemos o que fazer. Então essa é a luta.

Mas o Adriel, numa mensagem, falou aí de possível carta de repúdio. Eu devo dizer, não só opor... O Amazonas já me conhece; o acriano conhece o Marcio; o de Rondônia conhece o Jaime; o do Rio Grande do Norte conhece o Styvenson; o do Pará conhece o Beto. O homem público que se diz homem público não pode temer injúria, calúnia e difamação; senão, ele não é homem público, não tem como.

E a luta que a gente trava... Ah, mas eu vou perder. Não tem problema. A glória está pro guerreiro na luta, no caminhar e tentar. É o que nós vamos fazer aqui. O Brasil vai tomar conhecimento, sim. Nós vamos trazer ONGs aqui que vão ter que explicar, sim, por que pegam dinheiro, em nome da Amazônia, dos índios, dos ribeirinhos, e não dão pra eles; por que pegam dinheiro, em nome da Amazônia, e vão viver nababescamente em outros países. Eles terão que responder. É simples o que a gente vai fazer aqui. Qual é o nome da sua ONG, fulano de tal? Já pegaram algum dinheiro? Já. Quanto? De quem? Por que e o que fizeram com esse dinheiro? Somente isso.

Não vamos demonizar, mas também não vamos absolver e passar a mão na cabeça desses hipócritas, desses ladrões que se aproveitam de nossa desgraça.

Agradecendo a Deus e a presença de todos, desejo paz de Cristo a todos e até a próxima.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 26 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e quinze minutos do dia quatro de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 83 de 2023** que : "Convida os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 018.242/2017-0, assim como da elaboração do acordão a ele relativo, de nº 2147/2018-TCU-Plenário, e os técnicos que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 020.974/2019-1, assim como da elaboração do acordão a ele relativo, de nº 71/2020-TCU-Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 84 de 2023** que : "Requer sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, informações sobre compras de terras em larga escala." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 85 de 2023** que : "Requisita Servidor da Receita Federal" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Oitiva. Finalidade:** Oitivas. Oitiva do Marcelo Norkey Duarte Pereira, em atendimento ao requerimento 37/2023; do Miguel dos Santos Correa, em atendimento ao requerimento 6/2023; do Luciene Kujãesage Kayabi, em atendimento ao requerimento 1/2023. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/07/04>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira parte será a deliberação de requerimentos e a segunda parte teremos oitivas.

Antes de passar para a primeira parte, eu queria agradecer aos assessores, a todos que comparecem aqui e aos que estão nos acompanhando pelo YouTube, e explicar o porquê de a gente continuar esta terceira sessão no ritmo da anterior.

Nós enviamos quase 60 requerimentos, as informações ainda não chegaram, estamos esperando que cheguem para que possamos passar às oitivas. Enquanto isso, a gente pretende continuar mostrando ao brasileiro e à brasileira a outra face da moeda, a realidade daqueles que nós chamamos de povos da floresta invisíveis: aqueles que as ONGs não defendem nem representam, para que o Brasil tome conhecimento para que, quando a gente começar as oitivas com representantes dessas instituições e de ONGs, o Brasil possa saber do que eles estão falando ou não falando. Essa realidade cruel que nós mostramos aqui no primeiro minuto, vamos continuar com isso, dando palavras aos invisíveis.

Quero agradecer por terem nos ajudado a furar esse bloqueio, e há um bloqueio muito grande, na realidade, uma tentativa de fingir que a CPI não existe. Eu queria fazer agradecimento aqui, sim, porque, graças às redes sociais, a gente conseguiu já o primeiro objetivo, que era chamar a atenção do Brasil para esses invisíveis. Só de entrevistas para influenciadores, para programas, a gente já conseguiu falar, naquela hora, ao vivo, acompanhando, para cerca de 5 a 6 milhões de pessoas, ou seja, não adianta *Veja*, *Globo*, *Folha*, *Estadão*, *Correio Braziliense* fingirem que não existe. A CPI existe, sim, graças a vocês que vêm prestigiar e a essa turma que está ajudando.

Sistema Jovem Pan, estivemos lá no programa Direto ao Ponto e eles têm dado cobertura; sistema Band, estivemos no jornal, ao vivo; e no programa AgroMais, aqui de Brasília. A *Revista Oeste*; a TV Encontro das Águas, do Amazonas; a Rede Amazônica; os influenciadores do YouTube – a Bárbara, que tem o canal *Te Atualizei* –; o canal Amazônia Azul; o canal Um Pingo de Liberdade, do Fernão Lara Mesquita e do Coronel Gerson Gomes; o Kim Paim, no canal do YouTube; o canal das Divas da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Opressão, que são a Steh Papaiano e a Paula Marisa; a Flavia Ferronato; e o comandante naquele programa A Arte da Guerra. Nós estamos, com certeza, pelo menos com esse pessoal, atingindo mais de 10 milhões de pessoas, que estão sabendo como é que os índios são tratados no Brasil e na Amazônia.

No dia 11, na próxima sessão, antes do recesso, virá o ex-Ministro da Defesa Aldo Rebelo que virá aqui expor a sua tese, a sua explanação. Ele está peregrinando pelo país todo, mostrando que essas ONGs se tornaram um terceiro poder já.

E me parece que a gente vai ter recesso – está oficializado, Márcio, o recesso? –, mas isso a gente informa depois, se realmente acontecerá o recesso.

Passamos à primeira parte, deliberação dos requerimentos constante da pauta.

Tem um, dois, três requerimentos.

Eu vou passar para a votação dos requerimentos em bloco.

Nos termos do art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89, inciso I, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, proponho a votação em bloco de todos os requerimentos constantes da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 83/2023

Convida os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 018.242/2017-0, assim como da elaboração do acordo a ele relativo, de nº 2147/2018-TCU-Plenário, e os técnicos que participaram do exame de dados relativos ao processo nº TC 020.974/2019-1, assim como da elaboração do acordo a ele relativo, de nº 71/2020-TCU-Plenário, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região amazônica.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 84/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer sejam prestadas, pelos cartórios de registros de imóveis das comarcas de São Gabriel da Cachoeira, Autazes, Coari, Santa Isabel do Rio Negro, Barcelos e Novo Airão, informações sobre compras de terras em larga escala.

Autoria: Senador Plínio Valério

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 85/2023

Requisita Servidor da Receita Federal

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Temos o quórum de oito.

Se alguém estiver acompanhando e quiser... o nosso Relator.

Coloco em votação o requerimento constante da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, então aprovados os três requerimentos.

Só para esclarecimento, deixa eu ver aqui o terceiro... Convido os técnicos do Tribunal de Contas da União que participaram... Ah, sim, a decisão dos dados relativos aos processos. Esse aqui nós estamos chamando os técnicos que orientaram o Ministro do Tribunal de Contas da União a fazer o relatório "x", e estamos convidando os técnicos que orientaram o outro ministro a fazer o relatório "b", pois eles são antagônicos. Então, a gente quer saber o que levou um técnico a perceber que não tinha nada e o outro a perceber que tinha tudo.

Requer que sejam prestados pelos cartórios de registro de imóveis das comarcas São Gabriel da Cachoeira, Autazes e Coari. Nesse aqui, nós enviamos o requerimento pedindo informações aos cartórios, mas a palavra ONG seguiu, e eles informam que não tem nenhuma ONG registrada, não tem ninguém. Então, a gente está refazendo, requerendo que eles nos informem, em cada município desses, os latifúndios – pessoas físicas ou jurídicas que detêm grandes tamanhos de posse de terra.

E o terceiro, cadê? Está aqui... está me faltando... requisitando um servidor da Receita Federal para nos acompanhar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Dr. Hiran, seja bem-vindo, estamos iniciando aqui, hoje, com mais oitivas.

Então, Senador Dr. Hiran, vamos dar continuidade com as oitivas daquele pessoal que a gente chama de invisível. As informações ainda não nos chegaram, daqueles 60, 60 e poucos requerimentos. Quando chegar, então iniciaremos as oitivas dos depoentes. Por enquanto, nós estamos convidando esse pessoal a vir aqui.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Marcelo Norkey à mesa. O Marcelo nos procurou, pois ele tem muita coisa a relatar sobre o que está acontecendo no interior do Pará sobre a questão relacionada ao Ibama.

Nelsinho, que prazer estar com...

E ele tem muito a nos relatar. *(Pausa.)*

Então, Senador Dr. Hiran, vamos dar continuidade com as oitivas daquele pessoal que a gente chama de invisível. As informações ainda não nos chegaram, daqueles 60, 60 e poucos requerimentos. Quando chegarem, então iniciaremos as oitivas dos depoentes. Por enquanto, nós estamos convidando esse pessoal a vir aqui.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Marcelo Norkey à mesa. O Marcelo nos procurou, pois ele tem muita coisa a relatar sobre o que está acontecendo no interior do Pará sobre a questão relacionada ao Ibama.

Nelsinho, que prazer estar com...

E ele tem muito a nos relatar.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA *(Fora do microfone.)* – Bom dia. Bom dia a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Marcelo, já vou te passar. Está bem, irmão?

Eu passo a palavra ao Relator, Marcio Bittar, para que faça um resumo das atividades. E em seguida eu passo para você, Marcelo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu quero apenas cumprimentar o Presidente, a todos que estão aqui presentes, nossos colegas Senadores, e deixar a fala já com o convidado, que aí, sim, é o que nos interessa ouvir.

Sr. Presidente, estou satisfeito com a aprovação dos requerimentos, passo a palavra para o convidado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Que fique bem claro, o Sr. Marcelo está aqui como convidado. Hoje nós temos três convidados aqui, portanto, se alguém quer se apressar com outra coisa, que fique bem claro: eles são nossos convidados.

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Bom dia. Bom dia a todos.

Eu quero cumprimentar o Senador Plínio, agradecer esse nosso convite para dar esse depoimento ao Relator, Senador Marcio Bittar; o Senador Hiran, que também está aqui, de Roraima. É difícil que a gente tenha esse espaço.

Cumprimentar as mulheres, como a Deputada Silvia Waiãpi, e todas as que estão presentes;

Cumprimentar os moradores, produtores da Terra do Meio, que estão nos assistindo; os moradores lá, também, da BR-163, que estão sofrendo também com essas situações que nós vivemos na Amazônia, que é o nosso paradoxo amazônico.

Cumprimentar todos do Estado do Pará, da Amazônia e do Brasil;

Essa é uma oportunidade que eu acho ímpar para nós, da Amazônia, termos voz e vez. Sempre que se fala em Amazônia, sempre falta um ator nessas falas, nos webinários, nos discursos, nas comissões, nas viagens, que é a pluralidade amazônica. A Amazônia tem 27 tipos de biomas e sub-biomas, mas ela tem muito mais culturas, pessoas, realidades – não é isso, Deputada Silvia? Não somos só uma Amazônia, não somos só a Amazônia, o bioma amazônico. Nós somos 29 milhões de pessoas e 29 milhões de realidades e universos diferentes.

Então, essa oportunidade que o Senador Plínio e o Senado Federal estão nos proporcionando é muito importante. A gente só tem a agradecer.

Eu me chamo Marcelo Norkey Duarte Pereira, moro na Vila Canopus, no Município de Altamira, na Terra do Meio. Lá, existe uma comunidade muito antiga. Nós somos a última vila da estrada Trans-Iriri, que começa na PA-279 e acaba nas margens do Rio Iriri. Então, eu venho de lá, venho dessa região.

Eu sou Conselheiro – faço parte, sou membro – do Conselho Gestor da APA Triunfo do Xingu; fui conselheiro muito tempo, também, da Estação Ecológica da Terra do Meio, desde a criação do Conselho Gestor, em 2012; sou Conselheiro Ambiental da associação agropecuária aqui da Terra do Meio, a Xinguri; sou Vice-Presidente da Finama; também sou formado em Gestão Ambiental, com especialização em Gestão Estratégica de Carbono.

Então, eu estou lá na Amazônia, produzindo e tentando transformar realidades, não só as minhas, como as locais.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pra começar, eu gostaria de mostrar um pouquinho da realidade da Terra do Meio e as vítimas das criações de unidades de conservação de forma irresponsável, de forma equivocada e de forma totalmente incoerente com a lei, que é o Snuc, o Sistema de Unidades de Conservação.

Eu vou me basear aqui, Senador Hiran, nestas questões: a cultura produtiva da minha região e o modelo de criação de unidades de conservação dos anos 2000, praticamente, para cá, que tem o desequilíbrio nesse processo causado pelas ONGs não só nas unidades de conservação, mas também nas legislações ambientais, na implementação, no trabalho e na vida de todos os produtores e moradores da nossa Região Amazônica.

Eu tenho um vídeo para mostrar para vocês da pequena Patrícia. Eu vou mostrar para vocês o que aconteceu com a Patrícia e por que ela está nessa situação.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Bem pessoal, essa aí é a realidade dos ribeirinhos da Estação Ecológica Terra do Meio, uma das principais estratégias de contenção do desmatamento que as ONGs costumam chamar de arco do desmatamento. Esses aí são vítimas, são vítimas dessa política ambiental.

Hoje, a gente não sabe nem que palavra pode usar ou não, a gente não sabe, mas ali é como se fosse uma câmara de gás verde. Como a Deputada Sônia já falou, essas pessoas aí foram arrebatadas por essa política ambiental que a gente chama de política ambiental da caixa vazia. O que é a caixa? Quando a gente compra um produto de outro país, a gente espera chegar, a gente fica ansioso e, quando a gente abre aquela caixa, não tem nada dentro. Essa é a política ambiental apoiada pelo Governo brasileiro.

Se mandam recurso para cá – internacional –, esse recurso não chega para a mãe da Patrícia, que é a D. Zefa. Não se consegue levar alimento para eles, porque, infelizmente, no Brasil e no mundo, o que nós da Amazônia vivemos o satélite não vê, porque o satélite vê as nossas queimadas, vê o desmatamento, vê as estradas, mas não vê a nossa realidade.

O algarítimo, Senador Plínio, não consegue calcular a realidade das pessoas da Amazônia, mas essa é a realidade. Então, aquela caixa que foi paga pelos fundos internacionais para criar o mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio, que é um dos maiores do mundo, está vazia.

Depois disso, a degradação social, a pobreza, a miséria só vêm aumentando, porque, infelizmente, do jeito que está, quanto mais floresta é mais pobreza. A floresta é um fomentador da pobreza e da miséria. Essa é a realidade da Terra do Meio. É a realidade do povo nordestino na Caatinga. É a realidade daquele caboclo que vive no Cerrado ou que vive em qualquer lugar da Amazônia e do mundo. O IDH é muito baixo. O Amapá tem um dos piores IDHs do Brasil e é o Estado que mais tem floresta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dizer que floresta, bioeconomia vai trazer resultados socioambientais e econômicos sustentáveis para as populações isso é utopia. Pode trazer rendimentos, riquezas para alguns, mas, para nós, que nela vivemos, se a gente olha... Não trabalhar, não produzir, nós não conseguimos dar a mesma oportunidade que os filhos dos funcionários das ONGs têm, de estudar, de comprar roupas boas, de viajar. Hoje, a D. Zefa, mãe da Patrícia, vive com menos de R\$100 por mês. A D. Zefa não teve condições, porque o filho dela, que é o Ica, trabalhava na pousada de guia turístico e, depois, que foi criada a Estação Ecológica da Terra do Meio, ele ficou desempregado.

Então, por falta de comida, ela teve raquitismo. Então, ela é pequenininha, tem 25 anos. O Ica está, o outro filho dela, com hepatite muito grave, e assim é a realidade da maioria dos moradores, dos ribeirinhos, que estão, há 18 anos, esperando uma indenização em realocação. É isso que é grave!

Essa política pública está fazendo a maior degradação social do Brasil, e a gente tem que denunciar isso aqui. Eu sou conselheiro dessa unidade de conservação. Eu participo desse conselho desde a sua criação e se tem uma coisa para que o Governo e as ONGs não olham é para essa lei aqui, o Snuc.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Senador Nelsinho, essa lei foi votada aqui no Congresso Nacional. Ela é de 2000 e parece que ela não existe. Na Terra do Meio, na APA Triunfo do Xingu, no Parque Nacional da Serra do Pardo, na Resex do Iriri, na Resex do Xingu, na Floresta Estadual do Iriri, na APA Tapajós, na Floresta Nacional do Jamanxim, no Parque do Jamanxim, no Parque do Rio Pardo, em todas essas unidades de conservação que foram criadas, baseadas e, obrigatoriamente, teriam que obedecer à Lei do Snuc, não obedecem à lei.

Aqui diz que, em até dois anos, o Governo tem que fazer o termo de compromisso com as populações residentes nas unidades de conservação. E isso nunca aconteceu em algumas delas. E, em outras, passaram-se 15 anos... O plano de gestão, que é o manual de instrução das unidades de conservação, tem cinco anos... Tem cinco anos para ser aprovado. E, na verdade, já são 18 anos de Terra do Meio e o que foi aprovado é insuficiente.

Então, eu tenho uma apresentaçõzinha para mostrar para vocês, para ficar mais claro, com imagens do resultado. Isso eu estou falando apenas nas questões de unidades de conservação, mas é muito mais grave. Eu poderia passar três dias aqui, falando de todas as ilegalidades do Governo Federal, desde a criação, tudo promovido pelo PPCDAm.

Eu acho que muita gente aqui sabe o que é o PPCDAm, não é? O PPCDAm é a política do voo de galinha, aquela política ambiental que foi criada com a intenção de reduzir o desmatamento, melhorar a qualidade de vida das pessoas da Amazônia, mas, infelizmente, é um voo de galinha. Ele começa bonito, reduz o desmatamento, mas depois, de 2012 para cá, a galinha caiu no chão e não andou mais. Por quê? Porque é uma política ambiental insustentável, que não olha para as pessoas, que não olha para o ser humano, que não cuida das pessoas. E agora ele foi aprovado e abriu-se consulta pública, 16 dias de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consulta pública, 16 dias para ouvir a Amazônia inteira, nove estados – nove estados! E uma região em que a comunicação é muito difícil, Senador Marcio.

E esse PPCDAm está aí, 16 dias... Eu mesmo participei e li. São 84 páginas. Fiz as minhas contribuições, aí, depois, foi apresentado, agora, pelo Governo Federal... Nada mudou. Mais de 500 contribuições, e ele é o mesmo. Do que é que adiantou eu ler aquele documento todo, fazer nossas contribuições e verificar que esse PPCDAm não tem uma linha, uma vírgula sobre os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU? Lá fora, em outros países do mundo, se fala em sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, economia, sociedade e floresta e meio ambiente preservados, e, aqui no Brasil, parece que nossa política pública nem menciona. E olha que o primeiro item dos ODS é o combate à pobreza, o combate à fome e às desigualdades.

Então, nós estamos, meus amigos, num caminho muito, mas muito errado. E nós contamos aqui com esta CPI, em que majoritariamente são de estados amazônicos os Senadores representantes dos estados, para que daqui saia a nossa salvação.

A apresentação minha... Começo com a apresentação, coloquei já o vídeo... Gostaria que fosse passado para frente.

Vou falar sobre a ocupação cultural e suas implicações ambientais.

Acho que todos nós já ouvimos falar, os Senadores principalmente: "Traga seu gado para o maior pasto do mundo". Isso aí era a propaganda do antigo Projeto Rondon, do projeto Integrar para não Entregar, do Governo brasileiro, de 1967 até 1985. Esse projeto queria criar um modelo de desenvolvimento e ocupação para a Amazônia. Disso aí, acho que todo mundo aqui já ouviu falar.

Do que muitas pessoas não ligam um ponto a outro é com relação à cultura produtiva. Se o Governo brasileiro quisesse bioeconomia, quisesse desenvolver extrativismo, ele não iria ao Rio Grande do Sul buscar produtores rurais, madeireiros; não iria ao Nordeste buscar garimpeiros; não. Eles não criaram apenas um projeto econômico; eles trouxeram uma cultura produtiva: a cultura produtiva da pecuária, da extração de madeira, da extração mineral, da Zona Franca de Manaus. Esse era o projeto Integrar para não Entregar.

Então, o Governo Federal trouxe essa cultura produtiva. Não trouxe só pessoas; trouxe uma cultura. E essa cultura resiliente está lá até hoje. E por que isso? Porque, muitos sabem, nós já tivemos aí o ciclo da borracha, não é? Infelizmente, hoje a maior produtora de borracha do Brasil não é a Amazônia. Deputada Silvia, a maior produção de borracha do Brasil é em São Paulo. O maior produtor do guaraná do Amazonas é a Bahia. Se não me engano, o maior produtor de jambu do Brasil é São Paulo – jambu, que é um dos temperos da culinária paraense. Quer dizer, a bioeconomia da Amazônia sempre teve relevância, não na Amazônia. É muito rápido. O ciclo acaba, aí levam as sementes para outros países ou para outros estados, e viram nossos concorrentes. Então, a bioeconomia não fazia sentido para o Governo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiro naquela época, porque a gente sempre quebra a cara. Começa bom, Senador Nelsinho, mas depois... É por isso que veio a pecuária. É por isso que a propaganda era: "Traga seu gado para o maior pasto do mundo". Essa era a propaganda do Governo brasileiro para trazer uma economia de pecuária, de soja, porque é muito importante, não é?

Pode passar, por favor.

Esse aqui é o mapa do arco do desmatamento. A mesma região a que o Governo Federal pensou em levar essa cultura produtiva da pecuária, da madeira, da industrialização, ocupar a região e trazer dignidade para essas pessoas, levando escolas, agrovilas... Depois da ECO 92, se transformou em crime, e se quis bloquear o desenvolvimento em que o Brasil gastou milhões de reais. O Governo brasileiro gastou bilhões de dólares de financiamento externo, empréstimos, para desenvolver essa região. E, quando foi no ano de 2000, tudo isso foi bloqueado por unidades de conservação, e, como eu disse antes, com critérios técnicos totalmente duvidosos. Eu tenho aqui o estudo técnico-científico da criação da estação ecológica. Não faz sentido, não é real, é manipulado, e o resultado é muito ruim.

Pode passar, por favor.

Aí é o resultado. A criação das unidades de conservação e o efeito bumerangue. Se cria uma unidade de conservação... Essa região aí, pessoal, é a Terra do Meio, é a região onde eu moro. Ali próximo àquela segunda linha azul, que é o Rio Iriri, é a minha comunidade, a comunidade da Vila Canopus. E o desmatamento, antes de 2005, olhem como é que era a região: muito verde, não é? Depois que se criaram as unidades de conservação com esse modelo equivocado, esse modelo, vamos dizer assim, desproporcional, esquizofrênico, olhem o desmatamento como aumentou. Isso é depois de 2005. Essa imagem eu peguei no Google, no Google Terra, qualquer um pode ver. Olhem o desmatamento como aumentou. Se o objetivo era reduzir o desmatamento, o objetivo não foi alcançado; se era zerar, muito menos ainda os resultados são positivos. Agora, a degradação ambiental, a degradação social dos povos dessa região, aí, sim... A jovem Patrícia, que eu coloquei para vocês aí, é vítima dessa... Assim como o meio ambiente, são vítimas dessa política equivocada.

Pode ir para o próximo, por favor.

Essa daí é a imagem da BR-163. Aí também foi implantado o projeto BR-163 Sustentável, onde foram criadas várias unidades de conservação: a APA do Tapajós, a Reserva Biológica da Serra do Cachimbo... A APA Tapajós, pessoal, se sobrepôs à Reserva Garimpeira do Tapajós. É uma unidade mineral para receber, recepcionar os garimpeiros, que é uma cultura, um povo tradicional do Pará e do Brasil. Há 300 anos, os garimpeiros estão procurando os ouros nas terras brasileiras.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – E aí foi definido um local pra que eles possam trabalhar, mas infelizmente as ONGs entraram com unidade de conservação e restringiram esses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direitos; hoje nós temos sobrepostas sobre a Reserva Garimpeira do Tapajós diversas unidades de conservação que proíbem a atividade garimpeira.

(Soa a campanha.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Próximo, por favor. Estou finalizando.

Isso aí é só uma citação ao TCU. Fizeram uma auditoria e verificaram o que eu estou dizendo, que há uma má gestão dessas unidades de conservação e não há transparência no processo.

Pode passar pro próximo.

E aqui está o que eu vim buscar aqui: a Constituição. Eu, no gabinete do Senador Plínio, peguei essa Constituição aqui, Senador. Isso aqui pra nós é uma utopia; pra nós que vivemos na Amazônia, esse livrinho aqui, infelizmente, é desconhecido. Nós queremos que ele seja também levado, não só esse papel que, na verdade, é a nossa Carta Magna. Não é só um papel; isso aqui é o que nós queremos para a Amazônia. Nós queremos que a Constituição também sirva para os povos da floresta, sem distinção.

Hoje, o produtor da Amazônia só pode usar 20% das suas terras, e aqui no art. 5º diz que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Então, por que um produtor na Amazônia só pode usar 20% do que é seu e o outro pode usar 80%, outro 75%? Eu não sou jurista, mas eu acho que é um equívoco. E esse é o paradoxo amazônico. E é isso que eu vim mostrar aqui pra vocês, falar um pouco da nossa realidade.

Agradeço a atenção de todos e o convite. E estou disponível pra qualquer pergunta ou esclarecimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Marcelo, pela exposição como deve ser feita.

Palavra franqueada: pelo ritual, é do nosso Relator; depois, Nelsinho; depois, Dr. Hiran, se quiser.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, eu quero cumprimentar, agradecer a presença do Marcelo na CPI.

Meu papel aqui, na verdade, neste momento, é mais fazer pergunta pra tirar o conhecimento que o senhor tem na região, mas eu quero apenas fazer um comentário. Você traz à baila uma coisa que eu conheço bem no meu estado, Estado do Acre: um grupo governou quase 30 anos e chegou ao poder dizendo que era melhor não mexer com lavoura, não mexer com pecuária, que determinados produtos iriam render muito mais e citavam pupunha, pimenta-longa, açaí, como se isso só desse na Amazônia. E eu dizia, à época... Quando essas pessoas argumentavam sobre isso, eu tentava contra-argumentar, mas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eles venceram. Até hoje, quando eu ando pelo Brasil e vejo em qualquer lugar do país alguma coisa vendendo açaí, eu lembro que no meu estado as pessoas chegaram ao poder dizendo que nós viveríamos disso, como se esses produtos... Tudo que dá na terra, na Amazônia dá em qualquer lugar do país. E na história, e o senhor traz essa referência, quer dizer, não importa se o produto tinha no Acre: tinha no Acre, mas tinha no país inteiro, como é o caso da borracha, como é o caso de tantas coisas. O Brasil precisa se lembrar disto: o que tem na Amazônia e que muitas vezes só tem lá está no subsolo, e no subsolo proíbem a gente de mexer.

Agradecendo sua presença, quero fazer aqui algumas perguntas, embora eu compreenda que, embora o senhor possa ter já mencionado, é bom para o ritual da CPI que a gente se posicione dessa forma.

Como as ONGs se relacionam com os órgãos governamentais? Primeira pergunta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Deixe-me fazer todas. Se você quiser, vai anotando.

As ONGs adquirem terras ou outros imóveis?

Quem são as pessoas – é importante, se o senhor puder mencionar nomes –, quem são as pessoas que habitam essas unidades de conservação? Se são apenas ribeirinhos, se são de fato povos originários, indígenas.

Quais as limitações das ONGs... Quais limitações as ONGs impõem aos habitantes?

O senhor citou o Snuc, que é o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, e mencionou muito como essas leis não são respeitadas, inclusive a consulta pública – segundo o senhor, elas são manipuladas. Portanto, queria saber: como as ONGs agem para criar as unidades de conservação?

Quais ONGs atuam ou atuaram nessas unidades de conservação? Se puder, citando nomes.

Quem são os agentes dessas ONGs? Se puder, citando nomes.

Essas ONGs recebem dinheiro público? Essas ONGs recebem dinheiro do exterior? Há estrangeiros atuando junto a essas organizações?

Qual o papel das ONGs no desmatamento? As ONGs se beneficiam da produção mineral, de minérios?

E, por último, as ONGs acobertam exploração ilegal?

Eram essas as perguntas, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra o Marcelo. (*Pausa.*)

Foram tantas perguntas, Marcelo! Não conseguiu anotar todas...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Marcelo, está aí o papel.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Obrigado. Obrigado, Senador. As perguntas são muito importantes, todas têm relação com a realidade local.

A primeira é como as ONGs se relacionam com os órgãos governamentais. Eu trouxe para esta CPI um estudo técnico-científico com a criação do mosaico das unidades de conservação da Terra do Meio, que são desde unidades de conservação de proteção integral, como a Estação Ecológica da Terra do Meio e o Parque Nacional da Serra do Pardo, Senador Plínio, que nunca recebeu um visitante, tem 18 anos e nunca recebeu um visitante. Por quê? Porque as ONGs fizeram apenas um levantamento inicial para a criação dessas unidades de conservação.

E, como o Senador Zequinha Marinho, que chegou aqui agora, sabe, eles foram contratados pelo Governo Federal, Senador Marcio.

Então, a primeira pergunta: se relacionam? Sim, se relacionam, principalmente na hora que é pra criar unidade de conservação e chega um grande empreendimento. Se chegar lá uma mineradora, se chegar um projeto de hidroelétrica, as ONGs chegam lá antes do projeto. Então, antes, em 2000, eles já estavam lá fazendo esse trabalho de estudos pra implementação de unidade de conservação.

Nesse caso, o Governo brasileiro, Senador... Isso aí eu trouxe pra que a CPI investigue e chegue à conclusão do que ocorreu, dos valores que foram pagos pro ISA. Esse estudo técnico-científico foi feito pelo ISA. Eu trouxe aqui também o nome de outras instituições que participaram desse estudo técnico-científico também, como o Ipam. São várias as ONGs. Apenas eles participaram desse estudo técnico-científico.

De acordo com a reportagem da revista *Hoje*, lá do Amazonas, houve uma cooptação de algumas lideranças. Eles têm lá um estudo. Aqui, ó: o ISA, a FVPP, que é a Fundação Viver, Produzir e Preservar, o Ipam, o Greenpeace, o Imazon, todas participaram desse estudo aqui para a criação das unidades de conservação. Todos eles receberam dinheiro público para apresentar um projeto pra criação das unidades de conservação.

O problema é que esse projeto está incompleto. O estudo técnico-científico é técnico e científico. Deputada Silvia, ele tem que estudar a antropologia, as sociedades, a biota, o setor mineral... Nesse estudo, não se cita, em momento nenhum, o potencial mineral da região. E, de acordo com o art. 176 da Constituição, o bem mineral tem que ser utilizado ao interesse público.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá no Pará, por exemplo, na Renca, que é a Reserva Nacional de Cobre, que o meu amigo Feijão conhece muito bem, o Estado do Pará criou unidade de conservação em cima da Renca. Só que a Renca é uma reserva mineral. Se ela é uma reserva mineral, a questão mineral brasileira é de gestão exclusiva da União. Como é que um estado cria unidade de conservação proibindo a mineração se a mineração, Deputado Hiran, é de gestão exclusiva da União, art. 23 da Constituição? Isso aí já é um erro. Isso por quê? Pressão de organismos internacionais.

Eu o recebi uma vez e o Presidente do Ideflor-Bio me perguntou: "Mas por que vocês aprovaram essas unidades de conservação lá nas audiências públicas?". Eu falei: primeiro, porque não teve audiência pública. E as que tiveram não foram com a gente. Segundo, eles disseram pra nós: ou cria uma APA ou cria uma estação ecológica, ou vocês ficam aqui trabalhando desse jeito mesmo – isso aqui não vai dar em nada mesmo –, ou vocês vão ter que sair daqui e aqui vai ser proibida a mineração. Então, é bem simples assim, Senador.

Então, existe, sim. Inclusive, eu trouxe o documento pra essa CPI pra que seja feito esse trabalho pra verificar o quanto foi gasto, o que foi gasto. E o resultado eu mostrei pra vocês aqui nos dados: mais desmatamento e degradação social. A Patricinha é uma vítima desse processo.

As ONGs adquirem terras ou outros imóveis? Eles não precisam adquirir, Senador, eles já os têm. Eles pagam... É o problema da caixa vazia. O dinheiro vem de organismos internacionais, onde o mundo já usa os ODS, o desenvolvimento sustentável, na sua cadeia produtiva, impõe ao Brasil o desequilíbrio, que fere o art. 225 da Constituição... Porque o art. 225 é a tábua de Moisés, dos Dez Mandamentos do ambientalismo no Brasil, porque ela é superior a tudo, através dela você pode destruir o patrimônio, destruir residências, você pode prender inocentes, você pode fazer tudo, Senador Zequinha, porque o 225 parece que está acima da Constituição, acima do art. 5º, acima de tudo.

Então, eles já as têm, Senador, não precisam comprar terras. Eles comprem assim de forma indireta. Eu quero criar um dado de conservação... ISA, vai lá; Greenpeace, vai lá, faz um estudo lá. Eu quero essa unidade de conservação. Aí a revista *Hoje*, inclusive, na sua reportagem, que eu até vi na internet um dia desses, ela tem lá – eu vou entregar também para o senhor – um documento em que alguém do Governo Federal pedia para alguém lá da CPT de Altamira e dizia assim: "Olha, Deputada Silvia, vocês façam as audiências públicas e aprovem isso aqui de qualquer maneira. Tragam pessoas que aprovem em audiência pública, porque nós precisamos dessa aprovação".

Então, é assim que se adquirem terras na Amazônia. As unidades de conservação são propriedades de ONGs, não são do Brasil, elas não servem ao Brasil. Não estão preservando o meio ambiente como tinham que preservar? Bloqueiam nossos bens? Como o senhor falou, o bem mineral tem rigidez locacional, como o meu amigo Feijão ali me ensinou. Só existe ali.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu posso fazer o Senado Federal em vários lugares do Brasil, mas só existe ferro lá em determinado local. Eu não posso mudar a mina de ferro para outro local. Quem fez isso foi nosso Senhor Jesus Cristo e Deus, ele que determinou, nós não podemos mudar isso.

Então, quando as ONGs vão lá... Aí você faz um estudo técnico-científico. Olha só o tamanho desse estudo técnico-científico. Não cita a minha comunidade em momento nenhum, não cita a vicinal do Leão, não cita a vicinal do Bala, não cita a pista do Limão, não cita a Vila Primavera. Mas mesmo assim, olha a grossura desse material. E aqui foram aprovadas sete unidades de conservação, do estudo técnico-científico meia boca, que não é científico coisa nenhuma, e só pra iludir o país. Quem fez o estudo foi o ISA, mas foi contratado pelo Governo Federal, na época o MMA que contratou – em 2003. Está aqui pra entregar pra vocês.

Outra coisa, quem são as pessoas que habitam essas unidades de conservação? Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, por favor, Marcelo?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Pois não.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Eu queria que você informasse o tamanho da Terra do Meio e a população da Terra do Meio, por favor, porque ela é composta por unidades de conservação estaduais, federais, reservas indígenas. Eu queria que você desse uma noção, aqui para as pessoas que estão nos assistindo, da dimensão disso para o nosso país.

Obrigado.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Está o.k.. Obrigado, Senador.

A região da Terra do Meio tem aproximadamente 8 milhões de hectares. Três milhões e meio é a Estação Ecológica da Terra do Meio, que nesse estudo era para ter 2,9 milhões.

Olha só: esse estudo técnico-científico diz que ela deveria ter 2,9 milhões de hectares. Ela tem 3,5 milhões. A APA Triunfo do Xingu tem 1,5 milhão. O Parque Nacional Serra do Pardo deve ter 800 mil hectares. Aí vem a Resex do Iriri, que deveria ter 1 milhão de hectares e tem menos de 200. A Resex do Xingu... Aí tem a Terra Indígena Xipaya, a Terra Indígena Kuruaya, a Flona, que é a Floresta Estadual do Iriri, e nós temos aí também a APA Triunfo do Xingu, que é unidade de conservação estadual.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – E o pior é que ela foi feita para bloquear o desenvolvimento, para impedir que os produtores se conectem com a BR-163. Você constrói a BR-163, você gasta milhões, você investe – estão pensando agora na Ferrogrão –, mas você impede que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produção encontre o eixo principal de exportação brasileiro. Então, ele foi feito para isto: estratégia para bloqueio. Só que bloqueou os nossos direitos.

Hoje, na APA Triunfo do Xingu, nós temos mais ou menos 5 mil pessoas, todos produtores, pequenos, grandes, médios – a maioria é pequeno produtor. É o pessoal da Vila Xadá, da Vila Clariane, da Vila Primavera... Lá tem o Assentamento Pombal.

O Assentamento Pombal era a reserva ambiental do Assentamento São José. Só que o Governo, em 2008 – eleição, reeleição –, transformou a reserva ambiental... a reserva legal do PA São José em outro assentamento.

Então, em 2013, o Incra foi o maior responsável pelo desmatamento ilegal da Amazônia. Por quê? Política do voo de galinha: você impede, no primeiro momento, os grandes produtores; mas – pasme quem está assistindo – não se produz sem desmatar, não se faz escola sem desmatar, não se faz um *shopping* em cima de uma árvore, não se faz um hospital dentro de uma APP. Para que você consiga colocar o ser humano – os egípcios já aprenderam isto milhões de anos atrás – nós precisamos nos sedentarizar, ou seja, deixar...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Marcelo, só... senão vou esquecer.

Você está dizendo que, em 2013, o próprio Ibama e o Incra foram responsáveis pelo aumento do desmatamento. E você falou disso relacionando ao ano pré-eleitoral. Você quer dizer que, em ano pré-eleitoral ou em ano eleitoral, esses organismos de fiscalização federal afrouxavam as licenças por alguma razão eleitoral?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Eu acho que não só afrouxavam as licenças, mas eles criavam projetos de assentamento em ano eleitoral. O PA Pombal foi criado em 2010, em plena campanha. Ele era para ser uma área de reserva legal de outro PA – de outro PA de assentamento –, mas ele foi transformado em um PA. As pessoas precisavam da terra. Isso é legítimo, nós concordamos com isso, mas existe... "Ah, mas nós protegemos", mas, quando você olha, o Incra, em 2013, foi o maior responsável pelo desmatamento na Amazônia. Hoje, lá em Roraima, no estado do Senador Hiran, o maior desmatamento lá é na região dos assentamentos. Por quê? Porque precisam produzir. Precisam se assentar e, para isso, eles precisam desmatar e plantar a soja, o milho, o seu sustento. É isso que manda a realidade local, não é?

Aqui, o senhor pergunta também, quantas pessoas habitam essas unidades? São, hoje, eu acho que em torno de 5 mil famílias em toda a região. Eram muito mais, mas, infelizmente, com a criação da unidade de conservação e o abandono, porque, quando se cria uma unidade de conservação, o Snuc diz que até dois anos você tem que fazer o termo de compromisso. O que é o termo de compromisso, Deputada Silvia? É um documento em que você diz assim: "Olha, você pode ficar aqui enquanto eu vou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

te indenizar". O Estado chega, cria uma unidade de conservação em cima de uma terra que tem título ou que tem ocupação legítima. Então, eles dizem assim: "Olha, até você ser realocado, até você ser indenizado, você vai ficar aqui". Só que tem até dois anos por lei para fazer isso. Tem 18... Tem 18 anos que as pessoas esperam isso. Então, as pessoas estão, até hoje, esperando a indenização, a realocação e vão indo embora, por isso que a população diminuiu muito.

O senhor perguntou também se existe exploração de minérios pelas ONGs? Isso aí eu desconheço. Quando foi criada a unidade de conservação, todas as atividades minerais, garimpeira, inclusive, os direitos minerários foram suprimidos, não se consegue mais... Quer dizer, o empresário ganhou, comprou do Estado o direito, a concessão, ele gastou dinheiro para isso. E, quando foi feito o estudo técnico-científico, infelizmente, todo esse direito foi suprimido e não está aqui no estudo técnico-científico.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Você teve atividade garimpeira antes, Marcelo?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Sim, todos nós lá na região. A região da Vila Canopus é uma antiga mineração de rejeito lá na nossa região. Então, a gente lá, a gente trabalha com o que for necessário para poder sobreviver. Então, eu sou filho e neto de garimpeiro. Meu pai veio para a Serra Pelada ainda.

O senhor pergunta se as ONGs se beneficiam com essas questões. Eu acredito que sim, porque eles têm emprego. Hoje, nós não temos emprego garantido; eles têm muito dinheiro, muito recurso. É o ISA, que a gente conhece lá, que a gente escuta muito falar é isso, lá em Altamira, é o ISA, a WWF, o Greenpeace...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Passaram a ser empregadores na região, tão pobre quanto a nossa, não?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Passaram e eles proliferam, viu, Senador? Ixi, agora tem... Deles saem outras ONGs, assim. Vai sair uma ONG lá, não sei o quê, dos ribeirinhos lá da Belo Monte, não é?

Porque, o que acontece? O dinheiro da compensação de uma obra como a Belo Monte tem que ser para quê? Prioritariamente para pagar a indenização e realocação das Unidades de Conservação de Proteção Integral. Tá na lei, art. 39 do Snuc, que é o Decreto 3.040... 4.044, se não me engano, 4.043... E diz o quê? Quando você tem um empreendimento com mineração ou uma hidroelétrica, por exemplo, existe uma compensação para usar aquele recurso ambiental. Essa compensação prioritariamente teria que ir para quê? Para pagar a indenização e realocação das Unidades de Conservação de Proteção Integral, no caso, a Terra do Meio, Parque do Pardo... Só que não foi feito. Nunca foi pago um centavo de indenização. E o dinheiro, não se sabe.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas audiências, nos conselhos gestores lá, que também só foi criado em 2012, e tem, pela lei, dois anos para ser criado. Só foi criado em 2012, praticamente sete anos depois da criação da unidade. E esse recurso, nós não sabemos onde está hoje, atualmente. Não sabemos se foi gasto, se não foi gasto. Ouvimos falar que foi transferido para outro parque no Mato Grosso, também não sei se foi, mas nós não temos informações. Esse dinheiro, infelizmente, eu acho que ficou lá para aumentar as terras indígenas. É usado para outra coisa.

Eu acho que é basicamente... É isso sobre as suas perguntas.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Só para terminar essa pergunta, qual o órgão responsável por esse pagamento?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – O órgão responsável pelo pagamento é o ICMBio, hoje o ICMBio. Ele foi criado em 2007, posteriormente à criação das unidades de conservação, mas na lei, hoje, quem deve cumprir o Snuc, quem administra as unidades de conservação federais é o ICMBio, e ele que deve pagar, mas o dinheiro vem do empreendedor.

O empreendedor pega o recurso da compensação, manda para o ICMBio, e o ICMBio deve definir os pagamentos, e são, pelas contas que nós fizemos, Senador Zequinha, nós fizemos um levantamento e dá R\$2 bilhões de indenização, porque não foi feito o estudo técnico científico e foram criadas unidades de conservação em áreas tituladas, e as terras lá são caras.

Então, para pagar a indenização só desse estudo aqui que o Senador Zequinha Marinho uma vez solicitou para o ICMBio, são 2 bilhões de áreas tituladas, e mais 2 bilhões de áreas que podem ser tituladas ou não.

Então, o dinheiro não dá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Zequinha, Senador Dr. Hiran, sintam-se à vontade com a palavra.

Hiran, vai continuar? Ou o Zequinha?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro quero cumprimentá-lo pela ocasião. Quero cumprimentar o Senador Marcio Bittar, o Senador Hiran e meu amigo Marcelo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcelo é uma liderança que, graças a Deus, não se contaminou com o lado de lá. Batalha, peleja, pesquisa, se dedica e faz um trabalho muito sério nesse debate. Então, é muito importante ouvi-lo, porque, a partir das informações do Marcelo, assim como do Antonio Feijão, Dr. Antonio Feijão, que é um advogado, ex-Deputado Federal, estudioso dessas questões da Amazônia, tanto ambientais quanto minerais, eu tenho certeza de que por aí a gente avança, vai pegando o fio dessa meada imensa para se conhecer, de fato, aquilo que as ONGs fazem na Amazônia, e tomam conta, e têm liderança, e têm autoridade e, efetivamente, têm feito da Amazônia o que ela é hoje, porque os governos, como não têm, às vezes, gente com qualificação, terminam lançando mão das próprias ONGs.

O Imazon trabalhava para o Governo do Estado do Pará até certo tempo atrás. Não sei se voltou a ser contratado novamente. Então, funcionava como uma consultoria do Governo do Estado do Pará no tempo do Governador Jatene. E essa turma colocou, como meta de trabalho, os seus intentos, lamentavelmente se esquecendo da questão social e priorizando da forma como achava melhor a questão ambiental, a expansão enorme de terras indígenas.

Para os senhores terem uma noção, o Pará deve ter, no máximo, 55 mil índios – no máximo – e nem todos moram na zona rural, mas já tem 24,99%, para ser mais exato, de suas terras destinadas às questões indígenas.

Nós temos, só no Estado do Pará, em estudo, 37 requerimentos para novas terras indígenas, correto? Dez praticamente prontas para o Governo decidir, mas 37... Se brincar, daqui uns dias, não haverá espaço para se fazer outra coisa senão reserva indígena. Agora eu não sei onde é que nós vamos arrumar tanto índio. O Pará é cinco vezes o Estado de São Paulo. São 1,248 milhão de quilômetros quadrados. Pegue um quarto disso que já tem hoje, mais outro tanto a mais, quer dizer, vai para 50% do território.

Então, é preciso que a gente estude isso de verdade, que se tome conhecimento e que torne isso transparente para que se tomem encaminhamentos, porque, da forma que vai, é uma situação complicadíssima. E a ONG tem ao seu lado, via de regra, a imprensa, a imprensa nacional, são muito bem articulados, são jornalistas também, tem ao seu lado, via de regra, a grande maioria do Ministério Público, que se encanta com toda essa filosofia, esse discurso romântico e bonito, e que termina representando um forte poder paralelo na região.

E eu gostaria que o Nordeste, que tem muita dificuldade e que poderia ser ajudado, mas você praticamente não tem ONG nenhuma atuando naquela região, no litoral, absolutamente; muito poucas. Já na Amazônia nós temos quase 16 mil ONGs, 15.900 ONGs, é o último levantamento que nós tivemos, quer dizer, virou um grande mercado. E aquilo que o Marcelo colocou sobre quando o Governo, quando alguém quer fazer um empreendimento, pronto, a indústria da compensação está lá. Se você for atrás de tudo isso, como retaguarda de tudo aí, nós temos uma organização não governamental orientando, trabalhando, articulando, mobilizando e fazendo acontecer.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Marcelo! Muito obrigado pela sua presença aqui. E vamos trabalhar para que a gente não deixe aquela região à míngua.

Se o remédio fosse por aí, se a solução da população da Amazônia passasse por esse tipo de atuação das ONGs, com certeza nós já teríamos um dos melhores IDHs da população. No entanto, todo dia a gente está perdendo terreno, piorando, ficando numa situação complicadíssima. É só começar a fazer uma comparação entre uma coisa e outra.

Muito obrigado.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Presidente, só uma pergunta que ficou sem resposta. Marcelo, se você puder... Quem são os agentes – se você puder citar nomes –, quem são os agentes das ONGs, se puder citar nomes.

E uma última: você sabe informar sobre a atuação da ONG Instituto Tamanduá, que possui um programa denominado Protocolo Team – T-e-a-m –, de armadilhamento fotográfico, atuando dentro da Estação Ecológica da Terra do Meio.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Senador, para nós que moramos lá, vivemos e trabalhamos, citar nomes é muito complicado, porque há uma perseguição, como o Senador acaba de falar, da mídia, de tudo. Então, a perseguição é muito grande.

Eu cito as ONGs que participam do Conselho Gestor, que eu conheço, que participaram de todo esse processo, o documento também está aqui, como aqui o Imazon, o Greenpeace, o ISA, a FVPP, a WWF. E, dentro das reuniões de Conselho, lá tem o nome das pessoas. Então, se o senhor pedir ao ICMBio uma ata de reunião de conselho da Estação Ecológica, do Parque do Pardo, o senhor vai ter o nome de todas essas pessoas – o nome direitinho, CPF e tudo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Mas é preocupante, Presidente... Essa preocupação, eu diria receio, até talvez medo de citar nomes e sofrer represálias ou até retaliação, isso beira crime?

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA – Eu acho que beira usar a máquina estatal para perseguir quem fala diferente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Tem um relato que aqui nos mandaram – eu estou pedindo à assessoria, Dr. Hiran –, de uma CPI, acho que é Incra e Funai, em que um depoente... Eu recebi isso hoje, de um noticiário de telejornal, estou pedindo para resgatar, de um depoente que, no segundo depoimento dele aqui, dois dias depois, foi assassinado, quando voltou para a sua terra. Isso que o Marcelo está dizendo é extremamente cauteloso e vale a pena, ele está coberto de razão. Foi um noticiário que nos chegou até com um recorte de jornal. Está aqui, bem aqui:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, levantaram a hipótese de que um deputado federal [...]

Em outra ocasião, dias depois, compareceu novamente o Sr. Gilmar à CPI Funai e Incra, entregando uma gravação de áudio feita pelo aparelho celular, na qual um membro do MST que estava na invasão citava o nome [...] [de uma Deputada]. No dia seguinte a seu segundo comparecimento, o "denunciante", Sr. Gilmar, foi assassinado enquanto trabalhava no curral de sua posse rural.

Então, assim, é por isso que o Marcelo está se precavendo contra isso, e é totalmente pertinente a sua cautela, viu, Marcelo?

Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente Senador Plínio, Senador Marcio, nosso Relator, Sras. e Srs. Senadores, Senador Bagattoli, Senador Zequinha – Senador Zequinha, eu lamento lhe dizer que o senhor perdeu para Roraima; vocês estão com 27% de reservas indígenas, nós temos lá 46% de reservas indígenas, fora áreas de conservação, florestas nacionais, áreas institucionais... O nosso estado está ficando com mais ou menos 18%, 17% do seu território para a atividade da agricultura familiar e do agronegócio – nosso estado que, aliás, tem um perfil muito adequado, porque nós temos uma grande parte dele que não é floresta, e, sim, savanas, campos, que são muito adequados para o desenvolvimento do agro, como está acontecendo no Acre, que o nosso querido Bagattoli conhece muito bem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Ainda temos, ainda temos.

Nós aprovamos lá, agora, um projeto, um Plano de Zoneamento Ecológico-Econômico, que nós estamos... Isso está de acordo com o nosso Código Florestal, concedemos 50% das nossas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Isso.

Nós vemos aqui uma coisa que acontece já no nosso país desde 1800, quando nós vivemos o apogeu – os nossos avós viveram o apogeu – da borracha na Amazônia. De 1880 a 1910, mais ou menos, nós passamos por um círculo virtuoso de produção de borracha na Amazônia e que, com a presença de ambientalistas, naquela época, esses ambientalistas, à guisa – e sob o pretexto – de conhecer nossas riquezas, nossa biodiversidade, eles começaram a fazer bioterrorismo, retirar as nossas riquezas e cultivá-las em outros lugares. Daí, a partir de 1910, a Ásia passou a produzir mais borracha do que a Amazônia e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

isso acabou com o nosso círculo virtuoso. Isso está acontecendo muito no país. Quer dizer, os países mais desenvolvidos desenvolvem tecnologia, vendem-nos tecnologia e preservam as nossas riquezas. Ganham de nós duas vezes.

Eu quero parabenizar você pelo trabalho que você faz, pela resistência. Eu queria dizer que me senti contemplado com a maioria das perguntas que o nosso Relator fez a você. Essa questão de nominar os responsáveis pelas ONGs é fácil a gente descobrir, nós temos mecanismos para isso dentro da CPI.

Presidente, o senhor vê que as coisas acontecem de uma maneira muito semelhante, nos vários estados da nossa região, e aí eu parablenizo V. Exa. pela luta para instalar esta Comissão aqui, que vai ser tão importante para o nosso país.

No nosso Estado de Roraima, nós temos uma reserva... Toda a área norte do nosso território é reserva indígena. São 9,6 milhões de hectares da Reserva Yanomami. No meio, há uma reserva de 800 mil hectares, que é a Reserva São Marcos. Para leste, há a Reserva Raposa Serra do Sol, com 1, 7 milhão de hectares. Ali existe uma nação indígena que, praticamente, isola-nos da nossa fronteira norte, com a Guiana e com a Venezuela.

Bom, dentro da Reserva Raposa Serra do Sol, nós temos várias organizações que defendem e que representam essas várias etnias que foram abarcadas por uma por uma reserva só. É uma outra discussão Senador Zequinha. Criou-se uma reserva com várias etnias, ali tem ingaricó, uapichana, patamona, macuxi. Juntou-se todo mundo e fez-se uma grande reserva, coincidentemente, em uma área muito rica em biodiversidade, minério, enfim...

Nessa região, nós temos organizações que são a favor de desenvolvimento. Nós temos lá na área do Flexal, lá no Município de Uiramutã, um acidente geográfico muito adequado – o mais adequado do mundo, segundo especialistas –, para se construir uma hidrelétrica, porque é um vertedouro natural e, se você fizer uma barreira ali, uma barragem, você terá muito pouco alagamento da adjacência dessa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Muito pouco impacto ambiental.

Essa Cachoeira do Tamanduá está lá no Rio Cotingo e a comunidade que está lá, a Comunidade do Flexal, é a favor de a gente fazer uma hidrelétrica ali, mas tem outra instituição, que se chama CIR – à qual pertence inclusive a nossa Presidente da Funai, Joenia Wapichana –, que é absolutamente contrária a isso.

Então, nós temos lá organizações que querem o desenvolvimento, um desenvolvimento sustentável, exploração de turismo sustentável, porque a região é muito rica e muito bonita, e temos outras instituições não governamentais que querem manter aquele território absolutamente isolado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o nosso trabalho aqui vai ser no sentido de a gente separar esse joio do trigo. Acabei de falar sobre isso ali fora.

Eu já havia anotado aqui essas perguntas, que, aliás, coincidentemente, o Relator lhe fez, e eu queria, só, aqui, ressaltar que eu fiz aquela pergunta, se você já tinha atividade garimpeira, porque nós estamos aqui muito submetidos a versões. Certamente, vai se colocar aqui que esta Comissão chamou aqui um garimpeiro para falar sobre preservação da Amazônia. O senhor vai ver. Ninguém vai se preocupar com o que você já fez lá no seu trabalho, no cuidar da comunidade em que você vive, em desenvolver a sua família, enfim. Você que foi para lá através de um chamamento institucional do próprio Governo, ninguém vai falar disso. Vão dizer que você é garimpeiro. Pode marcar. Já fiz aquela pergunta só para chamar a atenção.

Então, eu quero dizer a você que a gente agradece a sua presença aqui e, sobre aquilo que eu iria perguntar para você, já fui contemplado.

E queria, também, dizer a você que parece até que a pavimentação da 163, toda essa demarcação foi feita em contrapartida dessa... Quando se começou a falar da 163, começou-se a falar dessa coisa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – E Belo Monte também.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – E Belo Monte também.

No nosso Estado, Bagattoli, nós fizemos uma licitação para passar a linha de transmissão. Nós somos o único estado que não está interligado ao Sistema Nacional de Energia e nós fizemos uma licitação para fazer essa obra há 13 anos. Nós ficamos discutindo a compensação com os representantes da Comunidade Atroari Waimiri durante 13 anos e, só agora, um ano e pouco atrás, é que nós conseguimos a licença de instalação e estamos começando a fazer, inicialmente, as obras de compensação para, depois, começarmos a plantar nossas torres lá para fazer a nossa linha de transmissão. Quer dizer, isso é algo que a gente precisa, realmente, aqui, aprofundar muito nesta Comissão.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Presidente, o Sr. Relator e os nobres membros, porque aqui eu acho que vamos fazer um excelente trabalho e um grande serviço ao nosso país e ao nosso povo da Amazônia.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Dr. Hiran. Participação sempre esclarecedora.

Já te dou a palavra, Marcelo.

Só para...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há pouco, o Dr. Hiran falava do ciclo da borracha, de como acabou. Naquele tempo, foi um inglês, um aventureiro inglês que roubou a semente da seringa. Ele foi até condecorado pela Rainha Vitória. Foi dado a ele o título de *Sir*, por ter nos roubado 70 mil sementes.

Para quem estiver interessado, tem um livro muito bom chamado *O Ladrão do Fim do Mundo* [esse livro é muito bom]: *como um inglês roubou 70 mil sementes de seringueira e acabou com o monopólio do Brasil sobre a borracha*. É um livro muito bom, custa barato. A propaganda é porque é interessantíssimo. Conta toda a história de como o inglês... (*Pausa.*)

Não – não.

De como roubou.

Achei o livro... Eu já esse livro, cinco anos atrás. Ele é muito interessante. Conta toda a saga. O que ele foi, para nós, o algoz, aqui, foi herói lá na Grã-Bretanha. É irônico.

Com a palavra, Marcelo.

O SR. MARCELO NORKEY DUARTE PEREIRA (Para expor.) – Senador Hiran, só, com relação ao que o senhor falou sobre a questão garimpeira, na verdade, eu tenho muito orgulho de meus pais – meu avô, ali, no Rio Grande do Norte, garimpava scheelita – e, também, de participar de uma atividade que é a mais citada na Constituição Federal.

Muita gente pensa que o garimpo é ilegal. Não. O garimpo é a profissão brasileira mais citada na Constituição. O art. 21, inciso XXV, diz que o governo deve criar as reservas garimpeiras, no intuito de ajudar socialmente.

O art. 174 fala só sobre garimpo. É o Estatuto do Garimpeiro. Nele já existem algumas leis que fizeram a regulamentação do art. 174, que diz que o governo deve promover o desenvolvimento social e econômico do povo garimpeiro. E também o art. 201, inciso VII, que diz que o garimpeiro se aposenta como produtor rural, o mesmo direito, com 60 anos.

Então, eu acho que não é vergonha nenhum garimpeiro do Brasil ter esse nome, até porque está na Constituição Federal... Na verdade, ela está incluída na base social, em que são citadas sempre as questões sociais, e, infelizmente, o Estado não cumpre o seu dever, não cumpriu seu papel, suas obrigações, e nós, produtores rurais, garimpeiros, madeireiros, não nos autoregularizamos. Não podemos tirar a licença para eu mesmo garimpar ou tirar o minério ou produzir galinha. É o governo que faz isso. Quando o governo não faz isso, o governo em tudo prevarica a Constituição. Por isso que eu pedi para esta CPI trazer a Constituição Federal.

É só entrar... Qualquer dúvida, quem acha que o nome "garimpo" é errado ou que não conhece a lei... Primeiro, que desmatamento no Brasil não é crime. Está protegido pelo Código Florestal. É chamado



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de "supressão vegetal". Segundo, a atividade de garimpeiro é a atividade mais citada na Constituição Federal. Então, não é vergonha. É orgulho.

Eu me orgulho muito disso, e, infelizmente, tem pessoas que usam isso, às vezes, para atacar uma profissão que era a mesma de Tiradentes, o primeiro herói de nossa independência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O Zequinha...

Jaime, alguma pergunta, para a gente encerrar esse depoimento? (*Pausa.*)

Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Quero cumprimentar aqui o nosso Presidente da CPI das ONGs, Senador Plínio Valério, o Relator, Marcio Bittar... Cumprimentar também o Marcelo, nosso Senador Zequinha, aqui presente também...

Quero dizer para vocês o quanto que as ONGs prejudicaram o desenvolvimento da Amazônia. Se elas estivessem realmente interessados em ajudar o povo da Amazônia, como disse o Zequinha, o nosso Senador Zequinha Marinho, nosso povo estaria bem melhor do que está hoje.

Olha o que aconteceu na gleba Corumbiara... Depois de a União ter vendido os lotes todos listados pelo Incra, sacramentado, o produtor ter cumprido as regras, aí, passados 15, 20 anos, vieram e disseram que tinha quatro, cinco índios, e interditaram quase 23 mil hectares, e pegaram os 23 mil hectares agora, em 2020, e os homologaram como reserva indígena.

Sabe quantos índios tem hoje? Nenhum. Não existe mais nenhum índio lá. Só existia o tal do "índio do buraco", do qual dizem que fizeram autópsia aqui em Brasília, que ficou aqui quase dez dias aí, quinze dias, não sei... Então, não tem mais nem um indígena lá. Não existe um índio lá.

E agora estão dizendo que, mesmo não tendo nenhum índio, a terra tem que ficar... Os produtores têm que perder as áreas e elas têm que ficar como reserva indígena, sem haver nenhum índio.

Então, eu quero que os senhores entendam a que ponto que isso foi parar, aonde que isso vai chegar.

Aí, eu moro num município onde tem 1,250 milhão... aproximadamente 1,180 milhão de hectares, Zequinha Marinho, e mais de 50%, 57% são de uma reserva indígena – do total do município, 57%. Um município que tem 100 mil habitantes, e 57% é de duas reservas indígenas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim... E aí essas... Nós não demos... Esta CPI aqui das ONGs é muito importante porque nós precisamos – viu, Marcelo? – mostrar realmente para a sociedade, realmente para o povo brasileiro que essas ONGs internacionais não estão aqui para ajudar o nosso povo.

E, além de tudo isso, agora, o que está acontecendo na Amazônia... A cada ano que passa o nosso povo lá fica mais pobre. O nosso povo... É nos sete estados: é no Amazonas, é em Roraima, é em Rondônia, é no Acre, é no Amapá, é no Pará... E nós precisamos que as autoridades, nós precisamos que o próprio Supremo Tribunal Federal entenda, inclusive, sobre essa situação do marco temporal. E nós, Senador Zequinha Marinho, Senador Plínio Valério, Marcio Bittar, nós precisamos fazer com que o nosso Presidente do nosso Senado, Rodrigo Pacheco, entenda que nós precisamos atuar urgentemente sobre aquela situação do marco temporal, até para nós evitarmos mais problemas futuros e mais... Pode haver até um derramamento de sangue por uma questão que os produtores... e vai afetar milhares de pequenos produtores no campo.

Obrigado.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, eu gostaria de fazer uma reflexão muito rápida.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime.

Com a palavra, sim, Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria só fazer uma reflexão sobre aquilo que o Senador Zequinha Marinho falou sobre como nós... A responsabilidade nossa é muito grande porque, como o senhor falou, a capacidade dos municípios e dos nossos estados de se contraporem a essa política ambientalista indigenista é muito pequena. Vou dar um exemplo muito prático aqui: se vocês tiverem curiosidade, procurem pesquisar sobre uma senhora que é fotógrafa, que se chama Claudia Andujar. Essa senhora deve ter cerca de 90 anos hoje, mas ela criou a Comissão Pró-Yanomami (CCPY). E essa senhora conseguiu, junto daquele antropólogo Bruce Albert, que nós vamos chamar aqui para esta Comissão, que é um francês marroquino, que ainda está lá pela Amazônia; ela conseguiu mobilizar Ministério Público, enfim, a opinião pública nacional para demarcar a Reserva Yanomami daquele tamanho. Ela foi a mentora daquilo tudo, quer dizer, uma pessoa que mal fala português. Eu a conheço pessoalmente, e ela mal fala português.

E aquilo que você falou sobre o Supremo... O Supremo está legislando porque esta Casa realmente está demorando a deliberar sobre o marco temporal, algo que já está consignado inclusive nas condicionantes da demarcação da Raposa Serra do Sol, que foram aprovadas na demarcação e que foram, inclusive, apresentadas pelo ex-Ministro Menezes Direito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está muito claro ali; a gente tem que transformar aquilo em lei, num marco legal. A gente não pode se eximir nesta Casa de uma responsabilidade. Como você falou aqui, Bagattoli, realmente a responsabilidade nossa é muito grande pra que a gente possa estabelecer um marco legal nessas demarcações, porque...

Lá no meu estado, nós temos algumas reservas que ficam próximas. Nós temos 32 indígenas reservas indígenas demarcadas, homologadas, respeitadas. Nós temos lá, meu querido Senador Marcio, alguns Vereadores lá do Município de Bonfim que são daquela região e que falam inglês, porque eles vieram para Roraima para trabalhar nas fazendas. Eles eram da Guiana, e ali eles foram formando as comunidades, entraram com um processo de demarcação e fizeram lá uma reserva indígena em que tem muita gente que é originário da Guiana. E, se a gente não tem esse marco temporal bem delimitado, nós vamos ver que vão surgir várias pequenas comunidades ao longo da nossa Amazônia e ali vão surgir novas reservas indígenas. Então, eu acho que a responsabilidade nossa é muito grande e vamos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Tem um bocado de pedidos.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Tem muitos, muitos. São mais de 500. Segundo o ex-Presidente da Funai, mais de 500.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Dr. Hiran.

Marcelo, saiba da nossa gratidão. Você somou muito com o seu depoimento aqui, e certamente será de grande utilidade para todos nós a partir daqui. E, como se vê, o objetivo que nós temos é exatamente este: colher depoimentos pra que possamos, com esses argumentos, com esse conhecimento, com depoimentos que virão das oitivas, no final, apresentar sugestões, pra tornar isso transparente.

Agora mesmo, Leonardo DiCaprio está anunciando um fundo lá de US\$200 milhões. A gente tem que saber como vai entrar, pra quem entrou, como vai ser gasto. Tudo é balela, mas tudo é narrativa, narrativa que virou verdade.

Muito obrigado, Marcelo.

Nós vamos chamar a Sra. Luciene Kayabi, que é liderança indígena.

Eu a conheço, sim. Conheci agora com a CPI. Ela vai colaborar muito conosco.

Enquanto isso, eu vou pedir pra passar aqui um vídeo três minutos, com o Cacique Márcio Aruá. Ele é de Rondônia. Ele fala a respeito da atuação de ONGs no território. É o vídeo número 1.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Esse é o Cacique Márcio Aruá, de Rondônia. Vocês veem que tanto faz, índio ou não: habitou a Amazônia, é o mesmo drama e é o mesmo problema. E é por isso que a gente está trazendo para o brasileiro e para a brasileira esse tipo de depoimento. E vamos insistir com isso para que, quando chegarem as oitivas dos representantes das ONGs, do BNDES, seja lá o que for, vocês tenham os argumentos dados pelo povo que habita a Amazônia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Então, vamos, sim, tirar foto com o Marcelo e entregar o documento.

Luciene, um minutinho só, tá? *(Pausa.)*

Também como convidada, convidada... Vou registrar sempre aqui: ela é nossa convidada. E isto até é um alerta para aqueles apressados que pensam em poder ter ingerência aqui na CPI: CPMI é uma coisa, covid é outra; aqui é CPI das ONGs, totalmente diferente.

Com a palavra a Sra. Luciene Kayabi, que é uma liderança indígena.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI (Para expor.) – *(Expressão em língua indígena.)* Meu bom dia a todos na língua caiabi. Se eu falar *(Expressão em língua indígena.)* é um bom dia individual. Portanto, recebam esses dois "bom dia" na língua caiabi neste momento todos.

Eu gostaria de agradecer pela iniciativa ao Presidente desta CPI, que é uma Comissão parlamentar de investigação, onde eu acredito que vamos dar um avanço muito grande para os povos indígenas. Quero agradecer ao Senador Plínio Valério por toda esta Comissão formada e por todo o seu empenho, Senador. Os povos indígenas agradecem ao Grande Espírito porque Ele está movendo toda a nação brasileira para que nós possamos viver dias melhores.

Cumprimento também todos os Senadores que aqui se fazem presentes.

Quero dizer também a todos os Parlamentares que nós estamos felizes com a presença de vocês e também com o que está por vir através da missão que foi dada a vocês para cuidar também da nossa floresta, dos nossos biomas, dos nossos povos e das nossas vidas.

Na pessoa da Deputada Silvia Waiãpi, minha amiga, grande guerreira, eu cumprimento todas as mulheres que se fazem presentes nesta plenária.

Meu nome é Luciene Kujãesage Kayabi, nome da minha etnia caiabi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou falar um pouco da minha história. Eu fui tirada da minha família, da minha aldeia, no ano em que eu nasci, 1972, por um branco servidor da Funai, Sabino. Fomos tirados de lá, toda a nossa família, e até hoje nós estamos buscando as nossas identidades genéticas. Eu disse isso porque faço 50 anos neste mês de julho. Eu quero dizer que os órgãos tutelares dos povos indígenas, os órgãos governamentais e as ONGs têm falhado muito para com os povos que hoje vivem nas florestas.

Estamos diante de um novo tempo, um novo ciclo da humanidade, em que o desenvolvimento, a tecnologia e a economia mundial estão prestes a viver um único governo, uma moeda digital, a ciência e a tecnologia muitíssimo avançadas, e nós, nos preparando pra vivermos uma nova era dentro da nova ordem.

E onde estão os povos indígenas dentro desse subdesenvolvimento humano? Os povos indígenas, assim como esta CPI, que hoje está na quarta reunião e já tem dito muito sobre nossos povos, muita coisa temos a dizer e muitas coisas ainda vão sair dessa cortina de fumaça que faz com que nossos povos sejam massacrados, sejam humilhados e mortos diante de órgãos não governamentais que dizem cuidar do índio, que dizem proteger os direitos de nós indígenas, mas, na verdade, isso é uma falácia, falácia essa que está prestes a sair do mundo da escuridão e vir para o mundo da verdade, da luz.

Eu hoje estou como assistente jurídica dentro do agronegócio indígena. Esse agro indígena nasceu há cinco anos e hoje ele está com uma parceria também com a comissão dos povos indígenas, comissão essa que foi criada na data do dia 17 de abril deste ano, pela iniciativa louvável da então Deputada Silvia Waiãpi, à qual hoje eu também represento. Existe um movimento agro indígena, após essa data do dia 17 de abril, que hoje ainda não tem nem três meses. Após essa comissão ter sido formada dentro do Congresso Nacional, que foi iniciada com apenas sete indígenas, sete etnias, hoje nós estamos com quase 390 etnias que fazem parte desse movimento agro indígena Brasil.

O nosso povo necessita se desenvolver, o nosso povo necessita sobreviver. Os povos indígenas hoje pedem socorro aos órgãos governamentais, à sociedade, aos não indígenas, a toda cúpula brasileira, para que nós possamos nos desenvolver com dignidade. Existem tantas leis que nos proíbem plantar. Existem tantas leis que nos proíbem viver da maneira que nós queremos, desejamos e somos nascidos para viver.

Eu gostaria de fazer uma pergunta a todos aqui presentes. As ONGs foram criadas para proteger os povos indígenas. E quem é que está protegendo os povos indígenas? Quais são as ONGs que estão protegendo nosso povo? Se alguém aqui citar uma que protege de verdade, eu vou parabenizar. Mas se tiver ONGs que não protegem o nosso povo, eu vou ajudar esta CPI a colocá-las todas no seu devido lugar. Que cuidem da sua família, porque da família indígena, dos povos originários, dos povos nativos cuidamos nós. Vocês gostariam que alguém invadissem os lares de vocês e dissessem: "Eu cheguei aqui para organizar o teu quarto, a tua sala, a tua esposa, os teus filhos, o teu trabalho, o teu celeiro, o teu cartão de crédito?". Com certeza, não. Aqui somos todos provedores dos nossos lares. E por que nós, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

floresta, devemos aceitar ONGs dizendo que vão cuidar, dizendo que vão ajudar a preservar? Não preservam nem uma samambaia que tem no quintal deles.

E nós temos hoje no Brasil um bioma maravilhoso, a ecofloresta, o ecossistema, o bioma. Toda essa riqueza verde que nós temos no nosso país é preservada pelas vidas indígenas que ali estão. Somos nós que sabemos cuidar da floresta. Somos nós que temos o dom milenar de cuidar da natureza, porque os povos indígenas fazem parte da natureza. Jamais iremos derrubar as árvores da forma que as queimadas hoje fazem. Jamais iremos tirar nossa fauna e nossa flora se são o nosso alimento e a nossa maneira de viver.

A agricultura indígena hoje está vivendo um momento de extrema relevância política. O meu trabalho aqui, neste Senado, no Congresso e na vida do meu povo, é fazer articulações, alianças que possam trazer políticas públicas para que nós possamos viver – mais uma vez eu vou dizer – com dignidade. E, quando eu digo vida, é vida saudável, de barriga cheia, de intelecto conquistado nas faculdades, nas escolas, porque nós somos capazes também de usufruir da política pública deste país. Ou melhor: nós não queremos mais ONGs falando por nós. Como vocês percebem, a gente sabe falar. A gente sabe agir. E nós temos uma sabedoria que vocês ainda não conhecem: a sabedoria espiritual da mata, a sabedoria que vem dos pajés. Essas vocês nunca vão conhecer.

Então, eu peço mais uma vez: se as ONGs vieram agora para vir falar, para se defender e dizer que cuidam, que provem; porque a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs, esta CPI, vai investigar. E eu quero muito ver o resultado final de tudo isso.

Mas, para ser bem esclarecedora sobre o agroindígena: o agroindígena hoje está dentro de mais de oito etnias no nosso país. Temos aí exemplos dos nossos irmãos paresi, os nossos parentes, que têm agricultura mecanizada desde o ano de 1997. Eles são os precursores da agricultura mecanizada e são praticamente o legado da mudança dos nossos povos para o subdesenvolvimento. Nós temos aí os xavantes – eu também sou filiada xavante e represento este povo –, que estão plantando, mas com muita dificuldade por causa dos seus licenciamentos jurídicos e dos embargos que o próprio Ministério do Meio Ambiente nos dá, porque nos proíbem de plantar, nos multam por derrubar uma árvore; mas cadê a multa das ONGs quando o meu povo está morrendo de fome e doente? Porque o IDH da saúde indígena – só mesmo pesquisando vocês vão ver – é muito baixo. A educação ainda não chegou nas aldeias – proíbem até criarmos escolas para nossas crianças.

As ONGs têm feito... Uma forma que elas têm, um poder que elas possuem, pela liberdade que elas têm no nosso país, deliberada pelo próprio poder político, pelo próprio poder público, é o poder de manipular o nosso povo, um poder de persuasão tão grande que a maioria do nosso povo está de mente e olhos fechados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero dizer que a minha batalha é abrir o olho do meu povo e dizer que nós podemos, sim, trabalhar, lavrar a terra, ter dignidade para plantar, vender, fazer parte do PIB brasileiro, fazer parte do desenvolvimento econômico do nosso país.

E por que nós agora estamos avançando? Como eu disse, o Márcio Aruá faz parte da nossa comissão também do agroindígena, é um rapaz que tem plantado os seus cafés, as suas castanhas, óleo de copaíba, e no ano passado ele não teve condições de vender os seus produtos, perdeu, porque, quando liberam as nossas plantações, sem os embargos, sem as – vamos dizer – mazelas da burocracia que se criam, lá na frente, você não tem para quem vender.

Então as ONGs, elas manipulam do início, no meio e ao fim o sonho dos povos indígenas de serem independentes financeiramente e, assim, elas constroem a falácia de que nós, desenvolvidos, vamos perder a cultura, vamos perder algo que nem deles é, é nosso.

Portanto, se nós não mudarmos as nossas mentes e consciências e a forma de lutarmos, de verdade, pelo povo indígena, ainda assim, no século XXI, nós não vamos estar fazendo nada pela vida humana dos povos indígenas, mas vamos estar, sim, apoiando essas ONGs a fazer o que elas sempre fizeram: arrecadar dinheiro do exterior, arrecadar dinheiro do Governo brasileiro para se enriquecerem, porque só elas que têm o domínio financeiro de toda essa doação que elas recebem por anos e anos e anos.

Nós não podemos mais aceitar isso. Nós temos que hoje valorizar a agricultura indígena, porque vai ser a agricultura indígena que vai mudar esse cenário, que vai trazer para o meu povo a subsistência do trabalho.

Hoje, as aldeias vivem sonhando. Os povos estão sonhando com qualidade de vida, estão lutando para ter qualidade de vida. Mas eu gostaria de saber por que o Governo nosso, os nossos Senadores, os nossos Deputados, por que todos nós, agora que abrimos o olho para isso? Porque isso já tem 40 anos! As ONGs foram formadas pela nova ordem, pelos países exteriores, não é algo aqui para a gente esconder.

As ONGs, essas Organizações Não Governamentais, elas têm uma política pronta para nos dominar. E por que o Brasil se deixou dominar? E por que nós não podemos agora nos desenvolver? Nós não podemos aceitar mais isso. Os povos indígenas hoje estão nas faculdades, estão estudando.

Existe uma cultura xavante chamada pescaria. Eles pegam a menina Luciene e jogam lá no mundo dos brancos: "Vai lá, Luciene, estuda"; "não, ainda não está pronta, volta"; "não, falta aprender mais um pouco, volta"; "está sob o domínio dos brancos, fica lá e responde por nós".

Assim como eu, tem muitos dos nossos jovens se preparando. Os povos indígenas já estão prontos para vir para a cidade, não como o planeta dos macacos – para reivindicar seus direitos de maneira brutal –, mas de maneira intelectual.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ainda sonho em ver esta plenária com vários cocares, porque, se vocês não resolverem, nós vamos resolver. Se as ONGs não se manifestarem, não se pronunciarem, para dar uma prestação de contas para os povos indígenas, nós vamos atrás das prestações de conta.

A catraca está girando, para algum lugar ela vai, e eu garanto para vocês que os povos indígenas vão plantar, porque eles estão dentro do agronegócio indígena. Eles estão dentro do agroindígena. Eu não falo por mim, eu falo por eles: os mais de 350 líderes, caciques, presidentes de cooperativas e de associações.

Nós estouramos a porteira. Não há como retroceder. Não há como sonhar, porque o sonho já se tornou realidade. Nós vamos continuar levantando a bandeira do agroindígena, porque só isso que vai trazer a solução, por todos esses anos de problemáticas que as ONGs trouxeram para o nosso país.

As ONGs só trouxeram miséria. As ONGs trouxeram fome. Existem aldeias que não passam de 30 indivíduos, não conseguem aumentar a sua família porque a doença – chega uma determinada idade – vai eliminando eles.

E onde é que estão as ONGs agora, que são os órgãos protetores da vida indígena? Que querem nos tutelar, que recebem muito dinheiro do sistema? Elas nunca estão onde realmente deveriam estar, tanto é que nós não conhecemos os principais presidentes dessas ONGs.

E a política governamental do nosso país, do Brasil, não nos trouxe ainda nenhum órgão fiscalizador dessas ONGs. Então, ganham dinheiro, e muito, e ainda não fazem prestação de contas.

Assim que nós começarmos a ouvir as ONGs aqui nesta CPI, eu acredito que nós povos indígenas vamos mobilizar uma comissão fiscalizadora desse dinheiro, e juridicamente nós podemos reivindicar todo esse dinheiro, essa fortuna, que foi dada para os povos indígenas do Brasil, mas que não chegou na ponta.

Eu não preciso aqui ficar discriminando, porque todo mundo aqui já ouviu o suficiente sobre o que realmente elas estão fazendo. O Marcelo trouxe para nós documentos. Nós temos agora provas concretas.

Onde está o MPI? Onde está a Funai? Onde estão as associações e as próprias ONGs que se deixaram levar esses anos todos só proibindo a plantação? Só proibindo a gente dizendo que vamos perder a cultura. Jamais! O exemplo está lá nos irmãos parecis, está lá nos xavantes. Eles estão plantando já, e a cultura é forte. Os suruí, os macuxis, a Amazônia, todos têm resultado. Mas, ainda assim, querem que nós continuemos cuidando de uma floresta, cuidando de toda essa política que eles criaram para nós. Mas, na verdade, eles não querem a floresta, eles querem o que está na terra. São os nossos minérios, o ouro, o diamante.

A nação brasileira está sendo usurpada a olhos nus e ninguém fala nada. Nós estamos sendo praticamente roubados, todo o povo brasileiro. Não somos só nós, povos indígenas. Até quando a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai só olhar e não falar nada? É tempo de refletir. É tempo de mudança de mente. É tempo de abrir o terceiro olho e olhar para nós, povos brasileiros, com mais amor, carinho, dedicação e política. Porque nós indígenas somos irmãos de vocês, não indígenas. Somos um povo só. Se unificarmos toda a nossa cultura com a cultura de vocês, todos nós vamos contribuir para dias melhores desta nação. Nós só queremos plantar, queremos viver da nossa terra, do nosso suor.

Eu gostaria muito de entender essa complexidade mental atrasada que fala que agroindígena é veneno, que fala que agroindígena não vai trazer vida. O agroindígena que planta, que coloca na mesa de vocês o pão de cada dia, que sustenta cada um de nós e nossas famílias, é o que tem feito o quê neste planeta? É o que trouxe vida para a humanidade. Nos primórdios, lá do tempo do Egito, em que veio e começou a agricultura já desenvolvida, nós nunca mais paramos de nos alimentar de produtos que vêm do agro.

Agora, hoje, se cria uma situação e leis proibitivas, sem princípios legais, porque qual é o princípio maior da CF de 88, da Constituição Federal de 88? O maior valor dela está na vida. É um direito nosso de viver.

E os povos indígenas, nem isso eles estão tendo mais, a exemplo dos povos ianomâmis, a exemplo de outros povos que estão, sim, com as suas crianças doentes, os seus anciões. Nós que estamos nessa faixa etária do meio temos que agir. Por isso estamos aqui. Por isso estamos aqui. Nós temos que agir, senão vamos ser dizimados, porque o propósito maior dessas ONGs é nos dizimar. E aí, depois dos povos dizimados aqui no Brasil, aí, ao bel prazer das nossas riquezas, eles vão fazer o que eles quiserem.

E o que eles querem é isso. Já existe uma narrativa de que o Brasil, especificamente a Amazônia, ela é do mundo, ela é de nós e dos países externos! Aí nós também vamos ser tutelados pelos países externos através dessas ONGs, que só vêm com mentira, só vêm com falsidade, não têm bondade, não têm nada a nos oferecer a não ser mentiras? Até quando? Até quando nós vamos fechar os olhos pra isso?

Então, eu acredito, confio no trabalho do Presidente Plínio Valério, esse Senador que levantou essa bandeira e que colocou todos na responsabilidade das nossas vidas. E nós estamos prestes a, em pouco tempo... nós estamos caminhando pra muita coisa podre que vai sair dessa caixa preta das ONGs.

Existem vidas lá, e eu vou falar a verdade para vocês: existe tráfico de vidas dentro das aldeias, principalmente as mais isoladas. Existe tráfico de órgãos dentro das aldeias. A gente sabe disso, nós não temos como provar, mas agora, quem sabe, a gente chegue pelo menos perto.

Existe hoje uma situação, que as ONGs têm, de representar os povos indígenas, de maneira que nem votado para isso elas foram, tiraram até a nossa cultura de escolher os nossos líderes.

Eu vou falar um pouco do território indígena kayabi, do Baixo Xingu mato-grossense, o qual, lá, também pertence a minha família.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Baixo Xingu, o ISA tem muita influência lá. São mais de 20 institutos de ISA lá. Só que eles promovem os nossos caciques, são eles que elegem os líderes, principalmente aqueles líderes que eles podem manipular, que eles têm mais facilidade com eles, de levá-los aonde eles querem.

Aí, quando se planta algo lá, se é preciso de, pelo menos, um carro deles para transportar alguns produtos, nem isso eles fazem. E eu falo porque a denúncia está aqui. Eles falam pra mim: "Luciane, a gente precisa, pelo menos, às vezes, de um carro emprestado". Eles não podem. "A gente precisa pelo menos de uma consultoria". Eles não podem, e estão lá dentro da aldeia. Estão lá dentro, junto com os povos indígenas.

Aí, traz-se aquela questão antropológica, traz-se aquela questão social, traz-se aquela questão de doações, de benefício do Governo, ilude-se o nosso povo e, no final, não fazem nada, nada, nada, nada. Eles estão à mercê de ONGs e a maioria, que não concorda com o trabalho das ONGs, fica pela liderança do povo indígena, porque nós somos obedientes. O povo indígena é obediente. Por isso é que nós necessitamos de caciques, porque é o cacique que determina a vida daquele povo, daquela comunidade. Aí as ONG entram e tiram da gente até esse fator humanitário, cultural, ao termos até os nossos líderes, que nos lideram, mas não são votados por nós, porque nós não temos essa democracia lá dentro. Mas eles acham que estão protegendo o nosso povo de alguma maneira. Mas eu acredito e, novamente, eu vou dizer que nós vamos mudar esse fato. Nós vamos mudar essa narrativa, porque o que nós viemos, aqui nesta CPI, falar é o que vocês não conhecem, por isso é que a floresta veio trazer a mensagem, a verdade.

Eu quero dizer também que, ali na região do Xingu, estão mais de 16 etnias. Só naquele território há, se não me engano, 2,652 milhões de hectares de terras. A população indígena ali é muito pouca. Nós, os caiabis, ali somos 3 mil só. E por que é que acham que essa quantidade de indígenas vai destruir toda aquela Amazônia? Nunca! Nós temos consciência da floresta, sabemos cuidar dela, sabemos viver com ela e, sem ela, nós não temos vida.

O povo xavante também tem trabalhado, arduamente, para que a sua cooperativa agrícola venha a vencer os obstáculos jurídicos do Ibama, venha a vencer também os seus licenciamentos, que são proibidos, porque nós não temos mais o direito de plantar. A Funai não nos dá mais nem uma enxada, se formos pedir. E eu não falo porque me falaram, não. Eu estava lá quando aconteceu isso, agora, três meses atrás. Não tinha enxada nem facão.

O Ministério dos Povos Indígenas, hoje, está para nos apoiar, para nos ajudar. Um representante dele nos disse, na primeira audiência pública dos povos indígenas, realizada no dia 5 de junho, que vai nos ajudar, sim, e não é contra o nosso desenvolvimento, mas que para isso a gente tem que analisar e avaliar as leis. Essa legalidade jurídica que, hoje, existe para nos impedir, é nela que temos que trabalhar.

Então, o meu apelo fica aqui, a esta Casa de leis, para que nós possamos ter, agora, um debate, para que transformem essas leis, para que, realmente, venham a nos beneficiar, porque é muito gritante, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minha mente, uma árvore ter mais valor do que uma vida. Isso é inaceitável! E essas leis, hoje, perduram na nossa vida indígena só pelo fato de esta Casa de leis ainda não ter olhado para nós como seres viventes.

(Soa a campanha.)

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Eu quero agradecer a oportunidade.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Luciene. A gente sabia do seu depoimento forte, como deveria ser.

Com a palavra, o Relator.

Eu peço vênha aqui ao Relator para a gente fazer uma homenagem às mulheres. A Deputada Silvia está ali como nossa convidada, ouvinte, mas a gente tem que ouvi-las, pelo menos uma vez, em cada seção.

Você permite, Senador Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – É claro. Posso fazer as perguntas, ela anota e a Deputada Silvia fala. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bem, Luciene, primeiro, eu quero lhe parabenizar e dizer que boa parte do que ouvi de você vai ficar na minha memória para o resto da vida, como também da fala da Deputada Silvia na sessão passada, principalmente quando você menciona, e isso serve para todos nós que estamos aqui, se nós aceitaríamos alguém que entrasse na nossa casa e fosse decidir como a gente organizaria quarto, sala, cozinha, qual seria a dinâmica da nossa casa, determinando que hora seria para levantar e para dormir. E é claro que nós não aceitaríamos. E aí você indaga: "E por que nós indígenas somos obrigados a aceitar?".

De fato, essa ingerência se dá aqui no Congresso Nacional também. As ONGs não têm um lado em que elas não atuem e aqui elas atuam muito fortemente. Mas, para a gente ser prático, Luciene, eu quero fazer algumas perguntas. Se você puder ir anotando.

Primeira. A partir da sua experiência e da sua comunidade, não lhe parece que a assim chamada questão indígena tem dado oportunidade a que ONGs representem interesses estrangeiros no Brasil?

Segunda. A partir de sua experiência e de sua comunidade, parece-lhe que o pessoal das ONGs respeita, verdadeiramente, as tradições culturais dos povos indígenas ou, na verdade, pretendem tutelar essas tradições, mantendo-as "intactas", entre aspas, na pobreza?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terceira. A partir de sua experiência e de sua comunidade, as ONGs respeitam, realmente, a liberdade dos povos indígenas, não interferindo em sua auto-organização?

Por fim, quais as ONGs atuantes na sua região?

E uma última. Eu já ouvi falar de tráfico de minérios, de ouro, de prata, de diamante, e confesso que eu não tinha ouvido falar ainda em tráfico de órgãos. Acho esse assunto gravíssimo. Gostaria que a senhora, se puder, avançasse um pouco nessa questão, até para que a gente pudesse saber como a CPI pode averiguar essa denúncia, que é gravíssima.

Então, eram essas as perguntas, mais uma vez, parabenizando e agradecendo pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a palavra, a Sra. Luciene Kayabi, nossa convidada, uma das convidadas de hoje.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI (Para expor.) – Muito bem, Senador Marcio Bittar, na primeira pergunta hoje, o senhor disse: "Quais os interesses das ONGs estrangeiras dentro das nossas terras?". O interesse delas é, exatamente, trazer para nós os povos indígenas a visão de que elas vão vir ajudar os povos a se desenvolverem. Mas isso não existe, porque as ONGs estrangeiras investem no Brasil financeiramente, mas esse investimento, o qual é arrecadado pelas ONGs, não chega à ponta. Eles precisam que nós os indígenas continuemos vivendo na pobreza e na miséria para que este mundo que nós indígenas queremos, de melhoria, seja fadado pela fala deles de que, se nós saímos da pobreza e da miséria, nós vamos sair da cultura.

Então, as ONGs estrangeiras acreditam que nós temos que viver como 1.500 anos atrás, 523 anos atrás, e de maneira que eles possam nos dominar. Essa é a visão que eu tenho das ONGs estrangeiras. Eles precisam do domínio dos povos indígenas para que eles possam dominar nossas florestas, dominar nossos minérios, as nossas riquezas, e é uma contrapartida muito grande, porque entra dinheiro e sai dinheiro – entra dinheiro e sai dinheiro aí –, porque as nossas riquezas estão saindo das nossas terras. Ali nas terras caiabi existem ali máfias grandes de extração de madeira ilegal, não é mistério para ninguém.

Então, eu vejo que as ONGs internacionais querem realmente isto: continuar o domínio sobre nós povos indígenas, para que eles continuem extraindo a nossa riqueza, e, em contrapartida, todo mundo enriquece, menos nós.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Então, que fique claro a minha pergunta assim: se o discurso delas é o cuidado, é a proteção, a cultura... Mas parece que fica claro que por trás disso existe uma guerra econômica. Por exemplo, o Canadá tem na extração de madeira lá uma atividade econômica importante e que gera milhares de empregos. Se a estação de madeira no Brasil fosse legalizada, fosse otimizada, se, por exemplo, as reservas indígenas pudessem, em sistema de rotação, tirar sua madeira, isso abalaria o interesse canadense. Então será que não tem ONG



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no Brasil financiada por dinheiro, por dólares canadenses, por interesse econômico, embora o discurso seja outro? Um outro exemplo, a Noruega. Ela é a maior mantenedora do fundo amazônico: ONGs que ela banca, na verdade, fazem campanha para que o Brasil não explore o petróleo e gás, quando é do que ela vive.

Então me parece que está claro que, além do discurso, o que tem na prática é uma guerra econômica. Os Estados Unidos também têm interesse em financiar todo tipo de atrapalho... A senhora estava falando do agro indígena, quando um dos maiores concorrentes do agronegócio no mundo, no Brasil, são os Estados Unidos. Então, parece que, por trás de tudo isso, tem uma guerra econômica, não é isso?

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Isso. Essa guerra econômica (*Fora do microfone.*) é o que está trazendo para o nosso país essa súbita desnutrição dos povos indígenas. É essa guerra econômica, porque eles arrecadam, trazem para o Brasil essa arrecadação, aqui se perde esse dinheiro. E, quando chegam dentro das aldeias, os antropólogos que lá estão fazendo os estudos dos nossos povos indígenas, eles dizem: "Não, nós não podemos trazer esse desenvolvimento para essa etnia, porque, senão, eles vão perder a sua cultura; porque, senão, eles vão deixar de ser os protetores da floresta, e nós precisamos que eles protejam a nossa floresta".

Os Estados Unidos têm investido muito dinheiro nas ONGs, mas as ONGs ficam lá também, pintando-nos: "Olha lá os coitadinhos; olha lá os miseráveis, olha como que eles estão. Nós precisamos ajudá-los". E nós não precisamos da ajuda deles. Nós precisamos é nos ajudar. Eles não precisam falar por nós.

Então, não adianta também o Canadá investir aqui. Que investimento é esse, se nós não temos nem asfalto lá dentro, nem uma padaria dentro das aldeias? Que investimento é esse que os países externos nos dão? Nós não temos estrada para chegar às aldeias, muitas delas. Chegamos a barco, quando tem barco.

Então, o mundo todo está de olho na Amazônia, por cima, mas, na verdade, o que eles querem é o que está embaixo. Nós, que estamos pisando dentro da Amazônia, como vida humana, nós não estamos sendo respeitados por nenhum país da América Latina, da Europa, porque o investimento deles é para que nós apenas estejamos lá como órgão protetor de algo que eles criaram para nos usar para arrecadar dinheiro. É bem isso.

E eu quero pedir também o vídeo que eu pedi para colocar aqui. Esse vídeo também é de uma das nossas associadas da Agroindígena.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Com a permissão do...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Satisfeito, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Sobre o tráfico de órgãos e o nome das ONGs que mais atuam na região.

O SR. LUCIENE KUJÃESAGE KAYABI – Isso, isso.

Sobre o nome das... O primeiro, tá? Sobre o nome das ONGs que atuam ali na região do Mato Grosso, é o ISA e a Atix. O ISA existe ali já há alguns anos, instalado dentro das aldeias, dizendo que vai trazer benefício, e nunca chega na ponta. Existem alguns trabalhos feitos? Existem. Existe uma iniciativa deles, mas para ali, porque, se continuarem os projetos deles, a gente começa a se desenvolver. E a gente precisa de parceiros que realmente olhem para a gente e digam: "Não; vamos ajudar os indígenas, sim, a se desenvolverem".

E essa questão protetora que eles nos dão, cultural, a gente não quer isso mais. Nós não queremos, nós não precisamos. Quem dita regra dentro das nossas casas somos nós. Quem dita regra dentro das nossas aldeias somos nós. Nós não queremos mais ONGs dentro dos nossos territórios indígenas. Eles têm que entender isso, têm que respeitar a nossa vontade. Para com isso de chegar aqui e dizer que o índio precisa do apoio das ONGs! O índio precisa trabalhar na sua terra, vender o seu produto, ganhar o seu dinheiro por mês, matar a fome dos seus filhos, deixar um legado para os seus netos. A nossa responsabilidade é de sobrevivência. Chega de ONG batendo na porta das aldeias trazendo para nós o que nós não queremos! Nós não precisamos ser tutelados por ninguém. Já temos os órgãos do Governo aqui no Brasil. Nós já temos toda a política pronta aqui de proteção aos povos indígenas! Nós não queremos mais elas aqui.

Então, essas são as duas ONGs que atuam ali: o ISA e a Atix. O ISA, dentro das aldeias xavante, usa também aquela Associação Warã para que ela seja também dominada. Mas, quando os povos indígenas começam já a se desenvolver na agricultura, as ONGs nem chegam lá, nem para chamar para uma reunião, nem para tomar um café. Elas saem das aldeias rapidamente quando veem que a aldeia está querendo plantar, está querendo se desenvolver, porque ali não tem mais espaço para elas.

Por isso que o agronegócio indígena, o agro indígena, a agricultura indígena, é ela que vai fazer a diferença agora. Saindo as ONGs, a gente entra. Nós temos uma necessidade enorme da criação de uma secretaria de agricultura indígena, para que essa secretaria venha nos dar estrutura para trabalhar, venha nos dar os tratores que a gente precisa, venha nos dar as nossas máquinas que a gente precisa, de produção agricultura, venha nos dar capacitação, venha capacitar os nossos jovens para operar essas máquinas. Alguns anos atrás, eles davam um trator, e o trator ficava lá enferrujado. Acabava, porque ninguém nem sabia pilotar aquela máquina!

Então, é uma política que eu vejo que só nos trouxe tristeza, só nos trouxe praticamente morte, porque, se nós tivéssemos nos desenvolvido antes deles, não estaríamos nessa situação hoje, mas eles



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vieram já há mais de 40 anos. Essa política é uma política mundial. Por quê? Porque se criaram as ONGs pra entrarem dentro das aldeias, colocar-nos um contra o outro pra que a gente, separado, seja fraco, e eles dominem, eles venham como tutelares da nossa, vamos dizer, vida, mas na verdade é uma massa de manobra estranha até; estranha, porque não se faz nada. Eu não vejo resultado; eu não vejo resultado nem das ONGs nem dos órgãos governamentais. Então, está na hora de essas mudanças acontecerem. Assim eu vejo e acredito.

Quanto a essas denúncias sobre tráfico de órgãos, o que que acontece? Eu recebi uma denúncia há dois meses atrás. O Agroindígena não é pra isso, mas eu disse pra vocês que, desde a data do dia 17, onde a Deputada Silvia Waiãpi criou pra gente essa Comissão do Agroindígena, nós crescemos, ficamos visíveis. E as ONGs nem nos procuraram até o momento, mas muitos indígenas que estão lá dentro da floresta nos procuraram e eles nos pedem socorro.

Então, eu recebi, Senador Marcio Bittar, uma denúncia da região do Mato Grosso, da cidade de Querência. E lá está acontecendo tráfico de crianças tanto indígenas quanto não indígenas. Eu já trouxe essa denúncia para o Senado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUCIENE KUJÄESAGE KAYABI – Sim, senhor.

Eu já trouxe essa denúncia para o Senado. E nós temos vídeos de um indígena corajoso que fez isso, só que, por ele ter feito esses vídeos, ele foi preso, ele foi internado em um hospital de loucos, cortaram o cabelo dele, mexeram com a estrutura da família dele. E ele nos disse: "Luciene, eu acredito muito que tem aí o dedo das ONGs". E nós temos o local, nós temos tudo já, que ele nos mandou.

Então, meus nobres senhores e senhoras, as coisas estão ficando mais complicadas nessa CPI, porque, como eu disse, a verdade vai vir. E eu estou aqui trazendo uma denúncia que me foi passada. Portanto, é responsabilidade de todos nós investigar e ver se é verdade ou não, porque eu acredito que isso aí é algo totalmente desumano: tirar as nossas crianças das aldeias e levar sabe lá pra onde. Chegam nas famílias e dizem: "A gente vai levar sua criança, seu bebê, pra ter estudo", e os pais sonham que aquela criança vai estudar e um dia vai voltar pra melhorar a vida da sua família e nunca mais voltam. E a gente sabe o que acontece muitas vezes nos países exteriores: eles levam criança pra prostíbulos. E hoje a gente tem que estar unido pra isso, porque isso já é ato criminal, é ato criminal.

E eu vejo que tem muitas coisas que nós precisamos ouvir da parte das ONGs. Eu não estou aqui generalizando, sabe, Senador? Eu não estou generalizando todas as ONGs, até porque eu não conheço, são muitas. São muitas ONGs para cuidar de pouco índio.

Eu não acredito nessas coisas, sabe? E a gente está à mercê – a gente está à mercê –, porque quem que vai cuidar de nós na floresta? Nós não temos Polícia Federal lá, não. O Exército não está lá com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente o todo tempo, não. Não temos delegacia. A gente não tem nenhum órgão de segurança pública conosco 24 horas, como vocês têm aqui na cidade. Então, a gente acaba ficando vulnerável, e o tráfico humano existe. Eu demorei a acreditar que isso estava acontecendo dentro das aldeias.

E, como eu disse aqui, então, uma coisa vai puxando a outra, porque, como viram que a gente tem o respeito – o Agroindígena tem um certo respeito nesta Casa de Leis –, eles nos procuram, e a gente tem que averiguar, a gente tem que investigar, a gente tem que descobrir isso, porque não são só nossas crianças que estão correndo risco; neste mundo cruel, são todas as crianças. Então, olhem para as nossas crianças como se fossem as de vocês, olhem para as nossas vidas como se fossem a vida de vocês, porque nós vamos reivindicar todos os nossos direitos. E esse dinheiro também que as ONGs vêm pegando aí há anos – bilhões, trilhões – nós queremos, Senador, de volta, como reparação do dano da vida do meu povo, que derramou sangue, com os nossos antepassados, que já morreram, sonhando com o que eles prometeram, e não cumpriram. Nós vamos reivindicar judicialmente todo o dinheiro que foi levantado em nome dos povos indígenas. Será que tem alguém para dar essa prestação de conta? Será que o TCU vai nos ajudar? Será que a Receita vai se pronunciar? Eu chamo todos os órgãos de Poderes do nosso país para olhar para nós, porque este é meu papel: é abrir o olho do meu povo e abrir o olho de vocês, articular políticas públicas para mudanças de vida dentro do nosso povo.

E agora nós estamos trazendo provas – provas – concretas, só que também já começou a perseguição contra nós. Eu dou um recado: eu não tenho medo de perseguição – eu não tenho medo –, porque, se eu tivesse medo, eu nem aqui eu estaria. Mas eu sou guerreira, eu já nasci guerreira e vocês também são. São escolhidos para uma missão especial. E quem planta o bem colhe o bem. Quem planta vida vai colher vida. Quem planta morte vai colher morte. Quem plantou a corrupção vai colher a corrupção. E, ONGs, chegou a hora de elas começarem a colher o seu próprio fruto.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito obrigado, Luciene.

Com a permissão do Senador Zequinha, eu vou permitir que a Deputada Silva faça uma intervenção.

Com a palavra Deputada Sílvia Waiãpi.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Agradeço ao Sr. Presidente, ao Sr. Relator – Senador Plínio Valério e Senador Bittar – pela oportunidade de comentar tudo aquilo que foi colocado aqui.

Nós devemos analisar quando essas organizações não governamentais se instalaram no Brasil. Nós tivemos um proliferar disso a partir de meados do ano 2000. Em 2002, o Brasil, a fim de querer competir com a opinião internacional, criou o maior parque tropical do mundo ali no Amapá, reserva do Tumucumaque, em troca de US\$81 milhões.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Estado do Amapá, a capital hoje perfaz um total de mais de 460 mil pessoas, porém, como já foi dito aqui na semana passada, é um estado extremamente pobre. E, com essa quantidade de pessoas, o Município de Macapá, que é a capital do estado, possui apenas 3% de saneamento básico. Nós temos mais de 77% do estado preservados, e nas áreas que não são de preservação nós temos uma influência de uma lei ambiental severa – ela é severa demais apenas para o Norte brasileiro, apenas para os moradores da Amazônia brasileira. Ninguém perguntou ao povo do Amapá ou aos povos da Amazônia se nós queríamos pagar a conta mais cara e a conta mais severa com a perda da nossa dignidade.

Veja, os grandes eixos econômicos do país, nós temos, como tivemos antigamente, na época da política do café com leite, São Paulo e Minas Gerais, um exemplo apenas. Mas por que este estado tem este nome: Minas Gerais? Historicamente, foi um estado que explorou praticamente todos os seus recursos e as suas capacidades, e continua explorando até hoje, sendo um dos principais estados em arrecadação no eixo econômico do país. Por que que estados, o Norte brasileiro tem que pagar essa conta?

Bom, vejamos, nós falamos aqui sobre soberania, soberania nacional, soberania de um país, de uma nação, que, sim, constantemente, está ameaçada. A soberania não é delegável e nem renunciável. Então, como nós podemos renunciar a soberania do Brasil sobre o seu próprio território, delegando a organizações não – não! – governamentais a administração de terras brasileiras? Domina quem domina. Um exemplo: nós temos uma grande reserva...

O país inteiro, o Norte brasileiro, está mapeado. Com o avançar da tecnologia, nós sabemos onde existem áreas minerárias para que haja exploração, inclusive, de água mineral, tântalo, cassiterita, ouro, nióbio. E o Amapá possui, por exemplo, uma das maiores reservas de tântalo do mundo. Mas para que serve o tântalo? O tântalo serve justamente para ligas de componentes eletrônicos. Nós avançamos na tecnologia, mas este país não pode explorar aquilo que o seu território tem. Domina quem domina. Por que explorar o tântalo? Tântalo serve para fazer liga em materiais, em capacitadores, em materiais médicos e odontológicos.

Por que o Brasil não pode explorar o seu próprio território? Nós falamos sobre cidadania. O Brasil tem perdido não só sua soberania, não tem conseguido dar ao seu povo e aos povos do norte – por influência de organizações não governamentais, nós não estamos conseguindo dar – cidadania, dignidade à pessoa humana, e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa não estão sendo estimulados porque organizações não governamentais tendem a influenciar a opinião pública, com pressão internacional, para que nós povos muitas vezes incautos, sem nos esmiuçar, principalmente, sobre a tabela periódica... E nós deixamos de entender que o nosso país é uma potência e pode, sim, começar a coordenar, comandar eixos econômicos no mundo, mas nenhum país, nenhum interesse internacional quer permitir que isso ocorra. Então, para isso, ele precisa segmentar, separar, dividir, separando, dividindo e criando estímulos para conflitos. Nós estamos aqui tentando gerenciar um conflito, um conflito que impacta na soberania do nosso país e que impacta na dignidade da população do norte brasileiro, que são os maiores impactados



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelas ações dessas organizações não governamentais, que controlam, dominam, segregam, escravizam intelectualmente e apelam para o ideal imaginário da população brasileira e da população mundial, um ideal imaginário que segregou e condenou indígenas a viverem em 1500 – condenou e segregou indígenas a viverem em 1500 –, um ideal imaginário que diz que, só porque tu és do norte, tu não podes ser tão bom em tecnologia. Mas quem determinou isso?

Então, essa soberania que nós estamos dando a organizações não governamentais para decidir o que pode e o que não pode ser feito em território brasileiro, essa soberania é para quem? É para o nosso país, é para o nosso povo ou para interesses que não querem que o Brasil se desenvolva economicamente? Nós estamos condenando os nossos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, homens da floresta e mulheres da floresta no momento em que nós delegamos a organizações não governamentais a soberania do nosso país, tirando o direito, a propriedade e o desenvolvimento econômico do povo brasileiro.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Silvia.

Senador Zequinha, quer participar? Para a gente liberar nossa convidada?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Rapidamente, cumprimento a Sra. Luciene. E também, sobre tudo o que falou a Deputada Silvia, digo que a gente assina embaixo.

Mas há um ponto, dentre tanta coisa importante que V. Sa. falou, que é essa questão de o indígena não poder produzir e vender. Quando produz, de repente, não pode comercializar. Isso é o fim do mundo, o atraso, mas... Lamentavelmente, aí, sim, esta Casa deve, e deve muito, e nós estamos gestando a questão legislativa em cima disso, tirar essa situação deprimente de por que eu sou indígena, eu tenho que me aculturar a passar fome, necessidade...

Eu já falei, na última reunião ou na reunião anterior, que eu sou do Estado do Pará, moro no Sul do Pará, os kayapós estão ali muito próximos, têm uma área muito boa, muito grande, e têm vontade de produzir. Os caciques estão numa luta, porque o povo vai aumentando, as dificuldades também, as necessidades também, querem, precisam de um trator, precisam disso, precisam daquilo, para poder plantar o básico para suprimimento; não é para comercializar, é para comer.

Eu estava Deputado Federal uma época, lá atrás, quando recebi aqui algumas lideranças que precisavam de trator. Eu disse: vou na Funai combinar com o Presidente e colocar a emenda para comprar o trator. Eu cheguei lá e disseram: "Não, isso quebra a cultura". Aí não dá certo, não é? A forma de produzir, claro, quebra a cultura. Antigamente a gente não tinha nem a enxada, nem um machado; depois, apareceu. É uma evolução natural, não é verdade? Natural! Há um tempo desses, não se usava motosserra, hoje se tem motosserra. Não se tinha um trator para melhorar a terra, hoje se tem um trator.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma necessidade de se atualizar isso. Então, logo, logo, eu estarei trazendo alguma coisa aqui, apresentando, para se acabar com essa coisa do atraso. Isso é chato.

E o pior é que o Ministério Público, gente formada, gente que teve oportunidade de estar na faculdade, de passar num concurso, de ter vários títulos acadêmicos, embarca numa situação deprimente dessa.

Em Santa Catarina, tivemos um produtor indígena que produziu soja, mas não pôde vender a soja. Em Mato Grosso também. E assim vai e vai. Para com isso! Só realmente uma medida legislativa pode libertá-los disso. E pode ter certeza de que a gente está trabalhando em cima disso para, se Deus quiser, com a aquiescência da Casa, poder sair dessa situação deprimente.

Parabéns pelo conhecimento, pela inteligência, pela capacidade de raciocinar e por não se contaminar com essa narrativa que infelizmente mantém os povos indígenas escravos.

Aquela máxima bíblica que diz: "E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", aquilo é verdade. Eles não querem que os senhores nem ninguém conheça, avancem, capacitem-se, estudem, porque se acontecer isso, saem imediatamente daquela situação de engodo, dessa questão cultural de que têm que estar ali, de que não podem fazer nada, de que, quando produzem, não podem vender, de que... Para com isso! Para com isso! Vamos avançar!

A esperança não pode morrer. A gente tem que acreditar e continuar na luta.

Parabéns pela representação e por todo o discurso que aqui fez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha.

Antes de eu liberá-la, Sra. Luciene, eu queria mostrar o vídeo 5, que ilustra tudo isso.

Lembram que eu falei dos tenharins na Transamazônica, que a gente levou uma emenda parlamentar levando para eles 19 canoas de alumínio e motores, que a gente chama de rabeta, que é aquele motor com um cano longo? Eles mandaram as imagens para mim, acho que ontem ou hoje pela manhã, para que eu exibisse aqui o que eles estão fazendo com essas canoas de alumínio. Eu queria...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Olhem lá, colhendo a castanha! Antes, eles levavam quatro dias de canoa remando para chegar ao castanhal, hoje levam um. Olhem só os produtos que eles estão fazendo escoar: jerimum, melancia, castanha... Eles estão numa alegria só! Eles mandam essas fotos constantemente para mim. Olhem só o movimento, a felicidade por estarem gerando riqueza, renda para eles! Aí eles estão colhendo palha para fazer as casas. Eles mandaram isso aí.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso traduz, Luciene, tudo o que a senhora está dizendo e que o Zequinha acabou de falar. Eles querem condições para tirar do seu próprio esforço, força, suor e sangue o seu sustento. É tudo que eles querem!

Motor rabeta é isso aí, é o motor rabetinha. É uma coisa barata, mas que encurta em três dias o trajeto que eles levavam quatro. Se você somar 19 canoas de alumínio com 19 motores rabetas, não é absolutamente nada! Não paga um jantar que essas ONGs promovem, por exemplo, como agora fizeram na Ilha da Madeira.

Está aí. Esta é a realidade mostrada aqui. É por isso que a gente está ilustrando com algum vídeo. E o brasileiro e a brasileira que nos acompanham pelo YouTube vão tomar conhecimento disso.

Suas considerações finais, Luciene. Muito obrigado. Sua participação foi extremamente válida.

O SR. LUCIENE KUJÄESAGE KAYABI (Para expor.) – Eu é que agradeço pela oportunidade.

Eu acredito que, hoje, nós vamos sair daqui – todos nós – mais conscientes de toda essa situação que os povos indígenas estão vivendo. Mais uma vez, eu agradeço imensamente, de todo o coração, pela iniciativa do Senador Plínio para a criação desta CPI, que também foi um trabalho árduo. Foram quatro, quase cinco anos de luta para que esta CPI fosse apresentada.

Eu quero também dizer que nós povos indígenas merecemos a tecnologia, queremos e vamos conquistá-la. Não há outro meio para nós vivermos neste tempo da forma que os primórdios dos nossos ancestrais viviam.

Eu quero agradecer muito também à Deputada Silvia Waiãpi, que tem uma visão muito boa sobre os nossos povos. É uma representante nossa aqui, nesta Casa, que tem visto a nossa luta. Eu quero dizer a ela, diante de todos: Deputada, a força da senhora é a nossa força, a senhora é luz também para todos os povos indígenas deste Brasil. E continue firme, porque nós estamos juntas nessa batalha. Nascemos guerreiras, preparadas para uma missão. E essa missão começou agora para todos nós.

Eu quero agradecer também à Elisângela Lima, a CEO da Agro Indígena, minha parceira aí de luta, e dizer também que não está sendo fácil a luta do agroindígena, porque muitos vêm debater com a gente, dizer que estamos errados, que não é por aí o caminho; mas eu quero dizer que a salvação do meu povo é a Agro Indígena. Vai ser com dignidade, trabalhando e sustentando as suas famílias, as suas comunidades, que nós vamos permanecer em vida, em vida abundante nesta terra.

Agradeço a todos. Que Deus venha a abençoar a todos nós.

E quero dizer que nós, povos indígenas, estamos unificados à tecnologia mundial.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Sra. Luciene.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim como o depoimento do Marcelo, foi também muito proveitoso. Tudo devidamente anotado. Vamos em busca. Estamos juntos nessa aí. Estamos juntos para buscar e abrir essa caixa-preta.

Peço que a assessoria conduza o Sr. Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança, no Pará.

Enquanto isso, eu peço que mostre o vídeo nº 4, do Cacique Ronaldo Paresi, que mostra exatamente tudo isso que nós estamos falando aqui. É o vídeo nº 4.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Como vocês podem ver, a mensagem é sempre a mesma: sem tutela, com autonomia, com dignidade... Nosso convidado, o Sr. Miguel dos Santos Correa, Cacique da Aldeia Bragança, no Pará.

Muito obrigado, viu, Cacique? Muito obrigado. Fique à vontade, você está aqui entre amigos e aliados.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Boa tarde a todos. É um imenso prazer estar aqui presente. Sou Miguel dos Santos Correa, Cacique Munduruku, da Aldeia de Bragança, no Estado do Pará. Para mim, é uma grande alegria poder estar participando desta CPI, que há anos, há anos, a gente vem sofrendo com as tais ONGs, com as organizações, que não são, até mesmo, do nosso país.

Criaram nas nossas cabeças, até mesmo no Estado do Pará, que nós estamos no meio da Amazônia, dentro da Floresta Nacional do Tapajós. Foi criada a Floresta Nacional do Tapajós (Flona), pelo Governo Médici. Quando se criou essa floresta nacional, essa reserva, o povo já existia lá, o povo já estava lá, eles trabalhavam, plantavam, colhiam. E, com a chegada dessa Flona, as coisas mudaram.

Chegou não o desenvolvimento para o povo, chegou a desgraça, chegou a miséria, chegaram as brigas que hoje tem dentro da nossa região. As comunidades sofrem com a tal chegada das ONGs, ao dizer para nós que somos índios, mas, com a criação da floresta nacional, na época, 1974, eu acredito que vocês também não ouviram dizer que foi plantada uma floresta nacional em cima de uma terra indígena?

Quando se instalou a Henry Ford em Belterra, também eu acredito que não tinha indígena lá, porque eles sentaram lá dentro. E quem somos nós, amazônidas? Quem somos nós da floresta? E eu me pergunto, quem sou eu? Porque meu próprio parente não me conhece mais? Porque ele se vendeu a troco de uma cesta básica.

As ONGs chegaram na nossa região com aquele papo doce de uma vida maravilhosa para o nosso povo. Aonde chegavam, eles logo plantavam na cabeça do povo, criando um livreto, um livreto para ensinar como que seria a nossa vida dentro da floresta. Aqui eles diziam as maravilhas para o povo, enquanto o plano de manejo sustentável que eles falavam era plano de manejo madeireiro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Floresta Nacional do Tapajós tem várias ONGs, milhares de ONGs, que dá até medo de entrar dentro da floresta, porque eu encontro o gringo armado dentro da floresta, com *drones*. Fazendo o quê? E nós que somos donos daquela terra... Nós não conhecemos a Amazônia, mas o Leonardo DiCaprio conhece muito mais do que nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Você está entendendo? Quem somos nós do Brasil que nós não conhecemos mais a nossa própria terra?

Com a criação das ONGs, a vida das populações do Tapajós-Arapiuns... Isso aqui, eu já estou logo dizendo pra vocês: eu estou sendo perseguido 24 horas, eu tenho multas, eu estou sendo processado pelas ONGs que estão lá porque eu estou defendendo o meu povo, eu estou defendendo a vida daquelas futuras crianças que ainda vão vir. Essas ONGs são a maior pandemia que existe dentro da nossa floresta, porque nós não conseguimos dar uma vacina nela pra ela sumir de lá. E nós estamos sendo omissos com essas ONGs, porque eles dominam, eles compram as nossas lideranças. Como prova aqui, o meu próprio irmão não me conhece mais, diz que ele é meu primo. Como meu primo? E ainda mais as ONGs, meu pessoal, usam essas comunidades, usam o nosso povo em troca de dinheiro, mas não é pro povo, não; é pra eles mesmos.

Nossa terra tem documento. Está aqui o documento, aprovado pela Funai, não sei por quem. Mas a Funai também é um órgão que não ajuda os índios, não protege os indígenas. A Funai é uma ONG do ISA, porque está fabricando... Gente, em Santarém – eu tenho certeza de que eu vou sofrer umas consequências, mas eu vou falar aqui pra vocês –, nós estamos sendo usados, toda a comunidade do Tapajós-Arapiuns está sendo usada e o povo não pode falar, não pode gritar, porque eles são dominados pelas ONGs. São vários caciques plantados dentro das comunidades, feito pelas ONGs, pra falar contra o seu próprio parente.

O senhor sabia que lá nós estamos dentro de uma floresta nacional, que é uma área de proteção, em que não podia se mexer nada e se tocar nada, é a falada proteção da Amazônia, que tanto falam? E por que os órgãos ambientais, que eram pra defender, estão tirando madeira? Estão tirando madeira, inúmeras, quantidades de tora de madeira saindo da floresta e ninguém fala nada. Quando um trabalhadorzinho vai fazer seu roçado de 25 por 25, vocês não sabem que tamanho é, é multado, gente, é multado em 10 mil. Por que ele estava sendo multado? Ele está fazendo uma rocinha pra eles sobreviverem, plantando numa farinha, uma macaxeira, um milho. E aí ele é impedido, ele é multado aqui. E os caras estão lá.

E ainda mais triste é que os nossos órgãos federais que são pra nos proteger, como está escrito na Constituição – está escrito lá, dizendo que o Ministério Público é um defensor, mas não é, pessoal...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Este homem aqui falou na minha cara para o meu povo: "Índio tem que ficar miserável, índio tem que fazer um burquinho e ficar lá". Para com isso. Um promotor de justiça, um procurador, que sabe da lei, por que ele está fazendo isso com o nosso povo? Por que ele nos impede, para que nós não possamos trabalhar mais? Como esse povo vai viver?

Estão vivendo com "bolsa miséria" lá dentro da terra. Porque, se vocês soubessem o que está acontecendo na nossa região... É gravíssimo. Estão levando farinha da cidade para dentro da mata. Será que estão morando na pedra? Estão levando milho, comprando farinha de R\$10 o quilo, enquanto eles estão numa terra para trabalhar e não podem.

Eles não têm o direito de trabalhar porque o ICMBio vai lá e multa, mas eu acho engraçado que o ICMBio recebe uma pontinha de dinheiro do Imaflora. Para quê? Para liberar a licitação da Coomflona, que é uma instituição madeireira. E ainda mais, o Fundo Amazônia doando dinheiro para ter uma grande serraria, dentro da cidade de Belterra, que é da Coomflona, que é uma cooperativa mista.

Cinco milhões essa serraria, enquanto o povo lá não tem estrada para chegar na cidade, porque as estradas foram feitas a troca de madeira. O povo foi vendido, a porteira foi fechada.

Achei muito interessante quando me convidaram para esta CPI porque estava engasgado aqui – eu estou engasgado – porque lá eu não posso falar, porque lá eu estou sendo preso, o Ministério Público está com uma ação contra a minha pessoa.

Agora eu pergunto: por que, nas 77 comunidades da região, todos agora são índios? Que não falam a sua língua, que não tem nada a ver com os indígenas? Estão usando os apetrechos dos outros parentes para aparecer. Eles fazem caciques para falar a favor das ONGs.

Projeto Saúde e Alegria: esse projeto não é alegria para nós, não. Gente, eles recebem dinheiro, muito dinheiro, dos governos aí de fora, em nome das comunidades, e levam só a desgraça para dentro.

Fizeram... Destruíram um poço artesiano que dava água para todas as nossas famílias, eles foram patrocinados pelo dono da Louis Vuitton – e não sei se ele sabe que ele está dando dinheiro para esse povo, se ele sabe o que estão fazendo com esse dinheiro de doação – e fizeram o que? Implantaram um poço artesiano na minha aldeia, cortaram todas as... Aquelas pessoas que não apoiam aquelas ONGs, eles cortam, e nós não tivemos mais água potável para nós tomarmos – só deram água para aquelas famílias que os apoiam.

Se nós quisermos água potável, nós temos que trabalhar muito para conseguir cavar um poço.

Doar o banheiro. Quantos milhões não vieram em nome da comunidade? Quantos milhões não vieram em nome daquelas pessoas, que lá sofrem e que ainda vivem em briga, brigando comigo mesmo, e eu sou irmão: "Ei, tu não pode entrar aqui".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gente, pra eu entrar na minha terra, eu tenho que pedir licença. Eu tenho que pedir licença!

Eu não posso trazer um pedacinho de árvore de lá pra fazer uma casinha onde for. Eu vou ser multado, eu vou ser preso. Onde é que está a nossa dignidade? Onde é que está... que eu digo que eu sou índio lá dentro da minha terra, que eu não posso mais trabalhar, que eu não posso mais voltar pra lá?

Será se eles... os filhos desses "ongueiros" estão bem? Têm carro, têm as suas motos, têm a sua educação diferenciada. E a mentira que passaram pras nossas comunidades é que diziam que nós iríamos viver livre, que nós iríamos viver com uma vida, com um sonho maravilhoso de terra demarcada, com saúde diferenciada, transporte, nós iríamos viver aposentadoria, nós iríamos ter tudo... Enquanto isso, meus irmãos, não tem nada, nada, nada!

Os "ongueiros" tomaram conta de 534.319 hectares de terra com a tal Floresta Nacional do Tapajós. E lá existem muitas famílias que querem ser ouvidas, mas têm medo de falar, porque, se eles falarem, daqui a pouco eles estão na cadeia ou estão mortos. Mas Deus disse pra mim um dia que "você vai ser uma liderança pra lutar pelas suas famílias e pelas crianças que estão vindo", porque nós merecemos o respeito.

Se nós somos donos da floresta, por que nós somos mandados por outros? Por que nós somos governados por ONGs que não estão nem aí com a gente? Os caras lá fora estão ricos, porque levaram tudo de nós daqui, e agora, se nós quisermos, nós temos que trabalhar muito pra comprar deles lá.

A nossa seringa não está mais no Brasil, tem pouco em São Paulo parece, mas não tem mais. Lá onde nós morávamos, ninguém mais trabalha com seringa. As nossas sementes, o índio não pode pegar lá pra tirar. E por que eles podem vender pra Natura milhões de toneladas de sementes? E o litro? Pagando diária, como uma pessoa me chegou e disse: "Quanto você ganha pra juntar semente?". Três reais a diária, enquanto o litro da copaíba eles estão vendendo pra fora a R\$1 mil.

A Coomflona é uma farsa, ela é uma ONG. Porque uma pessoa de uma comunidade, eles compram como? Levando pra dentro. Passam três meses, eles demitem e o cara já sai com um carro de R\$150 mil. O cara já tem uma mansão na cidade. Que coisa boa, não é? Mas por que eles nunca me convidaram? Por que eles sabem... porque eu ia denunciar e estou denunciando pra que seja feita uma investigação em cima dessa Coomflona. Porque o ICMBio recebe dinheiro pra passar a mão na cabeça deles, pra dizer que está tudo bem, está tudo na tranquilidade. São R\$500 mil que eles recebem pra darem a certificação no ano. Enquanto milhões... A desgraça tá lá dentro.

Falar de Funai, chega me arrepia. Por que eu digo isso? Porque lá na nossa aldeia só fizeram nós de índio e nunca mais foram lá. Porque as ONGs estão por trás.

(Soa a campanha.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Precisei de um documento pra aposentar meu irmão, que era índio. Nós temos um documento já que prova que nós somos indígenas, já temos declaração de posse, já temos memória descritiva, já temos mapa, está tudo autorizado pela Funai. Meu irmão foi lá pegar um documento do tal servidor da Funai. Ele não deu. Ele disse: "Vai lá ao ICMBio pegar". Égua, por que ao ICMBio? E o ICMBio disse: "Não, eu ainda vou fazer um estudo, se teu irmão mora lá". E, até hoje, ele não foi aposentado.

E por que é que eles aposentam outras pessoas que não são índios, que não têm um documento que prova que eles são indígenas? Hoje eu estou dizendo, eu estou falando aqui como o cacique Miguel. O que me fizeram? Por que eu não me entendo? Cadê meu documento? Se eu for ver meu documento, eu não tenho nada escrito aqui dizendo que eu sou índio. E por que eles estão me usando? Por que é que estão me usando?

As ONGs, quando descobriram a Universidade Federal do Oeste do Pará... Hoje, eu sou denunciado dentro da universidade. Eles me perseguiram. Não consegui terminar meu estudo por causa da perseguição. Mas, quando as ONGs descobriram que tinha uma cota pra indígena, eles correram às comunidades ribeirinhas e as transformaram todas. Porque eu entendo que – está aí a parente, que sabe disso – uma aldeia indígena não tem *pariwat* no meio, só é índio. E por que, naquela comunidade, um pedacinho é índio, outro não é?

E está escrito no papel dele lá: todas, 74 comunidades e aldeias indígenas, cacique indígena. E por que o cacique não ajuda o parente dele? Por que é que eles me denunciaram dizendo que eu estou falsificando índio?

Os meus sobrinhos queriam uma vaga pra universidade. Eu sou liderança, eu tenho o direito de assinar, como aqui, no edital deles, está dizendo: qualquer liderança indígena pra assinar. E não fui eu que fiz essa declaração! Qualquer um entra no *site* da universidade e faz a sua inscrição e vai correr atrás de uma liderança.

E agora eu estou sendo perseguido. O próprio Ministério Público... Já fui a duas audiências, agora tem a outra. E por que é que o Ministério Público não vê essa situação aqui de mais de 2 mil pessoas dentro da universidade que são feitas por ONGs? Por que é que o Ministério Público não corre, vai saber quem são essas cabeças, quem são os caciques dentro da universidade que estão lá, que fazem isso aqui?

E eu fui prejudicado na universidade. Porque eu não pude mais seguir meus estudos, bem pertinho de terminar, de Geologia, porque eu não tenho condição de me manter na cidade. Porque eu não tenho emprego. E, segundo as diretrizes do MEC, diz o seguinte: pros indígenas pegarem vaga na universidade, eles têm que assinar uns termos de dizer que o índio tem que ter uma casa, não têm que ter casa própria, eles têm que alugar. E por que é que esses alunos das ONGs todos têm casa, têm mansão, vivem na beira da praia curtindo de boa? E por que é que eu, que nasci na floresta, não sou mais índio? E por que o cara



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lá do Paraná chega ao Pará: "Hoje eu sou... Eu estou me formando, eu me formei em Direito, sou advogado". Como é seu nome? "Eu não sei nem falar." É índio, índio branco.

E, pra terminar a minha fala, quero contar um pouquinho da minha história, Senador. Eu nasci em 1977. A minha mãe, de Itacoatiara, meu pai, do Tapajós, da Comunidade de Jaguarari. Ele e a minha mãe seguiram de Manaus pra Santarém. De Santarém, foram pra o meio da floresta e lá, pra conseguirem uma vida melhor, tiveram uma desavença, uma briga e meu pai e minha mãe se separaram. A minha mãe vinha embora pra Santarém chorando, com um molequinho feio, que sou, eu no braço. Uma pessoa disse: "Ivonete, deixa essa criança comigo". Ela não pensou uma nem duas vezes e me deixou deitadinho no pé de uma bacabeira. Foi-se embora e, até hoje, eu não conheço a minha mãe. Eu conheci o meu pai em 1996, por meia hora. Meu pai foi embora também, nunca me deu atenção e mora em Roraima. Não sei se ele está por lá.

Quando eu fui crescendo, a minha família que me criou, já morreram os dois, meu pai e minha mãe, eles diziam: "Meu filho, tu vais ser um guerreiro. Tu vais lutar por isso aqui". E, hoje, eu digo pra vocês que eu sou indígena de sangue, sou, eu sou da Amazônia. Mas eu sou filho da floresta, porque eu não conheci nem meu pai nem minha mãe.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Muito bom. Muito obrigado, mas vai continuar aqui com a gente, Miguel. Certamente, haverá perguntas.

Com a palavra o Relator, Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Miguel, muito obrigado pela sua presença e pela sua coragem. Não é a primeira pessoa, hoje mesmo, que está falando de retaliação e de perseguição. Então, eu gostaria de lembrar, nos *Anais* desta Casa, que há o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH), e esta Comissão tem o dever de auxiliar e apoiar aqueles que queiram fazer uso desse programa.

Na sua fala, Miguel, se eu entendi direito – é a primeira indagação –, eu queria saber quem é que tira madeira, se o próprio índio não está podendo tirar. Você mencionou que, para fazer uma casa, você não tem o direito de tirar madeira para fazer, sequer, uma casa. Mas quem é que está, então, tirando madeira? Com licença de quem? É o Ibama? É o ICMBio? Essa é a primeira pergunta.

Quem foi o procurador que afirmou, abro aspas: "Índio é para viver miseravelmente"?

A terceira pergunta. ONGs que doam dinheiro... Você mencionou isso e eu achei muito grave. Há ONGs que doariam dinheiro para o ICMBio e, em troca... É claro que não tem um documento, nunca vai ter um documento escrito: "Olha, vou lhe dar "x", da ONG tal, que veio do país tal, ou da organização Ford, do país tal, da Noruega, da Inglaterra..." "Em troca, você vai me dar licença". Mas há sempre a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida, a denúncia de que o ICMBio recebe dinheiro de ONG e, por coincidência, vamos assim dizer, o ICMBio acaba, em troca, dando licença para extrair madeira. Eu queria que você falasse mais sobre isso e também sobre reservas criadas.

Se eu entendi direito, repito, parece que foram criadas reservas, em nome dos índios, mas que, na verdade, não são de indígenas. Não são indígenas que moram lá dentro. Quais são essas ONGs que atuam? Você já falou alguns nomes e eu gostaria que repetisse quais são essas ONGs que atuam e que, inclusive, juntam sementes para vender quando... Parece-me que a aldeia indígena não tem controle sobre isso e você acabou citando, mais uma vez, um caso histórico, que é o da seringueira. E o Senador Plínio, nosso Presidente, lembrou aqui que foi um inglês, a mesma Inglaterra, que falou, um dia desses, para o Presidente da República: "Cuide da Amazônia". Ele que devia cuidar da Inglaterra ou do Reino Unido, que, sozinho, um pouquinho maior do que Roraima, joga mais CO₂ no planeta que o Brasil inteiro. Mas quem são essas ONGs que atuam, juntando sementes ou plantas da Amazônia? E para quem vendem?

E uma outra pergunta, e última, Miguel: qual universidade estaria abrigando algo em torno de 2 mil pessoas, gozando do direito de serem colocadas como se índios fossem? Quando me parece que a sua denúncia é de que não são índios e estão ocupando vagas de índios.

Muito obrigado.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Quem tira a madeira? Quero dizer, para lhe responder, que quem tira a madeira não somos os índios, não. Índio não tem ainda a máquina para tirar lá a madeira, porque, se ele tacar uma motosserrinha lá, ele é preso na mesma hora.

A própria Floresta Nacional tem... As ONGs criaram a tal Coomflona, criaram essa Coomflona. A Coomflona é uma cooperativa mista da Floresta Nacional. E aí eles a criaram com o apoio de quem? Está estampado no livro – se vocês quiserem ver, isso é público: KFW, GTZ, Ibama e até o Governo Federal. Eles criaram essa cooperativa conforme documentos provados, que é uma cooperativa madeireira. Ela não é uma cooperativa para beneficiar as famílias. Beneficia, sim, aqueles que os apoiam, somente aquelas lideranças que eles compram. Aí, sim, eles vão lá e fazem.

Mas eu tive conversas com pessoas que eram de dentro da cooperativa, que eram cooperados, que hoje choram, que hoje estão procurando direitos, estão procurando advogados, porque eles não pagam direitos. Eles não pagam o direito do trabalhador. E isso, com essa chegada dessa criação dessas organizações, fizeram tantas ONGs, para dizerem que eram os caras! Os nomes delas estão aqui. Isso aqui eu vou deixar com vocês. É o pouco que tem aqui de 20 anos, porque, como o meu colega falou, o Marcelo, nós íamos passar três meses aqui, falando sobre isso, das desgraças que eles colocaram para nós.

Então, não é gente, não é o índio que tira a madeira. É o próprio meio ambiente assinando, o próprio Ibama assinando, o próprio ICMBio, mas ele não assina, ele não vai lá multar os caras, mas ele multa o nosso parente lá que fez o pedacinho de roça. Sabe por que ele multa aqui? Porque ele quer o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

progresso. Qual é o progresso que ele quer? É matar o povo de fome; é deixar o povo na miséria. E isso, quando eu falava em reuniões, escapava de me baterem, escapava de me matarem. "Ah, porque tu tá atrapalhando o nosso projeto de desenvolvimento." Que desenvolvimento é esse, que não tem uma estrada de qualidade para o povo, não tem saúde? Não tem. Não existe. Se o pobrezinho adoecer lá, coitado, porque avião não tem para buscá-lo lá.

E por que é que eles estão donos da nossa floresta e tirando madeira? Está lá! Quem quiser ver, pode ir lá. Eu não estou mentindo. Pode ir lá à floresta, está toda devastada. E estão dizendo assim para mim: "Olha, vamos proteger a Amazônia".

Como é que eu vou proteger a Amazônia, se o próprio índio é que cuida da Amazônia? O próprio índio é que cuida da sua terra, e hoje ele não pode mais cuidar. Hoje ele está sendo impedido. Certo, doutor?

Deixe eu pegar aqui, Senador, que eu...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – É, agora aqui é da... É... "Quem doa dinheiro?" Eu acho que já até respondi quem doa dinheiro. Vem de fora. Vem das ONGs de fora, para doar dinheiro para eles, porque para nós não chega nada.

E ainda mais grave, Senadores e todos vocês presentes: eles usam a nossa família para pedir dinheiro mentindo, dizendo que nós estamos lá na aldeia passando necessidade. Nós estamos isolados.

Tem um documento que eu vou mostrar para vocês em que eles pedem doações no nosso nome. Eles pedem vaquinha na internet, usando o nosso povo, como o miserável lá, que está lá.

Eu vou achar aqui, que tem tanto papel...

Eles fazem vaquinha na pandemia, fizeram várias e várias vaquinhas, usando o nosso nome, enquanto só três receberam. E cadê os outros que estão lá, dizendo... Que ele está dizendo lá, nas vaquinhas... Ele diz o seguinte: "É para 25 famílias, para cem indígenas". E por que só três receberam? Para onde é que foi essa doação?

As cestas básicas que foram doadas pelo Governo não chegaram para nós, porque só deram para aqueles que eles apoiam. E o nosso povo lá, sofrendo... E ele ainda dizendo no documento aqui que nós estamos pedindo vaquinha porque nós estamos com fome aqui. E para onde é que vai?

Eles usam a nossa própria liderança, eles compram a nossa própria liderança para falar bem deles. Eles levam para o rádio, levam para a televisão... "Olha, o índio está passando mal dentro da floresta. Queremos tantos mil, tantos milhões", enquanto isso não chega, isso nunca chegou.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O nosso povo está lá, sem força, e essa força, eu quero dizer para vocês... Porque eu não estou aqui para dizer quem é quem. Eu não estou aqui para prejudicar alguém. Mas, se ele acha que está sendo prejudicado, que ele se resolva, porque eu vim aqui para salvar o meu povo.

Daquela criança, daquele povo que está lá, com fome, daquele povo que não tem comida para comer, aquele povo que está com aquela "bolsinha miséria", porque só uma passagem de transporte de barco que ele pega é R\$100. Se ele pega R\$400 e ele vai para a cidade, R\$200 são só para a passagem. Se ele vai comprar 10kg de farinha, já foram mais R\$100. E ele deixa de comer, de almoçar na cidade para levar um franguinho para comer na casa dele. "Caramba, por que é que ele não cria? Por que é que ele não planta?" Porque ele não pode, porque, se ele for fazer, ele vai receber isto aqui. Ele vai ser multado. Ele tem que pedir licença do "pai" dele, da ONG, para ele poder ver se pesca. Eles fazem isso. É o domínio deles. E, quando esses caciques dessas ONGs vão para cima da gente, a gente pensa que é verdade, porque lá eles prometeram para as comunidades a demarcação de terra, é saúde, é não sei o quê, é não sei o quê. E isso não é verdade. Isso não é verdade. O povo está lá sem saber o que fazer.

E a outra questão... Reservas criadas, também já estou falando sobre isso.

Sementes. De dentro da floresta nacional, é rico de andiroba, é muito rico. E as comunidades são omissas a eles. "Bora! Vocês têm que juntar e entregar tantas toneladas." E esses recursos dessas sementes nunca chegara para as comunidades. Eu digo que essas sementes são tiradas também pela Coomflona. E por que o índio não pode fazer também? Nós criamos uma cooperativa, nossa, indígena; eles nos embargaram. Eles nos prenderam para não fazer nada. Essa Coomflona, que é uma cooperativa mista, criou várias "ongzinhas" lá dentro de associações para falar contra nós. Eles fizeram, implantaram em cada comunidade um cacique para não deixar nós trabalharmos, para não deixar nós nos desenvolvermos.

A nossa cultura está em jogo. Por que eu digo isso? Porque, se nós não podemos mais plantar, não podemos mais colher... E é isso que eles querem, é isso que essas ONGs querem: tomar e dominar todo o território para que eles sejam donos. E eles já são donos, porque, se eles não fossem donos, eles não tiravam madeira, não tiravam semente e não tiravam o minério. E eu lembro "benzinho" que na Constituição está dizendo lá que de terras indígenas não se pode tirar minério sem ser com ordem do Congresso Nacional. E por que eles tiraram todo o nosso seixo? Para onde eles levaram, se era só com ordem do Congresso Nacional?

Gente, eu fui para o jornal, denunciei. Denunciei o Ibama, o ICMBio. Eu não sou invisível lá, não! É por isso que eles me perseguem. Eu denunciei para a Polícia Federal, eu denunciei para o Ministério Público. E aquele – eu já vou responder para o senhor – aquele procurador que está aqui, que eu denunciei para o Ministério Público, para a Polícia Federal, ele disse para mim que eu estava mentindo. Esse próprio procurador disse para mim, o Luís de Camões Boaventura. Nós reunimos a nossa coordenação: "Bora lá no Ministério Público!". Ele disse para nós; olhando para nós, ele disse: "Índio tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que fazer um buraquinho e ficar lá". Isso porque ele é um Procurador. Isso é porque ele é de direito, que se dizia, mas ele é do direito das cobras pra engolir o povo, pra maltratar o povo.

E, por último, Senador, sobre a universidade, hoje ela tem os caciques lá dentro delas formados pelas ONGs. A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa)... Porque, se eu falar mal deles lá dentro, eles me cacetam, eles me comem cru. E eu acho que agora eles já estão comendo cru o meu coraçãozinho lá, mas eu estou aqui pra defender o nosso direito. Se é que nós somos indígenas, por que o parente mundurucu, que fala na sua língua, na hora que ele vai fazer a inscrição dele, ele está com o papelzinho ali, encostado, e não pode fazer a inscrição porque não tem professor bilíngue? Se você vai lá na universidade, os filhos de "ongueiros" estão tudo tomando conta. Já se formaram, outros estão se formando no nome dos nossos parentes.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Branco no lugar do índio. E isso só por causa do dinheiro, porque uma bolsa hoje está 1,4 mil. Quem que não quer? Mas eu não pude receber mais, porque disseram que eu estou com não sei o que lá. E eu até cancelei agora, porque eu não posso mais ficar na cidade porque não tenho emprego, não tenho trabalho, mas, pra eles que são filho de ONGs, estão lá... Eles vão lá pra praia, eles vão nos melhores lazeres deles, enquanto lá na comunidade o pobrezinho está lá sem o ar da graça deles.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Com a permissão do Presidente, só para terminar, Presidente.

Miguel, a ONG Saúde e Alegria promove que tipo de atendimento de saúde?

E, por último mesmo, se a Sesai (Secretaria de Saúde Indígena) atende a Aldeia Bragança.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Legal.

Senador e todos vocês, Saúde e Alegria é uma pedra, uma ONG forte e grande, porque ainda não chegamos lá no pé deles pra descobrir o que eles fazem, porque saúde mesmo não tem. Eles levam pra lá, sim, algum atendimentozinho, uma vez por mês vão lá. Eles até venderam o Abaré, que é um barco hospital, pra Ufopa, que dá atendimento às comunidades. Eles levam, sim, a saúde pros comunitários, porque eles ficam lá o dia inteiro fazendo reuniões com palhaços, levando palhaço pra lá, contando historinhas. Isso eles fazem. E aí eles pegam milhões no nome daquelas comunidades e levam uma cestinha básica pra elas – e pra aqueles que eles bem querem. E isso é a saúde que eles atendem, isso é saúde que eles levam pra comunidade. E só pode ser atendido lá aqueles que estão na lista deles. Se não tiver, eles não atendem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sesai. Primeiro, que Sesai não atende índios que deveria atender. Dentro da minha aldeia, houve um caso muito sério. Vocês sabem que houve a pandemia, e tinha vacina pra todo mundo, mas pra nós não deram vacina. Só aplicaram vacina naqueles que eles estão na lista deles.

Eles fecharam o carro da Sesai lá para nós não chegar lá, para não tomar vacina. Isso eles fizeram, isso eles fazem.

O atendimento à saúde... O meu irmão, dois anos quase para morrer, eles nunca foram lá visitar. O meu irmão que se diz cacique hoje derrubou um pau, uma árvore grande, para o carro não passar para levar meu irmão para a cidade, enquanto uma criancinha deles que estava com negocinho no nariz foi rapidinho que o helicóptero chegou. E o outro parente que estava morrendo, que morreu, o filho dele foi lá com o Cacique Domingos, chamar um helicóptero: "Se tu tiver R\$10 mil, eu vou chamar o helicóptero". O senhor morreu, e não atenderam.

São grandes... O atendimento da Sesai com a gente não existe. Se eu for lá... Uma vez eu fui numa Sesai, eles não me conheceram, não: "Não, você não é de Bragança, não. É o Cacique Domingos que é, que é meu irmão". Eu disse: "Eu sou irmão dele". "Não, não, não tem ordem aqui para te atender."

Então, isso é a realidade do atendimento da Sesai.

E, completando, Senador, a Funai de Santarém é dominada por ONG. Por quê? Porque eles não atendem índio, eles só atendem quem eles querem. Eles só atendem aqueles que eles bem querem. Porque os meus irmãos lá estão lá, e nunca mais, nem sinal de darem um documento para ele, para a aposentadoria dele lá. Está lá, e agora piorou, porque ele não pode mais trabalhar. E, mesmo que ele pudesse, nós somos impedidos de trabalhar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E poço artesiano? Como é que está isso?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Poço artesiano, nós tínhamos um poço que servia para todas as famílias lá em Bragança. Todo mundo se servia daquele poço. E, quando o Saúde & Alegria foi lá na aldeia implantar um novo poço artesiano e implantou, deu somente para aqueles que são do seu lado. Aos nossos... Os meus irmãos lá ficaram sem água. Eles não ligaram pra gente.

E, ainda mais, esse poço não sei quantos milhões custou, doado pela Louis Vuitton. Está aqui, o poço. Isso aqui só fizeram para aquelas famílias que os apoiam, banheiro, água, enquanto as outras famílias que não apoiam eles estão lá sem água, sem banheiro – têm banheiro que eles fizeram, têm casinha deles porque foi com muita luta.

E aqui está a vaquinha, que são pedidos no nome do nosso povo, das nossas famílias. Para onde é que vai esse dinheiro? E não é só uma, são várias que tem aqui. São várias, é de 13 mil, é de 5 mil, é de 7 mil, é de não sei quantos mil. E para onde é que vai? Cadê esses índios que não receberam esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

benefício? Será que esses doadores dessas que estão aqui doando esse recurso sabem para onde foi esse dinheiro? Será que esses doadores estão por dentro da prestação de contas que eles doaram? Claro que é uma doação, mas pelo menos eles poderiam saber onde foi empregado.

Isso é a realidade que acontece não só com a minha comunidade, mas, sim, com todas as comunidades, isso está acontecendo na nossa região. O nosso povo não planta, o nosso povo não cria porque ele está sendo impedido, mas a Coomflona tem direito de tirar toneladas e toneladas de madeira, e ainda assinadas pelo ICMBio, dando autorização para ser tudo legalizado, e isso não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para interpelar.) – Miguel, antes de passar a palavra para o Senador, me diz aí: a Natura paga diária para que o índio colha, o indígena colha semente. Não é por lata, não é por peso.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – Não, a Coomflona contrata aquelas pessoas, leva para o mato para colher.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – E paga diária?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Paga diária.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Quanto a diária?

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Segundo o meu informante que me falou lá, são R\$3 que paga de diária para colher a semente, R\$3.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Por um dia inteiro pelo meio do mato.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Isso para ele ficar se arriscando lá dentro do mato com cobra, se arriscando com chuva, com tudo. Ele está lá.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu entendo.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – E ele não quis... Falou para mim que não queria que eu levasse à frente, não falasse. Eu disse: "Um dia, eu vou falar".

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – Plínio, isso vai para a Natura?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Essas sementes vão para a Natura, não é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (Para expor.) – É a Natura que compra.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Isso, a Natura está precisando.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Para reforçar o que o nosso convidado está dizendo, eu concedo a palavra à nossa ouvinte, a nossa Deputada Silvia Waiãpi, que sempre comparece como ouvinte aqui, mas a gente sempre abre um pouco. Em seguida, ouço o nosso Vice-Presidente, Senador Jaime.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Sr. Presidente, reforçando e dando um relato gravíssimo, colaboro com o cacique. Primeiro, a ONG Saúde e Alegria pertence a um médico chamado Erik Jennings Simões, que presta serviços à Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena). Bom, eles atuam naquela região já há bastante tempo, com anuência inclusive do ex-Procurador daquela região do Ministério Público Federal, citado pelo cacique, Camões Boaventura.

Eu fui Secretária Nacional de Saúde no ano de 2019, no Governo anterior, e, por conta disso, eu recebi várias denúncias de que o médico, inclusive com o prefixo do avião que pertence a ele, estaria entrando em horários desordenados na reserva dos indígenas zoés e estaria num avião possivelmente do governo aterrissando, colocando bombonas de combustível. E depois o avião deste médico passaria por lá, e pegaria essas bombonas, e seguiria em destino ignorado. Então, como Secretária Nacional de Saúde, enviei um documento para a Coordenação de Saúde Indígena do Distrito Guamá-Tocantins, que chamam de Guatoc, perguntando ao Coordenador os horários, a escala de serviço do médico, porque eu queria cruzar esses dados para saber por que ele iria de avião particular para a aldeia indígena, se o Governo Federal dava o avião para o transporte da equipe médica, da equipe de saúde para aquele local. Eu enviei o documento. Para meu espanto, logo depois, eu fui notificada pelo Ministério Público Federal, me acusando de uma tentativa de usurpação da função da Funai.

E eles diziam assim:

No documento conta recomendação para que a Sesai não se intrometa na tarefa de controlar, monitorar ou impedir os ingressos e permanências de pessoas no interior de terras indígenas inseridas na área de circunscrição da Justiça Federal de Santarém. A intromissão da Sesai nessa área representa usurpação de competência legal da Fundação Nacional do Índio [...].

Veja, a Sesai pagava este médico, e ele prestava serviço à Secretaria Especial de Saúde Indígena. Ela não poderia fiscalizar o horário dele?

O documento também dizia assim:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim que receberem oficialmente o documento, os destinatários terão 10 dias para cumprirem a recomendação e informarem o MPF sobre o cumprimento. Se essas medidas não forem adotadas, ou se forem respondidas de modo insatisfatório, o MPF poderá levar o caso à Justiça Federal, por meio de ação civil pública com pedido judicial de cumprimento de providências obrigatórias, e de punição civil, penal e por improbidade administrativa dos agentes públicos responsáveis pela omissão.

Esta organização, a ONG Saúde e Alegria, é pertencente a este médico, que tem um avião próprio que adentra terras não fiscalizáveis. Por que não fiscalizáveis? Porque nós não podemos fiscalizar a ação de ninguém.

Houve uma recomendação do Ministério Público Federal, do Sr. Camões Boaventura, para que nós prestássemos atendimento de saúde, à época, para os novos indígenas, que seriam os indígenas autodeclarados daquela região de terras não homologadas, mas nós respondemos que não poderíamos prestar assistência de saúde visto que a regulamentação para prestação de assistência de saúde para povos indígenas deveria ser em terras para indígenas aldeados em terras indígenas homologadas, portanto, se eu prestasse atendimento a uma terra não homologada em litígio, eu estaria cometendo um desvio de finalidade e, portanto... E eu fui multada em R\$13 milhões por dia. Eu trago aqui... Obviamente nós recorremos.

Esta é a matéria – eu deixo uma para o Presidente e a outra para o Relator – que mostra a interferência do Ministério Público Federal da forma violenta, na pessoa do ex-Procurador lá na área de Santarém, o Sr. Camões Boaventura, e a sua atuação contra qualquer ação fiscalizatória do Governo naquela região. E também informo aos senhores que ele deixou de ser na época, por conta dos nossos levantamentos... Nós mandamos equipes pra dentro daquela área em Santarém, e essas equipes, de certa forma, foram proibidas novamente de entrar naquela região. Mas nós delimitamos a função para que agissem, na área de inteligência, na área de investigação, a alguns ex-funcionários da Sesai – na época, funcionários – para que fizessem levantamento. E essas pessoas nos trouxeram fotografias do procurador citado, onde ele fazia treinamento de ribeirinhos, treinando-os em como se transformarem em indígenas, ensinando como utilizar a Convenção 169 da OIT.

Não mais acrescento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O seu depoimento está traduzindo e fotografando aquilo que a gente vem dizendo há muito tempo: o Estado brasileiro foi aparelhado, nesses quarenta e poucos anos, por esses órgãos internacionais. E eu sempre disse que tem gente militante no Ministério Público Federal, na Justiça Federal, nas televisões, nas rádios, nos jornais, nos ministérios e que o Ibama e a Funai, se fossem um partido, seriam um partido socialista, porque, na realidade, eles constituem mesmo... Eu tenho que ser educado, não é? Então, tenho que arrumar a palavra correta. Eles constituem uma organização que trabalha exatamente contra os interesses



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil e a favor dos interesses desse pessoal que os financia. Presidente nenhum – nem o Lula, nem o Bolsonaro, nem o Temer – manda no Ibama; não mandam. Quem escolhe o pessoal do Ibama e da Funai são as ONGs, as mais poderosas, e os Presidentes só fazem homologar, pensando que eles estão nomeando.

Eu concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli e, em seguida, a gente vai pro encerramento.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Presidente, eu gostaria muito de cumprimentar aqui o Miguel, dizer que a gente fica perplexo de saber uma situação dessa que as ONGs estão fazendo numa reserva indígena e dizer que a gente não consegue entender por que o Ibama pune tanto em outras regiões onde poderia fazer projetos com plano de manejo. Até era uma das coisas, assim, que eu sempre... Uma atitude que eu sempre defendi é que deveria ter plano de manejo dentro das reservas indígenas, mas pra beneficiar o povo indígena, não pra beneficiar as ONGs.

Agora, quando você fala aqui e você diz que o seu povo não é beneficiado com isso e, com toda essa estratégia dessa cooperativa que é comandada pelo Ibama e pelos órgãos ambientais, o benefício acaba se tornando só pra ONGs e não volta nada de retorno pro povo indígena, eu acho que isso é uma denúncia muito grave que você está fazendo. Você está coberta de razão.

E eu acho, Senador Plínio, que isto cabe a nós, inclusive, no Senado, mesmo após terminar esta CPI das ONGs: nós precisamos tomar uma providência séria em nível Brasil. Por quê? Porque lá dentro, no Senado, na Câmara Federal.. E nós denunciarmos isso definitivamente para que a Justiça aja, e a Justiça age dentro da forma da lei, porque não adianta mais índio ter mais terra e não poder desfrutar daquilo que é dele.

Então, como agora, volto a frisar aí: querem o marco temporal, querem dar mais reserva para o povo indígena, e nós só queremos que cumpram a Constituição de 1988, e o que nós queremos é que o indígena seja o dono das suas terras.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Jaime.

Antes... Quer concluir ou já está satisfeito? Quer concluir? Pois não.

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA – Agradeço a oportunidade e digo para o povo que está aqui presente e os demais que estão assistindo que eu serei essa pessoa que sou eu hoje, e vou lutar! Enquanto tiver vida, eu vou lutar por esse povo. Não vou deixar que essas ONGs tomem conta das nossas famílias, porque cada pai e cada mãe é responsável por sua família, e não serão mandados por gente de fora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero que esta CPI não fique no papel; que ela faça... e mostre para a sociedade brasileira para onde eles estão levando a nossa riqueza.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pode bater palmas, Luciene. (*Palmas.*)

Miguel, esse é o objetivo desta CPI. Foram quatro anos e meio em que todos nós tentamos esta CPI. E vamos até onde for possível ir. Mas o principal estamos conseguindo, que é dar voz a vocês, que você venha e fale por si só. Os vídeos que a gente mostra, os depoimentos, todos eles convergem para o mesmo rio, são as mesmas mazelas, os mesmos problemas. Tem uma coisa que eu até notei, de livro que eu li, essa frase não é minha, não, é de uma jornalista estrangeira: "No Brasil, ignoram o que não pode ser conhecido oficialmente". Isso traduz tudo. É cruel. É a frase de uma jornalista canadense. Isso é muito cruel. E esta CPI vem para isto: para que a gente possa colocar para o Brasil, para o brasileiro, para a brasileira, o lado dos indígenas, até então invisíveis; dos ribeirinhos, até então invisíveis; para que o brasileiro tenha esse lado quando começar a ouvir os representantes das ONGs, que vão contar das suas fábulas, dos seus devaneios, das viagens que fazem, do que dizem fazer, do que pregam. Eles fazem uma ação dessa... Qual é mesmo a empresa de bolsas que faz o...

O SR. MIGUEL DOS SANTOS CORREA (*Fora do microfone.*) – A Louis Vuitton.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A Louis Vuitton, que faz o banheiro... E eles pensam... Eles têm a Amazônia como se fosse um local só, não é? Eles acham que, fazendo dez banheiros aqui, resolvem o problema.

Deliberadamente, as ONGs transnacionais não estão preocupadas com a redução da pobreza nem com o ser humano – eles dizem isso claramente –; é com a biodiversidade. Algumas outras pegam para fazer esse tipo de ação, e não fazem. São elas que nós vamos trazer aqui.

Então, quando aqui eles vierem e contarem o lado deles, vocês terão o lado desses aqui, desses que vieram e expuseram toda situação, todas as mazelas.

Essas ONGs se autointitulam éticas, politicamente corretas, elas se autointitulam e acham que isso lhes dá o direito de pregar mentira e de inventar essas falácias todas e nos conduzir para onde nós estamos indo. É difícil. Eu digo à população brasileira que à medida que a gente envereda pelo caminho do conhecimento e da pesquisa, ouvindo os índios lá dentro, que tudo é a mesma coisa, a gente não esmorece, porque, se tivesse que esmorecer, bastava um depoimento do Marcelo, um depoimento do Miguel, um depoimento da Luciane, como a gente teve, que não esmoreceria nunca.

Eu quero dizer a vocês, indígenas que estão aqui, que estão ouvindo e participando, que vocês nos têm a todos – o Jaime, de Rondônia; o Marcio, aqui do Acre; eu, do Amazonas; o Dr. Hiran esteve aqui, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Roraima; e a gente teve o Zequinha, do Pará; o Nelsinho, do Mato Grosso. A gente está unido nisso aí. Até onde vamos? A nossa coragem vai determinar até onde nós podemos ir. Nós vamos até onde for possível. Infelizmente, vamos esbarrar nos tribunais com certeza absoluta. Quando a gente pedir aqui quebra de sigilo fiscal e bancário de algumas dessas ONGs, com certeza elas vão recorrer a quem de direito. E a gente, que vive num país dito democrático, tem que respeitar; mas nós vamos até onde for possível, porque medo não há. Eu não vejo nenhum Senador aqui com receio de alguma coisa. Vocês são muito mais corajosos que nós, porque vocês depõem aqui, vocês mostram aqui a realidade e voltam para o seu *habitat*. Lá, sim, é perigoso. A gente vai só sofrer aquela campanha de desqualificação da imagem. O Jaime já foi vítima disso, também o Beto. Tem algumas notinhas minhas. Então, a gente vai sempre nessa coisa que não leva a absolutamente nada.

Eu digo ao povo brasileiro que nada vai nos desviar do nosso caminho. Não há nada, absolutamente nada que nos desvie do foco, que é abrir a caixa-preta e mostrar essa podridão para que o Brasil tome conhecimento do quanto essas ONGs nos fazem mal.

Coloco em votação a Ata da 3ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, agradecendo aos assessores, às assessoras, àqueles que nos acompanharam pelo YouTube... Parte da sessão foi transmitida ao vivo pela TV Senado, que infelizmente saiu porque tem uma audiência de uma Subcomissão que tem prerrogativas sobre a CPI.

E a gente vai nessa – a gente vai nessa. Deus comanda o nosso destino, e a gente ainda tem muita esperança para gastar.

Declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a Deus e desejando paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 02 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 5ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia onze de julho de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Chico Rodrigues, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Mauro Carvalho Junior, Zenaide Maia, Magno Malta, Augusta Brito, Wilder Moraes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 86 de 2023** que : "Convida o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês e fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami, para prestar depoimento perante a CPI das ONGs." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 88 de 2023** que : "Requisita à Polícia Federal a disponibilização de um delegado federal para prestar apoio técnico investigativo a esta Comissão." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 89 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas informações pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 90 de 2023** que : "Convida o Senhor Jailson Reis de Mesquita, Fundador do Movimento: "Garimpo é legal"." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 91 de 2023** que : "Convida o Senhor Jonas de Souza Marcolino, Diretor da Organização Indígena Sodiurr, a comparecer a esta Comissão." **Autoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 92 de 2023** que : "Convoca a Senhora Deborah de Magalhães Lins, presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - REQUERIMENTO Nº 93 de 2023** que : "Convida o Senhor João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, presidente da Natura & Co. Holding." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - REQUERIMENTO Nº 94 de 2023** que : "Convoca o Senhor Benjamin Benzaquen Sicsu, presidente do Conselho Administrativo da Fundação Amazônia Sustentável." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - REQUERIMENTO Nº 95 de 2023** que : "Requer que seja aditado o requerimento nº 86/2023 para convocar o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês, fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami." **Autoria:** Senador Dr. Hiran. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - REQUERIMENTO Nº 96 de 2023** que : "Convida o Senhor Edward Mantoanelli Cruz, antropólogo com mestrado em Antropologia Social, para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento do Sr. Aldo Rebelo. Oitiva do Aldo Rebelo, em atendimento aos requerimentos 15/2023 e 38/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/07/11>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por ela recebidos do exterior a partir de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião está dividida em duas partes.

A primeira parte destina-se à deliberação de requerimentos e, depois, a oitivas, hoje com o nosso companheiro ex-Ministro da Defesa, Deputado Federal e Presidente da Câmara, que dispensa apresentação: Aldo Rebelo é o nosso convidado de hoje, que vai nos falar e vai nos brindar com tudo aquilo que a gente quer saber, ou até já sabe, mas que está em busca...

Antes da primeira parte, que é a deliberação dos requerimentos constantes da pauta, eu peço para apresentar o vídeo nº 4 – a gente vai ficar apresentando depoimentos de caciques. Esse é um jornalista investigativo amazonense que faz esse tipo de trabalho, o Álvaro Corado.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k. A gente mostra esses vídeos, até um pouco longos, que são a mesma coisa. É o índio falando por ele só, que ele quer o que todos nós queremos também e que até muitas vezes não temos. Eles querem, acima de tudo, dignidade. Isso tem ficado patente aqui na nossa CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passando à primeira parte, deliberação de requerimentos constantes da pauta. Eu peço permissão dos Senadores para aprovar em bloco.

Requerimento nº 86, que convida o Sr. Bruce Albert, antropólogo francês fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami, para prestar depoimento.

O 88 requisita à Polícia Federal a disponibilização de um delegado federal para nos acompanhar aqui.

O item 389 requer que sejam prestadas informações pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O item 4 convida o Sr. Jailson Reis de Mesquita, fundador do movimento Garimpo é Legal.

O item 5 convida o Sr. Jonas de Souza Marcolino, Diretor da Organização Indígena Sodiurr, acho que essa é a... Sodiurr, Sodiurr.

Essa é a primeira parte então. Eu consulto o Plenário.

Os Senadores que concordam com a aprovação desses requerimentos permaneçam como estão. *(Pausa.)*

A segunda parte é a extrapauta. A segunda parte é nossa extrapauta. Cadê o extrapauta aqui?

Que é o requerimento convocando a Sra. Deborah de Magalhães Lins, Presidente do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental.

O outro convoca o Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, Presidente da Natura, para que eles venham aqui depor na Comissão.

Aqueles Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

Então vamos à nossa segunda parte, que é o depoimento do nosso convidado, o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, só uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, cumprimento o nosso Ministro Aldo Rebelo. É um prazer tê-lo aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer uma observação e até uma informação aos colegas da Comissão. Começam a chegar, Presidente Plínio, como V. Exa. sabe, começam a chegar as respostas aos nossos requerimentos. Mas a gente observa, com muita clareza, que pelo menos por enquanto, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Relações Exteriores estão mandando respostas completamente vagas para esta Comissão.

Nós vamos reiterar o pedido de informação. O Ministério do Meio Ambiente, por exemplo, alega que nesses 20 anos, tem apenas 120 convênios que passaram pelo ministério, com ONGs. Então são muito vagos. Nós vamos reiterar esses ofícios, e se essa prática persistir, que a mim parece que é uma maneira de não dar a informação que nós queremos, se ela persistir, Sr. Presidente, nós vamos ter que talvez usar de mecanismos mais duros, mais fortes que esta Comissão tem poder para fazê-lo. Só para dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como a gente tem sempre se posicionado aqui que esta CPI vai, acima de tudo, não proporcionar vexame alheio à população brasileira, a gente vai seguir o trâmite normal, que é, quando eles pedem prazo, a gente abre os mesmos dias de prazo; depois então vem a convocação. Eu acho que não será necessária, mas se for, com certeza, nosso Relator, com absoluta certeza.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Onde é?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Beto Faro. Estou na...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Oi, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Pela ordem. Por videoconferência.*) – Eu quero primeiro cumprimentar a todos, a todas, cumprimentar o ex-Ministro Aldo, nosso ex-Presidente da Câmara.

Eu, nesse aspecto aí dos requerimentos de informação, é só para a gente estabelecer um procedimento aí, como é que nós temos acesso a todas essas informações que estão chegando. Como é que vai ser o procedimento aí com o nosso Relator e com o pessoal, a equipe de trabalho, para que os membros da CPI tenham acesso a essas informações?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Beto, os documentos que têm chegado já estão na página, exceto aqueles que são sigilosos, que a gente estabeleceu que o Parlamentar vai nomear um assessor para que tenha acesso àqueles que vêm com a tarja de sigiloso, e, se realmente preencherem os requisitos da lei, nós vamos mantê-los em sigilo; senão, a gente vai abri-los.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você nomeia um...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Então, já pode nomear?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Já. Já pode nomear e encaminhar para a secretaria, com certeza absoluta.

O nosso convidado é o Sr. José Aldo Rebelo Figueiredo, ex-Ministro da Defesa; da Ciência, Tecnologia e Inovação; do Esporte; e da Coordenação Política e Assuntos Institucionais. Como eu disse, estou fazendo isso aqui porque é praxe, mas dispensa.

Nosso convidado, Sr. Aldo, o senhor tem o tempo que achar necessário para a exposição; depois, quando o senhor achar que deve encerrar a exposição, aí nós faremos a sessão de perguntas.

Fique à vontade, não vai ter nem sequer cronômetro. Fique à vontade.

E obrigado por ter vindo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Plínio Valério.

Prezado Senador Marcio Bittar, querido amigo Senador Ciro Nogueira, Senador Dr. Hiran, Senador Zequinha Marinho, Senador Jaime, Deputada Silvia, a senhora... Senadora...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Muito bem.

Saúdo o Deputado Feijão aqui, meu querido amigo, lá do querido Amapá.

Agradeço ao Senador Plínio e ao Senador Marcio pela confiança e pela honra de apresentar aqui no Senado, nesta Comissão de inquérito, uma visão sobre a Amazônia de um brasileiro que a conhece desde menino.

Eu, ainda muito jovem, participando da reconstrução da União Nacional dos Estudantes, Senador Zequinha, fui incumbido de fazer a campanha de reconstrução na Amazônia e me lembro do impacto de, que foi o segundo que me causou na vida, testemunhar a grandeza da Amazônia. Levava comigo, de leitura de bordo, num avião da Vasp, até Rio Branco, o livro do escritor amazonense Márcio Souza, *Galvez, Imperador do Acre*, que tinha sido recém-lançado. E, de lá, a visão, de Rio Branco a Manaus, o avião, ladeando aqueles dois gigantes – o Purus, de um lado; e o Madeira, do outro – e a floresta, dá um



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sentido único de grandeza não só da Amazônia, do nosso país; a Amazônia, que já me impactara ainda no antigo exame de admissão, Senador Plínio, para que nós nos preparávamos e que hoje é a primeira parte do ensino fundamental. E a minha professora de Geografia ainda bem que nos obrigava a aprender mesmo todos os afluentes do Rio Amazonas, de oeste para leste, na sequência, e quem errasse um, ela mandava copiar 600 vezes para não esquecer mais – 600 vezes, era um caderno que enchia –, e eu aprendi, com muito gosto e muito prazer, só de admiração.

Depois, já nos meus mandatos como Deputado por São Paulo, nunca me desliguei da Amazônia. Desde o primeiro mandato, muitas vezes, fui à Amazônia em companhias que hoje as pessoas julgariam improváveis, porque nas delegações sempre estávamos presentes eu, o Deputado Jair Bolsonaro e o Deputado José Genoíno. Nós três estávamos sempre presentes nas delegações para visitar a Amazônia. Percorremos a Amazônia naqueles navios-patrolha da Marinha – no Pedro Teixeira e no Raposo Tavares – e nos navios-hospitais. Fomos a Tabatinga, fomos a Roraima, fomos a Rondônia, fomos à Amazônia inteira. Era uma época em que as pessoas podiam conviver com as suas diferenças.

Depois, na época do Código Florestal, como Relator, nós fizemos pelo menos 200 audiências públicas, muitas delas na Amazônia, e não as fazíamos só nas capitais, nas sedes dos Poderes. Não! Pegávamos um carro de Rio Branco e íamos até à Boca do Acre; depois, pegávamos uma voadeira e íamos à beira do Purus para ouvir os ribeirinhos. Fomos, lá em Roraima, à Serra do Tepequém, lá na divisa com a Venezuela, para descobrir ali que aquela área de Roraima é garimpo; desde a época dos ingleses, no século XIX, que ali já era garimpo dos ingleses. E me impressionava – eu sempre curioso – porque esse nome de Tepequém. Eu achei que era uma terminologia indígena, e os moradores do Tepequém disseram: "Não, isso é uma terminologia inglesa". Eu digo: "Mas como?". "Não, é que os ingleses apelidaram a serra de Topo da Rainha, e os garimpeiros nordestinos não queriam pronunciar *top of the queen*, pronunciavam Tepequém, e como Tepequém ficou a serra até hoje, lá em Roraima.

E, recentemente... Aí como Ministro, eu fui várias vezes: como Ministro do Esporte, levamos equipamentos lá para São Gabriel da Cachoeira, para Cabeça do Cachorro; como Ministro da Ciência e Tecnologia, inauguramos o primeiro trecho de infovias fluviais...

Senadora Tereza, bom dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone.*) – Bom dia.

O SR. ALDO REBELO – ... lá usando o leito dos rios para levar internet para os ribeirinhos; como Presidente da Câmara, fui a todos os estados da Amazônia; e, recentemente, por conta de um livro que me encomendaram sobre a Amazônia, passei quatro meses ali, no coração da Amazônia. Estabeleci-me em Altamira, mas andei pelo Pará, fui a Boa Vista, fui à Amazônia, fui à Amazônia inteira, ouvindo as pessoas para poder preparar esse livro; depois, percorri toda de carro a Transamazônica. Fui de carro,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de São Paulo, atravessei a Transamazônica inteira, parando cidade por cidade, e, depois desci a 163, antes, passando em Miritituba, para verificar o magnífico porto que construíram à beira do Rio Tapajós, sem a infraestrutura necessária, que seria a Ferrogrão, que foi paralisada por sugestão de uma ONG, acolhida pelo Ministério Público, e, numa decisão monocrática, por um Juiz do Supremo Tribunal Federal. Foi iniciativa de uma ONG qualquer com um outro partido desorientado.

Eu a percorri recentemente e o que eu posso dizer, assim, na minha visão de 40 anos visitando a Amazônia? É que me surpreende negativamente a situação que eu percebi. A Amazônia, hoje, principalmente aquela Amazônia profunda, é uma área do nosso país onde convivem três estados paralelos.

Um é o Estado oficial, das prefeituras, dos estados e da União, com suas agências e os seus órgãos. Esse é o Estado oficial, anêmico, débil, deficitário em tudo.

Outro é o estado do crime organizado, do narcotráfico, espalhando seus tentáculos pela Amazônia inteira, dominando os rios como via de acesso para o tráfico nacional e internacional e ampliando o seu poder social e econômico. Conversando com uma autoridade importante do Amazonas, ele me disse, há dois meses: "Olhe, na fronteira do Amazonas com a Colômbia e o Peru, o Prefeito me disse que já não é o maior empregador do município. Perdeu esse posto para o narcotráfico". Se você anda nas ruas de Altamira, uma cidade de 120 mil habitantes, tem lá uma orla banhada pelo Rio Xingu – e eu caminhava ali quase toda tarde –, e, a cada 100m, Senador Zequinha, o senhor encontra uma pichação cobrindo outra pichação cobrindo outra pichação: é uma pichação do Comando Vermelho coberta por outra do PCC e por outra da Família Norte. A cada 100m! Toda semana, há notícias de que jovens e mais jovens são trucidados nas chacinhas e nos enfrentamentos entre o crime organizado.

E, quando você olha para a cidade, percorre a cidade, há o aparato repressivo do Estado brasileiro, com helicópteros, Polícia Federal, Ibama, Força Nacional, viaturas... Parece uma cidade em guerra! E, quando você pergunta qual a finalidade desse aparato, se é para combater esse crime organizado, não! Esse aparato todo está ali montado para ir atrás de um sujeito que está criando uma vaca, plantando uma roça de milho, criando uma cabra ou plantando uma roça de cacau! É para isso que o Estado brasileiro mobiliza esse aparato!

Eu vi isso pela primeira vez em 2010, numa audiência em Novo Progresso. Quando nós tentamos descer em Novo Progresso, a pista de terra, a pequena pista de terra para um monomotor tentando descer, estava ocupada por um rebanho de vaquinhas espantadas com a aproximação do avião. O avião deu dois rasantes para afastar as vaquinhas, e nós pousamos. Eu perguntei lá: "Prefeito, e essas vacas?". E ele: "Não, essas vacas são as vacas piratas do Ministro Minc, que mandou apreender aqui". E, quando você chegava à reunião, ao lugar que a igreja nos destinou, tinha centenas de famílias apavoradas, em pânico! Senhoras e senhores, eu me lembrei de uma cena da minha infância, da guerra do Vietnã. O Vietnã tinha uma base muito grande, que todo dia estava nas televisões, que era a base de Da Nang, de onde saíam as



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

operações para combater os vietnamitas. Quando eu vi a base da Polícia Federal, do Ibama e da Força Nacional em Novo Progresso, eu disse: "É Da Nang, e esses agricultores são os vietnamitas que eles vão pegar daqui a pouco". (*Risos.*)

Agora, o que era aquilo?! Aquilo ali... Eles foram tratados como se fossem invasores de terra pública, quando, na verdade, o Ministério do Meio Ambiente tinha feito uma grande ofensiva de estender aquele Sistema Nacional de Unidades de Conservação em áreas já pré-tituladas, em áreas a que o próprio Governo tinha levado aquelas pessoas.

Eu perguntei lá para o cidadão, e o senhor disse: "Não, eu vim do Paraná; do Paraná, fui para o Mato Grosso do Sul; do Mato Grosso do Sul, fui para o Mato Grosso; do Mato Grosso, me trouxeram para aqui". "E daqui?" Ele disse: "Daqui, eu acho que eles vão me jogar no mar, não tenho mais para onde ir".

E agora esse aparato continua lá, intacto, está certo? O crime organizado, que é o segundo estado paralelo, e o outro, que é o mais importante, o mais forte, o mais dominador, que é o estado paralelo das ONGs, governando a Amazônia de fato, e governando com o auxílio do Estado formal brasileiro, com o auxílio do Ministério Público Federal, com o auxílio da Polícia Federal, com o auxílio do Ibama, da Funai, desse ministério que criaram agora das populações ou dos povos indígenas, com esse consórcio de agências do Estado brasileiro a serviço desses interesses.

E por que não é fácil de enfrentar? Porque eles nem precisam se instalar, porque eles governam de dentro – de dentro. Esse Sistema Nacional de Unidades de Conservação é criação de uma agência americana assumida pelo Estado brasileiro. Você achar que 14% do território nacional está imobilizado em áreas indígenas, as áreas mais produtivas, mais ricas em minérios do país, que isso é por acaso? Não! Isso é planejado, profundamente planejado.

Então, houve uma transição no Brasil quando as agências, na verdade, foram ocupadas. Um dos fundadores do ISA presidiu a Funai e, na presidência da Funai, esvaziou a Funai e transferiu da Funai para as ONGs as atribuições do Estado.

Certa vez, acho que no ano de 2000, 2001, eu presidi aqui uma Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso, e o Comando do Exército me mandou uma matéria do *The New York Times* com uma denúncia sobre abuso cometido contra mulheres indígenas por parte de soldados do Exército e perguntou se a Comissão poderia expedir uma nota sobre o tema. Eu li a matéria e disse: "Faço, sim, mas quero ir lá onde a denúncia foi formulada", que era um pelotão de fronteira lá na divisa de Roraima com a Venezuela. Saímos daqui eu, na época, e o Coronel Villas Bôas, que depois veio a comandar a Amazônia e o Exército, que era então Chefe da Assessoria Parlamentar do Exército. Fomos até Boa Vista, dormimos lá no Hotel de Trânsito do Exército e, no outro dia, de manhã, saímos com o General Claudimar Magalhães, que era o Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva de Roraima,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais uns dois oficiais e mais uns dois ou três funcionários civis do Governo de Roraima. Quando nós descemos no Pelotão de Fronteira de Surucucu, bem próximo, 300m, tem uma maloca indígena ianomâmi, porque o pelotão está dentro de uma área ianomâmi. Quando nós chegamos à maloca para fazer a visita, tinha uma moça, uma jovem cujos traços demonstravam que ela não era, assim, oriunda daquela região. Ela apresentou-se como sendo integrante de uma ONG chamada Urihi e disse: "Não, o senhor entra, porque o senhor é Deputado, mas o General e o Coronel não entram". Eu disse: "Mas você deve levar em conta que você não é nem servidora pública. Eles são oficiais do Exército Brasileiro, e isso aqui é área de domínio da União". Ela disse: "Não, o senhor não entra... O senhor entra, eles não".

O General Claudimar tinha levado uns presentes, uns facões, umas coisas lá para as lideranças indígenas. Cuidadoso, para não criar nenhum tipo de incidente, disse: "Não, Deputado, o senhor entra, que nós aguardamos".

Eu entrei e me deparei com aquela cena que eu já descrevi até em livro de profunda subnutrição dos indígenas que estavam ali; uma fuligem muito forte, cortina de fumaça e fuligem, porque tinham muitos fogos acesos para cozinhar aqueles alimentos. Eu conversei com a moça e disse: "E essa situação?". Ela disse: "Não, tem muitas doenças infecciosas por aqui, muita tuberculose, muita subnutrição". Eu perguntei: "Por que a senhora não traz água ali, já que toma conta disso aqui, não traz a água do Pelotão de Fronteira e a luz elétrica?" – porque não tinha luz elétrica nem tinha água tratada. Ela disse: "Não. Água tratada e luz elétrica vão alterar a cultura deles". Aí, tinha uns três meninos jogando futebol, assim, numa área, num campinho atrás da maloca. Eu corri, dei um chute na bola, voltei e disse: "Olha, pelo menos, nós todos torcemos para a mesma seleção". Ela disse: "Não, senhor. O senhor torce para sua seleção, eles torcem para seleção deles". Eu convidei o General Claudimar e o Coronel Villas Bôas e disse: "Vamos; antes que se torne mais desconfortável a visita, vamos embora".

Depois, conversando com o Villas Bôas, nós nos perguntamos: como essas pessoas souberam da nossa presença? Como se anteciparam à nossa presença? Como se deslocaram? Porque não havia outro meio, não tinha estrada, não tinha rios. Como se deslocaram? Claro que havia ali um serviço de inteligência e de logística que se antecipou à nossa passagem por ali. Depois, eu vi no noticiário que essa ONG, que era ligada acho que à saúde, foi envolvida em denúncias muito graves dos recursos repassados, na época, não sei se pela Funasa ou pelo Ministério da Saúde – essas denúncias são públicas, elas estão na internet.

O Governo exercido... Porque essas ONGs são apenas um instrumento. Os interesses que elas representam estão lá fora. Se alguém perguntar se isso não é teoria da conspiração... A história da Amazônia é uma história de conspiração. A Amazônia é cobiçada antes de ser conhecida. Quando fizeram o tratado de Madrid, em 1494, nem os espanhóis, nem os portugueses sabiam que existia a Amazônia. Eles desconfiavam que havia terras ali, 350 léguas a oeste das Ilhas de Cabo Verde, e dividiram, tá certo? "Faz esse meridiano a 350 léguas: o que tiver a leste é português, o que tiver a oeste



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é espanhol." Tanto que o rei da França, que era primo do rei da Espanha e primo do rei de Portugal, chamou um diplomata e perguntou: "E cadê o testamento de Adão, que deixou as terras do mundo para os meus dois primos e me excluiu da participação?". É disputada. Desde essa época que a Amazônia é disputada. A crônica registra.

Tem livros clássicos escritos por amazônidas ilustres cultos, bem formados, como Leandro Tocantins, que escreveu a história do Acre, como Arthur Cezar Ferreira Reis, que escreveu inclusive a história dessa cobiça, que dá os detalhes de como os holandeses, os ingleses, os franceses, os espanhóis... Alguém acha que os holandeses, os franceses e os ingleses estavam ali somente para ficar com aquela fatia das Guianas, naquele maciço? Não! O que eles queriam era a Bacia do Grande Rio, esse era o objetivo. Portugal foi muito eficiente: contou com uma diplomacia muito eficaz, cabos de guerra muito capazes, aliança com as populações indígenas... Sem essa aliança, Portugal não teria prevalecido na Amazônia! Uma das expedições do Pedro Teixeira, que saiu de Cametá, em 1637, era formada por 1,2 mil índios armados de arco e flecha e remeiros e era para durar tanto que eles levavam as famílias, as mulheres, as crianças. A expedição tinha mais de 2 mil integrantes, saiu de Belém e foi até Quito. Não, até... É, até Quito e depois voltou. O Raposo Tavares saiu de São Paulo para percorrer a Amazônia inteira: saiu daqui de São Paulo, também com uns mil índios e alguns portugueses; voltaram alguns. Ele voltou tão desfigurado que a família não o reconheceu quando ele chegou em casa de volta a São Paulo. Foi até o Peru. O Vice-Rei do Peru ficou espantado com a ousadia desses bandeirantes e desses portugueses. Então, é muita cobiça.

A Guiana? Essa Guiana Inglesa, que hoje está nadando em petróleo, crescendo 50% ao ano... O Rei Carlos apoia as ONGs para proibirem petróleo na Amazônia e no Amapá; à Guiana Inglesa ele foi o primeiro a chegar com as suas empresas. Pois bem, essa Guiana tem um caso célebre. O quê? Duas ONGs inglesas: uma sociedade geográfica; depois outra religiosa, porque os ingleses queriam ter acesso à Bacia do Amazonas, porque os rios deles corriam todos para o Caribe, e eles mandaram dois agentes, mapearam, comunicaram, depois mandaram um religioso, que catequizou os índios, ensinou inglês, quando o Brasil mandou retirar... Nisso o Brasil já era independente. Os pastores levaram os índios para Georgetown, pediram proteção à Inglaterra, e a Inglaterra mandou uma tropa e nos tomou ali acho que 21 mil quilômetros, que deram o acesso deles ao Rio Branco e depois ao Negro e depois a...

A Guiana Francesa do mesmo jeito. Na questão do Amapá lá, do nosso herói Cabralzinho, eles queriam 500 mil quilômetros quadrados. O Barão do Rio Branco disse: "Olhe, eles querem uma outra França aqui!". Porque eles queriam tomar conta dali, do Oiapoque, no Oceano Atlântico, até o limite de Roraima. De todo aquele pedaço do Pará, do Amazonas e um pedaço de Roraima eles queriam tomar conta: 500 mil quilômetros quadrados. O Barão do Rio Branco preparou uma defesa muito grande, e o árbitro, que era o Presidente da Suíça, nos deu ganho de causa 100%, mas isso agora, em 1904, 1905, 1906, em que essa disputa está presente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O roubo das seringueiras: maior escândalo de biopirataria da história, promovido pelo Governo inglês, patrocinado, pago. O homem que veio cumprir essa missão... O Brasil produzia 95% da borracha do mundo, e já havia uma indústria de borracha, os navios já usavam, as indústrias já usavam, e os ingleses queriam levar a borracha da Amazônia para a Ásia. Pagaram um agente, que depois foi condecorado Cavaleiro do Império Britânico pela... Acho que era a Rainha Vitória...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Vitória. Pronto!

Esse homem, quando faleceu, teve obituário publicado no jornal *The New York Times*, e ele contrabandeou 70 mil sementes de seringueira: subornou a alfândega de Belém ou de Santarém e levou tudo para lá; botou no Jardim Botânico de Londres e, do Jardim Botânico, adaptou e levou para... Trinta anos depois, era a Inglaterra que produzia na Ásia 95% da borracha do mundo.

Essa crônica está aí presente. Desapareceu isso hoje? Por que desapareceria se você tem na Amazônia a maior fronteira mineral do mundo? No depoimento lá de um geólogo de uma grande companhia que atua na Amazônia, sabe como é que ele pergunta sobre a riqueza da Amazônia? Ele diz: "O senhor conhece a tabela periódica? Está toda na Amazônia. Tudo o que o senhor imaginar que tem na tabela periódica tem na Amazônia".

Aí, eu vou fazer uma palestra em Paragominas, e as pessoas dizem: "Olha, acabou de sair daqui uma equipe de pesquisadores da Alemanha que veio atrás do... Não sei se é camamu... É uma planta.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone.*) – Camu-camu? Vitamina C.

O SR. ALDO REBELO – É uma planta que vai consertar ou curar o Alzheimer. Os alemães estavam lá atrás disso, atrás dessa planta. Isto também está na internet: a planta que vai curar o Alzheimer, e os alemães estão atrás disso.

Você tem a biodiversidade, a maior reserva de biodiversidade do mundo na Amazônia! É que nós temos lamentavelmente uma imprensa no Brasil que oculta os fatos sobre a Amazônia – oculta, silencia, omite.

O último congresso, depois daquele congresso do Egito, Senador Marcio, do meio ambiente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Isso! Em seguida teve a COP da biodiversidade, em Montreal. A COP da biodiversidade de Montreal se confrontou com dois temas importantes, em que o Brasil foi o protagonista. Quais eram os dois debates fundamentais? Primeiro: qual a porcentagem de biodiversidade que o mundo deveria proteger? Resolução da conferência: 30% da biodiversidade do mundo. Debate



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre onde proteger. Proposta do Brasil: que cada país proteja 30%. Proposta da ONU, dos países ricos: meta global. Na meta global, se eu protejo 60% e o Senador Ciro protege zero, nós dois protegemos 30%. Então, a meta global era para jogar o encargo e a responsabilidade em cima de três países: Brasil, Congo e Indonésia. Era essa a meta! E foi esta a meta que foi estabelecida: a meta global. O Brasil perdeu. Isso foi em dezembro de 2022.

A segunda discussão: a distribuição dos recursos gerados pela biodiversidade. O Brasil tinha com os africanos e os indonésios uma proposta que remunerava com *royalties*, com patentes, sei lá com quê, a biodiversidade. Sabe o que os países ricos fizeram, Senadora Tereza? Registraram todas as biodiversidades sem identificar a origem. Quando o Brasil protestou, dizendo "Ó, sem identificar a origem, como é que nós vamos pedir indenização?", eles disseram: "Não, nós vamos registrar, mas colocar em disponibilidade para o mundo inteiro". É uma trapaça, porque só vai ficar em disponibilidade para quem tem a tecnologia que possa transformar aquilo em algum produto farmacêutico, químico, industrial, cosmético. Não adianta você distribuir livros para quem não sabe ler. Não adianta você abrir a biodiversidade para quem não domina a tecnologia. Então é uma trapaça, é outra forma de biopirataria. E foi isso que decidiu. Isso tudo está lá na Amazônia. Então, se você tem a maior fronteira mineral do mundo de tudo, se você tem a maior reserva de biodiversidade do mundo, se você tem a maior reserva de água doce do mundo...

Em dezembro de 2020 ou 2021, a Bolsa de Valores de Nova York acolheu uma nova *commodity*, uma nova mercadoria, que passou a ser negociada na bolsa de valores. Essa mercadoria é a água. A água virou uma *commodity*, negociada na bolsa de valores. Poucos meses depois, numa palestra falando exatamente sobre a água, a Vice-Presidente dos Estados Unidos disse o seguinte – também está na internet –: "A guerra pelo petróleo é uma guerra do passado. A guerra que os senhores vão conhecer no futuro é a guerra pela água".

Ora, se eu tenho a crônica da guerra pelo petróleo, que era a guerra de quem precisava contra quem tinha o petróleo, eu fico olhando que nós temos muita água; que o Rio Amazonas é responsável por 20% de toda a vazão de água doce do mundo – do mundo! –, chega às vezes a 300 mil metros cúbicos num segundo de vazão. E os outros rios também têm vazão extraordinária. Você tem ali o maior reservatório, o Alter do Chão, que é maior do que o Guarani, dá duas vezes esse Guarani aqui. O aquífero é o maior do mundo. Você tem, nas estações chuvosas, Senador Ciro, 350 mil quilômetros de água doce de superfície na Amazônia. Você tem mais do que um Estado de São Paulo, mais do que a Itália, mais do que a Alemanha de água doce de superfície. Alguém olha e acha que isso... Quando o mundo está vivendo uma escassez que vai atingir a agricultura... Os estudos da FAO já estão apontando que três grandes regiões produtoras de grãos, que são as planícies americanas – grandes produtores de grãos –, a planície norte da China e uma terceira área também muito produtora de grãos, estão sofrendo uma crescente escassez de água. E sem água não há agricultura – não há agricultura sem água. E a água está na Amazônia, e a floresta tropical está na Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso tudo se explica por essa diplomacia, porque os países ricos têm uma diplomacia especial das terras-raras, dos minérios. O Presidente Biden disse, numa reunião na Indonésia, lá numa ilha de Bali, que, contra o monopólio das terras-raras, desses minérios raros por parte da China e parte da Rússia, e pela insegurança jurídica da África, o caminho era o Brasil. O Brasil tem minérios importantes para essa indústria de alta tecnologia. E o Brasil, infelizmente, não tem consciência da importância, da relevância e acha que isso tudo é pelo meio ambiente.

Claro que há um problema do meio ambiente no mundo e no Brasil também, mas não é pelo meio ambiente que a Amazônia está em evidência, que a Amazônia está no centro da polêmica, do debate. Não é pelo meio ambiente que eles estão trazendo essa conferência do clima lá para Belém. Não é, como diria o grande Padre Antônio Vieira, não é pelo nosso bem, é pelos nossos bens. É uma distinção singular, mas muito importante. Há que diferenciar aqueles que estão aqui em busca do nosso bem, que são sempre bem-vindos, acolhidos, daqueles que estão aqui em busca dos nossos bens. E a Amazônia é essa região governada, observada, olhada por centenas de ONGs poderosíssimas, com muitos recursos, conscientes da sua tarefa, da sua missão.

Agora eu vi que o BNDES anunciou que há cinco vírgula alguns bilhões, 5,13 bilhões de depósito no Fundo Amazônia. Agora veja só, o Fundo Amazônia foi criado pelo Governo brasileiro, pelo Estado brasileiro, mas é administrado pelas ONGs. Eu integrei o Conselho de Administração do BNDES. Certa vez pedi ao diretor responsável pelo fundo que me apresentasse os pareceres que autorizavam a transferência desses fundos, as decisões. Ele me disse: "Não, não é o banco que decide, é um comitê onde quem mais influencia é um diplomata da Noruega, exclusivamente no Brasil para cuidar desse fundo". E os senhores podem entrar na página da internet do Fundo Amazônia, está lá em inglês e em português: o Brasil cuida e o mundo financia, o mundo apoia, o mundo paga. E quando você vai ver, o que é que tem lá? A agenda para a destinação do fundo é só essa agenda global do meio ambiente, mas a Amazônia, senhoras e senhores, é a região onde há os piores indicadores sociais do Brasil! Os maiores índices de mortalidade infantil! As maiores taxas de analfabetismo, de doenças infecciosas! O menor índice de fornecimento de serviços essenciais, como água tratada, luz elétrica, saneamento básico. Você anda nas ruas das cidades da Amazônia e não há saneamento! Há um centavo sequer destinado para essa finalidade, para dar saneamento básico? Não há um centavo. Para a saúde? Não há um centavo. Para desenvolver, para elevar o padrão de vida dessas pessoas? Não! Não! É exclusivamente para essa agenda de interesses internacionais.

Situação de pobreza. Uma vez, descendo o Rio Purus, vi um grupo de crianças saindo de uma canoa e perguntei para o rapaz da voadeira, para o piloto: "O que é aquilo?". Ele disse: "É uma escola". Eu disse: "Eu quero ver". Paramos lá na beira do Purus, no Estado do Amazonas. Subimos lá a ribanceira, e a 50, 100 metros estava a escola. Cheguei à escola e apresentou-se um jovem. "Você é o professor?". Sou o professor. Um lugarzinho, um quarto dessa sala aqui da CPI. Um colchão no chão, muito toco de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vela. Aí eu disse: "Ah! A escola não tem luz elétrica. E essas velas, Professor?". Ele disse: " Eu corrijo as provas à noite, à luz das velas".

Olhei na parede: a ideia de um professor muito aplicado, cheia de cartaz, de cartolina, aula de história, geografia. Escola multicurso, multissérie, como se diz. Vi também que a escola não tinha água tratada nem encanada, embora estivesse a cem metros de um dos maiores rios do mundo. Eu voltei ao MEC e perguntei lá para uma assessora do MEC. Eu digo: "E essa situação?". Ela disse: "Não, são milhares dessas escolas todas na Amazônia".

Agora, dessa vez, foi no Rio Xingu. Eu estava passando pelo Rio Xingu, olhei e eu digo: "Quero ver a escola". Era um fim de semana e a professora não estava, mas eu perguntei: "E aqui?" "Não, aqui é uma professora. Ela vive e mora aqui". Dentro da selva, ela dorme sozinha. É uma menina! A professora dorme sozinha ali dentro da selva. Eu digo: "Só pode a mão de Deus proteger essa moça numa situação daquela!".

Há alguma ONG preocupada com essa situação de escolas sem água, sem luz, multicurso, multissérie, com a falta de tratamento? Nas aldeias não tem água tratada, não tem luz elétrica! Há uma ONG preocupada com isso? Com saneamento básico em todas as cidades da Amazônia, inclusive nas capitais? Eu não sei, Feijão, qual é o índice de saneamento da cidade de Macapá. Não sei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Três por cento! Isso é elevado, para a média da Amazônia é elevado.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Belém, 3,67%.

O SR. ALDO REBELO – Pois é.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Porto Velho, 4%.

O SR. ALDO REBELO – É isso.

Agora, nas cidades de São Paulo, eu, como Ministro, vi muitas vezes a segunda, a terceira estação de tratamento para as cidades que já tinham 100% de esgoto tratado, porque as da Amazônia não têm os requisitos que o Estado brasileiro exige, que são projeto, porque não tem corpo técnico, e capacidade de endividamento, o que só têm as cidades ricas. E o dinheiro que poderia ir para isso vai para as ONGs que vivem na Amazônia.

Eles mandaram... Eu estava em Altamira, e foi uma repórter do Rio de Janeiro de uma ONG para interrogar, como se fosse policial, e a Presidente do Sindicato Rural de Altamira achando que ela estava pagando a minha viagem. Não estava, está certo? Ela voltou de lá sem a notícia que queria dar. Eu estava escrevendo um livro, e os editores me adiantaram alguma coisa para eu pagar uma viagem comum,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simples, ficando em hotéis simples e de carro. Mas ela foi do Rio de Janeiro, essa ONG, foi para lá. É uma ONG criada por uma pessoa que sai desse circuito da grande imprensa – *Folha, Estado, El País, Globo* –, porque as ONGs pagam os seus jornalistas a peso de ouro, dispõem de muitos recursos e recrutam jornalistas talentosos, preparados, para montar a versão das ONGs sobre a Amazônia, está certo? Porque elas se distribuem em vários grupos: tem um grupo de ONGs que é só ONG para fazer barulho, agitação, vender ameaça para recolher o dinheiro para "proteger", entre aspas, a floresta; há ONGs que cooptam lideranças, que cooptam pesquisadores nas academias, que funcionam como se fossem ONGs de pesquisa; e agora há um grande número de ONGs que são ONGs da área de comunicação, está certo? Como se fossem agências de comunicação, jornalistas, registram na Amazônia, dizem que vivem lá, mas não vivem; e, quando vivem, vivem em condomínios fechados, sem qualquer contato com a população local, como se fossem uma administração colonial.

Os ingleses administravam as colônias africanas e asiáticas assim: faziam seus bairros exclusivos. Eu era menino, e eu ouvi essa história de que nos bairros ingleses de Xangai, na época da dominação sobre a China, havia uma placa escrita em inglês e em chinês: "Proibida a entrada de cães e de chineses". Depois disso, no filme chamado *A Fúria do Dragão*, daquele Bruce Lee, tem uma cena em que ele, nessa Xangai ocupada, tenta entrar num parque e, quando ele tenta entrar no parque, o guarda aponta a placa, e na placa está lá escrito em inglês: "Proibida a entrada de cães de chineses" – e em mandarim. E ele, numa reação patriótica, num golpe mortal de arte marcial, destrói a placa. Eu fiquei pensando: falta um *kung fu* na Amazônia, um bruce lee na Amazônia para enfrentar essa situação.

Então, o que eu vejo é que essas ONGs governam a Amazônia não só de lá, mas a partir do próprio Estado brasileiro – está certo? –, com a lei, com as normas que eles criaram. Uma delas é esse Sistema Nacional de Unidades de Conservação; a outra é essa política de demarcação dessas áreas indígenas que eu tentei, na época de Deputado, com o Deputado saudoso Ibsen Pinheiro, trazer de volta para o Congresso essa atribuição, porque o Congresso ouve, o Supremo não ouve ninguém. Em relação à decisão sobre a Raposa Serra do Sol, eu era Ministro, eu disse ao Presidente Lula: "Isso é um grande erro!". Copiei a frase do estadista francês e disse: "Presidente, é pior do que um crime: é um erro". Mas, por pressão internacional e por uma decisão do Supremo, foi feita essa demarcação em área contínua, que os índios não queriam – eu estive lá, várias vezes –, mas o ministro do Supremo que decidiu não foi lá nenhuma vez, decidiu sem ouvir ninguém. O Congresso, pelo menos, tem a tradição e os instrumentos para ouvir as pessoas que o Supremo não tem.

E você tem uma anomalia no direito brasileiro que é uma autarquia poder subtrair áreas de um ente federativo sem consultar ninguém. Isso é um absurdo! Eu lembro da demarcação do Parque do Tumucumaque, Deputado Feijão, que era o quê? Era para levar esse presente para a RIO+10, que era da África. E tiraram lá mais de 30 mil quilômetros do Amapá, sem ouvir o Governador, sem ouvir a Assembleia Legislativa, sem ouvir uma prefeitura, sem ouvir ninguém. Você confisca! Agora está nova ofensiva em Roraima para confiscar mais áreas, num estado que já não tem área nenhuma para se manter,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para sustentar alguma atividade econômica, como o Amapá. Eu digo que, então, transformem logo na "Terra Indígena Ray Charles", porque economicamente está se inviabilizando.

Então são essas normas que precisam ser... O Fundo Amazônia é um fundo do Governo brasileiro, criado por decreto do Presidente Lula. Tem que haver uma norma dizendo o seguinte: esse recurso só pode ser destinado a órgão público, a prefeitura, a secretaria de estado, a Governo estadual, a Governo Federal. ONG não pode ter acesso a esse dinheiro. Não pode. Já acha pouco o dinheiro que vem do exterior, das fundações internacionais? Por que é que esse dinheiro tem que ir para ONG? Não. Tem que ter uma norma. Não querem dar? Cuidem do seu dinheiro. Está certo? Cuidem do seu dinheiro. O Brasil não é colônia. A Amazônia não é colônia do Sul e do Sudeste e nem é colônia de europeu rico. Não, senhor. Não quer dar, não dê. Agora o dinheiro não vai poder ser usado e vai ser o seguinte, pode fazer a lista, vai ser saneamento básico, saúde, habitação, educação, usado pelo Estado, pelos Governos e não por ONG. Está certo? para viver a sua vida de administradores coloniais, alguns morando na Europa? Não.

Então acho que essas normas precisariam ser alteradas. Creio que seria a maior conquista desta Comissão de Inquérito conceber uma superemenda que reunisse aquilo que na Constituição precisa ser alterado para valorizar o papel do Estado e limitar o papel das ONGs, e as normas infraconstitucionais também, todas elas – todas elas –, que são muitas, são muitas que tornam a Amazônia uma espécie de protetorado informal dessas ONGs e dessas instituições. Acho que esse seria o grande legado da Comissão, além de expor naturalmente o funcionamento, as teias de funcionamento dessas instituições.

Sobre o papel do Ministério Público Federal, senhores, é inaceitável uma instituição do Estado brasileiro, regamente paga pelo povo brasileiro, funcionar muitas vezes como braço jurídico das ONGs, como foi o caso evidente – está certo? – dessa Ferrogrão. Como é que uma ONG tem legitimidade para recorrer ao Ministério Público? Eu vi isso muitas vezes no Código Florestal. Lá em Altamira tem uma representante do Ministério Público da cidade que se nega a receber os produtores rurais e a atender convite da Câmara de Vereadores, e vive em comunhão com essa agenda, sem ouvir.

Aí você vê uma notícia que lá no Acre... Eu conheço Santa Rosa do Purus, uma cidade pobre na extrema fronteira. Eu estive lá. Na época eu era Ministro da Defesa, o Prefeito me procurou, Senador Ciro, e disse: "Ministro, deixe essa moça aqui". Era uma médica que nós tínhamos no pelotão de fronteira, jovem, tenente. "É a única médica que nós temos no município." E fez um elogio: "Olha, ela atende aqui qualquer comunidade. Vai a pé, passa a noite andando para chegar e atender. Só tem ela". E a moça pediu: "Tenho aqui dois anos, mas posso passar mais dois anos". Aí querem fazer uma estrada ligando o Município de Manoel Urbano a Santa Rosa do Purus, para que a estrada? para transportar doente, emergência. Se alguém tem uma apendicite ou uma mordida de cobra, não vai chegar com vida numa canoa.

Se alguém tem uma apendicite ou uma mordida de cobra, não vai chegar com vida numa canoa! É para carregar as pessoas doentes, é para levar os estudantes, levar as mercadorias, e o Ministério Público



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra com uma ação para proibir agora outra estrada ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa. São 200km, é essencial.

O Euclides da Cunha, em 1905 ou 1906, quando foi lá na Amazônia traçar as fronteiras do Brasil com o Peru, já deixou isso tudo escrito, que tinha que ter ferrovia. Em 1906! E disse uma coisa magistral: "O Governo Federal não precisa colocar um centavo aqui. Toda a riqueza para construir já está na Amazônia". Isso foi o que Euclides da Cunha disse. Aliás, o nome do artigo, do ensaio dele é *A Transacreatina*. Isso tudo já estava previsto pelos brasileiros, patriotas, e agora o Ministério Público bloqueia tudo isso. Essa Rodovia 319 já existe.

Agora, aqui uma vez apresentaram uma medida provisória absurda, Senadora Tereza, que era a seguinte: era uma via rápida para a construção de infraestrutura e reforma de rodovias e ferrovias. Agora, da via rápida, era excluída a Amazônia. Eu disse: "Mas vocês beberam o que quando fizeram essa medida provisória?". "Por quê?" Eu disse: "Porque a Amazônia deve ter, sei lá, 3 mil, 4 mil quilômetros de rodovia, o Acre deve ter 1,5 mil quilômetros, São Paulo tem trinta e tantos mil quilômetros, e São Paulo vai ser beneficiado pela via rápida e a Amazônia está excluída? Por que razão?".

Então, eu creio que outra providência que o Congresso, o Senado deveria adotar era manter as prerrogativas do Ministério Público – todas elas. Agora, uma tinha que ser reordenada que é o poder e a iniciativa de parar obras de interesse nacional e de infraestrutura. Isso ele não pode. Ele não pode porque ele não conhece. Não é porque o menino fez um curso de Direito e passou cinco anos estudando no cursinho do Damásio lá em São Paulo que ele virou especialista em infraestrutura. Por favor, não. Ele virou integrante do Ministério Público; especialista em infraestrutura, não, e muito menos atendendo a interesses de ONGs.

Então, a sugestão que eu fiz ao Presidente Lula, no primeiro Governo dele, aliás, quando ele demitiu a Marina... Em um dia, ele perguntou, numa reunião de três ou quatro pessoas: "O que acontece que não sai licenciamento no Ministério do Meio Ambiente?". Alguém disse o óbvio: "Não sai porque quem manda no Ministério do Meio Ambiente é um comitê de 50 ONGs". Dois dias depois, o Deputado Paulo Bernardo, que era Ministro do Planejamento, deu uma entrevista – e não creio que tenha sido de *motu proprio* –, dizendo isto: a Ministra pediu demissão. Aí eu cheguei à reunião de Ministros e disse: quer resolver a situação? Mande uma proposta de emenda à Constituição, com dois artigos. No primeiro artigo, o senhor vai dizer o seguinte: obra de interesse público e de interesse nacional só pode ser paralisada por iniciativa do chefe do Ministério Público Federal e não pelos milhares de promotores que entram com uma ação em Marabá, no juiz de Bauru. Não, só pelo chefe do Ministério Público Federal com recurso para o Supremo Tribunal Federal. Mas, como não basta ir para o Supremo, porque passou dois anos parada lá a imobilização da Ferrogrão, com prazo, três meses... Se o Supremo, em três meses, não decidir, está decidido: a obra está liberada. O primeiro artigo é esse.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo artigo, a definição do que é obra de interesse público e de interesse nacional. O que é obra de interesse público e de interesse nacional? O §1º: qualquer obra que gere emprego, qualquer obra pública ou privada que gere emprego é de interesse público e de interesse nacional. Tem alguma coisa de maior interesse público e interesse nacional do que gerar emprego, senhoras e senhores? O §2º ou inciso diz qualquer obra que pague algum tipo de tributo, ou municipal ou estadual, como, por exemplo, a mineração, que deixa 65% da contribuição no município onde está o minério, que seriam os da Amazônia os mais beneficiados. E o outro inciso, qualquer obra que ajude a gerar divisas para o país, qualquer obra que preencha um desses requisitos ou que gere emprego ou que gere impostos ou que gere divisas é obra de interesse nacional e só pode ser parada – investimento público ou privado – por iniciativa do chefe. Não muda nas atribuições, muda só na forma e no arranjo como ela se aplica. O chefe, o Supremo – Senador Chico Rodrigues, alegria em vê-lo – e com prazo...

Eu disse a ele, ao Presidente da época, pode enviar que nós aprovamos com 80% dos votos do Congresso que esse povo, dessa agenda, tem prestígio no Parlamento Europeu, tem prestígio no Parlamento americano, tem prestígio no Parlamento sueco. No Congresso Nacional, eu nunca vi essa gente ter prestígio. Quem comanda o Ministério do Meio Ambiente e essa agenda...

Quantos Senadores tem nesta Casa o partido?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Sim. Quantos Senadores a Ministra do Meio Ambiente tem na Casa, o partido dela? Nenhum. Tinha um, que saiu, por causa do Amapá. Quantos Deputados? Acho que um ou dois. E o poder vem de onde? Claro que o poder vem de fora. O poder vem da Embaixada dos Estados Unidos, da Noruega, da França, da Alemanha, da União Europeia. Ninguém tem dúvida disso. E quem quiser saber, consulte e acompanhe nas redes sociais a comunhão entre a diplomacia da Europa Ocidental e dos Estados Unidos com essa agenda e com os representantes dela que estão dentro do Governo.

É uma relação de certa promiscuidade política, de certa perda do pudor que o servidor público deve ter. Não deve se expor em determinadas reuniões com agentes estrangeiros, com representantes estrangeiros. Deve ter cuidado. Lamentavelmente, muitos dos que estão neste Governo não têm esse cuidado. Acho que perderam completamente o limite, uma parte do pudor que deve conduzir na vida de homens e mulheres que têm função pública na relação com os estrangeiros. É isso que eu vejo nas redes sociais.

Então, o Congresso pode fazer isso. Na época, o Governo não quis mandar, por causa da proximidade de setores importantes do Governo com essa agenda. E agora eu vejo o Presidente Lula dizendo que não pode ser o santuário, mas o santuarismo está dentro do Governo dele. Os santuaristas estão dentro do Governo dele praticando o santuarismo, perseguindo qualquer forma de atividade econômica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, quando eu digo que esses dois governos paralelos se alimentam, é porque, Senador Chico Rodrigues, quando as ONGs e o Estado brasileiro imobilizam a atividade econômica criam mão de obra para o narcotráfico.

Eu vi lá no sul do Amazonas! Produtores me mandam: "Olhe, meus sobrinhos estão saindo, não querem mais ficar aqui". Por quê? É lamentável, não é? É porque tem mais aparato do Estado perseguindo agricultor do que perseguindo narcotráfico! É isso que acontece na Amazônia. Tem mais mobilização, mais dinheiro, mais recurso, mais Polícia Federal, mais Força Nacional perseguindo agricultor, criador de vaca, confiscando, levando ao suicídio do que perseguindo traficante! Eu moro em São Paulo, que é uma cidade violentíssima, com a multiplicação de casos de violência, de sequestro, de assalto há décadas – eu moro em São Paulo há 50 ou sei lá quantos anos –, e, Senador Ciro, nunca vi uma viatura da Força Nacional em São Paulo! Está tudo na Amazônia! para quê? para prender traficante? Não! É atrás do agricultorzinho! É isso que acontece! Infelizmente, é isso!

É de se perguntar ao Governo brasileiro: vai deixar que essas ONGs operem na Amazônia, perseguindo brasileiros que estão lá? E o objetivo é muito claro, não é por acaso. Numa dessas viagens pelo Rio Xingu, eu ia com um sargento que permaneceu 30 anos no Exército, que era piloto de voadeira e que batia a Amazônia inteira: saía de Altamira e ia até Manaus, saía de Manaus e ia até Santana, Macapá, Belém, só com o Exército. Ele me disse: "Olhe, há 20 anos, havia pelo menos o dobro de ribeirinhos vivendo na Amazônia". A política é de desantropização. Não pode ter regularização fundiária, porque a regularização fundiária consolida a presença demográfica. Não pode ter atividade econômica, não pode! Esta coisa dos garimpeiros: transformar o garimpeiro numa atividade criminosa!

Eu era o Presidente da Câmara, Senador Hiran, quando eu recebi aqui um projeto do Governo do Presidente Lula. Sabe como era chamado o projeto? Você era Deputado, Chico. Estatuto do Garimpeiro! Esse estatuto foi enviado pelo Governo do Presidente Lula, em obediência ao art. 174 da Constituição. No Estatuto do Garimpeiro, está escrito lá, no art. 3º ou no art. 5º, que o Governo deve priorizar a concessão de lavra para garimpo individual, familiar ou em cooperativa. Isso está lá na lei! E o que os governos fizeram? O último... É porque tem também na lei a previsão de reserva garimpeira, mas a última foi o Presidente Figueiredo que fez para alocar os garimpeiros que saíram de Serra Pelada. O que o Governo fez, a Ministra do Meio Ambiente? Transformou essa área em unidade de conservação. Não se criou uma unidade para o trabalho desses brasileiros, quando todo mundo sabe que ali na Amazônia a atividade de garimpo existe há muito tempo, assim como no Brasil inteiro. Os americanos devem a Califórnia aos garimpeiros, os garimpeiros fundaram Cuiabá, os garimpeiros fundaram Goiás Velho, os garimpeiros foram para o Mato Grosso. Os garimpeiros saíram pelo mundo afora!

Criminalizar por quê? Se tem garimpeiro criminoso, trate como criminoso. Se tem médico criminoso, trate como criminoso. Se tem advogado criminoso, trate como criminoso. Agora, eu não vi ninguém criminalizar toda uma categoria humana por conta do crime de um, dois ou três. Sabe por que é?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É porque os 600 mil garimpeiros que tem na Amazônia não são objeto de compra de ONGs – esta é uma diferença: não estão à venda para as ONGs. E é o tipo humano que conhece a região inteira.

Eu falei para o pessoal do Ministério da Justiça: "Cuidado! Vocês querem resolver um problema, mas cuidado com o que vocês vão fazer depois, para esses garimpeiros não serem recrutados para a atividade criminosa". É preciso ter cuidado com isso. E acho que o cuidado não deve ser só da Amazônia ou dos amazônidas que vivem lá, lutando com muita dificuldade. Isso deve ser um cuidado do Brasil, das instituições nacionais e, em primeiro lugar, do Congresso Nacional, já que, neste atual Governo, a agenda da Amazônia, infelizmente, não nos dá nenhum tipo de expectativa nem de esperança. É preciso cuidar agora, cuidar da agenda da COP, que vem aí, porque é isso.

A primeira conferência do clima – eu vou dizer isso e encerrar – foi a Conferência de Estocolmo de 1972. Foi a primeira Conferência do Meio Ambiente da ONU. O Governo militar designou para chefe da delegação um brasileiro ilustre, um diplomata reconhecido, respeitado, que tinha sido Ministro das Relações Exteriores do Presidente João Goulart. Não foi cassado, permaneceu, era Embaixador do Brasil da ONU e foi designado. Na primeira reunião, quando o Embaixador americano, que era um homem também muito preparado, muito ilustre, apresentou a agenda, ele disse: "Não, essa agenda não. Essa agenda é a agenda do meio ambiente sem uma coisa que o Brasil julga essencial, que é o desenvolvimento. Ou é meio ambiente e desenvolvimento ou não tem a conferência". A discussão foi dura. Os diplomatas chegaram a se levantar das próprias cadeiras para um entreviro mais sério. Mas o Brasil venceu, e a agenda teve que ser a agenda do meio ambiente e do desenvolvimento. E ele cunhou uma expressão atualíssima. Ele disse: "O que vocês querem não é a questão do meio ambiente. O que vocês querem é o congelamento do poder mundial". Esta foi a frase do Embaixador Araújo Castro: "Congelamento do poder mundial". Tem livro sobre isso.

O congelamento do poder mundial ainda permanece, porque o nosso vizinho mais importante, mais rico, mais poderoso já está numa disputa dura com a Ásia, com a China. Tudo é disputado: o *microchip* é disputado, o processador é disputado, o 5G é disputado. E o Brasil no meio dessa disputa. Agora, senhoras e senhores, imaginem uma China aqui no hemisfério americano. Não basta uma na Ásia, vai ter uma aqui, porque o Brasil desenvolvido não vai ser uma Suíça, não vai ser uma coisa pequena, uma Dinamarca, uma Holanda; o Brasil desenvolvido é um gigante, que amedronta, que intimida. Então, é preciso congelar.

E onde é que está a fronteira promissora da redenção da nossa pátria, senhores? Está na Amazônia, nos recursos da Amazônia, nas terras da Amazônia, que, como disse alguém lá no século XIX, é coisa que não se fabrica mais. Perguntaram ao escritor Mark Twain: "Devo investir em quê?". Ele disse: "Invista em terra, que é coisa que não se fabrica mais". Então, é isso. O mundo, no ano passado, fabricou milhões de celulares, de aviões, de televisores, mas o mundo não fabricou nenhum hectare de terra, está certo? Quem tem, tem. E o Brasil tem muita.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos passar agora... Agradecendo a todos os Senadores e Senadoras aqui, eu passo a palavra ao Relator, Senador Marcio Bittar, e depois começo ali da Senadora Tereza. Todos os Senadores concordam com isso?

Então...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Presidente Plínio, quero mais uma vez cumprimentar a Deputada Silvia; o Deputado Feijão pela presença, que engrandece esta Comissão; cumprimentar os amigos membros da Comissão, mas, agora, particularmente, o Senador Jorge Seif, que esteve aqui agora há pouco, o Senador Chico Rodrigues, que abrilhanta a reunião, o Ciro Nogueira – compreendo que é importantíssima a presença do Presidente do PP, é uma liderança nacional, ex-Ministro da Casa Civil.

Quando o Ministro Aldo Rebelo, na parte final da explanação, já emite algumas sugestões, eu considero muito importante que uma figura – ou todos que estão aqui – como o Ciro Nogueira esteja, porque, para o encaminhamento de soluções, para o que consideramos necessário, é muito importante o envolvimento de lideranças nacionais, assim como a Ministra Tereza Cristina. E eu vejo com muita alegria, com muita satisfação a presença da Ministra, hoje Senadora da República, porque exerce uma liderança que ultrapassou o seu estado natal, que é o querido Estado, que eu amo, de Mato Grosso do Sul.

Nenhum tema, Ministro Aldo, me comove, me causa indignação parecida como o tema da Amazônia brasileira. Eu já disse algumas vezes que eu chego a ter, nesse caso, vergonha de ser brasileiro, porque o que o Brasil aceitou fazer com mais da metade do seu território é uma coisa que envergonha um patriota.

Bom, parabenizando por sua presença e homenageando aqueles que nos visitam, trago algumas observações, Ministro, e algumas perguntas. Algumas delas eu já fui eliminando, algumas o senhor já mencionou, mas eu quero lhe dar a oportunidade de voltar ao tema.

Nós vemos duas posições – o Ministro mencionou isso um pouco, e eu gostaria de vê-lo aprofundar –, nós vemos duas posições do atual Governo: uma, do Presidente da República, que quer o desenvolvimento da Amazônia, quer infraestrutura, quer incluir o homem amazônico no meio ambiente, na equação da preservação – abro aspas: "A Amazônia não pode ser [e V. Sa. mencionou essa mesma frase], a Amazônia não pode se tornar um santuário", disse ele recentemente –; mas, dentro do Governo, um outro grupo existe, representado pela Ministra Marina Silva, que quer transformar a Amazônia em santuário. V. Sa. já mencionou isso, e eu queria lhe dar a oportunidade de aprofundar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra pergunta: o que V. Sa. achou do embargo, da decisão do Ibama no caso da exploração do petróleo e do gás na foz do Amazonas, um negócio que envolveria reserva de 30 bilhões de barris e quase 3 bilhões em investimento? O senhor diria que os laudos do Ibama são enviesados por interesses escusos das ONGs e organismos internacionais?

O senhor tem dito que o agricultor brasileiro é o mais perseguido do mundo. Quem são os responsáveis por essa perseguição na Amazônia? Na Amazônia a perseguição é mais implacável?

Hoje, o que vemos – e a sua fala corroborou muito com essa visão – é uma hegemonia das ONGs na discussão sobre o desenvolvimento da Amazônia. O homem é visto como um empecilho. Há os radicais ambientalistas que já escreveram que consideram que a praga da humanidade é o ser humano. O homem é visto como um empecilho para o meio ambiente. Essa visão nefasta para o país é sustentada por meio de grandes interesses internacionais coloniais. Quais? V. Sa. já mencionou; eu lhe dou a oportunidade para ampliar.

V. Sa. tem dito que a agenda do meio ambiente é antinacional, contra os interesses nacionais. Como pode prevalecer isso no Brasil? Qual o papel das ONGs na manutenção dessa agenda?

O senhor já mencionou, mas eu vou lhe dar uma outra oportunidade... O que o senhor achou da escolha de Belém para sediar a COP 30? Temos motivos para comemorar ou para nos preocupar?

O que o senhor pensa sobre o marco temporal? Qual seria a solução para a questão indígena? Já mencionou o assunto, mas eu gostaria de ver um pouco mais sobre isso.

E também, quase que no final, já disse: por que o preconceito contra os garimpeiros? Como resolver essa questão?

Pode aprofundar um pouco, Ministro Aldo, sobre a preocupação dos riscos à defesa e à segurança nacional do Brasil relacionados à livre atuação de organizações não-governamentais na Amazônia? Gostaria de ouvir de V. Sa. sobre os interesses que envolvem as relações entre organizações não-governamentais, partidos políticos, autoridades públicas, como os membros do Ministério Público e da magistratura. V. Sa. já mencionou, eu lhe dou uma oportunidade para aprofundar.

A última pergunta – também já recebemos sua opinião, mas lhe dou uma oportunidade para aprofundar –: quais as recomendações que V. Sa. poderia trazer a esta Comissão e que certamente constarão da nossa proposta de relatório final para aperfeiçoar o acompanhamento e o controle, por parte do Estado brasileiro, de iniciativas que possam representar ameaças a nossos interesses nacionais na Amazônia?

E, por fim, V. Sa. já mencionou... Como eu venho acompanhando e lendo tudo que eu posso, e aí, claro, estão as suas palestras, livros, textos, vídeos... E aqui mesmo já disse, já deu demonstrações e exemplos de como o interesse não é ambiental. Eu poderia acrescentar que esse grupo que, mais uma vez,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comanda o Ministério do Meio Ambiente comandou o estado que eu represento. Eu sou paulista de nascimento, acriano por opção, desde os 10 anos de idade, amo aquela terra, tenho um carinho imenso pelo Mato Grosso do Sul. Mas esse grupo governou o estado que eu represento, comandou o estado que eu represento por quase 30 anos. Não tem uma árvore plantada! Rio Branco, a capital do Acre, é a capital menos arborizada do país. Do saneamento básico já foram ditos aqui os dados sobre a Amazônia: o Norte brasileiro é quem tem menos água, quem tem menos esgoto tratado. Então, é uma guerra econômica.

Já se mencionaram alguns casos, poderia mencionar outros. O Canadá banca ONG no Brasil para defender a economia canadense, por exemplo, na extração de madeira. A indústria madeireira canadense é uma indústria importante para a economia do Canadá, e, de repente, eles bancam ONG no Brasil para proibir, para limitar essa atividade aqui no país. Os Estados Unidos são concorrentes nossos no agronegócio. Sabe disso, de cor e salteado, a Ministra Tereza. Eu soube um dia desses, na reunião da FPA, que, na verdade, quando se criam embaraços no Brasil para aprovação de um novo inseticida, estão protegendo a economia norte-americana. Quando aqui é aprovado, lá já está na terceira, na quarta, na quinta cepa. Então, exemplo dos Estados Unidos: Barack Obama mandou tirar petróleo no Alasca e não se preocupou com ninguém, com ONG nenhuma. No Governo anterior se tornaram autossuficientes em petróleo e gás, porque usaram xisto. Algumas ONGs diziam que aquilo ia causar dano ambiental, e os Estados Unidos não se preocuparam com isso e fizeram, e ponto. Então, é uma guerra econômica. Noruega banca ONGs no Brasil para criar embaraço, e muitas das representações que entram no Ministério Público Federal pedindo para parar são, no fundo, ONGs que vivem, muitas delas, do fundo amazônico, bancado pela Noruega, que vive de petróleo e gás; não vive de outra coisa.

Então, indago se V. Sa. poderia aprofundar mais ainda nesses exemplos de como, na verdade, essas preocupações não são ambientais e muito menos com os quase 30 milhões de brasileiros que vivem com imensa dificuldade na região, que – eu repito – é mais da metade do Brasil.

No mais, parabéns, e quero cumprimentá-lo pela coragem e pela sua história. Eu guardo alguma semelhança, bem pequena, mas guardo alguma semelhança com a sua trajetória. Parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o nosso convidado, o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Obrigado, Senador.

O santuarismo é uma ideologia vinculada a interesses muito fortes fora do Brasil. Eu diria que a origem mais remota é na ideia de um frade protestante inglês chamado Thomas Malthus. Thomas Malthus era um homem assustado pela Revolução Francesa e via que na Inglaterra havia uma população muito grande de pobres, o que poderia resultar também numa revolução semelhante. Então, ele concebeu a ideia de que não havia meios suficientes para alimentar os pobres e criou essa teoria, que foi chamada de malthusianismo, que ele resumiu numa frase brilhante – sórdida, mas brilhante. A frase é a seguinte:



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não há lugar para os pobres no banquete da natureza". Era essa a frase. É claro que a frase foi desautorizada pelo desenvolvimento da agricultura, pela modernização e pela tecnologia. Hoje não há dúvida de que o mundo pode alimentar os pobres. A dúvida é se os pobres vão ter recursos para se alimentar, se vão ter renda, salário. Essa é a dúvida que há. Não há dúvida sobre a possibilidade do mundo...

Aliás, a ONU atribui ao Brasil uma responsabilidade muito grande. A FAO, que foi a primeira organização que a ONU cuidou exatamente para se dedicar ao estudo da alimentação e da agricultura, diz isso: "O Brasil tem a maior responsabilidade". Por que o Brasil tem a maior responsabilidade? Porque, segundo a ONU, reúne as três condições. Terra, recursos naturais, porque sem terra não tem como fazer agricultura. Por isso que o Brasil tem essa capacidade, e não o Uruguai ou a Suíça ou a Holanda. Segundo, o conhecimento gerado pela Embrapa e pelas nossas universidades e ainda, nos recursos naturais, o clima, porque não adianta também ter terra e água, porque o Canadá tem debaixo de gelo. A Rússia também tem muita terra e água debaixo de gelo. Tem que ter terra, água e clima, uma variação de temperatura que permita o uso permanente da terra como tem o Brasil. E o terceiro fator é o fator humano, é ter o agricultor. Se não tiver o agricultor, não tem agricultura, senhores. Por isso que os chineses vão lá para a África, e a primeira coisa que eles querem é levar agricultor do Brasil, porque não têm agricultores. E o agricultor você não recruta por concurso – por concurso você recruta funcionário público para a prefeitura, para o estado, para a União. O agricultor é uma vocação, é uma cultura, é uma ideia de vínculo com a terra, senão, ele não aguenta ficar acampado um mês.

Eu sou de uma família de agricultores de 200 anos, que saiu para o Paraná para fazer agricultura; do Paraná, foi para o Mato Grosso para fazer agricultura. E eu digo lá... Minhas primas dizem: "Olha, primo, sem essa ideia de que queremos ficar na terra, você não aguentava aqui ficar exposto à malária, à falta de luz elétrica, de escola, de tudo isso".

Então, o Brasil tem as três coisas. Então, o Brasil tem essa responsabilidade, mas a força do Brasil é também a sua dificuldade, porque o Brasil se transforma num agente poderoso como grande produtor de alimentos, e isso incomoda. Então, o santuarismo é para banir o Brasil dessa agenda de produzir alimentos. E é claro que tem uma reserva muito grande, capaz de proteger o meio ambiente, mas também de produzir.

Eu estive agora em Santarém. Já há uma grande produção de grãos em Santarém. A Amazônia tem terras muito boas! Agora, quando você chega a uma cidade lá... Eu vi no Xingu. O Xingu divide o município em dois, 80% ao sul do Xingu e 20% ao norte do Xingu: os 80% ao sul do Xingu são terras muito hábeis, aptas para a agricultura, e transformaram em unidade de conservação; a terra ao norte é areia, não tem aptidão para a agricultura e está lá livre. Ou seja, a terra que foi demarcada, ou ela tem propriedades agrícolas ou ela tem propriedades minerais. É assim que as coisas funcionam por lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Perseguição aos agricultores no Brasil? Eu quero saber um lugar do mundo onde o agricultor é mais perseguido! Faça um levantamento nos Estados Unidos! Veja quantos agricultores são processados em estados onde 90% do território é usado para a agricultura.

Uma vez eu estive na Suécia em negócios do Ministério da Defesa. Fizeram um almoço lá, e tinham os ministros e uma ministra do meio ambiente, uma jovem ministra.

A primeira coisa que eles perguntam é sobre os índios e a Amazônia – a Amazônia e os índios. Eu lhes expliquei, respondi. E, no fim da minha resposta à ministra, eu digo: "Ministra, nós temos lá, por exemplo, uma legislação ultrarrigorosa que obriga o agricultor da Amazônia a ceder 80% da sua área para o meio ambiente. Como é essa lei aqui na Suécia?". Ela olhou para mim assim, meio espantada, meio surpresa, chamou um assessor, conversou com o assessor ali, confidenciou um pouco; o assessor saiu, ligou longamente, voltou, falou com ela. Ela disse: "Olha, Ministro, a informação que eu tenho é que essa lei só existe no Brasil. Nós não temos essa lei no direito sueco". Saímos dali para almoçar, eu e o Ministro da Defesa. Eu fui observando, nas ruas de Estocolmo, e só tinha estrutura de construção civil de madeira, não tinha uma estrutura de metal – uma! –, só tinha madeira, madeira, madeira. Chegou no almoço, eu digo: "Ministro, vocês não usam metal aqui, não? Não vi nenhuma estrutura de metal nas construções aqui". Ele disse: "Não. Aqui nós banimos o metal, porque nós não temos metal, nós temos madeira. Nós damos incentivo fiscal para quem usar madeira". (*Risos.*)

Agora, a Suécia não tem a exuberância florestal que nós temos. Então, quando você destrói a indústria de madeira no Brasil, você está protegendo a indústria de madeira da Suécia, da Dinamarca, desses países. É assim que as coisas funcionam, está certo? Aí, o agricultor, claro que ele é autuado. Ele vai vir aqui...

O Presidente do Ibama deu uma declaração... Aliás, esse povo só fala para agência de ONGs. Eu leio todas. Não, essa foi para o jornal *Valor Econômico*. Ainda em março, o Presidente do Ibama disse: "Não, nós vamos atuar na Amazônia com comando e controle". Comando e controle, quem é do meio sabe que é embargo, autuação e multa – é isso. Não existe no Estado brasileiro a extensão rural, não existe você chegar a um agricultor e orientá-lo. Existe você chegar com polícia, talão de multa e tratá-lo como criminoso. É isso o que existe, principalmente na Amazônia.

Então, se a assessoria do Senado puder fazer uma pesquisa, eu queria saber quantos agricultores autuados existem nos Estados Unidos ou na Suécia ou na França. Vá ao Mato Grosso. Não é o grande agricultor, não – aliás, esse, às vezes, se protege com meios jurídicos importantes –; são os pequenos agricultores, são milhares de assentados da reforma agrária embargados na Amazônia inteira. Eu vi agora isso em Diamantina, eu vi isso lá no outro município do Mato Grosso, em todos os municípios da Amazônia tem embargo de pequeno agricultor, de pequeno lavrador, aliás, porque tem mais de 500 mil assentados na Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, o capítulo do petróleo e gás do Amapá, sinceramente, esse é constrangedor, porque existe um bloqueio de informação na mídia do sul e do sudeste. Mas eu fui a Belém e fui ao Museu Emílio Goeldi, fui lá. O museu é uma dádiva, tem 150 anos, ajudou o Brasil, inclusive, a proteger o Território do Amapá, com o parecer do Emílio Goeldi. Eu estava lá dizendo, com a diretoria do instituto: "É, lamentavelmente, não vai poder explorar petróleo aqui, porque tem os recifes de corais". Tinha um geólogo presente. Ele disse: "Não, senhor. Tem recife de coral nenhum aí". Eu digo: "Mas como? Eu li na imprensa que tem". Ele disse: "Não, não tem recife de coral". Há uma pesquisa de 30 anos da Universidade Federal do Pará que cita que, no passado, há milhares de anos, existiram ali os recifes de corais, que são formações vivas, mas isso, com o passar do tempo, virou formação rochosa, morta, é uma rocha igual a outra qualquer, não tem recife de coral nenhum.

Aí eu fui pesquisar e vi uma entrevista – mas só na mídia lá do Amapá e do Pará que eu vi – de um pesquisador. Não saiu uma linha na mídia do Sul e do Sudeste, porque não sai. Aliás, para escândalo, as ONGs e acho que o Ibama ou o Ministério do Meio Ambiente, fizeram lá uma reunião, em Belém, e até a mediadora, a mediadora do encontro em Belém levaram de São Paulo, era uma jornalista de São Paulo a mediadora. Não vai falar, não vai expor, ela vai distribuir a palavra. Levaram de São Paulo! Em uma imprensa que tem tradição de grandes jornalistas, o Pará e a imprensa de Belém. Levaram de São Paulo, porque para a mídia de São Paulo, é uma visão supremacista dos colonizadores. Eles têm o saber, eles têm a civilização, eles têm o conhecimento e vão levar tudo para ensinar lá os aborígenes a se comportarem de acordo com o mundo civilizado. Levaram de São Paulo!

Então, aí ele me disse que pegaram essa pesquisa... Como a pesquisa cita que no passado de fato existiram ali os corais, essa parte foi colocada como se existisse até hoje, e o Greenpeace fez isso. E o Ministério Público embarca nisso. E a manipulação acontece em larga escala, quando, na verdade não existem esses recifes de corais. A pesquisa era a 500 quilômetros da foz do Amazonas, a 170 ou 180 lá do litoral do Amapá, mas o Ibama se baseou nisso. Por quê? Porque também, numa entrevista das ONGs, eu já tinha visto o Presidente do Ibama antecipar, está certo? , porque faz parte disso.

Agora, o escândalo. Senador, o Estado brasileiro cria um curso de Engenharia de petróleo e gás na Universidade Federal do Pará. O curso existe, está lá: Engenharia de petróleo e gás. E quando há possibilidade de esse menino ter um emprego, um estágio, ou dessa menina, o Estado que criou o curso é o Estado que bloqueia! E num estado como o Amapá, onde tem mais de 60% da população vivendo de transferência de renda, que é outra característica dos Governos brasileiros recentes, é uma disputa para ver quem torna o brasileiro cliente do Estado e não produtor, e não trabalhador!

Se quiser saber a diferença entre o Governo do Getúlio e esse Governo, é a diferença entre um emprego industrial e um Bolsa Família! É essa a diferença, está certo? Quem lutou para o país produzir e ter emprego, ter renda, e quem se acomoda, está certo, numa disputa para ver qual é o Governo que vai tornar o brasileiro mais cliente, e renuncia e abdica da capacidade de o país produzir riqueza, de gerar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

riqueza, que é a grande vocação do Brasil. Então, eu acho que é uma coisa escandalosa! Eu acho que uma autarquia ter esse poder de bloquear o desenvolvimento do país... Está lá a Guiana Inglesa crescendo a 50% ao ano, o destino de grandes investimentos! O que ia até o Amapá está sendo desativado, porque isso atrai. A Petrobras é uma empresa organizada, forte, capaz de tirar o petróleo ou o gás das águas ultraprofundas. Tem mais de mil poços com 1,5 mil metros de profundidade.

Marco temporal. Eu passei 24 anos na Câmara dos Deputados. Eu nunca tinha ouvido a contestação a essa interpretação do marco temporal. A interpretação sempre foi essa, porque o verbo está no presente, na redação do artigo lá da Constituição: as terras ocupadas, ou seja, não eram as que foram no passado, porque no passado foram muitas terras ocupadas no Brasil inteiro. Se você for para cidade de São Paulo, é uma cidade indígena. Tem gente que acha que São Paulo é uma cidade italiana, não tem nada de italiana; italiano chegou lá um dia desse. São Paulo é indígena. E ali era a terra do Cacique Tibiriçá, que distribuiu com os netos – está certo? –, filhos da filha dele, da Bartira, com o português, com o João Ramalho. Distribuiu ali e virou Morumbi, Itaquera, Guaianases, Anhangabaú, Ibirapuera. Tudo indígena! Então, o Brasil de fato foi, mas foi. Se você não tiver essa referência, você cria uma situação muito difícil.

Olha, uma vez eu recebi um telefonema da Diretora do sindicato rural de Amarante, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, ela era do PCdoB dessa cidade. Ligou para mim e disse: "Aldo, cuide aqui porque a metade do município já está demarcada, e outra metade a Funai quer demarcar contra a vontade dos índios". Isso ela me disse. "Mas, por quê?" Ela disse: "Porque é o seguinte: as terras aqui do município são todas de mestiços, de caboclos, que são meio índios e meio mestiços. Uma parte foi demarcada, e a outra parte ficou com os parentes que não estão na área demarcada. Os parentes que estão na área demarcada não querem mais saber dessa terra. Eles querem agora escola, estrada, infraestrutura, máquina, equipamento, trator, essas coisas, não mais terra. É uma coisa da Funai". Isso eu ouvi dessa diretora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que era do meu partido, que era do PCdoB.

Na época dessa demarcação lá da Raposa Serra do Sol, que eu era Ministro – escrevi sobre isso, publiquei, abri a minha posição, que era uma posição de princípios contra isso –, fui várias vezes lá, o Chico lembra, em Roraima, mas essa discussão não estava presente. Não era o marco temporal. Isso já foi incorporado como objetivo para ampliar ainda mais essa imobilização do nosso território, porque, se houver de fato um caso concreto de esbulho, pode haver recurso à Justiça, sem desconhecer a referência do marco temporal. O recurso à Justiça pode existir se houver, de fato, um caso de esbulho anterior a essa norma, a essa legislação. Então, agora há uma decisão de um ministro do Supremo. Quem foi ouvido nessa decisão? Na decisão não, no primeiro voto do ministro? Foi ouvido quem? Porque o Supremo não dispõe desses mecanismos de audiência. A gente, Deputado, sai daqui, vai para Roraima, vai para Rondônia, vai para o Tepequém, vai para Boca do Acre, vai para Corumbá, vai para todo canto, vai para Dom Pedrito. Nós vamos, entramos ali, vamos conversar e ouvimos todo mundo: ouve ONG, ouve universidade, ouve fazendeiro, ouve assentado, todo mundo a gente ouve. O Supremo não tem esse



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instrumento, esse mecanismo. São decisões muitas vezes monocráticas, como é da natureza do Judiciário, está certo? O juiz decide sozinho. A Casa não, o Congresso decide ouvindo muita gente.

Então, eu acho que o Brasil... E, além do seguinte, eu não sei se o Supremo vai compreender que não é uma decisão, mas é a sinalização do Congresso. Se não compreender, tem o recurso da emenda constitucional. Infelizmente, há coisas no Brasil...

Porque o Supremo, uma vez, resolveu, não sei por que motivo, com reunião de ministros do Supremo, decidir que a vaquejada é ilegal, é inconstitucional. Mas não é possível! Acho que foi uma ONG ao Ministério Público do Ceará... Decidiu, e não sabe o que é vaquejada. Tem ministro ali que não sabe nem como se sobe num cavalo, nunca viu um vaqueiro. É uma tradição, é uma cultura do Brasil. Decidiram. E me consultaram: "E agora, o que é que se faz?". Eu digo: "Olhe, infelizmente, o remédio só não é pior do que a doença, mas é muito ruim também: é botar a vaquejada na Constituição". E fizemos uma emenda à Constituição, e está lá o capítulo da Constituição tratando de vaquejada. Veja se isso faz sentido?! Não faz sentido, mas só fez sentido por causa de um absurdo maior que foi a decisão do Supremo de proibir vaquejada, porque não tinha que se meter nisso.

Então, se houver uma situação dessa, eu acho que o recurso é uma emenda à Constituição – eu acho, não é? Vamos ver.

A defesa nacional, é claro que está comprometida. Aliás, o Exército, as Forças Armadas são as únicas instituições que têm alguma presença na Amazônia, com uma dupla missão: a missão de defesa e a missão social. Eu vi uma vez uma cena, eu era o Ministro da Defesa, fizemos lá uma operação. Eu vi uma moça, uma jovem dentista da Aeronáutica, escovando o dente do menino já rapazinho, menino de 12 anos. Eu disse: "Tenente, esse menino não sabe escovar os dentes?". E ela disse: "Ministro, esse menino nunca viu uma escova na vida". Aí ela fazia um "escovódromo", botava um monte de meninas assim na frente para aprenderem a escovar os dentes. São as Forças Armadas, é o Exército que faz, levam a vacina, levam remédio, e você ouve coisas, assim, espantosas. Um oficial, hoje na reserva da Marinha, disse que uma vez levava vacina lá para um ribeirão, e um dia lá chegou e a casa estava toda fechada, só tinha uma fumacinha, a casa fechada, um calor. Ele sempre notava os meninos brincando no terreiro. Bateu na porta, e o homem saiu de lá. Ele disse: "Rapaz, porque você está com a casa fechada?". E ele disse: "Rapaz, passou aqui o Exército, a Polícia Federal, na semana passada, levaram as minhas espingardas. Aí a onça começou a comer os bodes, comer o porco, e eu disse que agora ela iria comer os meninos. Eu tenho que manter os meninos trancados, trancados dentro de casa, com medo da onça". Então, essa situação as Forças Armadas é que testemunham, que sabem.

A defesa nacional fica vulnerável na Amazônia. Quando eu era Ministro, eu disse: "Vamos fazer a segunda base naval, a segunda esquadra ali, do lado do Itaquí, para ficar perto da Bacia Amazônica". Fomos lá, com os comandantes do Exército e da Marinha, para reservar a área, que ficou reservada lá – para construir a segunda esquadra, fazer uma superbase aérea em Roraima. Tem que fazer uma base



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aeroespacial, tem que fazer, porque é dissuasão, é a presença. Se você não toma conta, quem é que vai tomar?

Bem, é claro que há uma vinculação entre as ONGs e determinados partidos. Isso é evidente, está certo? Não tem como... Aliás, eu vi isso na época em que sugeri essa emenda à Constituição ao Presidente Lula, e a medida não foi adotada eu acho que exatamente por essas influências. Acho que tem que haver um controle – um controle. A Amazônia é uma área da nossa intimidade. Eu lembro uma vez um oficial do Exército constrangido dizendo que encontrava na fronteira, inclusive, agentes estrangeiros dessa agência americana de combate ao tráfico, a DEA, na fronteira, na nossa intimidade. Nenhum país permite isso. A Amazônia é uma área que deve ser reservada desse ponto de vista da presença de estrangeiros. Quer entrar na Amazônia? Tudo bem, mas você vai ter que descrever qual é a sua missão na Amazônia. "Não, eu vou dar aula." Tudo bem. "Eu vou pesquisar tal coisa." Não pode dizer que vai pesquisar preguiça-gigante e tirar sangue dos índios, como dizem que já aconteceu. Isso não pode acontecer. Então, eu acho que tem que haver algum tipo de controle.

E também o Ministério Público tem que manter uma certa distância das ONGs. Por que é que o Ministério Público tem que acolher demandas de uma instituição que recebe financiamento externo, visivelmente com interesses no país? Eu acho que tem que ter uma norma que discipline a presença de ONGs na Amazônia, de pesquisadores, porque, às vezes, eu chegava a um café da manhã, só estavam falando português eu e a moça que fazia tapioca; todo mundo falando inglês. Eu perguntava para o recepcionista: "Estão fazendo o que aqui?". "Ah, são pesquisadores." Mas pesquisando exatamente o quê? Está pesquisando a borracha? Está pesquisando... Como é o nome da planta?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALDO REBELO – Camapu. Está pesquisando exatamente o quê? Então, esses cuidados todo mundo sabe que tem ali, saem com muita frequência recursos, biodiversidade da Amazônia, e que essas ONGs não têm nenhum papel inocente.

E a magistratura também. Eu vendo lá a Amazônia, chega um procurador, que faz um concurso, vai para ali um juiz, não sabe o que é a Amazônia, não sabe o que é o amazônida. Vai ali com a agenda construída a partir dessa narrativa. Eu não tenho nenhuma simpatia por essa política de cotas, mas eu digo que, se não tiver uma cota para amazônida nesses concursos de Ministério Público, de magistratura... Tem que ter alguém de lá que compreenda o que é aquela situação, porque, senão, acontece isto: vai um promotor que passou no concurso, se nega a receber os produtores rurais, se nega a dar uma audiência para a Câmara de Vereadores. Acho que isso não tem cabimento, não tem nenhum sentido.

Senador, eu deixei alguma...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Não. Estou satisfeito, até porque quem recebe visitas ilustres deve dar vez a elas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Zequinha já tinha, desde o começo, assinalado e está aqui desde bem cedo, eu vou passar a palavra a ele depois eu começo aí pela bancada, está bom?

Com a palavra o Senador Zequinha Marinho, nosso amigo do Pará.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Presidente, depois lembre-se dos que estão aqui virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está inscrito, Beto. Está inscrito aqui pela ordem.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está inscrito aqui, amigo.

Senador Hiran, pela ordem.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Rapidinho aqui, cumprimento a presença do nosso ex-Deputado e ex-Ministro Aldo...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Zequinha, só...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só, pela ordem, Zequinha, o Senador Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Eu queria dar uma sugestão: que V. Exa. abrisse para três Senadores fazerem suas perguntas, porque aí podia sintetizar e dar um pouco mais de dinâmica; senão, nós vamos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O.k.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – A presença é muito interessante.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aceito de pronto, então.

Senador Zequinha Marinho, Senadora Tereza Cristina e Senador Dr. Hiran.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Saudações a todos.

Quero agradecer, cumprimentando aqui o ex-Deputado e ex-Ministro Aldo, que é um professor. Que bom que as suas contribuições aqui nesta CPI serão lembradas sempre!

Eu gostaria de dizer que algumas perguntas que vou fazer a V. Exa. não são minhas propriamente, mas de alguém que está lá nos ouvindo, é liderança nesse setor e que precisa muito ouvi-lo com relação a isso.

Quando V. Exa. esteve aqui como Deputado, deixou um legado muito grande que foi o Código Florestal. Sua contribuição foi fundamental para muita coisa ali de que hoje o Brasil pode dispor. E a pergunta é exatamente em cima disso. Quando da elaboração do Código Florestal, o que V. Exa. percebeu em termos da articulação das ONGs para evitar a aprovação, implementação, enfim, todo um processo que hoje é um legado importante para o Brasil?

Outra aqui é com relação a se tem conhecimento, do PPCDAm, que é um programa do Ministério do Meio Ambiente de combate ao avanço do desmatamento. O que o senhor sente das ONGs com relação ao PPCDAm? Porque o que acontece? Ele recomenda a criação de muitas outras reservas sem o devido estudo técnico-científico. As coisas são feitas meio a toque de caixa, sem a questão técnica. Aquilo que a lei exige, aquilo que a lei determina que seja feito, de repente, não é feito, e, do dia para a noite, criam-se essas unidades que terminam prejudicando significativamente a pessoa, o produtor, de um modo geral.

Eu gostaria de que V. Exa. voltasse àquilo que foi comentado com relação ao ISA, à Presidência da Funai, na época, quando terceiriza para as ONGs atividades que eram ou deveriam ser feitas pelo setor público e não por terceirizados com objetivos não a favor da questão nacional, do interesse nacional.

Eu gostaria de que comentasse, mais uma vez, sobre a escolha de Belém com relação a ser sede da COP. É importante, e parece que o Marcio Bittar fez essa pergunta. Qual é a sua análise sobre isso?

Aproveito para abrir um parêntese aqui: combate-se muito a questão, fala-se muito do desmatamento, mas não se fala de outras questões que o senhor acabou de mencionar com relação ao saneamento, que as cidades da Amazônia não têm. Despejam nos rios da Amazônia toneladas e toneladas ou milhões de toneladas por dia de esgoto sem tratar, e ninguém fala nisso, ninguém diz absolutamente nada sobre isso, não é? É claro que o controle ambiental, no que diz respeito ao desmatamento, deve ser mais fácil de fazer, mas não se investe, nem se discute esse setor que é tão importante.

Eu gostaria ainda que o senhor voltasse a comentar, porque eu achei muito chocante quando o senhor fez aquela visita e a moça da ONG disse: "O senhor entra, mas os generais não entram". Numa fronteira, não é? O general, que é o âmago da segurança com relação a tudo aquilo, e uma moça de uma ONG deixa um general fora porque ele não pode entrar. Nós estamos fazendo o quê com relação a isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque isso envergonha até o próprio general. Ele deveria usar das suas atribuições para dizer... Pelo amor de Deus, se o cara não puder estar ali, quem é que vai poder, então? Quem é que seria a pessoa habilitada, então, naquele sentido?

E, por último, uma informação que está disponível na internet, eu queria ouvir o seu comentário, por exemplo, em nome do interesse nacional, a Alemanha hoje faz perfurações em busca do carvão mineral onde for necessário, inclusive destruindo uma das grandes florestas, que eu esqueço aqui o nome para mencionar, desabrigoando cidades e vilas para buscar carvão, porque esse carvão é que gera energia e energia necessária para que o país continue avançando. Eu faço aqui menção da cidade do Schumacher, do grande corredor, que é uma unanimidade na Alemanha, e até a cidadezinha da família vai ser transportada para outro lugar, porque ali no subsolo se tem muito carvão e esse carvão deve ser explorado.

Qual é a sua análise? A Alemanha é uma das que mais aqui pressionam, aqui, o Brasil e contribui com o Fundo Amazônia para que se faça uma coisa ou se deixem de fazer outras. Enfim, eram essas considerações em que nós gostaríamos de ouvi-lo com relação ao tema.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Atendendo a sugestão do Senador Dr. Hiran para a nossa rodada de três, agora é a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Presidente desta CPI, Senador Plínio Valério; Relator, meu querido amigo Marcio Bittar, que hoje é um amazônida, porque chegou lá com dez anos de idade; eu sei o que o seu estado tem sofrido, e tem ficado para trás por esse santuário, essa religião contra o desenvolvimento. E a gente sabe que o desenvolvimento pode conviver perfeitamente com a conservação do meio ambiente.

Quero aqui também cumprimentar de maneira muito especial meu querido amigo, acho que assim posso chamá-lo, Aldo Rebelo, que conheci quando era o Relator do Código Florestal. E eu sei o que ele trabalhou, eu sei o que ele andou, o que ele falou, o que ele dialogou para poder fazer esse Código Florestal, que não agradou a ninguém. Então, ele é ótimo, porque não agradou nem um lado nem o outro, mas, no fim, nós vimos que era o melhor Código Florestal do mundo, o melhor código para proteger o meio ambiente no mundo.

Então, parabéns, Senador! Eu sei da sua abnegação a essa causa e o trabalho enorme que o senhor teve. Então, ouvi-lo aqui hoje, eu acho que todos os brasileiros de bem e aqueles que querem manter os seus bens, como a nossa Floresta Amazônica, devem ouvi-lo mais. E eu acho que para isso nós vamos precisar de uma peregrinação para que o brasileiro urbano... Porque o Brasil também não conhece a sua Amazônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O gigantismo do nosso país é tão grande... Eu tive a oportunidade, como Ministra da Agricultura, de andar pelo mundo, e a gente ouvia cada barbaridade, como se a Amazônia tivesse... Era como se o Brasil fosse só a Amazônia, ninguém conhece o gigantismo deste país, o que nós temos aqui, como é que a gente produz, o que o produtor brasileiro é perseguido... E é verdade isso; talvez seja muito forte, mas é verdade isso, porque ele é perseguido. Agora, nós tivemos um caso no sul do Estado do Amazonas, onde mais de 2 mil cabeças de pequenos produtores tiveram que ser embarcadas a toque de caixa. O produtor é expropriado, porque foi levado... O senhor mesmo contou a saga do desenvolvimento, o Brasil precisava ter a Amazônia... Levaram produtores do Sul do país para aquela região, para poder desbravar, para poder manter a nossa soberania. E, hoje, essas pessoas não têm o seu título. Então, regularização fundiária!

O senhor dá uma aula aqui sobre história do Brasil, o senhor dá uma aula para a gente de patriotismo que muitos deveriam ouvir, porque a gente chega à conclusão de que dá vergonha, quando a gente ouve a sua fala, do que nós estamos fazendo aqui! Será que nós vamos deixar continuar esse problema cada vez maior? As pessoas que moram nos estados amazônicos vivem na pobreza, com o menor IDH do Brasil, sendo que é uma região riquíssima. Será que nós não temos que rever e regular o Código da Mineração para que a gente possa explorar os minérios e deixar de haver esse contrabando? Isso interessa a quem? Quem tem esses interesses ao deixar de pagar impostos aqui no nosso país e de trabalhar de maneira correta? O Canadá, como o senhor bem mencionou, é o maior exportador para o Brasil de cloreto de potássio, que é um produto que, sem ele, nós não conseguimos produzir, sendo que nós temos uma grande mina na Amazônia, em Autazes, há dez anos emperrada! Não sei se é pelo Ministério Público Federal ou estadual, mas tem alguma ONG atrás, pode ter certeza disso – pode ter certeza disso! Os exemplos são...

Eu não vou aqui me alongar, mas eu quero dizer que, depois da sua fala, da sua explicação, das perguntas dos colegas Senadores, a gente chega à conclusão de que *farm here, forest there* é o que o mundo pratica com o Brasil: "Aqui, a fazenda; lá é floresta, lá nós não vamos deixar desenvolver".

E aí o meio ambiente, as mudanças climáticas... É claro que a gente sabe que isso é sério, mas nós não somos os grandes responsáveis por isso. Nós queremos ajudar, sim, porque o Brasil quer conservar e quer produzir ao mesmo tempo e sabe fazer isso, mas está na hora de o Brasil abrir o olho, está na hora de o Governo, este Governo que está hoje aí, abrir os olhos. Será que nós vamos continuar agachados, de cócoras para o resto do mundo, para outros interesses? Vemos Roraima, com seu território, querendo mais demarcações, sendo que, hoje, já tem problema de sobrevivência. Nós vemos o Acre com problemas, não podendo produzir. A gente vê o Amapá... Enfim, os exemplos são os mais diversos.

Então, eu acho que esta CPI, Senador Plínio Valério, pela qual o senhor tanto lutou – quando eu cheguei a esta Casa, no começo deste ano, eu lhe disse – é uma CPI que precisa ser aberta, que precisa dar respostas ao Brasil e aos brasileiros, que querem ter o seu país, querem ter a sua soberania.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem visto na Amazônia – e bem disse o nosso Aldo Rebelo – PCC e outras facções criminosas dominando. Por quê? Porque onde há pobreza não haverá conservação! E nós temos mais de 27 milhões de pessoas vivendo naquela região.

Então, eu gostaria de perguntar ao senhor...

No seu livro, *O Quinto Movimento – Propostas para uma construção inacabada*, o senhor aborda a Amazônia como uma questão central. Em seu pensamento e propostas, reconhece a importância estratégica e a riqueza da Região Amazônica em termos de biodiversidade, que é elevada – e aí pode –, recursos naturais e influência no clima global. Ademais, o senhor também defende a necessidade da preservação da Amazônia, mas também enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável na região. Argumenta que é possível conciliar a proteção ambiental com o aproveitamento responsável dos recursos naturais, levando em consideração a realidade socioeconômica das comunidades locais, e critica a presença de ONGs, em que faço coro com V. Exa., principalmente as ONGs estrangeiras, que pegam recursos lá fora para sustentá-las aqui dentro – porque, quando você espreme os projetos, é para pagar altos salários. Cadê saneamento? Cadê desenvolvimento? Cadê projetos para trazer benefícios para aquela região? Então, o senhor também alega que algumas delas têm interesses que não são totalmente transparentes e que podem comprometer a soberania nacional.

Indago ao senhor: o senhor acredita que o Governo brasileiro tem feito o suficiente para proteger a soberania nacional e a biodiversidade da Amazônia? Quais seriam as medidas mais eficazes para combater essa ameaça à nossa segurança e ao nosso patrimônio?

Eu passaria aqui a tarde ouvindo o senhor e os colegas nessa aula maravilhosa, mas eu vou deixar essa pergunta, porque muitas das perguntas que eu gostaria de fazer já foram feitas pelo Senador Marcio e pelo Senador Zequinha. E tenho certeza de que os outros Senadores que estão aqui também terão a oportunidade para engrandecer esse nosso debate, para desta CPI saírem decisões, ações e soluções para que a gente possa resolver esse grave problema do Brasil.

Muito obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar ao Dr. Hiran, quero agradecer aqui – estive ou está ainda conosco, nos transmitindo direto – à BandNews. É extremamente importante para nós essa divulgação, essa ampliação de conhecimento para o Brasil inteiro.

Com a palavra, Dr. Hiran, nosso representante de Roraima.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Marcio Bittar, nosso Relator, Senadoras, Senadores, Deputados, Deputadas e todos que nos assistem, eu quero aqui, mais uma vez, enfatizar a importância da luta do Senador Plínio na instalação desta CPI. E quero aqui saudar o ilustre brasileiro Aldo Rebelo, profundo conhecedor da nossa região.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, Senador, sou nascido em Tefé. Eu nasci na beira do Rio Solimões, no Médio Solimões. E, desde criança, quando meu pai era Prefeito de Tefé, eu comecei a sentir a cobiça dos países mais desenvolvidos pela Amazônia. Naquela época, já àquela época, Senadora, nós tínhamos lá um programa do governo americano que se chamava Aliança para o Progresso – a maioria de vocês não era nascido –, que trazia leite em pó e levava o conhecimento de toda a nossa biodiversidade, dos nossos recursos hídricos para os Estados Unidos. Dali começou. É o que eu tenho... É o que eu vivi.

E, lá no meu Estado de Roraima – eu fui para Roraima 41 anos atrás, eu sou médico –, participei... Inclusive, até tenho um requerimento para trazer aqui o Sr. Bruce Albert, que é um antropólogo, que foi, junto com Claudia Andujar, um dos mentores da demarcação da nossa Reserva Yanomami, que é um dos maiores celeiros de biodiversidade e de riquezas minerais do planeta. Foi ele que criou uma versão de um massacre de Haximu – Haximu o senhor sabe que não está no Brasil; eu estive lá, na época, com o Ministro, saudoso, Maurício Corrêa e com Aristides Junqueira, que era o Procurador da República. Aquele evento não existiu e está consignado no Supremo Tribunal Federal do país como o único ato de genocídio no nosso país. Estou chamando ele aqui para a gente discutir. Eu quero saber onde é que ele viu aqueles cadáveres que ele nominou lá e criou aquela versão para o mundo todo – o mundo todo conhece o massacre de Haximu, que não existiu. E Haximu não era no nosso país; era uma maloca que não tinha terreiro, ela tinha sido queimada há muito tempo. O senhor sabe que as malocas têm terreiro onde a gente circula ao redor. Não existia. Nós estivemos lá: eu, o Ministro e o Procurador da República. Mas a força, a força da mídia internacional associada com essa ONG que prestou um desserviço ao nosso país sedimentou na imprensa internacional esse evento.

Eu fico muito feliz aqui... Semana passada, Presidente Plínio, eu tive uma reunião com uma cadeia importante de televisão e falei da importância desta CPI, e hoje eu vejo aqui não só a Band, mas também a Rede Amazônica de Televisão dando cobertura à nossa CPI – de um homem que foi um grande amazônida, que foi o nosso saudoso Phelippe Daou. Então, eu fico muito feliz de ver que aqui hoje o Brasil começa a assistir a todas essas falas tão pertinentes em relação à realidade que nós vivemos na Amazônia, porque, Senadora querida, Tereza, a maioria das pessoas que falam de Amazônia nem esteve lá. Eu vejo Leonardo DiCaprio falando de Amazônia. É risível, é risível! Eu vejo o Rei da Inglaterra falando de Amazônia. Ficou embaixo das saias da mãe até quase 80 anos...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Acho que a primeira coisa que perguntou para o Presidente foi sobre cuidar da Amazônia.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Cuidar da Amazônia? É um absurdo! Isso é um absurdo!

Então, eu queria aqui dizer que nós nos sentimos muito honrados com a sua presença.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E na sua fala lá em Roraima eu anotei algumas coisas – eu não pude estar presente, eu estava numa missão fora. Dentre outras coisas, o senhor já falou sobre aquela frase do Padre Antônio Vieira, mas o senhor também falou que não existe futuro para a economia global sem minério. E é por isso que nós temos lá uma demarcação imensa de toda a nossa área norte do estado, que o nosso querido Senador Chico conhece muito bem: a noroeste do estado, 9 milhões de hectares, um pouco mais, a Reserva Yanomami; no meio, a nossa Reserva São Marcos; e, a noroeste, todo o noroeste do nosso estado, coincidentemente, onde tem nossas grandes riquezas, a Raposa Serra do Sol, que é uma anomalia – é uma anomalia –, porque ali se juntaram várias etnias que não têm nada a ver uma com a outra.

Coincidentemente, depois do Projeto Radam, que prospectou todas as nossas riquezas, principalmente lá no nosso estado, coincidentemente, as áreas indígenas estão exatamente em cima dessas riquezas! E lá nós temos, Senadora, 32 reservas indígenas demarcadas. E aí, quando o Presidente Lula vai lá e diz assim: "Nós vamos ter que demarcar mais reservas, ampliar nossas florestas nacionais", logo, logo em seguida começa a haver invasão de indígenas nas nossas fazendas produtivas.

E eu quero dizer aqui, para finalizar, porque eu respeito muito aqui os que vão fazer suas considerações, é uma coisa emblemática. A gente tem aqui o Projeto de Lei 490, que... Senador Marcio, está aqui nesta Casa desde 2007, 2007, o marco temporal – 2007. Então, eu queria aqui solicitar ao nosso Presidente Pacheco que coloque o PL 490 para votar aqui no Senado, porque ele dará segurança jurídica, tranquilidade, paz no campo para aquelas pessoas que trabalham e produzem e também para os nossos indígenas que vão saber exatamente os seus direitos e as suas propriedades.

E que a gente possa também deixar aqui nesta Casa consignada uma regulamentação que trata da exploração das nossas terras que são ocupadas pelas populações naturais. Isso já está na nossa Constituição, e a gente não conseguiu regulamentar até hoje. E é por isso, Ministro Aldo Rebelo, que o Supremo Tribunal Federal termina legislando por nós; é por essa inércia do Poder Legislativo.

Então, eu quero aqui parabenizar V. Sa. e dizer que já fui contemplado pela maioria das questões que foram colocadas aqui e que o senhor se torne um consultor da nossa CPI, porque o seu conhecimento orgulha a todos nós, brasileiros que somos e amazônidas que somos, que vivemos e dedicamos a nossa vida a cuidar das pessoas naquela região, quando a maioria das pessoas, principalmente os médicos, a maioria não quer ir para lá: 70% dos médicos brasileiros, dos mais de 500 mil médicos brasileiros, não querem ir para lá; 70% estão no Rio, São Paulo, Minas. Eu fui para lá 41 anos atrás. Então, por isso, me sinto responsável por defender os interesses daquela população que tanto precisa de nós.

Parabéns pela sua postura, pelo seu conhecimento. E é emblemático a gente ver que um homem do Partido Comunista Brasileiro tem essa visão de Brasil.

Parabéns! O senhor orgulha o nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Dr. Aldo, só para fazer um registro. Isso aconteceu na semana passada, mais precisamente na sexta-feira, em São Félix do Xingu, Terra Indígena Apyterewa. Tem um grande problema lá, que é a expansão dessa terra. Não estou me referindo à terra original, mas à expansão, que pegou aí quase 3 mil famílias. Tivemos o falecimento do Sr. Cleomar Arantes do Prado, produtor rural da região da Apyterewa, Terra Indígena Apyterewa, no Município de São Félix do Xingu. Cleomar tirou a própria vida após receber multa impagável do Ibama. Ele foi para cidade, procurou uma advogada, a advogada não deu muita esperança para ele, e o Ibama, além da multa, aplicou também... disse: "Olha, você tem 'x' dias – muitos poucos dias – para sair daqui, levar o gado, enfim, tudo". E ele se desesperou, deu um tiro no ouvido e faleceu, para tristeza e vergonha de todos nós lá naquela região.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra ao nosso convidado, já anuncio o último bloco dos três: Senador Jaime Bagattoli, Senador Beto Faro e Senador Chico Rodrigues.

E me permita o nosso convidado...

Zequinha, eu vi também, sábado passado também, lá em Autazes, nessa questão do potássio: um jovem – um jovem enorme, ele é forte – mostrou lá um ferimento de chifre de boi. Falando das injustiças, ele falou: "Senador, olha só" – aí mostrou – "eu matei esse boi com um murro, eu fiquei com tanta raiva que eu dei um murro nesse boi, e foi sangue para todo lado. Você me imagina dando um murro num cara desse do Ibama?". Eu falei: "Não faça isso!". Então, hoje a gente está tentando controlar esse pessoal que tem revolta. Eu ouvi um do Pará que me disse a mesma coisa, que não vai acabar bem. E tudo o que essa gente quer é que alguém, um brasileiro, mate um desses; é tudo o que eles precisam, é de um mártir, é de um novo mártir para pregar por aí.

Então, você imagina a revolta. O cara chegou a se ajoelhar, Senadora, agradecendo o que a gente está fazendo. E ele: "Imagina eu dar um murro na cara de um cara desses, se eu mato um boi com um murro só". E eles sentem, Senador Aldo, nosso consultor Aldo; eles sentem essa angústia, essa revolta de dar murro e de matar alguém, tamanha que está... Uma senhora chorando – eu tenho o depoimento dela, a gente vai mostrar aqui –, estão tirando a terra dela, que produz, porque ela não quer se tornar índia. Porque a solução está em se tornar índio; se você se tornar índio, você vai ter a tranquilidade da terra, assistência de saúde também.

Então, tudo isso vai ser demonstrado, se Deus quiser, e desvendado aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou passando a palavra ao nosso convidado, que já foi... Viu, Dr. Hiran? A gente, desde o primeiro minuto em que a gente conheceu o Aldo pessoalmente, a gente o convidou para ser nosso consultor; mesmo se não for oficial, com certeza ele vai receber telefonema sempre.

Com a palavra, o nosso convidado. *(Pausa.)*

Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Pela ordem.) – Eu me esqueci de fazer um comentário. Na reforma tributária que está chegando ao Senado agora, aprovada na Câmara em 6 de junho, o texto-base da reforma tributária excluiu a incidência de Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) sobre doações para instituições de relevância pública e social, as ONGs. E, agora, no ITCMD mesmo, art. 155 da Constituição, "não incidirá" – vai ser mudado – "não incidirá sobre as transmissões e doações para as instituições sem fins lucrativos com finalidade de relevância pública e social, inclusive as organizações assistenciais e beneficentes de entidades religiosas e institutos científicos e tecnológicos, e por elas realizadas na consecução dos seus objetivos sociais, observadas as condições [...]".

Então, as ONGs agora também vão estar aqui incluídas, não querem...

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – Terão isenção tributária.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Isenção tributária. É, mais uma!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ou seja, aquilo que a gente falou lá atrás: está tudo dominado, o Governo está totalmente dominado. Ainda bem que tem pessoas aqui no Senado, Senadores e Senadoras que percebem e a gente, com certeza, vai excluir isso.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador, tem ONGs boas...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – ... mas nós precisamos pegar essas que têm outra finalidade, que estão transvestidas de organizações não governamentais para fazer coisas que não são o que deveriam estar fazendo. É esse pessoal que nós temos que estar em cima.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu sou contra a generalização, mas nós temos que estar de olho sim. É nosso papel no Congresso Nacional fazer isso.

A gente tem reiterado – e mais uma vez eu peço desculpas, já passo a palavra – que isso aqui não é para demonizar ONGs, nem é contra o Governo. A gente tem dito que isso aqui não é uma questão Lula-Bolsonaro, direita-esquerda, é uma questão nação-Brasil, e uma nação que quer ser colonizada. Fica claro nesses depoimentos. Esse é o objetivo de todos nós aqui do Senado.

Agora, de verdade, com a palavra o Sr. Aldo Rebelo.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Senador Zequinha, quando eu fui escolhido para relatar o Código Florestal, é claro que eu sofri muitas pressões. As ONGs diziam que eu ia ser muito criticado e que a minha trajetória ia ser prejudicada, porque eu já tinha sido Relator da Lei de Transgênicos e tive essa mesma disputa com as ONGs. Mas, no caso dos transgênicos, ficou o pessoal das academias, da ciência, os pesquisadores do nosso lado. No caso da Lei do Código Florestal foi diferente. E eu disse: "Não, eu vou aceitar a relatoria e vou fazer o que for de interesse do país. Eu não vou fazer um relatório com viés partidário, ideológico. Eu não vou perguntar o que um agricultor pensa, eu vou perguntar o que ele faz e se o que ele faz tem relevância e interesse para o Brasil." Mas houve muita pressão, campanhas.

Fui ameaçado de receber... Era um tal de SOS Mata Atlântica. Distribuíam um negócio de serrote de ouro, não, serra de ouro, motosserra de ouro; disseram que iam me entregar uma. Eu fui atrás dessa SOS Mata Atlântica, e eles recebiam vinte e tantos milhões por ano do Bradesco – do Bradesco! Aí eu chamei um jornalista do *Valor Econômico* e disse: "Olha, fale aí que amanhã eu vou começar uma campanha para os agricultores tirarem a conta do Bradesco." Aí saiu a notícia e o Dr. Lázaro Brandão ligou para mim e disse: "Isso aí eu nem sabia. Resolveram dar um dinheiro para esses meninos. O senhor os recebe no seu gabinete?". Eu digo: "Recebo." Aí vieram.

O Presidente é de uma família bilionária de São Paulo ligada à área de celulose, acho que é a Klabin. E os outros também eram e vieram. Eu digo: "Olhem, se vocês quiserem discutir, a CPI está aberta, venham falar das suas ideias. Agora, me intimidar? Aos 18 anos, entrei no Partido Comunista, quando isso era quase uma sentença de morte. Agora eu vou ter medo de vocês? Vou ter medo de ONGs? Não vou ter medo de vocês. Venham discutir. Medo de vocês eu não tenho." Aí eles disseram: "Tudo bem." Aí vieram, discutiram, acalmaram-se, mas outros faziam tumulto. Eu ia fazer um debate, subiam na mesa e faziam confusão, mas nós enfrentamos, está certo? Porque essa gente precisa ser enfrentada, não podemos ficar intimidados com esse tipo de ação.

Eu creio que hoje não só a legislação tributária no Brasil... Eu vi resoluções do BNDES. É como se fosse um cerco. As exigências que se fazem para os produtores rurais não se fazem nem para o narcotráfico – está certo? –, as exigências para crédito, as condições que são impostas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi que o BNDES ia fazer um convênio com uma ONG para fazer autuação remota, ou seja, por satélite, o que é uma coisa absurda, porque eu vi na Amazônia... Se aqui tem um foco de fogo, a fumaça sai daqui para aqui – está certo? –, a autuação vem para aqui, onde não existia o fogo, mas apenas a fumaça foi para lá. E o satélite não tem a inteligência humana para identificar qual é a origem daquele fogo, no lugar onde há... No Brasil ainda tem o uso legal do fogo como manejo. No Nordeste, ainda se queimam os canaviais. Em São Paulo, se queimava até um dia desses. Você saía de São Paulo para Ribeirão Preto e passava por uma nuvem de fumaça, porque a queima do canavial era legal. No Nordeste, continua legal até hoje. Em algumas áreas da Amazônia, continua. E o satélite não faz essa identificação. Se você libera para fazer autuação por sensoriamento remoto, você vai causar um monte de injustiça tanto no desmatamento quanto no caso das queimadas.

E na legislação tributária também. É uma legislação tributária para amarrar o Brasil a essa agenda global, a essa agenda ESG, a esse tipo de agenda – isso aí eu não tenho dúvida nenhuma. E o Congresso precisa estar atento, porque, como dizia o Senador maranhense, os jabutis estão lá na árvore. Precisa identificar quem botou.

Houve o caso da minha visita, quando o general foi proibido de entrar. No outro ano, ou três anos depois, ou quatro anos, tem o depoimento do Enéas, está na internet, o Deputado Enéas tentou entrar e, dessa vez, nem ele pôde entrar, nem o Governador de Roraima pôde entrar na área, na mesma área a que eu fui, ou seja, alguns anos depois, a situação estava pior. Esse depoimento, essa denúncia do Enéas está no YouTube, ele denunciando que ele, o Governador e ninguém puderam entrar na área porque foram proibidos.

E o pior de tudo é que as pessoas não percebem que essa política fracassou. A política de engessamento, de imobilização, de comando e controle para a Amazônia fracassou, e a demonstração do fracasso é a pobreza, é a miséria, é a criminalidade aumentando. Será que ninguém percebe que isso é o depoimento mais forte de que isso é um fracasso, de que o Brasil precisa orientar, reorientar a sua atuação na Amazônia?

Nesse caso, eu vi lá, conversei, inclusive, com empresários em Manaus sobre esse caso lá do cloreto de potássio de Autazes. Tem o caso da Renca, da reserva especial de cobre e associados, que é entre o Pará e o Amapá, que o Presidente Michel Temer tentou, mas depois houve uma pressão muito grande, até Twitter da Gisele Bündchen. Imaginem: a Gisele Bündchen, que nos orgulha tanto como brasileira, mas, como especialista em Amazônia, não tem condições de dar essa sentença, com aquele povo lá de Hollywood.

O que o Governo tem feito? Este Governo, a agenda deste Governo foi tomada por esses internacionais. Basta olhar o Ministério, a composição do Ministério nas áreas sensíveis para a Amazônia, que são Ministério do Meio Ambiente, Ibama, Funai e Ministério dos Povos Indígenas. É o grupo mais vinculado aos interesses externos, mais comprometido com esses interesses.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu era Ministro do Esporte, estava lá em Londres para ver a transição da Olimpíada de Londres para o Rio de Janeiro, e estava lá com o Ministro dos Esportes da Inglaterra, e quem aparece de mascote no desfile de abertura da Olimpíada de Londres? A Marina, que não era mais Ministra, não era... E me perguntaram: veio da onde esse prestígio? Eu digo: das casas reais da Europa, está certo? Não foi o Governo brasileiro que indicou. Não recebi nenhuma orientação. Não foi o Comitê Olímpico brasileiro, foi o prestígio que vem de fora, está certo? Esse prestígio continua presente até hoje; o Ibama se orienta por essa política.

Isso que está acontecendo lá com a morte desse cidadão, em São Félix do Xingu, vai acontecer mais. Por quê? Porque quando foi para liberar Belo Monte, houve uma espécie de jogo, de chantagem e extorsão. Para aprovar Belo Monte, as ONGs, associadas a outras organizações do Estado brasileiro, exigiram a ampliação de reservas e de unidades de conservação em áreas já totalmente ocupadas por agricultores, ribeirinhos, de décadas que estavam ali, alguns remanescentes dos soldados da borracha, que ficaram por ali.

A escolha de Belém. Eu acho que Belém merece muito mais do que sediar a COP-30, mas a questão não é essa. A questão é que essa COP é a COP contra o Brasil, ela não vem aqui para nos ajudar, ela não vem para promover o desenvolvimento, ela vem na agenda da conferência do clima de Estocolmo, do congelamento do poder mundial, de imobilizar a Amazônia, de conferir a Amazônia a um *status* semicolonial, porque aquilo não é só do Brasil... Não sei... Isso é antigo, é antigo! Dom Pedro II não queria sequer abrir o Rio Amazonas à navegação dos estrangeiros, porque ele era um homem muito bem informado e muito lido e sabia o que tinha acontecido na China, em que os portos chineses tinham se transformado em protetorados. Ele disse isso numa carta à Condessa de Barral, que era amiga dele em Paris. Disse: "Se eu abrir a navegação do Amazonas aos estrangeiros, eles vão criar em cada lugar um porto e um enclave, e o Brasil não vai ter como tirá-los depois". Isso aconteceu. E os americanos escreviam nos jornais: Tem aí citado pelo Tavares Bastos, no livro dele. O americano dizia: "A Amazônia é muito importante, tem que ser nossa, dos americanos, um povo superior para tomar conta". E outro jornal francês dizia: "A Ilha do Marajó tem que ser um enclave de várias potências e toda a margem norte do Rio Amazonas tem que ser da Inglaterra e da França". Isso não era segredo, isso era público; eles diziam que tinham esses interesses.

Médicos eu vi lá. O Senador Hiran saiu, mas eu vi, Senador Hiran, lá em Altamira. Os médicos vão lá, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Belo Horizonte – os mais próximos vão de Belém –, dão a consulta, passam uma semana e depois vão embora. De fato, não querem ficar.

Senador Esperidião Amin, minha amizade, minha admiração.

Mas, na Amazônia, na verdade, desde tempos imemoriais, que há essa pressão e esse interesse. E eu acho que essa Conferência do Clima não vai para a Amazônia por acaso. Eu falei muito com Vereadores, com Prefeitos, com agricultores, fui ao sindicato dos trabalhadores do comércio, fui ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Instituto Goeldi, fui à Universidade Federal Rural da Amazônia de Belém. Eu digo: "Vocês têm que construir uma agenda, porque, se vocês não construírem a agenda, a agenda vai ser a agenda dos interesses internacionais". Os amazonidas não são sequer citados, não são sequer considerados. Nem os jornalistas, precisam levar uma jornalista de São Paulo para mediar uma mesa sobre a Amazônia.

E quando você vai ler as matérias... Eu li a matéria do jornal *Valor Econômico* e da *Folha de S.Paulo*. Eu li tudo até o fim. Aí a jornalista descreve: é lá de Montreal ou lá do Egito; quando chega ao fim, a jornalista fulana de tal viajou a convite de quem? De uma ONG! E ela ainda dá um jeito de citar o diretor da ONG na matéria dela! Coisa vexaminosa! Coisa lamentável! Jornalismo? Que tipo de independência tem uma jornalista de um órgão desse que viaja para cobrir um evento que tem lado, tem disputa com a passagem paga por uma ONG? E o jornal ainda publica isso, como se fosse uma matéria isenta, independente! Não! Pelo amor de Deus! Sinceramente...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de anunciar a última rodada, anuncio a presença do nosso Senador Esperidião Amin.

A próxima rodada será a última. Será o Senador Jaime Bagattoli, Senador Chico Rodrigues, Senador Beto Faro e Senador Esperidião Amin.

Permita-me também só registrar: outro dia estive uma atriz global – a gente vai evitar o nome aqui. Ela estava indo para Ilha da Madeira como Embaixadora da Amazônia nomeada pela Fundação Amazônia Sustentável. Estava indo e disse que ama a Amazônia e que essa campanha era igual a campanha das Diretas Já, que era para salvar a Amazônia. Então, a gente vê... É aquilo que o Hiran falou, é risível tudo; se não fosse trágico, muito risível...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ah, sim! Só assim, não é, Senador Esperidião Amin? Não é à toa que o senhor é o guru.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é verdade. O Seif esteve aqui antes. Não é verdade.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. O Seif e o General Mourão.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso. Vai contribuir muito.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador. O senhor é muito gentil, o nosso Presidente.

Bom, eu queria muitíssimo o trabalho do nosso ex-Ministro, ex-Deputado e que é o nosso... A gente espera, Aldo Rebelo, nosso Ministro Aldo Rebelo, que o senhor continue a ajudar os brasileiros que gostam do Brasil, os brasileiros que têm lucidez do que nós temos neste país, esses biomas maravilhosos.

E hoje aqui nós estamos falando de ONGs que não estão só na Amazônia. Nós temos que prestar atenção, porque agora nós temos ONGs caminhando para o cerrado. Enfim, o Brasil é um grande empecilho para algumas nações aí que ainda nos consideram colônia e sabem do nosso potencial, com todas as dificuldades que nós temos, de logística, de legislação, enfim, mas sabem do potencial do nosso país.

Então, muito obrigada! Eu quero aqui lhe agradecer publicamente por ser esse brasileiro que o senhor é e pelo que o senhor tem feito pelo nosso país.

Eu vou ter que deixar aqui a nossa reunião, a nossa audiência, mas vou dizer que é muito bom a gente se revigorar quando ouve as suas palavras. A gente sabe que tem gente de bem defendendo a Amazônia brasileira, defendendo o que é certo no nosso país.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senadora Tereza.

Sua participação foi muito boa, como não poderia ser diferente.

Senador Chico Rodrigues, questão de ordem.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Questão de ordem.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., se fosse possível, me conceder a oportunidade de fazer meus questionamentos ao Aldo Rebelo, meu amigo, meu companheiro de muitas jornadas, porque eu vou abrir as...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu consulto o Senador Jaime, que era o da vez.

Posso passar ao Senador Chico Rodrigues então, Jaime, para ele poder nos deixar?

(*Intervenção fora do microfone.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, nós vamos... Só para anunciar...

Só um minutinho, Chico, por favor.

Então, vamos agora, já que estamos aqui com o General Mourão, está o Seif também. Esta rodada, então, são: Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli e Beto Faro.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Quero cumprimentar o Presidente Plínio Valério, que, na sua ação muito obstinada, conseguiu realmente viabilizar a implantação desta CPI das ONGs, e parabenizá-lo.

Quero também cumprimentar o amigo Senador Marcio Bittar, como Relator, que tem se havido muito bem, tem estudado inclusive essa questão das ONGs. Eu tenho certeza de que esta Comissão vai trazer muitos frutos para o nosso país, pela seriedade, pela determinação e, acima de tudo, com o compromisso com essa região que, na verdade, representa praticamente 50% do território brasileiro e com suas riquezas inomináveis, que aqui não preciso detalhar.

E quero cumprimentar aqui o companheiro de grandes jornadas Aldo Rebelo, pela sua experiência, pelo seu conhecimento e, acima de tudo, pelo seu patriotismo exemplar que tem demonstrado em todos os foros nacionais e internacionais, com a discussão sobre esse tema que transcende determinados fóruns, porque deveria ser um permanente assunto de Estado. E, logicamente, a palavra abalizada do Aldo Rebelo é uma caixa de ressonância para toda a sociedade e, inclusive, é cuidadosamente observada pelas comunidades internacionais, porque sabem as verdades que V. Exa. deixa claras.

Eu faria apenas três perguntas rápidas, e eu tenho que me ausentar, porque eu fui indicado hoje para presidir a sessão que começa às 14h. Por isso, a pressa em pedir a precedência.

Em tuíte de 18 de junho, V. Sa. recomenda um texto do filósofo Gustavo Castañon. Este autor afirma que certas ONGs são pragas bíblicas que já internacionalizaram a Amazônia, afirma, ademais, que a maioria do território brasileiro da Amazônia hoje já está em posse ou de reservas indígenas ou reservas ecológicas ou largas extensões de terras compradas por fundos internacionais.

O caso de Roraima hoje é o exemplo clássico da perda de controle sobre o território nacional. E aqui eu mostraria, e vou deixar aqui para o comentário do nobre palestrante, o sempre Deputado Aldo Rebelo, esse mapa do que se transformou o Estado de Roraima, para que ele possa comentar, mesmo na minha ausência, mas para que todos conheçam essa história que ele conhece como poucos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. entende que Roraima é um caso de perda de controle sobre o território nacional? Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, V. Exa. relata a visita do Rei norueguês Haroldo V a uma aldeia ianomâmi, a qual teria sido tornada pública após seu término, apesar de conhecimento prévio do Itamaraty, da Funai e da Polícia Federal. V. Exa. entende que essa visita representa a fragilidade da soberania brasileira? De que maneira?

Outro questionamento e último: na mesma entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, V. Sa. relata que os garimpeiros são os novos bandeirantes, definindo que: "Os garimpeiros historicamente definiram as fronteiras do Brasil, romperam os limites de Tordesilhas. O garimpeiro traduz a ocupação de fato do Brasil, por isso é alvo de campanha sórdida e criminosa. Que os criminosos sejam punidos, mas outra coisa é a campanha para demonizar o garimpeiro", afirmação de V. Exa. Quais as organizações movem essa campanha sórdida e criminosa contra os garimpeiros? Quais os órgãos estão do lado dessa campanha e como combatê-los?

Eu gostaria de pedir desculpa pela necessidade de ter que me ausentar e agradecer a esse verdadeiro menestrel da Amazônia, o nosso querido Aldo Rebelo, que é uma referência nacional, e o seu exemplo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Bonifácio.

... pelos cargos que ocupou na República, demonstrando exatamente sua capacidade intelectual e, acima de tudo, o seu senso de patriotismo que ele tem que impregnar em todos os brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues. Sua participação sempre será importante para nós.

Com a palavra, o nosso convidado Aldo Rebelo.

Desculpa, Jaime, que eu já estou... Será que já deram 2h? Alguém me informa se já deram 2h?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Então, pronto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – É o Jaime e depois o Beto Faro.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Viu, Jaime? É porque já deram 2h, o almoço passou.

Com a palavra, o nosso representante de Rondônia Jaime Bagattoli.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não. Você vai na outra rodada, Esperidião. Está bom?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Eu estou nessa rodada, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ele é nosso representante de Rondônia.

O Beto Faro é em seguida, Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Por videoconferência.*) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Beto é em seguida ao Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Amin, Senador, você pode falar lá depois das 17h, porque você já deve ter almoçado duas vezes hoje. *(Risos.)*

Quero cumprimentar aqui o Senador Plínio Valério. Quero dar os parabéns a ele por presidir esta CPI, como Presidente, e ao Senador Marcio Bittar, na condição de Relator.

E quero dizer ao Sr. Aldo Rebelo... Quero fazer um pequeno comentário antes. Quando o senhor esteve naquela condição do Código Florestal, eu pensei: o Sr. Aldo Rebelo vai prejudicar todo o setor produtivo. Naquele momento, eu pensei: como que um Deputado do PCdoB... É PCdoB, não é? Se nós não tivéssemos o senhor naquele momento, eu digo ao senhor, Senador Amin, eu não sei o que teria já acontecido naquele momento com o setor produtivo no Brasil.

Enfim, eu quero dizer que a Amazônia... No Brasil, com oito milhões e quinhentos e poucos mil quilômetros quadrados, mais de 5 milhões pertencem à Amazônia Legal – mais de 5 milhões. Então, quase 60%, em torno de 58%, 59% do território nacional pertencem à Amazônia Legal, com 14%, 15% só de população, em torno de 29 milhões de pessoas.

Mas uma coisa que o senhor falou aqui e que eu não tinha ouvido ainda é que o primeiro encontro dos países, o primeiro encontro sobre questão ambiental no planeta aconteceu em 1972. Nós chegamos a Rondônia... Em 1974, nós fomos para Rondônia. E, naquela época, para quem não conhece, na hora do Jornal Nacional, Sr. Aldo – o senhor lembra disso –, tinha um *slogan* com a propaganda na hora do Jornal Nacional: "Integrar para não entregar" – integrar para não entregar. Não que a gente tenha ido para a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia... Meu falecido pai nem sabia o que era a Amazônia. Chegamos lá por um acaso. Neto de madeireiro, conheço todo o setor madeireiro. E aí, chegou, veio... Realmente, foi o que aconteceu.

Já em 1975, Sr. Aldo, os militares fizeram o primeiro programa de reforma agrária do Brasil. Ele foi contemplado na época pelo mundo inteiro. No Estado de Rondônia, as pessoas chegavam e ganhavam, na época, 100ha, 42 alqueires de terra. As grandes áreas eram de, no máximo, 1,95 mil, 2 mil hectares. A União licitava, cada CPF só podia licitar um lote, e pagava-se para a União. Passaram muitos anos e, depois de tantos anos... O Incra tinha que dar um documento dizendo que não existia índio naquela área. Demarcaram as reservas que já eram indígenas. Passaram anos, vieram as tais das ONGs, que começaram a achar, como dizem, pelo em ovo, e acabou, em muitas áreas, muita gente, muitos produtores sendo prejudicados. Hoje a gente está aí de novo nessa discussão sobre o marco temporal.

Outra coisa que o senhor fala aqui sobre o Fundo Amazônia, sobre a reserva Raposa do Sol. Eu estive lá. Na época em que tiraram os arroteiros de lá, eu estive lá. Aquilo foi o maior absurdo do mundo. Nem os índios queriam, naquele momento, que tirassem os produtores de lá. Mas tudo foi feito a toque de caixa e igual ao que o senhor falou. O senhor foi muito feliz nas suas palavras, Sr. Aldo, quando o senhor falou aqui sobre a questão de o Judiciário decidir, de o Supremo decidir. Realmente, quem tem que decidir isso é a Câmara Federal, é o Senado, entendeu? É o Congresso Nacional que tem que decidir e discutir quais são, o que é o melhor para o Brasil, o que é o melhor para os brasileiros.

Outra coisa que o senhor citou é sobre o que as ONGs fazem para a Amazônia. Se eu chego em Porto Velho, dá dó da capital.

Eu moro no interior, no sul. Vilhena é uma cidade colonizada mais por sulistas. Em 1974, tinha 700 pessoas, hoje é uma cidade de 100 mil habitantes, é uma cidade que vive em volta do agronegócio.

E a gente chega a Porto Velho, realmente vê aquele povo abandonado, o povo não tem culpa daquilo, aquilo veio gente do Brasil inteiro, as pessoas migraram na época da borracha, na época, depois, quando vieram os garimpos, que até hoje nunca se legalizaram, nem no Rio Madeira e nem em outros garimpos.

E aquele povo é um povo muito sofrido. E isso as ONGs, o senhor relatou aqui, as ONGs não olham para isso, eles não estão preocupados em rede de saneamento básico, a única coisa que eles querem fazer, falar, é em reserva, é em mata, em preservação e ainda colocarem mais obstáculos, para se criar mais reservas indígenas.

Mas nós sabemos que temos que respeitar os nossos povos originários. Nós sabemos disso. O que o senhor foi feliz na colocação também é que os próprios indígenas nossos, o que eles querem? Eles querem ter o direito da sua terra, da sua propriedade e eles precisam, eles têm o direito de cumprir as mesmas... Como é que eu vou dizer? Tudo aquilo que nós, os novos produtores rurais, temos que cumprir



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para se montar, para legalizar as suas terras, para legalizar a sua produção, desde minério, produção agrícola, de qualquer atividade, os índios também têm, eles têm que ter o direito.

Aí se fala tanto em Selo Verde. Por que não o Selo Verde ser colocado, implantado então definitivamente na Amazônia, se é que os países lá fora querem tanto a preservação, e não só em terras? Isso aí tem que ser em terras que são da União, nas áreas indígenas e também da iniciativa privada.

Eu queria fazer uma pergunta para o senhor aqui: por que a legalização... Por que os ambientalistas são contra a regularização fundiária deixando o produtor na ilegalidade? Qual é o motivo por que eles tanto batem em cima disso?

E outra coisa, eu vejo também que isso é uma falha muito grande no Congresso Nacional. Nós tínhamos que ter uma união maior para que a gente trabalhasse em cima disso, mas cada vez a gente vê essa questão não avançar. Só que nós vimos também que boa parte da grande mídia trabalha também sempre contra esse pequeno produtor, contra a legalidade.

Outra coisa, o senhor deve ter acompanhado sobre o carvão mineral. Eu ouvi aqui que o carvão mineral na Alemanha... A Alemanha voltou depois da guerra da Ucrânia, está voltando lá no carvão mineral.

Agora, vamos lá em Santa Catarina. Eu estou, Sr. Aldo... Eu faço parte da Comissão ambiental aqui do Senado e eu vejo que eu tenho que ouvir isso de ambientalista, de pessoas dizendo que tem que parar com o carvão mineral. Viu, Senador Seif? Lá em Santa Catarina, tem que acabar, porque eles falam que é melhor pagar o funcionário parado para eles não causarem mais problema ao meio ambiente.

Então, por que – eu queria que o senhor respondesse para nós –, no Brasil, tudo não pode, e lá pode? Eu acho que isso nós temos que dar um basta, temos que parar com isso. E sabemos, sim, do nosso compromisso com a preservação.

Para terminar, eu quero dizer, Ministro, que o senhor teve excelentes alternativas para a Amazônia, desde o Código Florestal brasileiro. Sei que o senhor enfrentou muitos obstáculos dentro do Governo. Portanto, qual o melhor caminho que o Senado e a Câmara Federal podem fazer para convencer esses ambientalistas, já que o senhor, lá atrás, já esteve lá na época, o senhor esteve dentro do Governo e o senhor enfrentou muitos obstáculos dentro do próprio Governo em que o senhor era Ministro?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Encerrando essa rodada, Senador Beto Faro – obrigado, irmão, por ter ficado aí esperando e participando da reunião, mesmo remotamente. Com a palavra, o Senador Beto Faro, representante do Pará.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar. *Por videoconferência.*) – Boa tarde, Presidente Plínio; nosso Relator, Senador Marcio; e todos os Senadores e Senadoras que participaram desta sessão.

Quero cumprimentar aí o ex-Ministro, ex-Deputado Aldo Rebelo, por quem tenho respeito pelas posições. Votei, inclusive, nele para Presidente da Câmara e para Ministro do TCU. Portanto... Mas temos diferenças de algumas posições, e vou tentar colocar algumas delas, até porque o nosso tempo está bastante avançado aqui. Muitas das questões colocadas pelo Ministro Aldo eu acompanho e tenho defendido aqui, assim como muitas das questões levantadas pelos Senadores. O próprio Senador Bagattoli agora levanta uma questão, que é um tema da questão da regularização fundiária, que é um dos temas que tenho defendido e trabalhado.

Sou amazônida, nascida na beira do Rio Guamá, não tão distante de Belém, a três horas de barco, no município chamado Bujaru, filho de agricultor familiar. Minha mãe e meu pai hoje são aposentados rurais, um salário mínimo cada um. Portanto, com nove irmãos na família... Então, com muita característica de amazônida efetivo aqui... Nasci nessa região com muito orgulho.

E acho que a nossa Comissão... Primeiro, de fato, nós temos que trabalhar por esse clima da democracia, de a gente ir avançando ouvindo as várias opiniões. E a democracia nos permite isso. O Ministro Aldo vem aqui e coloca uma visão de Amazônia que, em muitos aspectos, eu tenho concordância, em outros não.

Por exemplo, essa questão da aplicação dos recursos do Fundo Amazônia. Nós sabemos que, no último período, nós tivemos dificuldades. Eu nem sei e nem – quero colocar aqui – nem me atentei para como era a composição no início do Fundo Amazônia, mas sei como é a composição hoje do conselho que gerencia o Fundo Amazônia. Eu não sou defensor da tese de que isso tenha que fazer só para os órgãos públicos. Eu defendo que a gente tenha aplicação em órgãos públicos e que tenha recursos também para ONGs, para entidades representativas, inclusive, dos trabalhadores dessa região. Eu sou defensor de que a gente tenha espaço para todo mundo. O que cabe para mim aí é um bom gerenciamento, controle. E vamos lá para ver quem compõe hoje o conselho que gerencia o fundo.

Nós temos nove ministérios: temos o Ministério do Ambiente, com o qual majoritariamente esta Comissão tem muitos problemas, mas nós temos aí o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, nós temos a representação do Ministério das Relações Exteriores, nós temos o Ministério da Agricultura, nós temos o Ministério da Ciências e Tecnologia, e assim vai. Nós temos a representação dos nove Governadores dos estados – dos nove! –, incluindo aí Mato Grosso e incluindo o Maranhão. Os nove Governadores, cada um com um representante; assim como os ministérios, cada um com um representante. E temos a representação da sociedade civil: aí está a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), aí está a CNI e está a representação das ONGs. Portanto, é um conselho tripartite, que, na minha visão, pode até ser aprimorado – "ah, não é essa entidade; tem que ser essa".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entre as entidades, entre as novas entidades, nós poderíamos até aprimorá-lo. É majoritariamente de Governo – são dezoito entidades de Governo –, nove da sociedade e dos vários segmentos que determinam as regras de aplicação do Fundo Amazônia, que acompanham a aplicação do Fundo Amazônia e que devem aprovar os projetos do Fundo Amazônia. Isso num órgão meio que de assessoria, sei lá, ao BNDES para poder fazer a aplicação, assim como é a Sudam, no caso dos incentivos fiscais aqui, que tem uma composição também para poder aplicar os recursos dos fundos funcionais; assim como a Sudene faz no Nordeste. Portanto, pode-se melhorar, mas não é uma... Hoje aqui não tem como dizer: "Ah, aqui tem uma força das ONGs que passa por cima de todo mundo". É muito pelo contrário.

Eu sou desses que acho que tem ONGs... E eu quero vê-las ainda na Comissão, e ainda não as vi na Comissão. Acho que a gente está ainda com depoimentos muito positivos – e o do Ministro Aldo Rebelo é muito positivo –, mas ainda precisamos ir para aquelas que estão cometendo os crimes, que estão cometendo aquilo que foi objeto efetivo da nossa CPI, para gente não generalizar.

Inclusive – e eu agradeço por isto, porque compartilho desta visão –, muitos Senadores aqui disseram que tem ONGs boas e tem ONGs ruins, como em todos os segmentos, assim como o Ministro Aldo Rebelo disse aqui para nós todos que tem garimpeiros corretos, assim como tem garimpeiros incorretos. E eu acredito nessa tese. Não acho que, em profissões, em determinado setor ou categoria, seja todo mundo ruim, assim como nem todo mundo é bom. Até na política a gente encontra os bons e os maus. Portanto, acho que aqui nós não temos que demonizar as ONGs, mas temos que tirar, fazer a separação daquelas que estão pegando recursos e não estão aplicando da forma que estava estabelecido no projeto, porque também não dá para criminalizar, porque tem uma regra no país.

Eu fico imaginando essa questão do garimpo: é uma profissão que já existe há tempo aqui no Pará, por exemplo; mas não dá hoje para defender essa questão do garimpo ilegal dentro das áreas indígenas, porque a nossa legislação não permite se explorar o garimpo dentro da terra indígena. Nós temos que mudar a legislação, então, porque tem uma legislação. Então, os órgãos que são responsáveis pelo controle ou pela fiscalização têm uma legislação estabelecida. Não se faz isso aleatoriamente. Então, que a gente possa fazer isso dentro da regra estabelecida: mudança na Câmara dos Deputados, no Senado.

Tem muitas questões aqui que nós vamos ter que levar para Comissão de Meio Ambiente, nós vamos ter que levar para Comissão de Ciência e Tecnologia, nós vamos ter que estar debatendo na Câmara. Acho que nós somos... Às vezes, atrasamos muitos procedimentos e, aí, depois, vem o Supremo e acaba legislando porque o Congresso não legisla, mas todos nós aqui já tivemos oportunidade de fazer essas mudanças. O próprio Ministro Aldo foi Presidente da Câmara num momento em que tinha muita força dentro da Câmara. E a gente fez algumas mudanças, mas nem tudo a gente conseguiu fazer, porque a sociedade é assim. No próprio Senado, a Ministra Tereza, a quem eu respeito muito – tive ótimo diálogo com ela quando foi Ministra –, sabe, porque foi Governo, saiu ontem do Governo, de quatro anos de Governo no Brasil, que nós tivemos problemas em que não se avançou. Aqui, por exemplo, na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia, nessa questão da regularização fundiária, de qual Incra... Inclusive, acabou-se com o MDA, e o Incra era vinculado. Nós tivemos problemas enormes. Não foi entregue nenhum título, aqui, de terra nesse período dos últimos quatro anos. Tinha um documento que hoje não serve nem para que o agricultor possa pegar – o único documento que era entregue, hoje, não serve para o agricultor pegar – financiamento no banco, não serve como base para que o agricultor pegue o financiamento. Nós vamos ter quer refazer tudo, reestruturar o Incra para poder fazer todo o passo de regularização fundiária.

Eu sou contra... A única questão que eu tenho levantado é que a gente não generalize tudo. Nós temos problemas para ser enfrentados? Temos. Eu, por exemplo, fiquei atento aqui a uma resposta, e agradeço a resposta, sobre essa questão da COP em Belém. Ora, a COP existe. Nós vamos para 28ª COP. O mundo está discutindo as questões climáticas. Ora, se nós estamos fazendo isso, se vão lá para o Egito discutir e vão lá para outro país, por que não se discute isso na região que é uma das regiões que mais podem contribuir ou não para isso, que é a Amazônia? Eu sou Senador aqui do Pará e estou feliz que a COP venha a ser debatida no Brasil. Daí, a gente ter que montar uma agenda, juntar os amazônidas, isso é papel nosso. Mas é importante vir.

E o Pará é um estado que tem de tudo. O Pará tem pequeno, médio, grande agricultor, tem ribeirão, tem garimpeiro, tem quilombola, tem povo indígena, tem grandes cidades – Belém é uma cidade grande; juntando com Ananindeua, com Marituba, com municípios aqui, nós chegamos já a quase 3 milhões de habitantes nessa região. Que bom que a COP vai ser realizada aqui! Nós – eu, o Governador Helder e a bancada aqui do Pará – trabalhamos para que isso fosse realizado. Ficamos... Como um evento que vai dialogar. E nós vamos estar aqui apresentando qual é a nossa visão, como a gente trabalha essa questão ambiental e outras questões como infraestrutura, saneamento. Estamos dialogando sobre isso dentro do Governo, mas é uma oportunidade. As pessoas se deslocam daqui para o Egito e para outras regiões para poder fazer – estou citando o Egito porque foi a última... Se saem daqui para poder dialogar, por que não trazer para cá? Por que a gente não fazer esse debate aqui?

Então, acho que são questões que a gente tem que fazer. Não estou querendo generalizar. Tem ONGs... E nós vamos ter que apontar para essas ONGs em que nós temos problemas. Tem relatórios do TCU, e agora eu vou questionar o TCU. O TCU disse que grande parte das ONGs – inclusive foi feita uma comissão dentro do TCU para analisar as contas – está correta. E lá tem uma equipe técnica, do ponto de vista do projeto. Ah, o modelo de projeto que foi liberado para a ONG está errado na concepção, no formato? O BNDES não pode estar fazendo? Vamos atuar, e nós vamos atuar para que a gente possa aprimorar isso, para que o conselho possa estar dentro de uma visão estabelecida.

Portanto, essa é a questão, eu só não acho que a gente tem que já partir de quais são os certos e quais são os errados. E queria dizer isso e pedir ao Presidente... Hoje achei que a atitude mudou muito, e eu quero parabenizá-lo, Presidente. Nós tivemos, nas duas primeiras, ainda, dificuldade de compreender quem estava depondo, quem não estava, quem podia falar, essa questão toda. Acho que hoje nós



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhamos bem nesse sentido. A gente tende a crescer na Comissão para que a gente possa, no final, apresentar projetos, apresentar relatórios que possam contribuir efetivamente com o desenvolvimento do nosso país.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Beto, sua participação é sempre importante.

Eu vou pedir permissão aqui... O nosso amigo Senador Jorge Seif já esteve aqui cedo e pediu a inscrição, então, Sr. Aldo, eu vou pegar o embalo de três, e seriam quatro com ele, está bom? Posso? *(Pausa.)*

Então, com a palavra, Senador Jorge Seif.

O SR. JORGE SEIF (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Querido amigo Plínio, muito obrigado pela compreensão; querido amigo Marcio...

Sr. Ministro Aldo Rebelo, quero dizer para o senhor, antes de qualquer coisa, que temos questões políticas partidárias diametralmente opostas. Sou um cara de direita, minha família... e sabemos que o senhor sempre teve uma posição contrária a isso. No entanto, não posso me furtar de elogiar as inúmeras entrevistas que tenho visto do senhor. E, inclusive, a presença do senhor nesta CPI mostra que a questão político-partidária no seu coração está abaixo das questões nacionais.

Acompanhei parte do seu depoimento aqui presencialmente, outras acompanhando pela internet, e queria contribuir com algumas questões, até reforçando suas palavras.

Infelizmente, as ONGs no nosso país, que poderiam, como o senhor já bem disse, fazer um trabalho de colaboração, infelizmente usam dinheiro do Brasil, fundos internacionais, para sabotar o Brasil, para fazer relatórios que alimentam a política internacional com narrativas contra o Brasil. Inclusive, temos certeza de que esse acordo com a União Europeia – não sei se isso foi abordado antes, eu não percebi, mas eu tenho certeza absoluta, inclusive a Ministra Tereza já saiu –, eu tenho certeza absoluta de que não se trata de outra coisa, senão protecionismo. A política trabalhando contra, justamente utilizando relatórios produzidos por ONGs.

O Ministro, o ex-Ministro Ricardo Salles, na época em que trabalhamos juntos no Governo do Presidente Bolsonaro, me comentou, na época da discussão, que foi uma questão midiática, do Fundo da Amazônia, e que o Brasil então abria mão, porque a Noruega e a Alemanha é que queriam definir onde seriam investidos esses valores... Ele falou: "Seif, para que é que a gente quer dinheiro? Praticamente 80% é para pagar os executivos das ONGs".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero – na verdade, não vou ser longo, porque está todo mundo com fome, eu também já almocei –, eu quero agradecer ao senhor as suas contribuições, a sua presença nesta CPI, que eu tenho acompanhado – quando não posso pessoalmente, de casa –, pela colaboração, que não é fazendo política ou indo contra nenhuma organização, mas um papel fundamental para nós realmente buscarmos separar o joio do trigo. Existem ONGs boas? Tenho certeza de que sim, mas, infelizmente, as que abocanham grande parte dos recursos públicos são usadas para nos sabotar, são usadas inclusive, em última instância, para delapidar o patrimônio brasileiro, para desconstruir a nossa imagem fora do país, para sabotar o Brasil e o brasileiro, Ministro Aldo Rebelo. Então, quero agradecer ao senhor imensamente.

E, para terminar, Senador Plínio Valério, a quem está nos acompanhando pela TV Senado, eu quero dar uma dica, uma sugestão: que assista à sua entrevista no Direto ao Ponto. Eu acompanho também aquele programa, praticamente todos, porque são entrevistas excelentes as daquela revista eletrônica, e com entrevistadores maravilhosos. O senhor orgulha o Senado Federal e o senhor orgulha o Brasil com uma entrevista tão técnica, uma entrevista tão verdadeira, uma entrevista que é elucidadora, verdade *versus* narrativas. Então, quem está nos assistindo, não perca o Direto ao Ponto – foi duas semanas atrás ao ar – com o Senador Plínio Valério, que explica muitas coisas que estão acontecendo e o papel fundamental desta CPI para o nosso Brasil.

Muito obrigado. Parabéns para o senhor, para o Marcio Bittar e para o Ministro Aldo Rebelo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, meu amigo Senador Jorge Seif, pelas palavras. Aquela entrevista até hoje está rendendo, já são milhões e milhões de pessoas. E ali, quando a gente vai, a gente está como Senador e representando todos os nossos amigos, companheiros. Obrigado.

Você viu agora, Esperidião Amin, por que é que eu o coloquei na sua frente, não é? Está explicado por que é que eu coloquei o Seif na sua frente?

O.k., vamos lá. O nosso convidado, Aldo Rebelo, para responder aos quatro Senadores, e, em seguida, teremos aí o Esperidião Amin e o General Mourão.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Bem, Senador Jaime, eu era Ministro da Ciência e Tecnologia e a Primeira-Ministra Angela Merkel promoveu uma grande visita ao Brasil. Tinha uns 12 ministros, e veio uma grande delegação da Ciência e Tecnologia. E eu perguntei à delegação se eles gostariam de conhecer os centros de tecnologia do Brasil na área nuclear, em São Paulo; na área espacial, em São José dos Campos; ou um laboratório de aceleração de partículas lá em Campinas. Eles disseram que não, que queriam ir para Amazônia. Então, nós colocamos a delegação na Amazônia, levamos para Manaus para explicar o que era a Amazônia; depois pegamos um barco, fomos lá numa torre alta de 350m, doada pelo Instituto Max Planck. E, quando eu preparava a minha fala à delegação, eu vi que a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessoria do ministério tinha colocado a matriz energética da Alemanha: carvão, majoritariamente carvão. E eu perguntei ao Ministro: "Ministro, vocês têm tanta preocupação com o meio ambiente, mas a matriz energética é toda de carvão.

Ele me deu uma resposta muito singela e muito sincera. Ele disse: "Olhe, a nossa primeira Ministra, a base eleitoral dela é na reunião que produz carvão, então, nós não podemos mexer numa situação dessa, porque é a base política da Ministra Angela Merkel." Acho que era o Vale do Ruhr ou coisa parecida.

Agora, no encontro do Egito, nós achamos que o grande debate foi sobre meio ambiente, e não foi, o grande debate foi sobre matriz energética. A grande decisão foi ampliar o consumo desses combustíveis terríveis, porque lá o carvão da Alemanha é o tal de lignito, que é o pior carvão que existe, o mais poluente, e eles ampliaram a produção e o consumo desse carvão, todo mundo aumentou, os Estados Unidos, a China, todo mundo. E quando se volta para o Brasil, é com o olhar da punição, como se nós fôssemos os vilões do meio ambiente.

A questão dos indígenas, Senador Jaime, lá em Rondônia, eu conheço o caso célebre de uma grande reserva de diamante que tem na Reserva Roosevelt, em Espigão do Oeste. Conversei muitas vezes com a ex-Prefeita, saudosa Prefeita Tereza, e ela explicava que ali tinha o diamante, e que o cinto larga tirava o diamante e o entregava para o contrabandista, porque não tem quem impeça um ser humano, vivendo em cima de ouro e de diamante, de não extraí-lo. Não tem como impedir.

O Senador Beto Faro tem razão, nós não podemos estigmatizar nem passar um crivo nas organizações não governamentais, e tem muitas: filantrópicas, humanitárias. E, também, eu acho que o mais importante não é buscar onde a organização não governamental cometeu o crime, eu acho que se deve buscar o erro da relação do Estado brasileiro com essas instituições. Eu não estou discutindo se elas são honradas ou se não são honradas, o que eu estou discutindo é que elas não defendem na sua ação os interesses nacionais brasileiros. Elas não estão ali para representar os interesses do Brasil, porque não é uma prestação de contas, aprovada pelo Tribunal de Contas, que vai dizer que elas estão certas ou estão erradas.

No caso do Fundo Amazônia, eu era Ministro da Ciência e Tecnologia, tinha assento no Conselho Nacional, no Conselho de Administração do BNDES, e eu pedi o relatório exatamente porque não havia um único projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil que recebesse um centavo desse fundo. Depois eu fui Ministro da Defesa, não havia um centavo, em que pese os grandes serviços na área de ação social, de saúde.

Senador Mourão, o senhor conhece isso melhor do que eu: na área de saúde, de assistência aos ribeirinhos, aos indígenas, não havia um único centavo. O projeto Calha Norte não tem um único centavo.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. *Fora do microfone.*) – E o saneamento...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALDO REBELO – O saneamento muito menos. Por quê? Não é a questão do conselho, dos integrantes do conselho – pode até haver esse equilíbrio –, o problema é que o conselho só pode fazer uma coisa: destinar recurso para a agenda do clima. O conselho não tem liberdade para destinar recurso para a ciência e tecnologia, para a saúde, para a educação. E eu defendo que vá para os órgãos públicos por quê? Porque, se eu tenho um Ministério da Educação, que atua na Amazônia; se eu tenho uma secretaria de educação em cada um dos nove estados da Amazônia Legal, se eu tenho centenas de prefeituras, qual é a atribuição que tem uma ONG para prestar o serviço de educação melhor do que o MEC, melhor do que a secretaria de educação, melhor do que as universidades, melhor do que as escolas técnicas? Por que eu vou dar dinheiro do Fundo Amazônia para uma ONG se eu posso dar para universidades, se eu posso dar para o secretário de educação do município? Eu acho que não tem sentido, não tem cabimento.

A mesma coisa na saúde. Ah, eu vou dar dinheiro da Funasa para uma ONG - depois aparece um escândalo, como foi o caso dessa Urihi, milhões de reais que sumiram e depois a ONG se desfez e ninguém sabe onde foi parar – se eu tenho o Ministério da Saúde, se eu tenho a secretaria de saúde de cada estado, se eu tenho a secretaria de saúde de cada município, tem sentido eu dar dinheiro para ONG? Com que objetivo? Por que razão? Eu não vejo. Não é nada contra a ONG. O que eu não quero é ONG substituindo o Estado brasileiro onde não há necessidade. Elas cumprem o seu papel de maior ou menor relevância, mas não substituindo a ação ou as funções do Estado. Essa é a questão de fundo que eu levanto.

Eu percorri a Amazônia, pelo menos nessa área da Transamazônica, toda. O Senador Beto Faro, como Senador, foi votado em tudo quanto é lugar. Eu fiz uma palestra lá em Uruará. Estava lá um jovem prefeito que provavelmente o apoiou para o Senado. Ele me disse: "Olha, aqui, em três meses, em três operações dos órgãos ambientais, o desemprego na cidade de Uruará pulou de 2% para 10%, porque essas operações atingem diretamente a atividade econômica". O senhor vai a Jacareacanga, é uma situação deplorável. Eu estive em Jacareacanga. Parece uma cidade fantasma, as pessoas só falam em ir embora, porque é uma cidade predominantemente indígena. São lá os mundurucus. O que os mundurucus fazem na área deles? Garimpo, Senador Mourão. Eles fazem garimpo. E o que é que o Governo faz? Reprime. Foram lá às aldeias indígenas, queimaram equipamentos – isso no Governo passado, está certo? Porque o poder das ONGs não conhece fronteiras de governo, não; elas agem. Aliás, teve um momento desse em que estava lá na região – não sei se Jacareacanga – o próprio Ministro do Meio Ambiente, estava lá, mas eles têm essa autonomia.

Então, houve essa violência no Estado do Pará, promovida por esse poder paralelo, vinculando algumas agências do estado com essas organizações não governamentais. Está provado aí em teses acadêmicas que tudo isso, toda essa legislação, todo esse corpo de normas que autorizam a ação dessas organizações não governamentais foi uma operação montada dentro do Estado brasileiro. Foi para dentro do Estado que essa operação foi montada para criar essa situação que nós temos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passei por tudo isso, eu vi tudo isso lá. Já citei aqui o caso de Altamira, parece uma cidade ocupada, novo progresso, aqueles helicópteros, Força Nacional, Polícia Federal, como se fosse uma área de ocupação e como se o inimigo fosse um brasileiro que vive ali, que está se esforçando para...

Essa questão do confisco do gado! Sobrevivência! Disso qual é a consequência? A consequência é você empurrar... Quando você inviabiliza a atividade econômica, você empurra a juventude, principalmente. E é essa juventude mais ousada, mais ambiciosa que vai. Eu ouvi lá depoimentos: "Olha, o meu sobrinho disse isso". Se é para ir... Se o que o senhor está fazendo é crime – está certo –, se o senhor não consegue dormir sossegado porque o que o senhor está fazendo é considerado crime, então é melhor ir para um outro crime que não tem repressão, está certo? Do outro crime o Estado não está cuidando não, está livre lá. Então, é essa a cabeça das pessoas, dessa juventude. São 600 mil estudantes universitários na Amazônia, Senador Jorge Seif. São 600 mil meninos e meninas.

Eu peguei um avião para ir a Santarém, que já era muito longe de onde eu estava, e uma jovem do meu lado. Eu digo: "Vai para onde?". "Não, eu vou visitar meu pai e minha mãe em Santarém". "E você está onde?". "Não, eu estou trabalhando no Rio Grande do Sul". "Por quê?". "Porque eu me formei em Santarém e no outro dia pedi passagem para o pai e para a mãe para ir embora, porque não tem trabalho". Claro! Você abre um monte de curso de Veterinária, mas diz que precisa acabar com a pecuária. Abre um monte de curso de Agronomia... Petróleo? Não pode ter exploração de petróleo, não pode ter agricultura. E essa juventude vai fazer o quê? Eu vou lá conversando com um monte de menino de escola técnica: Está fazendo o quê?".

"Eu vou fazer Tecnologia em Mineração, no instituto estadual, na escola técnica estadual". "Eu faço Tecnologia em Agropecuária". Tecnologia... Está tudo sendo proibido! Está tudo sendo banido. E por quê?

O senhor perguntou por que é que eu acho que não tem regularização fundiária. Por uma razão, Senador: A regularização fundiária consolida a presença brasileira na Amazônia, está certo? É por essa razão que não pode ter regularização fundiária, porque ela é sabotada!

Eu converso com todo mundo, Senador Mourão. Fiquei lá em Altamira, fui várias vezes almoçar com o Bispo de Altamira, com Dom João. Conversando com ele, digo: "Olha, a regularização fundiária, Dom João, precisa ser feita!". Ele concordou: "É isso mesmo!", para resolver um monte de problema na região, porque o criminoso, o grileiro, o desmatador ilegal não quer saber de regularização nenhuma, ele entra na propriedade regularizada e ainda ameaça o proprietário se for lá impedir que ele desmate, que ele tire a madeira. É isso que acontece.

Então, eu vejo que o problema das ONGs na Amazônia não é um problema policial, não é um problema da legalidade ou da ilegalidade, é muito maior do que isso! É muito mais importante do que isso. É de como você contém, limita o poder desse estado paralelo e como você amplia a presença, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

influência, a força e a tutela, sobre o território brasileiro, do Estado formal, está certo? Do Estado institucional. É essa a questão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vamos então para a última rodada.

O Senador Esperidião Amin e depois o Senador General Mourão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar.) – Em homenagem a V. Exa., Presidente, eu quero só dizer uma frase: Bendita a sua persistência em promover a realização desta CPI. Mais do que isso também não precisa. Uma arenga sobre esse assunto seria uma demasia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Isso faz parte da Oração do Guerreiro de Selva. O Senador Plínio é um guerreiro de selva honorário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É "Selva!", então, a saudação?

E, Aldo, meu querido amigo Aldo Rebelo, fiz questão de aqui comparecer. Nós tivemos hoje uma manhã com cinco Comissões Permanentes e de Inquérito. Cinco! Eu não vou descrevê-las todas, mas estão na agenda. E eu creio que nesta o senhor conseguiu agora ouvir catarinense em ambos os ouvidos: à direita, falava-lhe o ex-cacique da nação xokleng, em José Boiteux, Jaime Bagattoli que não tem recebido nota dez como cacique. Foi enviado a Rondônia para fazer...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Assumir o controle dos cintas-largas e contribuir para o desenvolvimento daquela terra abençoada. É um grande e querido amigo. E, no outro ouvido, é esse que vos fala só para lhe dizer o seguinte: o senhor tem prestado serviços muito relevantes ao Brasil.

E, hoje, quando mencionou que D. Pedro II, proibiu a navegação – aliás, o Brasil demorou muito para permitir navegação de barco alheio na Bacia Amazônica, no Rio Amazonas e nos seus afluentes –, me fez lembrar duas versões: a primeira é o relatório da CPI da Amazônia, assinado em 1989 pelo meu saudoso patrono de formatura em Direito, Jarbas Passarinho; e a segunda é o livro dele também – *Amazônia, Patrimônio Universal?* – em que ele aborda essa questão que é bastante controversa. E isso ilumina tanto o relatório da CPI quando os personagens são Gorbatchov, Mitterrand e outros que tais. Só mudou o nome, não é? E, às vezes, a tática, a estratégia não. Só muda a tática e o nome do personagem, se nós transportarmos para hoje, não é? Mitterrand atende como Macron; e Gorbatchov foi sucedido pelas várias ONGs e outras potências diluídas, que têm agido bem ou não tanto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que a sua contribuição nesta CPI vai ser certamente única pela soma de conhecimentos que o senhor tem, pelo que o prezado amigo já fez com autonomia, com autoridade, que muitas vezes é contestada, mas sempre respeitada. Então, eu quero só lhe agradecer em público. Tenho certeza de que alguns amigos comuns nossos ficam felizes por esse encontro e por essa minha manifestação.

E, lembrando da colônia árabe de São Paulo, não posso deixar de dizer que já recebi uma mensagem do Eduardo Felício Elias, que é muito mais eleitor seu do que meu, porque, posto que nascido em Caçador, em Santa Catarina, tem o título em São Paulo.

Muito obrigado pela sua contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Esperidião Amin, pode ter certeza, a sua participação é sempre bem-vinda, só engrandece e soma. É muito bom a gente tê-lo aqui conosco nesta sessão.

Com a palavra, o Senador General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente Plínio, Senador Marcio Bittar, Ministro Aldo Rebelo, Senadores aqui presentes...

Presidente Plínio, eu quero pedir as minhas escusas por não ser tão assíduo aqui, na Comissão, mas o senhor sabe que outras – não é? – pedem a nossa presença em determinados momentos.

Mas hoje eu não podia deixar de vir aqui cumprimentar esse brasileiro que eu admiro tanto, que é o nosso Ministro Aldo Rebelo, a quem conheço há 21 anos, quando travamos o primeiro contato lá em Caracas, quando o senhor foi com a comissão de Parlamentares brasileiros após aquela tentativa de golpe contra Hugo Chávez, e nós nos reunimos lá na nossa embaixada, eu era o adido militar. A partir dali, a nossa trajetória se cruzou muitas vezes, e eu sempre acompanhando essa defesa que o senhor tem feito dos interesses brasileiros como um nacionalista convicto que o senhor é. E, na questão da Amazônia, nenhum de nós tem dúvida que existe uma estratégia indireta para impedir que o Brasil faça uso das riquezas existentes na Amazônia. Fazer uso não significa deteriorar o meio ambiente da Amazônia; fazer uso significa explorar aquelas riquezas para o bem das pessoas que lá vivem e para o bem do restante do Brasil.

A tríade que nós colocamos como Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal era proteger, preservar e desenvolver, e nós sempre expressamos que sem desenvolver não haveria proteção – não é? – nem preservação. E o senhor tem sido um defensor intransigente disso aí.

Discutimos aqui essa questão do garimpo. Nós vivemos numa hipocrisia. O senhor colocou há pouco, muito claramente: o ser humano, em cima de ouro e diamante, ele não vai ficar olhando para aquilo, ele vai explorar. E a nossa Constituição permite que esta Casa legisle, e, consequentemente, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente passa a viver naquilo que eu digo que é o melhor dos mundos, porque nós vamos adjudicar o garimpo para quem de direito, essa pessoa terá que explorar dentro das melhores regras ambientais, vai pagar *royalties* para o indígena – ou se for a própria empresa constituída pelos indígenas –, e vai pagar imposto. Hoje o Governo, que precisa tanto arrecadar, terá uma fonte de arrecadação que hoje ele não tem.

Então está na hora de a gente vencer isso aí e ter um discurso unificado aqui, dentro do Brasil, a esse respeito: não aceitar esse argumento de que as terras indígenas não podem ser exploradas em hipótese alguma. Elas podem, dentro das regras estabelecidas até no Código Florestal que o senhor batalhou tanto, onde na Amazônia, em qualquer propriedade, 80% têm que estar preservado.

Então, eu queria só deixar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – E tem projeto...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – E tem projeto, tem projeto de lei.

Então, eu só queria ressaltar esse papel que o senhor tem tido e que tem sido fundamental para defesa da nossa Amazônia; e cumprimentar o meu amigo Plínio Valério por esse trabalho que esta CPI está fazendo. Esta CPI não é uma CPI de caça às bruxas, muito pelo contrário: é uma CPI onde tem foco, e eu tenho certeza que o relatório que vai sair daqui vai servir para uma correção de rumos da estratégia que o Estado brasileiro tem que ter em relação à presença de ONGs na Amazônia e, principalmente, para a própria Amazônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, Senador General Mourão, que conhece como ninguém a nossa Amazônia e compartilha desse sentimento que todos nós amazônidas carregamos. E agora, com este conhecimento dos brasileiros, certamente, ao conhecerem esse lado da Amazônia, compartilharão conosco esse sentimento.

Foi um compromisso nosso de campanha. É um compromisso meu de vida. Desde pequenininho que eu me acostumei com essas organizações nos roubando no meio do mato. Foi compromisso de campanha, e Deus permitiu que chegasse ao Senado. E foi com a ajuda de vocês, todos vocês assinaram o pedido de CPI, não se recusaram, desde o primeiro minuto, desde o primeiro momento, vocês compartilharam isso.

A palavra, Senador... Eu o chamo só de Senador, Aldo, será que vai vir ou só consultor mesmo? Chamo-o de Senador o tempo todo. (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

Com a palavra, o nosso convidado. E já peço, se assim quiser, para responder e fazer suas considerações finais.

O SR. ALDO REBELO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

Quero agradecer a presença e as generosas apreciações imerecidas que o Senador Esperidião Amin faz sobre a minha pessoa. Ele era Governador de Santa Catarina, e eu – ele era muito jovem, Governador –, também jovem, dirigia uma organização chamada União da Juventude Socialista, que foi pedir apoio para realizar um congresso em Santa Catarina. E, quando entramos no gabinete do Governador, ele recita os versos de Castro Alves:

Toda noite – tem aurora,
Raios – toda a escuridão.
Moços, creiamos, não tarda
A aurora da redenção.

Ele é digno de admiração e corrige as minhas falhas como escritor e mau pesquisador, citando o personagem de Santa Catarina, e sem ter o devido cuidado de grafar o nome corretamente, mas era na época da pandemia, dificuldade de pesquisar. Mas prometi a ele que, na próxima edição, o nome do Sargento Gondim e o local de nascimento vão sair com a atribuição correta, graças...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Do quinto movimento.

O SR. ALDO REBELO – Do quinto movimento, exatamente. Graças à revisão.

Eu e o Senador Mourão tivemos essa convivência já antiga, desde os idos da Venezuela e mais recentemente no Ministério da Defesa, está certo? E ainda mais recentemente, quando, ele na condição de Vice-Presidente da República, nós dialogamos, inclusive sobre a questão da Amazônia. Uma certa vez, era pandemia e fizemos por vídeo, mas fizemos esse diálogo. E, de fato, fez um grande esforço para que a Amazônia tivesse um espaço importante na agenda do último Governo.

O Senador Chico Rodrigues me pediu para fazer um breve comentário sobre a questão do controle de território no caso de Roraima. Eu estive em Roraima recentemente, conversei lá com o Governador, conversei com a Assembleia Legislativa, conversei com Deputados, conversei com produtores, conversei com garimpeiros, conversei com todo mundo, com sindicato; de fato, há um confisco de território por parte de agência do Governo Federal. Rigorosamente, hoje, o Estado de Roraima dispõe de 80% de sua



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

área já atribuída a terras indígenas e unidades de conservação, federais e estaduais, 80%. Dos 20% restantes, que estariam, em tese, disponíveis para a agricultura, deve-se considerar que 80%, por força da lei, já é destinado ao meio ambiente. Então, você disporia, na verdade, de 20% dos 20% restantes. Eu sei que eu vi lá o cálculo de um assessor da Assembleia Legislativa, que situava em torno de quatro a seis o que tem. E agora anunciaram a expansão de novas unidades de conservação em estudo já no Ministério do Meio Ambiente.

Eu digo: mas isso é inaceitável, isso é impossível! E logo quando o Governador tenta organizar lá uma área produtiva, já montou lá uma processadora, que eu visitei, de óleo de soja, de farelo de soja, para agregar algum tipo de valor à produção. Mas é impossível, senhores. Isso é um crime, isso é inaceitável, isso é inconcebível! Não pode! Não pode acontecer uma coisa dessa! Uma unidade da Federação está constitucionalmente protegida por certo nível de autonomia do seu Poder Executivo, do seu Poder Legislativo. Não, eu acho que isso é absolutamente inaceitável.

E, quando se trata da terra indígena, está lá no artigo da Constituição. Aliás, a Constituição atribuiu toda a responsabilidade ao Poder Legislativo, porque o artigo que trata da regularização ou da autorização de mineração em terra indígena diz lá textualmente que é o Congresso que vai definir as condições, ou seja, não tem nada a ver com o Poder Executivo – é o Congresso.

Agora, misteriosamente, toda vez que o Congresso tentou, desde a época do Senador Severo Gomes, que chegou a aprovar aqui, no Senado, um projeto que morreu na Câmara. Depois, o Deputado Aloizio Mercadante, do PT, no Governo do Presidente Fernando Henrique, apresentou outra proposta, que também não prosperou. O Senador Romero Jucá, outra proposta. O Governo do Presidente Lula mandou duas propostas, uma da Casa Civil, outra do Ministério da Justiça, e isso não avança, isso é bloqueado contra a vontade, inclusive, dos próprios indígenas, que não só querem, como praticam, do jeito que podem, o garimpo nas suas respectivas áreas, como os cintas-largas lá, como os mundurukus no Pará, ou como os ianomâmis lá em Roraima. Como é que a gente não resolve uma situação dessa?

Primeiro, porque tem uma contribuição, e 65% dela ficam no município; varia, de acordo com o minério, a contribuição, mas já é um dinheiro para o município. Em uma lavrazinha de nada que eu vi em Altamira, conversando com o Secretário do Meio Ambiente, ele disse: já nos deixou aqui R\$6 milhões ou R\$8 milhões – uma lavrinha de 25 hectares! Se você organizar isso, se o Governo... Agora, não pode organizar, porque a agricultura, a pecuária, o garimpo consolida a presença humana na Amazônia, que contraria todo o interesse desse pessoal. É por isso. Porque o garimpo pode... Aliás, o garimpo... Quando da lei que o Presidente Lula mandou para criar o Estatuto do Garimpeiro, um dos argumentos era este: organizar e regularizar, porque aí o Estado fiscaliza, coíbe os crimes ambientais e o uso de substâncias impróprias. A regularização resolve tudo. Enquanto isso... Eu conversei lá em Manaus com uma grande autoridade do Estado, e ele disse: enquanto nós estamos aqui, o ouro está sendo retirado, a cassiterita e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não sei mais o que, e tudo saindo do Brasil e do estado sem pagar um centavo de tributo e sem deixar um centavo de divisa para o país. Não pode! Isso não pode, está certo?

Eu acho que, naturalmente e felizmente, os senhores têm esse poder, têm essa atribuição, está certo? E terão, na minha opinião, todo o apoio do povo brasileiro para proteger a Amazônia e usar de forma racional, ambientalmente responsável e socialmente responsável os recursos da Amazônia.

Diga uma coisa: se essa Amazônia fosse americana, estava desse jeito? Se ela fosse chinesa? Se ela fosse alemã? Pelo amor de Deus! Eles estão removendo cidades para tirar o carvão, removem cidades, comunidades... Imagine se isso pertencesse a essa gente, claro que estava sendo usada a serviço das suas sociedades, das suas comunidades. E o Brasil não pode se permitir – está certo? – se comportar desse jeito...

Muito obrigado, Senador. Está bom? Desejo todo êxito, toda vitória na realização dos trabalhos dessa CPI. Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado, Sr. Aldo Rebelo. Muito obrigado mesmo pelas nossas conversas no dia a dia. E o seu conhecimento deixou claro hoje aqui, Aldo, aquilo... o Aldo acaba falando aquilo de outra forma, o que os índios dizem aqui, não é? Aqueles índios que prestaram aqui...

Eu quero, só para a gente encerrar, chamar aqui o vídeo nº 1, só em homenagem ao índio tucano, que mandou. É o vídeo nº 1. Aí eu encerro, general. Olha só esse índio, na sua simplicidade, o que ele diz.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Dá para... Ele está repetindo, no dialeto dele, toda aquela revolta e indignação.

Esse vídeo foi enviado sem que nós tivéssemos pedido. Chegam muitos vídeos desse jeito, dessa natureza.

Eu vou aproveitar para a gente colocar em votação aqui três requerimentos extrapauta.

O primeiro é o 235...

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 8

Requerimento Nº 94/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convoca o Senhor Benjamin Benzaquen Sicsu, presidente do Conselho Administrativo da Fundação Amazônia Sustentável.

Autoria: Senador Plínio Valério

Na verdade, é o 94.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 9

Requerimento Nº 95/2023

Requer que seja aditado o requerimento nº 86/2023 para convocar o Senhor Bruce Albert, antropólogo francês, fundador da ONG Comissão Pró-Yanomami.

Autoria: Senador Dr. Hiran

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 10

Requerimento Nº 96/2023

Convida o Senhor Edward Mantoanelli Cruz, antropólogo com mestrado em Antropologia Social, para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovamos os requerimentos.

Então, coloco em votação também a Ata da 4ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Sr. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E reiterar e sempre reafirmar no começo e no fim: esta CPI não é para demonizar ONG, não é contra o Governo Federal. Isso aqui não é Bolsonaro e Lula. Isso aqui não é esquerda e direita. Isso aqui é uma nação Brasil, como o Aldo Rebelo deu exemplo, e a nação que quer permanecer colônia, embora essas pessoas colonizadas pensem que são colonizadores.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 6ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 01 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia hum de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Esperidião Amin e Augusta Brito, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Sílvia Waiapi, em atendimento ao requerimento 33/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 97 de 2023** que : "Requer a realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/01>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1ª de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidada, da Sra. Deputada Federal Silvia Waiãpi, conforme Requerimento nº 33, de 2023, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza a Sra. Silvia Waiãpi para compor a mesa. *(Pausa.)*

Seja bem-vinda e fique à vontade!

Quero pedir permissão à Deputada Silvia, ao Marcio, ao Beto e ao nosso Nelsinho para que vocês que estão aqui hoje e aqueles que estão nos assistindo pelo YouTube possam tomar conhecimento de algumas coisas. Eu vou apresentar dois vídeos agora, e nós vamos, ao final, apresentar muitos outros vídeos para que nós Senadores possamos começar a discutir esses problemas que a gente tem trazido aqui.

Eu peço ao pessoal da assessoria que mostre o Vídeo 3 e, em seguida, o Vídeo 4.

É só para que vocês tomem conhecimento das dificuldades impostas, causadas, criadas por algumas ONGs. No caso aí, no Alto Rio Negro, é o Instituto Socioambiental, que prejudica essas etnias.

Esses vídeos não são encomendados nem pedidos; são enviados por eles mesmos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Este vídeo aí eu acho que não tem áudio. Vocês podem ver que é o desafio das nove cachoeiras – é o que eles escrevem lá – que os koripako enfrentam quando viajam para resolver seus problemas, como o Bolsa Família, na sede de São Gabriel da Cachoeira. Eles levam até, às vezes, seis dias. Olhem só as cachoeiras. São nove! São nove cachoeiras desse nível que eles enfrentam. Estão vendo lá o cara puxando o barco para tentar subir a cachoeira? Na seca, elas são ainda maiores; aí está na cheia. Eles levam, no caso aí dos koripako, não sei, talvez seis dias para chegar à sede. No mínimo, são três dias. Eles se deslocam para receber o Bolsa Família. Isso aí, na realidade...

Ah, não! Está junto com o outro, não é?

Olhem só a dificuldade que eles enfrentam.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O outro vídeo vai mostrar uma cena bem mais cruel, quando eles têm que subir pedras. Olhem só: eles arrastam o barco para poder atravessar a cachoeira. São nove cachoeiras como esta!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão reivindicando, desde 2021, uma estrada que teria 16km. Essa estrada de 16km evitaria toda essa epopeia deles aí, mas o Instituto Socioambiental com a Foirn não deixam, alegando que não fazem parte da cultura indígena as rodovias, as estradas. O que faz parte da cultura indígena, segundo essa gente, é sofrer, é passar por essas cachoeiras com o maior problema.

Repito: essas cenas foram enviadas pelos índios. Eles atravessam, eles sobem ou descem, ou descem para depois subir, nove cachoeiras. Isso explica por que eles gastam seis dias para chegar à sede. E, quando chegam à sede, não têm onde ficar. Eles dormem, muitas vezes, nas pedras, lá na sede. Foi por isso que eu assumi, como Senado... Eu apresentei uma emenda parlamentar que está construindo para eles lá o centro de acolhimento, para que, quando eles chegarem, com esse sofrimento todo, tenham onde ficar.

A gente vai até mostrar também fotos de outras cachoeiras e dessa dificuldade. Olhem só como é que é isso!

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – E a estrada teria 16km?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A estrada teria 16km e acabaria com todas as mazelas dos koripako. No caso aí, são os koripako.

Olhem só: eles têm que tirar, subir na pedra, empurrar, voltar. Imaginem só o tempo perdido e imaginem só o perigo que é isso. Quem é que quer isso para outro ser humano, alegando que faz parte da cultura dele esse sofrimento ou que uma estrada não faz parte da cultura dele? Não teria nenhum impacto ambiental uma estrada de 16km no meio de tanta floresta. Ela não teria nenhum impacto ambiental, mas teria um impacto social muito grande, seria o resgate da dignidade dessa gente.

Olhe só o perigo que é, Nelsinho. Olhe só o perigo que é!

Não tem quem veja isso e não fique revoltado. Olhem: mais uma vez, eles saltam, vão empurrar a lancha e vão fazer tudo isso na volta. Aliás, eu acho que eles estão fazendo na volta já. Aí eles estão na subida. O outro vídeo que a gente vai mostrar é na descida.

Tem como botar logo o outro vídeo? É porque é isso aí. As cenas sempre são as mesmas. Imaginem: é para ir buscar o Bolsa Família. Muitas vezes, é para ir comprar rancho também, porque não conseguem produzir. As cooperativas não conseguem se estabelecer para produzir. Tem o outro vídeo? Esse é mais rápido. Esse tem um minuto e dezessete segundos, que seria o terceiro, não é?

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso aí foi enviado pelos... Ah, isso aí – eu pedi até, não tem o meu nome, por isso, estou exibindo – é a obra do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

centro de acolhimento para esses indígenas. Eu frequento São Gabriel desde 1980, 1979 e sempre me penalizou vendo os índios dormindo nas pedras, esperando o banco abrir, a Caixa Econômica, à época, para fazer alguma transação. Então, esse centro está sendo construído.

É o outro vídeo. É o vídeo mais cruel de todos. É o que eles estão subindo nas pedras.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não é este aí. Este é o mesmo. Então, o outro não está aí. Eu apresento no final. O outro é muito mais cruel.

Olhem o desafio que eles fazem para poder, a equipe de saúde... Esta é uma equipe de saúde que vai às aldeias levar saúde para os indígenas. Olhem só o perigo que é isso. Nós estamos falando de nove cachoeiras. Ninguém está falando só desta aí. Encalharam na pedra. Tentaram subir e não conseguiram. E a gente conhece a força e o poder dessa correnteza. Está bom. Eu acho que é suficiente.

No final, Nelson, Beto, Marcio, a gente vai apresentar esse vídeo para que possamos discutir.

Vamos à nossa depoente, que já participou com a gente aqui.

Deputada Silvia, fique à vontade para falar sobre o assunto que a traz aqui.

Com a palavra, então, a nossa Deputada Federal Silvia Waiãpi.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) –

(Pronunciamento em língua indígena.)

Primeiro, eu falo na minha língua para que vocês saibam que eu existo, porque um povo que não preserva a sua identidade e nem guarda a memória dos seus mortos não sabe de onde veio e nem sabe para onde vai.

Senador Plínio, Senador Bittar, eu agradeço o convite para participar deste momento, mas, primeiro, eu faço questão de ler uma nota de repúdio contra minha pessoa. Esta é uma nota de repúdio contra minha pessoa pelo fato de eu depor hoje e também pelo fato de eu ter sido eleita Deputada Federal... Eu venho sofrendo várias ameaças, várias perseguições, mas eu faço questão de ler a carta dos meus oponentes, com todo o respeito que eles merecem.

A primeira carta de repúdio contra Silvia diz que é política, bolsonarista, que está usando o nome do povo oiampi. Essa carta é do Conselho Apina, um dos conselhos dos povos indígenas oiampis.

Este é um dos *modus operandi* das organizações não governamentais: tentar deslegitimar qualquer um que se oponha ou que traga qualquer outro discurso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parte da primeira carta diz o seguinte:

Somente alguns Wajãpi acreditaram que ela é uma menina wajãpi que desapareceu na década de 1970 e aceitaram a Sílvia como parente quando ela nos procurou.

[...]

[Também a carta diz o seguinte:]

[...] todos os Wajãpi são contra o governo Bolsonaro, contra sua política genocida e anti indígena e contra sua reeleição. Na nossa Terra Indígena Wajãpi o Bolsonaro teve [...] 2 votos no primeiro [...], Ciro Gomes teve 3 votos e o Lula teve 378 votos. E também a Sílvia teve somente 31 votos dos Wajãpi como candidata a deputada federal.

Em respeito aos 31 oiampis, ao meu povo e à minha família, eu represento os oiampis como Deputada Federal, assim como eu represento todo o povo amapaense.

Uma outra carta também do conselho, desta vez assinada – são três páginas –, diz o seguinte:

[...] não aceitamos a entrada do Partido Liberal, que são bolsonaristas, dentro da nossa terra e nas nossas aldeias. E nós proibimos a senhora Sílvia Nobre [...] de fazer atividades políticas-partidárias na Terra Indígena Wajãpi.

[E a carta vem falando sobre o protocolo de consulta e também diz o seguinte:]

[...] Através desta nota do Apina viemos fazer repúdio da senhora Sílvia Nobre [...], para não usar o nome do povo Wajãpi nas sessões da Câmara dos Deputados e em outras audiências. E nem pode usar o nome Waiãpi na identificação dela.

Bom, esse é um dos *modus operandi* de organizações não governamentais que tentam utilizar povos indígenas contra os próprios povos indígenas, a fim de evitar que eles tenham acesso à informação ou que eles contraponham qualquer tipo de discurso que venha a subjugar-los.

Aproveitando, leio para vocês um pouco da Lei 14.192, que estabelece as formas de prevenção, repreensão e combate à violência política de gênero e que introduziu no Código Eleitoral o tipo penal do artigo assim redigido:

Art. 326-B. Assediar constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo, discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

[...] reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

Bom, justamente porque há esse tipo de intervenção, eu não discuto a legitimidade de nenhuma organização. O que eu discuto é a forma como essas pessoas são induzidas a praticar o erro contra um dos seus.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quem tem que definir se eu sou ou se eu não sou indígena é o meu pai.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Então, o que faz com que eu seja indígena? Usar o urucum? Pintar o meu rosto? O que faz com que eu seja indígena? O meu DNA? O que faz com que eu não sinta dor? E dirão: "Ela não é indígena". Eu só seria se eu estivesse pintada de urucum, nua e falando mal o português. Mas é assim que eles nos querem, é dessa forma que eles querem nos impedir de ter acesso ao desenvolvimento. Nos acusarão de etnocídio só porque uma pessoa como eu também quis conquistar o mundo. E até quando nós seremos subjugados? Se é só assim que eu posso ser eu, respondam, senhores: eu só posso ser eu se eu estiver pintada de urucum? Eu só posso ser eu se eu estiver nua e dependendo da ajuda de alguém.

E, por falar em depender da ajuda de alguém, eu trago a voz dos esquecidos, daqueles que foram proibidos de ter acesso ao desenvolvimento, daqueles que foram proibidos de ter acesso à saúde, à educação de qualidade. Eu trago a voz daqueles que foram esquecidos no passado, lá em 1500, pessoas que querem ser tão bons quanto vocês, mas que foram impedidos, porque o ideal imaginário nos condenou a viver no passado. Se vocês fecharem os olhos agora e pensarem em um indígena... Fechem os olhos, e eu desafio cada um de vocês: ninguém verá um indígena com uma beca, ninguém verá um indígena com um estetoscópio na mão. Vocês só conseguirão reproduzir em suas mentes uma pessoa desnuda, de cocar, carregando talvez uma caça, um arco e uma flecha, mas nunca, nunca com um estetoscópio na mão, nunca com um salto alto, porque o ideal imaginário implantado na mente de vocês nos negou e nos condenou a viver no passado.

A atuação de organizações não governamentais no Norte do Brasil, e eu falo especialmente do Estado do Amapá... O IEP é uma organização não governamental, fundado por uma antropóloga belga e que, durante anos, há mais de 40 anos, vem mantendo povos oiampi no passado, impedindo, inclusive, as crianças de falarem português. As crianças são proibidas de falar português. Esta organização, senhores, recebe e tem a atuação de 22 instituições, e essas 22 instituições, muitas delas internacionais, financiam essa organização, e a única coisa que eles sabem fazer é impedir o povo de ter acesso ao desenvolvimento, e, por mais que você o tente, você será impedido, você será silenciado.

Você pode mostrar o vídeo 2, por favor?

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Este vídeo que vai ser exibido é de uma indígena oiampi que me pede ajuda.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SILVIA WAIÁPI (PL - AP) – É doloroso ver um povo que pede socorro, que diz que tudo o que quer é um pouco de energia para poder ter soro para veneno de cobra. É um povo que é impedido. A energia elétrica do Programa Luz para Todos não chegou naquela terra indígena. Não fui eu que o disse; foi uma indígena desnuda, pedindo ajuda para todos vocês, pedindo: "Por favor, energia elétrica, luz", e eles não têm! Não têm, porque, como ela mesma diz, o Iepé não deixou, o Iepé não permitiu, mas o Iepé recebe dinheiro de organizações internacionais como a Internews – eu trago aqui –; recebe dinheiro do Fundo Lira; recebe dinheiro do GLA (Green Alliance); recebe dinheiro da Fundação Rainforest; recebe dinheiro da Embaixada da Noruega; recebe dinheiro da Fundação Gordon and Betty Moore; recebe dinheiro da Nia Tero; recebe dinheiro da The Nature Conservancy; recebe dinheiro da Fundação Ford; recebe dinheiro da Comissão Europeia; recebe dinheiro da Agência Francesa de Desenvolvimento; recebe dinheiro do Fundo de Desenvolvimento da França; recebe dinheiro da Tamalpais Trust. Não acabou. Se vocês pesquisarem agora, na internet, o Iepé, conforme a indígena disse, que proibiu a entrada de energia elétrica, se vocês chegarem ali a "parceiros", vocês verão quem são os financiadores desta organização que impede a entrada de energia elétrica. Essa organização é a mesma que escreve os documentos contra mim. Eles recebem dinheiro da Voices; recebem dinheiro do Instituto Clima e Sociedade; recebem do instituto internacional Race; recebem dinheiro da Iniciativa Norueguesa de Clima e Florestas Internacionais.

Por favor, pesquisem no *site*. São 22 instituições internacionais que financiam esta organização que impede a entrada de energia elétrica dentro de aldeias e estimula indígenas contra indígenas, porque alguns querem estudar, alguns querem dominar a língua portuguesa, mas são proibidos. E aqueles que se atrevem, assim como eu me atrevi, a ter o pensamento livre, esse alguém precisa ser desqualificado, precisa ser silenciado, desacreditado, desconsiderado.

Se vocês verificarem a Convenção 169 da OIT, ela diz e deixa bem claro que indígena é todo aquele que descende de uma comunidade pré-colombiana e guarda consigo um, ou mais, ou total ações ou costumes desta civilização pré-colombiana. Pode ser a língua, pode ser o artesanato, pode ser a pintura, pode ser só o autorreconhecimento.

Essas organizações não-governamentais e essas instituições são, por exemplo, como a Ford, que financiam indígenas brasileiros para falar mal do nosso próprio país. São essas organizações, como a Ford, que financiam indígenas para que atentem contra a economia desta nação, falando mal, inclusive, do agro brasileiro. Essas organizações inclusive... Essas organizações, elas pagam viagens para fora do país, para que esses indígenas venham a falar mal da sua própria nação. Em 2017, nós temos aqui uma matéria que fala assim: "Fundação Ford patrocina a delegação indígena crítica do agronegócio brasileiro na COP23". Eu não estou aqui defendendo agro, mineração. Eu estou defendendo a nação brasileira, que corre graves riscos quanto à sua soberania, porque a nação brasileira tem sofrido interferências de organizações não governamentais e instituições internacionais que querem impedir o desenvolvimento do Brasil e manter sob jugo e cárcere verde boa parte da população brasileira que vive no norte do Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós falamos sobre um cárcere verde, nós falamos sobre um povo que vive em completa dificuldade, nós falamos sobre um povo que a pobreza obriga que suas mulheres se prostituam na estrada. O crime organizado se aproveita disso e hoje vende por WhatsApp crianças de até cinco anos para que sejam usadas e abusadas sexualmente no norte brasileiro.

A Polícia Federal prendeu no meu estado, no Amapá, nove integrantes de uma organização criminosa que vendia meninos de dois anos para serem abusados sexualmente. Até quando essas organizações irão interferir no norte brasileiro? Não perguntaram para nós se nós queríamos pagar a conta mais severa, perdendo a nossa dignidade, perdendo o nosso futuro, perdendo o nosso pertencimento. Não nos perguntaram se nós queríamos perder os nossos filhos para o tráfico de órgãos, não perguntaram se nós queríamos perder as nossas mulheres para a prostituição. Hoje o meu estado é a rota do tráfico humano, onde também crianças são vendidas para serem abusadas sexualmente.

Nós não podemos plantar uma roça. Se vocês verificarem agora na internet a seguinte frase: plante que o Amapá te prende. Sabe o que isso significa? Que, quando o Amapá tentou se desenvolver economicamente, vários e vários agricultores foram impedidos e presos por quererem desenvolvimento econômico no norte brasileiro e foram impedidos, não só por organizações não governamentais, mas também pelo poder público. Hoje nós vemos um poder público como o Ibama atuando plenamente no norte brasileiro contra o produtor, contra aquele que quer se desenvolver economicamente e gerar emprego naquela região, mas nós não temos um aparato tão violento quanto o Ibama no combate ao narcotráfico naquela região. São dois pesos e duas medidas. O narcotráfico atua plenamente e livremente na Região Norte, porque nós somos proibidos de fiscalizar.

O Exército Brasileiro não pode fiscalizar todas as fronteiras, porque eles também são proibidos de entrar, por exemplo, em terras indígenas. Mas, como eu disse, a Fundação Ford financia viagens para que indígenas possam atuar contra o seu próprio país. E eles pagaram uma viagem para uma personalidade indígena que, falando mal do agro brasileiro, foi falar, dizer que o agro tentou invadir terras indígenas, ou que o indígena não pode plantar soja, ou que o indígena não pode plantar feijão, ou que o indígena não pode plantar arroz, porque isso não faz parte da nossa cultura. É a mesma pessoa que pede a legalização da maconha e que defende a plantação de maconha em terras indígenas.

Você podia, por favor, mostrar a foto – essa aqui – da maconha.

Essa é uma imagem de 2018. Nós temos hoje Parlamentares que são completos defensores da legalização da maconha, do plantio da maconha em terras indígenas. Justificam que a maconha seria, por exemplo, da cultura brasileira. Em uma breve pesquisa, é possível notar que a maconha nunca fez parte da cultura indígena brasileira, mas defendem isso para que brasileiros incautos acreditem nisso e passem a defender, como se tal prática fosse de comunidades indígenas, o que não é. Várias e várias incursões da Polícia Federal foram deslegitimadas porque a Polícia Federal não poderia fazer uma intervenção em terra indígena porque não estava autorizada. Indígenas não podem plantar feijão, banana, arroz, não podem ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia elétrica, mas podem participar do plantio de maconha e atuarem no narcotráfico? A quem essas pessoas tentam enganar?

Bom, nós temos aqui ainda mais duas organizações.

Nós temos a GIZ, que também financia esta ONG no Amapá, e esta ONG, até hoje ela atua bravamente em Santarém, intervindo no solo paraense. Inclusive, atuam juntamente com organizações governamentais, como o Ministério Público Federal, naquela região, para atuar contra produtores rurais.

Inclusive, entreguei, na semana passada, ao nosso Relator, eu entreguei algumas fotos de um procurador que treinava pessoas lá no Pará para se tornarem indígenas. Então, ele treinava essas pessoas para se tornarem indígenas conforme a Convenção 169 da OIT. Veja: para manterem o mesmo pensamento pelo qual foram treinados por eles.

Então, aqui, mais um para ser inserido como um dos financiadores dessa ONG, que é a GIZ, e essa ONG também utiliza o Fundo da Amazônia para atuar contra o desenvolvimento econômico no Brasil.

Nós sabemos que essas organizações aqui têm atuado plenamente em solo brasileiro. Está tudo mapeado. Engana-se quem acha que eles ou nós não sabemos onde tem reservas de água mineral, que nós não sabemos onde tem nióbio, que nós não sabemos onde tem tântalo, que nós não sabemos onde tem ouro, que nós não sabemos onde tem cassiterita. Eles sabem. E como eles sabem, eles não querem que o Brasil se utilize desses recursos para se desenvolver.

Por exemplo, a pandemia revelou que o nosso país precisou, durante a pandemia, dos aditivos para a fertilização do nosso solo. O Brasil precisa e está nas mãos da Rússia quando se fala em aditivos agrícolas e fertilizantes. Nós dependemos de um outro país para poder alimentar o mundo e alimentar o nosso próprio povo. Nós temos uma reserva de potássio em Autazes, mas nós não podemos explorá-la, porque a opinião internacional jamais vai permitir que o Brasil explore essa reserva, por exemplo. Sabe por quê? Porque, se nós explorarmos, por exemplo, a reserva de potássio que pertence a esse país, nós seremos uma potência para o mundo, principalmente na questão do agro brasileiro.

Então, todas essas narrativas visam impedir o desenvolvimento econômico do Brasil e manter subjugado o nosso povo, e controlado, como foi o Brasil de 1500, quando servia apenas como uma colônia de exploração.

Eu trago aqui também que esta ONG, no caso, o Iepé, que coordena e manipula e escreve os documentos do Apina, também recebe dinheiro da Unesco. Todas essas informações servem de base para que nós venhamos a saber a forma como eles atuam. Mas essa atividade, a qual eles têm feito, tem feito também com que alguns indígenas que já tiveram ou que já têm acesso à internet venham a despertar e começar a criar um pensamento crítico, na tentativa de serem livres.

Você pode veicular o vídeo 3?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Por conta disso, ele está sendo ameaçado. Ameaçaram-no de expulsão da universidade, em Santarém, onde ele estuda Geografia, pelo simples fato de ser meu irmão. Ele se chama Sinu e está sendo ameaçado, porque é meu irmão e porque tem um pensamento livre, porque tem um pensamento crítico, porque faz reflexões, e porque não quer depender do jugo do Iepé.

Como vocês, espero que lembrem, no nosso primeiro dia, quando nós fizemos a primeira participação aqui, e me foi franqueada a palavra, nós fizemos um desafio. Entramos no *site*, por exemplo, do ISA (Instituto Socioambiental), para comprar o cogumelo ianomâmi, o cogumelo Sanõma. E é bom que todos entendam que, quando nós falamos de comunidades indígenas isoladas, quando chove – o que é natural na região amazônica, chover quase todos os dias –, quando chove, a caça não sai; quando chove, a água fica turva e o peixe também não sai. E a única forma que o indígena tem de obter comida é coletando ou pegando alimentos, raízes, no meio da mata. No nosso primeiro dia, um indígena ianomâmi denunciou aqui que uma dessas iguarias de que eles fazem a coleta no meio do mato quando não tem caça, quando não tem pesca, seria o cogumelo Sanõma. E nós fizemos, naquele dia, a compra, na internet, para quem se lembra e estava aqui presente, nós fizemos a compra do cogumelo e ele chegou, via Correios.

Isso significa que o indígena, por exemplo, o ianomâmi, que se alimenta desse cogumelo, dessas raízes, ficou sem comer. Mas sabe por que muitos deles estão desnutridos? Esse cogumelo é riquíssimo, é proteico. Então, eles procuram na mata e não encontram, porque o cogumelo já está sendo vendido. Nós compramos, na semana passada aqui, digamos que ao vivo, e o cogumelo chegou. Eu entrego para que faça parte dos relatórios da CPI, para que fique nos nossos arquivos.

E tive também a oportunidade de... E desafio todos vocês a entrarem agora na internet e verem que não é só o ISA, o Instituto Socioambiental, que financia a fome do ianomâmis, vendendo esses cogumelos. O Magazine Luiza, o Magalu, vende cogumelo ianomâmi, franqueia o cogumelo ianomâmi e ajuda a financiar a fome dos indígenas ianomâmis.

Você pode, por favor, colocar o vídeo? *(Pausa.)*

Isso aí é um *e-mail*, meu *e-mail* – vai ficar à disposição de vocês –, que eu recebi da Magalu para comprar o cogumelo desidratado ianomâmi. Vejam, o Magalu auxilia no financiamento da fome dos indígenas ianomâmis. Então, eu resolvi comprar, na internet, o fornecimento do cogumelo ianomâmi. E chegou a caixa, que eu faço questão de abrir na presença de todos... *(Pausa.)*

... do cogumelo vendido no *site* do Magazine Luiza.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Povos ianomâmis que não conseguem caçar, que não conseguem pescar, hoje estão sem o cogumelo ianomâmi, sem o cogumelo sanõma, porque a Magalu, Magazine Luiza, ajuda a financiar a fome daquele povo.

Eu entrego aqui para que, depois que esta CPI acabar, nós possamos devolver isso ao povo ianomâmi. É isso que nós temos para vocês.

Eles fazem guerras de narrativas e nós entramos com provas. Assim como disseram que eu não sou eu; assim como querem mandar na opinião e – desculpem a expressão – na genitália do meu pai para dizer para o meu próprio pai que ele não deve ser o meu pai, e onde vocês viram o meu pai falando.

Essas organizações não governamentais, por exemplo, que atuam em Santarém, no Pará, têm atuado, incentivado e financiado invasões de terras para novos indígenas, para autodeclarados, para que eles assim possam tomar aquele território e aquele território possa ser homologado como terra indígena, numa tentativa de que, no futuro, o Brasil jamais, jamais se utilize de qualquer possibilidade ou de qualquer atividade minerária nessas regiões, para que o Brasil se levante como uma potência.

Estou disposta aqui para responder perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Deputada Sílvia. O seu depoimento, com imagens, de quem conhece e vive, fortalece muito esta CPI. As barreiras que a senhora tem encontrado – nós também as encontramos sempre – só nos fortalecem.

Eu só vou pedir permissão para exibir aquele vídeo, Deputada, porque ele traduz tudo o que a senhora falou: eles deixam os indígenas com dificuldade, porque não faz parte da cultura deles uma estrada.

Esse é aquele vídeo que eu fiquei devendo.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olha só, em cima daquela cachoeira. Eles vão demorar seis dias para chegar na sede... É, nove. Olhe só: vão descer. Aí atravessam de um lado para o outro. E os curipacos estão pedindo uma estrada, Senador Styvenson, de 16km. Mas as ONGs não deixam. Dizem que não pode porque não faz parte da cultura indígena. O que faz parte da cultura indígena é sofrer. É isso aí que eles impõem. Isso é de indignar qualquer pessoa de bem.

Olha só a dificuldade aí. Eles vão descer, não é? Para baixo todo santo ajuda, mas depois eles vão subir – depois que receberem o Bolsa Família, depois que comprarem alguma coisa lá e os jovens ficarem se embebedando em São Gabriel. Para quem não sabe, São Gabriel tem o maior índice de suicídio de jovens – isso não é divulgado –, por falta de perspectiva e de esperança.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está aí. Como não faz parte da cultura indígena, não podem ter uma estrada de 16km, que ligariam os curipacos ao Município de São Gabriel da Cachoeira. Olha só: um lá está com a corda, porque quando atravessa, a canoa desce. Essa mesma canoa que a gente levou na emenda parlamentar para os tenharim, lá em Humaitá, para colher castanha.

Eu mostrei isso exatamente para mostrar isso aí. Eles querem que os índios vivam desse jeito. Os índios já não suportam mais.

A gente vai abrir, então.

Começo com o Relator Marcio.

Em seguida, o General Mourão e o Senador Styvenson.

Agradeço ao Senador Nelsinho e ao Senador Jayme também, que estão conosco. O Dr. Hiran teve que sair, mas vai voltar por aqui.

Com a palavra o nosso Relator.

Obrigado, Sílvia, pelo depoimento.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Quero cumprimentar a todos. Bom dia a todos e a meus colegas Senadores, os que estão presentes e aqueles que já estiveram por aqui.

A nossa convidada, Deputada Sílvia, eu quero aqui, na sua presença e na presença do querido Plínio, confessar que, por mais que esse assunto, Senador Mourão, já fizesse parte da minha preocupação, da minha atenção, a partir do momento em que foi confiada a mim, através do Senador Plínio, a relatoria, estou me debruçando, cada vez mais, sobre esses temas.

E, Deputada Sílvia, eu confesso que, por mais que já tenha sido preocupação minha, do meu gabinete, desde quando eu fui Deputado Federal pela primeira vez, eu não imaginava que fosse tão grande, Styvenson, o poder paralelo criado, mundial. Eu não tenho a menor dúvida, mas nenhuma dúvida – já não tinha no começo, Sílvia –, e, hoje, mais do que nunca, não tenho nenhuma dúvida de que esse é um assunto, se não é o mais importante, é dos mais importantes do Brasil e do mundo.

Nós estamos falando... O Plínio me presenteou com o livro de uma jornalista canadense, que eu li e acabei me tornando admirador, porque se trata de uma mulher que foi convidada para um evento, em 1988, no Canadá, um evento beneficente, para onde levaram uma liderança indígena, o que, claro, é uma coisa exótica. Então, uma jornalista canadense, convidada para ir a um evento onde estaria presente uma liderança indígena da Amazônia brasileira, e essa liderança se apresentava dizendo do risco que a maior biodiversidade do planeta estava correndo de ser extinguida, que o homem branco, o madeireiro, o fazendeiro, estava explorando e que, se o homem europeu, o canadense, ajudasse financeiramente, seriam



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis por barrar essa "devastação", entre aspas. O índio era o Paiakã, o Paulinho Paiakã, que, depois, foi denunciado por estupro, junto com a sua esposa, e por outras coisas mais, como desvio de dinheiro, vida rica, casa, em detrimento da sua própria comunidade, venda e parceria em venda de garimpo ilegal.

Mas essa jornalista teve a coragem de poucos de, percebendo, nesse evento, algumas dúvidas, começar a pesquisar e escreveu um livro robusto dando a origem, o nome. Foi quando eu me recordei, Plínio, de um nome que eu já tinha escutado – eu tenho 60 anos de idade: Maurice Strong, um dos mais poderosos de todos, que foi quem organizou a Eco-92, a Rio-92. E ela faz um levantamento da origem dessas pessoas, da relação delas com a coroa inglesa, britânica, com fundações poderosíssimas, como a Fundação Ford, como a fundação da família Rockefeller, com os governos do Canadá, do Reino Unido, dos Estados Unidos, da Noruega. E ela dá a dimensão, Mourão, que eu não tinha, de que isso é um movimento muito mais forte do que o que eu imaginava.

O Brasil não é uma exclusividade da ambição desse movimento, que é a construção de um governo mundial, mas, com certeza, é a cereja do bolo, porque é onde se tem uma imensa quantidade de reservas ainda não exploradas.

E uma parte de tudo que ela escreve, que ficou impregnado em mim, colega Jaime, e não vai sair enquanto eu tiver consciência, para se ter uma ideia do poder desse movimento, que não tem nada de não-governamental, ninguém sabe onde é que começa e termina a relação promíscua com o Governo, com a entidade, com pessoas que são... Aqui no Brasil, a Ministra Marina Silva é de uma ONG, o Capobianco é de outra, o Presidente do Ibama é de outra. Eu disse na Jovem Pan e repito que tenho certeza absoluta de que eles três obedecem às ONGs das quais eles fazem parte; não é nem ao Presidente da República no qual eles votaram; são subordinados àquilo que eles criaram.

E a frase dela, que não vai sair da minha cabeça, para resumir tudo que eu li naquele livro, é que, quando tem os encontros internacionais, como o de Davos, o Fórum Econômico Mundial – ela diz, com todas as letras; e eu, infelizmente, vejo que é verdade –, é o momento em que chefes de Estado – presidentes, primeiros-ministros – se reúnem com os homens e mulheres que, de fato, estão mandando no mundo. Será que essa afirmação é descabida? Claro que não! Olha o Brasil!

Eu tenho dito de uma maneira, talvez não tão com o conhecimento que estou tendo agora, mas nós já temos mais da metade do Brasil que é mandada de fora para dentro.

Na Reserva Yanomami, foi criado – até o Relator, até o Relator Lindbergh Farias, um esquerdista clássico – um grupo de trabalho na Câmara Federal, anos atrás – hoje ele voltou a ser Deputado Federal –, e ele foi o Relator, e até ele concluía – eu li o relatório inteiro –, e até ele concluía que, naqueles moldes propostos, não se poderia fazer. O Governo de Roraima era contra, todo mundo era contra, mas ela foi feita do tamanho de Portugal. A maior parte dos índios ianomâmis não queria que ela fosse feita, criada



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no tamanho e na forma que foi criada, e foi criada, sem ouvir as forças de segurança nacional, que claramente são contra você construir uma terra que vai fazer divisa com países, como o faz a Yanomami, praticamente saindo do domínio da segurança nacional brasileira. Então, quem mandou criar?

Pega o caso do meu estado. Nós temos 22 municípios, portanto 22 prefeituras, 22 câmaras municipais, 24 Deputados Estaduais, seu estado natal, Governador, oito Federais, três Senadores, mas não mandamos.

Nós precisamos de uma obra de infraestrutura ligando Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, do lado de lá. Não há outra alternativa para aquela região. Estou falando de uma região que tem a metade da população pobre, boa parte dela sequestrada pelo narcotráfico, sem emprego, sem esperança...

Como é que você vai produzir no Juruá para trazer para Rio Branco, para trazer para Rondônia? Não tem escala, não tem mercado. Só o frete acaba com tudo. São 200km. E duas ONGs são mais poderosas do que as 22 prefeituras, as 22 câmaras municipais, a Assembleia Legislativa, o governo do estado, a bancada federal inteira; duas entram na Justiça, e o Ministério Público Federal bloqueia uma obra que nem iniciada estava.

Então, nós já estamos sendo mandados de fora para dentro, eu só não tinha noção de que isso era tão grande.

Isso aqui, por exemplo, Silvia, eu conheço com outros nomes. Além do que você traz e que me comove de novo, eu já disse e repito que não tem assunto que mexe mais com a minha indignação do que a questão da nossa Amazônia, do Brasil, da perda de soberania, do que nós aceitamos que fizessem com o Brasil. Isso é uma coisa que Cuba não aceitou, Venezuela não aceita. É uma ditadura passando por cima de tudo, e é o que eles querem, é o que o governo está lá querendo; aqui, não; todo mundo manda, menos o povo brasileiro, 28, quase 30 milhões.

Eu me lembro do nosso estado, do seu estado natal, Styvenson. Assumi o governo um grupo, o grupo da Marina Silva, que dizia o seguinte: "Não façam o que vocês estavam fazendo. Nós temos uma fórmula mágica. Não precisa plantar soja, não precisa mexer com eucalipto, não precisa fazer nada disso. A floresta em pé vai nos transformar em ricos".

E a história é igualzinha a esta aqui, ó: "Pra que mexer com gado? Vamos mexer com açaí". E eu perguntava, na Assembleia, Senador General Mourão: "Quer dizer que tem uma lei divina que o açaí só dá no Acre?". E até hoje, quando eu ando no Brasil, onde eu vejo um comércio vendendo açaí, eu me lembro dessa história do PT do Acre, com a Marina Silva e com o Jorge Viana, que surrupiaram a história do Chico Mendes, dizendo: "Não, nós vamos mexer com açaí", que não dá só no Acre.

Urucum. Mas o urucum está domesticado na Bahia, como foi a seringueira, que está domesticada, primeiro, na Malásia, e agora no Brasil inteiro. Isso aqui... Será que não tem nenhum lugar do Brasil que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai produzir? Claro que vai! Como diz o Evaristo de Miranda, que também está convidado pra vir a esta Comissão, você desenvolve a biodiversidade milionária, só que, quando você desenvolve a partir de um produto da Amazônia algo que é comercial, você não tem como proibir que ele saia da Amazônia e vá para um lugar que tenha estrada, que tenha energia, que tenha escala e, portanto, vai fazer com que esse produto lá da Floresta Amazônica não tenha preço no mercado.

O desafio, Plínio, para que você me convidou é um pouco maior do que eu imaginava. Nós temos uma tarefa gigantesca pela frente, que é tentar mostrar ao Brasil que, acima de esquerda e direita, nós estamos com a soberania perdida sobre mais da metade do Brasil.

E o seu depoimento, Silvia, a sua atuação e a sua liderança se somam a esse esforço de todos nós de tentar chegar ao final da CPI com uma parcela maior do povo brasileiro, quem sabe a maioria, compreendendo que não se trata de uma questão que não seja a de recuperar a soberania da Amazônia e dar a quase 30 milhões de brasileiros a liberdade de usufruir daquilo que eles estão sendo proibidos até hoje de usufruir.

Algumas poucas perguntas, Silvia.

Ao término, nós vamos sugerir – essa é a ideia – projetos legislativos que possam aperfeiçoar e recuperar um pedaço da soberania perdida sobre a Amazônia.

Queria saber da Deputada Silvia se tem ideia de que projetos e quais projetos de lei nós poderemos sugerir, não apenas na questão indígena, mas na questão da Amazônia como um todo.

Qual também é a sua opinião sobre o marco temporal, que hoje é um dos temas que está mexendo com toda a segurança ou insegurança jurídica? Um dos setores que mais geram emprego, economia e divisa para o Brasil está com os nervos à flor da pele, com preocupação em relação a esse assunto do marco temporal.

Também se a senhora conhece algum mecanismo de controle do trabalho das ONGs que tratam das populações indígenas. Eu tenho a minha resposta, mas muito mais abalizado será ouvir da senhora.

A senhora poderia falar um pouco sobre a máfia dos antropólogos e o conluio com as ONGs, porque não faltam estudos. E aí alguém, eu me lembro de que alguém disse: "Não, o meu cientista é o puro".

Amigo, tem cientista de todo jeito, como tem jogador de todo jeito. Teve cientistas que serviram ao Hitler, ou não teve? Tem cientistas que servem à eugenia, que estava na base, inclusive, do regime nazista, hitlerista. Tem cientistas que serviram ao Stalin. Tem cientistas que serviram ao Mao Tsé-Tung. Então, tem cientista de um jeito e de outro, a gosto do freguês. E tem antropólogo de um jeito e de outro, mas sempre tem um laudo... Então, isso é uma máfia. A senhora pode falar sobre isso?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI recebeu também denúncias estarrecedoras, e, na sua fala, você menciona isso, que há tráfico de órgãos e de crianças dentro das aldeias indígenas. V. Exa. já mencionou, mas eu gostaria que a Deputada pudesse falar um pouquinho mais sobre isso.

Quero perguntar se V. Exa. conhece o Procurador Luís de Camões Boaventura. Aliás, dizia a minha assessoria, agora há pouco, que ele apresentou um trabalho aqui na Universidade de Brasília, na UnB, em que, praticamente, ele elimina completamente o poder... O trabalho dele, a proposta dele elimina completamente o poder do Estado nacional, no caso o Estado brasileiro. Se V. Exa. conhece esse procurador, como se dá a atuação do procurador na Região Amazônica e se a senhora conhece e sabe se há uma relação entre esse procurador e ONGs na região.

No mais...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... colegas Senadores que participam da Comissão, quero parabenizar o Presidente Plínio e termino dizendo, Plínio, que, quando você me fez esse honroso convite, de muita responsabilidade, eu imaginava o tamanho da influência, mas eu não tinha ideia de que era tão grande assim, tão forte assim. É a constituição, na prática, de um governo mundial, que não tem limite de fronteiras. Eles não são subordinados a um município, a um estado, a um país, eles não têm tribunais de contas nas suas costas, eles não têm algo parecido ou igual ao Ministério Público nas suas costas, eles não enfrentam eleições, eles não têm período de mandato, é quanto tempo eles quiserem, não prestam contas a ninguém e movimentam bilhões.

Esse Maurice Strong, por exemplo, numa das transações que a jornalista canadense menciona, na década de 80, em uma delas, faturou US\$5 milhões, como agora há pouco o Plínio estava me dizendo aqui, e eu ainda consigo sempre me surpreender... Uma das ONGs, que atua no Acre, atua no Amazonas, antes do Fundo Amazônia ser interrompido, e eu concordei que ele fosse interrompido, porque dinheiro é bem-vindo no Brasil, desde que esteja alinhado com o interesse nacional... Mas, antes de ser interrompido, essa ONG pegou 54 milhões. Está perto, agora, de fazer um outro acordo, de 78 milhões.

Quer dizer... A conta não bate. Nós nos transformamos na região mais pobre do Brasil. E aí não é só índio: é índio, é ribeirinho, é seringueiro, é colono... Então, tem coisa muito errada aí.

Mais uma vez, parabéns por sua coragem. Conte conosco.

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes de passar a palavra à Deputada Silvia, faço só um adendo quando o Marcio fala do poder das ONGs.

Elas só têm esse poder porque estão aliadas a parte do Poder Judiciário. Tem sempre um desembargador, um ministro ou um juiz federal para conceder a liminar. Qualquer ONG, seja qual for, se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

encontrar um caco de cerâmica numa região, que pode existir lá ou pode ter sido plantado, entra com o pedido e o juiz de plantão ou o desembargador de plantão já dá a liminar, acabando com aquilo, como estão fazendo com o potássio lá em Autazes.

Eu digo isso para não ficar responsabilizando apenas as ONGs. Se não estivessem aparelhadas e mancomunadas com as autoridades brasileiras, não mandariam tanto no país como mandam.

Com a palavra a Deputada Silvia e, em seguida, a gente ouve o Senador General Mourão.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Bom, em relação aos projetos que existem para comunidades indígenas... Existem vários projetos que encontram dificuldades na sua implementação.

Nós temos aqui presente, por exemplo, uma indígena kaiabi. Eles também enfrentam dificuldades, por exemplo, para desenvolver a agricultura na região.

Nós temos, por exemplo, os indígenas parecis, que vinham ao longo do tempo trabalhando na lavoura, na agricultura e em outras fazendas, e, em determinado momento, perceberam que dominavam essa ciência, que dominavam essa tecnologia, e resolveram então plantar em suas terras, resolveram plantar soja, resolveram plantar milho, feijão, arroz, e foram multados pelo Ministério Público Federal e pelo Ibama e proibidos de plantar. Mas eles passavam fome e viviam de cesta básica. Então, eles conseguiram, no governo anterior, uma licença, eles fizeram uma portaria que facilitava o licenciamento junto ao Ibama, para que essas comunidades pudessem plantar em suas terras. Este ano, em meados de abril/maio, essa licença foi cassada, e, então, esses indígenas, que algum tempo atrás estavam plantando, estavam podendo pagar a universidade de seus parentes ali, agora podem ser condenados a viver de cesta básica, porque não podem mais se desenvolver em suas próprias terras.

Então, qualquer projeto que venha a dar qualidade de vida a um indígena ou que possa possibilitar a ele desenvolver-se intelectualmente e ter um pensamento livre vai ser impedido. É o que nós vemos, é o que nós sempre vimos acontecer, porque o indígena brasileiro deve, segundo essas organizações, viver com a cultura de 1500. As pessoas que querem e que fazem de tudo para que isso aconteça vivem no século XXI, em seus apartamentos, tomando banho de água quente, bebendo água gelada, têm acesso a hospitais, têm acesso a cintilografia, tomografia, mas dificultam a vida de um brasileiro para mantê-lo sob uma redoma, para que sejam observados e usados no momento oportuno, a favor do pensamento delas, justamente esse pensamento que vai segregar um povo e mantê-lo sob esse cárcere verde.

Então, hoje, nós temos uma pressão na Amazônia brasileira para manter uma árvore em pé, para impedir a abertura de uma estrada para que dê acesso e possibilidade, inclusive, do socorro, mas essas pessoas não fiscalizam os crimes que acontecem debaixo das árvores, como o narcotráfico, como o estupro. Ninguém vê isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando ao marco temporal, bom, isso gerou muitas discussões, mas nós vamos ser claros quanto a essa guerra de narrativas. O marco temporal nada mais é do que a própria Constituição. Como nós podemos dizer que a Constituição é inconstitucional? Como? Simplesmente mudaram o nome de Constituição para marco temporal. Como assim? A Constituição de 1988, a partir do art. 231, garantiu a nós todos os povos indígenas o direito a viver sua própria cultura, a cultuar suas tradições, suas rezas, seus cantos e seus contos, conforme cada um desejasse. O art. 231, na Constituição de 1988, é que garante pela primeira vez que o indígena brasileiro exista neste país. Então, quando, em meados dos anos 2000, enquanto se discutia em Roraima sobre a desintrusão de arroteiros e não se sabia, já que muitos não indígenas viviam dentro daquela região e plantavam arroz, quem era e quem não era indígena, como fazer para homologar aquele território e dar àqueles povos aquela terra, então, utilizou-se como ferramenta principal a Constituição de 1988 como um marco na história que dá legitimidade ao povo indígena, dizendo que o povo indígena brasileiro existe. E a Constituição de 1988, por meio do art. 231, dá-lhes o direito a viver em sua própria terra e a ter essa terra como seu território. Então, o próprio STF decidiu que a Constituição seria, então, o marco temporal para definir que aquela terra seria indígena. Então, como é que agora, por conta de uma narrativa e da utilização de uma expressão de uma forma negativa, irão dizer agora que o marco temporal é inconstitucional? Então, significa que o art. 231 é inconstitucional? Então, eu vou perder o direito. Então, povos indígenas brasileiros vão perder o direito da sua própria identidade, porque é a Constituição, o marco temporal no art. 231, que garante isso. Então, como dizer que o marco temporal é inconstitucional se o marco temporal é a própria Constituição?

E dizer que a Constituição não garante mais o que é ou o que não é território indígena ou o que é ou o que não é território brasileiro coloca o Brasil sob grave ameaça. E o principal também: uma instabilidade jurídica, porque a própria Constituição diz que a terra é para usufruto do indígena, mas não é do indígena, podendo a qualquer momento a União querer explorar aquele território. Então, colocam o indígena ali, e, se aquela terra antes estava, por exemplo, se desenvolvendo na agricultura, essa terra não poderá mais produzir. Então, homologa-se uma região, mantém-se um povo ali e o condena à miséria. Como, então, dizer que a Constituição é inconstitucional se o marco temporal é a própria Constituição que reconhece o indígena, no seu art. 231?

Mecanismos de controle. Nenhuma ação de uma organização não governamental pode ou deve atuar contra a soberania do Brasil. Nós precisamos colocar em nossas consciências que nós somos uma nação, e nossa soberania não pode jamais ser esquecida, pode ser diminuída ou oferecida a outro. Enquanto o Brasil continuar ofertando, dando liberdade para que organizações determinem o que deve ou o que não deve ser feito em seu próprio território, o Brasil sofrerá uma grave ameaça. A própria história já conta: domina quem domina. Povos indígenas só foram subjugados, porque não dominavam naquela época a ciência e a tecnologia; não dominavam a pólvora; não dominavam, não tinham armas de fogo. Então, armas de fogo eram mais potentes do que arco e flecha. Mas o que fazem a opinião internacional e essa guerra de narrativas? Nenhuma nação será soberana com um exército fraco. Nenhuma nação será



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

soberana se as suas forças de segurança estiverem fragilizadas. Assim foi feito durante a história. Quando esta terra foi desbravada, o povo não tinha um exército forte e foi dominado, subjugado. E hoje nós estamos aqui ainda discutindo se tem ou se não tem direito e interferências internacionais, 500 anos depois.

E uma coisa também precisa ser dita. Essas guerras de narrativas estão fragilizando as forças de segurança, manchando a imagem das Forças Armadas, com uma única tentativa: subjugar o Brasil, desacreditar... O povo brasileiro passa a desacreditar nas suas forças de segurança, nas suas Forças Armadas. E assim fica mais fácil o domínio.

Quanto à máfia dos antropólogos, nós sabemos que existem vários antropólogos que atuam contra esse tipo de guerras de narrativas que subjagam o povo e mantêm esse povo apenas como objeto de pesquisa. Será que até então não conseguimos refletir que um povo tem sido mantido num cárcere verde, como num laboratório, onde esse povo vem apenas sendo observado, para ver como agem?

Darei mais um exemplo: infanticídio. Quantas crianças eu tentei salvar e fui impedida? Eu fui Secretária Nacional de Saúde e fui impedida de salvar crianças que seriam mortas dentro de suas aldeias, porque tinham nascido com problemas. Então, quer dizer que, em nome de uma cultura que está sendo apenas observada, eu tenho que tirar o direito à vida de uma criança, quando uma criança pode ser tratada num grande centro de reabilitação, como nós temos nas grandes capitais?

Eu lembro que, em 2019, eu fui chamada para ir ao território ianomâmi para retirar da aldeia três crianças que seriam sacrificadas. E me pediram ajuda. Essas crianças só não seriam sacrificadas se eu fosse lá retirá-las. Eu fui. E eu peguei uma pequena criança no meu colo e eu vi nos olhos dela, enquanto ela via outras crianças correndo, que ela queria andar e correr igual às outras crianças, mas ela nunca pôde, porque ela não foi tratada, porque ela não foi estimulada. E eu a coloquei no colo e fiz alguns testes com elas – sou fisioterapeuta. E eu vi que ela podia andar. E ela seria morta, porque não podia andar, porque não foi tratada, porque foi impedida de ter acesso a tratamento?! (*Manifestação de emoção.*)

E aí eu perguntei ao enfermeiro, eu disse: "Por que vocês não entrevistaram?". E sabem o que foi que o enfermeiro me disse? "Se eu entrevier, eu serei preso, eu perderei meu registro, eu serei denunciado." Eu falei: "É para deixar morrer?!". É para deixar morrer e impedir uma criança de obter tratamento em nome de uma cultura que está sendo observada por um estudioso, que, a qualquer momento, quando quiser, terá acesso a um hospital, mas suas teorias impuseram uma tremenda dificuldade de acesso e impossibilitaram um tratamento justo e igualitário entre os povos?!

E essa máfia de antropólogos, por exemplo, tem condenado o país. Nós temos um exemplo agora: o que está acontecendo lá no Chapadão, no Pará, o povo desesperado, que vivia há mais de 50 anos numa região, sendo retirado. Homens choram, porque não podem sequer tirar a maniva ou tirar o aipim da sua roça, porque estão sendo obrigados a largar aquele território, porque agora antropólogos transformaram



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquela região em terra indígena e estão retirando as pessoas de lá. E eles não sabem mais o que fazem. Pessoas estão cometendo suicídio, porque estão perdendo tudo.

Um exemplo dessa guerra de narrativas. Por exemplo, eu, em 2017, apoiei publicamente o nome do General Franklimberg para a Presidência da Funai. E sabem o que foi que as ONGs fizeram? Falaram para os indígenas, inclusive oiampis, que eu estava apoiando o Exército Brasileiro para entrar dentro das aldeias e estuprar todas as mulheres e matar as crianças. O povo enlouqueceu, o povo ficou desesperado! A mesma coisa estão falando agora: que eu estou apoiando a mineração, que vai matar todos os indígenas, que eu vou vender a terra, porque eu estou participando de uma CPI que investiga a atuação de organismos internacionais, financiando organizações não governamentais em solo brasileiro. Mas eles mudam a narrativa e falam que eu sou apoiadora do genocídio. O que é genocídio a não ser evitar que alguém tenha acesso à saúde? O que é genocídio, quando você deixa pessoas se matarem em nome de uma cultura, tirando delas a oportunidade de terem acesso a tratamento justo e digno?

Quanto, por exemplo, ao tráfico de órgãos, a pobreza da região no norte brasileiro, principalmente na Amazônia brasileira, tem feito muitas máfias. Dentro dessas máfias, como citado anteriormente, nós temos aqueles que vendem crianças para a prática de abuso sexual; nos foi narrado que meninos de dois anos são vendidos pelo WhatsApp para serem estuprados por outros homens, que se deliciam das crianças do norte. Quem vendeu uma criança de dois anos? Como esse mercado encontra quem o alimente? É justamente em lugares onde não há fiscalização, onde não há intervenção do Estado brasileiro, porque, muitas das vezes, nós, enquanto Estado brasileiro, somos proibidos de atuar nessas regiões, ou de fiscalizar, ou de levar desenvolvimento econômico e coisas que são tão básicas, como saneamento. Nós vimos um vídeo de uma indígena oiampi que pedia água potável, um poço, porque a água estava contaminada. Naquele vídeo, ela estava grávida. Ela perdeu o bebê. Ela perdeu o bebê.

Então, o que nós vemos? Vemos, sim, organizações criminosas atuando e se aproveitando da pobreza naquela região, como, por exemplo, a máfia do empréstimo dos auxílios: muitos seguram o cartão do benefício do indígena, concedem o empréstimo, ficam com o cartão e com o pagamento desse indígena. A máfia dos transportes, dos fretes. O indígena vai todo mês no centro das cidades para receber o seu benefício. Os mais antigos vão, geralmente, de três em três meses, e eles precisam pagar um frete. Por que eles precisam pagar um frete? Porque não tem transporte público. Então, uma máfia se instala. Sabe quanto é um frete de uma aldeia até uma cidade próxima, 40km? R\$1,5 mil. É vantajoso manter aquele povo ali. Então, muitas das vezes, o indígena fica três meses sem receber o seu benefício de um salário mínimo, e a metade dele, praticamente, mais do que 50%, é gasta no frete, porque alguém impediu esse indígena de ter acesso a um transporte público.

Vejam quantas e quantas organizações criminosas crescem e se aproveitam com essa narrativa que é imposta sobre o Brasil.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao Procurador Luís de Camões Boaventura e a sua possível atuação com essas organizações não governamentais na região onde ele estava: bom, ele foi citado, acho que no segundo dia ou no primeiro dia, por um indígena mundurucu aqui, sentado, inclusive, nesta cadeira. Quando ele citou esse Procurador, eu me lembrei de que esse Procurador atuava no Amapá e, depois, foi atuar no Pará. No Amapá, ele tinha uma grande ligação com o Ieté, que é essa organização não governamental que tutela os oiapamis por meio do Apina, por meio da Awatac, e esse Procurador foi o Procurador de que, sem que ele soubesse, eu coletava informações. Eu recebi uma denúncia à época de que um avião do Governo, pago por nós enquanto Secretaria Especial de Saúde Indígena, parava na pista dos zoés, deixava as bombonas de combustível e, depois, descia um avião da posse de um médico, e esse avião recolhia essas bombonas de combustível e voava para um destino ignorado.

Então, eu notifiquei a Infraero, mandei o prefixo da aeronave, pedindo os registros de voo daquele avião que pertencia a esse médico que trabalhava para a Sesai. E também mandei um documento para a coordenação local do Guatoc, que seria o Guamá-Tocantins, uma coordenação dentro do Estado do Pará. O impressionante é que, no outro dia, eu fui surpreendida por uma recomendação do Ministério Público Federal, assinada pelo Sr. Luís de Camões Boaventura, para que eu não me intrometesse a fiscalizar quem entrava ou quem saía de terras indígenas zoés; que eu não me atrevesse sequer a tentar mudar inclusive uma escala de serviço; que eu não deveria usurpar a função da Funai, que seria a de fiscalizar quem entraria ou quem não entraria em terras indígenas.

Bem, como eu, uma agente pública responsável por pagar um médico, não poderia fiscalizar a atuação desse médico dentro de terras indígenas? Pois eu fui proibida pelo Ministério Público Federal num documento assinado por este Procurador. Este Procurador – que, segundo informações, inclusive como o senhor, ainda há pouco, citou, estava numa universidade aqui em Brasília, e o seu discurso abolia a soberania do Brasil sobre o seu próprio território – foi o mesmo Procurador que me multou em R\$13 milhões, por dia...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – ... por dia, dizendo que eu me recusava a prestar assistência de saúde aos novos índios, aos indígenas a quem – segundo as fotos que eu entreguei para o Relator, na semana antes do início do nosso recesso, em que ele estava vestido com a roupa do Che Guevara – ele ensinava, aos novos índios, a Convenção 169 da OIT e como eles deveriam se portar para ser indígenas.

Este mesmo Procurador atuou dentro da Frente Cuminapanema no Pará. E, a partir dessa Frente Cuminapanema e dessa atuação dessas organizações, segundo informações do próprio povo paraense, fabricou novos índios para impedir o desenvolvimento naquela região de Santarém e em outros municípios adjacentes, Alter do Chão... E ele tem, sim, uma importante participação, com sua atuação, contra a soberania nacional. Esse Procurador atuou contra a administração pública, contra a Sesai, que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tentava levar saúde ou fiscalizar os seus agentes de saúde contratados para prestarem assistência a indígenas.

Ele atuou contra aquela secretaria, contra a administração do poder público – no caso eu era a Secretária Nacional de Saúde – para que eu não fiscalizasse a atuação daquele médico na região. Então, ele tem ligação com essas organizações não governamentais, e a sua atuação foi tão, desculpem a expressão, tão exacerbada ou descarada que ele foi transferido, logo depois que ele me multou em R\$13 milhões, foi transferido para Fortaleza, onde ele tem agora atuado. E são graves essas participações quando pessoas se utilizam da máquina pública, pessoas se utilizam de uma ferramenta tão importante como é o Ministério Público Federal, se utilizam do Ministério Público Federal para atuar contra a soberania do Brasil.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Senador General Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Ando com a voz meio prejudicada nos últimos dias.

O depoimento da Deputada Sílvia é muito claro sobre as ações das organizações não governamentais, em particular do Iepé, como ela colocou aqui muito bem pontuado.

As observações feitas pelo Senador Marcio Bittar e a resposta que a senhora colocou agora não deixam margem a dúvida de que, ou o país, ou o Brasil acorda para essa questão, ou, lamentavelmente, num futuro próximo, nós não seremos efetivamente soberanos na Amazônia. Hoje nós ainda somos, mas uma soberania relativa. A continuar essa visão, nós perderemos total e completamente a nossa soberania.

Ninguém tem dúvida da riqueza existente na Amazônia. Lá tem uma população pacífica, porque, se fosse uma população belicosa, as coisas não aconteceriam da forma como estão acontecendo. A legislação é deficiente, a nossa legislação é permissiva para a ação dessas ONGs, e elas usam um discurso bonito da preservação do meio ambiente, hoje a grande preocupação mundial com a questão da mudança climática, e, obviamente, a defesa dos povos originários, e é bonito isso aí.

Agora, o nosso país, o nosso Brasil, eu me atrevo a colocar, é praticamente o único país no mundo que colocou à disposição da sua população indígena mais de um milhão de quilômetros quadrados de terra, de norte a sul e de leste a oeste do país, porque lá no meu Estado natal, no Rio Grande do Sul, também temos terras indígenas lindas com áreas que produzem, em grande quantidade, alimento. Eles não produzem nada e vivem praticamente das esmolas que são os programas sociais que o Governo consegue colocar lá. Isso numa região onde a gente pega um carro e se desloca de um lugar para outro com facilidade. São as coisas que ninguém imagina na Amazônia. Como o Senador Plínio mostrou, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região do Rio Içana, dentro do Município de São Gabriel da Cachoeira, para chegar lá, onde fica o Pelotão de São Joaquim, que é o epicentro das comunidades indígenas da região, leva-se uma semana para subir todas aquelas nove cachoeiras que estão ali. É um trabalho insano: tira canoa, bota canoa, tira canoa e, assim, sucessivamente. E as pessoas desconhecem isso.

A gente vê nitidamente que é uma ação estrangeira. E ela tem um objetivo claro: manter o Brasil e sua riqueza inexplorado, com uma reserva para o futuro. Eu sempre digo, Senador Plínio, Senador Marcio, meu amigo aqui Styvenson e Deputada Silvia, que o Brasil é um cavalo olímpico, é para estar saltando 1,60m, e nós estamos aqui no 0,90 há anos, por várias questões, e uma delas é essa questão da Amazônia.

Então, esse trabalho que vem sendo feito aqui pela CPI está dando, vamos dizer assim, voz a pessoas que não são escutadas nessa questão, porque... Como a Silvia colocou ali: quando ela colocou a tradicional pintura indígena em seu rosto, só assim ela pôde ser vista. Ela só é indígena se aparecer dessa forma e se disser que ela é militante do PT, do PSOL; se ela for de outro partido, ela não é indígena.

A minha avó, Senador Plínio, era uma cabocla das barrancas do Rio Madeira. O meu pai, contrerrâneo seu do Amazonas, nasceu no Seringal Primavera, ali naquelas barrancas, lá no ano de 1913, quando era época de exploração da borracha. O meu avô, pai dele, era do Piauí. Foi para lá – era formado em Direito –, onde se conseguia ganhar dinheiro na época, defendendo as pessoas. Então, é a origem da minha família por parte de pai.

Então, eu quero deixar esse testemunho aqui – não há muito mais a colocar em tudo que já foi dito – e dizer que nós aqui temos essa responsabilidade de melhorar a legislação. E não podemos deixar de batalhar, aqui dentro do Congresso Nacional, para que finalmente a legislação que permite que o indígena explore as riquezas existentes na sua terra, obviamente respeitando todos os parâmetros da legislação ambiental... Nós temos o dever de batalhar incansavelmente, independentemente de pressões que a gente possa sofrer, para assegurar que o nosso país seja soberano e que os nossos indígenas tenham dignidade para viver, e não vivam da forma como vivem, que a gente conhece: sem perspectiva de futuro.

A perspectiva de futuro é se... Bom, vou me pendurar numa ONG dessas aqui e fazer um discurso bonito, mas o resto do meu povo vai permanecer da forma que se encontra até hoje. Então essa é a nossa responsabilidade. É isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que bom, Senador General, compartilhar essa responsabilidade aqui na CPI, para que nós possamos no final realmente apresentar um relatório que engrandeça.

É que essa gente tem uma narrativa tão forte... E eles se autoproclamam altruístas, éticos e se acham com o direito de mentir. Aí mentem e encontram respaldo, infelizmente, nesse incômodo silêncio de parte da grande imprensa do Brasil em relação a isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra para o meu amigo Senador Styvenson, eu queria mostrar, para corroborar com o que a Deputada Silvia falou, uma senhora do Município de Autazes, General. Ela está sendo expulsa agora. É onde está o potássio. Tinha problema com os muras, aí resolveram, já criaram... Olha só o que ela diz aí. Ela foi expulsa da terra dela. Está num flutuante emprestado por uma amiga.

Essa senhora foi expulsa. Ela cria os filhos, nasceu na comunidade e foi expulsa pelo Ibama, na base de metralhadora. O gado dela não pôde ser transportado. E ela está sem ter onde morar. Ela nasceu nessa localidade.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – *(Falha no áudio.)* ... Autazes, é onde estão tirando, estão criando a reserva indígena, ampliando cada vez mais para impedir a exploração do potássio. E ofereceram para ela esse documento Rani, ou seja, ela se tornar indígena, dizendo que ela teria bolsa na faculdade com todos os privilégios. E ela recusou, dizendo que é mulher e que sabe trabalhar e vai continuar trabalhando.

Meu amigo Styvenson, com a palavra.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interpellar.) – Presidente Plínio, Relator Marcio Bittar, Deputada, Senador Mourão, a cada audiência, a CPI vem, cada vez mais, esclarecendo coisas como essa a que a população brasileira não tem acesso. A população tem acesso é a uma propaganda bonita de uma empresa que financia essas ONGs, como já foi dito aí, mostrando como é explorado, o extrativismo, como está no rótulo desse produto vendido em São Paulo ou pela internet, que tem uma associação ianomâmi como beneficiária. A pergunta minha seria uma destas: há um benefício por parte dos índios por 15g, que custam R\$30, vendidos pelo mundo todo, pela internet? O que o índio leva com a extração desse produto, que é exclusivamente indígena, extraído por eles? Assim diz. Eu entrei no *site*. O *site* é pequeno, o *site* é curto – o *site* é curto –, mas esclarecedor. O produto deveria ser revertido para que, para quem?

Uma outra pergunta, Relator. Foi passado aqui um número imenso de empresas que têm interesses em manutenção nessas ONGs, e foi colocada uma relação de autoridades juntamente com essas ONGs que cria sinceramente uma rede que coloca a palavra "narrativa" na cabeça do brasileiro como se estivessem protegendo. E o bom desta CPI é trazer justamente esse esclarecimento. Eu acho que vai ter oportunidade de o Embaixador da Noruega sentar aqui, para se saber se ele tem conhecimento de tudo isso que está acontecendo; vai ter a oportunidade, Senador Plínio, de um desses representantes dessas empresas brasileiras ou multinacionais dizer qual é o interesse de financiar esse tipo de ONG. É para deixar realmente o povo indígena sem o mínimo? Porque foi dito, em conteúdo aqui colocado pela Deputada Silvia, em um relato forte, que uma indígena perdeu o filho devido a querer um poço artesiano; não ter água potável, ter que ali fazer esforço, mesmo grávida, em carregar água e fazer tudo aquilo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, ela utilizou uma palavra: "Eu não sou humana?". O índio é o que para essas ONGs? Não têm os direitos humanos?

E a gente assiste – não é, Sr. Relator Marcio Bittar? Agora, semana passada, o STF fez um grande mutirão Brasil afora para desencarcerar a minoria carcerária, mas a gente não vê o mesmo movimento, Senador Plínio, pelo menos antes desta CPI, de ninguém para ver realmente o que acontece. Eu acho que é por esse motivo, Plínio, que não querem uma estrada, os 16km: para não se ter acesso; para que a gente não tenha essa facilidade ou, se não, a oportunidade de conhecer de perto o que a Deputada Silvia, que hoje está aqui como Deputada e representa uma ideologia ou, se não, um pensamento ou um partido político... Está sendo rejeitada, porque justamente é o que estão colocando na cabeça do seu povo, é o que eles colocam na cabeça de todo brasileiro.

Eu acho que esse é o grande problema que aqui a gente tem que discutir, porque, até então, eu não tenho o conhecimento do senhor, não tenho o conhecimento do Relator nem o do Senador Mourão. Eu sou do Acre, morei no Acre, mas não tinha o mínimo conhecimento, nem contato, sobre essas organizações que foram, a início, anos atrás, colocadas como uma forma, um braço do Estado para resolver problema que o Estado não resolve.

E a gente está vendo que parece que se estão agravando mais ainda esses problemas dentro dessas regiões. Eu não falo só na Amazônia, não. Se a gente for se estender para as outras ONGs, parece que querem o povo mesmo pobre, querem o povo dependente, querem o povo realmente naquela situação para poderem manter os seus *status*. É muito dinheiro. Eu não tenho ideia de com quanto essas empresas contribuem, com qual finalidade e se conhecem – e foi visto aqui, como a senhora disse, que conhecem, sim, deliberadamente – o que está acontecendo com o povo indígena e com a Amazônia e com os produtos. Então, isso fica claro já, sem ouvir a outra parte. E a gente precisa ouvir as outras partes para esclarecer justamente esses interesses que não colocam realmente o interesse do povo ou, se não, o nacional, o interesse do desenvolvimento, o interesse da proteção dos direitos humanos em si dessa população.

Então, é de causar espécie ver um produto amazônico sendo vendido com a ideia de que se está ajudando o povo indígena. Pelo menos, é o que eu entendi, com a pouca leitura do que se tem no *site* ou se tem no rótulo desse produto: quem compra, por R\$30, 15g desse produto... O Senador Marcio Bittar foi claro, é apenas um produto vendido da Amazônia, exclusivamente extraído pelos índios. Olha o lucro e o benefício que alguém tira só com isso aí, porque, na verdade, quem compra... No caso, se eu fosse o comprador, eu compraria pensando que estaria ajudando o povo indígena. Ajudando em quê? A não ter eletricidade, a não ter medicamento, a não ter acesso a uma estrada, a carregar um barco nas costas, ladeira acima, cachoeira acima, para poder ter um atendimento básico?

Então, na vez anterior, Senador Plínio, que eu já fiquei... Na verdade, a gente tem esse choque, essa perplexidade, porque é uma realidade que está sendo trazida. O outro lado vai dizer que é narrativa nossa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ou que é narrativa é feita aqui, e eu espero que ele tenha a oportunidade de trazer a narrativa dele e ser confrontado, ser questionado aqui. Aqui não vai ter... Acho que, pela condução do Senador Plínio, não se vai ouvir só um lado, e eu estou curioso para ouvir essas ONGs. Estou curioso para saber quem é que comanda tudo isso; se já pisou o pé na Amazônia, se já viu pelo menos uma tribo dessa de perto, se já enfrentou um rio desse, Senador Plínio, se já levou uma picada de mosquito.

Está tendo um programa bem bacana de uma emissora de TV lá na terra do senhor mostrando a riqueza, a beleza, os desafios da Amazônia. Olha, o programa todo feito já vê a dificuldade; o programa, com todo o acesso a tecnologia e tudo, já mostra a dificuldade do que é morar ou viver dentro da Amazônia.

Então, no meu ponto de vista, no meu simples, ignorante ponto de vista, não se quer que o povo indígena tenha acesso à internet, a conhecimento, a tudo isso, para que a gente não possa ver o que está vendo aqui; para que a gente não possa ver, em tempo real, o que eles fazem justamente com esse povo indígena.

Então, essas duas perguntas que eu fiz, não sei se a senhora lembra... Se todo esse recurso eu vejo que não é convertido em nada, a minha dúvida é: quem é que entra na folha de pagamento dessas ONGs? Quem é que tem interesse justamente em estar ganhando esses milhões? Qual é a emissora que paga ou, se não, que se envolve com isso para mostrar as propagandas a que a gente assiste, como o rótulo desse produto que está sendo vendido?

Então, eu me sinto na dúvida de saber se eu estou comprando um produto que realmente está ajudando ou não o povo indígena da Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra a nossa depoente, a Deputada Silvia.

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP. Para expor.) – Bom, se vocês pesquisarem um pouco, principalmente a questão jurídica da organização, do instituto produzido pela Hutukara, ela – nada mais, nada menos – é dirigida, Sr. Presidente, pelo Dário Yanomami, filho do Davi Kopenawa Yanomami, os mesmo que denunciam, Brasil afora, pelo grande flagelo ao povo ianomâmi. Então... Como esse dinheiro foi empregado, então, para matar a fome dos ianomâmis?

Então, se nós observarmos... Por exemplo, se entrarem agora no *site* do Iepé, vocês verão a relação de funcionários pagos com o dinheiro que veio para dar dignidade ao povo indígena wajãpi, mas, se você vir ali, no *site* Iepé indígena, você entra no *site* do Iepé e vê ali: colaboradores e parceiros. Nesses colaboradores e parceiros, você observa a quantidade de funcionários; todos moram, em sua totalidade, em São Paulo, têm plano de saúde, acesso a hospital, menos os wajãpi.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, o acesso é difícil. Só para chegar ao Itapé, no Tabocal, na minha aldeia, são três horas de voo praticamente, daqui de Brasília até o Amapá; seis horas de estrada do aeroporto até o Polo Base Aramirã; mais oito horas de barco a motor para chegar no Tabocal.

No dia 8 de maio, a minha sobrinha Anahí morreu no parto. Sabe por quê? Primeiro, porque não tinha motor; segundo, não tinha barco; terceiro, não tinha equipe de saúde para atendê-la; quarto, foi colocado na cabeça dela que, para ela ser indígena, ela não podia ir para o hospital, ela não podia ir para a maternidade. Ela deveria ter o seu filho isolada dentro da aldeia. Tanto que saiu, no Fantástico, uma matéria muito bonita, falando sobre as ações dentro dessa terra, e uma das pessoas que fazem parte do Instituto Iepé fala assim: "As mulheres estão indo para a maternidade; então, elas deveriam utilizar isso de uma menor forma", mas eles não falaram que a minha sobrinha morreu no parto porque ela tinha que ser indígena e tinha que ter o filho dentro da aldeia.

Mas não somos nós que pedimos que as mulheres façam pré-natal, que tenham acesso à saúde? E nós não vimos isso? Nós continuaremos dando a essas pessoas a autonomia para condenar vidas a viver nesse cárcere verde, com a desculpa de que nós não podemos intervir porque nós iremos praticar um etnocídio? Manter um povo ou tirar um povo que vive num tempo, numa percepção temporal do ano de 1500? Essas pessoas, no momento em que elas furarem esse bloqueio, no momento em que elas romperem esse ideal imaginário do isolamento, elas não serão mais indígenas. Aquele que furar o bloqueio temporal, aquele que romper o ideal imaginário dessas organizações, assim como narram as notas de repúdio do Apina contra mim... O teor dos documentos é claro: diz que não aceita a entrada de uma bolsonarista... Vê-se que é um documento político. O mesmo documento que diz que "ela defende proposta que nós, oiampi, não concordamos, como ruralistas, agronegócio e mineração nas terras indígenas, abertura dos territórios indígenas para exploração e os garimpos ilegais".

Senhores, eu fui eleita por um povo de uma forma legal. Como eu devo coadunar com a ilegalidade? Como eu devo atuar contra a soberania de um país?

Então, vê-se que todos os documentos... Inclusive, já chegaram até à Presidência da CPI. Todos esses documentos, que são notas de repúdio do povo apina, do meu próprio povo, do povo oiampi, contra mim, contra uma amapaense legitimamente eleita, legitimamente representante do povo brasileiro. E que, inclusive, segundo os próprios documentos dizem, eu fui votada dentro da aldeia, reconhecida por outros como a Silvia Waiãpi. Mas, no momento em que eu tenho um pensamento livre e não concordo com o cárcere verde, eu deixo de ser quem eu sou.

Como um brasileiro pode deixar de ser brasileiro quando ele quer defender a soberania do seu país, quando ele não concorda que o seu povo seja subjugado e condenado à miséria?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela participação também do Styvenson, com observações pertinentes e claras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nossas vidas, até a gente chegar aqui ao Senado, a trilha é muito longa, a estrada é longa, e a gente enfrenta desafios, tipo essa carta de repúdio à Deputada Silvia. E para isso, Deputada – eu sou um pouco mais idoso que a senhora –, o conselho que eu dou é o que eu sempre fiz... Styvenson, Marcio, sabem aquele ventríloquo com o boneco? Eu não falo com o boneco: eu falo com o ventríloquo, no dia em que ele me desafiar. Então, como na vida, Mourão, eu sempre tive a sorte de o ventríloquo nunca querer falar comigo, só os bonecos. Portanto, os bonecos eu deixo pelo caminho, senão não teria chegado aqui.

Permitam-me mais um vídeo. Não é autopromoção, pelo amor de Deus, mas é onde a gente pesca com os apurinãs. São 168km da BR-319. A gente vai de voadeira e leva quase duas horas e meia para chegar lá. É o vídeo 5.

Porque as pessoas pensam que, na Amazônia, a água é fácil. "Olha a água passando aí". "É só colher, é só beber". E não é! Eles não têm água potável. Então, a gente levou – eu e meus amigos pescadores... Aí me perdoem: aí eu estou com a camisa de pesca do Vasco da Gama, tenho que ser perdoado por isso. E a gente foi lá. É um poço, Mourão, em que a gente se juntou... Foram três, quatro amigos para um poço que custou R\$7,5 mil, mais as duas placas para energia solar, que foi outro amigo que deu. E nós estávamos inaugurando o poço. Querem ver? Então, mostrem esse vídeo. É no Rio Tupana, na Aldeia Barrigudo, com os índios apurinãs. Não tem ONG lá dentro, porque lá realmente não tem nem uma coisa que interessa.

Isto aí é onde está a placa solar. Eles fizeram isso. A placa solar está em cima dessa construção que eles fizeram.

Aí é a casa grande dos índios. É bem modesta a casa deles.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está aí.

Todo mundo pensa que essa água... Quando o rio está cheio, ele traz muito sedimento, muita sujeira, muita folha; quando está seco, deixa doença. Então, o problema deles é de rim, de fígado; há problemas de saúde. Todo mundo pensa que é só pegar água do rio e tomar, e não é. Os índios querem água potável, como todos nós queremos. A gente fala muito aqui em dignidade, e é o que eles querem.

Tivemos que botar energia solar para poder ter o poço, assim como foi colocado nos baníuas; colocaram gerador para poder ter internet.

A gente não faz isso como promoção, pelo amor de Deus! É só para mostrar como é que as coisas funcionam.

Eu pergunto ao General Mourão, ao Senador Styvenson e ao Marcio se têm alguma observação.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Todos satisfeitos, então? (*Pausa.*)

Deputada?

A SRA. SILVIA WAIÃPI (PL - AP) – Eu gostaria apenas de mostrar aquela foto ali. Aquela foto diz o seguinte. Ela pede coleta do *karakuri* – *karakuri* em oiampi significa dinheiro – para comprar uma impressora para a Escola Indígena Estadual Aramirã. Então, põe a relação ali e a colaboração de cada um dos indígenas para comprar uma impressora para a escola.

Vejam. Eu dei uma relação de 22 organizações internacionais que financiam a ONG Iepé que atua ali dentro, e não tem dinheiro para uma impressora?! No *site*, vocês verão que a atuação deles é linda, é poética, mas estão ali uma solicitação e a relação de cada um dos indígenas que deu R\$50 para compra de uma impressora.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradecendo-lhe e pedindo só um pouquinho... Já estamos aqui há... São quase 1h30, mas eu acho que tem um vídeo de dois minutos e meio de uma senhora que é a Dona Isabel, de Minas Gerais. O ICMBio multou a Dona Isabel em R\$170 mil. Ela é agricultora, criou os filhos ali e de repente ela não pode... Olhem só este vídeo!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O próximo passo aí é cobrar a dívida e expulsá-la da terra. Está acontecendo em todo o país. Quando a gente fala em soberania, não é teoria da conspiração. Aqui não tem nenhum menino, não é? Aqui não tem, como tem muitos meninos inocentes por aí.

Permitam-me ler isto aqui: NASA amplia satélites em missão sobre a Amazônia. Duas laudas, é rapidinho.

A Agência Espacial Norte-Americana, a NASA, comunicou ao Presidente da República interesse em ampliar o que seu administrador, o ex-Senador Bill Nelson, chamou de "colaboração com o Brasil no monitoramento do desmatamento da Amazônia". Avisou que, se já existe uma "contribuição" dos satélites americanos, isso crescerá, pois tem planos de lançar três novos satélites que aumentarão significativamente a capacidade de identificação e prevenção do desmatamento – sempre o desmatamento.

Pode até ser. No entanto, é evidente que esses satélites aumentarão também, e muito, a capacidade de identificar outros objetivos. Ninguém, salvo os extremamente ingênuos, acreditariam que a NASA



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gastaria mais bilhões de dólares apenas para espiar a ação de madeireiros e agricultores. Os novos satélites, como os que já estão em ação, certamente serão capazes de obter muito mais informações do que isso. Serão capazes de acompanhar movimentos que os interessam muito mais do que os pequenos agricultores da Amazônia.

Bill Nelson sabe do que fala. Foi astronauta e comentou que, nesse tempo – há mais de 30 anos e, portanto, com veículos espaciais muito menos sofisticados –, foi capaz, lá de cima, de perceber não só desmatamento da região como o assoreamento da foz do Amazonas. É risível, não é? Isso, talvez, a olho nu, hein? Imagine-se, com o avanço tecnológico, o volume de informações que esses novos satélites poderão obter! É claro que a Nasa poderá obter muito mais dados de natureza estratégica e, certamente, de natureza econômica, e isso está previsto na tal colaboração com que o seu administrador acena.

O Brasil já dispõe de equipamentos sofisticados para esse controle, revelou a Ministra da Ciência e Tecnologia, que colocará em operação em curto prazo um radar sintético que permitirá captar mais imagens através de nuvens, aprimorando ainda mais o combate – adivinhem a que – ao desmatamento. Disse ainda que autoridades científicas brasileiras poderão indicar a real necessidade de utilização dos equipamentos e sistemas propostos.

Em outras palavras, pode ser que o Brasil não precise deles – quem está dizendo sou eu. Em outras palavras, pode ser que o Brasil não precise deles para nada, mas seguramente a Nasa precisará, ou não investiria nisso os bilhões de dólares a que nos referimos.

Levando em conta que os países ricos encaram a Amazônia como sua despensa, onde preservam riquezas para as novas gerações – as gerações deles e não as nossas –, não constitui nenhum absurdo imaginar que estão aplicando todo esse dinheiro para controlar o estoque da despensa, para nos impedir de utilizar esse estoque, provavelmente para descobrir se há mais riquezas estocadas. Como sabem muito bem, há ainda muito mais riqueza a descobrir.

Certamente, quem nada ganhará com essa iniciativa será a população pobre, paupérrima, da Amazônia: os índios, os caboclos, os ribeirinhos, os pescadores e os caçadores que hoje já preservam a floresta, mas são impedidos, inclusive com ajuda externa, de conseguirem uma vida melhor.

Esse texto é meu. Só quem está mancomunado, só quem faz parte disso é que pode acreditar numa aberração desta: que a Nasa vai gastar bilhões para ajudar no monitoramento do desmatamento. E tem uns imbecis brasileiros, uma elite brasileira que acredita nisso.

Mais uma vez, muito obrigado àqueles que aqui estão...

Pois não, General Mourão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Os Estados Unidos têm uma agência, a MRA, a Agência Nacional de Reconhecimento e Vigilância, que faz toda a análise de imagens para efeitos de inteligência.

Aqui no Brasil, nós, no Governo passado, tentamos fazer evoluir o que é hoje o Censipam para esse tipo de agência, porque não consideramos que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais seja o órgão capaz de fazer esse trabalho. Mas, obviamente, fomos torpedeados de todas as formas possíveis e imagináveis.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E tem brasileiro que acredita nisso ainda! Daí essas organizações fazerem...

Primeiro é que organização não governamental não deveria ter dinheiro do Governo; e, segundo, a gente pensa que são voluntários, mas eles são regidamente remunerados, muito bem remunerados, vivem nababescamente à custa da Amazônia, do povo da Amazônia, usando seu nome.

E esta CPI veio para isto... Proteções maiores? Não, mas pelo menos a coragem de mostrar a você, brasileiro, a você, brasileira, essa realidade que a gente está mostrando aqui. Feito isso, já fizemos alguma coisa e, no final, vamos apresentar o relatório – e todos os Senadores participarão, a comunidade brasileira pode participar – sugerindo projetos de lei, novas leis, seja o que for para clarear, para tornar isso transparente.

Será inclusa extrapauta a deliberação do Requerimento nº 97, de 2023, o qual requer a realização de diligência no Município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, para ouvir algumas lideranças indígenas. Seis etnias pediram para que a gente fizesse uma audiência lá, no Alto Rio Negro, na comunidade deles, para a gente ouvir o que eles têm a nos dizer. O Styvenson vai, dessa vez ele vai voltar à Amazônia.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Isso aqui é um tremendo...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, mas eu tenho um vídeo, não cabe aqui, que me mandaram hoje, um cara com a cabeça de boi jogando no rio lá na Amazônia, as piranhas comendo aquilo é um negócio realmente assustador. Mas eu sou pescador, sou de beira de rio e nunca fui mordido por piranha nenhuma. Tem os lugares, tem o tipo de vítimas, não é tão assim, não.

Inclusão de item extrapauta.

Coloco em votação a inclusão do requerimento extrapauta.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 97, DE 2023

Requer a realização de diligência no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas.

Autoria: Senador Plínio Valério

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do requerimento. *(Pausa.)*

Os Parlamentares que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 5ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

E, não havendo mais nada, vamos encerrar, agradecendo sempre a vocês que participam, a você que está na rede social divulgando, ampliando, mostrando essa realidade.

Aqui, Styvenson, você falou que os invisíveis serão vistos, os que não conseguem falar serão escutados. Este é o nosso papel: mostrar. O desafio que nos coloca à frente são sempre desafios que a gente tem que enfrentar.

Obrigado aos que participaram. Fiquem em paz, paz de Cristo a todos.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 37 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 7ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dezoito minutos do dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Plínio Valério e Jaime Bagattoli, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Esperidião Amin, Rodrigo Cunha, Vanderlan Cardoso, Augusta Brito, Jorge Seif e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Beto Faro. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Depoimento. Finalidade:** Depoimento. Oitiva do Lorenzo Carrasco, em atendimento ao requerimento 10/2023. **Resultado:** Depoimento realizado. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 103 de 2023** que : "Requer seja convidado o Sr Cimar Azeredo Pereira, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística." **Autoria:** Senador Hamilton Mourão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 104 de 2023** que : "Convite ao Cacique Kleber Jorge Silva Soares" **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 105 de 2023** que : "Requer que seja aditado o requerimento nº 93/2023, transformando a convocação do Sr. JOÃO PAULO BROTTTO GONÇALVES PEREIRA, presidente da Natura & Co.Holding, em convite." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/08>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação pelo Governo Federal dos recursos públicos para ONGs e OSCIPs bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior a partir do ano de 2022 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Lorenzo Carrasco, conforme Requerimento nº 10/23, aprovado por este Colegiado.

Peço à Secretaria que conduza o Sr. Lorenzo Carrasco para compor a mesa. *(Pausa.)*

Nós convidamos o Sr. Lorenzo Carrasco, que é autor deste livro que é *bestseller* e que é cartilha para todos nós que combatemos esse tipo de intervenção na soberania do nosso país. Ele já participou de outras CPIs, com seu depoimento contundente.

Mais uma vez, quero agradecer de público ao Sr. Lorenzo pela cordialidade, pela disposição, pela não desistência, ele que é precursor desse tipo de luta – até hoje, não desistiu e continua como se fosse ontem ainda. Que tenha em nós os aliados. A gente quer esclarecer isso, e ninguém melhor indicado do que o senhor para expor...

Tenha o tempo que quiser. Nós não vamos lhe cobrar tempo, porque é o nosso interesse a sua exposição. Fique à vontade.

Muito obrigado, mais uma vez.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator. *Fora do microfone.*) – No deserto do Saara não quiseram não, não é?

O SR. LORENZO CARRASCO –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Muito obrigado.

É entusiasmante a gente ver e ouvir o tempo da sua luta, é como se tivesse começado agora, quer dizer, não desiste nunca! Muito obrigado por ter nos brindado com tanto conhecimento.

Nós vamos já abrir para que possamos fazer perguntas, mas eu queria mostrar – a gente depois vai mostrar – alguns vídeos que a imprensa não divulga. Por exemplo, nós estamos aqui falando do ISA e do ICMBio, e, como estamos, General Mourão, dispostos a mostrar o outro lado da moeda, eu queria mostrar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o vídeo nº 3, está bom? Já não foi ontem nem anteontem. É coisa mais ou menos de alguns anos, mas que mostra os índios revoltados. Olhe só prendendo uma balsa do ISA e do ICMBio os índios.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você veja que ele ressalta sempre que são pacíficos, mas já não têm mais paciência de tanta enganação.

Aí é uma balsa do Instituto Socioambiental, que usa para fiscalizar, para coagir, para fazer tudo o que for: se fossem bonzinhos, os índios não estariam revoltados. É como a gente frisa sempre aqui: a gente não está pedindo nem encomendando nada de ninguém. O que nos chega é conforme quem está indignado, quer fazer denúncia e está aproveitando o canal CPI. E a CPI está criada não é para tratar dos que estão felizes, é para tratar dos que estão infelizes e indignados.

Vamos, então, às nossas perguntas, começando pelo Jaime, que mostrou interesse. A gente anotou aqui. Vai ficar aberto o tempo.

Ah, sim, desculpa...

Primeiro, é o nosso Relator; em seguida, é o Senador Jaime.

Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos.

Muito obrigado, Professor, pela sua dedicação há décadas para esse assunto. Cada vez fica mais claro para os membros desta CPI e para aqueles que assistem como, na verdade, criaram uma estratégia em torno da questão ambiental para controlar os recursos naturais do mundo, criando, assim, um poder mundial.

Eu quero apenas, Professor, me dedicar aqui a alguns trechos do seu livro, que, de forma sucinta, resume muito essa ideia. Na p. 45 dessa nova publicação, o senhor escreve assim:

A "engenharia social" pode ser definida como a técnica de moldagem das crenças e padrões de comportamento de um grupo social para facilitar o seu controle pelos grupos detentores do poder [...] [público] e econômico. [...]

O [seu] princípio básico [...] é a neutralização da razão que orienta as atitudes individuais e a sua substituição pela irracionalidade coletiva.

O que o Professor está dizendo é que o medo faz com que as pessoas percam a razão e, nesse estado em que a razoabilidade é perdida, ficou fácil, a partir do medo do fim do mundo, do aquecimento



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

global, que vai acabar com o planeta, introjetar a campanha ambientalista, que é uma guerra econômica, mas travestida de preocupação ambiental.

O conceito é descrito também no livro, que passou vários anos estudando o otimismo tecnológico da população norte-americana. Abrem-se aspas: "Vários tipos de crenças podem ser implantados em um grande número de pessoas, depois que as funções cerebrais tenham sido suficientemente perturbadas pelo medo, raiva ou excitação acidentais ou deliberadamente induzidas [...]".

É exatamente isso que a política catastrofista provocou e, aí, sim, criou um apoio mundial em torno de uma bandeira que, na verdade, foi uma estratégia utilizada.

Em uma outra página, na 40, o Professor analisando o que foi o passo seguinte da agenda ambiental, que foi a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, estabelecida pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1983, o objetivo principal da Comissão, que ficou mais conhecida pelo nome da sua principal coordenadora, a ex-Primeira-Ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, foi a introdução do conceito de desenvolvimento sustentável, que denominou, pela primeira vez, o nosso futuro comum. O que diziam algumas dessas conclusões – abro aspas: "As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro do limite das possibilidades ecológicas a que todos podem, de modo razoável, aspirar". Ou – abro aspas – "um aumento populacional excessivo [...]", e aí a gente nota como tudo foi concatenado. A luta é pelo controle dos recursos naturais, daí você tinha que criar uma campanha mundial que desse apoio popular. Aí se criou a questão da defesa do meio ambiente, que foi introduzida a partir do medo de que o homem estaria causando o fim do planeta com o aquecimento global, etc. O aumento populacional excessivo... E aí vem o controle de natalidade: "Um aumento populacional excessivo faz com que os frutos do desenvolvimento sejam repartidos por um número cada vez maior de pessoas, não permitindo que, em muitos países em desenvolvimento, os padrões de vida se elevem; é imperativo reduzir as atuais taxas de aumento populacional a fim de se atingir o desenvolvimento sustentável".

A inspiração malthusiana do conceito de desenvolvimento sustentável foi claramente explicitada durante a II Conferência Internacional de Indústria para o Controle do Meio Ambiente, realizada em Roterdã, Holanda, em 1991, a qual reuniu mais de 700 representantes das maiores empresas do mundo. Entre aspas, "As mais poderosas companhias do primeiro mundo admitem agora publicamente e em conjunto que, se os seus próprios padrões de crescimento forem imitados pelo resto do mundo, o planeta não irá resistir por muito tempo".

Duas semanas depois da conferência de Roterdã, em visita ao Brasil, o Príncipe Charles, da Inglaterra, ratificou esses princípios, falando em São Paulo – abro aspas: "Hoje está brutalmente claro – desde a publicação, há quatro anos, do relatório da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento intitulado Nosso Futuro Comum – que, se continuarmos a produzir energia, a manufaturar, a praticar a agricultura e a pesca e a utilizar florestas do modo como fazemos hoje e se a população do mundo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

continuar a crescer à taxa atual, reduziremos drasticamente as chances de prosperidade ou até mesmo de uma vida segura para as gerações vindouras".

Por outro lado, o relatório da comissão não oculta a vinculação dos temas ambientais à limitação das soberanias nacionais. Em suas próprias palavras – abro aspas: "O conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômico, ambiental e de segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional; [portanto] o Estado-nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais".

Portanto, eu entendo, Professor, que, basicamente, o seu trabalho, que não foi pouco, que não é pouco, visa demonstrar, de forma cabal, como a questão ambiental é uma desculpa inventada pelas maiores oligarquias, pelos governos, como o dos Estados Unidos, da Inglaterra, do Canadá, da Noruega, que utilizaram e utilizam esse pavor da destruição ambiental para poder colocar em prática o seu plano do governo mundial já mandando.

Para quem acha que isso é teoria da conspiração, olhem a criação da Reserva Yanomami. Até um esquerdista típico, que é o Lindbergh Farias, quando foi Deputado Federal, antes de ser Senador, agora Deputado Federal outra vez, foi Relator de um grupo de trabalho da Câmara Federal – e eu li o relatório dele inteiro, que nos foi sugerido pelo Aldo Rebelo –, até ele conclui o relatório dizendo que... Da maneira como se propunha criar a Reserva Yanomami, ele se posicionou contra no seu relatório basicamente pelo tamanho, pelo fato de ela fazer divisa com os países vizinhos – nenhum país do mundo aceita isso, porque é uma questão de soberania nacional – e pelo fato de ela abraçar municípios e áreas que já estavam produzindo, gerando emprego e renda.

Mesmo assim, ela foi criada, contra o Governo de Roraima, contra as prefeituras dos municípios atingidos, contra a maior parte da própria população ianomâmi, que também não queria. E ela foi criada.

É, de fato, de fora para dentro.

Vou pegar um último exemplo, Professor, do meu estado. O Acre tem 22 municípios, portanto, 22 Câmaras Municipais, 24 Deputados Estaduais, o Governador do Estado, oito Federais, três Senadores. Se você fizer um fórum destes dois Poderes, o Executivo e o Legislativo do Estado do Acre, todos vão dizer que o Estado do Acre, como toda a Amazônia, precisa de hidroelétrica, precisa de energia elétrica, precisa de estrada, precisa de ponte, de integração; que nós precisamos utilizar petróleo e gás, que tem no Acre, que tem na Região Amazônica. Mas esse poder todo junto é muito menor do que o de duas ONGs – duas –, que entraram e entram no Ministério Público Federal. E proibiu-se não uma obra, porque nem tem obra, mas proibiu-se o estudo, que terminaria com o projeto executivo, a licitação do projeto executivo, para fazer a ligação terrestre de Cruzeiro do Sul a Pucallpa, no Peru, interligando toda uma região.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse poder mundial já existe.

De fato, o senhor tem razão: nós do Congresso Nacional, se não agirmos contra isso, criando limites que hoje não tem, seremos carimbadores mesmo, porque a decisão não passa por aqui.

O Presidente Lula, agora, nesta semana, foi soltar uma frase querendo unir os Estados da Amazônia para impor algumas coisas à Europa, que fica cobrando, mas o Governo dele cede: foi o Governo dele que negou a licença para exploração de petróleo na costa do Amapá, é o Governo dele, neste mandato e nos outros, com a própria Ministra Marina Silva, que patrocinou e que deve obediência a esse movimento internacional e não à soberania brasileira.

Portanto, a soberania brasileira já está ameaçada, já está acontecendo.

E eu saúdo aqui, para começar a lhe perguntar, a sua coragem e a sua dedicação, como mexicano, mas amante da causa que a todos nos une. Mas eu queria que o senhor, até para ficar claro nas notas taquigráficas... Em seu livro, em especial no capítulo 2, V. Sa. traz informações impactantes. Eu tinha lido, reli e me lembrei mais uma vez que "cientistas", entre aspas, que defendiam a eugenia, porque tem gente que acha que esse movimento nasceu da pureza dos interesses... Não, ao contrário, nada mais errôneo. Cientistas que defendiam a eugenia como política para o melhoramento racial... Após a tragédia feita pelos nazistas, que resultou na impopularidade da teoria, os mesmos apoiadores desse movimento eugênico passaram a se concentrar no controle demográfico e na conservação ambiental, e uma das suas facetas é o trabalho pela legalização do aborto como também uma política de contenção populacional.

Eu vou pular aqui uma série de perguntas por dois motivos: o senhor já falou muito sobre isso, e tem colegas que querem também fazer as perguntas.

Vou passar para uma outra, se o senhor puder ir anotando.

Fala-se muito que o mundo não suportará a utilização de recursos naturais da maneira como os utiliza atualmente, que é necessário um desenvolvimento sustentável, frear o desenvolvimento. De acordo com V. Sa., isso é mais uma das formas de se violar a soberania dos estados nacionais? V. Sa. poderia esclarecer melhor esse ponto?

Terceira, podemos afirmar que tudo pode e deve ser feito, inclusive a relativização de soberanias, a condenação de populações inteiras à miséria, a proibição de desenvolvimento para controlar recursos naturais, inclusive o controle de natalidade. Tudo pode, menos diminuir o padrão de consumo dos mais ricos. É isso mesmo?

Quarta pergunta, em relação ao Cimi, entidade que atuou no Brasil principalmente a partir de 1950 e que criou o conceito da "lenda negra", entre aspas, que é a tese descaracterizando Portugal e Espanha, dizendo que o que aconteceu no Brasil foi um genocídio indígena, esquecendo o que o senhor próprio



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mencionou, que nós somos um país – ou éramos um país – riquíssimo em miscigenação... Eles inventaram essa tal "lenda negra".

E, por último, no livro de sua autoria, já amplamente citado, V. Sa. cita uma declaração do Henry Kissinger, à época membro do Governo norte-americano muito influente e que foi chefe da diplomacia americana por muitos anos, de que o crescimento populacional de países como o Brasil colocava em risco a segurança dos Estados Unidos e de seus aliados. Poderia esclarecer e contextualizar melhor essa afirmação?

Eu termino, mais uma vez, por parabenizar sua paciência, resiliência e amor a essa causa.

Parabéns!

Eram essas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado, Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli, representante de Rondônia e Vice-Presidente desta Comissão.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimentar aqui o nosso Senador Plínio Valério, o Relator, Marcio Bittar, meu colega Senador Mourão.

Só para começar, Senador Mourão, quero dizer para você que você é conhecedor da Amazônia, conhece aquilo lá tanto quanto eu conheço, que estou lá há quase 50 anos. Dizer para vocês que tudo que o militar implantou na década de 1970, de integrar para não entregar, aos poucos foi se desfazendo isso tudo. Aos poucos veio se desfazendo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar aqui o Prof. Lorenzo Carrasco, do qual eu tive oportunidade, na década de 1990... Eu sou neto de madeireiro, eu fui para a Amazônia, nós estivemos na Amazônia para mexer no ramo madeireiro, e o senhor deu diversas palestras, inclusive para o setor madeireiro, mostrando qual era a viabilidade, planos de manejo, porque tudo se barrava porque queriam impedir o desenvolvimento na Amazônia.

Foi aí que eu fui conhecer o seu livro lá, sobre a máfia verde, que o senhor começou a publicar naqueles anos 90.

Mas tudo começou com a Constituição de 1988 e veio se aperfeiçoar com a ECO-92, que, Presidente Senador Plínio Valério, tinha a participação de mais de 170 países. E aí foram só se criando dificuldades para a implantação de usinas hidrelétricas, hidráulicas. E nós tínhamos um potencial e temos um potencial hidráulico jamais visto, nenhum país no mundo tem o potencial que a gente tem. Por isso, com essa interrupção, chegamos à energia mais cara do mundo.

O senhor citou as tributações de energia que acabaram vindo ao longo dos anos, isso também foi para prejudicar não só o desenvolvimento da Amazônia, mas o desenvolvimento do Brasil. Aí vieram as ONGs querendo criar novas reservas indígenas, colocando até suposições de novas reservas indígenas, onde já haviam demarcado como terras com aptidão para agricultura e pecuária entre os anos de 1975 e 1985, na Amazônia.

E digo para vocês o tanto que o projeto dos militares estava hipercorreto: Rondônia, Senador Mourão, é o estado em que a renda *per capita* está em quase R\$33 mil – claro, está bem abaixo de São Paulo, que passa de R\$50 mil a renda *per capita* sobre o PIB por habitante. Mas quero dizer para vocês que é o estado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Não, o Acre está com R\$19 mil e pouco.

Eu quero dizer para vocês o seguinte: o quanto que isso refletiu? É o maior PIB de todos os sete estados da Amazônia e de todos os estados do Nordeste. Então, eu posso falar sobre isso, porque eu... Não só sobre o PIB, mas sobre... Como eu tenho uma história lá, eu convivi com eles e sei da importância que teve um sistema de reforma agrária da Amazônia que deu certo, que deu certo e que foi implantado no Estado de Rondônia na década de 70. Mas, infelizmente, hoje temos diversos problemas. Inclusive, no apagar das luzes do Governo do Confúcio, quando ele estava saindo do Governo, ele criou mais 11 reservas, e, dentro dessas 11 reservas que foram criadas, para muitos entenderem, já havia centenas, milhares de pessoas, de produtores ali dentro, que já estavam lá, eram assentamentos já iniciados pelo Incra. E, com isso, criou-se mais um problema que, até hoje, a gente não consegue resolver, essa situação lá no Estado de Rondônia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer para você, Lorenzo Carrasco: você não é só um professor; você é PhD. É isso que se chama quando é acima. O senhor tem conhecimento daquilo que o senhor fala, o senhor previu tudo lá. Até não é que o senhor previu, o senhor viu, conseguiu enxergar, muito mais à frente do que muitas pessoas, o que iria acontecer no futuro não só para a Amazônia, mas para o Brasil, o quanto isso ia interromper o desenvolvimento não só da Amazônia, mas do Brasil, e por que essa interrupção.

E o mundo inteiro está em cima da gente. Agora vocês vejam, o senhor citou sobre a menina lá, a Greta. Quem é uma menina, uma criança para dizer o que é que um país igual ao Brasil vai fazer sobre a questão ambiental, ou um cantor, ou um ator lá fora impor certas coisas? E isso, a grande mídia – a grande mídia, não vou citar nomes – apoia esse tipo de situação, até porque achando – achando, não; eles têm certeza – que uma menina dessa falando influencia as crianças dentro das escolas.

E quero dizer para vocês, quando se implantou a reforma agrária no Estado de Rondônia, a gente tinha por obrigação preservar 50%. Após o Governo Fernando Henrique Cardoso, isso saiu de 50%, foi para 80% de preservação, que está até hoje.

E houve, inclusive, uma discussão... Eu estava falando outro dia de uma entrevista sobre isso também. Os órgãos ambientais, o Ibama, a Sedam, que está em Rondônia, qualquer cidadão... Mesmo que você tiver uma área intacta hoje, de 100%, nada desmatado – o Senador Marcio Bittar sabe disso, não é diferente em Rondônia e lá no Acre –, você vai pedir um documento para abrir 5%, 10% naquele ano, se você tem o direito então dos 20%, você tem o direito. Então, você faz um projeto, faz tudo certinho. Isso passa meses, passa, às vezes, anos, e você não consegue nenhum papel. Por quê? Porque o interesse é que a pessoa vá lá e desmate sem autorização. Para quê? Porque é a lei da vantagem. Como é que se diz? Querem vender dificuldade sempre para receber facilidade. Isso é como eu vou dizer para vocês: é a pior coisa que pode ter para o nosso país, para o nosso desenvolvimento.

Mas eu quero deixar uma pergunta, só uma pergunta para o senhor: o que é que a gente poderia fazer, Prof. Lorenzo Carrasco, para reverter o que está acontecendo com a soberania da Amazônia? Para isso, é necessário mostrar aos brasileiros que esse patrimônio da Amazônia é dos brasileiros, porque nós não podemos perder a soberania nacional. A Amazônia é do povo brasileiro.

E depois, muitas vezes, eu escuto, o senhor falou – acho que foi o senhor que falou ali antes – sobre muitas vezes dizer que o Sudeste, o Sul... Eu sou do Sul, do Estado de Santa Catarina. Isto é real: muitas pessoas lá acham que não dependem da Amazônia, absolutamente nada da Amazônia. Mas dependem sim; todas as regiões do Brasil dependem, sim, da Amazônia, porque eles acham que a riqueza está lá, que eles têm a condição de comprar o que tem lá, mas o que foi impedido... Foi impedida a exploração. Por isso se criaram tantas reservas indígenas, por isso está aí o marco temporal agora, para que a gente resolva esse marco temporal, porque, se isso também for mais uma decisão do Judiciário, nós sabemos aonde que isso vai acabar de chegar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós precisamos de diversas coisas. É função da Câmara Federal, do Senado. Nós precisamos resolver essa situação do Brasil, e a soberania da Amazônia é muito importante para nós, nós precisamos entender, o povo brasileiro tem que entender que a Amazônia é dos brasileiros.

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Para interelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, quero agradecer a presença até esse horário, Sr. Lorenzo Carrasco. Ouvi atentamente e acho que a pessoa ideal para responder algumas perguntas é o senhor, que é um pesquisador, já está dentro dessa área e dentro do aprofundamento.

Primeiro, Senador Plínio, além das ONGs, eu queria saber o compartilhamento dos outros Parlamentares sobre a constitucionalidade do Fundo da Amazônia, já que foi criado por um decreto, em 2008, e não passou pela Casa Legislativa. Esse decreto está em vigor, recolhendo esse dinheiro, principalmente de um país...

Eu pergunto ao Sr. Lorenzo se ele investe 90% de todo esse fundo no Brasil e na Amazônia para preservação, conservação, monitoramento, fiscalização – estou falando da Noruega – por remorso, por altruísmo mesmo, ou tem a finalidade de preservar e agir com todos esses verbos que já foram ditos aqui, que eles falam. Por que eu pergunto isso? Porque é o maior investidor; mas aí eu pergunto ao senhor, como pesquisador, se a Noruega ainda tem participação em mineradoras na Amazônia, porque parece um bom negócio deixar intacta a nossa Floresta Amazônica, sem poder ser prospectada, sem poderem ser procurados minérios, riquezas a que só alguns podem ter acesso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta é: é remorso ou é investimento mesmo, porque é interesse desses países fazer essa política do "eu poluo, mas eu estou lá fazendo a minha parte na Amazônia", ou seja, "eu tenho vantagens aí"?

Uma outra: o senhor deixou claro, pelo menos em uma parte do livro a que eu tive acesso, que as ONGs parecem – elas parecem, não –, querem manter algo intacto, o eugenismo, até mesmo com a parte humana; e eu vi o Presidente Lula falando agora, ontem, antes da abertura, da preocupação com o humano, com a pessoa. E eu acho que ele estava se referindo ao povo indígena, que, no estado do Senador Plínio, pelo menos aí eu acho que 90% – eu vi no novo Censo – são indígenas, em Manaus. E me corrija se eu estiver... Eu estava vendo ontem isso.

Então, as ONGs... O interesse, se for mesmo o dessa fiscalização, proteção, essas palavras que são tão peculiares ao poder público... E elas estão fazendo isso, essa usurpação de poderes, com essa finalidade de se preocupar com a população.

Quando o senhor disse sobre desenvolvimento, do qual o Presidente Lula falou ontem, que precisa desenvolver e não criar um santuário intacto – parece que ele já está até concordando com algumas ideias... Se essas ONGs agem com essa finalidade também, igual aos países que investem neste país, e que são financiadas por empresas particulares, com esses interesses, com a única e exclusiva finalidade da procura pela riqueza e não pela preocupação com o social, com a pessoa, com o índio, com a causa... Os ianomâmis estão lá, morrendo até agora.

Teve aquela confusão no início do Governo. Vai todo mundo, vão todas as missões possíveis, todos os Ministros foram lá analisar e não resolveram nada – estão nas mesmas condições –, o que leva a entender que existe, sim, o interesse de não desenvolver o capitalismo, porque parece que o capitalismo é ruim para a Amazônia. Vai devastar, vai acabar tudo.

Então, a pergunta dois é: existe, sim, dentro do conhecimento do senhor, a possibilidade da exploração, do crescimento, da geração de renda social dentro da Amazônia, sem essa devastação? Ou seja, a ideia real dessas ONGs poderia ser aplicada? Porque a ideia real delas parece que não é feita, não acontece ou, se acontece, acontece em benefício deles. É isso que eu estou querendo entender, porque eles conseguem deixar a gente olhando só por uma janela – a janela que eles querem que a gente veja, ou seja, só consigo enxergar pela moldura que eles colocam nas causas que eles defendem. E isso é manipulação da população. Isso é manipulação até mesmo nossa, dos Parlamentares que não têm acesso a esse tipo de informação que o senhor pesquisa.

Então, pergunta rápida e clara: o interesse de países como a Noruega, que são os maiores investidores em fundos, que, no meu ponto de vista, Senador Plínio, Presidente, é inconstitucional... Deveríamos agir aqui, fazer alguma coisa sobre isso, e não porque eu sou contra o fundo, não; é porque realmente está ferindo a nossa Constituição. Depois, seriam eles participantes de empresas – se o senhor



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem ou não esse conhecimento – que poluem a Amazônia? Já foi alvo aí do Ministério Público Federal, lá no Pará, a Hydro, mineradora que polui. Eles continuam com esse capital?

Eu estou na expectativa, Senador Plínio de que essas pessoas...

O SR. LORENZO CARRASCO – Hydro é canadense, não?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LORENZO CARRASCO – Ah, da Noruega? O.k.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Noruega.

Por isso que eu perguntei: é remorso? Ou é porque eles estão explorando e querem investir mais só para eles explorarem essas riquezas? Porque, no meu ponto de vista, Plínio, Amazônia, Venezuela, Peru, Bolívia, Colômbia, Guiana... Por que só no Brasil? Por que só esse interesse aqui? Será que a melhor parte do bolo está aqui?

Então, são essas duas.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o Sr. Lorenzo Carrasco.

O SR. LORENZO CARRASCO (Para expor.) –

(Pronunciamento em língua estrangeira, aguardando posterior tradução.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradeço, Prof. Lorenzo Carrasco, sua paciência, sua sabedoria de compartilhar conosco todo esse conhecimento.

O SR. LORENZO CARRASCO – Obrigado a você.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E elogio o seu entusiasmo em fomentar, em estar com a gente aqui, querendo realmente mostrar a nossa indignação. Muito obrigado pela sua participação, que enriquece, que ilustra, que nos traz conhecimento.

Antes de colocar em votação os requerimentos extrapauta, eu queria mostrar mais um vídeo que nos foi enviado aqui, que é mais um que mostra como os índios estão, como os nossos indígenas estão.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – São os indígenas brasileiros reclamando e aproveitando a CPI, Professor, para extravasar e mostrar toda a sua indignação e as necessidades de suas mazelas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI também tem conseguido – a gente fez aqui o resumo só, rapidinho –, não posso chamar efeito colateral, porque, na realidade, é um efeito muito bom: a gente nota o BNDES, a gente nota o Fundo Amazônia, a própria Presidência, a gente nota os órgãos preocupados em dar alguma resposta. Valores do bi... Olha só essa aqui: "Missão do Fundo Amazônia é mudar região". Então, a gente já tem aqui dizendo que, ao longo de 15 anos, eles vão tentar inverter a política, Senador Styvenson. É mudar a região. E eles, quando falam em mudar, vão canalizar, dizem, investimentos.

No Pará, o nosso Presidente Lula diz que a Amazônia tem de gerar riqueza, não ser santuário. Tomara que, quando ele chegar a Brasília, continue pensando isso, o que ele disse lá.

"Valores do BID e BNDES devem ser liberados em outubro", diz o Presidente do BNDES, o Mercadante, que também anunciou que o Fundo Amazônia vai agora financiar os municípios: "Municípios agora podem apresentar projetos e receber recursos do Fundo Amazônia". Até então, só era ONG. Se for verdade, melhor ainda. E a gente vai passar a cobrar.

São efeitos já causados por esta CPI, que fica mostrando a realidade, e eles querem dar resposta. Também tem os lados ruins, que a gente vai continuar investigando.

"Dados do TCU apontam que cursos de capacitação na Amazônia poderão chegar a 1,7 milhão". O valor seria para três dias de aulas, e a CPI está investigando, porque eles gastam aquilo que a gente já sabe: eles gastam até 85% – dito pelo TCU – do dinheiro arrecadado entre si.

Tem... Também recebemos a carta – e já divulgamos – dizendo que a Foirn, que é a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, está pressionando a comunidade, algumas comunidades, para assinar uma carta de repúdio à CPI, nada do que a gente não possa esperar. Prova de que a gente está no caminho certo.

Quero também comunicar aos brasileiros que estão nos ouvindo neste momento e aos Senadores que estão que, como Presidente da CPI – eu até deveria ter trazido a este Plenário, mas a gente acabou ficando com poucos Senadores –, vamos devolver a documentação que o Ministério das Relações Exteriores nos enviou. Nós fizemos um requerimento, de autoria do Senador Marcio Bittar, e eles simplesmente nos mandaram 648 páginas em inglês – em inglês. Tomara que eles não estejam respondendo aos americanos em português.

Eu acho isso um acinte, eu acho isso um desdém, e não posso aceitar de forma alguma, que me perdoem os outros integrantes... Eu não pude colocar isso, Marcio, mas nós estamos devolvendo...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... para que eles façam e nos tragam em português.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não estou nos Estados Unidos, eu não sou colonizado. Eu me recuso a ser colonizado.

Se o Itamaraty procede assim em relação ao exterior, saiba que isto aqui é uma CPI dentro do Senado Federal da República. Como Senador, eu exijo por parte do Itamaraty respeito. Por isso, a gente está devolvendo. Que eles façam a coisa certa, que não brinquem conosco. O Senado, embora em alguns momentos vacile, não é lugar de brincar. Isso aqui é um lugar de respeito. Nós merecemos respeito. E eu exijo isso do Itamaraty, eu exijo isso do Ministério das Relações Exteriores.

Serão incluídas na pauta como extrapauta as deliberações dos Requerimentos nºs 103 e 104 e o aditamento ao Requerimento 93/23, os quais requerem...

Primeiro:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 103, DE 2023

Requer seja convidado o Sr. Cimar Azeredo Pereira, Diretor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Autoria: Senador Hamilton Mourão

E aqui cabe um comentário. Há dez anos, a comunidade indígena ou a quantidade de indígenas no país beirava a 1 milhão – na realidade, oitocentos e poucos... Dez anos depois, estamos aí com 1,6 milhão. Dobrou! Em dez anos, dobrou, o que confirma... Isso aqui é... Eu, como Senador, estou assumindo essa responsabilidade. É aquilo que a gente denuncia: eles estão fazendo, fabricando índios. Os mestiços estão sendo tornados indígenas. Isso prova, porque, em dez anos, você não dobra uma população. Então, confirma aquilo que os depoimentos... Aquela moça de Autazes disse... E eu tenho "n" depoimentos nesse sentido. Eles estão transformando mestiços em indígenas exatamente para espalhar onde eles querem depois pedir demarcação de terra.

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

TEM 2



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 104, DE 2023

Convite ao Cacique Kleber Jorge Silva Soares.

Autoria: Senador Plínio Valério

Aditamento ao Requerimento 93/23, a pedido do nosso componente da CPI Senador Beto, do Pará, transformando, aditando...

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2023

Requer que seja aditado o requerimento nº 93/2023, transformando a convocação do Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, presidente da Natura & Co.Holding, em convite.

Autoria: Senador Plínio Valério

É porque a gente estava convocando o Sr. João Paulo Brotto Gonçalves Pereira, da Natura; aditando, transformando em convite, com o compromisso de que ele virá, atendendo ao pedido do nosso companheiro Senador Beto.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Só uma observação sobre esse requerimento.

Eu estava junto com o Presidente Plínio na conversa com o Senador Beto. Que fique claro que essa é uma questão de civilidade, educação, mas já está implícito na fala do Senador Plínio que é um convite, sabendo que, se não aceitar, será convocado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto, correto.

Inclusão dos itens... Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Coloco em votação.

Os Parlamentares que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados, então, esses requerimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Votação da ata.

Coloco em votação a Ata da 6ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Não há nada mais para deliberar, mas é sempre reafirmar: apesar do que acontece – e a gente não traz para cá tudo que acontece em relação à pressão na CPI –, a CPI vai continuar cumprindo com o seu papel. O primeiro deles, o mais importante, estamos conseguindo de verdade: o brasileiro hoje e a brasileira hoje têm conhecimento da realidade na qual vivem os nossos indígenas. Com palestras e com exposições de caciques, com exposições como a do Prof. Carrasco e a do Aldo Rebelo, a gente tem o outro lado da moeda. Aquela narrativa de que os "ongueiros" são bonzinhos, são éticos, são politicamente corretos, que eles pregam e passam a mentir em função disso, está caindo por terra. A gente quer, sim, de verdade, fomentar esse sentimento de indignação com aqueles brasileiros que se negam a voltar a ser Colônia.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 11 horas e 18 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 24 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 8ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia quinze de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Beto Faro, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Zequinha Marinho, Paulo Paim, Zenaide Maia, Marcos do Val, Esperidião Amin, Augusta Brito, Angelo Coronel e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 106 de 2023** que : "Requer a realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364" **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 107 de 2023** que : "Diligência Externa CPI ONGs - Resex Chico Mendes Requer a realização de diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 108 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na região amazônica, estejam lá sediadas ou não." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 109 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações complementares às anteriormente solicitadas, pelo Requerimento nº 17, de 2023 - CPIONGS, a respeito da relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Depoimento como convidado. Finalidade:** Depoimento como convidado. Oitiva do Ricardo Salles, em atendimento ao requerimento 12/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/15>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia! Bom dia a todos! Obrigado pela presença mais uma vez.

Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs ou OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de colher o depoimento, como convidado, do Sr. Deputado Federal Ricardo Salles, conforme Requerimento nº 12/23, aprovado por este Colegiado.

O nosso convidado já está aqui, o Deputado Federal Ricardo Salles, recentemente Ministro do Meio Ambiente. Nós o convidamos por acharmos importante o seu depoimento sobre o que ele viu, o que ele sentiu, o que ele fez e o que ele deixou de fazer.

A gente ouve o nosso convidado e, em seguida, então, vai abrir aos nossos...

Pela ordem, Senador Beto.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Presidente, eu só pediria, se desse, para a gente poder tratar logo dos requerimentos, antes da fala, porque a ordem sempre foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É; a gente...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A gente tratar logo dos requerimentos... Tem só quatro requerimentos. Eu não tenho... Eu não estou me opondo ao requerimento; eu só queria acertar um procedimento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É só uma questão... A gente podia falar logo tudo e aí...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Aquele é... É porque a gente tem outros requerimentos. Daqueles quatro requerimentos, nós já aprovamos um, que eu apresentei, tornando...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Deixe eu lhe falar o que é...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É nesse sentido, Beto, o seu?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não, não. Deixa eu explicar logo o que é, Presidente.

Hoje, na pauta, temos quatro requerimentos – está certo?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Até do nosso Relator. Não estou me opondo, está certo? Tocamos isso.

Um critério que eu queria estabelecer é... Ninguém está se opondo a vir depor na CPI. Todo mundo, até pelas informações que eu tenho, todos que foram chamados estão vindo, estão sendo convidados e estão vindo.

Naquele dia da sessão que foi *online* e presencial, a gente aprovou – eu acabei passando batido – quatro requerimentos que foram de convocados. É a primeira vez na CPI, durante todos os requerimentos, que nós aprovamos a convocação. Eu conversei com V. Exa. e solicitei que a gente transformasse isso, por iniciativa dos próprios proponentes... Eu tinha feito, inclusive, por minha iniciativa...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso! Nós conversamos sobre isso.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... mas a minha avaliação estava equivocada. Então, por iniciativa dos próprios proponentes, que a gente transformasse todos em convites. Se, por um acaso, alguém começa com "Ah, não vou!", você tem a minha aprovação aqui para, em seguida, a gente fazer a convocatória.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Correto!

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está certo? Nós temos isso. Mas eu acho que não há necessidade ainda de a gente ir para essa questão da convocação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você, na última reunião, reverteu o...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Um que foi a seu pedido, porque tinha sido...

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas tem mais o 92, o 94 e o 95. Foi convertido o 93.

Então, eu estava pedindo para que a gente pudesse... Pode ser hoje ou pode ser na próxima, como as pessoas não estão sendo convocadas, só para a gente estabelecer, para ver se a gente estabelece isto como critério, o convite. Caso não venha, aí tudo bem! Aí, a gente faz esse procedimento.

E, com relação aos outros quatro, sem problemas.

E acho, Presidente e Relator, como nós já estamos num tempo da CPI e tem muitas diligências e tem muitos requerimentos aprovados já de convite e tudo, eu acho que a gente precisava fazer uma conversa, que não é hoje no depoimento...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... mas uma conversa da CPI, dos membros só da CPI, para a gente acertar mais essa dinâmica aí do trabalho, porque, senão, daqui a pouco, a gente tem pouco tempo para poder fazer muita coisa que já está aprovada por nós, inclusive. Tem muito requerimento aprovado por nós e que a gente pode, depois, não ter tempo para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Beto...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Presidente, só uma questão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois não, Senador Marcio.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu peço a compreensão dos colegas, principalmente do Senador Beto, porque eu acho que não vai alterar nada, é só uma questão aqui da dinâmica: o Deputado Ricardo Salles, que de pronto veio à CPI, tem a CPI do MST, que começa às 14h. Então, excepcionalmente hoje, Presidente, seria interessante passar a palavra logo para o depoente, para a gente...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Então, só uma garantia para mim. Nós não teremos requerimentos extrapauta. São só aqueles quatro, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não tem... Extrapauta não, mas tem... Deve ter em algum requerimento?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Se não tiver, se forem só aqueles quatro, aí tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só tem os três dele? *(Pausa.)*

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sim, são quatro. Só isso!

(Intervenções fora do microfone.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E, Beto, tem requerimentos também do Senador Bittar, que nós vamos no final...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Ele está falando desses.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Os quatros...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Beleza! Então, concordando, a gente vai seguir levando tranquilamente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, e quanto a isso, a gente vai sim, até porque temos que definir o nosso primeiro deslocamento, que vai ser para São Gabriel da Cachoeira. Vamos nos reunir em Pari-Cachoeira com oito etnias.

Com a palavra, então, o nosso convidado, o Deputado Federal Ricardo Salles.

O senhor, como convidado, Deputado, vai ter tempo de expor com tranquilidade, sem afobação, está bom? Fique à vontade! O senhor aqui é nosso convidado.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Plínio Valério; Relator, Senador Marcio Bittar, em nome dos quais cumprimento a todos os Senadores. Bom dia a todos!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta CPI tem um papel fundamental de trazer luz a um assunto que, já há muitos anos... Isso não vem do Governo Bolsonaro, não é deste mandato do Lula. Ele vem de lá de trás, desde a época do Fernando Henrique Cardoso. Há um afluxo muito grande de entidades do terceiro setor para a Amazônia, parte dessas entidades com ligações estreitas com grupos ligados a igrejas – não só à Igreja Católica, mas outros grupos. Essas entidades, algumas de origem nacional, sobretudo do Sudeste, mas a maioria das iniciativas que fluíram para a Amazônia decorrem de esforços internacionais, ao aliar-se com representantes aqui no Brasil, quer seja de partidos políticos, de membros da academia, de representantes de órgãos ambientais estaduais e até federais e municipais. Enfim, há uma gama de autoridades que se uniram com o recurso internacional para desenvolver atividades na Amazônia.

Que atividades são essas? Quando a gente escuta falar de ONG, Senador Plínio Valério, a primeira imagem que vem à cabeça das pessoas, em média, evidentemente, é de um propósito com um tema ligado aos chamados direitos difusos, ou seja, a defesa de temas de direitos humanos, meio ambiente, minorias, mas não é só isso. Tem isso, evidentemente, mas não é só isso que foi migrando para a Região Amazônica. Uma série de atividades ligadas à "pesquisa" – pesquisa muito entre aspas – de recursos naturais e biodiversidade que nós temos no nosso território na Amazônia. Essas pesquisas, algumas delas com o fito realmente de pesquisar pela ótica acadêmica, mas outras conhecidas da Amazônia muito mais ligadas à obtenção de informações comerciais e estratégicas ligadas aos recursos naturais brasileiros.

Isso não é de hoje, basta ler os livros que existem há muitos anos relatando o bastidor do que acontece no âmbito das ONGs no Canadá, nos Estados Unidos, na Europa. Então, esse esforço em empenhar recursos financeiros, recursos humanos e dedicar uma estratégia à Amazônia para os diversos fins que nós estamos tratando aqui, isso vem de muito tempo e não é negado pelas autoridades, pelos grupos estrangeiros. Aliás, não tem como negar. As questões são evidentes, constam de relatórios, Governo da Noruega, Governo do Canadá, departamentos da União Europeia. Portanto, são temas praticamente incontestáveis e que não trazem consigo nenhuma controvérsia – evidentemente, para além de temas de segurança nacional, que não é o objeto aqui.

Para onde que isso começa a resvalar no objeto desta CPI? – se eu entendi bem aquilo que se pretende. É que, desde Fernando Henrique, há um envolvimento muito intenso, que ora está mais intenso, ora é menos intenso, mas há um grande envolvimento das autoridades governamentais federais, sobretudo na área de meio ambiente, mas não só, ligado a essas entidades estrangeiras que operam na Amazônia, e também ligado, um pouco depois, às brasileiras que se formaram, mas muitas delas com ramificações lá fora.

É importante deixar claro, Senador Marcio Bittar, que as pessoas envolvidas nesse tema são praticamente as mesmas desde a época do Fernando Henrique Cardoso. Perpassaram dois mandatos do Lula, um mandato e meio da Dilma, o meio mandato do Michel Temer e os quatro anos do Bolsonaro, e estão aqui, nesses seis, oito primeiros meses do mandato do Presidente Lula. Nós podemos fazer aqui uma lista de vinte, trinta, quarenta figuras públicas, umas mais conhecidas, outras nem tanto, que se



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revezam em posições que são ora em cargos públicos – seja ministro, secretário, secretário de Estado, secretários municipais –, ora em entidades do terceiro setor – ONGs, portanto –, e ora na academia e, mais recentemente, no setor privado. Antigamente, havia uma menor intersecção com o setor privado. Talvez, de dez anos para cá, essa intersecção tenha aumentado.

Por que esse dado é importante, Senador Zequinha? Porque aqueles que, num dado momento, estavam na academia produzindo textos, sob encomenda ou com fito predeterminado, para atingir um determinado objetivo, vão para o governo de determinado estado ou o Governo Federal. Aqueles que estavam no Governo Federal migram para as ONGs, e os que estavam nas ONGs vêm para a academia ou voltam para a academia. E essa ciranda dos mesmos nomes se retroalimenta a todo momento. E por que isso é de fundamental importância? Porque um legitima o outro, um dá dinheiro para o outro, um cava oportunidade para o outro atuar. E, assim, a coisa vai levando. Isso é de fácil identificação.

Eu vou dar um exemplo concreto e presente. Nos dois anos e meio em que eu fui Ministro, nos quatro anos do Governo Bolsonaro, uma das entidades do terceiro setor, uma das ONGs do terceiro setor, que mais financiou inclusive jornalistas a participarem de seminários internacionais, cobertura de COP, cobertura de determinado evento, ou seja, financiaram esse movimento todo, foi uma entidade chamada iCS (Instituto Clima e Sociedade). Quem era a grande articuladora e financiadora do iCS? Uma senhora que hoje está no Ministério da Marina, chamada Ana Toni.

Vários integrantes do Ministério do Meio Ambiente em gestões passadas – na nossa não, mas em gestões passadas – voltaram para a academia. Cito um exemplo: pesquisador da Universidade Federal de Viçosa que indevidamente pegou dados do Ministério da Agricultura relativos ao manifesto de transporte, a GTA, a guia de transporte animal, dados de desmatamento... Esses dados da GTA, é bom deixar claro, são dados sigilosos do Ministério da Agricultura: quem vende, quem transporta, de onde vai, para onde vem, e assim vai. Cruzou esses dados e divulgou ao público internacional para atacar a pecuária brasileira, um dos pilares da nossa economia, usando o argumento, em consonância com dados de desmatamento, para dizer: "Veja como a pecuária brasileira é um dos principais motores de propulsão do desmatamento". E, não por coincidência, não por coincidência, a ex-Ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira era – não sei se ainda é – a responsável na ONU pela campanha mundial de redução do consumo de carne, quer dizer, vejam como as coisas se entrelaçam. Funcionário do Ministério do Meio Ambiente vai para a Universidade de Viçosa, com dinheiro internacional de uma ONG, faz uma pesquisa para atender o que defende a Izabella Teixeira na ONU, com dados que não poderiam ter sido usados nem divulgados – que é a GTA.

Esses são alguns dos exemplos – tem muitos outros – de uma sistemática que vem, desde então, acontecendo, Senador, de quem está no Governo arranjar um jeito de mandar dinheiro para pesquisa do seu colega que, no momento, está na academia; o seu colega, que está na academia, por sua vez, produz, sob encomenda, uma série de estudos, de pareceres, de teorias – eu vou chegar talvez à mais famosa delas que é a farsa do *tipping point* –, textos acadêmicos, estudos, pareceres para sustentar a visão política



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daqueles que estão no Governo e a visão econômica daqueles que, se dizendo defensores de causas muito relevantes, não agem com tamanho desprendimento na hora de perceber, receber recursos públicos, quer sejam recursos públicos diretamente ou numa outra modalidade, Senador Marcio Bittar, que é talvez a mais dissimulada, a mais astuciosa modalidade de fazer de conta de que não é financiado com dinheiro do Governo ou, pelo menos, com dinheiro sob a responsabilidade do Governo... Qual é essa modalidade, Senador Plínio? São os recursos internacionais de diversas fontes, Banco Mundial, USAID, GIZ, KfW, uma série de organismos internacionais ligados à ONU, FAO, etc., cujos líderes lá fora, inclusive o Secretário-Geral da ONU, fazem grandes estardalhaços quando dizem que vão mandar dinheiro para salvar a Amazônia, biodiversidade, isso, aquilo outro... O que eles não contam é que, depois que eles fazem a divulgação desse suposto recurso para essas finalidades, o recurso vem carimbado para projetos que eles querem que sejam feitos, através de ONGs que eles dizem que têm que executar, cujos amigos são os administradores dessas ONGs ou pesquisadores ou consultores que recebem salários bastante significativos. Nós encontramos casos, quando analisamos o Fundo Amazônia, de pesquisadores que ganhavam R\$30 mil, R\$40 mil por mês. Quando davam entrevista, diziam: "Não, nós estamos aqui cuidando do meio ambiente, não temos nenhum interesse". Bom, claro que não têm nenhum interesse. Ele ganha 40 paus por mês, salário de Ministro!

Senador, esses recursos que vêm de fonte estrangeira vêm já desenhados para sustentar essa máquina interna brasileira que é, por sua vez, o *longa manus* do que querem esses grupos estrangeiros em relação ao Brasil.

Por que as ONGs não atuam tão firmemente...? As ONGs internacionais e as entidades internacionais ligadas à ONU sobretudo, mas não só... Eu já disse aqui: GIZ, KfW, Banco Mundial, USAID, várias. Por que essa turma, praticamente, não financia, não procura, não age com relação ao Pampa? Está aqui o Deputado Zucco, Presidente da CPI do MST. Por que não tem projetos internacionais relevantes para preservar o Pampa gaúcho? Por que não tem projetos internacionais relevantes para preservar o Pantanal? Por que não tem projetos relevantes – têm alguma coisa – na Mata Atlântica? Mas não muito relevantes, tem algumas coisas do WWF, do TNC...

Antes que digam que eu estou demonizando todas as ONGs, há ONGs que fazem bons trabalhos. E há bons profissionais dentro dessas ONGs. O problema é que não são os que mais aparecem, não são os que mais relevância têm nesse meio. Com isso, acabam tendo a sua imagem manchada pelos que sabem manejar muito bem os recursos, as pressões políticas e todo esse emaranhado de relações indevidas no Brasil e no exterior.

Quando o dinheiro é eminentemente privado, não estando ele financiando algo ilegal, a medição de efetividade, Senador Marcio, é praticamente irrelevante para o poder público. Se alguém ou um grupo de pessoas, no Brasil e no exterior, quer financiar um determinado projeto, e esse projeto, por sua vez, não fere a Constituição brasileira, não fere a lei brasileira, mas, ainda assim, não tem efetividade, é direito



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles financiar o que quiserem. Cada um faz o que quiser com o seu dinheiro. Entretanto, quando esse dinheiro passa pelos órgãos governamentais e passa com esta carinha, com esta aparência de bom-mocismo: "Olhe só, a GIZ vai financiar tal iniciativa do Governo brasileiro", "O KfW vai dar não sei quantos milhões para o Brasil fazer isso, isso e isso" ou "O Fundo Amazônia vai receber não sei quanto"... Aliás, disseram que ia receber não sei quantas dezenas de milhões de janeiro para cá, e, até agora, nada. Mas o problema é que, quando eles fazem isso – e o Fundo Amazônia é um caso típico disso –, as autoridades internacionais, sobretudo governamentais... O que elas estão fazendo? Estão se escondendo atrás do Governo brasileiro para conseguir uma espécie de chancela de idoneidade ou legalidade ou incontestabilidade desse recurso que é doado e até mesmo, em certos casos, como é o caso da Noruega, do contribuinte norueguês, para lavar as mãos e dizer: "Olhe, se houve desvio, não tenho nada a ver com isso; foram eles que usaram mal", "Se houve falta de eficiência, não tenho nada a ver com isso, eu dei o dinheiro para o Governo brasileiro".

Vejam o paradoxo: eles, supostamente, dão dinheiro para o Governo brasileiro, mas não abrem mão de dizer como esse dinheiro tem que ser usado e para quem esse dinheiro deve ser mandado.

Foi exatamente isso que aconteceu na discussão do Fundo Amazônia. Ao contrário da narrativa estabelecida na imprensa, em nenhum momento, o Governo do Presidente Bolsonaro disse: "Eu não quero mais dinheiro no Fundo Amazônia". Ao contrário, muito pelo contrário!

Nós fizemos um levantamento, Senador Plínio, Senador Jaime, de quanto o Brasil tem de créditos de carbono, digamos assim, *lato sensu* – depois, eu vou entrar nas especificidades –, de quanto o Brasil tem de créditos de carbono para receber. E a conta é muito simples. Quando começaram essas discussões sobre mudança climática e esses temas de crédito de carbono, de mudanças climáticas com auxílio financeiro para que os países em desenvolvimento ajudassem a resolver um problema criado e, atualmente, ampliado pelos ricos... Aliás, eu li hoje num jornal insuspeito, na *Folha de S.Paulo*... Está lá a matéria dizendo que a variação de temperatura, o calor está fazendo com que os países ricos – Estados Unidos, Europa e até China – aumentem substancialmente a queima de combustíveis fósseis, que é a principal causa, por outro lado, da emissão de gases de efeito estufa, quer dizer, eles reclamam do Brasil e de outros países de floresta tropical ações para mitigar a questão climática, mas eles próprios são os verdadeiros responsáveis pelo dano causado através da queima de combustíveis fósseis.

É importante lembrar, Sras. e Srs. Senadores, que quem fez a Revolução Industrial, lá no início do século XIX em diante, foram os países ricos – a Alemanha, a Inglaterra, logo em seguida os Estados Unidos, o Japão. Eles cortaram as suas florestas para fazer dormente de ferrovia, carvão de locomotiva, indústrias rodando, com as suas caldeiras. Eles acabaram com as suas florestas para poder fazer a Revolução Industrial, ficaram ricos com isso. E mais do que isso: a utilização intensiva de combustíveis fósseis derivados de petróleo é de responsabilidade desses países.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não custa lembrar a todos os presentes que dos 100%... É importante dizer o seguinte: do ponto de vista histórico, a responsabilidade é toda dos países ricos. O Brasil não tem nada de responsabilidade. Enquanto eles estavam fazendo Revolução Industrial, o Brasil era um país agrícola, com população vivendo só na faixa litorânea, praticamente sem nenhuma emissão – zero. Então, historicamente, o problema é deles. Eles criaram esse problema, historicamente. Para além do "historicamente", Senador Plínio, o momento presente, que, obviamente, não diz respeito a hoje, diz respeito aos últimos 50 anos, mas, hoje, hoje, com todos esses movimentos internacionais falando, o Secretário-Geral da ONU, com essas manifestações catastróficas e totalmente hipócritas, dizendo que o mundo tem que fazer tal coisa, mas a conta, nas costas do Brasil... "O mundo tem que fazer tal coisa", a conta nas costas do Brasil! De 100% das emissões globais hoje... Se você bater uma fotografia hoje, de 100%, são 30%, China; 18%, Estados Unidos – estou falando números gerais –; 17%, União Europeia; 7%, Índia; 5%, Rússia. O Brasil é quanto? O Brasil é 2,9%, quer dizer, nós somos dez vezes menos do que a China, nós somos seis vezes menos do que os Estados Unidos e cinco vezes menos do que a União Europeia.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Deputado, repita, só para eu atualizar os meus...

O SR. RICARDO SALLES – Senador Zequinha, eu estou arredondando os números: 30%, China; 18%, Estados Unidos; 17%, Europa; 7%, Índia; 5%, Rússia; e Brasil é 2,9%. Portanto, não é papel do Brasil vestir máscara de culpado por mudança climática.

E por que esse tema é importante para esta CPI? Porque é incutindo um sentimento de culpa nos brasileiros, culpa essa que nós não temos, mas é incentivando e incutindo esse falso sentimento de culpa que eles nos enfiam goela abaixo todos esses projetos, todas essas ONGs, todas essas restrições, como se nós fôssemos o culpado por algo que eles criaram e que eles estão ampliando.

É importante lembrar que, para além desses percentuais, que já são por si só bastante relevantes para mostrar que não somos nós os culpados, dos 2,9% a que o Brasil responde, dentro dos 100% de emissões atuais, só metade, portanto, 1,45%, se refere a desmatamento e a mudanças, a transformações de áreas de vegetação nativa em agricultura ou pecuária. Os outros 1,45% são questões urbanas, de infraestrutura, de transporte que não têm nada a ver com desmatamento. E, mesmo dentro do desmatamento – é importante dissecar esses números –, mesmo dentro do 1,45% ligado a desmatamentos ou a mudanças do uso da terra, uma boa parte disso... Nós não temos o número exato, mas podemos asseverar, sem risco de errar, que uma boa parte disso se refere às áreas em que o Código Florestal brasileiro autoriza que haja supressão de vegetação para fins de produção agrícola, Código Florestal esse que nenhum país do mundo tem, nenhum! Nem de longe! Se você aplicar o Código Florestal nos Estados Unidos, é guerra civil, e, na Europa, então, se tiver que destruir área de preservação permanente com construção, não sobra nada da Europa, é tudo APP, tudo, ou seja, eles nos impõem uma série de culpas, uma série de pesos na consciência, uma série de medidas, que alguns comprem no Brasil por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconhecimento, outros compram por narrativa política, e alguns, e não são poucos esses alguns, compram essa narrativa ou disseminam essa narrativa, Senador Marcio, para ganhar dinheiro.

Eu me lembro, enquanto nós estávamos no Governo, da primeira COP em que eu estive, em 2019, na Espanha – ela ia ser no Chile, e, em razão daquelas confusões do Chile, foi transferida para Madri. O Brasil estava sendo rotulado como culpado pelo fracasso da COP anterior, em Katowice, na Polônia. Por quê? Porque – eu mencionei rapidamente agora há pouco e vou me aprofundar mais –, entre os diversos acordos, rubricas e compromissos internacionais de 2005 em diante... Você tem lá a Convenção do Clima; o sistema REDD+, que é o sistema de redução de emissões de desmatamento, emissões evitadas; você tem o próprio Acordo de Paris; tem uma série de mecanismos, o Protocolo de Quioto... De 2005 em diante, os países ricos começaram – começaram muito incipientemente – a pagar e a financiar projetos de redução de emissão, inclusive na indústria. E o Brasil se utilizou de muitos desses projetos e certificou esses projetos, provou que eles foram feitos, e foram bem feitos, e o que cumpria aos países ricos, de acordo com aquela discussão em Quioto em diante, era justamente financiar, Senador, esses projetos.

Esses projetos tinham... Mais ou menos, a ordem de 250 milhões de toneladas de carbono foi paga. O total era de cerca de 450. Eu não lembro se esse número está correto porque faz muito tempo. O Brasil ficou sem receber, de todos os 450 ou 480 milhões de toneladas evitadas que o Brasil certificou, portanto coisas que foram feitas, o Brasil ficou sem receber quase metade.

Aí, veio a crise de 2009. A Europa, sobretudo, parou de financiar esses projetos e passou a comprar créditos ou financiar projetos análogos, mas somente de países africanos. E o Brasil morreu na praia com esses créditos.

O Itamaraty, por outro lado, bastante aparelhado por esses grupos de ONGs e entidades, um nível de aparelhamento altíssimo, brigava nas COPs e nas reuniões, de certa forma respaldando um certo *lobby* de alguns setores industriais, brigava nas COPs para que não avançasse a discussão de regulamentação do Acordo de Paris, sobretudo dos artigos 6.2 e 6.4, relativos ao Acordo de Paris, se não houvesse o resgate, Senador Marcio, daqueles créditos lá de trás de 2005 em diante e que pararam em 2009, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Nós chegamos em Madri, e todos os embaixadores e ministros de meio ambiente dos países mais relevantes foram conversar conosco e disseram "olha, o Brasil foi quem empatou a última negociação por causa do CDM", que é o MDL em português, "o que vocês podem fazer para ajudar?" Eu falei "não, nós vamos abrir mão disso. Nós não queremos. Pode tocar". Dava uns US\$2 bilhões de crédito, mas que já tinham se transformado em crédito podre. Coisas de 15 anos antes. Ninguém ia pagar isso.

Por outro lado, isso estava servindo de pretexto deles para não nos pagar o que a gente tem de crédito. Quanto nós temos de crédito? Vamos calcular aqui, números gerais. Para além do MDL, que dá US\$2 bilhões, nós temos um volume de crédito de carbono evitado no sistema REDD+, tudo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contabilizado pela UE UNFCCC, que é o braço da União Europeia que monitora os assuntos de mudança climática e tal, onde está o painel do IPCC e tal... O Brasil tem determinado volume de crédito de carbono evitado lá que, se multiplicado não pelos US\$5 que eles querem enfiar na nossa garganta, US\$5 a tonelada, mas, se nós praticarmos, Senador Marcio, os US\$40 que os países europeus praticam entre si... Veja o protecionismo dos ricos! Para nós, US\$5, quando vem; para eles, entre si, US\$40. Se nós praticarmos os US\$40 que eles praticam – ou praticavam, não sei como está agora –, nós teríamos um crédito aproximado de US\$360 bilhões, US\$340 bilhões. Já temos esse crédito. Esse dinheiro está lá. "Ah, mas é voluntário!" Está bom, é voluntário, mas está lá. Ou seja, nós já fizemos o dever de casa. Já está feito. E eles ficam nessa narrativa de "Ah, vocês fazem primeiro; a gente paga depois". Não!

Chegou uma hora em que nós dissemos: "Vocês pagam primeiro e a gente continua depois. Aqui é sentou, sorriu, a conta dividiu. Nós estamos vindo aqui para resolver um problema climático que vocês criaram, que vocês estão ampliando e vocês querem colocar essa conta com os países em desenvolvimento, sobretudo com o Brasil".

Então, veja, nós temos os créditos do MDL, temos os créditos do sistema REDD+, nós temos um percentual, que não é menos de 10%, certeza, dos US\$200 bilhões que foram prometidos anualmente para os países em desenvolvimento pelos ricos...

Qual foi o canto da sereia no Acordo de Paris, Senador Plínio? "Olha, nós somos ricos, mas nós temos dinheiro. Nós não temos condição de melhorar nossas emissões no limite que a gente precisa, então, a gente vai ajudar os países ricos a preservar, já que nós estragamos o clima, e vocês vão nos ajudar a arrumar a besteira que nós fizemos, mas nós vamos pagar por isso".

Esse era o espírito do Acordo de Paris. Só que esse espírito só foi cumprido na parte que diz respeito às nossas restrições, ao prejudicar o Brasil e os outros países em desenvolvimento. No que diz respeito a pagar, que era a obrigação deles: Hã-hã, negativo.

Os dois artigos do Acordo de Paris, Senador Marcio, cuja regulamentação é essencial para o pagamento desses créditos, vinham sendo... No ano passado, se eu não estou enganado, eles liberaram o 6.4, que diz respeito às negociações privadas. De tal sorte que disseram: "Olha, mercado voluntário, cada um faz o que quer. Vamos liberar esse troço aqui". Agora, o mercado governamental, que é o grosso das transações, que é o artigo 6.2, negativo, não teve acordo. Pô, mas não teve tempo ainda de fazer esse acordo? O Acordo de Paris é de 2015, nós estamos em 2023, oito anos depois!

O que é isso? É a estratégia dos países ricos que mantêm as ONGs que atuam no Brasil. Não regulamentam o artigo de Paris, o 6.2 do Acordo de Paris, mas querem, por outro lado, impor toda a sorte de restrições ao Brasil. E, o pior, segmentos do nosso país, seja por desconhecimento, por má-fé ou por interesse econômico, dão eco a esse tipo de pressão indevida no nosso país, sobre o nosso país.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é que nós não devemos ter boas práticas ambientais, não é isso! Mas nós não temos que deixar que outros venham aqui ditar regras para nós enquanto eles continuam sendo os principais culpados pelos problemas ambientais globais, quer seja poluição de oceanos, poluição do ar, poluição do solo e emissões de gases de efeito estufa.

Aliás, o principal problema é da China e nenhum país tem coragem de falar nada porque morre de medo da China. A Europa é um monstro para falar do Brasil e é um pigmeu para falar dos chineses, tem todo o tipo de acordo comercial pelas costas com a China, dependem da China para tudo. Então, a braveza, a bravura europeia é só sobre o Brasil, com relação à China, *bocca chiusa*, ninguém fala nada. Os Estados Unidos, neste Governo do Biden, estão bem parecidos com a Europa.

Então, vejam, senhoras e senhores, essas coisas não acontecem por acaso, Marcio, não acontecem por acaso.

Essa grande onda de pressão internacional sobre o Brasil, sobretudo nos quatro anos do Bolsonaro, que ousou enfrentar esse tipo de coisa, que ousou colocar a conta sobre a mesa e falou: "Agora vocês vão. Chega de lero-lero, chega de calote no Brasil, chega de calote nos países em desenvolvimento. Não quero mais saber o que vocês estão falando aí na Europa. Eu quero que vocês paguem o que vocês estão devendo. Enquanto não pagar, não me interessa o que você pensa, não me interessa.... Não interessa".

Só que, através das ONGs, da academia e de uma série de meios de comunicação – como eu disse, alguns por desinformação, outros por má-fé e outros por interesse econômico, porque estão ganhando dinheiro com isso –, ao invés de defender os interesses reais do Brasil e dos brasileiros, eles não fazem.

Eu me lembro que, quando o John Kerry assumiu como enviado especial para o clima, do Presidente Biden, na semana que ele assumiu, nós tivemos uma conversa por telefone; e, a partir dessa conversa, tivemos mais umas quatro reuniões, inclusive com o número dois dele, que é uma pessoa muito competente, muito objetiva, muito clara, que é o Jonathan Pershing. E nós dissemos: "Olha, são problemas diferentes: desmatamento no Cerrado é por um motivo, desmatamento na Amazônia é outro motivo". O do Cerrado é porque o Código Florestal autoriza que os proprietários de terras no Cerrado, que são terras com grande potencial de produção agrícola e pecuária, sobretudo agrícola, devem manter reserva legal de 35%, ou seja, os outros 65% é direito do proprietário produzir. E se ele não for produzir, alguém tem que pagar. Para você falar... Aliás, a Europa faz isso. A Inglaterra, por exemplo, tem nas *wetlands*, nas áreas inundadas, exatamente esse modelo de pagar para os proprietários nada fazerem nessas áreas. Só que, no caso deles, eles pagam. Os agricultores franceses recebem. Os americanos também. Com os brasileiros não; eles querem que os brasileiros façam na faixa, de graça, para ajudar a resolver um problema que eles criaram. Este é o problema do Cerrado: potencial de agricultura e direito de explorar 65%. Portanto, nada mais natural que os proprietários o façam. E se quiser que eles não façam, tem que pagar o que nós criamos no Governo, que é o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais). Que é a coisa mais normal do mundo, o mundo inteiro tem, e aqui não havia.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Amazônia é um pouco diferente.

Estou aqui ao lado de dois Senadores da Amazônia. Portanto, não quero ensinar pai-nosso para o vigário aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Todos os principais estão aí.

O SR. RICARDO SALLES – Bom, é verdade, todos os cinco.

Mas o fato é que o desmatamento da Amazônia tem outra origem, tem outra conotação, outros motivos. Claro que não é para os Senadores esse dado. Vou trazer aos demais que estão na audiência. Mas a Amazônia é do tamanho da Europa Ocidental, tem 25 milhões de brasileiros, é a região mais rica do planeta, em termos de recursos naturais. De tudo que você olhar a Amazônia tem mais: mais água doce, 10% da água doce do planeta está na Amazônia; a maior biodiversidade do planeta é a Amazônia; a maior quantidade de madeiras nobres do planeta, Amazônia; reservas de minério de ferro, Amazônia; ouro, Amazônia; diamante, Amazônia; manganês... Tudo. Então, você tem biodiversidade, madeira, minérios, recursos minerais de toda sorte, inclusive petróleo – está aí a discussão da Foz do Amazonas –, você tem 25 milhões de brasileiros vivendo naquela região, porém, o pior Índice de Desenvolvimento Humano do país. Ao contrário do que as pessoas do Sudeste, do Sul e até de parte, mais para baixo aqui, do Centro-Oeste, às vezes imaginam, a região mais pobre do Brasil não é o Nordeste, é a Amazônia. Os piores índices de saúde, de falta de saneamento, de má educação e de moradia precária estão na Amazônia.

Então, você tem uma população sentada em cima de um tesouro de recursos naturais, mas essa população é a população mais pobre do país. E o Sul e o Sudeste se alinham à turma de Nova York e da Europa para dizer: "Olha, continuem vivendo na miséria! O importante é que vocês não encostem na floresta. Se você morrer de fome, se seu filho não tiver saúde, se você continuar morando nessas palafitas, em Manaus ou em Belém, é problema seu, mas não encosta na floresta".

Essa é a visão mais estúpida e irrealista que pode haver: você colocar 25 milhões de pessoas com o pior IDH do Brasil, em cima da região mais rica do país e dizer para essas pessoas: "Morram de fome, mas não encostem na floresta", isso não vai acontecer.

Não aconteceu no passado e não vai acontecer nunca.

Ou o Brasil adota uma postura madura e cria procedimentos e protocolos para que se utilizem os recursos naturais, se utilizem os recursos de madeira, de minério, minerais, adequadamente, com planejamento, com um licenciamento ambiental realista, ou vai ser feito de qualquer jeito, como tem sido feito desde sempre.

Eu tenho inúmeras histórias, algumas delas, inclusive, patrocinadas pela visita que o Senador Marcio Bittar organizou, que mostram muito bem esta realidade. Nós fomos ao Acre, a Bancada do Acre



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quase toda – não é, Senador? –, entre Senadores e Deputados. Fomos a Xapuri, onde viveu o Chico Mendes, onde morreu o Chico Mendes. Inclusive, fomos à casa do Chico Mendes e fomos também à Reserva Extrativista Chico Mendes, que, se não me falha a memória, tem 900 mil hectares, onde moram cerca de quatro, cinco mil pessoas. O número é meio controverso, ninguém sabe ao certo – berço da Marina Silva, do Chico Mendes e de toda aquela turma lá. Eu pedi ao Senador Marcio, falei: "Vamos lá na Resex Chico Mendes?". Achei que ia apanhar lá, não é? Imagina! Ministro de Bolsonaro, antiambiental, destruidor da floresta e tal, etc. "Vou lá". Chegamos lá, tinha uns 200 líderes das respectivas famílias que moravam lá – me corrijam se eu disser alguma imprecisão aqui. Qual foi a posição dos líderes das famílias que moram dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes?

Vou resumir. Eles disseram: 1) eles odeiam a Marina; 2) eles odeiam o ICMBio. E por quê? Porque eles estão sendo usados como narrativa política da história da florestania, dizendo que as pessoas têm que viver na Amazônia, dos frutos que eles colhem na floresta, do látex, do açaí, da castanha do Pará. Só que ninguém quer viver disso. Só quer viver disso quem nunca foi lá.

As empresas do Sul e do Sudeste – sobretudo de cosméticos – que vivem falando de Amazônia, de preservação da Amazônia, de sistemas agroflorestais e tal, no fundo tiram vantagem desse pessoal. O sujeito passa o dia inteiro carregando sacos de castanha do Pará nas costas, para vender a R\$20 o saco, para o sujeito vender um creme deste tamaninho, em Nova York, por US\$200. E o coitado, miserável, mora lá numa situação totalmente precária, sem saúde, sem educação, sem alimentos, sem nada, sem nenhuma perspectiva de melhora.

Inclusive, a reclamação que eles tinham, uma das, sobre o ICMBio era a de que não obstante a legislação lhes permita usar uma parte da área da Resex para produção de determinados itens que não sejam conflitantes com a preservação ambiental, o ICMBio nunca autorizou essas pessoas a usarem. O que eles queriam, conversando conosco? Disseram: "Nós queremos usar menos de 10% da reserva para ter um pouco de café, um pouco de piscicultura e um pouco de gado de leite, porque com esses três produtos a gente consegue auferir uma renda que vai nos permitir viver muito melhor".

Pediram inúmeras vezes que o ICMBio os autorizasse a fazer isso. E o que o ICMBio fez? Negou. Ou, pior ainda, ignorou os pedidos dessas pessoas durante anos. Isso é uma covardia sobre as pessoas da Amazônia.

Quem é que respalda esse tipo de atitude radical, irracional, criminosa? As ONGs. As ONGs é que cooptam funcionários do ICMBio, do Ibama, da Universidade Federal do Amazonas, do Instituto Goeldi e põem essa turma toda para ficar produzindo narrativas contra qualquer tipo de investimento mais racional na Amazônia, contra qualquer tipo de utilização racional dos recursos naturais da Amazônia, financiando protestos, financiando entrevistas lá fora, mandando gente aos seminários internacionais para falar mal do Brasil, enquanto a população vive na miséria! Não estão nem aí para as pessoas. O ser humano, para essa turma, é o último item da pauta de prioridades. O ser humano, inclusive, é o inimigo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ser humano, Senador Marcio, é considerado por muitos destes como um ser indesejado no ambiente da floresta.

Eu me lembro de que, em Washington, quando nós estivemos em um dos *roadshows* para conversar com a imprensa, com autoridades governamentais, com ONGs, teve um grupo de editores de um jornal – que eu não vou dizer quem é para não cometer aqui uma indiscrição...Um dos editores – o sujeito é responsável por um dos jornais mais influentes do planeta!

Num determinado momento, eu contando essa história, ele disse assim: mas deixa eu fazer uma pergunta, se as pessoas têm esse problema todo lá, por que vocês não tiram eles de lá? Eu falei: o quê? Eu vou trazer aqui para Nova Iorque, para Washington. Vocês vão hospedar aqui na 5ª Avenida, 25 milhões de brasileiros.

Eu quero ver quem está disposto a sair do seu apartamento de US\$50 mil/m² para hospedar o pessoal aqui para viver fora da Amazônia então. O sujeito ficou... Zequinha, um absurdo o cara falar isso. Então, você vê que o ser humano para essa gente é considerado um estorvo, um estorvo.

E digo mais. Essa falsa narrativa de que as ONGs, sobretudo as ligadas aos indígenas, o ISA, a Apib, não sei mais quem, o que eles fazem? Usam o indígena, usam. O indígena é um pretexto para eles ganharem dinheiro e poder político. Não é muito diferente do MST com relação aos coitados dos sem-teto.

Usam as pessoas, usam a miséria alheia, usam a ignorância dessas pessoas para manipular. E um dos exemplos que eu dou, tenho inúmeros. Nós fomos a Cruzeiro do Sul. Senador Marcio, os demais Senadores do Acre, Deputados. Nessa mesma viagem de Xapuri, levaram-nos ao norte do Acre.

Esperidião.

Levaram-nos ao norte do Acre, Cruzeiro do Sul, justamente para ver o local onde estava havendo uma certa polêmica de continuidade de uma estrada federal, BR-364. A BR-364 termina numa unidade de conservação federal chamada Parque Nacional da Serra do Divisor. E lá, termina a estrada, do outro lado é o Peru. E a discussão que havia era se a estrada ia continuar ou não ia.

A ONGs dizendo aqui em Brasília, no Sudeste, na imprensa que essa estrada era um absurdo, que ia estragar a vida dos indígenas, ia passar em cima do solo sagrado dos poianauas. Nós fomos lá. Fomos lá, os poianauas nos receberam. Os 11, acho que eram 11, Marcio me corrija. Os 11 chefes das famílias dos clãs lá, enfim, das tribos dos poianauas fizeram, Senador Plínio, uma apresentação muito bonita para nós, com dança, música, tinha uma oca gigante lá e tal. Tudo quanto era imprensa cobrindo a viagem.

Aí, chegou na hora de eles falarem. Os dez primeiros leram o manifesto em que eles não só diziam que queriam a estrada, como a estrada ia trazer para eles muito melhores condições de vida porque era no Peru e não no sentido do Acre, no sentido do interior do Brasil, onde estavam as oportunidades, os



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhores hospitais, os locais para escoar a produção de produtos artesanais e agrícolas que eles tinham na aldeia. Ou seja, eles queriam a estrada. Quem não queria era o ISA, essa turma toda.

O último dos 11, Fernando Poianaua, eu não esqueço, bem mais jovem que os outros líderes, leu o manifesto mais ou menos assim: Sr. Ministro, nós, indígenas, acreditamos na autodeterminação dos povos. Queremos defender o planeta das mudanças climáticas.

Temos enorme preocupação com a perda da identidade indígena. E assim vai.

Eu falei: esse cara não escreveu esse discurso mas nem a pau.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – Aí, acabou a apresentação, chamei o Coronel Fortes, que está aqui, trabalha comigo e estava lá: eu quero bater um papo aí com o sujeito.

O cara tinha ido para um seminário das ONGs, e tinha uma moça, inclusive, dessas ONGs lá que tinha ajudado o cara a fazer o discurso. Quer dizer, os dez que puseram ali o seu coração, o seu sentimento...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – Não, fazer.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – É, eu acho que eles fizeram, e ele leu, não é? Ou seja, os dez líderes, Senador Esperidião, que falaram com o coração, disseram: "Queremos a estrada, precisamos da estrada". O único que foi contra, com um discurso totalmente artificial, escrito por terceiros, foi o que tinha saído do seminário de doutrinação de uma dessas ONGs aí. Então, mais uma narrativa que caiu por terra. Entretanto, isso saiu na imprensa? Não. Estava todo mundo lá, mas, quando viram que a narrativa não era a que nós queríamos, o que eles queriam, morreu o assunto.

Mais um caso aqui, para ilustrar bem o que está por trás desse trabalho dessas ONGs, ou na frente, na verdade. Nós fomos... Quando os madeireiros, em Espigão D'Oeste, em Rondônia, puseram, indevidamente, é óbvio, criminosamente, fogo num caminhão de abastecimento de aeronave do Ibama – o caminhão passou na cidade, estava só com o motorista, sem escolta, os funcionários de madeireiras cercaram o caminhão, tiraram o motorista, puseram fogo no caminhão, o caminhão pegou fogo; saiu na capa de uns jornais aí na época –, começou um conflito lá em Espigão D'Oeste, porque o Ibama, também indevidamente, cancelou a senha de uso do SisdoF, que é o sistema de denominação de origem florestal, ou seja, é o sistema informatizado que permite que as licenças ambientais para corte, transporte, beneficiamento e venda de madeira possam acontecer. Quando você desabilita o SisdoF de um determinado CNPJ, ele não pode fazer mais nada, nem cortar, nem beneficiar, nem transportar, nem nada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que que fez o Ibama naquela oportunidade? Desabilitou todos os CNPJs de serrarias de Espigão D'Oeste em retaliação ao fogo que tinha sido colocado no caminhão do Ibama. Quer dizer, os dois estão errados: nem a turma podia ter feito esse crime de pôr fogo no combustível do Ibama e tampouco um órgão público pode retaliar toda uma cidade, todo um segmento – isso é inadmissível. Resultado: criou na cidade um ambiente conflagrado. O Governador Marcos Rocha me telefonou e disse: "Olha, vai acontecer uma tragédia aqui, porque a cidade vive disso. O Ibama está boicotando a atividade econômica da cidade, o pessoal está se revoltando, vai dar problema". Falei: Tá bom, vamos lá intermediar uma conversa entre os dois lados, os produtores e a turma da fiscalização. Houve a conversa, resolveu – obviamente, a imprensa: "Salles vai se confraternizar com madeireiro". Mas, enfim, nada melhor que o tempo para mostrar a verdade.

Mas o que interessa dessa história é que, quando acabou essa confusão toda, nós pegamos os helicópteros do Ibama e fomos sobrevoar, Marcio, fomos sobrevoar as três reservas indígenas que cercam Espigão D'Oeste: Roosevelt, Zoró e Sete de Setembro.

Numa dessas, sobrevoando uma dessas reservas, havia uma fenda no mato, na floresta, onde os indígenas, para deixar bem claro, estavam explorando, estavam garimpando. Estavam as bombas lá, funcionando tudo e, quando viram o helicóptero, a turma correu. Nós pousamos lá. A turma correu pra dentro do mato, mas depois volta, não é? Os mais idosos, as crianças, as mulheres e, ao final, veio o cacique. E o cacique virou, Plínio, disse assim: "Ministro, Governador...". Ele estava vestido de *short e* camiseta, não tinha ninguém pelado, de cocar lá. Eu falei: "Vocês sabem que o que vocês estão fazendo é ilegal? Não podemos permitir isso". Ele falou: "É, eu sei, mas é o que nós temos pra fazer aqui. É assim que a gente sobrevive". Eu falei: "Está bom. Você sabe que nós vamos ter que inutilizar essas bombas". Ele falou: "Pode inutilizar. Semana que vem eu compro outra". Aí, conversa vai, conversa vem, esse senhor disse... Eu perguntei: "Quanto que você fatura? Quanto você tira aqui de dinheiro?". Ele ficou meio sem graça, tentou se esquivar da resposta, mas no final ele respondeu; ele ganhava R\$40 mil por semana. Ou seja, como é que você vai evitar uma atividade econômica que rende ao sujeito, no meio da floresta, lá em Rondônia, lá longe, R\$40 mil por semana, simplesmente dizendo: "Olha, a Greta está muito triste que vocês estão usando a floresta; o Caetano Veloso falou que não vai dar mais *show*"? Esquece! Esses caras não vão parar de fazer isso, porque não têm alternativa econômica. E as ONGs estão fazendo o quê? Pegando esses caras e dizendo: "Os índios estão sendo explorados!". Não estão sendo explorados; são eles que estão explorando. São eles que querem mandar o filho pra universidade, ter carro, ter celular, se vestir adequadamente, ter medicamento.

Uma turma acha que o pessoal vive na Amazônia cozinhando erva, cozinhando ervas medicinais, idolatrando o rei Sol, acorda cedo, caça, depois volta no final do dia, faz uma dança pro rei Sol e vai dormir de novo. Não existe esse índio mais! Nós estamos tratando os indígenas... e as ONGs estão fazendo uma parte desse trabalho de menosprezar os indígenas, de tratá-los como cidadãos de segunda classe, ignorando as suas aspirações.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, pra terminar a história dos indígenas – que eu não era da Funai e não posso ficar falando muito de coisa que eu não conheço a fundo –, nós fomos, quando houve aquelas cartas internacionais, Plínio, inclusive banqueiro brasileiro assinando carta, que estava condoído... Quer dizer, a raça que mais explora o brasileiro com juro e tudo vai dizer que está condoído com a Amazônia. Mas, enfim, essa turma fez tanta carta, tanto alvoroço em cima do governo que o Vice-Presidente Mourão, Senador dessa Casa hoje, organizou uma viagem pra Amazônia para os embaixadores europeus. Nós rodamos com eles a Amazônia toda. E terminou com a visita em Maturacá, naquele pelotão de fronteira. Houve apresentação dos indígenas, da tropa, disso e daquilo e, ao final, vários dos diplomatas que ali estavam... inclusive a senhora que representava o Reino Unido – estava sem embaixador; o embaixador não tinha recebido as credenciais ainda – foi conversar com um indígena que estava do meu lado, um senhor já; e ela com um sotaque, assim, um português bem arranhado, falou assim: "Posso fazer uma pergunta?" Ele falou: "Pode, claro!". "Qual é o seu maior sonho? O que você quer? O que você espera?". Ele olhou para a cara dela e falou assim: "Turismo, dólar". Quer dizer, isso um ianomâmi, que é um dos povos da Amazônia que menos contato tem com os brancos e com as outras culturas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Certamente.

Então, vejam, meus amigos: a narrativa que se estabeleceu decorre desse conluio, Marcio Bittar – voltando ao tema principal desta CPI –, existente entre acadêmicos, administradores de ONGs, membros dos governos, que ficam se revezando nessas posições: ora está no governo, ora está na ONG; sai da ONG, vai para a academia; sai da academia, volta para o governo; o outro vai para a ONG, vai para o governo. E um pede dinheiro para o outro, que aprova o projeto, que contrata o outro; aí, quando o outro sai do governo, ele volta a ser consultor da ONG. Ele sai da ONG, vai para academia, é encomendada a ele uma série de textos, para dar respaldo à narrativa das ONGs, que, por sua vez, estão aliadas com os membros do governo. E ficam essas cirandas, Senador Esperidião Amin, um dando respaldo ao outro, um assinando o cheque para o outro, um dizendo que só o outro é que tem legitimidade para falar. Exemplo típico é essa teoria do *tipping point*, que é obra de dois acadêmicos – um faleceu recentemente. Não sei se é tão recente assim, mas faleceu acho que no ano passado –, que criaram esse ponto de não retorno, *tipping point*.

Eu tive um debate longo com esse senhor, um dos autores – tem um brasileiro, que é o Carlos Nobre, e tem um americano, que já faleceu, Thomas Lovejoy. Eu estive com Lovejoy no Woodrow Wilson Center, em Washington. Fizemos um grande debate. Estavam os presidentes das principais ONGs americanas e estava o Lovejoy. E nós fomos debater. Num dado momento, eu falei: "Eu queria que o senhor me explicasse com base em que o senhor decidiu que 25% de desmatamento na Amazônia é o ponto de não retorno?".

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Ele dizia 25%: "Eu quero que o senhor me explique de onde saiu esse número 25%". Bom, um "embromation" total. Não tinha nada de científico ali. Aquilo era uma teoria totalmente produzida em cima de *assumptions*, presunção, achismos, em português. Achismos: "Não, a gente pode ser de 'a' a 'z'. Então, nós vamos por 'b'". "Não, espere aí, você não falou que é de 'a' a 'z' que pode ter aqui?". Por que é de "a" a "z", e ele põe "b"? Porque o que interessa para ele é "a". Então, ele não faz uma média ponderada das possibilidades. É tudo tendencioso. Tudo. Todos os pressupostos do raciocínio do *tipping point* são coisas imateriais, intangíveis, que têm um alto grau de suposição, em que a suposição sempre milita para o lado, sempre pende para o lado mais catastrófico.

E por que eles querem isso? É só por uma questão ideológica? Não. É porque é graças a esse catastrofismo todo que eles vendem palestra, são chamados internacionalmente para ficar alertando sobre isso, sobre aquilo. Quanto mais barulho eles fazem, mais dinheiro essa turma ganha. Fazem umas baitas campanhas internacionais contra isso, contra aquilo, e no final da campanha vão lá: "Colabore, *one eight hundred* não sei das quantas. Para US\$5, digite cinco, para US\$10, digite dez". É grana!

Aqui, recursos internacionais, Marcio, fluem enormemente através dos governos, não só do Governo Federal como dos estaduais também. E fica para o Governo Federal obrigação de ficar prestando conta. Quer dizer, estão fazendo filho na barriga dos outros. Nós estamos recebendo dinheiro de fora em projetos que nós não escolhemos, com metas que nós não estabelecemos, pra contratar ONGs e grupos e associações e acadêmicos com os quais nem sempre nós concordamos. E se a gente nega, "não, se é nessas condições, eu não quero", eles fazem um tremendo escarcéu, dizendo: "Brasil abre mão de dinheiro para tal coisa". Não, não é que eu abri mão de dinheiro para tal coisa. Você não vem mandar no Brasil. Você não vem aqui fazer filho seu na minha barriga, esquece. E aí você tem uma gama enorme de ONGs na Amazônia que são resultado direto disso; direto, desse tipo de coisa.

O setor privado, dez anos atrás, mais ou menos, percebeu que precisava cooptar – a palavra é essa, cooptar – certas ONGs e certos acadêmicos pra calar a boca dessa turma. E como é que faz a cooptação? Dinheiro. Como é que essa turma cooptou? Começou a patrocinar a viagem dessa turma lá fora, começou a patrocinar seminário, começou a patrocinar estudos acadêmicos. Criaram, inclusive, uma frente chamada Coalizão Brasil Clima, Agricultura e Floresta. Que que é aquilo? É uma série de empresas que exportam e que, pra não terem os seus nomes atacados no mercado internacional, quase que corrompem ou subornam os acadêmicos e as ONGs, dando dinheiro a dar com pau pra "pelo amor de Deus, não fala do meu caso". É frigorífico, é empresa de óleo de palma, um monte de coisa. Só que com isso está se criando um monstro que está engolindo, Zequinha, o Brasil, porque, embora eles lá fora não façam o que falam, querem que a gente faça de graça.

Veja a Alemanha. A Alemanha, com essa guerra da Ucrânia e da Rússia, precisou religar as suas termoeletricas a carvão. Não perguntou nada pra ninguém, religou as termoeletricas, cortou sei lá eu quantos mil hectares de floresta que tinha há mais de 4 mil anos lá pra fazer carvão, e toca-lhe pau.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Estados Unidos acabaram de aprovar, quatro meses atrás, o aumento expressivo de exploração de petróleo no Alasca. Justo Joe Biden, que é o cara que ficava enchendo o saco do mundo inteiro com esse programa dele de temas ambientais, e o Governo dele aprovou um aumento substancial de exploração de petróleo no Alasca. Não perguntou nada pra ninguém.

A Noruega, que é a grande benemérita do Fundo Amazônia – eu já vou falar dele em especial –, não bastasse explorar petróleo – e é rica graças ao petróleo –, não bastasse caçar baleia, agora vai explorar terras nobres no fundo do Mar do Norte. Não perguntou nada pra ninguém, vai fazer e acabou.

Só nós que ficamos recebendo essa carga de peso na consciência, de peso nas costas, dessa turma que, por ignorância, má-fé ou dinheiro, corrobora esse tipo de coisa.

O Fundo Amazônia, em dez anos, recebeu US\$1 bilhão: 900 milhões da Noruega, 100 milhões ou quase 100 milhões da Alemanha e um pouquinho da Petrobras. Pra onde foi esse dinheiro? Primeiro, o BNDES escolhe os projetos, dá o dinheiro e não fiscaliza nada. Nós, à época, pegamos os 94 contratos no BNDES de recursos do Fundo Amazônia pra projetos, pedimos cópia integral das pastas; não nos deram, tivemos que pedir ajuda da CGU pra poder ter acesso às pastas. E, ao analisar pasta por pasta, o que nós vimos? Um monte de projeto, mais de quilo, desde a Associação das Quebradeiras de Coco do sul do Maranhão até – por coincidência, acho que tinha alguém do Maranhão lá no ministério, mas não tenho certeza – um monte de ONG recebendo valores vultosos, mas gastando boa parte desses valores com o salário dos próprios membros das ONGs, com estadia dos membros das ONGs, com passagem aérea dos membros das ONG e, pro destino final, Senador, daqueles que deveriam se beneficiar dos recursos, quase nada.

Além disso, recurso para as prefeituras fazerem ajuda aos agricultores pra preenchimento do Cadastro Ambiental Rural, do CAR. Teoricamente, uma ideia boa: ensinar o produtor rural, auxiliá-lo no preenchimento do sistema do CAR. Até aí, o.k. O problema é que o diabo mora nos detalhes não só dos contratos das ONGs, mas também dos contratos das prefeituras e dos governos de estado.

Com relação às prefeituras, o que nós verificamos? A prefeitura tinha lá 10 mil agricultores pra receber o auxílio; estabelecia-se um valor, vamos dizer, R\$1 mil por agricultor; a prefeitura contratava uma ONG pra ajudar a prefeitura a prestar esse serviço. Dos 10 mil, portanto, verba de 10 milhões, não é? Dez mil a R\$1 mil, 10 milhões. Estou chutando um número aqui, mas tem que olhar lá. Dos 10 mil, só mil fizeram o Cadastro Ambiental Rural, no final, naquele município. Quanto recebeu a ONG? Ou o município, na verdade, e repassou parte pra a ONG? Dez milhões. Então, é tudo pretexto pra mandar dinheiro pro destinatário final, com contratos os mais estapafúrdios e um grande envolvimento, como eu disse, de autoridades governamentais.

Portanto, pra encerrar aqui – eu poderia ir um pouquinho mais longe, mas eu quero abrir pro debate aqui e para as perguntas –, essa ciranda de membros da academia, membros das ONGs, membros de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entidades governamentais e algumas empresas privadas se retroalimenta, estabelecendo uma falsa narrativa, uma campanha difamatória do Brasil e um grande conluio pra muita gente ganhar dinheiro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, nosso convidado, Deputado Federal Ricardo Salles.

O que a gente pode observar é que o senhor disse exatamente as mesmas coisas, com outras palavras, dos caciques indígenas que aqui estiveram, a mesma indignação, a mesma revolta, a mesma queixa.

Nós vamos abrir aos Senadores, começando pelo nosso Relator, Senador Marcio Bittar, e – em seguida, estava o Senador Jaime, que se ausentou –, em seguida, o Senador Confúcio, após o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Bem, bom dia a todos...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Zequinha, Hiran...

Desculpa.

Zequinha, Hiran, Amin, estão todos inscritos aqui.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso convidado, ex-Ministro, atual Deputado Federal Ricardo Salles; registrar a presença também do Tenente-Coronel Zucco, do Republicanos, do Rio Grande do Sul, Presidente de uma outra CPI também muito importante, que é a CPI do MST; e registrar com especial atenção e carinho a presença do Senador Esperidião Amin, e digo por quê. Nós aqui somos todos amazônidas: Rondônia, Pará, Roraima, Acre, Amazonas, mas nós estamos falando de um tema... E aí mais uma vez eu quero louvar a iniciativa e a tenacidade, a persistência, a perseverança do Senador Plínio, que quase quatro anos e meio lutou pra que se estabelecesse esta CPI.

E por que é que eu quero cumprimentá-lo em especial, meu colega Esperidião Amin? Porque nós estamos falando de uma área que é mais da metade do Brasil. Eu considero que o petrolão foi um assalto à nação brasileira, eu considero que a Lava Jato demonstrou outro assalto às empresas estatais brasileiras, enfim, mas eu considero que não há nenhuma... nada acontecendo no Brasil que signifique um assalto tão grande quanto com a Amazônia brasileira.

Se você for quantificar o que é que nós já estamos perdendo ao longo de décadas, porque somos proibidos de utilizar os recursos minerais, por exemplo, que a Amazônia tem, isso é muito maior do que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos os escândalos financeiros que o Brasil teve, além do que é a quebra da soberania nacional. Então, o que acontece em 66% do território brasileiro, a meu juízo – eu sempre digo isso –, é um assalto gigantesco, inimaginável, e que esta CPI tem humildemente a missão, a tarefa de tentar fazer chegar a uma maior parte dos brasileiros: e aí de Santa Catarina, do Paraná, do Rio Grande do Sul, enfim, do Sul, do Sudeste brasileiro e também do Centro-Oeste, porque não é uma questão de esquerda ou direita, é uma questão de soberania nacional.

Eu venho dizendo há muito tempo que não se trata de preservar, se trata de recuperar a soberania brasileira, que nós já perdemos sobre a Amazônia. Eu dei o exemplo que o ex-Ministro citou, da estrada que liga... que é a BR-364, que passa por Rondônia inteira, Mato Grosso; ela não foi projetada para terminar em Cruzeiro do Sul, ela foi projetada pelos militares pra nos dar uma outra alternativa de saída para o Pacífico, através do Acre, através de Cruzeiro do Sul, onde a cordilheira é mais baixa, tem 2 mil metros de altura. E, veja, as Câmaras Municipais...

E por isso é que eu digo que não é esquerda ou direita, é soberania brasileira. Nós estamos vendo uma riqueza monumental ser tomada das nossas mãos. O Governo brasileiro, os governos brasileiros não têm o poder de estabelecer política nacional, de interesse nacional sobre a Amazônia. Vinte e duas Câmaras Municipais, 22 prefeituras, 24 Deputados Estaduais, 8 Deputados Federais, 3 Senadores, nós não mandamos. Duas ONGs entraram no Ministério Público Federal e o Ministério Público Federal, em síntese, proíbe a continuidade de uma estrada que estava planejada no decreto de criação dessa reserva.

Mas isso é só com o Acre? Não! É com a Amazônia inteira! Então, as Assembleias da Amazônia inteira, os Governadores da Amazônia inteira, as prefeituras da Amazônia inteira, as Câmaras Municipais da Amazônia inteira não comandam, não têm o poder de estabelecer políticas públicas de interesse nacional sobre a Amazônia brasileira.

A 319 é uma obra importantíssima, ligando Manaus a Porto Velho? É. A população é a favor da obra? Claro que é, mas ONGs, mancomunadas com alguns partidos políticos, entraram no Ministério Público, e ela está parada. A Ferrogrão não é importante pra região? Claro que é! Para o Brasil, inclusive, é muito menos poluente do que uma BR que queima diesel, mas entraram na Justiça, e ela está parada; o PSOL entrou na Justiça, e ela está parada. A BR-364, por quase dez anos, ligando Porto Velho a Rio Branco, foi parada em função de uma pressão internacional do Congresso norte americano – que era, naquela época, financiador de um terço do Banco Mundial –, e ele mandou suspender o financiamento. Quase dez anos, a obra parada.

Então, nós já assistimos o interesse externo comandar a Amazônia. Ora, e se as Assembleias, se as Câmaras Municipais, se as prefeituras, se os governos estaduais, se a bancada de Deputados Federais e Senadores da Amazônia não temos poder sobre aquilo que é mais importante e mais fundamental... Não temos, Plínio! Está aqui o caso contado pelo Hiran. Olha o que nós sabemos da criação da Reserva Yanomami. A maior parte dos índios ianomâmis não queriam como ela foi criada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Relator do grupo de trabalho da Câmara, que é um esquerdista histórico, foi Senador da República depois, hoje voltou a ser Deputado Federal, líder estudantil do *impeachment* do Collor... Como é o nome dele?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Lindbergh Farias. Ele foi o Relator do grupo de trabalho – eu li o relatório inteiro – e ele discorda – está escrito – da forma como propuseram a Reserva Yanomami. As prefeituras do estado que foi afetado... O relatório dele era contra que se tirasse aquela área, que já estava no agronegócio, e se colocasse dentro da Reserva. Ele escreveu contra a continuidade da Reserva indo até as fronteiras com a Venezuela, com as Guianas...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E continuando.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... e continuando.

O Sr. Dr. Hiran (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você me permite um aparte, meu querido Relator?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Claro!

O Sr. Dr. Hiran (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para apartear.) – Só à guisa do que você está falando.

A nossa BR-319, que ligaria Porto Velho a Manaus, infelizmente, ficou fora do PAC, e essa é uma estrada que já foi completamente asfaltada, na década de 70. Eu, inclusive, fui de carro de Manaus a Porto Velho, e ela se deteriorou, e, por conta de pressão ambientalista, ela nunca mais foi recuperada. Ela é fundamental pra nossa integração, do nosso Amazonas e de Roraima com o Brasil. Não é isso, meu querido Senador Plínio?

Então, eu queria fazer essa fala pra ressaltar nossa preocupação com o fato de a BR-319 ter ficado fora desse grande programa que o Governo lançou semana passada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Se nós fôssemos citar – e, infelizmente, eu tenho essa notícia também, Hiran... Mas, se a gente fosse aqui citar outras tantas intervenções na Amazônia, por cima do Poder Legislativo, por cima do Poder Executivo, não param.

O linhão ligando o Estado do Amazonas a Roraima... quer dizer, até hoje não pode passar o linhão.

Então, quem é que manda?

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Senador, se me permite, nesse caso do Linhão, nós identificamos à época... Isso foi submetido ao Conselho de Segurança Nacional. A obra estava aguardando a licença há praticamente dez anos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – Treze anos.

E ao que nós assistimos ali, olhando os documentos e tudo mais? A um sem número de ONGs ambientalistas, defensores da causa indígena vendendo parecer a torto e a direito. Aliás, lembra muito o caso de Mariana, em que criaram aquela Fundação Renova, e que, no final das contas... A Caritas, braço da Igreja Católica que supostamente auxilia lá na barragem de Mariana aos afetados, recebeu, nada mais nada menos, do que R\$100 milhões para prestar auxílio aos afetados. Era mais fácil distribuir o dinheiro direto para as pessoas.

Mas, enfim, neste caso do Linhão, para além, evidentemente, de um determinado grupo econômico que não quer o Linhão porque vende diesel para tocar as termelétricas lá em Boa Vista, as entidades ligadas às ONGs indígenas também ficam criando caso para permanentemente exigir do empreendedor o pagamento de estudos antropológicos, tradução do material de licenciamento em não sei quantos subdialetos lá do grupo que passa lá – sei lá, tem dez línguas diferentes. Então, tudo isso é uma frase que nós no Brasil conhecemos muito: a turma cria dificuldade para procurar vender facilidade.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – E isso tudo, se é verdade, porque os Poderes Legislativos e Executivos da Amazônia são muito inferiores em termos de poder com relação a esse movimento internacional, então, Esperidião Amin, meu querido Senador, nós podemos dizer que o Congresso também não tem poder, porque, se o Legislativo e o Executivo da Amazônia brasileira, que é 66% do território nacional, não têm poder para determinar políticas públicas naquela região – e não têm: eles não podem fazer hidrelétrica, eles não podem fazer estrada, eles não podem fazer ponte, eles não podem explorar o subsolo, então eles não têm poder –, então o Congresso Nacional também não tem poder sobre mais de 66% do território nacional. Isso, para mim, é o maior assalto que acontece no Brasil na cara de todo mundo.

E isso é bancado por países, como disse aqui o ex-Ministro Ricardo Salles, como o Canadá, que tira madeira, tem na extração madeireira uma economia importante – só para concluir este raciocínio e já lhe passo – e bancam ONGs no Brasil para criar dificuldades para que nós não possamos tirar madeira. Vende para o Brasil potássio e banca ONG no Brasil para não tirar potássio e agora para criar uma outra reserva na Amazônia em cima de uma outra reserva de potássio.

E aí, só para terminar o raciocínio, Amin... "Mas vocês serão recompensados". Marina Silva, que não plantou uma árvore em Rio Branco... Rio Branco é uma das capitais, Plínio, mais desarborizada do país, é a capital menos arborizada do país.

O SR. RICARDO SALLES – Isso sem falar do Córrego da Maternidade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Sem contar o caso de esgoto e saneamento básico, que, na nossa região, a Região Norte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Mas ela praticamente diz o seguinte: "Olha, não façam hidrelétricas, não façam estradas, não façam pontes, não utilizem o subsolo, mas eu vou recompensá-los. Eu vou dar R\$200 por família, em nome dessa preservação".

Vou passar a palavra para o Esperidião Amin e...

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – É um aparte, é um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só para deixar isso claro – permito um aparte do Senador Amin, que é um prazer de todos –, só quero lembrar que o nosso convidado tem horário para sair. A gente faria...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Amin, eu vou lhe dar, sim.

A gente faria as perguntas e depois vamos ficar debatendo entre nós.

Com a palavra, Senador Amin.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para apartear.) – O aparte é só para, em nosso nome, dizer que nós estamos desenvolvendo – além de ver a CPI da Amazônia, de 1989, subscrita por Jarbas Passarinho, ela é muito atual; o livro dele de 2014, *Amazônia, Patrimônio Universal?* –, eu só queria dizer que o Senador Plínio, com a minha ajuda, acolitado por mim, nós estamos desenvolvendo uma nova teologia desta interferência estrangeira. O remorso é a energia mais saudável da humanidade. O senhor já teve remorso, não é?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Claro.

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Poucas vezes, certamente, porque poucas vezes pecou, mas o remorso é uma energia limpa. O sujeito sai por aí querendo fazer o bem, como se fosse um escoteiro, a boa ação do dia, porque está com remorso. Mas os países que foram aqui mencionados, os grandes patrocinadores das ONGs, estão desenvolvendo uma derivação teológica disso. O remorso eles sentem, mas eles estão terceirizando a penitência para nós, ou seja, quem paga a penitência pelo remorso deles...

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – Somos nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Esperidião Amin (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E o nosso cardeal Plínio Valério está desenvolvendo essa teologia de maneira muito competente através desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Na verdade, se me permite, nosso convidado, essa frase realmente é do Amin, porque a gente fala em nódoas ambientais, pecados ambientais que eles querem nos impingir; é vilão com mocinho, e mocinho com vilão. Então, há essa coisa do remorso terceirizado, que eu vou adotar; eu até pedi a permissão dele para adotar e não o citar mais, só vou adotar a frase.

Com a palavra para as perguntas, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – O ex-Ministro e Deputado Federal já falou de alguns temas, e eu quero dar a oportunidade para reforçar e até para as notas taquigráficas. Várias perguntas já risquei, porque entendo que já foram bastante exploradas.

V. Exa., como ex-Ministro do Meio Ambiente, acha que as ONGs financiadas por organismos internacionais põem em xeque a soberania nacional?

Quais são os interesses internacionais verdadeiros representados pelas ONGs que atuam no Brasil?

V. Exa. poderia relatar um pouco mais sobre as ONGs – inclusive se puder citar nomes, o que é importante para nós guardarmos e depois podermos fazer requerimento de informação –, poderia relatar um pouco mais sobre as ONGs e algumas que atuam para travar o desenvolvimento da região?

Eu faço tudo de uma vez?

O SR. RICARDO SALLES (*Fora do microfone.*) – Não, senão eu não consigo responder. E vou responder um pouco, depois V. Exa. fala.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Sim.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Senador Marcio, em primeiro lugar, não há dúvida, não há dúvida – a pessoa que disser que isso não é verdade ou é mentiroso ou não conhece a realidade –, não há dúvida de que a atuação das ONGs na Amazônia subtrai, em larga medida, a autonomia brasileira sobre a gestão do seu território. E por que subtrai? Porque ela se apoia em sanções internacionais ao Brasil. E não é um pequeno número de entidades dessas ONGs estrangeiras que aqui atuam que atuam com estreita relação com os seus governos dos seus respectivos países...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RICARDO SALLES – ... e empresas. Então, não há como dizer que é só a nossa imagem que está fazendo com que os países se mexam, não. O movimento é o contrário: eles inoculam o questionamento, eles inoculam uma falsa narrativa, eles inoculam um monte de dados e questões pra justamente justificar, no seu país de origem, uma arguição pública de coisas que brotam aparentemente de maneira espontânea no Brasil – mas de espontânea não tem nada.

E, já respondendo ao seu questionamento, se nós conseguirmos aqui, no Brasil, verificar todo o recurso que vem pro WWF, pro Greenpeace, para essas entidades ligadas à Igreja Católica, você vai pegar diretamente fundações e braços governamentais de países como Holanda, como Canadá, Estados Unidos, na USAID. Dizem que a USAID é o braço da CIA... Isso não interessa.

O fato é que, ao fomentar essas ações, esses estudos, essas palestras, esse debate desvirtuado, eles estão dando munição para que o público lá fora venha e diga assim: "Nossa, olha o que está saindo de informação do próprio Brasil". Não é do próprio Brasil coisa nenhuma; é das entidades e das pessoas que recebem dinheiro de lá de fora pra falar mal do nosso país, ora pra tirar nossa competitividade no agro... E aí fica claro que determinados grupos, como o Ipam, como o Imazon, como a Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura, assim como, na Mata Atlântica, o SOS Mata Atlântica, uma série de entidades recebem dinheiro de fora – o ISA, a Apib –, recebem encomendas de estudos, encomendas de pareceres. Então, é uma coisa muito bem amarrada. E é fundamental pegar as universidades... Sugiro olhar bem esse pesquisador de Minas Gerais Raoni Rajão, o pessoal que lida com a Coalizão Brasil, Clima e Agricultura, o Imazon, o Ipam, os acadêmicos que fazem parte dos conselhos diretivos dessas entidades, porque o dinheiro está aí – dos pareceres que essas entidades contratam.

E há uma questão importante, Senador Plínio, que é mudar a legislação pra que o Tribunal de Contas tenha legitimidade pra adentrar na contabilidade de todas as entidades que, por quaisquer pretextos, recebam dinheiro que tramite dentro do Governo brasileiro. Isso se aplica, como nós estamos falando, lá na CPI do MST, cujo dinheiro vai parar nas cooperativas e associações ligadas aos líderes do MST, e o dinheiro lá não é fiscalizado.

Nós vimos agora, na sexta-feira – é o mesmo *modus operandi* –, sexta-feira, nós vimos lá: o Governo tem um termo de execução descentralizada de orçamento com a Universidade Federal de Alagoas, que, por sua vez, contrata uma ONG, já há não sei quantos anos, chamada Zumbi, que, por sua vez, paga o troço todo lá no Estado de Alagoas.

Não é diferente no setor ambiental. Quando você pega os recursos que são subscritos pelo ICMBio, pelo Ibama, pelas universidades federais, pelo Ministério da Agricultura, pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com essa turma toda, você vê que não tem nada espontâneo, é tudo combinado. O sujeito quer falar de mudança climática, que o Brasil precisa mudar a forma, aí vêm as consultorias que vendem, que querem vender crédito de carbono arranjando parecer pra entregar pro Governo pra justificar



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a criação de um programa que vai contratar uma ONG e um acadêmico pra estudar o modelo brasileiro de negociação de crédito de carbono.

Nós não temos nada que ter mercado regulado de carbono aqui no Brasil. Enquanto eles não estiverem comprando o nosso crédito de carbono lá fora, Plínio, nós não temos que ter mercado obrigatório. É mais um custo Brasil. Como eu disse, o Brasil é 2,9% das emissões globais apenas. Metade diz respeito a desmatamento e mudança de uso do solo, outra metade, usos urbanos, transportes, saneamento, etc., ou falta de saneamento.

Por que o Brasil tem que criar mercado regulado de carbono? Isso é pra dar dinheiro pra consultoria. Gente que quer "tradar" crédito de carbono e impor na indústria brasileira, impor na infraestrutura brasileira, impor ao agro brasileiro mais um custo. Não bastassem os nossos absurdos custos tributários, previdenciários, trabalhistas, vão impor mais um custo no Brasil, sendo que nós não somos os responsáveis pelas emissões?

Então, Senador Marcio, eu acho que este é um bom caminho: quem são os apoiadores, pessoas físicas, cuja ciranda se estabelece, e o iCS (Instituto Clima e Sociedade) é um deles, que pagava viagem pra todo mundo, em todas as COPs, em todos os seminários. Essas coisas todas precisam ser esmiuçadas a fundo.

E tem que mudar a regra pra que o TCU tenha total e absoluta legitimidade em ir até a ponta final, até o CPF da pessoa que recebe salário dentro de uma ONG, porque é ali que o dinheiro vai. O sujeito cria uma ONG, recebe um dinheiro governamental. A ONG é sem fins lucrativos, mas, na hora em que você olha o salário das pessoas que estão lá dentro, tem um lucro bastante considerável.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Senador Plínio, colegas, já cortei aqui outra série de perguntas porque eu acho que já me sinto atendido pela fala do ex-Ministro e Deputado Federal. Então, são três últimas perguntas.

Eu tenho a minha opinião, e já tive a oportunidade, quando visitava e discutia com o Ricardo Salles, então Ministro, de externá-la, mas eu quero a sua opinião.

Eu fiquei, de certa forma, surpreso, porque ontem foi noticiado que os ex-Ministros Paulo Guedes, Joaquim Leite, seu sucessor no Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o ex-Presidente do BNDES Gustavo Montesano e o ex-Embaixador do Brasil na OMC Roberto Azevêdo, estão fundando uma gestora, uma ONG, focada, entre outras coisas, em vender crédito de carbono. Isso demonstra que o próprio mercado, ou pelo menos parte dele, mercado brasileiro, não vê problema nenhum em travar o desenvolvimento da Amazônia se esse for o preço. O senhor já mencionou aqui parte do agronegócio brasileiro, notadamente aquele exportador que também acabou usando da prática de construir, de bancar ONG, para dizer: "Lacrem a Amazônia. Não deixem que o meu negócio com a Europa Ocidental sofra arranhão". Essa iniciativa de membros do Governo passado, que me surpreende um pouco, vai um pouco



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa mesma linha, quer dizer, parte do mercado brasileiro negocia com a Amazônia, em nome da Amazônia?

E duas outras porque eu vou terminar. Depois da sua fala, vou passar a palavra para os outros colegas.

Aldo Rebelo menciona que nós temos dois estados paralelos na Amazônia: das facções criminosas, que hoje, em alguns municípios da Amazônia, já empregam mais do que a prefeitura – órgão público lá é o grande empregador; e ele diz, e eu concordo, que as ONGs têm mais poder ainda. O narcotráfico já está, por enquanto, acanhadamente, pelo que eu percebo, mas ele começa a financiar eleições. É uma coisa corriqueira; em qualquer lugar do mundo as facções criminosas acabam financiando, entrando na política, que é o outro passo de poder. Seria uma teoria da conspiração ou algo bastante razoável imaginar que, daqui a pouco – se é que já não acontece –, você vai ter ONGs financiando, ou já financiam políticos da Amazônia brasileira como parte desse envolvimento. Quer dizer, você tem envolvimento com prefeituras, envolvimento com governos de estados, envolvimento com membros do Governo Federal, com o Ibama, com o ICMBio; não seria normal imaginar que também há uma relação ou deva haver uma relação dessas ONGs, bancando políticos na Amazônia para fazer parte desse mesmo plantel?

Por fim, a última pergunta é se V. Exa., ainda mais com a experiência de ser o Relator da CPI do MST, se V. Exa. poderia nos dar algumas sugestões de projetos de lei e matérias legislativas para que a gente aumente a soberania nacional ou recupere – eu prefiro usar a palavra "recupere" – a soberania nacional e regule a atuação das ONGs no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra o nosso convidado, Deputado Ricardo Salles.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Prezados Senador Marcio, com relação... Eu não vi essa notícia dessa empresa de consultoria ou de intermediação de negócios entre meu ex-colega Paulo Guedes, o Montezano, o Joaquim e o Roberto Azevêdo. São pessoas do bem, pessoas que têm capacidade, todos eles, nas suas respectivas áreas, mas há um pressuposto desse assunto que não diz respeito a eles; diz respeito a várias entidades, vários grupos – Cedebs e tal –, cujo objetivo é criar um mercado obrigatório de carbono, porque, quando você cria a obrigatoriedade, alguém vai ter que suprir essa obrigatoriedade. É quase que um mercado cativo.

Eu não sou contra o mercado de carbono regulado porque alguém vai ganhar dinheiro com isso. Não é isso, eu sou uma pessoa capitalista; se alguém tiver competência para ganhar dinheiro que o ganhe, mas não é certo você criar uma regulamentação, enfiando, goela abaixo, nos brasileiros, uma obrigatoriedade de compensação de carbono se o Brasil não é o grande responsável pelas emissões de gases de efeito estufa. Então, não tem sentido. Você está criando uma demanda artificial, que vai onerar o custo Brasil, em cima de algo que não se justifica nem ambientalmente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando houver – quando, e esse quando eu acho que não vai ser tão cedo... Quando houver a regulamentação do Artigo 6.2, do Acordo de Paris, de tal modo que países sejam obrigados a comprar os créditos de carbono dos países em desenvolvimento, aí, sim, como item da nossa pauta de exportações, você ter crédito de carbono para vender é um bom negócio, mas para vender para fora. Ou seja, uma forma de você trazer dinheiro para o Brasil, e não criar uma obrigatoriedade, dentro do Brasil, de um com o outro. É a mesma coisa de você desenvolver um negócio cujo vendedor é um filho e o comprador do teu mercado é o outro filho que você tem. Quer dizer, você está gerando uma economia dentro da sua própria casa, com o custo, ainda por cima, de manter esse troço rodando. Não tem cabimento.

Nós não somos o vilão ambiental. Nós somos 2.9% das emissões. Não tem cabimento vestir essa carapuça. É um absurdo!

Com relação ao crédito de carbono para a Amazônia, o que me parece de extrema importância nisso? Eu aprendi muito com os Senadores da Amazônia, com as pessoas ligadas à Amazônia, o Senador Zequinha foi muito lá comigo, fui com ele ao Pará, deu aquela confusão toda lá inclusive... Pena que o Esperidião não está aqui, porque o pessoal lá é de Santa Catarina, inclusive.

Não existe uma Amazônia, são inúmeras Amazônias. Talvez a análise que se faça para a região do Purus não é válida lá para Cruzeiro do Sul e seja completamente diferente de Rondônia, de Espigão do Oeste. Enfim, a Amazônia é uma infinidade de realidades dentro de uma mesma região. Por que é que isso é relevante, Senador Marcio? Porque há locais da Amazônia onde a atividade, a vocação daquela região é de exploração minerária, pela riqueza que tem. Exemplo: o potássio – mas não só. Não adianta você querer criar agrofloresta, para botar a turma para catar castanha-do-pará e ganhar US\$5, no final do dia, por um saco de 30kg, se o sujeito tem, embaixo dele, uma riqueza mineral gigantesca. Ele não vai – e ninguém aqui iria – optar pela atividade que é infinitamente menos lucrativa. É uma regra de mercado, é a regra da vida.

É muito mais lógico você estabelecer qual é o parâmetro para a exploração minerária em determinada área que tem vocação para ser minerária. Exemplo disso, o Carajás, do Pará. Mas não só. Da mesma forma, o manejo florestal, que a turma ataca tanto.

As pessoas sabem que árvore morre, que árvore tem valor até um certo ponto. O manejo florestal tem regras muito claras. Então, os lugares que têm como vocação manejo florestal, têm que desenvolver um projeto de manejo florestal. Da mesma forma, mineração; da mesma forma, petróleo e gás; da mesma forma, geração de energia.

Então, obedecer às vocações, Senador Marcio, é muito importante. E o que é que essa turma das ONGs faz? Cria uma tábua rasa, para dizer "não, a Amazônia vai ser salva pela bioeconomia". Balela. Balela! Não vai ser salva pela bioeconomia. Por um motivo simples: hoje a pessoa vai lá... E muitas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dessas entidades internacionais, acadêmicos, religiosos, pegam um determinado produto e vão desenvolver, agregar valor, lá na Suíça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Ou no Sul. Está aí o exemplo, eu citei aqui. Tem umas empresas aí de cosméticos, e vivem pondo "Amazônia", "Amazônia", "Amazônia"... Onde é que está a indústria, Senador, desse pessoal, que emprega, acho, 6 mil pessoas, se eu não estou enganado? Em São Paulo, em Cajamar, a outra está no Paraná. Então, não adianta recolher amostra de determinado produto florestal e levar pra processar lá no Paraná ou em São Paulo. Isso acontece com vários laboratórios de cosmético e tudo isso lá fora. O que que fazem as ONGs? "Não, não, não podemos ter exploração minerária; garimpo na Amazônia está proibido; manejo florestal é um absurdo". Tudo é um absurdo.

A única coisa que salva é o quê? É a bioeconomia. Aí, vai àquele centro que foi criado, que eu acho que é subordinado à Suframa, o CBA, o centro da biodiversidade da Amazônia, é um prédio vazio, dinheiro jogado fora, obra faraônica, não serve pra nada, pega as pesquisas da maioria da turma lá que faz... não tem a mínima aplicabilidade, mas o sujeito continua recebendo 15, 20, 30 mil por mês pra pesquisar um negócio que é o sonho da vida dele. Você quer pesquisar com o teu dinheiro? Fique à vontade, mas pra pesquisar com dinheiro público tem que ter imediata aplicabilidade. E só terá aplicabilidade se o setor privado reconhecer de antemão que aquela pesquisa tem valor, porque, se o setor privado já te diz de antemão "Olha, isso aí não me interessa", nem pesquise, pelo menos não pesquise com dinheiro público. Com dinheiro privado, você faz o que você quiser.

Então, essas coisas, Senador, são importantes, porque cria-se uma narrativa da história da bioeconomia como se isso fosse a grande solução dos problemas – até pode ser em certos casos, mas não será em outros.

E, por fim, a pergunta sobre a participação política de narcotráfico e tudo isso. Há uma série de ONGs na Amazônia que são comitê eleitoral de político. Basta ver as votações de alguns, o que é exatamente igual ao que nós estamos vendo lá no MST, acampamento de MST, que é curral eleitoral de Deputado e Senador. Esquece! O que muda é o pretexto: lá você usa a luta pela terra, mantendo a turma miserável pra que eles nunca saiam dali, não dê títulos pra eles não se tornarem independentes e toca a explorar a turma; aqui é a mesma coisa, você cria um monte de entidades, recorre a uma série de recursos internacionais e públicos brasileiros e, no final das contas, contrata um monte de cabo eleitoral pra ser funcionário da ONG e fazer campanha pro político que é o queridinho.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Deputado, o Senador Dr. Hiran...

O SR. RICARDO SALLES – Só... No bojo dessas... Perdão. No bojo dessas alterações legislativas, há duas coisas que eu reputo fundamental: primeiro, não deixar criar mais unidades de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação em terra indígena na Amazônia. Não tem sentido mais, até porque os "beneficiados" – entre aspas –, que são os indígenas, não querem viver numa área em que eles não podem fazer nada. Eu vi isso em tudo quanto foi lugar: mundurucus, cinta-larga – é um monte, eu não vou ficar falando aqui. Esse é o primeiro ponto. Criar unidade de conservação em mais terra indígena é um desserviço aos brasileiros, é um desserviço ao país.

Segundo, aquelas que já foram criadas precisam ser adaptadas à realidade. Aí, a mudança legislativa é fundamental: aprovar, regulamentar, deixar claros quais são os parâmetros de utilização de recursos naturais, madeireiros, biodiversidade em terras indígenas, parar de tratar o indígena como uma subcategoria de brasileiros. Não é o cara da Funai, nem do ISA, nem de nenhum lugar que sabe melhor o que o indígena quer pra ele próprio. O cara sabe ele mesmo. Não trate o indígena como inimputável. Ele não é.

Com relação às unidades de conservação, a mesma coisa. Os governos anteriores ao do Presidente Bolsonaro criaram 334 unidades de conservação no Brasil, Senador. Sabe quantas delas têm a regularização fundiária feita e, portanto, a estabilização das relações, o distensionamento e tudo mais? Nenhuma! Nenhuma! Então, você está criando unidade de conservação, jogando o problema pro futuro e criando, pelos abusos que são cometidos sob o pretexto da unidade recém-estabelecida, um conflito gigantesco nesses lugares. E é por isso que tanta gente na Amazônia fala assim: "Eu não vou sair daqui"; "Ah, mas agora aqui a unidade de conservação"; "Mas eu já estava aqui antes". Vocês criaram a unidade depois, nem indenizaram a pessoa e querem que o cara saia! Não existe isso. Isso é um grau de insegurança jurídica inaceitável. É calote estabelecido pelo poder público.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES – E aí a quantidade de absurdos que a gente ouviu ao longo desses dois anos e meio em que eu fui Ministro, desde Santa Catarina... Mas isso é no Brasil inteiro; não é prerrogativa da Amazônia. É que, como na Amazônia tem áreas maiores, esse problema salta aos olhos, mas isso aconteceu no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, em todos os lugares, todos.

Então, o sujeito vai lá, covardemente, com a pistola na cintura, pega uma senhora de 70 anos e diz pra ela: "O seu telhado quebrou, mas a senhora não está autorizada a trazer uma telha nova aqui pra dentro da unidade"; "Como assim? É minha casa"; "Não, não. Nós não autorizamos. A gente quer que você passe frio, passe fome, porque a hora que você se encher o saco você sai daqui". É essa a estratégia covarde, dissimulada, cafajeste em cima dos coitados, dos miseráveis que moram nesses lugares.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O Senador Hiran me lembra que é pra os três Senadores que estão fazerem as perguntas. Ele me lembra que foi decidido na reunião passada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o nosso ilustre, nosso mestre Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar.)
– Sr. Presidente, Sr. Relator, convidado, Deputado Ricardo Salles, foi muito proveitoso ouvi-lo.

Eu quero dizer a V. Exa. o seguinte: da bancada do Estado de Rondônia, de 11, só eu divergi dos demais, inclusive votando contra o Presidente Bolsonaro, lá do estado.

O terceiro setor... Eu reputo como o setor público o setor privado. O terceiro setor é um poder, ele é um poder. Assim como tem o poder público, o setor privado tem o terceiro setor, aí preenchido por uma gama enorme de entidades, desde uma Apae, desde as fundações, as próprias igrejas – só não têm fins lucrativos – e aí vai até a política ambiental, indígena. Há uma variação e muito grande.

Então, nessa opção ambiental de proteção de biomas, a Costa Rica deu um exemplo, em 1948, de colocar como uma das bases do futuro do seu país a paz; o outro componente seria a preservação ambiental do seu país; e o terceiro é a educação. Isso é o que está na Constituição da Costa Rica desde 1948, portanto há 75 anos.

Então, eu acredito que, sendo, na minha concepção, o terceiro setor um poder, é um poder que hoje vem preencher justamente as fragilidades do poder público. Aquilo que o poder público não faz as entidades do terceiro setor, entre elas as ONGs, procuram fazer. Tem as organizações brasileiras e tem também as internacionais, que fazem um trabalho no mundo inteiro.

Assim sendo, eu vejo que eu interpreto como bem ideológicos alguns temas abordados aqui na exposição do nosso convidado, o Deputado Ricardo Salles, que é um profundo conhecedor, tem os números direitinho e apresentou.

O senhor tem que... Por exemplo, eu fui Deputado na década de 90 com Fernando Henrique, todo o Governo; eu entrei no Governo Lula também como Deputado; depois fui Prefeito; depois fui Governador; e agora sou Senador. Eu nunca mudei meu modo de pensar, desde o primeiro dia, antes mesmo de ser político, há mais de trinta e tantos anos, e eu sempre procurei abraçar e proteger o terceiro setor – sempre. Lá no Governo do estado, nós criamos uma coordenação para cadastrar e credenciar as entidades de terceiro setor, habilitá-las, ensinar a elas inclusive toda a questão da legislação – e a legislação estadual também.

Então, eu vejo, assim, por exemplo, que você usou muita a expressão "eles": "Eles que desmataram tudo. Eles que fizeram isso. Eles que fizeram aquilo", como se todos fossem inimigos do Brasil. "Eles". Se eles lá desmataram tudo, nós não vamos copiar o mau exemplo deles. Se lá eles hoje estão, como diz o Esperidião, nos passando a penitência, nós não queremos também fazer o que a Europa fez. Mas agora eu vou ter que desmatar o Brasil todo para poder compensar o desmando da Europa?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o meu ponto de vista, que é divergente, logicamente, mas com o maior respeito a V. Exa., inclusive de tema... Eu sei que o pobrismo amazônico, o pobrismo: a pregação de que quem está lá morando tem que ser pobre... Mas há um lado fantástico de tudo isso... E eu falo, porque conheço a Amazônia, estou lá – fui Prefeito, fui Governador, sou eleito por lá, pelo meu Estado de Rondônia – e tenho uma interação com todos os estados da Amazônia, mas eu tenho um pensamento diferente. Eu acho que as ONG prestam um bom serviço – um bom serviço – ao país. Inclusive as exceções o Tribunal de Contas está aí para fiscalizar. Inclusive tem feito: em duas CPIs anteriores a esta, o Tribunal de Contas já avaliou, já emitiu seus pareceres, seus relatórios, e nada foi constatado de ilegalidade. Se existir ilegalidade e esta CPI comprovar, vai ser muito bom para prontamente pra eliminar as entidades nocivas, prejudiciais ao país.

Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, nosso convidado ilustre, o Deputado Ricardo Salles, esse é o meu ponto de vista – é meu ponto de vista. Eu posso, logicamente, ouvindo muito o senhor, com muita atenção e respeito, eu pude entender muitas das suas convicções, mas eu quero aqui me resguardar o direito de contraditar, de pensar diferente, de ser contra, não é? Eu acho que o terceiro setor é um poder importante.

Então, eu fiz mais um comentário, não foi propriamente uma pergunta, para que o senhor também possa discorrer no aspecto, não de resposta, mas de um comentário.

É só essa a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Mas, pelo respeito que eu tenho pelo mestre Confúcio, deixe-me só fazer uma observação. O senhor pode observar que, até aqui, agora, não apareceu nenhuma ONG que ajuda velhinhos, que salva a criança do câncer, nenhuma dessas apareceu. Aqui apareceram ISA, ICMBio, Fundação Amazônia Sustentável. Pode ficar tranquilo, Senador Confúcio, quanto a isso. As boas ONGs passarão longe, sequer serão citadas e, no final, servirão de exemplo. "Olha, essas aqui são más e estavam comprometendo as boas ações de vocês". Fique tranquilo, Senador Confúcio, quanto a isso.

A gente tem reafirmado aqui sempre, Deputado Ricardo Salles: isso aqui não é direita, esquerda, Bolsonaro, Lula; é Brasil, que quer ser nação, que tem sua soberania resgatada, contra alguns que querem uma nação subjugada e colonizada, mesmo se considerando elite.

Eu queria fazer, Ricardo, até para você poder sair...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, completar a rodada, para você poder sair, mas ter mais 20 minutos, 30 minutos seus.

Com a palavra, o nosso amigo, Senador Zequinha, representante do Pará.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente. Saudações a V. Exa., ao nosso Relator e ao nosso ilustre convidado, Deputado Ricardo Salles, ex-Ministro. Conhece a fundo o negócio. (*Risos.*)

Não é fácil, não é?

Saudações aqui ao Dr. Hiran, ao Confúcio.

Queria só fazer algumas considerações, sabe, Ministro? Isso tem me deixado muito incomodado, mas muito incomodado mesmo, porque a gente está acordando muito tarde nesse processo todo, muito tarde. Não é fácil, e aqui tem alguns médicos, quando a doença toma conta do corpo todo... Como é que no câncer se fala, é metástase, não é?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Quando se está em processo de metástase, para você tentar salvar o paciente é um sacrifício muito pesado, muito grande. Mas a gente não pode desistir desse país nunca. Temos que lutar por ele.

Eu ouvia atentamente suas colocações muito inteligentes, muito ricas. Eu só queria acrescentar um negócio aqui que, de repente, acrescenta e preocupa ainda mais. Além desse negócio do revezamento ONG, governo e academia, eles inteligentemente também trabalham em outros setores. A imprensa está dentro do sistema. O Ministério Público Federal está dentro do sistema. E a Justiça, os juízes também. E eu quero aqui aproveitar para citar um caso em que isso me parece muito real.

Quando vocês citaram aí sobre a BR-364, esse problema lá, todo mundo impedindo, me veio aqui à mente a questão da nossa Ferrogrão, que V. Exa. conhece muito bem. O PSOL, não é? Bom, deixe-me terminar aqui. Além daqueles três lá, Ministério Público, parte da Justiça, partidos políticos estão dentro e fortalecem essa teia muito bem articulada, não é?

Vamos lá.

Ferrogrão. Todo mundo sabe da importância e da necessidade, enfim, de se escoar a produção ou boa parte da produção do Mato Grosso. Enquanto você saindo lá pro Paraná ou saindo pra São Paulo, a distância é imensa, a perda da produção é grande, você tem ali novecentos e poucos quilômetros e já chega lá em Miritituba, vem até Barcarena, aqui pertinho de Belém, vai pro grande navio e vai embora. Isso dá competitividade à nossa produção lá fora, porque essa turma vai diminuir significativamente o custo do transporte, a questão da logística. Mas o PSOL entra na Justiça, argumentando coisas que a gente não quer nem comentar aqui, porque são insignificantes. E a Justiça – mesmo que numa decisão monocrática do ministro, mas foi a Justiça – entra nessa conversa fiada e suspende, há dois anos, todos os estudos, todo o trabalho do projeto Ferrogrão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou dar um exemplo de perda com isso aí, um só, além do enorme atraso na construção da ferrovia pra poder viabilizar a economia do Arco Norte ali naquela região. Ali em Barcarena, tem uma empresa grande que tem uma senhora estrutura de portos. Essa empresa queria ampliar a sua estrutura e iria investir em Barcarena – V. Exa. conhece – R\$1,5 bilhão. Na hora em que a Justiça suspendeu, o CEO da empresa passou conosco no escritório, em Belém, e disse: "Olhe, Senador, nós vamos suspender agora o investimento, porque a gente não sabe o que vai acontecer daqui pra frente". Essa questão de escoar a produção, se não der por um lado, sai pelo outro; se não der por aqui, pelo Pará, vai sair por outras alternativas, vai sair pelo Paraná, vai sair por Santos, essa coisa toda. E nós perdemos. Eu estou dando exemplo de um investimento só. Quando V. Exa. fala da pobreza da Amazônia, sabe quanto 1,5 bilhão, numa região como ali, próxima de Belém, a região das palafitas, da pobreza, da dificuldade, significa. Isso se traduziria em empregos, oportunidades, enfim, em um monte de coisa. Então, é só um exemplo.

Todo mundo é contra, mas o ministro que suspendeu liminarmente isso faz um comentário dizendo que é totalmente a favor, que é inquestionável. Estão, aqui no meu celular, as palavras do ministro, que diz: "Olhe, é inquestionável o papel da Ferrogrão, por isso, por isso, por isso, por isso...". Detalha pá, pá, pá.

Mas o ministro, em vez de suspender e dar um parecer e tal, e levar para o Pleno e soltar isso, não, sabe para onde envia? Para uma câmara de solução de conflitos. Você já pensou um negócio desse? Se ele está convencido, se ele está convencido de que o projeto é indiscutível, tanto do ponto de vista econômico como social e acima de tudo ambiental – e acima de tudo ambiental, porque o transporte ferroviário é 77% melhor ambientalmente falando do que o rodoviário, não é? Essa é a conta que os caras fazem. Mas aí a pressão que é feita, com certeza... Porque senão a decisão do Ministro era levar para o Pleno, julgar e liberar, correto? E não encaminhar a uma câmara pra discutir, pra esticar isso, pra... Então, é muito difícil, nós estamos mexendo com um tecido muito amplo, muito trabalhado, que envolve muita gente e as instituições.

Do restante aqui que foi dito eu assino embaixo. E mais uma vez repito, aquilo que V. Exa. disse ainda há pouco eu também repito: não sou contra absolutamente a questão da sustentabilidade. Todos nós temos juízo suficiente pra trabalharmos pela vida, não é? Agora o que é aqui que esta CPI trata é que, lamentavelmente, os interesses externos contra o desenvolvimento, contra o mercado, contra... O Brasil não pode se tornar um país economicamente desenvolvido que concorra lá fora, tem que se manter debaixo do pé do boi. É isso que nós estamos trabalhando. E é a minha esperança aqui. Eu estou aqui neste momento, mas a Frente Parlamentar do Agro está ali reunida, debatendo todos os assuntos, a reforma tributária. Eu queria estar lá, mas estou aqui exatamente por causa da importância. Tem CPI de 8 de janeiro, tem CPI do MST, mas a CPI mais importante do Congresso, ou destas duas Casas, é esta aqui, Ministro, é esta aqui.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só fico preocupado é que depois que a gente fechar tudo isso nós vamos ter que entregar ao Ministério Público pra dar andamento, e grande parte desse Ministério Público está contaminado exatamente por aquilo que nós estamos combatendo aqui.

Parabéns pela lucidez, parabéns pelo posicionamento. Como diz o nosso Presidente, aqui não tem ninguém contra ninguém. Aqui tem todo mundo a favor do Brasil e contra esse tipo de procedimento irracional que presta um verdadeiro desserviço a esta nação e ao seu povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Zequinha, como sempre brilhante na sua exposição e representando o Pará.

Nosso Senador Dr. Hiran, de Roraima.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para interpelar.) – Bom, Presidente Plínio, nosso querido Relator Marcio Bittar, meu querido colega Confúcio, Senador Zequinha, eu quero, em nosso nome, em nome da nossa CPI, saudar aqui a presença do ex-Ministro Ricardo, que demonstrou aqui um profundo conhecimento do nosso país, apesar de ser do Sul... do Sudeste, mas conhece muito, e nos deu muito subsídio aqui pra desenvolvermos nossos trabalhos nesta CPI.

Mas eu quero fazer duas perguntas rápidas, e vou pedir licença a V. Exa., porque eu tenho uma reunião no Vanguarda e uma reunião na Polícia Rodoviária Federal já pré-marcadas.

E eu vou lhe fazer a primeira pergunta: é que em 2020, quando o senhor ainda era Ministro do Meio Ambiente, o senhor afirmou que o Governo Federal não recriou o Comitê Orientador do Fundo Amazônia porque a Noruega e a Alemanha, principais doadoras, rejeitaram mudanças no modelo de gestão dos recursos.

A Noruega, principal doadora do Fundo Amazônia, doou US\$1,2 bilhão, mais de R\$5 bilhões para projetos de sustentabilidade. A segunda principal doadora foi a Alemanha, com 90 milhões de euros, aproximadamente R\$500 milhões. E esse montante, especialmente doado pela Noruega, chama a atenção.

Por que razão, na sua visão, um país, com um pouco mais de 5 milhões de habitantes, doaria tanto dinheiro pra nós? E por que uma participação tão pequena dos outros países? Que interesses geopolíticos o senhor acredita que existam por trás dessa doação e por trás dessa discrepância de doação entre a Noruega e outros países?

E, na linha da questão anterior, o Ministério das Relações Exteriores, a ser instado por essa CPI, informou a existência de apenas 16 documentos referentes a acordos envolvendo o Governo brasileiro e entes internacionais na Amazônia. O número é surpreendentemente baixo, e os membros dessa Comissão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já estão tomando providências para pedir mais esclarecimentos e, eventualmente, convidar ou até mesmo convocar o Ministro das Relações Exteriores para comparecer a essa Comissão.

Na sua experiência no Poder Executivo, o que V. Exa. pode dizer sobre o acompanhamento que é feito pelo Itamaraty e pelo Governo brasileiro em geral sobre as entidades estrangeiras que aqui atuam, muitas vezes financiadas, inclusive, por dinheiro público estrangeiro?

Muito obrigado, mais uma vez, pela sua presença.

E quero saudar, mais uma vez, o nosso Presidente e o nosso Relator pela condução dos nossos trabalhos.

Um grande abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu quero agradecer ao Dr. Hiran, Zequinha e Confúcio pela participação.

Com a palavra o nosso convidado. Ricardo, aí você já fique à vontade, se quiser fazer as considerações finais. A gente combinou um certo tempo pra você poder sair.

O SR. RICARDO SALLES (Para expor.) – Bom, Srs. Senadores, gostaria de fazer um comentário sobre cada uma das colocações, mas começar pelo fim, porque o Senador Hiran precisa sair. Então, eu queria prestigiá-lo com a resposta.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado. Muito obrigado, Deputado.

O SR. RICARDO SALLES – Imagine, é um prazer.

Com relação ao Cofa (Comitê Orientador do Fundo Amazônia), é importante as pessoas entenderem como é que o Fundo Amazônia funcionava. O Fundo Amazônia é uma doação da Noruega ao Brasil, que, através de uma lei, um decreto, salvo engano, determinou que a gestão ficaria a cargo do BNDES e teria dois comitês: o Comitê Técnico, que se encarregaria de medir a redução do desmatamento, e o Comitê Orientador do Fundo, que se encarrega de gerir os recursos.

Por que o Comitê Técnico? Porque o Fundo Amazônia é uma decorrência justamente de um sistema, de que nós falamos aqui um pouco mais atrás na audiência, que é um sistema chamado REDD+, que é uma sigla basicamente de Sistema Voluntário de Doação de Recursos em Razão do Desmatamento Evitado. Então, o que é, basicamente, essa conta do Fundo Amazônia/REDD+? O auge do desmatamento no Brasil, 2004 para 2005, vou arredondar, 28 mil quilômetros quadrados.

Tudo em que, a partir de 2005, ou seja, aquele número, tiver redução, esta redução será medida anualmente através do Prodes, que é do Inpe. Todo número de desmatamento menor que 2005/2006, ou



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja, menos que 28 mil, dá ao Brasil um crédito dentro dessa lógica que foi estabelecida. Um crédito obrigatório? Não, voluntário. O sistema do REDD+ é voluntário.

Então, teoricamente, o que a Noruega deveria fazer para cumprir aquilo a que ela própria se comprometeu? A cada ano que o Brasil tiver um desmatamento menor do que aquele que havia na nota de corte – 28 mil –, a diferença, o delta, o Brasil recebe. Acontece que essa medição, Senador Confúcio, só aconteceu uma vez. O pessoal fica falando que o Bolsonaro interrompeu o fundo. É mentira. Quando nós entramos no Governo, já fazia cinco anos, se eu não estou enganado, que o fundo não recebia um centavo. Então, ele não parou de receber porque nós afrontamos a Noruega. Isso é mentira. Já não recebia. Eles já não estavam aportando. Não tem nada a ver com o Bolsonaro. O sistema REDD+...

Se nós fôssemos receber, dos países ricos, o recurso voluntário que nós mensuramos, é justamente aqueles 300 bi de dólar, que eu falei aqui há pouco: com um determinado volume de carbono vezes US\$40 a tonelada, nós teríamos US\$300 bilhões para receber. Quanto nós recebemos? Um bi, um bi e pouco, em dez anos. Quer dizer, nós recebemos 0,3% do que o sistema nos proporcionaria, se cumpridas as palavras pelo lado de lá. Eles, Senador, se eles cumprissem o que disseram que iam cumprir, se o discurso estivesse aliado à prática deles, nós teríamos 300 bi para receber. Nós recebemos um em dez anos. Quando alguém doa um bi para o Brasil em dez anos – de 2009 até 2019, quando houve o problema – é a mesma coisa que eu dar R\$50 aqui para o senhor e dizer assim: "O senhor toma conta de Brasília. Faça o favor. R\$50". Aí, a cada vez que eu cobrá-lo, eu vou falar: "Não, mas eu te dei dinheiro para você cuidar de Brasília". "Bom, mas R\$50?"

Então, nesta ótica e só por esta ótica, Senador, nós dissemos: "Pera lá, pera lá. Vocês nos deram dinheiro dentro de um sistema que vocês propuseram, primeira coisa, não fomos nós que fomos pedir. Segundo, vocês deram o dinheiro, chama-se doação". Na medida em que é uma doação para o Brasil, é o Brasil que vai dizer como vai usar o dinheiro. "Se vocês querem continuar tendo um sistema que são vocês que decidem onde vai o dinheiro, obrigado, isso não é doação". Aí eles dizem assim: "Não, não somos nós que dizemos qual é o dinheiro, é o Cofa". Só que o Cofa, no formato que era quando nós recebemos o Governo, era composto de três grupos: representantes do Governo Federal, um grupo; representantes dos estados amazônicos, segundo grupo; e representantes do terceiro setor, terceiro grupo. Era o que a gente chama no direito de "nós com nós", porque o Governo era do PT; os Governadores da Amazônia praticamente quase todos de esquerda e ligados ao PT, portanto; e as ONGs que compunham o Cofa, tudo de esquerda. Não tinha nenhuma entidade favorável ao setor produtivo, nenhuma. Era o "nós com nós" que eu citei aqui há pouco, Marcio.

Era o sujeito do Governo Federal, junto com o do Governo estadual, junto com as ONGs, dizendo para onde ia o dinheiro do Fundo Amazônia, que, por acaso, tinha, dentro do BNDES, responsável pela gestão do dinheiro, um monte de gente, lá, ligadíssima às ONGs. Então, era um "nós com nós" total. E é por isso que o recurso era aprovado, desembolsado, e não tinha acompanhamento de meta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para o senhor ter uma ideia, Senador, teve vários casos, nós pedimos as pastas e fomos analisar; acho que era um bom caminho para a CPI fazer, os 94 contratos e tal. Você olha lá e se diz assim – vou dar um exemplo; não me lembro o nome da entidade, mas estava lá; tinham muitos assim –: "Pagamento de R\$215 mil do BNDES para a entidade X; motivo, reunião [são sempre umas palavras diferentes, meio no gerúndio] para estar sensibilizando os atores do processo social", piriri, pororó. Em português, claro, é fazer reunião com as pessoas da região para explicar o projeto, R\$215 mil. Aí você fala assim: "Perfeitamente. Qual era a pauta dessa reunião em que vocês pagaram R\$215 mil? Tem a pauta?". "Não." "Tem a ata?" "Não." "Tem a lista de quem compareceu?" "Não." "O que tem? A troca de que o BNDES liberou duzentos e tantos mil reais para essa entidade?" "Não, o gestor da entidade mandou um *e-mail* para o BNDES dizendo: 'Fiz uma reunião com sensibilização dos atores sociais. Custo: R\$215 mil. Favor reembolsar'". A turma mandava 215 contos e acabou. Controle zero, zero!

Por isso que nós propusemos, Senador, alterar o Cofa, porque era, através do Cofa, que, no regime anterior, só se reunia uma vez por ano, o Cofa entregava tudo para o BNDES fazer, e a turma do BNDES ligada ao destinatário final: nós com nós. O que nós queríamos que o Cofa tivesse? Um papel mais preponderante para ver que projetos estão sendo aprovados, que acompanhamento de execução está sendo feito e de que verbas estão sendo prestadas contas, e não a cada ano se reunir para dar uma mera chancela. O funcionário do BNDES vai lá, lê um relatório e todo mundo fala: "Quem estiver de acordo fique como está; quem estiver contrário se manifeste. Está aprovado". O que é isso? "Ah, mas o dinheiro é da Noruega, tanto faz." Bom, então, não põe na nossa barriga; não põe filho dos outros na nossa barriga, para eu ter que tomar conta; eu não vou ser conivente com isso. Eu prefiro, então, que a Noruega dê direto dinheiro lá para o Observatório do Clima, para que vocês precisam olhar, para o Mapbiomas – seja para lá quem for –, Ipam, Imazon. Dê o dinheiro diretamente!

Por que a Noruega não quer dar o dinheiro? Porque, no fundo, Senador, eles sabem que tem sacanagem e não querem ser corresponsáveis por isso. E houve um acórdão da autoridade fiscalizadora, o equivalente ao TCU, do Governo da Noruega, dizendo que o sistema de fiscalização era absolutamente frágil; é de 2018 – se eu não estou enganado – esse relatório. É que, aqui, a turma do deixa-disso: "Não, deixa para lá, tem um monte de gente nossa lá ligada nesse troço, vai criar confusão, constrangimento com a Noruega". Nós, no Governo: "Não". O Governo Bolsonaro: "Negativo, vai arrumar". Nós dissemos: "Vai arrumar o cofre". Eles disseram: "Não concordo com que mexa". E eu falei: "Bom, do jeito que está, a gente não quer". "Ah, se vocês querem mudar, a gente que não quer." Então, por isso que se criou esse impasse. A Noruega mandou uma carta dizendo: "Não quero mais avançar no Fundo Amazônia". Não fomos nós que dissemos: "Não quero o seu dinheiro", isso foi uma mentira que foi contada na internet.

O segundo ponto que o Senador Hiran levantou diz respeito à atuação dos órgãos brasileiros no monitoramento desse recurso. Esse recurso que vem de fora, pro pessoal deitar e rolar aqui dentro, algumas vezes vem diretamente – e, não sendo nada ilegal, acho que, nesses casos, não nos cabe fazer



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muita ingerência nisso –, mas muitas vezes, a maioria, passa por dentro de órgãos governamentais, com a chancela do Governo brasileiro ou dos governos estaduais, que o estrangeiro usa pra se precaver, dizendo: "Não, eu dei o dinheiro pro Brasil. O que eles estão fazendo lá não me interessa".

Se a gente fizer um levantamento em todos os ministérios – Ciência e Tecnologia, Agricultura, Meio Ambiente –, vai achar uma infinidade de recursos desses organismos internacionais, que vêm pra cá e são distribuídos pra turma que fica com a grana lá na ponta – GIZ, KfW, Banco Mundial, FAO, e assim vai – USAID... E, quando a gente exige prestação de contas, transparência e tudo mais, a turma vai pra imprensa e diz assim: "Estão querendo devolver o dinheiro; absurdo! Brasil corre risco de ter as suas linhas canceladas".

Pra fazer essa porcaria aí, é melhor cancelar. Pra usar o pretexto ambiental, indígena e social pra pagar salário de funcionário de ONG, que não consegue emprego no setor privado e quer ficar mamando dinheiro internacional... Com a nossa chancela, não! Fique à vontade. Se o Governo americano quiser depositar dinheiro nessas ONGs todas, *be my guest*. Problema seu; faça. Agora, não vem pedir pra nós, autoridades do Executivo – o senhor foi Prefeito, sabe bem –, a cancelar um troço...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Governador.

... a cancelar um troço com que a gente não concorda.

Então, esta opção, Senador Hiran, é de fundamental importância: mandar um ofício para os Ministérios do Meio Ambiente, de Relações Exteriores, Ciência e Tecnologia – não sei se ele foi sucedido por algum outro, mas Ciência e Tecnologia – e da Agricultura, dizendo: "Eu quero todos os convênios internacionais de organismos como GIZ, KfW, Banco Mundial, biriri, bororó...". Não tem 16, tem milhares – GEF isso, GEF aquilo...

Então, veja, esta é uma questão de fundamental importância: a gente saber que dinheiro está sendo mandado, quem está escolhendo os projetos, para quem estão mandando dinheiro lá na ponta e o que está sendo entregue. Com o resto, com o que não passa pelo Governo faça o que quiser – se não for ilegal.

Nesse aspecto...

Espero que eu tenha respondido aqui as duas questões.

Nesse aspecto, Senador Confúcio, quando eu digo "eles", eu estou dizendo o seguinte: a hipocrisia do lado de lá. Longe de nós querer fazer com o meio ambiente o que eles fizeram – poluíram os rios da Europa, cortaram... Hoje, a Europa tem 4% de vegetação nativa primária, aquela que nunca foi cortada; o resto é regeneração, é secundária, é plantio. O Brasil tem 66% de vegetação nativa preservada, ou seja, eles têm 4%, nós temos 66%. Quer dizer que nós queremos desmatar 62% pra ficar 4%, igual a eles?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, claro que não; mas também não queremos engolir esse discurso de graça. De graça, não; porque, na hora de socializar essa conta ambiental em razão das bobagens que eles fizeram, eles chegam pra nós, com a maior cara de pau, e dizem assim: "O planeta é de todos, *there is no planet B* – não há planeta B". Beleza, não tem planeta B. Vocês destruíram o A, vocês pagam. "Ah, mas eu preciso de você". Perfeitamente. Sentou, sorriu, a conta dividiu; vocês vão pagar. É só isso. Está longe de nós dizer: "Vou tocar o pau aqui no meio ambiente, porque vocês tocaram lá". Não! Nós estamos dizendo o seguinte: se você quiser opinar sobre a forma como nós estamos cuidando do nosso meio ambiente, que, aliás, é muito melhor do que a sua, diga-se de passagem, pra opinar, você paga. Se não pagar, nem opinião eu quero.

Com relação ao que o senhor falou aqui, do terceiro setor, e citou o exemplo da Costa Rica, é verdade. Eles têm lá uma política muito bem estabelecida, ganham muito dinheiro com ecoturismo, só que a Costa Rica é um país do tamanho da Esplanada dos Ministérios, um país desse tamanho. A nossa Amazônia é metade da Europa. Então, não dá pra comparar o que acontece na Costa Rica com o Brasil. Eles não têm os recursos naturais que nós temos, portanto, não são cobiçados pelos países estrangeiros. Não há concorrência internacional com o agro da Costa Rica. São situações absolutamente distintas. O nosso agro é extremamente competitivo e uma das maneiras que eles têm pra nos atacar são as barreiras não tarifárias, criticando a política ambiental brasileira e outros assuntos: indígena, direitos humanos e tal. Então, é uma realidade completamente distinta.

Aqui no Brasil, as entidades do terceiro setor... E nesse aspecto vou me alinhar à sua fala, a minha posição não é distinta da sua. Há bons trabalhos de entidades do terceiro setor, inclusive na área ambiental – TNC, enfim, há bons trabalhos. Agora, aqueles que não são bons ou não são claros, não são transparentes, são questionáveis, nós temos que questionar. O sujeito dizer que ele é de uma ONG ou do terceiro setor não faz dele um ser humano bom. "Ah, eu sou do terceiro setor, portanto, eu sou limpinho, bonzinho, não faço nada errado, não faço nada politicamente incorreto". Não, não é assim, não! Não é assim, não. Não venha com esse papo pra cima de nós, não, porque não é verdade. Está cheio de gente do terceiro setor que é picareta. Aliás, nós vimos isso no caso dos recursos do Fundo Amazônia e em vários outros, cansei de ver – cansei de ver. Não foi nenhum...

Cito um caso concreto aqui, concreto, e não vou nem citar da Amazônia pra não polemizar, porque eu não quero nominar, inclusive, políticos que têm a ver com esse assunto. Tem uma ONG em Fernando de Noronha que pertence a um funcionário do ICMBio. O ICMBio ficava contratando essa ONG pra dar parecer sobre todos os assuntos de Fernando de Noronha. Ele usava a sua prerrogativa de ICMBio pra obrigar os hotéis, todos os empreendimentos a contratarem parecer da ONG dele e, no Governo do PT, inclusive, tinha patrocínio da Petrobrás.

Para o senhor ter uma ideia de a que nível chegou isso lá – e eu estou citando um exemplo só, poderia citar centenas de praticamente todos os estados do Brasil –, para o senhor ter uma ideia do que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu com esse personagem especificamente, quando Fernando de Noronha colocou uma pá eólica na cidade pra ter energia limpa, um pouquinho de energia limpa, esse sujeito foi lá e entrou com uma ação dizendo que a pá eólica, que anda a cinco por hora – pá eólica é lenta, superlenta –, uma pá eólica de Fernando de Noronha estava atrapalhando o fluxo migratório de aves da Antártida pra Groenlândia. E fez que fez até tirar a pá eólica de lá, uma pá eólica em Fernando de Noronha. Sabe por quê? Porque a turma era responsável por vender diesel que vinha do continente para queimar no gerador a diesel em Fernando de Noronha. Tudo é *business*.

Quando – também essa mesma entidade – a administração local de Fernando de Noronha precisava ampliar o cano que capitava água do mar para o dessalinizador, ampliar 1,5m, porque, quando a maré baixa muito, em Fernando de Noronha, o cano do aparelho que suga... Tem uma estação de dessalinização lá. Disso vem um cano, o cano entra dentro do mar, fica puxando a água do mar, dessaliniza lá e vai abastecer a ilha. Quando a maré baixava muito, o cano ficava fora d'água. Então, qual era a demanda da empresa de dessalinização? Amplia o cano 1,5m; 1,5m é o suficiente para não ficar sem água nunca mais. Esse sujeito meteu um embargo pelo ICMBio na obra e exigiu que a empresa de dessalinização contratasse a ONG dele para dar um parecer dizendo que o barulho da máquina que suga água do mar não atrapalhava o fluxo de golfinhos em torno da ilha.

Então, Senador, há muito ongueiro picareta; tem gente séria, mas tem muito picareta – muito. Então, não é um carimbo de idoneidade, de seriedade, de bom-mocismo o sujeito falar: "Eu sou da ONG". E daí? Está cheio de ONG que defende vagabundo, crime organizado, traficante e tudo mais. Aliás, respondendo ao Senador Marcio, a gente sabe muito bem: basta assistir ao filme Tropa de Elite que você vai ver que o cara da ONG era o cara ligado lá ao tráfico.

Então, vamos com menos sede ao pote com essa história, esse maniqueísmo: tudo que é ONG é porcária, tudo o que é ONG é bom; nem tudo é porcária, nem tudo é bom. Como em todo lugar do mundo, inclusive na nossa vida parlamentar, tem bons Parlamentares, maus Parlamentares; tem bons administradores de terceiro setor, tem maus administradores de terceiro setor. O nosso papel é ter a liberdade de apontar as coisas ruins sem sermos rotulados de antiambiental, anti-indígena, anti não se o quê. Anti qualquer coisa são eles.

Só para dar um exemplo aqui, porque o Senador Zequinha citou o caso da Ferrogrão. Eu faria um comparativo com outro caso trazido pelo Senador Marcio, do linhão Boa Vista a Manaus. O linhão Boa Vista a Manaus é um repositório de *lobbies* de ONGs que ganham dinheiro obstando aquela obra, fora o outro lá que vende diesel lá para Boa Vista. O fato é que, graças a esse movimento, tanto desses caras que manipulam os indígenas lá quando o outro que vende diesel para as termelétricas, o fato é que, ambientalmente – eu vou ficar só no quesito ambiental –, o meio ambiente tem sido reiteradamente prejudicado, e muito, graças a esses óbices ao linhão, porque, como não tem um linhão...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Queima o diesel.

O SR. RICARDO SALLES (PL - SP) – Exatamente. Roraima tem que queimar diesel para ter energia, porque, como a energia de não termoeletrica vinha da Venezuela, e o regime comunista acabou com a Venezuela, então, todo o fornecimento venezuelano toda hora cai, precisa acionar as termoeletricas. Aciona a termoeletrica a diesel, portanto, combustível fóssil sem queimado, porque a turma não deixa fazer um linhão de 15m de altura, que vai passar por cima da floresta, porque aquilo vai prejudicar a cultura indígena. Mas o que um linhão vai prejudicar a cultura indígena? É um absurdo.

E o paralelo da Ferrogrão, Senador Zequinha, ali, a exemplo do sujeito que vende diesel lá em Roraima, tem o que tem ferrovia que concorreria com a Ferrogrão. Então, o que acontece, na prática – de novo a turma das ONGs do bem –: várias entidades foram contratadas para dar uma aparência de questionamento da sociedade, supostamente espontâneo, para obstar a obra da Ferrogrão, justamente para não desviar o fluxo de trânsito de vagões de uma empresa para a Ferrogrão, ou seja, pura questão concorrencial; grana. E o pessoal se prestando a esse papel de ganhar dinheiro e contestar a obra da Ferrogrão, usando o tema ambiental, indígena, cultural, biriri, bororó... No fundo, é grana.

Então, para resolver esses assuntos – e com isso eu encerro, meus caros Senadores Marcio, Confúcio, Zequinha, Plínio Valério –, o que falta nessas coisas é racionalidade. Se a gente tiver a oportunidade de discutir as coisas com objetividade e racionalidade, sem patrulhamento ideológico, sem lacração dos pseudomonopolistas da virtude e da ética em cima dos "capitalistas selvagens", se a gente tiver essa oportunidade, as coisas avançam.

A pobreza... Essa frase é do Paulo Guedes, em Davos, 2019: a pobreza é o maior inimigo do meio ambiente. Em todo lugar que não tem desenvolvimento, em todo lugar que tem pobreza, em todo lugar que não tem racionalidade, o meio ambiente é que paga a conta, entre outras questões. Portanto, fica aqui um apelo para que a gente traga mais racionalidade, mais debate e menos lacração em cima desse assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quero agradecer a presença...

Só um minutinho. Queria só apresentar um vídeo de dois minutos.

Uma das conclusões aqui, Zequinha, é que a gente já chegou bem antes.

É de uma líder, e ela tem um blogue muito bom. É a Ysani Kalapalo, do Xingu. Olha o que ela diz aí – dois minutos e oito segundos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês ouviram a Ysani: "Mais terra, mais prisão". A Ysani: "Mais terra, mais prisão".

Liberando o nosso convidado, a gente ainda tem aqui, Marcio, vamos ficar nos dois...

Obrigado, Ricardo, obrigado. Parabéns, viu?

O SR. RICARDO SALLES (*Fora do microfone.*) – Eu estou às ordens.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... deliberar alguns.

Eu acho que vale a pena – a gente está com transmissão direta –, vale a pena a gente apresentar um vídeo que está correndo na internet, que nos pediram. É o 1. Esse pedido já faz tempo, é uma reportagem já de alguns anos, mas que, hoje, é como se tivesse sido feita ontem. Vale a pena a gente mostrar – muito brasileiro, muito brasileiro assistindo neste momento – o nº 1, o vídeo 1, neste momento, com transmissão direta. Vale a pena, Marcio Bittar, a gente mostrar mais um vídeo, porque a gente tem dito: nós não estamos procurando os indígenas pra falar por eles; eles nos procuram pra que nós façamos isso – e é isso que a gente está fazendo. É uma reportagem já de... é muito boa, muito boa, já tem uns dois, três anos.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pois é, é isso aí. A gente pode exibir vários e vários vídeos que chegam. Esse daí foi de uma televisão nossa do Norte.

E quero dizer e reafirmar sempre: esse inquérito, por exemplo, que não deu em nada, a gente vai saber por que não deu em nada. Quero reiterar aqui ao brasileiro e à brasileira o nosso compromisso em continuar abrindo essa caixa preta.

Passamos à deliberação de requerimento constante da pauta.

O nosso Relator, Senador Marcio, quer destacar o requerimento. Em seguida, a gente vota os outros três.

1ª PARTE

ITEM 3

Requerimento Nº 108/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na região amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Com a palavra, o nosso Relator.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Para encaminhar.) – Requer que sejam prestados, pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na Região Amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Sr. Presidente, requeiro, nos termos o art. 58, §3º, da Constituição Federal, do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Mauro Vieira, informações complementares sobre a relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam ou atuaram na Região Amazônica, estejam lá sediadas ou não.

Nesses termos, requisita-se:

1. Cópia integral e em língua portuguesa de todos os contratos, termos de parceria, termos de cooperação, acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres firmados entre o Ministério das Relações Exteriores e ONGs ou OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica, no período assinalado, bem como os documentos referentes à fiscalização dos referidos contratos, termos de parceria, termos de cooperação e instrumentos congêneres;

2. Relação de todas as ONGs e OSCIPs que tenham celebrado quaisquer acordos, convênios ou termos de cooperação;

3. Listagem de todas as ONGs e OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023;

4. Listagem de todas as ONGs e OSCIPs que receberam apoio do MRE para participação em reuniões de organismos internacionais relacionadas aos temas de mudanças climáticas, meio ambiente e população indígena;

5. Relatórios financeiros de repasses de recursos públicos para ONGs e OSCIPs;

6. Informações detalhadas e concretas acerca da participação de ONGs e OSCIPs nos processos de tomada de decisão da política externa brasileira;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7. Informações detalhadas e concretas acerca da cooperação entre o Brasil e os seguintes países: República do Suriname, República Cooperativa da Guiana, República Bolivariana da Venezuela, República da Colômbia, do Equador, do Peru e Estado Plurinacional da Bolívia, nas questões de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas;

8. Informações detalhadas e concretas sobre organizações públicas estrangeiras ou internacionais que financiaram projetos e programas desenvolvidos por ONGs e OSCIPs;

9. Informações detalhadas e concretas acerca da participação dos governos, direta ou indiretamente, com recursos humanos, materiais ou financeiros, em programas ou projetos desenvolvidos por ONGs e OSCIPs;

10. A integralidade dos telegramas, ou outras formas de comunicação, trocados entre, de um lado, a Chancelaria e os postos do serviço exterior brasileiro e, de outro, os países e entidades internacionais mencionados no item 9, no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023;

11. A integralidade dos telegramas, ou outras formas de comunicação, trocados entre, de um lado, a Chancelaria e os postos do serviço exterior brasileiro e, de outro, os seguintes países: República do Suriname, República Cooperativa da Guiana, República Bolivariana da Venezuela, República da Colômbia, República do Equador, do Peru e Estado Plurinacional da Bolívia, sobre os temas de meio ambiente, mudanças climáticas e populações indígenas;

12. Informações sobre as atividades desenvolvidas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que tenham envolvido programas e projetos de ONGs e OSCIPs que atuam ou atuaram na Região Amazônica, no período de 1º de janeiro de 2002 a 1º de janeiro de 2023.

Justificativa.

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem, entre seus objetivos, conforme elencado no requerimento de criação, o de "investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais [...] e para organizações da sociedade civil de interesse público [...], bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior [...]".

Para o efetivo desenvolvimento de seus trabalhos, é fundamental que esta CPI tenha acesso, conforme lhe faculta a lei, aos documentos que formalizam a parceria entre o Estado brasileiro e as ONGs e OSCIPs, com destaque para os casos em que haja a participação de entidades privadas ou governamentais estrangeiras, sobretudo aquelas que financiam atividades de ONGs e OSCIPs na Região Amazônica.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pretende-se, portanto, conhecer a fundo o montante de recursos, bem como as minúcias dos programas e projetos que contaram com aval ou fiscalização do Ministério das Relações Exteriores, de modo a averiguar a adequação dos repasses e o mérito das atividades desenvolvidas.

Assim, a análise dos documentos que se requisitam muito contribuirá para os demais objetivos da CPI, quais sejam, investigar a concentração de recursos em atividades meios, investigar o desvirtuamento dos objetivos da ação dessas entidades, operando inclusive contra interesses nacionais, investigar casos de abuso de poder, como intromissão dessas entidades em funções institucionais do poder público, e investigar a aquisição, a qualquer título, de terras por essas entidades.

Por meio do Requerimento nº 18, de 2023, foi solicitado ao Ministério das Relações Exteriores todo um conjunto de informações para subsidiar os trabalhos desta CPI. A resposta da pasta, entretanto, ficou muito aquém do esperado. Foram encaminhados apenas 16 documentos, incompletos, nenhum deles acompanhado da prestação de contas das atividades desenvolvidas. Além disso, a maioria dos documentos foi encaminhada em única versão em inglês.

A forma como se respondeu ao requerimento desta CPI demonstra, no mínimo, descaso da pasta das Relações Exteriores para com esta Comissão e, por conseguinte, para com o Senado da República. Temos dificuldade em crer que houve apenas 16 acordos, convênios, termos de parceria, programas e projetos desenvolvidos por ONGs e OSCIPs em toda a Amazônia brasileira ao longo de 20 anos e que contaram com o aval ou mesmo a ciência do Itamaraty. Se foram apenas esses 16, pode-se mesmo inferir que os sucessivos governos não tomaram conhecimento de uma imensa gama de atividades conduzidas em nosso território com recursos estrangeiros e sob o risco de essas atividades serem realizadas para atender a interesses externos, com risco à soberania brasileira.

Registre-se, ainda, que surpreendeu esta CPI o fato de o Ministério das Relações Exteriores não enviar a relação de ONGs e OSCIPs que atuam na Amazônia e recebem recursos do exterior, muitos deles vindos como parte de projetos e programas que têm o aval do Governo brasileiro. Afinal, o Itamaraty realmente desconhece dados sobre essas organizações ou simplesmente omitiu informações à CPI?

No requerimento em tela, adicionamos a demanda por informações sobre governos estrangeiros e sua participação no financiamento, direto ou indireto, das ONGs e OSCIPs na Região Amazônica. Queremos crer que nossa pasta de negócios estrangeiros no mínimo acompanha como autoridades de Estados estrangeiros se mostram presentes no território brasileiro, seja com suas missões diplomáticas, seja por intermédio de agências e órgãos vinculados a seus governos que enviam pessoas, bens e recursos para o Brasil.

Por último, dada a existência da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do MRE, causou-nos também estranheza que não recebêssemos praticamente nenhuma informação sobre este ente e suas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atividades. Não há participação da ABC nos programas e projetos de ONGs e OSCIPs na Região Amazônica?

Por todo o exposto, apresentamos novo requerimento de informações ao Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, para que seja apresentada resposta, desta vez adequada e com a devida atenção que se espera do Itamaraty ao Senado da República.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2023.

Senador Marcio Bittar, Relator da CPI.

Sob pena de ser convocado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como informação, enviamos – eu usei a prerrogativa de Presidente desta CPI –, devolvendo os documentos... Alguns deles não dá nem pra ler, Senador, não tem nem como ler. Eu considero uma falta de respeito, eu considero uma brincadeira, mas a gente ouviu o Colegiado e deixaram, deram o benefício da dúvida. Daí o novo requerimento pra que ele nos envie, mas, no que eu mandei pra eles, dei duas opções: ou nos mandam tudo como a gente pediu, ou vamos convocar o Ministro das Relações Exteriores, que vai ter que responder a essas perguntas.

Vamos colocar em votação, mas tem aqui outros requerimentos, Marcio, dois requerimentos aqui.

1ª PARTE

ITEM 4

Requerimento Nº 109/2023

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, informações complementares às anteriormente solicitadas, pelo Requerimento nº 17, de 2023 - CPIONGS, a respeito da relação da pasta com organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público que atuam na região amazônica.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Vejam que não estão mandando o que a gente está pedindo completamente.

Outro requerimento é diligência externa na cidade do Rio Branco e o outro é diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 1

Requerimento Nº 106/2023

Requer a realização de diligência externa na cidade de Rio Branco, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da interferência de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região, especialmente, em relação à obra da BR-364

Autoria: Senador Marcio Bittar

1ª PARTE

ITEM 2

Requerimento Nº 107/2023

Diligência Externa CPI ONGs - Resex Chico Mendes

Requer a realização de diligência externa na Reserva Extrativista Chico Mendes, com o objetivo de escutar lideranças locais a respeito da ação de organizações não governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público na região.

Autoria: Senador Marcio Bittar

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar. *(Pausa.)*

Não há.

Coloco em votação os requerimentos constantes da pauta.

Os Parlamentares que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Vamos, então, à apreciação aqui da ata, para cumprir nossa obrigação burocrática.

Coloco em votação a Ata da 7ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Todos foram aprovados.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo nada mais a acrescentar, a não ser o de sempre, que nós vamos continuar nessa batida, fazendo a nossa obrigação, cumprindo com a nossa obrigação, agradeço a presença de todos e a Deus por nos conceder este momento.

Obrigado.

(Iniciada às 11 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 06 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e quinze minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Professora Dorinha Seabra, Oriovisto Guimarães, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Eduardo Gomes, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Zenaide Maia, Esperidião Amin, Marcos do Val, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes, Rogério Carvalho, Izalci Lucas e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Styvenson Valentim, Beto Faro e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa.** **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 110 de 2023** que : "Requer que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus (CMDH/Mao) para prestar depoimento perante a CPI." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/16>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão criada pelo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e OSCIPs, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano 2002 até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem o objetivo de deliberar o Requerimento 110, de 2023:

ITEM 1

Requerimento Nº 110/2023

Requer que seja convidada a Senhora Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus (CMDH/Mao) para prestar depoimento perante a CPI.

Autoria: Senador Plínio Valério

Nós vamos passar à deliberação do requerimento constante de pauta, mas pergunto ao Relator, Senador Marcio Bittar, se tem alguma coisa a acrescentar e a dizer.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar o Presidente Plínio, Confúcio, Professora Dorinha, Oriovisto Guimarães, Eduardo Gomes, Nelsinho Trad e Lucas Barreto, que já se fizeram presentes aqui na nossa reunião.

Quero apenas dizer que, ontem, eu entendo que foi muito proveitosa a vinda do Ministro Ricardo Salles, e principalmente, Presidente e membros da Comissão, porque me parece que nós podemos, ao final de tudo, tanto a nossa CPI quanto a CPI do MST, convergir em algumas das propostas, não em todas, são temas diferentes, mas em algumas das propostas poderá haver uma convergência entre o que nós vamos propor do ponto de vista legislativo e eles também. Enfim, eu acho que ontem para mim ficou, além do esclarecimento, da robustez das informações de alguém que foi Ministro durante quase três anos da pasta do Meio Ambiente, além de todas as informações, que estão gravadas, mas eu também percebi que acho que será possível convergirmos. Então, lá no final, com uma conversa mais amiúde com eles também, para de repente...

Porque o interesse é da transparência, é do dinheiro público e da soberania nacional, e isso tem a ver com também garantir...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC) – ... a propriedade privada. Hoje, por exemplo, está sendo votada a questão do marco temporal (*Fora do microfone*)... aqui na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e uma coisa está relacionada à outra, não é? Então, eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que nós podemos convergir; e pra mim esse foi um dos saldos da reunião de ontem, do depoimento dele de ontem.

No mais, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Até porque, Senador Marcio, o modo de operar é o mesmo, sendo que o MST vai normalmente pras terras produtivas, e esse pessoal, os ambientalistas, vão pras improdutivas, no sentido de que estão isoladas, estão intactas ainda. Mas se a gente acabar trabalhando um pouco mais com informação, vai acabar linkando uma coisa com a outra, o senhor tem plena razão nisso.

Como hoje é um dia em que as Comissões estão a pleno vapor, nós vamos aqui apresentar uns vídeos, eu vou ter alguma fala, está bom, Marcio?

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado pela participação de todos, mas a gente vai continuar aqui pra apresentar um dos vídeos e eu dar informações, dar o resumo do que aconteceu na CPI até agora.

Por que é que a gente está querendo convidar a Sra. Helderli? Ela me ligou, eu a conheço de Manaus, do Amazonas, ela me ligou, reafirmando, confirmando, reafirmando aquilo que a gente falou aqui, que estão transformando mestiços em indígenas. Por isso que o IBGE dobrou o número de indígenas. E ela aqui vai falar sobre isso, e é uma representante da nação mestiça, ninguém melhor do que ela pra falar sobre esse assunto.

A primeira etapa da CPI foi trazer os indígenas, lideranças indígenas ou caciques indígenas pra mostrar o lado ou a face da outra moeda, que é exatamente o contrário da narrativa das ONGs e da narrativa de grande parte da imprensa brasileira, que teima em insistir e nos tachar e nos colocar cadeados ambientais e nos tachar de irresponsáveis e vilões do filme que eles apresentam.

Nós vamos ter alguns vídeos daqui a daqui a pouco.

Terça-feira... Amanhã a gente tem uma reunião interna pra decidir a pauta de terça-feira.

Se o vídeo estiver pronto, a gente mostra. (*Pausa.*)

Já está confirmado, nós confirmamos, estamos na parte da logística, uma sessão da CPI no Município de São Gabriel da Cachoeira, no alto do Rio Negro. Exatamente aquele que todo mundo fala. É aquela área lá, é a área do nióbio, do ouro, do diamante. É a área, é a região, o município mais rico do planeta. Ontem, o Deputado Federal Ricardo Salles reafirmou isso que a gente vem dizendo: é o mais rico do planeta e tem a população mais pobre. Coincidentemente, a maioria, quase que toda a população, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

indígena. Por isso é que a gente tem interesse naquela área e foi onde o Instituto Socioambiental trabalhou por muitos anos, não permitindo que aquele povo se desenvolvesse, tivesse o que nós queremos ter, o que ficou patente aqui.

Eu vou mostrar pra vocês a análise do colonista e Coordenador do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas. Ele fala da CPI e nos dá uma ideia...

É o vídeo nº 2. *(Pausa.)*

Estamos sem som, só com a imagem.

Ele está fazendo um comentário sobre o trabalho da CPI e nos dá uma ideia de como poderíamos avançar, analisar e investigar. Daqui a pouco, vai estar estabelecido. O outro também fala do trabalho da CPI, elogiando e dando ideia pra ir além.

Eu quero reafirmar ao povo brasileiro, diante da expectativa que pode se criar em torno da CPI, uma informação, uma confiança até: nós recebemos muitas denúncias, muitas denúncias, muitas denúncias estaremcedoras, mas nós temos um foco, um objetivo. E aqui nós temos que fazer a escolha de Sofia, nós temos que decidir o que queremos e aonde vamos chegar. Se a gente começar a investigar todas denúncias que nos chegam, que são pertinentes, e se a gente começar a investigar todas as ONGs que nos prejudicam e fazem mal, também não dá. Então, nós estamos, sim, pesquisando algumas delas que, no nosso entendimento, são altamente perniciosas, como o Instituto Socioambiental (ISA) – o ISA aparece em todos os depoimentos e sempre aparece como vilão, como enganador, e é a maior ONG brasileira, eu acho que sim, que tem no seu quadro pessoas importantes em cargos-chave, que se licenciam do ISA pra ir exercer cargo público –; a Fundação Amazonas Sustentável, que agora é Amazônia, lá do Amazonas, que só do Fundo Amazônia recebeu 54 milhões. A gente quer saber o que eles fizeram com 54 milhões – isso antes do último Presidente Bolsonaro assumir, quando parou o Fundo Amazônia. E temos também o ICMBio, que tanto fala, que domina... O ICMBio é que controla essa área ambiental no país. E as queixas, pra minha surpresa, são muitas, são grandes, são violentas e são muito importantes pra que nós possamos levar adiante.

Na terça-feira, a gente já quer trazer uma ONG. A gente tem que ver qual delas ou quais delas. A gente quer dar mais dinamismo botando dois depoimentos. A gente achou que era necessária a primeira etapa de só uma pessoa expor, como no caso do Aldo Rebelo, no caso do Carrasco e no caso do Ricardo Salles.

Lá atrás, trouxemos três índios por vez, e agora a ideia é trazer dois depoimentos de cada vez, para a gente, então, começar a enveredar no nosso finalmente, que o finalmente é escancarado, é essa caixa-preta. Será que agora tem? *(Pausa.)*

Continua sem som.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é interessante. Essa...

É todo o som ou só esse? (*Pausa.*)

Então, tenta o outro vídeo, para ver se tem, Renata. Tenta o três, para ver se tem, se é esse vídeo ou se é o sistema mesmo aqui da...

Quem acompanha a CPI – e tem gente acompanhando desde o começo –, a minha voz está assim de tanto dar entrevista, e, graças a isso, eu agradeço sempre, as pessoas que se interessam. Nos seus *blogs*, nos seus *sites*, nos jornais, muita gente fica mostrando o que a gente tem dito.

Aquele... Casa o discurso do Aldo com o alerta do Carrasco, há 30 e poucos anos, com o Ricardo Salles, com os índios, com o que a gente vem dizendo, é tudo a mesma coisa, só que o Aldo diz de uma forma, o Ricardo de outra, o Carrasco mostra, historiou, ele foi do começo ao fim, previu tudo o que iria acontecer, e os índios dizem de outra forma, e eu acabo também dizendo de uma forma diferente, mas a questão é sempre a mesma, como disse a indígena Ysani, que tem um *blog* – eu acho que é um *blog* mesmo – muito concorrido. Ela tem muitos seguidores e ela deixou claro aí: estão querendo dar mais terras para a etnia dela no Xingu, e eles não querem mais saber de mais terra, porque não adianta ter muita terra, e não ter acesso a essa terra, como disse lá atrás, na primeira sessão, o Adriel, cacique Adriel Kokama: "Se a terra é nossa, por que a gente não pode cavar um buraco? Se a terra é nossa, por que a gente não pode plantar? Por que a gente não pode explorar riquezas naturais?".

E é isso aí: o objetivo é mais terra, mais terra, mais terra isolada, mais áreas indígenas. O que estão fazendo conosco, no Amazonas, em relação ao potássio de Autazes, é um crime – é um crime. Estão impedindo que o Brasil tenha autossuficiência na exploração do potássio. Lá, daria 25% com o que tem, e mais ainda, que Itacoatiara e Silves também têm esse potencial, mas já estão requerendo como terra indígena. Por quê? Porque, lá atrás, fizeram aquele famoso estudo, aquele laudo antropológico, aquelas pesquisas, e eu digo, sem medo nenhum: plantaram índios ao longo dessa área para requerer em nome deles, e agora estão atrapalhando lá que o potássio do Amazonas seja explorado.

Não tem som nenhum? Eu vou ficar sem som? Vamos seguir adiante.

Aquele documento de observação sobre o Itamaraty... Tu tens aquele documento? Ontem me deram.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está baixo.

Sobre aquela questão, enquanto vocês... Me avisa quanto estiver...

A questão do Itamaraty ficou bem clara ontem, mas pode ser que tenha mais gente acompanhando, o Senado grava, a TV Senado e mostra depois.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como vocês viram e ouviram – aí é o Coordenador do Observatório de Bioeconomia da Fundação Getúlio Vargas, Daniel Vargas –, ele diz, de outra forma e com outros dados, como elas nos prejudicam. A gente tem falado muito na área indígena; a gente tem falado muito no isolamento, nos laudos antropológicos que permitem demarcações de terras indígenas e áreas de proteção ambiental. E ele nos traz aquele lado, o lado que nos prejudica economicamente.

Essas ONGs são tão poderosas – está aí a prova – que elas nos dizem o que fazer, até o que produzir, de que forma produzir. Quando eu digo que as ONGs têm uma característica em comum, que elas são desrespeitosas, prepotentes, está aí a prova disso. Elas entram no mato e não dão satisfação ao Governo brasileiro, não seguem nossas regras. E, numa manipulação coordenada com o conluio, com a participação de brasileiros, acabam implantando aqui as nossas políticas públicas, eles agem diretamente nas nossas políticas públicas, principalmente na questão ambiental.

Esse outro vídeo, que diz a mesma coisa, só que é uma linguagem de um paraense que está lá, que é o vídeo 3 – Renata. Esse vídeo 3, que é do Hélio Nogueira, ele faz comentários sobre a CPI e a operação que ameaça produtores, pequenos produtores, quer dizer, é o outro lado.

Olhem só esses dois vídeos, que falam da mesma coisa, mas em dois polos diferentes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Como vocês podem ver, é de partir o coração. Eu acho que não tem uma só pessoa neste país que, vendo isso, sabendo que existe isso... Esse é o outro lado da moeda, esse é o outro lado da narrativa das ONGs – pais de família, mães de família chorando.

A gente já mostrou aqui, de uma produtora de Autazes, um documento que ela herdou do pai e do avô, é de 1904. E não levam em consideração. Esse pessoal já morava lá antes das leis criadas para expulsá-los. Então, a lei veio para expulsá-los, e eles já estavam lá há décadas morando.

A CPI, eu estava explicando no começo para vocês, para não gerar uma expectativa também tão grande, tão fora do comum, nós vamos prestar esse serviço ao povo brasileiro, informando esse outro lado, com vídeos que nos chegam – às vezes, está na internet, a gente pede autorização, mas a maioria é que nos chegam, que nos enviam esses vídeos, para que a gente tome conhecimento e divulgue. Esse é um grande serviço que a gente presta.

Tem uma reportagem, já tem algum tempo, eu acho que é com o Cacique Adriel Kokama, que exatamente fala do ISA e da Foirn – a Foirn é a federação criada pelo ISA lá no alto Rio Negro, federação dos povos indígenas, mas eles, na verdade, não representam os povos indígenas daquela região. É o que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica me cutucando, provocando o tempo todo, e eu não respondo, porque eles estão felizes. E eu estou ajudando aqueles que estão infelizes e abandonados.

Vamos mostrar, Renata, é o 5.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, não, é o vídeo 5, o vídeo 5, reportagem da TV Norte investigando a atuação das ONGs na Amazônia. Então, é a TV Norte Amazonas que fez isso. É o outro lá...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tudo bem, sem...

Ontem, nós mostramos alguns vídeos. Então, o que eu quero com esses vídeos é que você, brasileiro, você, brasileira, tome conhecimento. Isso aí não é invenção, isso não é *fake*; são os próprios indígenas que desabafam.

Aí são os pequenos agricultores. Olha só: enquanto os índios eles deixam isolados pra criarem indígenas, o pequeno produtor eles expulsam, pra tornar área de proteção ambiental ou então, lá na frente, terra indígena.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está havendo alguma coisa aí, tem um outro vídeo, tem a voz de um outro vídeo. Se a gente conseguir resolver, nós vamos mostrar também isso aí.

Amanhã, como eu disse, a gente tem reunião interna pra decidir a pauta de terça-feira, mas uma delas que a gente quer trazer é exatamente a Presidente do movimento Nação Mestiça, que vai também nos falar o lado dos mestiços, que vai com certeza afirmar, confirmar aquilo que a gente diz aqui: estão transformando mestiços em indígenas, para que se espalhem no meio da floresta e, lá na frente, digam que tem muitos índios naquela área, e assim tornar uma área indígena.

Alguma informação a mais sobre a nossa reação com o descaso do Itamaraty.

Quando o som estiver bom, informe, que eu dou uma pausa aqui, tá?

E por que a gente devolveu a documentação ao Itamaraty? Vocês já sabem que é porque foi desrespeitosa, que nos mandaram 642 páginas, 90% delas em inglês. E, mesmo assim, traduzida, ela está incompleta: não mandaram o que a gente pediu.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A resposta que veio do Itamaraty foi muito, muito, muito aquém do que nós esperávamos. Eles não responderam ao que nós perguntamos. Ficaram enrolando – a palavra certa é "enrolar", porque, para nós, é difícil acreditar que, ao longo de 20 anos, o Governo brasileiro tenha registrado apenas 16 acordos e convênios com o exterior. Apenas 16 em 20 anos. Isso é uma baita mentira, é manipulado...

Já está bom? Está no ponto? Então vamos ver se a gente consegue esse aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – É, o negócio não está dando certo.

Essa é a voz do Cacique Adriel Kokama, que esteve conosco já, depondo.

Então, eu falava do Itamaraty, que a resposta foi aquém do esperado, não é? Eles querem... Por isto é que eu acho que eles estavam querendo brincar com a gente, porque dizer que, em 20 anos, só tem registro de 16 convênios é brincadeira – é brincadeira –, ou então é porque não conhecem o seu ofício. Mas eu acho que eles conhecem sim, porque é concurso, têm que passar. É desrespeito mesmo.

E a impressão que se tem é que a documentação enviada pelo Itamaraty, aparentemente a título de amostragem, não corresponde à verdade: participação do Governo brasileiro nos projetos, informou para a gente, aqui na CPI, que, de todos os projetos e programas desenvolvidos por ONG na Região Amazônica, o Governo brasileiro só teria participado em 16.

A relação de ONGs que recebem recursos do exterior.

O ministério afirmou que o Estado brasileiro não tem qualquer conhecimento – olha só! – ou controle sobre as relações estabelecidas entre ONGs no Brasil e entes privados e estatais estrangeiras. É uma trágica constatação de que o Itamaraty omitiu informações. Eles têm sim, eles têm essa informação, até porque nós temos muitas informações da Abin. E eu quero agradecer aqui à Abin por nos ter mandado. Embora parte do documento seja sigilosa – nós vamos respeitar –, mas a parte que não é, que não está carimbada de sigilo, nós vamos informar a você, brasileiro, e a você, brasileira.

Participação de governo estrangeiro em projeto desenvolvido por ONG do Brasil.

Eles informam que, direta e indiretamente, as ONGs e OSCIPs na Região Amazônica também não têm... Eles não cancelam, não têm conhecimento disso, seja por meio de suas missões diplomáticas, seja por intermédio de agências ou órgãos vinculados aos seus governos que enviam recursos ao Brasil. Não têm o menor controle.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que, no final, no relatório do Senador Marcio Bittar, nós vamos, sim, apresentar projetos de lei e projetos de resolução para tornar bem visível, bem transparente essa escuridão, colocar uma luz nessa escuridão.

Já pode mostrar?

Vou fazer a última tentativa de mostrar esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Olha, com esses vídeos que a gente exibiu, é suficiente para que você, brasileiro, você, brasileira, saibam. Vocês viram aí três vídeos diferentes, de pessoas com *status* diferentes, com vidas distantes umas das outras, mas dizendo a mesma coisa.

Se você somar a quantia que o repórter fala aí... Isso, lá atrás, nós estamos falando aí de pelo menos oito, dez anos atrás. Nós vamos tentar saber esse número de quanto eles já arrecadaram, para a gente perguntar o que fizeram, e vamos comparar o trabalho do que dizem ter feito. Comparar também o pagamento, porque todos os diretores dessas ONGs são bem remunerados, entre R\$30 e R\$50 mil cada um.

Na terça-feira, nós vamos ter a nossa reunião normal, com o depoimento – eu acho que vai dar tudo certo, vamos já pautar –, que é da Helderli, que é a Presidente do Movimento Pardo-Mestiço. E vamos escolher um outro desses nomes que aparecem em todos os depoimentos.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação do requerimento. *(Pausa.)*

Coloco em votação o requerimento constante da pauta.

Os Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado, então.

Aproveito para colocar em votação a Ata da 8ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Não havendo mais nada a tratar...

Antes de declarar encerrada a presente reunião, reafirmo aqui o nosso compromisso com a nação brasileira, com aqueles brasileiros que querem manter, resgatar, seja o que for, a nossa soberania, em contrapartida com aqueles que querem manipular e contra os brasileiros manipulados, que preferem uma nação colonizada, mesmo achando que são a elite do Brasil. Não passam de colonizadores, não passam de sócios, de porta-vozes dessa narrativa que é tão perniciosa para nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reafirmando também, e aproveito sempre: nós, brasileiros, você, brasileiro, você, brasileira, não podem nunca assumir essa pecha, colocar as nódoas ambientais que eles nos querem impingir, os cadeados ambientais que precisamos quebrar; enfim, dizer que você, brasileiro, você, brasileira, em relação à Amazônia, é desinformado sim, mas não é bandido e não é o vilão desse filme. Se esse filme tem um bandido, os bandidos são eles.

Que Deus nos proteja a todos, fiquem todos em paz. Paz de Cristo.

Declaro encerrada a sessão.

(Iniciada às 14 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 53 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 10ª REUNIÃO DA CPI DAS ONGS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLÊNÁRIO Nº 6.

Às onze horas e dez minutos do dia vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Plínio Valério, reúne-se a CPI DAS ONGS com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Professora Dorinha Seabra, Nelsinho Trad, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Hamilton Mourão, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Esperidião Amin, Zenaide Maia, Rodrigo Cunha, Wilder Moraes, Angelo Coronel, Vanderlan Cardoso, Izalci Lucas e Zequinha Marinho, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto, Beto Faro e Jaime Bagattoli. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Oitiva. Finalidade:** ***Informe a finalidade***. Oitiva do Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, em atendimento ao requerimento 110/2023. **Resultado:** Oitiva realizada. **2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - REQUERIMENTO Nº 111 de 2023** que : "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor presidente do Tribunal de Contas da União informações a respeito de investigação relativa ao processo de nº TC 020.974/2019-1, contidas em voto de 22 de janeiro de 2022, que levou ao acórdão nº 71/2020 – TCU – Plenário." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - REQUERIMENTO Nº 112 de 2023** que : "Requer que seja convidada a Senhora Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a participação dela no conselho deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - REQUERIMENTO Nº 113 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais estrangeiras no território brasileiro, bem como, de entidades governamentais estrangeiras nas áreas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - REQUERIMENTO Nº 114 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Fundo Amazônia." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - REQUERIMENTO Nº 115 de 2023** que : "Requer que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Censo 2022." **Autoria:** Senador Marcio Bittar. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - REQUERIMENTO Nº 117 de 2023** que : "Requer, em aditamento aos requerimentos 92 e 94 de 2023, que ambos sejam transformados em convite." **Autoria:** Senador Plínio Valério. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Plínio Valério
Presidente da CPI DAS ONGS

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2023/08/22>

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão criada pelo Requerimento do Senado Federal nº 292, de 2023, para investigar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para ONGs e Oscips, bem como a utilização por essas entidades desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 2002, até a data de 1º de janeiro de 2023.

A presente reunião tem como objetivo colher o depoimento, como convidada, da Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, conforme requerimento aprovado por este Colegiado.

Peço que a Secretaria conduza a Sra. Helderli para compor a mesa. Ela é a Presidente do Movimento Nação Mestiça e vai dar o seu depoimento daquilo... das denúncias que a gente tem recebido de que estão transformando pardos, mestiços em indígenas.

Enquanto isso, eu vou pedir para a assessoria...

Seja bem-vinda! (*Pausa.*)

Uma reportagem de 2014, da Band, mostra centenas de moradores coagidos a fazer cadastro na Fundação Nacional de Índios, como se fossem índios, para engrossar invasões de terra no sul da Bahia. O Jornal da Band revelou, com exclusividade, como funciona a fraude, que criou uma tribo de falsos indígenas. É o que estão fazendo em todo o Brasil, particularmente agora, nos Municípios de Autazes e Careiro da Várzea, no Amazonas, para atraparlar a exploração do potássio.

Por favor, o vídeo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Vocês veem que é parte de um todo. Isso é antigo, e estão fazendo no Brasil inteiro. Não é à toa que o IBGE acaba de revelar, no seu mais recente censo, que aumenta a população indígena no país em 90%. Era de oitocentos e pouco, novecentos, agora está um milhão, seiscentos e poucos indígenas.

Deixe-me falar uma coisa para vocês que aqui estão e para o brasileiro e para a brasileira que assistem agora, Senador Marcio Bittar, à nossa CPI pelo YouTube, pelo Senado, e depois não tem reproduções nisso: o IBGE informa que, hoje, os indígenas no Brasil são de 1,690 milhão de indígenas. E sabe qual foi a pegadinha, além disso que vocês viram, ouviram e vão ouvir aqui logo mais? Além dessa transformação de ribeirinhos, pardos e mestiços em indígenas, eles têm também uma grande pegadinha, que foi colocada no formulário do IBGE, e foi colocada pelo Sr. Tiago Moreira, que é pesquisador do ISA – sempre o ISA –, Instituto Sociambiental, que ajudou o IBGE na formação da metodologia para o censo. E a pegadinha era que, como você é pardo, então você tem descendência indígena. Você se acha indígena? Aí a pessoa: "É, eu sou indígena". Quer dizer, você vê como é um negócio articulado. É muito simples, mas é articulado.

Um membro do ISA, Senador Marcio Bittar, de quem o senhor tomou conhecimento, ajudou no formulário do IBGE para detectar e aumentar a população indígena.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Hã-hã.

E a gente também, ao longo da sessão hoje, nós vamos mostrar alguns documentos, revelar alguns documentos – que podem ser revelados – da Abin, documentos muito contundentes, e também informar ao Brasil inteiro que a Ministra Marina Silva, que é Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ainda ocupa, não se afastou, um cargo no Conselho Honorário da ONG. A ONG é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o Ipam, que tanto mal também nos causa. E a Sra. Ana Toni, que é Secretária de Mudança do Clima, do mesmo ministério da Marina, ocupa um cargo no Conselho Deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. Olha esse relacionamento promíscuo, olha esse tipo de promiscuidade que sempre tem governos, instituições governamentais com ONGs.

E ao longo... Aqui, nós vamos falar também, por exemplo: por que nós estamos chamando a Fundação Amazônia Sustentável? A Amazônia Sustentável recebeu R\$12,302 milhões – eu vou me poupar dos números menores –, para cuidar da gestão das terras indígenas da Bacia do Rio Negro e Xingu. A gente vai querer saber o que eles fizeram na Bacia do Rio Negro e Xingu com esse dinheiro. Então, isso aqui é o ISA. E a Fundação Amazônia Sustentável vai ser chamada porque recebeu R\$54 milhões do Fundo Amazônia para ajudar o ribeirinho a produzir farinha.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, então... A senhora está vindo... Opa! Sim, desculpe.

Daqui a pouco, a nossa convidada vai mostrar com mais detalhes, com nomes, com locais, com depoimentos, inclusive com a liberdade de trazer...

O nosso Relator, nosso amigo, Senador Marcio Bittar, que está acompanhando todos os documentos através de sua assessoria, também tem detalhes a revelar ao longo disso – não é, Márcio? – hoje.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Primeiro, quero cumprimentar a nossa convidada. Muito obrigado pela presença! Talvez alguma informação que eu vá passar também possa lhe ser útil.

Quero cumprimentar todas as pessoas que nos ajudam, pessoas do próprio Senado, do gabinete do Senador Plínio, do meu gabinete, pessoas que nós pedimos do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal, da Receita Federal; o trabalho que estamos fazendo não seria possível sem a participação de todos vocês. Muito obrigado!

Bem, Sr. Presidente, eu entendo que nós podemos afirmar hoje que as suspeitas que tínhamos quando V. Exa., de forma tenaz, persistente, Senador Zequinha, trabalhou para a constituição desta CPI... Eu não tenho dúvida de que nós podemos afirmar que as nossas suspeitas já se confirmaram. É escrachado como há um conluio de fundações internacionais – Fundação Ford, Fundação Rockefeller – com governos estrangeiros, como Nicarágua, Reino Unido, Canadá, Estados Unidos, Holanda, e por aí vai.

Esse movimento internacional, cujo interesse verdadeiro é uma guerra econômica, é esse movimento internacional que patrocina ONGs no Brasil, numa claríssima demonstração de quebra da soberania nacional. Quanto mais se estuda, quanto mais se aprofunda, mais fica evidente que são guerras econômicas travestidas de preocupação ambiental.

Hoje, Senador Plínio, nós trouxemos aqui alguns exemplos que já justificam claramente a chamada, o convite ou, se não aceitarem, a convocação das pessoas do Governo brasileiro, que têm obrigação de cuidar do interesse nacional. Para nós, está claro que há uma covarde submissão daqueles que deveriam cuidar do interesse brasileiro numa região que é mais da metade do Brasil.

Eu passo a ler aqui um documento, rápido, para poder passar a palavra para a nossa convidada.

Receitas de algumas ONGs.

A riqueza amealhada pelas ONGs ambientalistas que ocupam a Amazônia contrasta com a pobreza da região, onde metade da população ou mais...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós fizemos um levantamento ontem, Plínio, sobre o Bolsa Família, na Região Norte, e o único estado em que ele não atinge mais da metade das famílias é Rondônia. Nos outros estados, chegam a ser 60% das famílias que, para sobreviverem, têm que ter Bolsa Família. Essa é a realidade da Região Amazônica. Contrasta com uma região em que falta saneamento básico: não tem água encanada, não tem esgoto sanitário. Não haveria campanha mais importante de saúde pública do que levar água e esgoto para a região que é a que menos tem. Não chega a 8% de saneamento básico na Região Amazônica. Vale destacar que são ONGs bancadas com dinheiro internacional para lutar pelo não desenvolvimento da região. Estão ficando cada vez mais claros os interesses neocoloniais – como sempre diz aqui o nosso Presidente – da Europa, dos Estados Unidos, do Canadá, em fazer prevalecer a política de santuário para implementar uma grande reserva de mercado de nossas riquezas minerais e florestais.

Eis o resultado dessa política neocolonial, aceita de forma pusilânime por parte de alguns brasileiros entreguistas: 83,8%, quase nenhum brasileiro sabe disso. São dados oficiais da Embrapa Territorial não questionados por ninguém. Que, aliás, coincide com o mapa que a Nasa fez da Região Amazônica. Quase 84% do bioma amazônico já são áreas destinadas à vegetação protegida e preservada, entre aspas, "vegetação", entre parênteses, (vegetação nativa em terras devolutas, não cadastradas no CAR, terras indígenas, unidades de conservação integral, áreas militares, áreas destinadas à preservação da vegetação nativa no mundo rural).

O que tem de abertura na Amazônia são os rios, que ocupam cerca de 2%; infraestrutura, 1%; pastagem, 10,7%; lavoura, 2,4%. Fonte: Embrapa; ou seja, na Amazônia brasileira, no bioma amazônico, o que tem de abertura para a atividade econômica hoje não chega a 15%. São dados da Embrapa. Quase 84% do bioma amazônico são áreas destinadas à vegetação protegida e preservada. Isso junta tudo: área indígena, terra devoluta, onde você, mesmo para legalizar, vai ter que usar só 20% dela. Então, o que é que está ocupado na Amazônia com atividade? O que é que se abriu na Amazônia? Algo em torno de 14%. Se nós utilizarmos do que sobra fora das áreas indígenas, das reservas extrativistas, área militar, etc. e tal, se nós utilizarmos o máximo, que são 20% do que sobra, seriam quatro, quatro e pouco por cento, ou seja, 18% da Amazônia brasileira e somente.

E, mesmo assim, essas áreas ainda devolutas, geralmente, são áreas em que os interessados internacionais não descobriram, pelo menos por enquanto, alguma jazida, alguma mina de potássio, porque, senão, vai ter a ONG atrás de transformar em outra reserva de mercado para ela.

Os números não mentem. O bioma amazônico está preservado e nenhum país pode nos dar lições ambientais. Porém, mesmo assim, ONGs vivem para difamar o Brasil, receber recursos para defender interesses neocoloniais travestidos de discurso ideológico.

O ISA, que muito bem aqui disse o nosso Presidente. Quem é que faz parte do ISA? O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente. Será que essa relação é saudável? Ele foi um dos fundadores do ISA, o Capobianco. Ele é um dos fundadores do ISA. Como disse aqui o ex-Ministro Ricardo Salles,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele sai do ISA, vai para o governo com a Marina Silva lá atrás, depois volta para o ISA e agora sai de novo para ir para o Governo. Sabe quanto essa entidade recebeu, querido Presidente, de 2021 a 2022? Cento e trinta e sete milhões de reais em dois anos. Segundo os próprios relatórios da ONG, mais de 80% desses recursos foram internacionais. Capobianco está sendo chamado por nós para vir aqui. Será que é normal? E aí essa entidade participa, entre outras coisas, do que acabou de ler nosso Presidente? Há uma coisa mais importante, estratégica do que as informações do que é o Brasil no censo? Como é que você pega uma entidade que recebe R\$137 milhões, dos quais 80% vieram de fora, e entrega a essa entidade o direito de entrar na pesquisa do IBGE, pesquisa que serviu para ser manipulada, como disse o Plínio, e dobrar a população indígena? Isso tem um objetivo: se dobra a população indígena, quer aumentar mais ainda as áreas e reservas indígenas. Esse tipo de relação é normal? O Canadá aceitaria isso? Os Estados Unidos aceitariam isso – a Alemanha, a Noruega –, que uma entidade recebesse 137 milhões, 80% de fora? E mesmo assim o Estado entregaria a essa entidade? Como diz sempre o Plínio, quem paga manda. Se esses países estão pagando, é porque têm interesse, e não é ecológico; é interesse econômico.

SOS Amazônia. É interessante, porque não é SOS Índio, que está passando dificuldade, não é SOS Mães Estupradas, não; é SOS Amazônia, o bioma mais preservado do planeta.

Essa SOS Amazônia movimentou, somente de 2019 a 2020, mais de R\$15 milhões, dos quais mais de 4 milhões do Governo acriano. Então, vamos querer saber o que foi que ela prestou de serviço. E sabe qual é a função dela, do ISA e das outras? Vamos dizer aqui: trabalhar para travar o desenvolvimento da nossa região.

Então, como essa SOS Amazônia, ela e mais uma outra ONG, passando por cima de todas as prefeituras, de todos os Vereadores, de todas as Câmaras, de todas as Assembleias da Amazônia, de todos os Governadores, entram no Ministério Público Federal e conseguem, nesse conluio que existe entre um e outro, paralisar obras fundamentais para melhorar a qualidade de vida do povo da Amazônia. Como é que você trabalha se não tem uma estrada, se não tem uma hidrelétrica?

Instituto do Homem e Meio Ambiente, o Imazon: o Imazon manipulou entre 2020 e 2021, que é uma agência, quase R\$33 milhões. E olhe só, Plínio, seus principais doadores internacionais: Norad – Norad é uma agência do Governo da Noruega. Como é que o Brasil permite que uma agência governamental da Noruega, que vive de petróleo e gás, como é que ele permite que uma agência de um outro governo financie ONGs no Brasil? E o Brasil aceita passar para uma ONG como esse serviço que é do Estado brasileiro, de segurança nacional.

Ipam. Esse instituto, do qual a ex-Senadora, atual Deputada, Ministra Marina Silva faz parte, como faz parte uma outra colega que está no ministério, instituto... O Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) movimentou, entre 2020 e 2021, R\$51 milhões. Vale citar como exemplo de promiscuidade entre o poder público e as ONGs o fato de que consta, como disse aqui o Senador Plínio, no *site* da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituição, a Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança Climática, ocupando o cargo de Conselheira Honorária; e Ana Toni, que está sendo convidada, na pauta também hoje, Secretária de Mudança do Clima do MMA, ocupando o cargo no Conselho Deliberativo do Ipam. Veja, se uma entidade como essa recebe em dois anos R\$51 milhões, será que essas pessoas obedecem mesmo ao interesse do salário que recebem do ministério? Ou será que a fonte de renda maior que movimenta a vida dessas pessoas vem do instituto do qual elas fazem parte, que é bancado, financiado por dinheiro estrangeiro?

Como bem caracterizou o Deputado Ricardo Salles em depoimento a essa CPI: a existência de um conluio entre ONGs, universidades. Aqui, quando você vai no *site* dessa ONG de que a Ministra Marina faz parte e a Ana Toni faz parte, você tem aqui professores da universidade. Como é que o professor da universidade, que já foi reitor, inclusive, da universidade, da USP, como é que ele consegue ser Reitor da USP, se dedicar a uma ONG? Na legislação brasileira, há um campo cinzento que diz que, enquanto não houver conflito de interesse, seria permitido, por outro lado, existe uma lei muito clara de que um servidor público tem que estar em exclusividade na sua atividade. Mas fica uma pergunta: a quem ele vai servir? A quem esses professores, como o reitor que faz parte do Ipam, a quem vai servir? Quem ele vai priorizar? A ONG, que recebe milhões e milhões de fora, que paga? Eu creio que sim.

Olha os principais financiadores, Plínio, das ONGs ambientalistas: Embaixada da Noruega – como é que o Brasil aceita que a Embaixada da Noruega faça reuniões, na embaixada aqui no Brasil, com ONGs para financiar a ação delas em território nacional? A agência governamental da Noruega, já citei, que financia um projeto que dá R\$21 milhões, a União Europeia, Ministério das Relações Exteriores dos Países Baixos. São órgãos governamentais. É preciso muita ingenuidade pra acreditar que essas instituições não trabalham para os interesses de seus países.

Outras financiadoras são Aliança pelo Clima, da Noruega; Gordon and Betty Moore, fundação. Gordon Moore foi um dos fundadores da Intel – Intel é uma ONG –, fundou a Intel, que tem interesses em energias renováveis, eólica, solar, e que financia ONGs no Brasil, inclusive, claramente, ONGs pra trabalhar contra a extração de petróleo e gás. Eles podem, nós não. Uma outra fundação, ONG fundada por cientistas e advogados de Nova York, e uma outra dos Estados Unidos.

Algumas observações pra terminar, Sr. Presidente...

Algumas observações para terminar, Sr. Presidente... Não, isso aqui eu vou deixar para o Senador Plínio, que é a relação que existe entre essas ONGs, o movimento internacional e o Ministério Público Federal, que atuam em conjunto para paralisar qualquer iniciativa na Amazônia. As hidrelétricas últimas que foram feitas no Brasil demoraram mais de sete anos para pegar uma licença. Hoje foi parada a BR-364, entre Porto Velho e Rio Branco, passou quase dez anos para concluir; está parada a Ferrogrão; foi proibida agora, recentemente, pelo Ministério Público Federal, provocada por duas ONGs, a continuidade



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da BR-364 ligando Cruzeiro do Sul, do Brasil, a Pucallpa, no Peru, do lado de lá; recentemente, o Ibama proibiu...

A Intel, perdão, não é uma energia, é uma empresa de tecnologia da Califórnia. Um dos seus fundadores, que é o Gordon, é financiador... Olha como são os interesses: ele funda uma empresa de tecnologia, que inclusive é financiada, trabalha com energias alternativas, mas ele, que é o fundador, banca energia no Brasil para trabalhar com outra, combustíveis fósseis.

Bem, Sr. Presidente, e, para terminar, nós estamos aqui refazendo o requerimento – talvez valha a pena mencionar – ao BNDES. Não ficamos satisfeitos com o que eles mandaram e principalmente com o caráter sigiloso. Como é que pode ser sigiloso se é dinheiro público gestado por um banco público brasileiro! Como é que isso deve ser sigiloso?

Eu fico impressionado, Plínio e colegas que trabalham na Comissão. Uma prefeitura qualquer da Amazônia, um governo qualquer da Amazônia são virados de cabeça para baixo pelo Ministério Público Federal, pelo estadual, pelos tribunais de contas, pela Polícia Federal, por todos os órgãos de investigação. Como é que isso aqui tem que ser sigiloso?

Então, nós estamos reiterando o documento para o BNDES, entre outras coisas pedindo: 1) movimentação financeira, extrato bancário das contas onde foram depositados os recursos dos contratos com o BNDES; 2) os contratos dos serviços decorrentes do projeto, consultorias, capacitação, seminário, entre outros; 3) listagem nominal dos recursos humanos utilizados no projeto, próprios, terceirizados, e com valores dos pagamentos e períodos referentes; 4) listagem e notas fiscais de todos os produtos e serviços adquiridos; 5) listagem dos benefícios com diárias e passagens, comprovantes dos valores pagos dos bilhetes adquiridos, táxis e outros; 6) listagem dos cursos – capacitação, oficinas e similares – realizados, bem como das pessoas capacitadas, treinadas e beneficiadas com o projeto; 7) localização dos imóveis beneficiados; e 8) também os editais e chamadas para as contratações.

Por fim, tendo em vista o princípio da publicidade na administração pública, consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal, solicito que, no caso de envio de documentação envolvendo informações resguardadas por sigilo, tal circunstância seja informada expressamente no encaminhamento da resposta a esse expediente, indicando se há fundamentação legal do alegado sigilo. Porque desconfiamos, nós e os nossos assessores, profissionais de carreira inclusive, aqui do Senado e da Polícia Federal, e de outros órgãos de instâncias de Governo, que muito do que o BNDES nos manda como sigilo não tem razão de ser; ao contrário, devem ser informações, são informações que interessam à nação brasileira. E não há razão de se ter sigilo sobre essas informações. Por isso refizemos o ofício.

Eram essas as informações, Senador Plínio. E termino reafirmando que esta Comissão já tem condições suficientes de dizer que a nossa suspeita já está comprovada. O Brasil sofre o maior assalto da sua história. Se alguém acha que o mensalão foi um assalto ao país, e eu acho, se alguém acha que o



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

petrolão foi um assalto ao país, e eu acho, esses assaltos estão infinitamente menores do que o maior assalto da história do Brasil, que é o assalto que se faz a toda uma região, envolvendo 66% do território nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Marcio.

Daqui a pouco eu falo sobre o Ministério Público Federal. Peço paciência à nossa convidada para abrir a palavra ao Senador Zequinha Marinho e ao General Mourão.

Antes de nós começarmos, Senador Mourão, nós estamos trazendo hoje, como convidada, a Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves. Ela é Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça), que vai nos falar exatamente daquilo que a gente vem falando aqui: da transformação de mestiços, pardos, seja lá o que for, em indígenas, o que vai explicar o aumento apontado pelo IBGE nos povos indígenas do Brasil.

Com a palavra, o Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos. Bom dia a V. Exa.; ao nosso Relator; à nossa convidada; aos nossos Senadores aqui; à imprensa; a todos os assessores.

Estava ouvindo ali os dados, os números, as informações que estavam sendo repassados pelo Senador Marcio Bittar, e meu coração está pingando sangue aqui. Na BR-163, ali no oeste do Pará, estão acontecendo as piores barbáries que alguém pode presenciar na face da Terra. Eu nunca vi tanta injustiça. Não é de hoje que isso acontece naquela região.

No Governo lá atrás, no Governo do Estado do Pará do Dr. Almir Gabriel ainda, no início da primeira década deste século, foi feito um estudo de zoneamento ecológico-econômico naquela região, exatamente porque se precisava detectar em que áreas se podia produzir e aquelas em que não se devia produzir. Depois veio o Governo do Presidente Lula. Mandou sobre aquela região uma série de reservas; decretos para FLONAs, APAs, parques, REBIOS, RESEXs e assim por diante. Transformou a vida daquela turma que foi levada pelo Governo Federal na década de 70 para 80, para ocupar aquela região às margens das duas BRs, a BR-230 e a BR-163... E a vida dessa turma virou um inferno.

Nesse celular aqui, se V. Exa. quiser, eu posso expor um curral cheio de gado, em uma fazenda antiga ali, coisa de médio porte. Um cara sofrendo com a família; a filha chorando e dizendo: "Papai, e aí, vamos ficar sem nada?". Tudo financiado por ONGs, cumprindo um capricho e uma política dessas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ONGs, a que o Governo se junta para praticar o pior tipo de injustiça contra o seu próprio povo. Isso dói, e a gente se sente impotente.

Se você for no Ministério Público, é um aliado de primeira hora das ONGs; se for na Justiça, o juiz tem medo de dar uma canetada contra, porque essa questão ambiental é uma questão extremamente sensível; se você for no Governo, o Governo também está junto, concordando, porque a pessoa que está aqui no Governo, hoje, ontem, era a pessoa que estava comandando a ONG e que fez todo aquele planejamento. Quer dizer, nós estamos aí quase com 20 anos! Estou falando desse momento, estou falando dos efeitos desse momento, Senador Bittar, mas esse é um negócio que vem sendo trabalhado. E há gente de boa-fé aqui achando que não é nada: "Isso é um negócio normal, é assim mesmo, e tal...", relevando. E eles, com um pensamento completamente diferente, não levam em conta a presença do ser humano, não levam em conta se aquela pessoa que está sendo despejada da sua propriedade, porque chegou lá, o pai, o avô, sei lá, e está lá até hoje. Aquilo nunca foi reserva e, de repente, o Governo chega, joga uma reserva em cima, faz um decreto aqui de noite, joga no *Diário Oficial*. Você que até ontem era um cidadão, um pai de família, hoje amanheceu bandido, porque quem invade reserva é bandido, mas, na verdade, foi a reserva que o invadiu!

Os garimpeiros, garimpeiro é o capeta, não sei o quê, que destrói. Como é que nós fizemos com os... Quando na Serra Pelada, ali o Governo viu que não dava para prosseguir em função dos perigos, criou uma reserva garimpeira no município, pegando parte do Município de Itaituba, outra parte do Município de Trairão e Novo Progresso, uma área relativamente grande, em função do potencial. Esses garimpeiros, naquela época, grande parte foi para lá, foi explorar lá. As prefeituras ali daqueles três municípios são quem licenciam para que eles possam fazer isso. Joga-se uma Flona em cima da reserva garimpeira, certo? Quer dizer, um Governo que não olha nem os seus documentos, não respeita nem o que foi feito ontem. Será que o Governo está fazendo isso porque não viu ou porque está atendendo um pleito de alguém inescrupuloso, que não tem a menor preocupação com ninguém? Aí todo mundo que está ali vira bandido, porque era uma reserva garimpeira até ontem, mas de ontem para hoje virou uma Flona, uma floresta nacional, em que não se permite a exploração.

Esta semana passada, nas duas últimas semanas, na região de Novo Progresso, o relatório que me passaram aqui, mais de 30 PCs – PC é um apelido que se dá para aquela escavadeira hidráulica, que atua em garimpo, mas atua nas fazendas, nos projetos, indiscriminadamente –, não sei quantas casas foram queimadas, não sei quantas fazendas foram expropriadas naquela região. Então, enquanto V. Exa. lia tudo isso aí, a minha tristeza aqui, a minha angústia, a minha revolta, não dá para mensurar aquilo que a gente sente por dentro.

Quem está fazendo isso? Quem está financiando isso? Para quem estamos trabalhando? Para essa turma, que pega recursos lá fora para destruir nossa gente. Qual é o rumo que nós vamos dar para essas famílias? Não sei. "Te vira, te vira. Eu vou botar fogo na tua casa." Como é que faz? Onde é que nós estamos? Em que mundo nós estamos vivendo? Certo? Vai tirar o cara de lá, vai: "O senhor não dá pra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ficar mais aqui, carregue o seu gado, vai pra algum lugar". Não faça... O respeito que se tem pelos bandidos dos morros do Rio de Janeiro é alguma coisa fantástica. E a perseguição que se imprime a um coitado brasileiro que escapou da malária, da cobra, que está sobrevivendo, está conseguindo – não é? – ter alguma coisinha... Eu não sei por que tanta raiva de alguém.

Enquanto isso, o Pará se transforma na principal rota da droga, tá? Pergunte à Polícia Federal como é que funciona, como é que está hoje. Toda a estrutura, toda a estrutura de força de combate a essa turma não está, não está indo pra combater tráfico, combater o coitado de um produtor rural lascado da vida – me perdoa a palavra – que está ali, que foi levado por alguém há algumas décadas, no passado. Você calcula o que é assistir a isso e se sentir impotente diante desse quadro tão trágico. Que coisa! Eu não queria viver pra ver esse tipo de coisa acontecendo, porque eu não suporto injustiça.

Estamos vendo hoje aqui, por exemplo, procurar o ICMBio, porque a área onde estavam garimpando é área pra garimpar, não está dentro da Flona, ficou fora, porque... "Então, aqui vamos trabalhar." Não, chega agora lá, toca o terror e acaba com tudo. Um dia desses queimaram cinco aviões, táxis-aéreos. O cara freta o avião pra deixar alguém lá e volta. Chegaram, na hora, pegaram os aviões e queimaram cinco aviões. Então, eu não sei nem qualificar esse tipo de ocorrência que a gente vive ali naquela região do oeste do Pará.

Era só isso, Presidente.

Muito obrigado aí pelo tempo para desabafar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. *Fora do microfone.*) – A sua indignação é nossa.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado.

É, essa indignação que toma conta aqui a gente quer que o país tome conta também e fique tão indignado quanto nós que nascemos na Amazônia.

Com a palavra – antes, sempre pedindo paciência, porque normalmente há rotatividade, os Senadores têm outros compromissos, e a gente sabe que o Senador Mourão vai ficar até o final, eu gostaria de ouvi-lo –, Senador Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sr. Relator, bom dia, meus dois amigos, demais Senadores.

Eu queria dar boas-vindas à Sra. Helderli Fideliz, já olhando aqui o que vai ser a sua apresentação, nós que somos mestiços e nos orgulhamos da raça brasileira, não é? Tanto que o passaporte brasileiro é o passaporte mais cobiçado do mundo, porque qualquer um serve como brasileiro. E, lamentavelmente, ao longo dos últimos 30 anos, eu vou colocar assim, nós importamos de fora do Brasil um conflito racial que



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca houve aqui dentro, não é? Isso é péssimo pra uma nação que se orgulhava até então da forma como a nossa nacionalidade foi formada e como nós nos constituímos.

Eu também me junto ao meu amigo Senador Zequinha Marinho nessa situação do Pará. Eu conheço bem aquela região da BR-163, ali de Novo Progresso, de Itaituba.

O Governo atual, na sua primeira fase, lá atrás, no ano de 2003, adotou a linha de ação de mostrar ao mundo que estava protegendo a Amazônia pela demarcação de terras indígenas e pela delimitação de áreas de preservação, independentemente de quem estava no terreno naquele momento.

Então, o caso de Novo Progresso é emblemático, porque se criou ali a Floresta Nacional do Jamanxim em cima de áreas que estavam ocupadas há 40, 50 anos por famílias que foram os desbravadores daquela região. Então, hoje existem 3 mil famílias – esse é o número que eu tinha – que estão, praticamente, ilegais. E qual é a solução? A solução, para mim, é uma só: o Estado brasileiro tem que se fazer presente; cadastrar, efetivamente, essas famílias; verificar o prazo em que elas, efetivamente, estão lá; redefinir os limites da Floresta Nacional do Jamanxim; e acabar com essa disputa em que nós continuamos.

Agora, existe a pressão oriunda, sempre, das organizações não governamentais que são mantidas com recursos de fora do Brasil, como foi mostrado aí pelo nosso Senador Marcio Bittar, e isso, eu já comentei aqui uma vez, nada mais é do que uma estratégia indireta de dominação de uma área rica em todo tipo de mineral, em todo tipo de madeira, em água e que as nações que hoje controlam o mundo querem preservar e impedir que o Brasil a explore corretamente.

A gente tem que lembrar que a Amazônia, até hoje, não é uma região perfeitamente integrada ao resto do nosso país. Está aí o Senador Bittar, que é do Acre; para se pegar um avião e chegar a Rio Branco, o senhor sabe qual é... Isso em avião; se for de carro, é outro problema. O Senador Plínio não nasceu em Manaus, mas vive em Manaus. A Manaus só se chega de barco ou de avião; não tem outra forma de se chegar a Manaus, uma cidade com 3 milhões de habitantes. E a outras inúmeras cidades da nossa Amazônia.

Então, as pessoas não entendem isso, não compreendem isso, criam problemas desde a implantação de linhas de transmissão, que não vão danificar nada, com a implantação de uma ferrovia, que é muito mais, vamos dizer assim, saudável em termos de dano ao meio ambiente do que uma rodovia, e procurando sempre o quê? Manter aquilo como se fosse um santuário. Não respeitam a autodeterminação dos povos indígenas, porque quem conhece sabe que o indígena não quer viver imerso no meio da floresta como se estivesse no tempo da pedra lascada. Ele tem conhecimento. Ele sabe o que está acontecendo ao redor dele e ele quer ter o direito de explorar, com respeito às leis, a terra que ele tem.

Então, o trabalho desta Comissão, Senador Plínio, Senador Marcio, tem sido enaltecido por muita gente no Brasil inteiro. Eu lá no meu Estado, no Rio Grande do Sul, tenho recebido os *inputs* da



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

satisfação pela forma como os senhores estão conduzindo isso aqui. E a realidade é uma só: quando nós terminarmos esse trabalho, traremos à luz algo que o Brasil tem que se levantar e combater. Parabéns aí aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Mourão. Nós, nós todos, o senhor faz parte desta Comissão.

Na verdade, existe uma cegueira deliberada que se adapta às determinações do dinheiro internacional. É isso que a gente está mostrando.

Nós temos a nossa convidada, que está conosco aqui, mas como nós temos hoje a presença do nosso Chico Rodrigues, de Roraima, e da Senadora Damares, eu abro a palavra, pedindo para a gente ouvir a nossa convidada de hoje, que vai falar exatamente sobre essa trama, essa coisa feia de transformar pardos e mestiços em indígenas.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas. Eu quero cumprimentar o Presidente da Comissão, o nosso colega Senador Plínio Valério, que tem conduzido de uma forma extremamente admirável os trabalhos desta Comissão, sem radicalismo, sem criar aqui modismos dentro da Comissão em função da dificuldade do tema, e o próprio Senador Marcio Bittar, como Relator, que conhece o problema, que esse é um problema de interesse nacional.

Todos nós, os nacionais, todos nós, os brasileiros, precisamos nos debruçar sobre essa questão, porque é uma questão que transcende as fronteiras do nosso país. E os movimentos são extremamente visíveis, explícitos, sem nenhum subterfúgio. Eles agem de uma forma que nós convivemos no cotidiano. E é importante, a iniciativa é importante para que a gente possa, obviamente, ter o nosso território brasileiro preservado, ter os interesses nacionais preservados.

Reconhecemos, claro que reconhecemos, a importância, no caso específico das nossas comunidades indígenas, porque elas são fundamentais para a cidadania. Isso aí é inquestionável, indiscutível, inegociável, mas os excessos e os interesses paralelos que estão sobre essa questão têm que ser realmente discutidos, têm que ser aclarados.

Nós verificamos, independente aqui... E tenho uma planilha, recebi uma planilha da mesa, das receitas de alguns ONGs. Não tem problema que os valores sejam valores gigantescos, etc., mas desde que fossem aplicados de uma forma direta para que nós pudéssemos organizar a nossa estrutura interna no Brasil, das comunidades, dos produtores e tal. Porque, no nosso caso especificamente, no caso de Roraima especificamente, nós temos algumas áreas demarcadas que já não vale a pena questionar, discutir, etc., porque elas estarem demarcadas. Eu vou citar apenas duas áreas, que é a área dos ianomâmis, que são 9,6 milhões de hectares – repetindo, 9,6 milhões de hectares – e a área Raposa Serra



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Sol, que foi tão decantada em década passada e que é uma área de 1,56 milhão de hectares. Pois bem, nessas duas áreas, coincidentemente, há um incrustamento visível pela tecnologia, pela ciência, pela geologia, pelos satélites, das ocorrências minerais gigantescas, gigantescas! Eu estou falando e repetindo: gigantescas.

Então, coincidentemente, são exatamente as áreas onde tem maiores investimentos dessas ONGs para que possam "proteger" – entre aspas – os nossos indígenas, esquecendo que nós somos nacionais e acompanhamos aqui. Tem o Senado – a caixa de ressonância da sociedade brasileira é o Senado –, que representa o Estado, para se preocupar e se debruçar sobre essas questões, que são substantivas.

Então, essas questões a gente vem discutindo, estamos ouvindo alguns, participei, ouvindo as explanações, como agora será apresentada pela Helderli Ferraz, e a Comissão e o Relator – principalmente o Presidente e o Relator –, fazendo um juízo de valor para agregar informações que possam, ao final e ao cabo desta CPI, esclarecer a população brasileira. E, lógico, o instrumento legislativo é o que, na verdade, nos é de direito, mas a implementação de práticas para que haja uma convivência sadia, uma convivência saudável, inclusive em relação a essas ONGs... Porque eu não sou contra, eu não sou contra – quero deixar bem claro aqui –, mas que elas, na verdade, trabalhem em benefício de cada segmento desse, mas olhando primeiramente os interesses nacionais. Então, isso aí é fundamental.

Nós temos casos aí em que eu já me debrucei, por exemplo, no caso de Autazes, lá do potássio, porque tem algumas comunidades indígenas ali a 5km, 10km. Isso não existe no planeta Terra! A questão do petróleo, a questão do petróleo ali na foz do Rio Amazonas. Meu Deus! A Guiana, hoje, é a nova Dubai; a vizinha do meu estado hoje, a Guiana, é a nova Dubai, com mais de 20 bilhões de barris de petróleo descobertos e em exploração, sem nenhum dano ambiental no mar, enfim. Então, está claro como uma janela sem vidros que são interesses que têm que ser contidos de uma forma... Eu gosto muito da diplomacia; a conversa e o esclarecimento são melhores do que o conflito, e mostrando o que representa e o que tem disponível este país, que é tão cobiçado, e tantas ações externas vêm tentar comprometer a nossa soberania.

Soberania é inviolável, inegociável, inquestionável. Agora, obviamente, compete ao Poder Executivo, numa ação vertical, tomar decisões que sejam decisões de Estado, e não de governo – decisões de Estado! –, porque o Brasil precisa ter essas decisões para ver seu futuro gigantesco. Como dizia um professor que eu tive na Itália, na FAO, há 30, 40 anos, Amintore Fanfani, que o Brasil era o país do século XXI; o Brasil será... Em 1980, dizia Amintore Fanfani que o Brasil era o país do século XXI. Aí, se a gente tivesse uma hora aqui para discutir os pontos, ponto a ponto, enfim... E é fato.

Então, na verdade, eu gostaria de fazer esse comentário preliminar, antes, obviamente, agradecendo inclusive ao Presidente, ao nosso Presidente, pela gentileza, e fazer apenas uma observação aqui: a Comissão, obviamente, tem o condão de esclarecimento, de busca, de pesquisar e de apresentar ao Brasil



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas ações que extrapolam os limites da convivência e da independência entre os diversos países. E, lógico, pelo estilo do Senador, eu tenho certeza de que, pelo estilo do Senador Plínio Valério e, claro, também do nosso querido Relator, eles não querem chegar a potencializar conflitos aqui, nesta Comissão. Pelo contrário, uma CPI não é um teatro de guerra. Às vezes, tratam assim, de uma forma absolutamente errada. Tem CPIs aí que são um verdadeiro circo, um verdadeiro teatro, e a CPI, a função dela não é essa, enfim.

Na verdade, eu, vendo que tinha alguns requerimentos do Senador Beto Faro, que não está nem presente, os Requerimentos 98, 99, 100 e 101... São quatro requerimentos para que fosse aprovado, para que transformassem as convocações em convite, porque, na verdade, quem está sendo convidado, num primeiro momento, deverá participar, deverá vir. Obviamente, é um convite, e parte-se da premissa que tem informações substanciais para deixar para a Comissão. E, nesse primeiro momento, até para deixar a Comissão mais leve e mais a cara da Mesa, a cara do Presidente e do Relator, que nós pudéssemos, na verdade, transformar, porque são os únicos requerimentos, os quatro, que estão sendo em regime de convocações.

Eu gostaria de consultar V. Exa. se não poderia transformá-los em convite, para haver uma pacificação e tranquilidade maior na nossa Comissão, que, tenho certeza, vai apresentar um relatório extremamente substancioso para o Senado e para a República, não apenas para nós da Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Agradecemos ao Senador Chico Rodrigues, como um conhecedor da Amazônia, sempre colaborando muito.

Quanto aos requerimentos, já fizemos até um. É porque a gente está identificando o autor do requerimento para ele próprio fazer, como eu fiz com a Natura, transformando a convocação em convite – a gente vai convidar.

É que o Brasil estava acostumado, está acostumado com CPI como se fosse um teatro, uma coisa maluca, não é? Apontar dedo, prender, arrebentar... E está deparando com uma CPI que vai investigar, que vai apresentar soluções. E o resultado tem sido positivo, viu, Senador Chico? A gente tem recebido muitas manifestações.

Mas vamos providenciar, sim, os requerimentos. Nós vamos, ao final do depoimento, discutir, votar, aprovar os requerimentos.

Eu ouço a opinião da Senador Damares, agradecendo a sua presença, em seguida mesmo Helderli, aí vai ser você.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente, Relator.

D. Helderli, obrigada por estar aqui; seja bem-vinda a esta Comissão.

Eu agradeço este momento de fala e, primeiro, eu registro a minha tristeza de não estar membro desta Comissão, desta CPI. Eu estou acompanhando de perto o trabalho. Quando eu chego em casa, à noite, eu vou para o YouTube assistir tudo o que está acontecendo aqui e sei, Presidente, Senador Plínio, sei, Relator, que as contribuições que esta CPI já está dando para o Brasil são incalculáveis. E sei também que vai terminar com propostas, inclusive medidas legislativas. Eu estou apostando muito no trabalho desta CPI e vou começar a correr para cá de vez em quando.

Presidente, eu trago dois assuntos que eu gostaria... Eu vou fazer isso por escrito, mas eu já queria anunciar.

Há mais de dez anos, eu estava sentadinha lá atrás, como assessora, e estava acontecendo uma audiência pública aqui em que um cineasta europeu veio ao Brasil para fazer um documentário. Ele veio com uma vertente e, quando ele chegou a uma área indígena, ele ficou assustado com o que ele viu; com o domínio das ONGs em território brasileiro e como determinavam o que os nossos indígenas fariam ou não fariam.

Naquela audiência, muita coisa foi trazida naquele dia, e eu aproveitei para fazer uma denúncia de um fato que eu acompanhava como defensora dos direitos dos povos indígenas: o que estava acontecendo na comunidade zoé, na etnia zoé, lá na região de Santarém.

É uma comunidade dominada por uma ONG. Ninguém entra. Só aquela ONG. E eu mostrei aqui, numa audiência pública, Senador, fotos e imagens de dentro da comunidade zoé. Tinha um hotel cinco estrelas! Para os senhores terem uma ideia, até serviço de jardinagem, com pedras e plantas ornamentais vindas de não sei de onde, tinha nesse hotel. Então, eram convidados, especialmente estrangeiros, para se hospedarem e ficarem assistindo aos índios zoés lá fora, vivendo de forma primitiva. E havia ali, de fato, um teatro. Os estrangeiros vinham – e a gente identificou voos clandestinos naquela época –, hospedavam-se naquele hotel de cinco estrelas dentro de uma área indígena, e o convite era: "Venham ver como vivem de forma primitiva os índios zoés no Brasil". Nós não podíamos entrar, mas estrangeiros entravam.

Era tão grave, Senador, que tem um episódio que me deixou muito triste. Os índios zoés, por exemplo, pediram panela. Eles descobriram que as nossas panelas não quebravam quando iam para o fogo. Os índios zoés usam panelas de barro, fazem a comida coletiva e ficam todos ao lado da fogueira, esperando a comida. Mas tem uma hora que a panela de barro quebra. Perde toda a comida. E eles descobriram que funcionários da Funai e dessa ONG tinham panela de alumínio e se encantaram com a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

panela. E eles aprenderam a palavra "panela", e eles pediam: "Panela". As ONGs diziam: "Não. Panela não faz parte da cultura de vocês. Vocês não vão ter panela".

E a gente denunciou tudo isso. Traziam estrangeiros para assistir como eles cozinhavam na panela de barro, mas a ONG dizia: "Eles não podem ter direito à panela".

Senador, isso foi denunciado nesta Comissão, foi mandado para o Ministério Público, e a gente nunca teve resposta.

Eu vou encaminhar essas denúncias todas para esta CPI, e, se a gente tiver um tempinho de ir à comunidade zoé, ver se esse hotel ainda existe, ver de que forma essa ONG, que manda nos índios zoés, ainda conduz todo esse trabalho lá.

O segundo fato que eu trago aqui, Senador, eu vou ler muito rápido, é chamar a atenção da CPI também para Alcântara. Vou ler o que a minha assessoria escreveu.

O Centro de Lançamento de Alcântara é considerado mundialmente o melhor lugar do mundo para lançamento de veículos aeroespaciais, em razão da economia significativa dos combustíveis propelentes utilizados nos foguetes, diminuindo gastos em até 30%.

O Brasil assinou o Decreto 10.220, no ano de 2020, que promulga o Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, relacionado à participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara. O nosso tão sonhado programa espacial estava saindo da inércia e possibilitando um enorme desenvolvimento para a região de Alcântara, do Estado do Maranhão, do Brasil, e das centenas de famílias quilombolas que vivem por tantos anos na miséria, sem assistência do Estado ou mesmo das dezenas de ONGs que alegam defender essas comunidades.

Sabemos que existe um forte interesse internacional contrário ao crescimento do nosso programa de lançamento aeroespacial, de países europeus e asiáticos que não querem o desenvolvimento do nosso programa e que, por meio de dezenas de ONGs, estão patrocinando um verdadeiro ataque à soberania nacional. Essas ONGs denunciaram o Estado brasileiro na Comissão Interamericana de Direitos Humanos, e, posteriormente, esse processo subiu para a Corte Interamericana da OEA, que condenou o Brasil, impedindo o nosso crescimento.

E aqui eu trago isto: ONGs em Alcântara trabalhando de forma efetiva para que o nosso programa aeroespacial não aconteça. Trago esse fato, vou fazer essa denúncia oficialmente à CPI, e trago aqui um pedido de mais um olhar também para a área de Alcântara, o ativismo exagerado de ONGs que não estão interessadas no desenvolvimento do nosso país tampouco na proteção dos nossos quilombolas; usam os nossos quilombolas para impedir um programa brasileiro.

Vou trazer essas duas denúncias escritas para esta CPI.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, nós vamos já começar o nosso depoimento.

Senador Relator Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Só uma questão de esclarecimento.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Chico – a sua presença é muito importante nesta Comissão, sabemos do seu conhecimento sobre a Amazônia –, que representa um dos estados mais atingidos por tudo isso que nós estamos dizendo.

Senadora Damares, eu quero lhe agradecer – eu não podia perder esta oportunidade. A Senadora não faz parte, como membro, da CPI, mas está ajudando muito. Tem assessores diretos do seu gabinete que estão permanentemente nos ajudando. Eu agradeço.

E um esclarecimento, primeiro, aos dois Senadores que chegaram um pouco depois. Nós dizíamos o seguinte – eu, o Senador Plínio –: a Comissão não tem mais a dúvida, ela tem o convencimento, e aí não é esquerda e não é direita. Talvez seja um dos únicos temas nacionais que eu entendo que não é uma questão de esquerda ou direita, é uma questão de soberania nacional.

Então, a Comissão não tem dúvida nenhuma mais, a sua suspeita já está comprovada, e agora está na hora de começar a colocar aqui nessas cadeiras a Ministra do Meio Ambiente, o Presidente do BNDES, o pessoal do Ibama, mais visitas à Amazônia e, posteriormente, também membros das ONGs. É preciso perguntar às autoridades brasileiras, diante de tudo isso que está exposto, que é uma guerra econômica que subtrai o poder do Brasil sobre uma região que, eu repito, é mais da metade do Brasil, expor a essas pessoas as perguntas óbvias. Isso é normal? Algum outro país aceitaria... E nós temos informações da Abin sobre Alcântara. Algum outro país do mundo, rico, aceitaria a imposição que nós aceitamos sobre Alcântara? Algum outro país do mundo, Chico, como os Estados Unidos, por exemplo? Como disse aqui o Plínio, várias vezes, em entrevistas, eles têm três vezes mais índios e têm 2,5% do território nacional. E tem uma diferença: no território deles, eles podem explorar.

A Constituição brasileira é clara: o subsolo é nacional, mas, na prática, o conluio das ONGs financiadas por organismos internacionais nos proíbe! Nenhuma comunidade, seja indígena, quilombola, ribeirinha, proprietário rural, seja o que for... O interesse dessa comunidade ou dessa não pode ser maior do que o interesse nacional. Nós estamos ainda vivendo uma guerra. Como é que o Brasil não pode tirar potássio? Como é que o Brasil não pode... O subsolo não é nacional? Na prática, não. Então, não é esquerda ou direita, é soberania nacional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Senadora Damares, Senador Chico, nós já estamos na fase agora, liderados pelo Senador Plínio, de chamar as pessoas do Governo. Inclusive, a sugestão é que a gente... E temos informações, a gente não sabe o que pode ser usado ou não, de imensa lista que a Abin manda, muitas delas são sigilosas, sobre Alcântara, mas eu acho que a gente pode chamar o Ministro da Defesa aqui também, para falar especificamente sobre o caso de Alcântara.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Há indícios de que parte do Ministério Público Federal atua – e eu sei disso, na prática – alinhada às ONGs, adotando a visão monocular. Disso já há indício suficiente nos documentos e nos depoimentos que a gente recebe, sempre em detrimento da população local, ribeirinha, indígenas.

E sobre essa visão romântica das ONGs, o Ministério Público Federal – parte dele, e não a instituição como um todo – dá pouca relevância ao controle de irregularidades praticadas por essas entidades. Então, a gente tem que tomar providências, e essas providências sugeridas pelo Relator e por nós, aqui, os Senadores, é uma expedição de novo ofício à PGR, requisitando maior rigor e diligência na obtenção de informações acerca de inquéritos e ações relacionados à irregularidade possivelmente praticada por ONG da Região Amazônica, e aprofundamento da apuração, a fim de atestar a prevalência de uma doutrina santuarista irreal para a Amazônia, aquilo tanto que a gente discute aqui.

Saudando o meu irmão Senador Styvenson Valentim. A gente concedeu a palavra, Styvenson, a todos. Vamos entrar com o depoimento, mas seria injusto não concedê-lo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas seria injusto. O Senador tem o mesmo peso e a mesma responsabilidade e prerrogativas. Com toda a paciência da nossa convidada, se quiser usar a palavra, à vontade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Não, vou deixar...

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para depois.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Só queria saber se está marcado dia 31 mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Tá! Está louco... Mourão, explique para ele, depois chame o Styvenson e fale: olha, a Amazônia que vai ver não é a do Leonardo DiCaprio, não é a do Caetano Veloso, do Chico Buarque; a Amazônia que você vai ver...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone.*) – Claro que não é.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... Senador Styvenson, não tem nada a ver com essa Amazônia que eles pregam aí, vai deparar...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Embora acriano, saiu com essa coisa..

Então, nós vamos levar, a gente não sabe, mas nós já estamos em contato com o Comando Militar da Amazônia, o General já expôs tudo. A gente só precisava, General Mourão, explicar para o Ministério da Defesa, Senador, que nos recebeu a portas abertas, eles só querem mais detalhes: tipo de aeronave, até onde vai. E com o General Mourão eu vou, em particular, depois, conversar.

Vamos ouvir a Sra. Helderli...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – A gente pode ir lá. Temos que ir lá no Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Sim, sim, beleza. Ótimo, eu vou marcar então. Beleza, beleza.

A Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (Nação Mestiça) e Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus, para prestar depoimento à presente CPI.

Na condição de Presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, a Sra. Helderli Leão Alves constitui autoridade em questões de relações inter-raciais, especialmente na Região Norte, razão pela qual participou e participa de ações institucionais relativas ao uso da terra e à demarcação de áreas na Amazônia.

Com a palavra. A senhora falou que precisava de 50 minutos e vai ter 60 minutos à sua disposição.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Meu bom-dia a todos os presentes. Cumprimento a mesa na pessoa do Presidente, Senador Plínio Valério, o qual é meu conterrâneo do Amazonas, onde a gente fez essa solicitação para ele, porque estavam nos massacrando, nos expulsando das nossas terras, e ele prontamente fez o convite, com a aprovação de vocês, pelo qual eu cumprimento todo o Plenário.

E, aí, eu queria que fosse colocado agora o eslaide da nossa apresentação.

A gente vai começar, primeiramente, dizendo quem é esse povo mestiço.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Aí o nosso tema: limpeza étnica contra o povo mestiço brasileiro.

Próximo.

O que é o mestiço? A origem do povo mestiço brasileiro. No Brasil, o povo mestiço se originou a partir da mestiçagem entre índios e brancos portugueses, processo que se repetiu difusamente pelo país e se ampliou com a mestiçagem dos pretos africanos.

O mestiço brasileiro é conhecido como povo e etnia oficialmente, por lei, nos Estados do Amazonas, de Mato Grosso, da Paraíba e de Roraima e por diversos municípios. No Estado do Amazonas, nos Municípios de Autazes, Careiro da Várzea e Iranduba, o Dia do Mestiço é 27 de junho e é feriado municipal.

Próximo.

E aqui a gente mostra um quadro da mistura, o que é a mistura. Lá no nosso caso, do Amazonas, é principalmente a mistura do índio com branco. E também tem o cafuzo, mulato; esses são os mestiços do Brasil.

Próximo.

Povos mestiços existem em outros países: *métis nation*, no Canadá, originado da mestiçagem entre índios do Canadá, brancos franceses e britânicos; *coloureds*, na África do Sul, de pretos sul-africanos e brancos holandeses.

O reconhecimento legal do povo mestiço.

Diversas leis reconhecem o povo mestiço brasileiro. Nós temos a lei do Estado do Amazonas, também a Constituição, no seu art. 205, e a Lei 3.044, de 21 de março de 2003. Temos também a Lei 459, de 16/11/2016, do Mato Grosso; da Paraíba, a Lei 8.374, de 09/11/2007 – da Paraíba; no Estado de Roraima também existe – viu, Senador? – lei aprovada que reconhece o povo mestiço como grupo étnico-racial, que é a 613, de 09/10/2007; no Município de Manaus, na Lei Orgânica do Município, também se reconhece, e na Lei 934, de 6 de janeiro de 2006; também no Município de Boa Vista, a Lei 908, de 2 de outubro de 2006; no Município de Autazes, a 098, de 29/12/2011; no Município de Buerarema, na Bahia, a Lei 711, de 11/12/2015; no Município do Careiro da Várzea, a Lei 451, de 28/08/2012; no Município de Iranduba, é a 303, de 09/05/2016. Outras legislações brasileiras e portuguesas reconhecem tacitamente o mestiço.

Próximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí o povo mestiço, em outros países, como no Canadá, é reconhecido na Constituição como povo nativo, ao lado dos índios e esquimós, pois descende dos índios originários.

O povo mestiço também é reconhecido pela Declaração de Durban, assinada pelo Brasil. A Declaração de Durban, documento da Organização das Nações Unidas (ONU), de que o Estado brasileiro é signatário, aprovada na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida na África em 2001, também reconhece povos mestiços e que estes sofrem discriminação:

Reconhecemos, em muitos países, a existência de uma população mestiça, de origens étnicas e raciais diversas, e sua valiosa contribuição para a promoção da tolerância e respeito nestas sociedades, e condenamos a discriminação de que são vítimas, especialmente porque a natureza sutil desta discriminação pode fazer com que seja negada a sua existência [Questões Gerais, item 56].

O direito originário do povo mestiço. O que é direito originário? É o direito que se tem decorrente da origem. Os povos atuais que descendem de outros povos têm direitos originários sobre suas terras, a cultura e outros legados desses povos. Este direito é anterior ao próprio reconhecimento de lei, ou seja, apenas reconhecido o direito. A lei não cria o direito. A Constituição Federal, no seu art. 231, *caput*, reconhece aos índios os "direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam". Aos brasileiros descendentes de imigrantes que tenham "reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira", no seu art. 12, permite que acumulem uma ou mais nacionalidades estrangeiras sem perder a brasileira.

O povo mestiço nunca invadiu terra dos índios. O direito de terras por índios constante na legislação portuguesa inclui todos os seus direitos a seus herdeiros e não faz distinção entre herdeiros índios e mestiços.

A legislação brasileira registra mestiço e o seu convívio nas mesmas áreas que os índios. Decreto 8.580 de 8 de janeiro de 1946, no seu art. 1º: "Os chefes de serviço da administração pública, em zonas sertanejas, que admitirem índios ou mestiços como diaristas ou assalariados, deverão relacioná-los, mencionando a filiação, idade mesmo presumível e outros elementos característicos da individualidade de cada um".

Mestiços não são índios, mas são um povo nativo, pois descendem dos índios originários. Indígena significa endógeno, aquele que se origina de dentro do nativo. Nativo significa nascer, pertencer, ser habitante original de um determinado local. Os índios originários miscigenaram-se com os brancos europeus e depois com os pretos africanos e outros povos, gerando os nativos mestiços. Essas uniões eram frequentes, algumas destas tornando-se célebres, como o casamento do português Diogo Álvares



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Correia, que recebeu o nome de índio Caramuru, com a índia tupinambá Paraguaçu, que recebeu o nome português de Catarina, e do português Guilherme Valente e da índia Marari.

Próximo.

Racismo contra mestiços.

O uso das ONGs tem sido um meio para subordinação local a interesses estrangeiros. A atuação serve para coletar informações do país, influenciar as instituições locais ideológica e materialmente, destacando universidades, criar colaboradores, enfraquecer ou eliminar a identidade nacional, a fim de debilitar sua soberania local.

Na década de 1930, por exemplo, o Governo da Alemanha patrocinou uma expedição na Amazônia, com o objetivo de coletar informações para o Governo nazista. Atualmente, o Governo alemão é um dos principais promotores do indigenismo no Brasil. Durante 13 anos, de 1996 a 2008, a Funai manteve cooperação técnica com o Governo alemão, por meio da KWF, que investiu cerca de 16 milhões num projeto de integração de proteção a populações e terras indígenas na Amazônia Legal.

Aí a gente mostra aqui as diversas ONGs que atuam dentro do Brasil. Aí a gente destaca Gaia Amazonas, Imazon, Instituto Socioambiental... Inclusive, esses que estão embaixo são os patrocinadores do Instituto Socioambiental, que a gente fez questão de colocar e está inclusive num *site* do ISA.

Os indigenistas promoveram a criação de territórios inclusive para os índios, com consequente limpeza étnica do povo mestiço brasileiro. Mesmo sendo também nativos, demarcações visam, dentre outras, a impedir a miscigenação racial e mestiçagem.

Dia do mestiço.

Em dezembro de 2005, o Estado do Amazonas instituiu o dia 27 de junho como o Dia do Mestiço, que reconhece como grupo étnico-racial. Ratificando a lei do estado, a Prefeitura de Manaus já se manifestou ratificando o dia, daí ficam algumas perguntas: Quem é mestiço? Qual o intuito de criar o Dia do Mestiço? Seria para clarear o povo amazônico? E aí a gente coloca essa edição, que foi tirada do *Porantim*, publicação do Conselho Indigenista, que é o Cimi, órgão anexo à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, ou seja, a gente vê que o Cimi tenta depreciar o Dia do Mestiço.

O indigenismo brasileiro assemelha-se ao indigenismo do *apartheid* sul-africano, defendendo territórios raciais e étnicos exclusivos sob o poder do Estado.

Aí a gente tem o idealizador do *apartheid* da África do Sul, e ele coloca o seguinte:

A exigência principal dessa política é bem conhecida, a saber, que não só deve haver separação entre áreas residenciais europeias e não europeias, mas também de diferentes grupos europeus, como o banto, o mestiço e o indiano viverão em suas próprias áreas residenciais. Na



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdade, o centro da política do *apartheid* está em quê? Como o banto não precisa mais do europeu, este tem de ser totalmente removido dos territórios nativos. Assim, não há política de opressão aqui, mas de criar uma situação que nunca existiu para os bantos, isto é, que levando em consideração as suas línguas, tradições, histórias e diferentes comunidades nacionais, eles possam passar com desenvolvimentos próprios. Essa oportunidade surge para que eles, logo que a divisão é posta entre eles e os europeus, dos quais não necessitam ser imitadores nem capangas destes.

E aí a gente coloca a liderança de territórios indígenas lá no *apartheid* sul-africano, onde também eles pregaram a questão da divisão racial, em que o branco sempre é visto como opressor.

O próximo.

E aí nós temos um outro texto também, que é: "ideologias racistas são contra a mestiçagem e mestiço". A identidade nacional brasileira é mestiça. Eliminar a identidade mestiça brasileira visa enfraquecer a nacionalidade, unidade e soberania brasileiras.

No século XIX até metade do século XX, em universidades o racismo era pregado assumidamente. Afirmavam que todas as raças – branca, índia, preta etc. – eram superiores a mestiços.

O discurso racista mudou da defesa da superioridade racial para o da defesa da diversidade. A partir da segunda metade do século XX, a propaganda racista passou a ser que a diversidade seria por essência superior à homogeneidade, ou seja, que uma sociedade formada, por exemplo, por índios e brancos seria superior a uma formada só por mestiços, que levariam a decadência.

Um dos principais defensores desta ideia foi o Lévi-Strauss. E hoje é uma ideologia defendida abertamente em universidades e outras instituições dentro do Brasil.

E a gente entra no tópico: a Funai prega a crença racista de que miscigenação gera decadência cultural.

Uma das crenças do racismo "científico" é a de que a miscigenação racial gera geralmente indivíduos geneticamente inferiores e, por isso, incapazes de manter a cultura de seus ancestrais de raça.

"Considerando a decadência cultural dos mura de Autazes, decorrentes de dois séculos de intenso e violento contato com a sociedade regional; do forte processo de miscigenação; da carência alimentar; da difusão do uso de bebidas alcoólicas, aqueles aldeamentos encontram-se em processo dissociativo, com tendência à ruptura com a vida comunitária." Silvia Regina, antropóloga, chefe do Setor de Identificação e Análise da Fundação Nacional do Índio (Funai), 1987.

Próximo.

E aí a gente entra também na questão do Estatuto da Igualdade Racial.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

O Estatuto da Igualdade Racial faz a transformação oficial de um povo nativo americano em africano. Uma manifestação desta ideologia de eliminação política e oficial do povo mestiço ocorre na classificação dos pardos como negros no Estatuto da Igualdade Racial, em seu art. 1º, IV:

Art. 1º.....

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

Nunca o IBGE afirmou que nós, os pardos, éramos negros. Lá ele coloca claramente "pretos, pardos e indígenas". Então, assim, o Estatuto nos classifica hoje, no Brasil, como negros.

E aí a gente continua.

O crime de genocídio não visa e nem necessita matar o corpo, seu objetivo é matar a identidade.

O Estatuto Racial, ao eliminar oficialmente o povo nativo viola o art. 1º da Lei nº 2.888, de 1956, e o Artigo II da Convenção contra o Genocídio, ratificada pelo Brasil no Decreto nº 30.822, de 1952. No presente artigo, a convenção entende por genocídio qualquer dos seguintes atos cometidos com a intenção de destruir o todo ou parte de um grupo nacional, étnico, racial ou religião, como tal: matar membros do grupo; causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submeter intencionalmente o grupo à condição de inexistência capaz de ocasionar-lhe a destruição física ou parcial; adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; efetuar a transferência forçada de crianças para outro grupo.

Próximo.

Também o Supremo Tribunal Federal define o genocídio como um crime que tem por objetivo eliminar a existência do grupo étnico, racial ou religioso:

O tipo penal do delito de genocídio protege, em todas as suas modalidades, bem jurídico coletivo ou transindividual, figurado na existência do grupo racial, étnico ou religioso, a qual é posta em risco por ações que podem também ser ofensivas a bens jurídicos individuais, como o direito à vida, a integridade física ou mental, a liberdade de locomoção [...]

Tratados de direitos humanos têm caráter supralegal, ou seja, estão acima das leis ordinárias, como o Estatuto da Igualdade Racial.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O povo mestiço brasileiro é reconhecido como grupo étnico pela Lei nº 3.044, de 2006, do Estado do Amazonas: "O Estado do Amazonas reconhece os mestiços como grupo étnico-racial e sujeito típico de direito amazônico". Também é reconhecido por leis em outros estados e municípios.

Mestiços são pardos. Ao classificá-los como negros, o Estatuto da Igualdade Racial, além de genocídio, ataca o caráter nativo do povo mestiço brasileiro.

O IBGE estimulou pardos a se declararem indígenas. E aí a gente mostra a desigualdade social, no quadro do IBGE, e aí a gente coloca a classificação, aquilo que a gente falou para vocês, e fala o seguinte: o IBGE informa dados sobre pardos e pretos separadamente. Atualmente, porém, limita o acesso a informações específicas sobre pardos, o que prejudica a política pública para o povo mestiço brasileiro e informações sobre quantos pardos estão "virando" índios.

A Declaração de Durban afirma que um dos grupos de vítimas de racistas deve ser desagregado:

Coleta e desagregação de dados, pesquisas e estudos.

92. Insta os estados a coletarem, compilarem, analisarem, disseminarem e a publicarem dados estatísticos confiáveis em níveis local e nacional e a tomarem todas as outras medidas necessárias para avaliarem periodicamente a situação de indivíduos e grupos que são vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia [...]

Próximo.

O questionário do Censo do IBGE preparado estimulou pardos a se declararem indígena. Caso um pardo ou não índio, vivendo em uma área considerada indígena, respondesse não ser indígena, os recenseadores foram orientados a perguntar novamente se você era indígena, ou seja, estimulando a população mestiça a virar indígena.

Próximo.

Limpeza étnica.

O povo mestiço não defende território exclusivo; defende não ser expulso do seu território.

Próximo.

O Estado brasileiro é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, a qual, em seu artigo, estabelece: "Os Estados Partes especialmente condenam a segregação racial e o *apartheid* e comprometem-se a proibir e a eliminar nos territórios sob sua jurisdição todas as práticas dessa natureza".

Próximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado."

Próximo.

Ações da Funai contra o povo mestiço: incentivar mestiços a "virarem" indígenas; expulsão à força; inviabilizar a sua economia – por exemplo, criar territórios exclusivos em áreas produtivas, como a produção de leite em Autazes, de peixes ornamentais em Barcelos, a produção de arroz em Roraima; eliminando a produção, o povo mestiço migra, facilitando novo avanço dos povos indígenas –; inviabilizar ter acesso – por exemplo, a criação de territórios exclusivos para os índios onde há estradas ou incluindo rios dentro do limite de área demarcada, como ocorre no Rio Mutuca, em Autazes –; constrangimento moral – por exemplo, o uso de termos como "invasor", "intruso", "homem branco" – para significar que você chegou depois, e não é o caso dos pardos, que foram já há mais de 500 anos, a partir do momento da mistura dos portugueses nós temos o povo mestiço.

Próximo.

Mestiços virando índios. Vamos lá!

O crescimento da população autodeclarada indígena em Autazes, Careiro da Várzea e Manaus. Aí, o Censo 2010 coloca que no Brasil existiam 896.917. Aí, agora vamos lá para 2022: 1.693.535.

Vamos agora para Autazes.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Exatamente.

Lá existiam, em 2010, 6.877 indígenas, índios, não é? Olha o Censo de 2022: 20.442.

E ali nós temos Careiro da Várzea: existiam 494; hoje nós temos 2.453.

E aí a gente coloca até em percentual o crescimento também, não é? Seriam 22% da população; hoje são 49,16% da população em Autazes.

Em Manaus – até saiu na Rede Globo –, a gente tinha cerca de 4.040 índios. Hoje nós temos em Manaus 71.713, não é?

E aí a gente coloca que a Funai sai demarcando as terras no Amazonas, mas o crescimento dos índios indo pra cidade aumentou bastante, conforme – não é? – o próprio IBGE – a fonte é o próprio IBGE – quem tirou.

Próximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autazes e Careiro da Várzea.

A Funai quer criar terras indígena onde já existe um território do povo mestiço reconhecido por lei.

Os territórios dos Municípios de Autazes, Careiro, Iranduba e Manaus são reconhecidos por leis como territórios do povo mestiço brasileiro, mas a Funai pretende criar territórios exclusivos para índios e ampliar terras indígenas já existentes sobre o território do povo.

O Ministério Público Federal também atua nas questões que envolvam índios no Amazonas como se a legislação do povo mestiço não vigorasse e este não tivesse direito originário sobre seus territórios reconhecidos e não fosse parte para tratar de assuntos como, por exemplo, a exploração do potássio. Então, assim, nesse quesito aí, a questão do potássio, a empresa foi lá em Autazes. E aí que proposta foi feita lá? Os indígenas queriam 50% do lucro da empresa que ia implantar o potássio em Autazes, e o potássio está distante cerca de 10km da pretensão de área indígena. O que acontece também é que a Funai coloca em órgãos públicos a questão em que já há homologação, e não, pretensão de terra indígena.

Próximo.

E aí a gente colocou um gráfico. *(Pausa.)*

Acho que é...

Próximo.

Ações da Funai contra o povo mestiço. O Estado do Amazonas possui 50% de seu território demarcado como terra indígena. A gente pegou do Incra fundiário e do IBGE. O Município de Autazes possui nove terras indígenas já demarcadas com uma área total de 10.164 hectares e uma população de 1.362 residentes nas aldeias. E aí a gente coloca as áreas. Na área de São Pedro, são 93 indígenas que tem lá; em Padre, 22; em Miguel-Josefa, tem 448; em Paracuuba, tem 134; em Natal, tem 118; em São Félix, tem 172; em Cuia, tem 77; em Patauá, tem 47 indígenas.

Aí, após os estudos realizados por antropólogos em terras produtivas de Autazes e Careiro da Várzea, a Funai, junto com o Ibama e o Ministério Público, vem trabalhando, juntos, a fim de demarcar mais de 16 terras produtivas nos municípios que são: Ponciano... Em Ponciano, eles querem demarcar assim, tem 225 indígenas... Aí temos Sissáima. Em Sissáima, é importante ressaltar que a gente conseguiu, através do Governo, o asfalto para escoar a produção e para as crianças conseguirem chegar às escolas e onde está inviabilizado pelo Ibama, porque 3km estão demarcados lá, pela Funai, como terra indígena.

Próximo.

TI em processo administrativo da demarcação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos Capivara, Muratuba, Apipica, Guapenu, Itaitinga, cerca de 113.050 habitantes. Aí temos, em Autazes... Apipica é o Lago do Jacaré, que é no Município de Autazes. Temos também o Guapenu, que é em Autazes, e o Itaitinga, que é em Autazes.

TI sem o perímetro de ocupação.

Então, tem o Lago do Pauru, Ferro Quente, Pantaleão, Sampaio, Nova Vida, Taquara, Terra Preta, Tucuxi, Remanso. Aí o que acontece? O Cimi já fornece essas informações. Aí entra o Ministério Público e, depois, entra a Funai, pedindo a demarcação. Aí o que acontece, Presidente? Hoje, como não há processo de demarcação, eu viro indígena, crio uma associação indígena, e aí eu vou lá na Funai pedir que haja demarcação nessa área. É o caso, inclusive, onde está o potássio. Lá uma família virou indígena, aí botou uma placa lá: "Associação indígena tal", e aí agora requer que seja transformada em área indígena.

Próximo.

No mapa, a gente mostra a área de pretensão do Pociano. Olha a área do Ponciano, à direita abaixo do Sissaíma, e à esquerda perfazendo uma área de 13.109ha, entre os Municípios de Autazes e Careiro da Várzea, próximo da Terra Indígena Gavião. Essas duas regiões foram impulsionadas pela Terra Indígena Gavião para suas eventuais demarcações, pouco abaixo do Rio Mutuca, tem a Apipica com uma área de pretensão de 9,5 mil hectares. Observamos que não há limite para essas demarcações, visto que surgem laudos comprobatórios para as regiões extremantes onde não identificam e, ao longo dos anos, surgem nas extremidades novas pretensões. E aí a ideia, o que acontece? É fazer igual à Raposa Serra do Sol, terra contínua. Quem está no meio tem que ser expulso das suas terras.

Próximo.

O mapa do Soares-Urucurituba, Jauary e Murutinga-Tracajá. Essas regiões localizadas no Autaz-Açu e Autaz-Mirim abrangem cerca de 83.479ha, abrangendo toda região do potássio de Autazes.

Próximo.

No gráfico abaixo, observa-se que 37% das terras do Município de Autazes encontram-se em estudo ou processo judicial, aguardando processo legal para homologação das terras produtivas como terras indígenas. E aí a gente vê que 37%, após todo o processo, acaba com o Município de Autazes e toda a sua produção e a expulsão do povo mestiço.

Próximo.

Os relatos.

E aí a gente tem vários gráficos. A imensidão que estão sendo essas demarcações.

Esse aqui é o mapa do Ramal do Sissaíma.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode passar para o próximo, por favor.

Pode passar o vídeo. (*Pausa.*)

Faltou só o som.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Pois é, nesse vídeo, é o engenheiro responsável da empresa que a gente, após lutar desde 2020, para trazer o asfalto para o Ramal do Sissaíma, está nesse entrave. Mesmo existindo o fato das leis que protegem esse povo, não é? A gente... E a Funai o que acontece? A Funai manda para esses órgãos que dão as licenças ambientais, como o Ibama, o Ipaam, e já eram demarcadas e ainda são áreas em pretensões, conforme a gente fez a exposição aqui. E aí com isso impede a construção da nossa BR-319, impede também esse ramal, em que já está tudo providenciado pelo governo do estado para ser feito, mas aí está impedido pelo Ibama, porque tem 2,7km que estão, segundo eles informaram, a Funai diz que já é terra indígena.

Então, é imprescindível que a Funai – já está inclusive convocada, segundo o nosso Relator – venha para esta CPI. Por que ela manda para os órgãos públicos municipais, estaduais e federal, que já são terra indígenas, que não foram ainda homologadas, nem assinadas pelo Presidente?

Próximo vídeo.

Não é finalidade da Funai, nem do INSS estimular pessoas a virarem índios.

Pode passar esse vídeo aí, por favor.

Isso aí foi uma audiência, lá no Município de Autazes.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Esse senhor já começa com as denúncias, não é? Os mestiços virando indígena, não é? E aí a gente trouxe essa audiência.

Próximo, por favor. Ainda tem mais.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Isso aí é lá do Careiro da Várzea.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Próximo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É de Autazes esta aí.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Aquele último que eu te mandei, é esse que a gente quer ver. O último. *(Pausa.)*

Pode. Não, é na apresentação mesmo o dele.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Enquanto localiza, aqui a gente só quer adiantar, passar o último vídeo, que é exatamente a Polícia Federal expulsando...

(Procede-se e à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Resolver a situação em cinco horas: 15 cabeças de gado, casa, filho. E assim foi aquele depoimento da Sra. Alcilene, lá atrás, de amarelo, foi a mesma coisa, cinco horas.

É muito fácil ele mandar buscar a justiça. Imagina, a Justiça Federal, a juíza já deu a liminar, aí o pobre coitado não tem nem como se deslocar, vai atrás de advogado pra contestar uma decisão de um aparelhamento que existe há décadas.

Por favor, a gente vai já pras perguntas. Pode encerrar.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – Aí o que acontece? Gente, esse é um exemplo claro. O Seu Antônio fez um vídeo também, mas, devido já ao tempo, a gente só passou a finalização.

Faz um ano que ele foi expulso. Ele está pelo beiradão. E ainda tem uma ordem de que ele não pode chegar nem perto da casa dele.

E tem outros casos também. A Juíza, a mesma Juíza, Jaiza Fraxe, da Vara Federal no Amazonas, também expulsou o Alan, deu sete dias para ele tirar todo o seu gado – a maioria de criação no Estado do Amazonas, no Careiro, é de gado. Então, ele deu para os índios e sem serem demarcadas as áreas.

Então, essa é a pura realidade que o povo mestiço sofre no Estado do Amazonas.

Obrigada. Também quero agradecer a oportunidade dada para que o povo tenha o direito de ser ouvido e pregar que o direito do povo mestiço está sendo violado no Estado do Amazonas, como também na Bahia e no Mato Grosso. Lá no Mato Grosso, inclusive, querem dar uma área que vai abranger Mato Grosso e chegar até o Pará para dois indígenas.

Obrigada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – A gente que agradece e vai abrir para a Senadora Damares, para o Senador Chico, para ver.

Nós vamos, nesta sessão, praticamente encerrar essa fase de depoimento, porque a gente já tem... Como disse o nosso Relator, já temos indícios, já temos até provas para a gente partir para outra fase, que é chamar esse pessoal aqui e começar a perguntar, fazer as perguntas a eles.

Vocês veem aquilo que a gente vem dizendo. Aí vocês viram: Federal executando o que o Judiciário mandou, que a ONG forjou e que a Funai oficializou. Há um conluio. É uma coisa completa. É bom que o brasileiro e a brasileira saibam da dificuldade que a gente encontra e esbarra.

Nós vamos cumprir com a nossa missão, que é esta, a de mostrar a realidade, e, no final, jogar luz nessa escuridão. E, nesse ínterim aí, nós vamos começar, sim, a incomodar essa gente, porque é a nossa função.

Com a palavra, a Senadora Damares.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para interpelar.) – Senador, eu não vou fazer pergunta, não; eu só vou manifestar a minha profunda tristeza.

D. Helderli, a senhora trouxe aqui eslaides. Cada eslaide seu dá uma tese de doutorado no Brasil. A senhora compartilhou hoje conhecimento.

Eu gostaria muito de que esta audiência pública fosse por diversas vezes reprisada na TV Senado, porque a senhora nos desperta para um tema extremamente grave: os mestiços estão sendo discriminados e perseguidos nesta nação. Esta é uma nação mestiça, eu sou mestiça.

E eu confesso para a senhora que eu estou, há anos, na militância de direitos humanos e eu os deixei para trás. Eu conhecia esse problema todo, mas eu não tinha me aprofundado. Tão grande é a tristeza de vocês. O que eu vi aqui foi a total falta de respeito ao princípio da dignidade humana. Eu não vi bandidos naquela tela; eu vi homens com mãos calejadas, eu vi mulheres com mãos calejadas, homens que estão no campo, homens que estão trabalhando há dezenas e dezenas de anos, que já herdaram dos seus pais e estão ali, mulheres que sofrem, mulheres que ficam de sol a sol sofrendo lá e agora são discriminadas e perseguidas.

Eu quero mandar um abraço a todos vocês lá e eu acho que nós, Senado, vamos precisar fazer essa discussão tão logo... A CPI tem um prazo, mas a gente não vai deixar esse tema morrer.

Eu sou defensora dos povos indígenas – todo mundo conhece a minha militância –, eu sou mãe de indígenas, eu estou com os povos indígenas, mas eu não posso admitir – e a senhora abre os nossos olhos hoje – que, em detrimento de um povo, outro está sofrendo. Não! Esta é uma nação de todos nós, é uma nação de todos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma nação de todos.

E lamento, D. Helderli, que a gente tenha sido surpreendida hoje... Chocada. Eu estava incomodada aqui na cadeira. Teve um momento que a senhora me tirou o fôlego. Eu vi o General Mourão, que é um mestiço, incomodado aqui na cadeira. Todos que estão aqui estão incomodados.

Não desista da sua luta. Nós vamos dar eco à sua voz. Leva um abraço a todos eles. Diga a eles que eles são brasileiros, sim. Eles fazem parte dessa nação. E nós vamos trabalhar esse tema aqui dentro do Senado, nessa CPI, pós-CPI, e que os mestiços não sejam tão discriminados como estão sendo e tão perseguidos. Fica firme na sua luta. Eu só peço perdão de não ter visto vocês antes. Só peço perdão.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Com a palavra, Sra. Helderli.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – Isso aí, Senadora Damares, isso nos emociona, porque esta Casa está ouvindo o povo mestiço. Eu digo que lá no Suiá-Missú eles foram expulsos. E, na época, a Dilma deu um *kit* lona e mandou eles, 3 mil famílias, para a beira da estrada. E deu para 400 índios o local do Suiá-Missú.

Nós do Amazonas, se formos expulsos, nós não temos estrada. Lá a gente mora na beira do rio. Nós vamos morar o quê? Onde vamos morar? Dentro do rio? Então, nós queremos nossos direitos assegurados. A não ser que a gente more em boia, nossa população mestiça, tendo em vista que a estrada lá são rios.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador Chico Rodrigues.

Com a palavra, o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Meu caro Senador Plínio Valério, a gente percebe, inclusive, em cada sessão dessa, a gravidade que tem com relação a esse tema. A Senadora acabou aqui de pedir perdão por não ter ainda se debruçado sobre essa questão dos mestiços. Mas, Senadora, nem se preocupa, que todo mundo sabe da sua luta. E, mais que tudo, o que às vezes nos chama a atenção é exatamente por que esse *apartheid* que está se querendo criar no Brasil, tão grande.

Tem a questão dos quilombolas também, a questão dos mestiços, a questão dos índios, a questão dos negros, a questão dos brancos, a questão dos olhos azuis, a questão, sabe... Todos esses segmentos da sociedade brasileira hoje estão, na verdade, assustados por uma política que não é uma política de governo, porque isso já vem se arrastando há anos. Esse tema já vem se arrastando há anos. Ninguém pode apontar o dedo para o governo A ou B, não pode. Mas tem que haver – o Congresso Nacional, o Senado da República, a Câmara Alta desse país tem que encontrar – um meio extremamente vigoroso e



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

rigoroso para que nós não continuemos vivendo nessa situação. Por exemplo, falou aqui o Senador Plínio Valério, em relação ao nosso Estado de Roraima, que 48% do Estado de Roraima é área já demarcada, num território, um estado de 222 mil quilômetros quadrados – repetindo: 222 mil quilômetros quadrados. E se você fizer uma CPI também para ver como vivem, mesmo depois dos atos do Governo este ano – aí, vamos ter que nos referir a este ano; eu, que sou da base, venho aqui dizer –, em relação aos índios ianomâmis, a situação deles não melhorou um milímetro. Saíram os garimpeiros, mas os investimentos e a assistência a eles lá dentro estão da mesma forma ou piores do que eram antes; ou piores do que eram antes.

Eu, inclusive, na Comissão externa que presidi entre os meses de abril e junho, fiz um questionamento à Ministra dos Povos Originários, Sônia Guajajara: por que eles não acompanhavam a assistência do Governo Federal em relação às sextas básicas que eles estavam levando para as comunidades? Ela falou: "Não, as cestas estão alimentando os índios, elas são importantes e tal". Claro que elas são importantes, eu não tenho dúvida disso. A pessoa, quando busca o alimento, busca porque tem necessidade, e as cestas básicas, o programa nacional, estadual e municipal de cestas básicas é exatamente para atender às pessoas que estão nessa linha da fome. Mas, sobre os indígenas, nem pesquisar como vivem, o que comem e o que fazem os indígenas eles fizeram, nem estão fazendo agora também. Aí eu perguntei para ela: Olha, eu estive na base aérea antes do deslocamento para a área indígena dos ianomâmis, de Surucucus, acompanhei, lá na Conab também, a preparação das cestas básicas para ir até eles, e tinha macarrão, arroz, farinha e, aí vem, jabá e também colocaram, tinha nas cestas básicas a sardinha. E, aí, é lógico, eu falei: Olha, índio não come jabá, que eu saiba, principalmente os ianomâmis. Eu conheço, há quase 40 anos, em convivência com eles. Quanto à sardinha, eles não sabem nem o que é uma lata, aqueles que estão lá, que são primitivos, que eu chamei de primitivos, aí a imprensa bateu forte em mim falando que eu estava subestimando os indígenas. Não tem nada a ver! São os mais antigos, são os originários que estão ali. O intuito foi absolutamente esse, apenas esse.

Pois bem, conversei com o pessoal que estava fazendo a entrega das cestas básicas lá na área dos ianomâmis, em várias comunidades, e eles diziam, o pessoal da Aeronáutica: "Olha, Senador, quando eles pegam a lata, eles abrem o saco, rasgam o saco e tal, pegam a lata de sardinha e ficam batendo, não sabem nem o que tem ali dentro; eles ficam batendo e jogam fora, saem jogando fora; e o jabá eles pegam e ficam chupando a carne, eles não têm o hábito de cozinhar". É porque eles não conhecem o jabá. Ou seja, pequenos detalhes é bom que sejam ditos para ver que hoje – e eu queria chegar era no hoje – a assistência que devem receber os índios ianomâmis não está sendo feita pela própria Funai e pelo Ministério dos Povos Originários. Eu estou dizendo porque vi *in loco*, eu vi com meus próprios olhos, eu acompanho no estado.

Então, todas essas questões dessas ONGs, o que elas estão fazendo, a presença delas... Eu digo até – às vezes comento – que se essas ONGs fossem tão eficientes, todos os problemas que estão acontecendo hoje não teriam acontecido. Elas teriam relatado, enfim... Lá no nosso estado, para vocês



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terem ideia, tem mais de 80 ONGs. Deixem-me repetir: mais de 80 ONGs, de todo tamanho, pra todo gosto, para vocês imaginarem. Agora, o tema específico, que é a proteção dos povos originários, você não acompanha, não vê, não é?

Então, sobre esse caso específico aí dos mestiços, sinceramente, nós temos que trabalhar. O Relator vai se debruçar, vai *in loco*, nós devemos ir à área também para acompanhar todos os temas referentes à CPI, mas eu, particularmente, meu caro Senador Marcio, acho que todo mundo é ser humano, todo mundo é, todos nós temos os mesmos direitos, os mesmos deveres, não é? E esse *apartheid* que está transformando o nosso país, isso é muito ruim; um país pacífico, que a vida toda não teve conflitos, um país unido. Somos hoje o Brasil exatamente pela união dos portugueses, que não fizeram a divisão com os europeus, os espanhóis, enfim, os outros. Então, hoje nós somos uma República Federativa em que os interesses são em torno exatamente do nosso país, dos nossos habitantes, dos 214 milhões, sei lá, de brasileiros que existem, não é?

Então, essas pequenas... Quando eu vejo: "Ah, demarca mais um pedaço. Ah, eu tenho uma confusão com um quilombola". Vem cá: isso vai terminar quando? Quando vai acabar isso, entendeu? Nós estamos agora votando o marco temporal. O marco temporal – meu Deus do céu! – resolve definitivamente essa questão. E, aí sim, vamos investir nas áreas indígenas demarcadas, e, aí sim, vamos implementar programas de desenvolvimento para eles, e, aí sim, o governo vai estar presente com os seus programas, todos os programas sociais. Mas, não, é uma briga sem fim que interessa a alguém; não a nós, brasileiros.

Então, eu queria deixar também o meu apoio e a minha solidariedade aos mestiços, porque todos nós somos mestiços. Meu avô era negro. O meu avô, avô de pai, era negro. Meu pai era bem, bem, bem puxado, moreno mesmo. Esse país é uma salada geral, entendeu? A genética nossa é uma mistura. Então, vamos acabar com esse negócio e, na verdade, nos debruçar... Ficamos brigando por coisas, sabe, a vida inteira, por questões que acho que não são nossas, do Brasil. Há essa indução, essa inoculação de uma desagregação, quando não há. O Brasil é maior do que isso, é maior do que essas crises, não é? Então, quando eu vejo – a gente viaja o mundo todo, não é?, Senadora – os conflitos étnicos, as brigas, a fome, os terremotos, não sei o quê, e você vem aqui, é uma alegria geral. É o baiano, malandro, dançando. É o pernambucano lá da minha terra, no frevo. É o Carnaval, é o futebol, é... Sabe? E para quê? Para quê conflitos? O que é que isso soma para o país? Nada! Absolutamente nada. O que soma é o desenvolvimento, é nós alimentarmos 800 milhões de pessoas.

O Brasil sozinho, dos 194 países da ONU – dos 194 países da ONU, da Organização das Nações Unidas, o Brasil sozinho –, alimenta 8 bilhões de seres humanos, porque agora atingimos 8 bilhões, nós alimentamos 10% de toda a população mundial e com capacidade de gerenciamento para a expansão da soja, do milho. Nós somos o maior produtor de proteína do mundo – nós somos o maior produtor de proteína do mundo –, e isso incomoda. Nós temos mais boi do que gente, o Brasil. Presidente, o Brasil



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tem mais boi do que gente: são 220 milhões o rebanho brasileiro; a população é de 214 milhões. O maior produtor de proteína do mundo somos nós. Está aí soja, que já passou a dos americanos. Está aí o milho já encostando. Estão aí os suínos, as aves, etc., etc., etc.

Então, o que a gente precisa, minha gente, é produzir. O Brasil precisa cada vez mais se agigantar, porque nós temos, como dizia um professor meu – esse professor, na Itália, dizia –: "O Brasil tem o que o mundo não tem". Nós temos a maior biodiversidade do planeta. Para começar a conversa, a conversa na mesa do botequim, nós temos a maior biodiversidade do planeta, e nós da Amazônia sabemos disso, e não só na Amazônia, mas também no litoral, também no Cerrado, enfim. Nós temos as maiores reservas de minerais estratégicos do mundo – nós temos as maiores reservas minerais do mundo – e 20% da água doce do planeta. Então, é o tripé, o tamborete – o tamborete de três pés, que não cai, não vira, ele é seguro, não é? –, para mostrar o gigantismo desse nosso país. E isso aí, na verdade, nós não podemos deixar de falar, de repetir, de cobrar, porque é claro que causa essa cobiça gigantesca, mundial.

Falou-se aqui até de Alcântara. Eu, que conheço aquele problema lá, estive lá em Alcântara, por conta dos quilombolas que estão ali, sei lá, a 10 quilômetros lá da base de lançamento. Aquilo ali é o maior centro de lançamento de órbita baixa, como eles chamam, do mundo. Então, na verdade, querem só criar conflito interno.

Eu sou dos mais velhos aqui, obviamente, e via já essas coisas no passado, mas hoje parece que está se potencializando muito mais ainda, meu caro Senador Plínio, quando, na verdade, a gente tem que desidratar essas questões que são polêmicas para dar ao brasileiro o que nós precisamos, 214 milhões de brasileiros que querem bem-estar, que querem alimento, que querem emprego, que querem alegria, etc., etc., etc.

Então, perdoe-me ter derivado pelo lado mais sentimental também dessa questão, porque, de qualquer forma, como patriota, eu tenho esse sentimento, mas parabéns aí pela condução da CPI. Eu tenho certeza de que ela vai ser não impositiva, ela vai ser propositiva, para que possamos melhorar, na verdade, as condições do nosso país.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Obrigado, Senador Chico Rodrigues, quando o senhor fala, será que de forma romântica, mas fala aí do possível gigantismo do Brasil com a exploração de suas riquezas naturais, isso explica o porquê de tantas ONGs a nos sufocar, a nos amarrar com cadeados ambientais.

Com a palavra o nosso Relator, o Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AC. Como Relator.) – Eu vou me despedir, agradecendo mais uma vez...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

Mas a senhora vai falar. Eu é que vou encerrar a minha fala, a minha participação.

Eu quero mais uma vez agradecer e parabenizar. Eu fico de fato comovido de ver como você tem pessoas que não têm um mandato de Senador, não têm um mandato de Deputado Federal, Estadual, enfim, não têm nenhuma imunidade... Eu também sou amazônida. A gente sabe da imensidão que é a Amazônia. E você tem pessoas que não têm certas proteções que nós temos e, mesmo assim, tem a dignidade e a coragem, se arriscando, inclusive, mas defendendo e dizendo aquilo que vê, aquilo que está presenciando e aquilo em que acredita. Pode ter certeza de que a sua participação hoje como convidada foi muito importante para todos nós. Ela vem com muitos dados, com muitos elementos, com vários depoimentos, ela vem confirmar a convicção que nós temos.

E aí, meu querido amigo Chico Rodrigues, eu não quero colocar nenhum reparo na sua fala. Apenas eu quero afirmar que não se trata aqui de equívocos desse pessoal, não se trata aqui de um grupo de ONGs muito bem-intencionadas, financiadas por organismos internacionais, por fundações internacionais, as mais poderosas do planeta, que dominam a ONU.

E, quando Olavo de Carvalho dizia do globalismo, muitas pessoas achavam que era a teoria da conspiração, e não é – e não é. Você tem grupos, hoje, que descobriram na globalização que essa forma de organização supera municípios, supera estados, não tem limites regionais nenhum, estão acima mesmo do Estado. E, se você vai ler os documentos, aprofundar, eles dizem isto: que pra cuidar... E a desculpa é o meio ambiente – a desculpa é o meio ambiente –, porque, se fosse verdadeira a afirmação de que a preocupação é o meio ambiente, a maior preocupação deles todos era com a China, de todos eles, porque a China sozinha... E eu vou até aperfeiçoar um dado do Ricardo Salles: não são 30%; é um terço, é um pouco mais, um terço de todo o CO₂ que o planeta queima vem da China – e, com a China, não tem Noruega, não tem Alemanha, não tem Estados Unidos, ninguém. Por quê? Porque precisam do mercado chinês, de um 1,5 bilhão de pessoas. Então, a preocupação não é ambiental.

Portanto, o seu depoimento confirma mais ainda: não se trata de ONGs bem-intencionadas, financiadas por países bem-intencionados. Não! Nós estamos vendo, no presente momento, o que a história do homem já assistiu em todos os tempos: Império Romano, Império Persa, Império Egípcio, todos, sem exceção, eles avançaram limites, avançaram territórios, dominaram outros povos, sempre buscando o quê? Aquilo que lhes faltava: ou era água, ou era a mercadoria armazenada, a comida, e isso a que nós estamos assistindo. Então, não é... Se nós tratarmos este movimento como um povo bem-intencionado, mas que está errado... Não é isso. Eles sabem o que estão fazendo. A situação na Amazônia é descarada. É assim: a Noruega vive de petróleo e gás, aí ela banca a energia no Brasil para proibir que nós tiremos petróleo e gás. Quem é que banca o Fundo Amazônia? É a Noruega.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o descaramento é tão grande que a Noruega tem uma das maiores multinacionais de exploração de minério do planeta e capital público também, porque é uma empresa pública, que é a Hydro, recebeu, no Brasil, uma isenção fiscal de 6,5 bilhões e aportou no Fundo Amazônia, até um dia desses, 1 bilhão.

Então, nem... Não sobra.

É o Canadá, que tem na extração de madeira, uma atividade econômica importante para o PIB canadense e banca ONG no Brasil para criar embaraço para que nós não tiremos madeira. Na prática – quando nós trouxermos aqui esses elementos, eles serão questionados –, uma reserva ianomâmi poderia explorar madeira em regime rotativo, mas, na real, não vai, porque não tem licença, porque o Ibama é dominado por eles. E, como disse o Ricardo Salles, vai gente da ONG para o Ibama, do Ibama, vai para o Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, sai, volta para a ONG, num conluio imundo que nenhum país aceita. Só o nosso – só o nosso.

O Canadá é um dos fornecedores de potássio para o Brasil. Aí você vai ver o que ela acabou de apresentar. Estão lá, agora, o ISA, do Capobianco, que é o Secretário Executivo da Marina, que é do ISA, é o fundador do ISA, estão, e não é escondido... Estão lá, quer dizer, eles ajudaram, contratados pelo IBGE, a fazer o novo censo, aumentando a proporção de índio, na marra, para justificar a criação de outra reserva em cima de potássio. Meu Deus do céu! Agora, nós nos perguntamos: até aonde eles vão chegar? Até a hora em que não sobrar mais nada, porque, da Amazônia, mais de 80%, é mais do que a Europa ocidental, está lacrada. E repito: a preocupação não é com os índios, que estão, como dizia meu finado e saudoso pai, estão matando cachorro a grito.

Como é que... Gente, como é que nós podemos nos acostumar a dizer que a merenda para os índios ianomâmis não está chegando? Isso é um absurdo! Isso é uma vergonha! Não era para eles dependerem de merenda do Estado. Como é que um povo que mora em cima de minérios únicos do mundo está passando fome? Porque foram enganados por essa turma que domina ONG, que domina a Rede Globo. A WWF tem parceria com a Rede Globo a vida inteira. A família Marinho comanda essa empresa no Brasil, mancomunada com universidades, numa lavagem cerebral.

Eu tive, ontem, a honra de escutar um técnico, um funcionário de carreira, que não precisa de mim para nada, não precisa de voto, funcionário de carreira, Senadora, que disse, ontem, numa reunião de trabalho: "Senadores..."... Estava eu, o Plínio não estava, mas estava gente dele, funcionário de carreira teve a dignidade de dizer: "Eu não sabia disso. Onde eu estava, era uma lavagem cerebral". E é isso.

Então, não há bem-intencionados que estão errados. Não. Eles sabem o que estão fazendo. Nenhum país aceitaria ter um Ministério do Meio Ambiente transformado num gabinete de ONG. Eu já disse, vou repetir: a Marina, o Capobianco não obedecem nem ao Lula. Se estiverem em jogo as ONGs de que eles fazem partes e o Lula, eles vão largar, porque é muito maior do que isso. Está aqui o ISA, do



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Capobianco, 137 milhões em dois anos. Para fazer o quê na Amazônia? Para criar reserva, mais reserva – mais reserva –, amplia reserva. Por coincidência, sempre em cima de recursos minerais.

Então, esta CPI, eu repito, não vou cansar de dizer, nunca, tem participação de todos nós, mas, fundamentalmente, foi a labuta, a persistência, a perseverança do Senador Plínio por quase quatro anos e meio. Nós temos essa tarefa, primeiro, de mostrar ao Brasil que não é direita ou esquerda; é o país único no mundo que aceitou perder de graça 86% do seu território nacional, sem ganhar nada. Aí, nós vamos... mas a cesta básica... Gente, pelo amor de Deus! Uma região milionária como essa, não era para isso. Isso é uma vergonha.

É como eu disse um dia desse, a ex-Senadora do Acre, Marina Silva, que fez o nome, ela começou a carreira no Acre, o grupo dela dominou quase 30 anos, e ela começou dizendo que o desenvolvimento não podia mexer com vaca, com boi, com soja, com nada; tinha que ser economicamente viável, ecologicamente sustentável. E, depois de 30 anos, vai ao estado natal dela. O que ela fez? Eles tiveram oportunidade, tiveram tudo, os três Senadores, as prefeituras todas, o governo do estado, a ONU, o Fernando Henrique Cardoso, o Lula, a Dilma, é como se tivesse dado a eles: "Toma, façam do jeito que vocês querem". E o resultado, depois de 30 anos: o estado é mais pobre, bate recorde de feminicídio, bate recorde de estupro, é o Acre, bate recorde disso. Maior índice de feminicídio, maior índice de estupro, uma das capitais mais violentas do país é Rio Branco. Parou de ser agora, sabe por quê? Nos últimos quatro anos? Porque as facções entraram em acordo. Elas entraram em acordo, pois estavam se matando tanto, depois de anos, aí chegaram num acordo: "Vamos embora parar, porque está demais." Para... Foi isso. Não foi outra coisa, não foi ação do estado brasileiro.

E ao final, se nós conseguimos mostrar ao país, pelo menos a uma grande parte do país, que não é esquerda, não é direita, não é Bolsonaro, não é Lula, é patrimônio nacional; nenhum país aceitou o que o Brasil aceita fazer na Amazônia. E aí sim, propor legislação, que é obrigação do Congresso Nacional, é se posicionar, legislar, que possa devolver soberania nacional, sobre o subsolo brasileiro, por exemplo, devolver dignidade aos índios para que se tornem, de fato, donos da área e possam viver bem dessa imensa área de terra que foi para a mão deles.

E isso só é possível, querida, porque pessoas como você, que eu repito, não tem a proteção que eu tenho, não tem a proteção que nós temos no Senado, na Câmara Federal, e moram em uma região cheia de pressões, e mantêm a dignidade, a coragem de saírem de lá e virem para cá para dizer: "É verdade, estão fazendo pressão para transformar pessoas não indígenas em indígenas, e esse é o objetivo, é para aumentar, mais terra." E ainda traz uma outra faceta, como disse a nossa Senadora, quer dizer, tanta gente fala em cuidado e estão aqui trabalhando, discriminando o pardo no Brasil. Uma das maiores riquezas que o Brasil tem, além do seu potencial mineral, terra, etc., é a capacidade que o Brasil teve da miscigenação, que é única no mundo, do tamanho que é a nossa, não é? E trouxeram da Europa para cá, das escolas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marxistas, de Frankfurt, etc., trouxeram para cá a política identitária, que só faz nos dividir, só faz criar ódio, só faz criar divisão entre irmãos que somos.

Então, parabéns mais uma vez, muito obrigado, e nos acompanhem. Ao final, nós vamos, esta Comissão vai propor, liderada pelo Plínio, medidas legislativas que possam minorar as questões que hoje a gente sofre tanto na Amazônia. Muito obrigado, e me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Para quem começou a acompanhar da metade pro fim ou agora, a nossa convidada de hoje, que vai para as suas considerações finais, é a

Sra. Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves, presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e Presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus. Foi nossa convidada.

Eu lhe agradeço muitíssimo, lhe agradeço muitíssimo a sua participação, que foi fundamental para a gente continuar nessa luta.

As suas considerações finais.

Obrigado, Helderli.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES (Para expor.) – A gente que agradece. É uma honra para a gente estar aqui no Senado, nesta CPI das ONGs. As ONGs visam tomar a Amazônia, e pra isso é preciso demarcar, é preciso criar Áreas de Preservação Permanente (APP), é preciso viabilizar a economia... E aí eu digo ao Senador que antecedeu ao nosso Relator: a identidade mestiça era a identidade nacional brasileira, que há 20 anos atrás entrou um Governo que racializou o país, dividindo o país em raças: pretos, quilombos, indígenas, e não pode existir o mestiço, porque o mestiço une, por isso que se diz que a mestiçagem une a nação, e com isso elimina a discriminação, porque nós somos esse povo dessa mistura.

E aí também eu queria dizer, antes de encerrar, que a questão do marco temporal é imprescindível, porque vai resolver essa situação que está acontecendo não só no Amazonas, mas no país todo. O marco temporal impede que criem associações indígenas, bancadas pelas ONG. E vai dar com isso o verdadeiro valor e a valorização que os indígenas merecem, os verdadeiros indígenas, que realmente estão lá. Muitas vezes, não recebem nada como foi relatado, a cesta básica não chegando ao seu reduto, mas o dinheiro das ONGs tem – bastante –, para estar querendo racializar, mas o verdadeiro indígena sofre na sua base, não recebendo saúde nem alimentação de qualidade, ele sofre. Não tem... não tem estrada, não tem esgoto, não tem água, assim como os mestiços. E aí eu solicito que o marco temporal seja aprovado neste Senado, porque a gente vai realmente avançar e dar luz ao povo mestiço e aos povos indígenas, os que realmente são indígenas, tá?

E aí também, respondendo ao Senador...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES – ... Chico Rodrigues, a ideia é inviabilizar o Brasil, a ideia é tornar um Brasil sem produção, e assim as ONGs estrangeiras, como lá no Amazonas, que, quando dá 18h, Senador, a gente não consegue mais acessar a estrada que vai para Roraima, mas as ONGs, não! As ONGs... A gente vê *drone*, a hora que eles querem chegam lá, passam, e nós, brasileiros não temos direito de ir e vir na nossa própria terra.

Então, eu só tenho a agradecer a oportunidade, agradecer ao nosso Senador – eu tenho mais orgulho dele ainda –, o Senador Plínio Valério, agradecer a cada Senador aqui que se dispôs a nos ouvir, as nossas denúncias. E o que nós queremos, enquanto povo mestiço, é o nosso direito assegurado de permanecer em nossas terras.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Antes do encerramento...

Pois não, Chico. Obrigado por ter vindo. Deve ter outros compromissos; a gente entende isso, a Senadora Damares também.

A SRA. HELDERLI FIDELIZ CASTRO DE SÁ LEÃO ALVES *(Fora do microfone.)* – Presidente, os nomes das pessoas que viraram indígenas, eu estou entregando para o senhor, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Ela está me entregando aqui nomes de pessoas mestiças que se tornaram indígenas, que foram persuadidas a se tornarem indígenas. Não posso me furtar, e isso não é...

Obrigado, Chico.

E isso não é uma observação de alguém que sabe, mas que não pode deixar de se furtar. Pode observar: as grandes guerras mundiais não foram ideológicas. As guerras antigas todas, é por espaço, é por riqueza, e é isso que a gente vem sofrendo.

Deixa eu mostrar para vocês aqui. Eu citei, outro dia, o livro *O Ladrão do Fim do Mundo*, que relatava o roubo da nossa seringa, e mandaram um vídeo para mim, de 1min28, que só exatamente mostrar, porque detalha. Olha como a coisa é antiga.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Você vê aí como a coisa é antiga, muito antiga. Um ladrão é condecorado pela Rainha Vitória como herói por ter



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

roubado 70 mil sementes de seringa e ter assinado a nossa derrocada na Amazônia, Manaus, com isso. Então, é coisa antiga.

Eu quero que você, brasileiro, que você, brasileira, entenda que nós estamos fazendo o possível e vamos fazer muito mais do que isso, mas nós estamos lidando com uma organização internacional. É muito dinheiro, é muito aparelhamento. Eles trabalham de uma forma com que eles aterrorizam o nosso próprio Governo. Quem discorda tem vergonha de se opor para não ser taxado disso e daquilo, porque eles se autodenominam altruístas, politicamente corretos e honestos e passam a mentir. E nós vamos trazer autoridades aqui com que nós vamos ter dificuldade, porque elas vão mentir e elas acreditam na mentira. Então, quando você enfrenta um mentiroso que acredita no que está dizendo, fica difícil, mas nós vamos começar a trazer, sim.

Olha só o exemplo aqui do Fundo Amazônia. O responsável pelo projeto é o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Valor desembolsado: 23 milhões, até paralisar. O projeto apoiou a regularização ambiental de 1,3 mil imóveis, mediante a inscrição destes no Cadastro Ambiental Rural, que é o CAR. O custo médio para cada operação de um CAR desse foi de R\$18 mil, e a Ministra Marina da Silva faz parte do Conselho Honorário do Ipam, assim como a sua Secretária.

Então, nós vamos começar a entrar numa outra fase também e, nessa fase, procurar saber o que é que o ISA fez, o Instituto Socioambiental fez no Alto Rio Negro e no Xingu, com R\$12 milhões. Nós precisamos perguntar, e esse pessoal precisa responder. Nós temos que usar a prerrogativa, essa diferença que o Senador Marcio Bittar coloca entre a nossa convidada... Essa falta de receio, de medo, que ela tem. Nós não podemos, de forma alguma, por nenhum segundo só, admitir receio em encontrar e confrontar essa gente.

Eu vou passar também, porque a gente continua naquela, nesse silêncio constrangedor de grande parte da imprensa, e a gente sempre tem que elogiar e agradecer àqueles que, na rede social, nos brindam com o seu apoio.

É o vídeo nº 1. Reportagem da TV Norte e a investigação...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Plínio Valério. Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que a gente quer e o que esta CPI quer é exatamente fazer perguntas e ter essas respostas, porque a população quer, precisa e merece saber.

Vamos perguntar a eles o que qualquer um perguntaria: por que esse dinheiro entra? Como entra? Para quê? O que eles fazem com esse dinheiro? Eles gastam entre eles. E o que nos irrita ainda mais, somado à indignação, é a forma com que essa gente desdenha do brasileiro quando fazem suas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conferências em Nova York, Londres, Dubai... Eles nunca se reúnem na Amazônia, nunca se reúnem num município para ouvir a sua gente.

Então, é uma oportunidade rara, Marcio, que nós temos. E isto a gente está proporcionando ao brasileiro: começar uma discussão sobre um modelo próprio nosso, um modelo próprio ambiental e não esse modelo alemão, e não esse modelo canadense. É a oportunidade que nós temos.

Se a gente não vai mandar prender ninguém, se a gente não vai botar dedo na cara de ninguém, dar tapa em ninguém, nós estamos dando a oportunidade de o Brasil chamar para si, de as nossas instituições... É o momento oportuno de discutir um modelo, um modelo que nos serve, ouvindo quem? Ouvindo a FAS? Ouvindo o ISA? Não! Ouvindo o caboclo, o agricultor, o mestiço, o índio, o ribeirinho, pessoas que sabem do que precisam.

Nós estamos cansados, nós da Amazônia, e quem diz isso é uma pessoa de sucesso, porque cheguei ao Senado. Continuo indignado e triste de saber que somos comandados.

O que nós queremos? Ajuda.

As ONGs nasceram de um sentimento bonito – nasceram. As ONGs têm o objetivo de ocupar, preencher lacunas, se o Governo não chega, mas não de usurpar essa prerrogativa. E o Governo brasileiro tem dado quando assina convênios, dando prerrogativa para que o Instituto Socioambiental faça o que queira no Alto Rio Negro.

O que nós queremos – e quem diz aqui é um caboclo da Amazônia – é ser donos do nosso próprio destino, é comandar o nosso destino, é querer ajuda, sim, companheirismo, sim, mas comandar o nosso destino, as rédeas têm que ser nossas e não deles. Então, a nossa luta é essa: escancarar, mostrar ao Brasil, abrir essa caixa-preta e mostrar que essas ONGs, aquelas que estamos investigando, não têm nada de boazinhas, são todas más do momento em que manipulam... E o depoimento de hoje afirma, reafirma tudo aquilo que os índios já disseram aqui: são manipulados de toda forma e nós somos impedidos de progredir, impedidos de usar nossa própria riqueza.

Deixa eu dar um exemplo aqui do Amazonas. O Amazonas tem 97% de sua reserva, de sua floresta preservada e nós temos uma população abaixo da linha da pobreza de 56%. Hoje, até hoje, terça-feira, 51% da população amazonense está endividada e nós temos a floresta preservada.

A pergunta que fica é: vale a pena dessa forma, desse modelo? Claro que não vale a pena. Por que a gente preserva tanto e é tão pobre? Por que que querem que a gente preserve tanto e não nos oferecem nada em troca? Chegou a hora de contestar isso e a CPI está dando essa oportunidade.

Tem também, eu quero agradecer também ao Cristyan, que tem nos apoiado na *Revista Oeste*. E a matéria que ele fez, Marcio: "[...] espionagem, interferência em obras de manipulação de indígenas", baseada no documento da Abin. Grifei aqui algumas passagens que a Abin constata e que o Cristyan diz



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje. "Interferência de outros países em obras públicas brasileiras, espionagem, biopirataria na Amazônia e manipulação de indígenas. Essas são algumas constatações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), feitas entre 2002 e 2023, em relatórios obtidos pela Comissão Parlamentar de Inquérito".

Outra observação que é muito pertinente: "De acordo com Abin, ONGs brasileiras patrocinadas pela Usaid 'praticam ações que configuram tentativas de interferência externa ao adotar posicionamentos que, muitas vezes, conflitam com interesses do governo brasileiro na região'. [...] O relatório da Abin menciona ainda o monitoramento da Amazônia, feito via satélite, pelo Imazon".

É uma coisa antiga, eles sabem tudo – sabem tudo. Eu lembro que eu tinha um amigo meu, ele fez geologia, eu fiz jornalismo, e eu brincava com ele – um cara muito bom, até morreu em acidente de avião –, e eu dizia para ele: "Tu perdes teu tempo estudando geologia, cara, porque eu sei onde tem riqueza". "Como tu sabe?" "Onde tem índio." Lá na Amazônia é assim: onde os indígenas estão, tem riqueza. E onde tem riqueza e não tem indígena, eles colocam indígenas. Então, a CPI veio para isso.

Vamos colocar, então, Marcio, para aprovação os nossos requerimentos, inclusive aquele que o Senador Chico Rodrigues e o Senador Beto tanto quer?

Será incluída extrapauta a deliberação dos Requerimento nºs 111 a 115, que requerem:

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 1

Requerimento Nº 111/2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor presidente do Tribunal de Contas da União informações a respeito de investigação relativa ao processo de nº TC 020.974/2019-1, contidas em voto de 22 de janeiro de 2022, que levou ao acórdão nº 71/2020 – TCU – Plenário.

Autoria: Senador Plínio Valério

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

Requerimento Nº 112/2023



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer que seja convidada a Senhora Ana Toni, Secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a participação dela no conselho deliberativo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

Requerimento Nº 113/2023

Requer que seja convidado o Senhor Mauro Vieira, Ministro de Estado das Relações Exteriores, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a atuação de organizações não governamentais estrangeiras no território brasileiro, bem como, de entidades governamentais estrangeiras nas áreas de meio ambiente, mudanças do clima e populações indígenas.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 4

Requerimento Nº 114/2023

Requer que seja convidado o Senhor Aloizio Mercadante, Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Fundo Amazônia.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 5



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento Nº 115/2023

Requer que seja convidado o Senhor Marcio Pochmann, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre o Censo 2022.

Autoria: Senador Marcio Bittar

2ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 6

Requerimento Nº 117/2023

Requer, em aditamento aos requerimentos 92 e 94 de 2023, que ambos sejam transformados em convite.

Autoria: Senador Plínio Valério

É de minha autoria. É exatamente aquele pedido do Senador Beto, subscrito pelo Senador Chico Rodrigues.

Coloco em votação a inclusão de requerimentos extrapauta.

Os Parlamentares que aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pergunto se algum Parlamentar deseja encaminhar a votação dos requerimentos. *(Pausa.)*

Passamos agora à deliberação dos requerimentos.

Coloco em votação.

Os Parlamentares que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Coloco em votação a ata da reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Antes de encerrar, faço aqui um registro.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a ata com os requerimentos, com o devido requerimento.

Na ânsia de mentir e por nos julgar tolos – é isso que os prepotentes fazem, e essas organizações são prepotentes –, por nos julgar todos tolos, eles inventam... O IBGE publica esse dobro de indígenas e duplica também quase os indígenas na capital, em Manaus, por exemplo, o que nos dá argumento forte, que a gente pode dizer: se a política indigenista no Brasil, comandada pelas ONGs, é tão boa, por que Manaus dobrou o número de indígenas vivendo em condições sub-humanas na sua periferia, vindo dessas terras demarcadas? Eles vêm das terras demarcadas, por quê? Eles usam os indígenas para demarcar e abandonam. O IBGE nos diz, com a aquiescência do ISA, que Manaus dobrou. Hoje tem 71 mil indígenas vivendo em Manaus, em condições sub-humanas, vindo das suas áreas, das suas terras demarcadas. Eles pensam que somos tolos, por isso que eles dão esses dados à luz, e a CPI está em busca desses números, desses dados. Podemos até ser considerados colonizados por eles, mas nós não podemos mais em 2023 aceitar essa pecha de colonizados que querem nos impor.

Quando a gente diz, todos nós aqui dizemos, é a mesma linguagem, todos nós adotamos esta linguagem aqui: não é uma CPI contra o Governo Lula, não é uma questão entre Lula e Bolsonaro – e vale a pena repetir isso –, não é uma questão entre direita e esquerda; é uma nação representada, o Brasil representado por nós, que quer ser nação, contra o Brasil representado por essa gente que se considera elite, mas que é colonizada, que quer viver de forma colonizada. É essa a celeuma, é essa a nossa disputa aqui, por isso a gente vai até o fim.

Agradecendo a todos, agradecendo a Deus e a todos vocês, declaro encerrada a reunião.

Fiquem em paz, paz de Cristo a todos!

(Iniciada às 11 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 03 minutos.)